



Tribunal de Contas  
Do Estado do Pará

Relatório de Análise exercício

# 2021

das Contas do Governador  
do Estado do Pará

Conselheiro **Cipriano Sabino de Oliveira Junior**  
Relator





PROCESSO Nº TC/006056/2022

**RELATÓRIO DE ANÁLISE** exercício 2021  
DAS CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ

CONSELHEIRO **CIPRIANO SABINO  
DE OLIVEIRA JUNIOR**  
RELATOR



BELÉM, PARÁ – MAIO – 2022



#### **Sede Belém – Palácio Serzedello Corrêa**

Tv. Quintino Bocaiúva, 1585 – Nazaré  
(91) 3210-0555 CEP: 66.035-903  
[www.tce.pa.gov.br](http://www.tce.pa.gov.br) [ouvidoria@tce.pa.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.pa.gov.br)



#### **Sede Santarém – Unidade Regional I**

Tv. Luiz Barbosa, 962 – Caranazal  
(93) 3522-1718 CEP: 68.041-115

#### **Sede Marabá – Unidade Regional II**

Av. VP-oito, folha 32 quadra 17 lote 11 – Nova Marabá  
(94) 3323-0799 CEP: 68.508-160





**PLENO**

Tribunal de Contas do Estado do Pará

## CONSELHEIROS

**Maria de Lourdes Lima de Oliveira** (Presidente do TCE e do Conselho Consultivo da Escola de Contas Alberto Veloso)

**Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes** (Vice-Presidente)

**Fernando de Castro Ribeiro** (Corregedor)

**Cipriano Sabino de Oliveira Junior** (Coordenador de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência)

**Luís da Cunha Teixeira** (Coordenador das Atividades de Assistência Social)

**Odilon Inácio Teixeira** (Coordenador das Atividades de Ouvidoria)

## CONSELHEIROS SUBSTITUTOS / AUDITORES

**Julival Silva Rocha**

**Milene Dias da Cunha**

**Daniel Mello**

**Edvaldo Fernandes de Souza**



## **COMISSÃO TÉCNICA**

**Reinaldo dos Santos Valino (Coordenador)**

**Antonio Carlos Sales Ferreira Junior**

**Rafael Laredo Mendonça**

## **EQUIPE DE APOIO TÉCNICO**

**Adriano César Everton Machado**

**Alberto Vieira de Souza Junior**

**Fernanda Pinheiro Pantoja**

**Jessika Caroline Souza Costa**

**José Walter Rabelo Dias Filho**

**Leandro Alberto Alves de Lima**

**Maria Carolina Ferreira Rameiro**

**Mauro Brito Fernandes**

**Paulo Sérgio Batista Ramos**

**Raquel Serruya Elmescany**

**Rogério de Assis Teixeira**

**Rondson Manoel Pinheiro de Sousa**

**Shayenne Cristine Paes Carreiro**

**Sonia Abreu da Silva Elias**

**Vera Maria de Guapindaia Braga**

## **COLABORADORES**

**Cristina Maria Frazão de Souza (Secretária)**

**Márcio Roberto Pantoja Moraes (Projeto Gráfico e Editoração)**



## **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**Josué Maestri Júnior**

## **SECRETÁRIOS**

**José Tuffi Salim Júnior** (Geral)

**Gilberto Jáder Serique** (Administração)

**Ana Paula Cruz Maciel** (Controle Externo)

**Alice Cristina da Costa Loureiro** (Gestão de Pessoas)

**Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan** (Planejamento e Gestão Estratégica)

**Carlos Cesar Silva Gomes** (Tecnologia da Informação)

**Matheus Amaral Bonna** (Controle Interno)

## **SECRETÁRIOS DE REPRESENTAÇÃO**

**Antonio Carlos Sales Ferreira Junior** (Unidade Regional Santarém)

**Rafael Laredo Mendonça** (Unidade Regional Marabá)

## **DIRETORA GERAL DA ESCOLA DE CONTAS**

**Kassya Lessa Bengtson**

## **PROCURADOR**

**Elias Antonio de Albuquerque Chamma**

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	10
1. CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ .....	15
1.1. RESULTADO DOS INDICADORES ECONÔMICOS .....	16
1.2. RESULTADO DOS INDICADORES SOCIAIS .....	24
1.3. RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS.....	57
1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
2. CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO .....	69
2.1. PREVISÃO LEGAL E FINALIDADE .....	69
2.2. ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	69
2.3. ATUAÇÃO DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO.....	73
2.4. REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO .....	79
2.5. MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	79
3. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	83
3.1. PLANO PLURIANUAL .....	83
3.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS .....	103
3.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.....	109
3.4. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL .....	123
3.5. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS CONTROLADAS NÃO DEPENDENTES.....	152
4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	157
4.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	157
4.2. BALANÇO FINANCEIRO .....	159
4.3. BALANÇO PATRIMONIAL.....	161
4.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	173
4.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	174
4.6. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	178
4.7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS CONTROLADAS NÃO DEPENDENTES .....	179
4.8. CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO .....	187
4.9. PRÁTICAS NA ESCRITURAÇÃO E OS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	189
4.10. AUDITORIA FINANCEIRA .....	190
5. GESTÃO FISCAL .....	211
5.1. DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA LRF .....	211
5.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	213
5.3. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	213
5.4. LIMITES LEGAIS .....	227
5.5. DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR .....	227
5.6. METAS FISCAIS .....	230
5.7. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS .....	232
5.8. ALIENAÇÕES DE ATIVO E AS APLICAÇÕES DESSES RECURSOS.....	237



6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS .....	240
6.1. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO .....	240
6.2. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO .....	241
6.3. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS .....	244
6.4. RECURSOS DESTINADOS ÀS AÇÕES E A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE .....	247
6.5. DESPESAS COM PUBLICIDADE .....	250
6.6. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO ..	251
7. FISCALIZAÇÃO EM TEMA ESPECÍFICO .....	257
7.1. INVESTIMENTOS .....	257
7.2. CONCLUSÃO .....	274
8. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REFERENTES ÀS CONTAS DE 2020.....	279
9. RECOMENDAÇÕES .....	303
QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE.....	303
10. CONCLUSÕES .....	313
10.1. CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ.....	313
10.2. CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO.....	314
10.3. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	314
10.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	322
10.5. GESTÃO FISCAL .....	327
10.6. LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS .....	329
10.7. FISCALIZAÇÃO EM TEMAS ESPECÍFICOS .....	330
10.8. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES .....	331
10.9. RECOMENDAÇÕES.....	331
ANEXOS E ÍNDICES .....	332
ANEXO A – DOCUMENTOS EMITIDOS .....	332
ANEXO B – DOCUMENTOS RECEBIDOS .....	332
ANEXO C – SIGLAS E ABREVIATURAS .....	333
ÍNDICE DE TABELAS .....	338
ÍNDICE DE QUADROS .....	340
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	340

## APRESENTAÇÃO

Conforme estabelece a Constituição do Estado do Pará, art. 135, XIX, compete privativamente ao Governador prestar anualmente à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

Por conseguinte, o Regimento Interno do TCE-PA (Ato nº 63/2012) dispõe que as contas do governo do Estado consideram-se prestadas à Assembleia Legislativa no dia de sua apresentação a este Tribunal, cuja competência é de apreciar anualmente as referidas contas por meio da emissão de parecer prévio, conforme preceitua o artigo 116, I da Constituição Estadual.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Helder Zahluth Barbalho, cumprindo os dispositivos constitucional e regimental quanto ao prazo, deu entrada neste TCE-PA o Balanço Geral do Estado do exercício de 2021, gerando o processo autuado sob o nº TC/ 006056/2022.

É importante ressaltar que a apreciação das contas anuais do Governador não desobriga os demais administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração pública estadual de encaminhar ao TCE-PA suas respectivas prestações de contas de gestão, em atendimento ao que dispõe a Constituição do Estado, art. 116, II, as quais são fiscalizadas e julgadas por esta Corte de Contas e diferem da prestação de contas do chefe do Poder Executivo, que são apreciadas pelos Tribunais de Contas e julgadas pelo Parlamento estadual.

Em atendimento ao que dispõe a Constituição Estadual, em seu art. 116, I, o TCE-PA, no âmbito de suas competências, por intermédio da Excelentíssima Senhora Conselheira Presidente, Maria de Lourdes Lima de Oliveira, emitiu a Portaria nº 37.689, de 30 de novembro de 2021, designou a formação de comissão e grupo de apoio, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior, para a elaboração do relatório técnico, que subsidiará a emissão do parecer prévio das contas do Governador, referentes ao exercício de 2021.

A comissão técnica designada examinou as contas governamentais e elaborou o presente relatório, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do TCE-PA, evidenciando os resultados alcançados pela gestão pública do Estado,

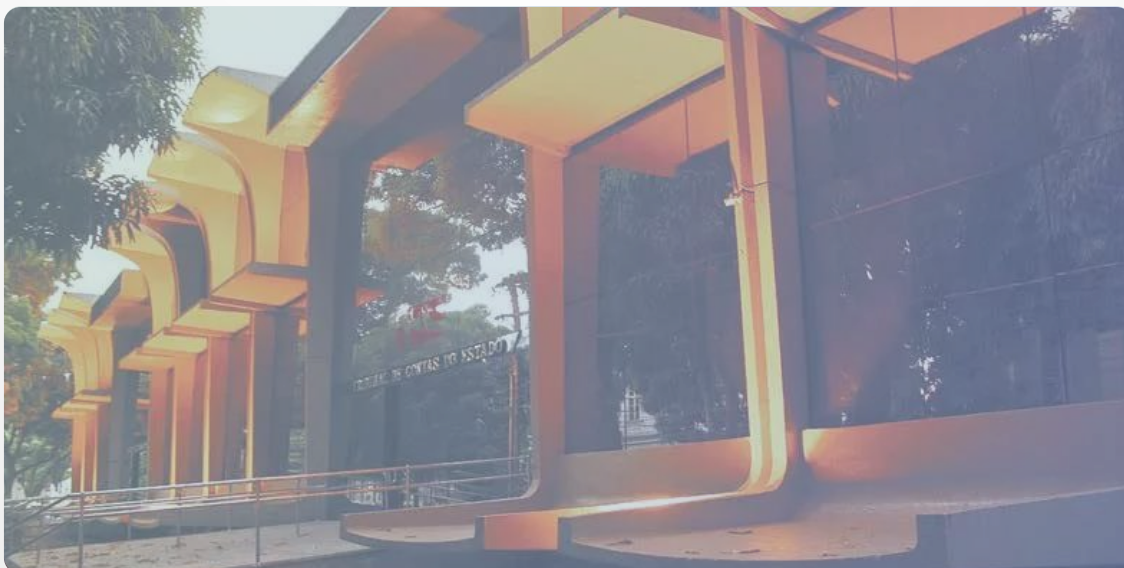
com enfoque no Poder Executivo, em observância às normas constitucionais, legais e regimentais que norteiam a administração pública.

O relatório técnico aborda (i) o cenário econômico e social do Estado; (ii) o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo; (iii) o planejamento e a execução orçamentária; (iv) a análise das demonstrações contábeis; (v) a gestão fiscal do Estado; (vi) o cumprimento dos limites legais e constitucionais; (vii) fiscalização em tema específico, com análises sobre as despesas com investimentos; e (viii) o monitoramento das recomendações ao Poder Executivo, formuladas no exercício anterior.

Sobre essas abordagens do relatório técnico, ressalta-se duas questões inéditas promovidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará. A primeira encontra-se no capítulo das demonstrações contábeis em que foi inserida a metodologia de auditoria financeira no âmbito da análise das Contas do Governador 2021, visando, neste primeiro momento, oferecer uma análise preliminar sobre a qualidade das informações contidas nas demonstrações contábeis informadas pelo estado do Pará.

A segunda, encontra-se no capítulo de fiscalização em tema específico, na qual, com o objetivo de ampliação dos pontos de controle das Contas de Governo, foi selecionada obra pública realizada pelo governo do Estado em 2021, para concretização de visita técnica *in loco*, realizada por meio da técnica de fiscalização concomitante.

Por fim, o relatório técnico apresenta as propostas de recomendações resultantes das análises técnicas realizadas na prestação de contas sob exame, as quais, assim como a conclusão, estão dispostas em capítulos próprios.





An aerial photograph of a port area, showing numerous colorful shipping containers stacked in rows and several large gantry cranes. The image is overlaid with a semi-transparent hexagonal pattern, resembling a honeycomb or molecular structure. The overall color palette is muted, with greens and blues dominating the background.

# CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ



## 1. CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ

O comportamento da economia é medido por indicadores que representam essencialmente dados e/ou informações sinalizadoras do comportamento individual ou integrado das diferentes variáveis e fenômenos que compõem um sistema econômico de um país, região ou estado. Observá-los é fundamental para compreensão geral do comportamento das finanças do Estado e, conseqüentemente, contextualizar com a execução das propostas do governo previstas no orçamento estadual.

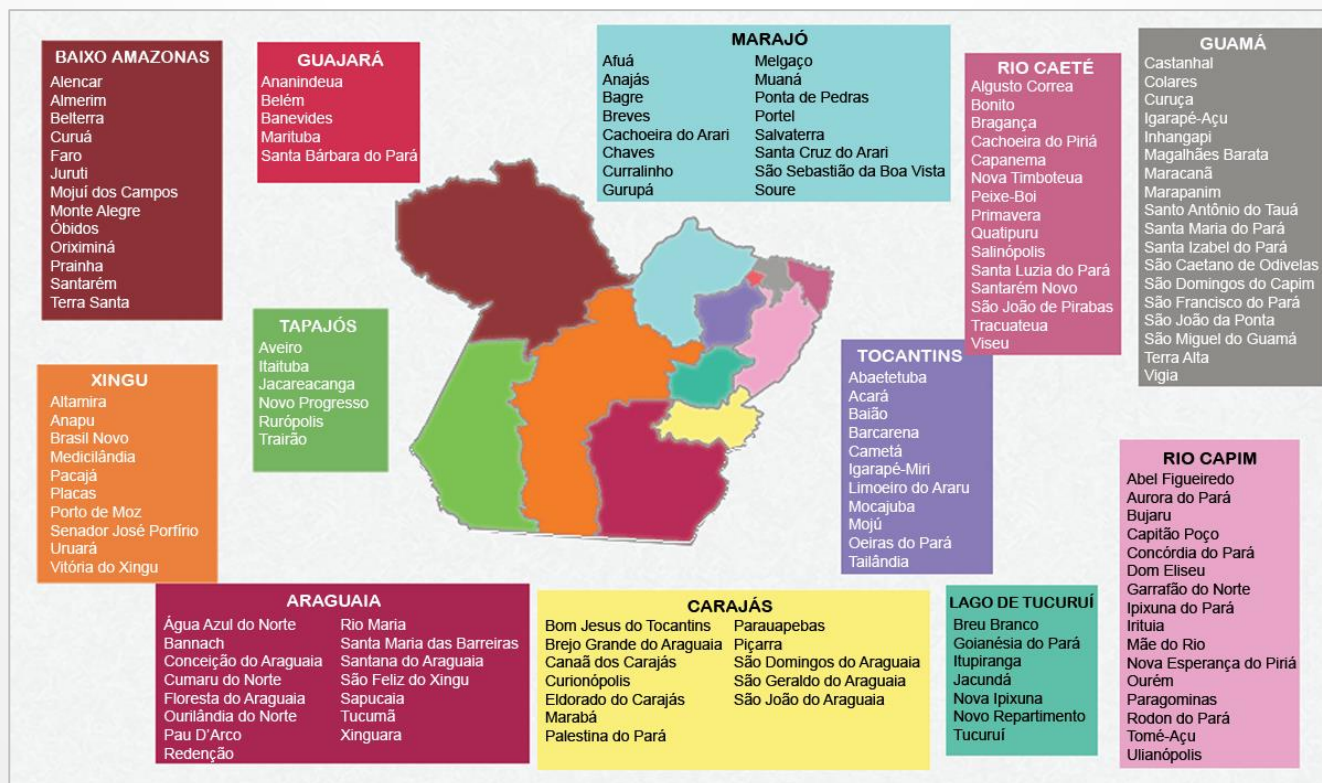
O presente capítulo apresenta diferentes indicadores econômicos, classificados em quatro agrupamentos mais convencionais como: Produto Interno Bruto (PIB), inflação, balança comercial e mercado de trabalho, demonstrando o cenário econômico do estado do Pará, com base nos dados disponibilizados pelos órgãos oficiais.

Considerando que tais variáveis interferem no bem-estar da sociedade, o capítulo também se dedica a apresentar o cenário social do estado do Pará, por meio de indicadores preconizados na Lei nº 6.836/2006, alterada pela Lei nº 8.327/2015, que se traduzem num diagnóstico global e regionalizado do nível de qualidade de vida paraense, denominado Mapa da Exclusão Social.

Por essa lei, o Chefe do Poder Executivo deve encaminhar anualmente ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o aludido Mapa, referente aos dois últimos anos imediatamente anteriores, contendo 8 temáticas: (I) Expectativa de Vida; (II) Renda; (III) Emprego; (IV) Educação; (V) Saúde, (VI) Saneamento Básico, (VII) Habitação, (VIII) Segurança.

Cada temática possui 1 ou mais indicadores, totalizando a composição de 30 indicadores para a formação do diagnóstico da realidade social do Pará, representando a totalidade do Estado e de suas 12 Regiões de Integração, a seguir, ilustradas.

**Gráfico 1.1 – Regiões de Integração do Estado do Pará.**



Fonte: [http://www.navegapara.pa.gov.br/sites/default/files/banner\\_0.png](http://www.navegapara.pa.gov.br/sites/default/files/banner_0.png). Adaptado.

Alguns indicadores contidos no Mapa foram apresentados em 3 recortes geográficos: Pará,

representando a totalidade do Estado; Região Metropolitana de Belém (RMB), que abrange os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará; e de Fora da RMB, que compreende os demais municípios, conforme Lei Complementar nº 72/2010. E, para fins de comparativo, também foram apresentados dados do Brasil e da Região Norte.

Considerando o encaminhamento do PLOA em setembro de 2021, o Mapa ora apresentado refere-se aos anos de 2019 e 2020, e, portanto, não exibe dados relativos a 2021, ano de objeto da presente análise. Contudo, para alguns indicadores, verifica-se que o Mapa demonstrou dados de anos anteriores na formação de uma série histórica, para fins de análise comparativa.

Registra-se que, a partir de 2015, o diagnóstico da realidade social passou a cargo da Fundação Amazônia de Amparo e Pesquisa (Fapespa), que incluiu a temática Inclusão Digital, considerando a importância do avanço tecnológico e o déficit no acesso aos veículos digitais de informação com utilização da internet.

Segundo a Fapespa, os dados foram fornecidos por fontes oficiais do Estado, como: Secretaria de Estado da Saúde do Pará (Sespa); Secretaria de Estado de Administração Previdenciária do Estado do Pará (SEAP); Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasespa); Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Segup), através da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Siac); bem como pelas principais fontes oficiais brasileiras: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Anual e Trimestral; Ministério da Saúde (MS), por intermédio do Departamento de Informática do SUS (Datapus) e do Departamento de Atenção Básica (DAB); Ministério do Trabalho (MT), mediante a Relação Anual de Informações Sociais (Rais); Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); e, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por intermédio do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

De acordo com o Mapa da Exclusão Social/2021, houve a necessidade de estimar os dados e/ou usar uma variável proxy(1), com base em critérios estatísticos para algumas situações em que os indicadores não tinham sido divulgados ou disponibilizados por sua fonte oficial até o prazo de entrega do referido diagnóstico, ou para os casos em que houve descontinuidade da série devido as mudanças na formulação do indicador.

O Mapa reporta, ainda, que, em função da pandemia do novo corona vírus (SARS-CoV-2), algumas pesquisas não foram realizadas para o ano de 2020, conforme esclarecimento feito pela equipe da PNAD do IBGE, levando a Fapespa a estimar alguns indicadores para aquele ano.

Por fim, para ilustrar o cenário econômico e social do Estado, foram agregados dados do Ranking de Competitividade dos Estados (RCE) concebido pelo Centro de Liderança Pública (CPL)(2), em 2011. Trata-se da avaliação do desempenho de todas as unidades da federação em 10 temáticas e constitui-se em uma ferramenta capaz de balizar as ações dos governos estaduais e apoiar a elaboração de políticas visando promover transformações sociais por meio de uma gestão eficaz.

## 1.1. RESULTADO DOS INDICADORES ECONÔMICOS

### 1.1.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade em determinado período, geralmente em um ano.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística explica(3) que o PIB não é o total de riqueza existente,

(1) Variável proxy é aquela que se apresenta no lugar do real variável de interesse, a qual não pode estar disponível, ser muito cara ou muito demorada de medir (BRUC, 2019).

(2) O centro de Estudos de Liderança Pública é uma associação sem fins lucrativos, com objetivos voltados à promoção de finalidades de relevância pública e social.

(3) Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.



porque induz que ele seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional. Essa concepção é um equívoco bastante comum.

O PIB é um indicador síntese de uma economia que ajuda a compreender a atividade econômica local, que, por sua vez, quanto maior for, mais se consome, vende e se investe. Porém, esse indicador não expressa os fatores como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde.

Ressalta-se que os dados do PIB contidos no relatório da prestação de contas do governo estadual do exercício de 2021 referem-se ao ano de 2019, quando houve o último registro pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Pesquisa (IBGE). Essa defasagem de dois anos na divulgação dos resultados ocorre porque os cálculos do PIB dos municípios dependem dos resultados das contas nacionais e regionais, de dados provenientes de outras pesquisas do IBGE e também do acesso a dados administrativos de outros órgãos.

Portanto, outros dados que não sejam até 2019 apresentados sobre o PIB, são dados estimados e projetados pela Fapespa, divulgados por meio de seu sítio oficial na internet ([www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)) ou por outros órgãos da administração pública, pelo que se recomendam ponderações e relativizações sobre os valores apresentados.

A tabela a seguir expõe os dados do PIB do Brasil, do Norte e do estado do Pará, bem como a participação percentual do Estado na composição nacional e regional, no período de 2015 a 2019.

**Tabela 1.1 – PIB do Brasil, Região Norte e estado do Pará – 2015-2019.**

(Em R\$ milhões)

Ano	Brasil	Norte	Pará	Var. % PIB Pará	Participação do Pará no PIB do Brasil (%)	Participação do Pará no PIB do Norte (%)
2015	5.995.787	320.688	130.900	-	2,18	40,82
2016	6.269.328	337.302	138.108	5,51	2,20	40,94
2017	6.585.479	367.956	155.232	12,40	2,36	42,19
2018	7.004.141	387.535	161.350	3,94	2,30	41,63
2019	7.389.131	420.424	178.377	10,55	2,41	42,43

Fonte: IBGE; Fapespa, 2021.

O PIB do Pará, em 2019, chegou a R\$178,3 bilhões, fazendo desse Estado a 11ª maior economia do País e a primeira da Região Norte.

Na série histórica apresentada, o PIB cresceu nas três áreas geográficas. No Pará, o crescimento do PIB foi mais acentuado nos anos de 2017 e 2019, com variações acima de 10%. Nesses anos, o Pará registrou suas maiores marcas de participação no PIB Brasil: 2,36%, em 2017, e 2,41%, em 2019; e no PIB do Norte: 42,19%, em 2017, e 42,43%, em 2019.

A evolução do PIB do Pará no período de 2015 a 2019 pode ser visualizada no gráfico a seguir.

**Gráfico 1.2 – PIB do Pará – 2015-2019.**



Fonte: IBGE; Relatório PIB do Pará 2019, Fapespa.

De acordo com o relatório das contas anuais de governo/2021, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) é de crescimento positivo da economia do Pará, com projeção de crescimento real do PIB em 4,49%, considerando a melhora nos indicadores econômicos, a ampliação da mobilidade e da continuidade do processo de vacinação no Estado.

### • Produto Interno Bruto per capita

O PIB per capita é obtido da divisão do PIB pelo número de habitantes de um país, estado ou cidade e mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo se todos recebessem partes iguais, ou seja, considerando uma distribuição de renda equilibrada.

A tabela a seguir apresenta o PIB per capita do Pará e do Brasil, no período de 2015 a 2019 e a relação entre ambos.

**Tabela 1.2 – PIB per capita do Pará e do Brasil – 2015-2019.**

(Em R\$)			
Ano	Brasil	Pará	Participação do Pará no PIB per capita nacional (%)
2015	29.326	16.012	54,60
2016	30.412	16.694	54,89
2017	31.713	18.554	58,51
2018	33.594	18.952	56,41
2019	35.162	20.735	58,97

Fonte: IBGE, 2022.

Em 2019, o PIB per capita do Pará atingiu o maior valor da série histórica (R\$20.735), representando aumento de 9,4% em relação ao ano anterior. Com esse resultado, passou o Estado da 20ª colocação, em 2018, para a 16ª posição em 2019, no ranking nacional.

A relação entre o PIB per capita do Pará (R\$20.735) e o PIB per capita do Brasil (R\$35.162) foi de 0,58, o que traduz uma participação expressiva do Pará no PIB per capita nacional na proporção de 58,97%.

Na série histórica apresentada, verifica-se um aumento na participação do Pará no PIB per capita nacional ano após ano, com exceção do ano de 2018, já que nesse ano o aumento do PIB per capita do Estado foi aquém do crescimento do PIB per capita nacional.

### 1.1.2. Inflação

Denomina-se Inflação o aumento no valor de um determinado bem ou serviço dentro de um curto ou médio prazo, implicando na redução do poder de compra da moeda. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação, cujos mais importantes são: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado o oficial pelo governo federal, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

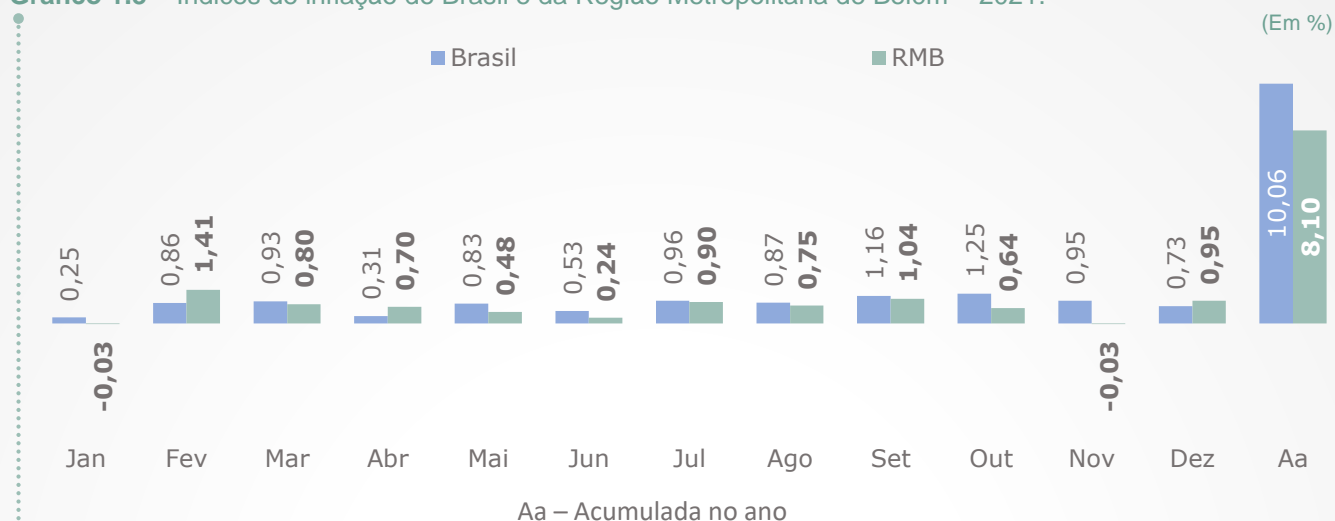
Salienta-se que o IBGE não divulga dados sobre os Estados, mas calcula e publica a inflação de dez regiões metropolitanas do país, com base no IPCA, considerando as famílias com rendimento monetário de 1 a 40 salários mínimos.

No Brasil, o índice de inflação acumulado ao final de 2021 chegou a 10,06%, taxa essa maior que a registrada no ano de 2020 (4,52%), de acordo com os dados do IPCA divulgados pelo IBGE. Esse resultado ficou acima da meta estabelecida (3,75%) pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução, nº 4.671, ultrapassando o limite de 5,25%.

As maiores taxas foram registradas nos meses de setembro e outubro, 1,16% e 1,25%, respectivamente, ultrapassando, assim, a casa de 1%. Em dezembro, a taxa registrou 0,73%, representando uma desaceleração em relação a novembro, quando a taxa de inflação ficou em 0,95%.

O gráfico a seguir apresenta os índices de inflação de 2021 do Brasil e da Região Metropolitana de Belém (RMB), com variações mensais calculadas pelo IPCA.

**Gráfico 1.3 – Índices de inflação do Brasil e da Região Metropolitana de Belém – 2021.**



Fonte: IBGE/Sidra (2021). Elaboração: TCE-PA.

A Taxa de inflação acumulada em 2021 na Região Metropolitana de Belém foi de 8,10%, ou seja, inferior à taxa nacional (10,06%), porém bem acima da taxa registrada no ano anterior (4,63%).

A pandemia da Covid-19 contribuiu sobremaneira para o aumento da inflação em quase todos os países, uns mais e outros menos. No Brasil, as incertezas político-econômicas impactaram bastante nos preços dos bens e serviços, elevando a taxa da inflação, inclusive na RMB, conforme mencionado.

Observa-se no gráfico que as taxas mensais de inflação registradas na RMB foram maiores que as taxas nacionais em apenas 3 meses do ano (fevereiro, abril e dezembro) e nos demais meses registraram percentuais bem menores.

Em relação aos índices mensais na RMB, observa-se a tendência de queda da inflação no período de março a junho, e, a partir disso, um comportamento bastante instável, oscilando entre aumentos e diminuições, que resultou no índice acumulado de 8,10%. Esse índice é o menor dentre as 10 regiões metropolitanas pesquisadas no ano de 2021 pelo IBGE, que registrou o maior índice em Curitiba (12,73%).

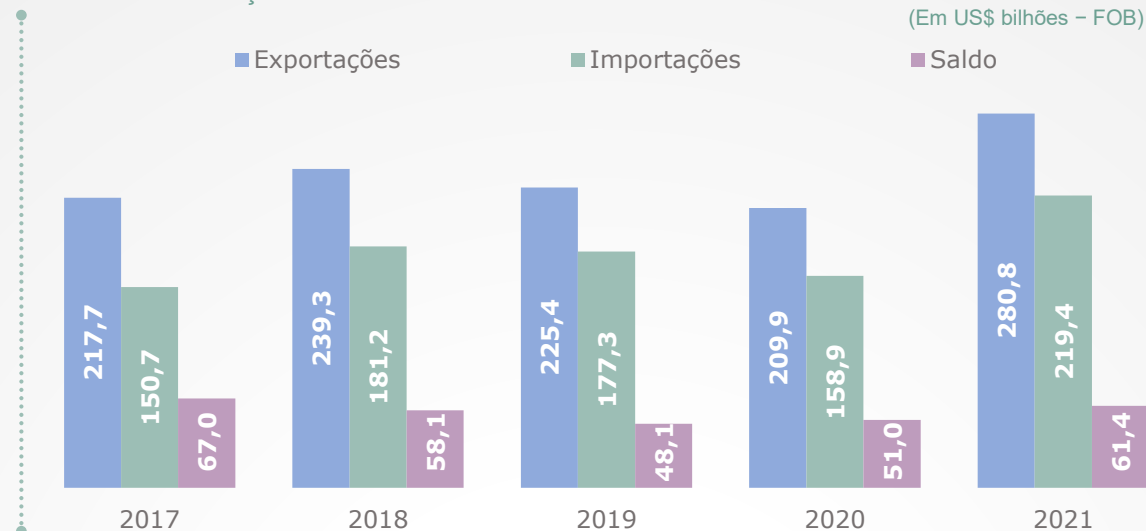
### 1.1.3. Balança comercial

Balança comercial compreende o registro total das exportações e importações de bens e serviços de um país em um intervalo de tempo (mês, semestre, ano), em dólares americanos. A diferença entre os valores totais das exportações e importações em determinado período de referência resulta em um saldo que poderá ser positivo, denominado superávit, ou negativo, conhecido por déficit.

Os dados apresentados derivam dos resultados divulgados pelo Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviço, por meio da Comex Vis - Visualização do Comércio Exterior - integrada à plataforma Comex Stat, sistema oficial de consulta aos dados do comércio exterior brasileiro, disponíveis na internet (<http://www.mdic.gov.br/>).

A balança comercial do Brasil registrou superávit em 2021 (US\$61,4 bilhões), assim como nos exercícios anteriores, conforme demonstra a série histórica no gráfico a seguir.

**Gráfico 1.4 – Balança comercial brasileira – 2017-2021.**

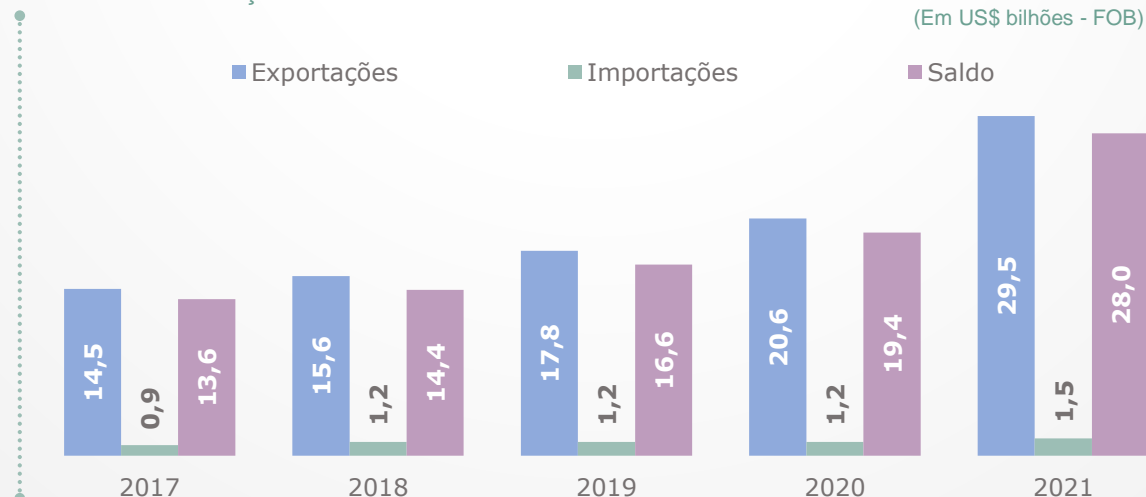


Fonte: MDIC, 2021. Elaboração: TCE-PA.

O saldo da balança comercial, após uma sequência de queda nos anos de 2018 e 2019, voltou a crescer, mas não atingiu, em 2021, cifras de 2017 (US\$67 bilhões), porém no ano em análise, a movimentação econômica, ou seja, o volume de exportação e importação foi bem maior do que em 2017.

Em relação ao estado do Pará, em 2021, o saldo da balança comercial foi de US\$28 bilhões, resultante de US\$29,5 bilhões de exportações e US\$1,5 bilhão de importação. Esse foi o maior saldo apurado nos últimos cinco anos, conforme se visualiza do gráfico a seguir, que apresenta a evolução do saldo da balança comercial do Pará, bem como do montante de exportações e importações, no período de 2017 a 2021.

**Gráfico 1.5 – Balança comercial do estado do Pará – 2017-2021.**



Fonte: MDIC, 2021. Elaboração: TCE-PA.

Em relação a 2020, as exportações do Pará, em 2021, aumentaram US\$8,9 bilhões e as importações US\$0,3 bilhões, representando crescimento de 43,2% e 25%, respectivamente. Dessa forma, o saldo da balança comercial do Pará cresceu 44,3%, chegando a US\$28 bilhões em 2021.

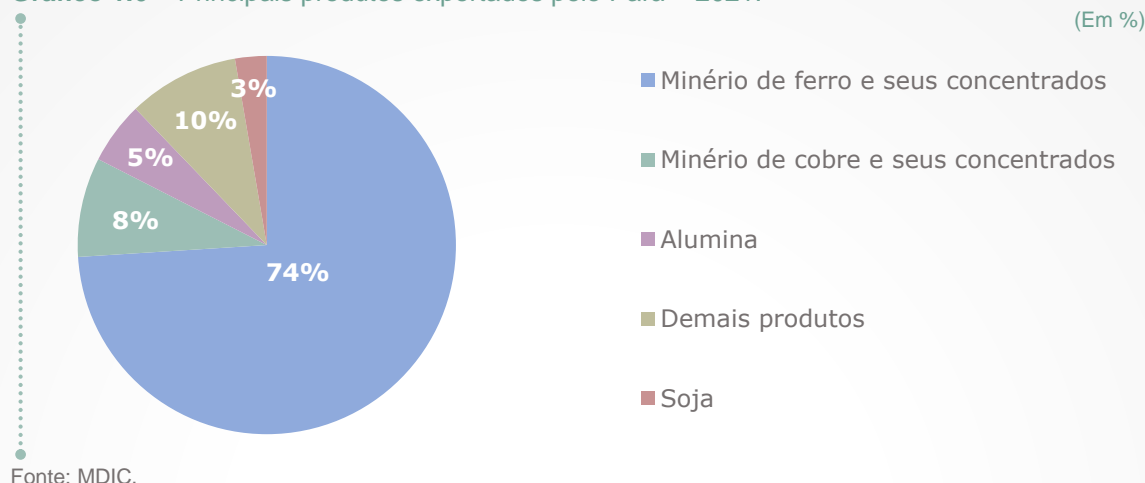
Quanto à participação do Pará no comércio exterior, o montante das exportações (US\$29,5 bilhões) representou 10,5% do total exportado pelo Brasil e colocou o Estado em 4º lugar no ranking das unidades

federativas que mais exportaram em 2021, ficando apenas atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Já as importações (US\$1,5 bilhão) representaram apenas 0,7% do valor nacional, posicionando o Pará na 17ª colocação no ranking dos Estados importadores.

A abundância em minérios torna o Pará um dos maiores exportadores e colaboradores para a composição da balança comercial do Brasil.

O gráfico a seguir expõe os principais produtos exportados pelo estado do Pará em 2021, com as respectivas representações percentuais de seus valores.

**Gráfico 1.6** – Principais produtos exportados pelo Pará – 2021.



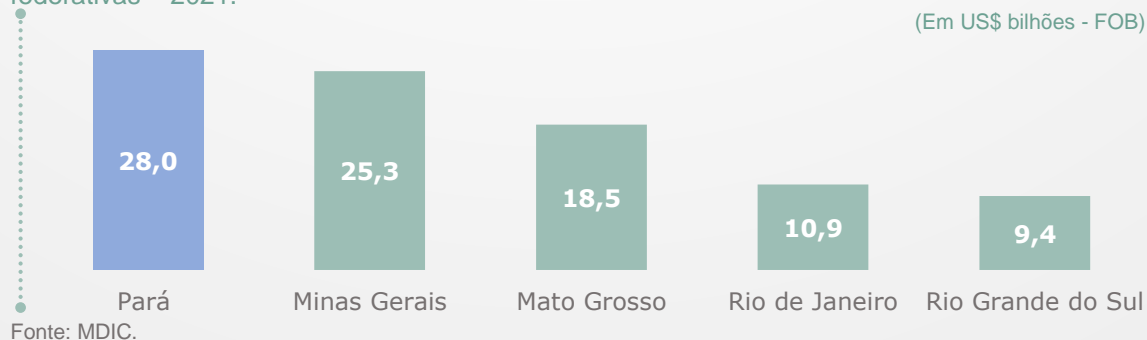
O minério de ferro e seus concentrados possuem maior representatividade nas exportações do Pará. Em 2021, eles representaram 74% do total dos produtos exportados pelo Pará.

O minério de cobre e seus concentrados constituíram-se na segunda maior participação no total das exportações de produtos pelo Pará, com 8,5%. A alumina e a soja, representaram 5,3% e 2,7%, respectivamente, do total. Os demais produtos não tiveram representatividade superior a 1,5%, mas juntos somaram 9,5%.

Em relação à participação dos Estados na composição do saldo da balança comercial brasileira, o Pará, historicamente, lidera o ranqueamento de vendas de bens e serviços ao exterior. Em 2021, com US\$28 bilhões de exportações, o Estado foi protagonista na escala das unidades federativas, alcançando o primeiro lugar na composição da balança comercial do Brasil, seguido por Minas Gerais (US\$25,3 bilhões) e Mato Grosso (US\$18,5 bilhões).

A seguir, o gráfico apresenta o ranking dos cinco maiores saldos dos Estados na composição da balança comercial brasileira de 2021 e demonstra que o saldo do ocupante da 5ª colocação corresponde a 1/3 do saldo da balança do estado do Pará.

**Gráfico 1.7** – Ranking dos maiores saldos da balança comercial brasileira por unidades federativas – 2021.



### 1.1.4. Mercado de trabalho

A análise do mercado de trabalho baseou-se nos dados do Ministério do Trabalho e Previdência por meio do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)(4), que se constitui numa das principais fontes de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho conjuntural.

O desempenho do mercado é medido a partir da movimentação do emprego celetista, segundo o número de admissões, demissões e o saldo no período.

A tabela a seguir apresenta os dados do mercado de trabalho celetista no Brasil e no estado do Pará, considerando os totais de pessoas admitidas, desligadas do emprego, o saldo e a variação entre admissão e desligamento, no exercício de 2021.

**Tabela 1.3 – Empregos no Brasil e no estado do Pará – 2021.**

Recorte Geográfico	(Em unidade)			
	Admitidos (a)	Desligados (b)	Saldo a - b	Var. % b / a
Brasil	20.846.788	18.091.397	2.755.391	15,23
Pará	411.270	338.997	72.273	21,32

Fonte: Novo Caged/MTP.

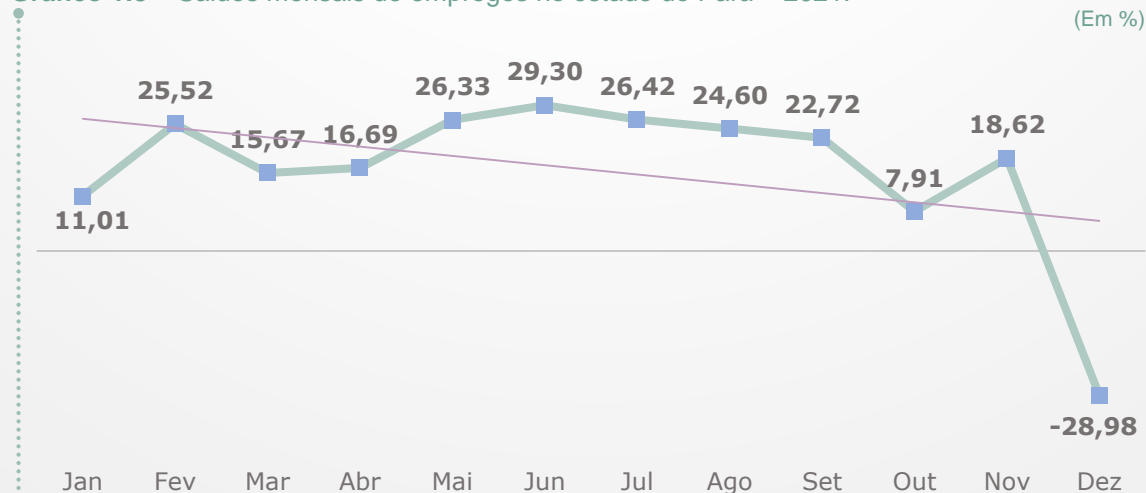
No Brasil, o número de pessoas admitidas foi superior em 15,23% ao número de pessoas desligadas, chegando-se ao saldo de 2.755.391 empregos, em 2021. Esse resultado é bastante satisfatório em relação ao ano anterior, cujo saldo de emprego foi de 142.690, e demonstra a recuperação da economia mesmo diante de um quadro de pandemia mundial.

Contribuíram para esse cenário positivo: o setor de serviços (saldo positivo de 1.226.026 novos postos de trabalhos) e o setor de comércio (643.754 novos postos de trabalhos).

No Pará, o número de pessoas admitidas também foi superior ao de pessoas desligadas (21,32%), chegando ao final de 2021 com saldo de 72.273 empregos, saldo esse maior que o registrado nos estados da Região Norte, como Amazonas (36.148), Tocantins (16.217) e Rondônia (14.680), que depois do Pará, foram os que apresentaram os melhores resultados.

O comportamento dos saldos mensais de empregos no Pará, relativos a 2021, pode ser visualizado no gráfico a seguir.

**Gráfico 1.8 – Saldos mensais de empregos no estado do Pará – 2021.**



Fonte: Novo Caged/MTP.

(4) O Novo Caged é a geração das estatísticas do emprego formal por meio de informações captadas dos sistemas eSocial, Caged e Empregador Web.

O gráfico demonstra que, ao contrário do ocorrido em 2020, todos os meses apresentaram saldo mensal positivo de emprego em 2021, no Pará, a exceção do mês de dezembro, que comumente possui muitos desligamentos após as festividades.

Não obstante ao aumento no saldo de postos de empregos ao final de 2021, observa-se uma tendência de queda, considerando a sequência de diminuição do saldo de emprego, conforme o gráfico apresentado.

A participação dos setores no saldo de emprego no Pará pode ser visualizada na tabela a seguir.

**Tabela 1.4** – Saldo de emprego por grande grupamento de atividade econômica no estado do Pará – 2021.

(Em unidade)

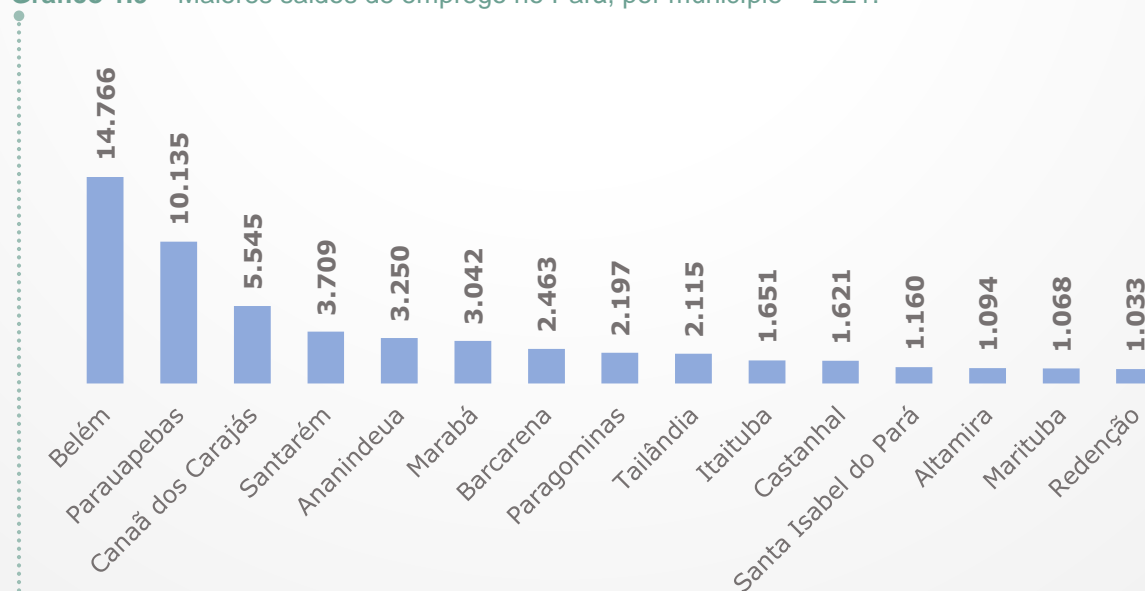
Atividade Econômica	Admissões	A.V%	Desligamentos	A.V%	Saldo	A.V%
Agropecuária	22.566	5,49	17.407	5,13	5.159	7,14
Construção	76.125	18,51	62.461	18,43	13.664	18,91
Indústria	50.466	12,27	41.432	12,22	9.034	12,50
Serviços	147.559	35,88	125.811	37,11	21.748	30,09
Comércio	114.554	27,85	91.886	27,11	22.668	31,36
<b>TOTAL</b>	<b>411.270</b>	<b>100,00</b>	<b>338.997</b>	<b>100,00</b>	<b>72.273</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Novo Caged/MTP.

No cenário de emprego no Pará, as atividades econômicas que mais geraram admissões foram serviços (35,88%) e comércio (27,85%), que, por outro lado, também registraram os maiores desligamentos: 37,11% e 27,11%, respectivamente. Mas, em geral, são essas as atividades que mais contribuíram para o saldo de empregos no Pará, já que juntas representaram 61,46% do total de postos de trabalho.

Em relação ao saldo de emprego no Pará por município, destacam-se aqueles que apresentaram saldo acima de 1.000 postos, conforme visualizado no gráfico a seguir.

**Gráfico 1.9** – Maiores saldos de emprego no Pará, por município – 2021.



Fonte: Novo Caged/MTP.

Dos 144 municípios do estado do Pará, 15 apresentaram saldo de postos de trabalho acima de 1.000, sendo a maioria concentrada no leste do Pará.

Desses 15 municípios, destacaram-se a capital (Belém), com saldo de 14.766 empregos, Parauapebas (10.135) e Canaã dos Carajás (5.545).

## 1.2. RESULTADO DOS INDICADORES SOCIAIS

### 1.2.1. Expectativa de vida

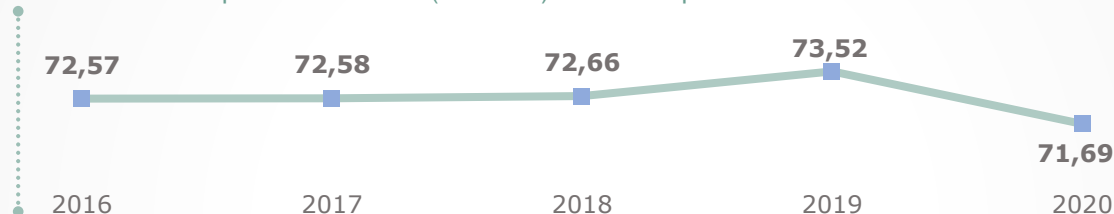
A expectativa de vida do paraense é medida por um único indicador (Expectativa de Vida em Anos ao Nascer)<sup>(5)</sup> definido pela Lei nº 8.327/2015 como o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas no momento (ano de observação) e é calculado considerando a população residente e os óbitos registrados no período.

Esse indicador reflete o nível e a qualidade ao acesso à saúde, educação, cultura e lazer, bem como a violência, criminalidade, poluição e situação econômica do lugar em questão. De acordo com ele, a expectativa de vida do Estado, em 2020, chegou a 71,69 anos, representando queda de 1,83 ano em relação ao ano de 2019, equivalente a uma variação negativa de 2,49%.

A pandemia (Covid-19) que assolou o mundo no ano de 2020 pode ser listada como o principal fator para tal ocorrência.

A série histórica a seguir apresenta o resultado do indicador nos anos de 2016 a 2020.

**Gráfico 1.10** – Expectativa de vida (em anos) ao nascer para o estado do Pará – 2016-2020.



Fonte: Sespa/Fapespa, 2021. Elaboração: Fapespa.

Relatório de análise das contas do governador, 2020, pág. 25. Elaboração: TCE-PA.

De acordo com a série histórica supra, o indicador apurado em 2020 foi o menor do período, interrompendo os sucessivos aumentos na expectativa de vida do paraense ocorridos desde 2016.

A tabela a seguir apresenta a expectativa de vida para as Regiões de Integração (RI) do estado do Pará nos anos de 2020 e 2019 para fins de comparação.

**Tabela 1.5** – Expectativa de vida ao nascer para o Pará e suas Regiões de Integração (RI) – 2019-2020.

Estado e Regiões de Integração	Expectativa de Vida		Variação (%) 2020/2019
	2019	2020	
Pará	73,52	71,69	-2,49
Araguaia	73,37	72,33	-1,42
Baixo Amazonas	73,80	71,64	-2,93
Carajás	71,98	70,67	-1,82
Guajará	73,24	70,93	-3,15
Guamá	73,46	71,47	-2,71
Lago de Tucuruí	74,59	73,18	-1,89
Marajó	76,27	74,98	-1,69
Rio Caeté	73,58	72,37	-1,64
Rio Capim	74,06	72,44	-2,19
Tapajós	71,03	69,50	-2,15
Tocantins	74,70	72,88	-2,44
Xingu	71,97	71,53	-0,61

Fonte: Sespa/Fapespa, 2021. Elaboração: Fapespa.

(5) Fórmula de cálculo: razão entre o número de pessoas/anos vividos a partir do nascimento e o número de sobrevivente. Fonte: IDESP/DATASUS



Das 12 regiões de integração que compõem o Estado, Marajó apresentou as maiores taxas nos dois exercícios e, também, nos exercícios anteriores, como tem sido observado nos relatórios pretéritos de análise das contas anuais de governo. Ainda assim, em 2020 apresentou queda de 1,69% quando comparado ao ano de 2019, queda essa maior que a ocorrida em Xingu (0,61%) e menor que a queda observada em Guajará (3,15%). Aliás, em todas as Regiões de Integração houve redução de expectativa de vida.

Tapajós registrou o pior índice nos dois exercícios, tendo regredido em 2,15% a expectativa de vida, em 2020, em comparação a 2019.

A maior regressão na expectativa de vida paraense ocorrida em 2020 foi na Região de Integração Guajará, que passou de 73,46 anos, em 2019, para 70,93 anos.

Explica a Fapespa que a expectativa de vida se baseia no cálculo da mortalidade pelos anos vividos e envolve várias causalidades, como violência, condições de saúde, saneamento, etc., e portanto, esses condicionantes socioeconômicos e ambientais contribuem para a formação do indicador e, como tal, configuram-se como transversal ao alinhamento das políticas públicas, por suas dimensões e impactos sociais.

O Mapa relaciona as ações governamentais realizadas em 2020 que podem impactar positivamente o indicador sob exame, mas não se constituem objeto de análise no presente capítulo, mesmo porque os efeitos dessas ações não são observados imediatamente ao fim de suas implementações, já que as transformações sociais decorrentes não acontecem a curto prazo.

## 1.2.2. Renda

A temática Renda é avaliada segundo três indicadores: a) Renda Média de Todas as Fontes; b) Índice de Gini; e c) Proporção de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza (Taxa de Pobreza), cujos dados são obtidos a partir de pesquisas do IBGE e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que é um relatório de informações socioeconômicas solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente.

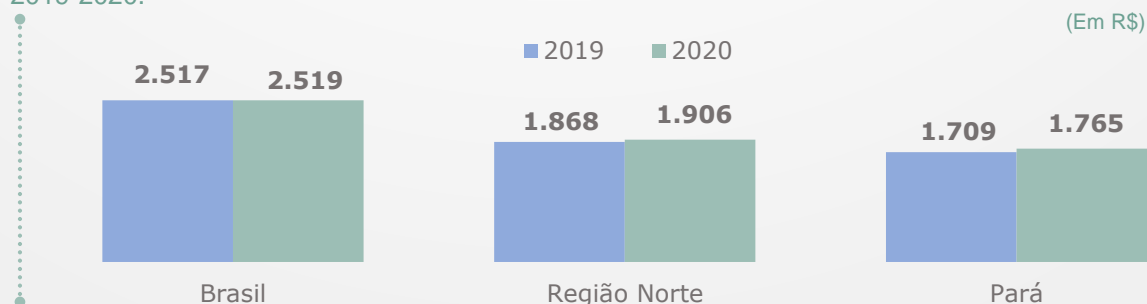
Os subitens a seguir apresentam as três variáveis que compõem a temática sob exame.

### 1.2.2.1. Renda Média de Todas as Fontes

De acordo com a Lei nº 8.327/2015, o indicador Renda Média de Todas as Fontes é definido como a média dos rendimentos mensais de todos os trabalhadores e de todas as fontes e é calculado pela média dos rendimentos mensais provenientes de todas as fontes.

O rendimento médio do trabalhador paraense nos anos de 2019 e 2020 está evidenciado no gráfico, a seguir, que também demonstra o rendimento médio do Brasil e da Região Norte para fins de comparação.

**Gráfico 1.11** – Renda média mensal dos trabalhadores para o Brasil, Região Norte e Pará – 2019-2020.



Registra-se que, o Mapa da Exclusão Social do Pará, ano 2021, fonte de dados do diagnóstico ora apresentado, não evidenciou o indicador para a Região Metropolitana de Belém (RMB) e Fora da RMB. Em razão disso, deixa-se de apresentar a série histórica da renda média mensal dos trabalhadores paraenses nesses recortes geográficos, como de costume.

Em 2020, no Pará, o rendimento médio mensal de todos os trabalhadores passou de R\$1.709 para R\$1.765, acompanhando a trajetória de crescimento desse indicador desde 2016, embora a variação positiva de 3,3% ocorrida no período 2019-2020 tenha sido bem menor que a variação de 13% ocorrida no período 2018-2019. Tal fato também pode ser atribuído ao contexto da pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), que no primeiro semestre de 2020 ocasionou o fechamento de inúmeros postos de trabalho.

Ainda assim, o estado do Pará apresentou o maior crescimento de rendimento médio mensal em relação aos crescimentos ocorridos no Brasil (0,1%) e na Região Norte (2%).

A tabela adiante apresenta o rendimento médio anual dos trabalhadores de 14 anos ou mais, possibilitando identificar o crescimento de renda de empregado no setor público (9,4%) e de empregado no setor privado (3,6%), em contraposição às retrações ocorridas no rendimento médio dos trabalhadores domésticos (-7,3%), empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada (-5,3%) e daqueles que trabalham por conta própria (-0,7%).

**Tabela 1.6** – Renda média anual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por posição na Ocupação - 2019-2020.

(Em R\$1,00)

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Renda média mensal (R\$)		Variação (%)
	2019	2020	2020/2019
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada (exclusive trabalhadores domésticos)	2.406	2.493	3,6
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada (exclusive trabalhadores domésticos)	1.051	995	-5,3
Trabalhadores doméstico	744	690	-7,3
Empregado no setor público (inclusive estatutário e militar)	4.397	4.812	9,4
Empregador	3.891	3.946	1,4
Conta própria	968	961	-0,7

Fonte: PNAD Contínua, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

Verifica-se que o empregado no setor público, inclusive estatutário e militar, possui renda média maior que as outras categorias, e, em seguida, o empregador, que possui a segunda maior renda, nos dois anos examinados.

#### 1.2.2.2. Índice de Gini

De acordo com a Lei nº 8.327/2015, o Índice de Gini é utilizado para medir o grau de desigualdade existente na distribuição de renda de um local ou de indivíduos, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Seu valor varia de zero quando não há desigualdade, ou seja, a renda de todos os locais/indivíduos tem o mesmo valor; a um, quando a desigualdade é máxima, ou seja, apenas um local/indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula. Logo, o índice mais próximo de 0 (zero) indica uma distribuição de renda mais igualitária.

Por essa lei, o coeficiente de Gini é calculado a partir da relação entre as variáveis: proporção acumulada da população e proporção acumulada da renda do emprego formal, tendo como fonte de dados o IBGE e o Ministério do Trabalho e Emprego.

O quadro a seguir apresenta os níveis de concentração da renda no Pará e em todas as suas Regiões de Integração (RI), nos anos de 2019 e 2020, de acordo com o Índice de Gini da renda do emprego formal, organizado por ordem crescente para as RIs.

**Quadro 1.1 – Índice de Gini da renda do emprego formal do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.**

(Em número índice)

Estado e Regiões de Integração	Índice de Gini 2019	Estado e Regiões de Integração	Índice de Gini 2020
Pará	0,2986	Pará	0,2927
Guamá	0,1367	Guamá	0,1335
Rio Caeté	0,1491	Rio Caeté	0,1535
Araguaia	0,1625	Araguaia	0,1578
Marajó	0,1651	Marajó	0,1725
Tapajós	0,1767	Tapajós	0,1770
Rio Capim	0,1785	Rio Capim	0,1780
Tocantins	0,1948	Tocantins	0,1939
Lago de Tucuruí	0,2033	Xingu	0,1953
Xingu	0,2116	Lago de Tucuruí	0,2018
Baixo Amazonas	0,2219	Baixo Amazonas	0,2160
Carajás	0,2743	Carajás	0,2759
Guajará	0,3628	Guajará	0,3507

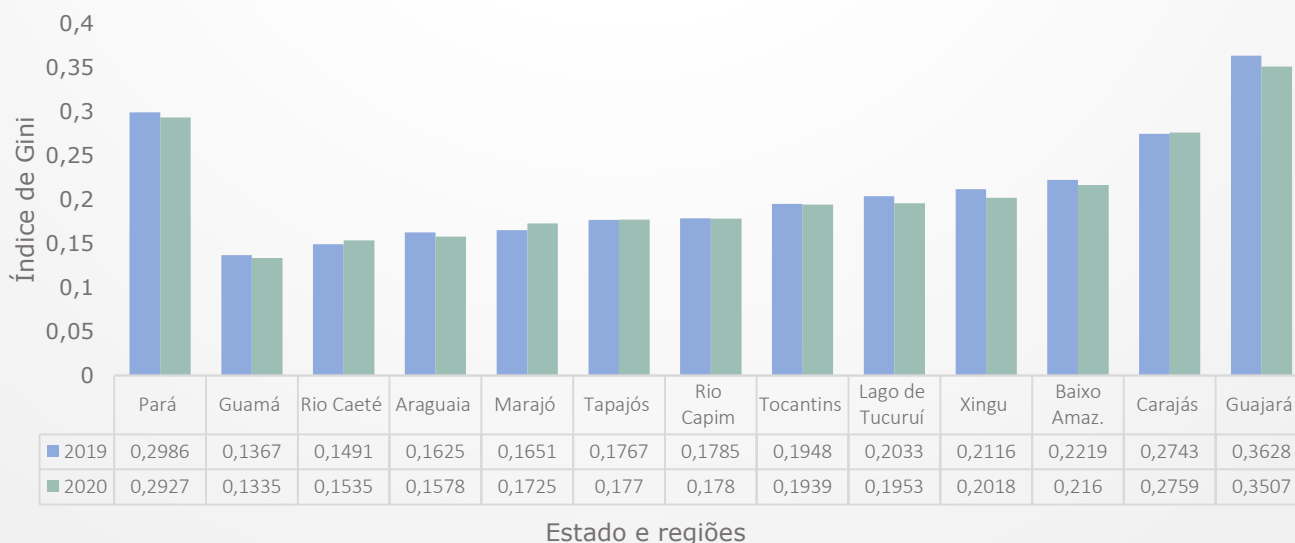
Fonte: Ministério do Trabalho (Rais e Caged)/Fapespa, 2021. Elaboração: Fapespa. Adaptação: TCE-PA.

O quadro acima apresenta um ranking de posição das RIs por concentração de renda nos exercícios de 2019 e 2020, verifica-se que 10 regiões se mantiveram na mesma posição, tendo permutado entre si apenas 2 Regiões de Integração: Lago de Tucuruí e Xingu, sendo essa última a Região que apresentou maior redução na concentração de renda (-7,70%), ao ter passado de 0,2116 para 0,1953 o seu índice de Gini.

No sentido de facilitar a compreensão e comparação das informações do quadro acima, os dados foram transformados no gráfico a seguir.

**Gráfico 1.12 – Índice de Gini da renda do emprego formal do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.**

(Em número índice)



Fonte: Ministério do Trabalho (Rais e Caged)/Fapespa, 2021. Elaboração: Fapespa. Adaptação: TCE-PA.

Em 2020, a concentração de renda do estado do Pará (0,2927) recuou em 1,98% em relação ao ano

anterior. Verifica-se que as regiões Araguaia, Baixo Amazonas, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Rio Capim, Tocantins e Xingu apresentaram retração no indicador em 2020, representando melhora na distribuição de renda. Por outro lado, Carajás, Marajó, Rio Caeté e Tapajós apresentaram aumento no nível de desigualdade.

Depois de Xingu, Guajará foi a região que apresentou maior redução na concentração de renda (3,34%), embora ainda seja a região que tenha apresentado o maior índice nos 2 anos: 0,3628, em 2019, e 0,3507 em 2020, ao passo que Guamá, com o menor índice nos dois anos (0,1367, em 2019, e 0,1335, em 2020) foi a Região de Integração que apresentou menor desigualdade na distribuição de renda.

Essa situação é influenciada pelo maior contingente populacional e pelos níveis salariais na Região Metropolitana de Belém, que integra a Região Guajará, e conta com importantes atividades econômicas em cadeias dinâmicas, como Indústria e Serviços, além da presença em maior quantidade de órgãos do setor público, das esferas estadual e federal nessa região que, em média, remuneram melhor que os trabalhadores da iniciativa privada, conforme já demonstrado no quadro de análise da renda média anual do trabalhador.

Já a Região Guamá, com o menor Índice de Gini, possui como característica econômica o setor de comércio, serviços e agropecuária, segmentos que tradicionalmente empregam grande quantidade de mão de obra, porém, de modo geral, com baixos salários.

Registra-se que o Mapa da Exclusão Social/2021 menciona em nota que os valores de 2020 foram estimados pela Fapespa, considerando que a plataforma de extração de dados do Caged não mais disponibiliza informações sobre o saldo do emprego dos municípios paraenses, por faixa de salários mínimos.

Importante salientar que tramita neste TCE, sob o expediente nº 001338/2022, requerimento de providências encaminhado pelo Partido Verde acerca da metodologia para medição do Índice de Gini aplicada pela Fapespa, a qual, tendo alterado a forma de cálculo, teria produzido resultados distantes da realidade social, haja vista que o Pará possui 40% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza e, no entanto, apresentou índice de Gini de 0,2927 (ou seja, 29,3%), indicando uma distribuição de renda mais igualitária, já que o índice apresentou-se próximo de 0 (zero). O Partido alega, ainda, que o índice do Pará, apurado pela dita metodologia, é distante da realidade ao comparar os índices apurados no Brasil (53,3) e na Noruega (27,5), país esse que ocupa o primeiro lugar em desenvolvimento humano.

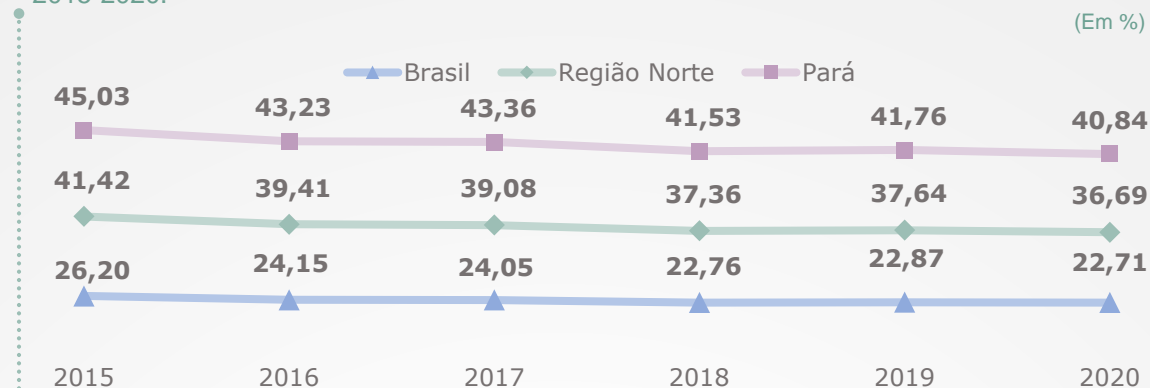
Quanto a isso, cabe aqui informar que no âmbito deste TCE, a Secretaria de Controle Externo (Secex) está adotando procedimentos de fiscalização na Fapespa, órgão responsável pelo cálculo do referido indicador, para se manifestar a respeito das alegações apresentadas, em resposta ao Partido Verde.

### **1.2.2.3. *Proporção de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza***

A proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza é a terceira variável da temática Renda. Esse indicador é definido como pessoas que convivem em domicílios com renda mensal inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita, conforme dispõe a Lei nº 8.327/2015, que alterou a Lei nº 6836/2006.

Também conhecido como taxa de pobreza, o indicador baseia-se na ideia de pobreza absoluta, na qual é fixado um nível mínimo ou suficiente para atender às necessidades básicas de uma pessoa. Assim, todas as pessoas que apresentam padrões inferiores a esse nível mínimo encontram-se em situação abaixo da linha de pobreza. Daí a importância de avaliação desse indicador, pois reflete o grau de compromisso do Estado com parcela dos cidadãos paraenses que se encontram nessa miserável situação.

O gráfico a seguir apresenta a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza em relação à população do Brasil, Região Norte e Pará, no período de 2015 a 2020.

**Gráfico 1.13** – Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza no Brasil, Região Norte e Pará – 2015-2020.

Fonte: CADÚNICO/IBGE/Fapespa, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

A proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, no período da série histórica analisada, demonstra diminuição nos três recortes geográficos, apesar do interrompimento do comportamento no ano de 2019, contudo deu sequência à diminuição no ano de 2020.

Ao longo dos 6 anos da série apresentada, o estado do Pará conseguiu reduzir sua taxa de pobreza em 4,19 p.p., obtido pela diferença entre a taxa no ano de 2015 (45,03%) e 2020 (40,84%). Essa redução foi menor que a verificada na Região Norte (4,73 p.p.), considerando a taxa de 41,42%, em 2015, e de 36,69% em 2020, e maior que a verificada no Brasil (3,49 p.p.). Contudo, o Estado não conseguiu reduzir a distância entre sua faixa de pobreza e a do Brasil, mantendo-se na faixa de 18%. Já em relação à Região Norte, a diferença aumentou de 3,61 p.p. para 4,15 p.p., conforme demonstra a tabela a seguir.

**Tabela 1.7** – Comparativo da redução da Taxa de Pobreza no Brasil, Região Norte e Pará - 2015 e 2020.

(Em %)

Ano	Recorte Geográfico			Variação em p.p	
	Pará (a)	Região Norte (b)	Brasil (c)	a - b	a - c
2015	45,03	41,42	26,20	3,61	18,83
2020	40,84	36,69	22,71	4,15	18,13
<b>Variação em p.p</b>	<b>4,19</b>	<b>4,73</b>	<b>3,49</b>		

Fonte: Fonte: CADÚNICO/IBGE/Fapespa, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021. Adaptação: TCE-PA.

Com a utilização da base de informações municipais do sistema CadÚnico, a Fapespa calculou também o indicador por RI, para o período de 2019 e 2020, considerando a proporção de pessoas em famílias em situação de pobreza, conforme mostra o quadro a seguir:

**Quadro 1.2** – Proporção de pessoas em famílias em situação de pobreza no Pará e RI – 2019-2020.

(Em unidade)

Região de Integração	População estimada		População pobre		Taxa de Pobreza (%)	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>Pará</b>	8.636.113	8.724.642	3.606.559	3.562.752	41,76	40,84
<b>Araguaia</b>	566.682	575.301	162.892	159.464	28,74	27,72
<b>Baixo Amazonas</b>	740.733	745.535	397.839	393.374	53,71	52,76
<b>Carajás</b>	685.775	696.563	209.889	207.542	30,61	29,8
<b>Guajará</b>	2.238.680	2.254.090	606.224	600.105	27,08	26,62
<b>Guamá</b>	693.415	700.205	312.483	305.780	45,06	43,67
<b>Lago de Tucuruí</b>	425.201	430.822	156.739	154.045	36,86	35,76
<b>Marajó</b>	564.199	571.056	383.934	382.757	68,05	67,03

Região de Integração	População estimada		População pobre		Taxa de Pobreza (%)	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>Rio Caeté</b>	523.409	527.871	279.027	274.158	53,31	51,94
<b>Rio Capim</b>	695.359	703.429	307.556	302.965	44,23	43,07
<b>Tapajós</b>	254.383	255.720	102.263	101.547	40,20	39,71
<b>Tocantins</b>	867.019	878.448	490.854	484.467	56,61	55,15
<b>Xingu</b>	381.258	385.602	196.859	196.548	51,63	50,97

Fonte: CADÚNICO/IBGE/Fapespa, 2021. Elaboração: Fapespa.

Assim como no estado do Pará, as Regiões de Integração também apresentaram redução da taxa de pobreza no ano de 2020 comparado a 2019. Ainda assim, cinco regiões mantiveram taxas maiores que 50%, quais sejam: Marajó (67,03%), Tocantins (55,15%), Baixo Amazonas (52,76%), Rio Caeté (51,94%) e Xingu (50,97%). Essas Regiões também apresentaram taxas de pobreza maiores que 50% no ano de 2019.

As regiões Guajará e Conceição do Araguaia apresentaram as menores taxas, 26,62% e 27,22%, mas ainda acima da taxa nacional (22,71%).

Por fim, os dados têm demonstrado uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, ainda que as taxas tenham apresentado queda nos anos examinados.

Os resultados do indicador Renda demonstram a imperiosa necessidade do Estado em estabelecer estratégias que não descartem a via do crescimento econômico, porém que priorize, sobretudo, o papel de políticas redistributivas que enfrentem a desigualdade e a persistente busca da diminuição da taxa de pobreza de sua população, de modo também a atingir, até 2030, o ODS 1, que tem como diretriz “acabar com todas as formas de pobreza, em todos os lugares do mundo”.

### 1.2.3. Emprego

A temática Emprego é composta pelos indicadores: (i) Taxa de Ocupação; e (ii) População Ocupada por Sexo, Faixa Etária e Posição na Ocupação.

Tais indicadores estão diretamente relacionados à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), baseada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste caso, relacionam-se especificamente ao ODS 8: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”, na proporção de vislumbrar a posição da população no mercado de trabalho e, por conseguinte, sua capacidade de exercer determinado padrão de vida ou buscar melhorias através da acessibilidade a novos mercados de trabalho.

Os subitens a seguir apresentam os indicadores que compõem a temática sob exame.

#### 1.2.3.1. Taxa de Ocupação

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, a taxa de ocupação é fundamental para o monitoramento do emprego e das distorções no mercado de trabalho, no que concerne à relação entre a população em idade para trabalhar, a ocupada e a desocupada.

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado com dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

A tabela a seguir apresenta dados sobre a população economicamente ativa ocupada e as taxas de ocupação e desocupação no estado do Pará, Região e Brasil nos anos de 2019 e 2020, para fins de comparação.

**Tabela 1.8** – População economicamente ativa ocupada e taxa de ocupação no Brasil, Região Norte e estado do Pará – 2019-2020.

(Em 1.000 pessoas)

Indicadores	2019			2020		
	Brasil	Região Norte	Pará	Brasil	Região Norte	Pará
População em idade a trabalhar	171.034	13.906	6.590	174.439	14.300	6.756
Força de trabalho	105.964	8.341	3.866	99.468	8.102	3.760
Força de trabalho ocupada	93.390	7.357	3.451	86.053	7.106	3.370
Força de trabalho desocupada	12.575	984	416	13.415	997	390
Fora da força de trabalho	65.070	5.565	2.724	74.971	6.198	2.996
<b>Taxa de Ocupação (%)</b>	<b>88,1</b>	<b>88,2</b>	<b>89,2</b>	<b>86,5</b>	<b>87,7</b>	<b>89,7</b>
<b>Taxa de Desocupação (%)</b>	<b>11,9</b>	<b>11,8</b>	<b>10,8</b>	<b>13,5</b>	<b>12,3</b>	<b>10,4</b>

Fonte: IBGE-PNADC/T, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

No estado do Pará, em 2020, a população considerada em idade apropriada ao trabalho cresceu 2,5%. Entretanto, a população economicamente ativa não acompanhou esse crescimento, já que a taxa de ocupação passou de 89,2 para 89,7, apresentando uma leve variação de 0,4%.

No entanto, o cenário estadual foi melhor que o da Região Norte, que apresentou decréscimo de 0,6% na taxa de ocupação, e o do Brasil, que registrou queda de 1,8% na mesma taxa.

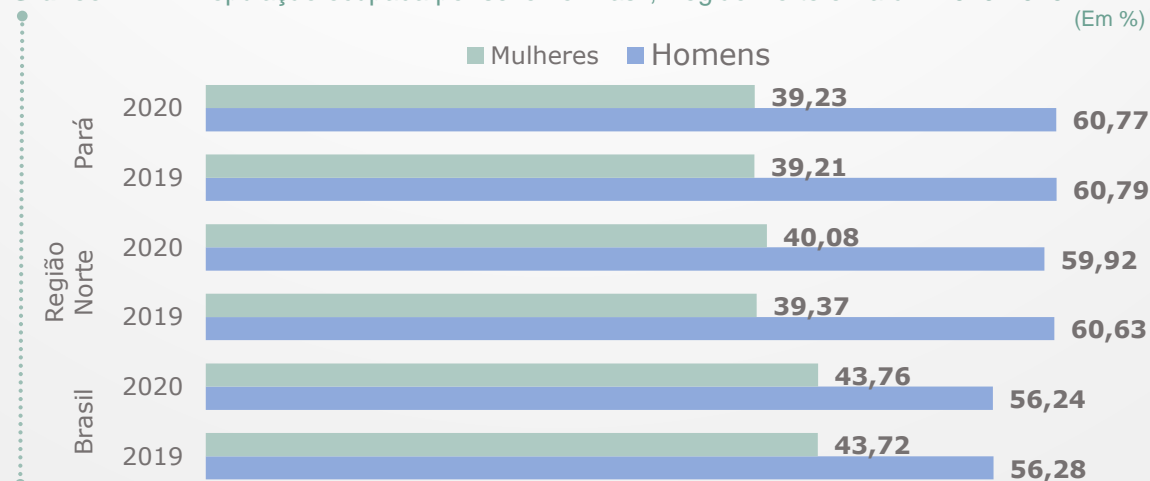
Quanto à taxa de desocupação, somente o estado do Pará apresentou redução (0,4 p.p.), enquanto verificou-se aumento da taxa no Brasil (1,6 p.p.) e na Região Norte (0,5 p.p.), evidenciando também um cenário melhor para o Estado.

Em relação à população fora da força de trabalho, houve aumento da taxa em todos os recortes geográficos, demonstrando a dificuldade do mercado de trabalho na absorção da população entrante. Ainda assim, o aumento no estado do Pará (10%) foi menor que o da Região Norte (11,4%) e do Brasil (15,2%).

### 1.2.3.2. Participação da População Ocupada por Sexo, Faixa Etária e Posição na Ocupação

A participação da População Ocupada por homens e mulheres, nos anos de 2019 e 2020, está apresentada no gráfico que segue.

**Gráfico 1.14** – População ocupada por sexo no Brasil, Região Norte e Pará – 2019-2020.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

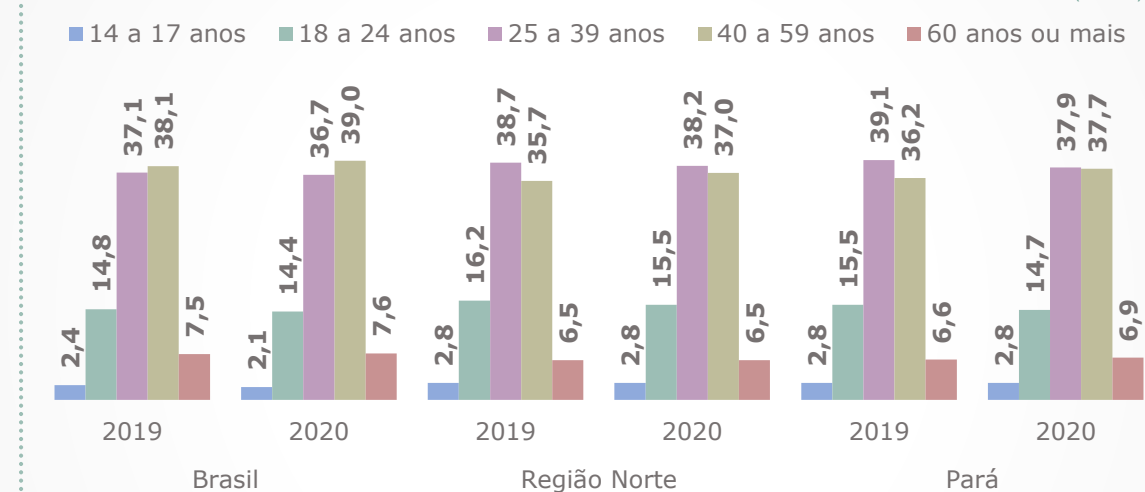
Nos três recortes geográficos predominou a participação do sexo masculino na população ocupada, liderando nesse contexto o estado do Pará, com taxa de 60,77% de população ocupada por homens, em 2020, contra 59,92% verificado na Região Norte e 56,24% no Brasil. Contudo, essa predominância já fora um pouco maior no ano anterior (2019).

Segundo a Fapespa, um dos fatores da predominância masculina pode ser atribuído ao rendimento médio do trabalhador do sexo feminino, que é menor que o rendimento masculino, em virtude da estrutura conjectural de emprego, em que há preferência pela mão-de-obra masculina.

Sabe-se que há mais mulheres com dificuldade de encontrar trabalho do que homens. Apesar de terem conquistado mais espaço, as mulheres ainda têm menos oportunidade, demonstrando que as perspectivas femininas no mundo do trabalho ainda estão longe de serem iguais a dos homens.

Em relação à participação da população ocupada por faixa etária, o gráfico a seguir exhibe os dados do estado do Pará, Região Norte e Brasil nos anos de 2019 e 2020, conforme exigido pela Lei nº 6.836/2006.

**Gráfico 1.15 – População ocupada por faixa etária no Brasil, Região Norte e Pará – 2019-2020.** (Em %)



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

Em geral, a maior participação da população ocupada encontra-se nas faixas etárias de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, em percentuais próximos entre si.

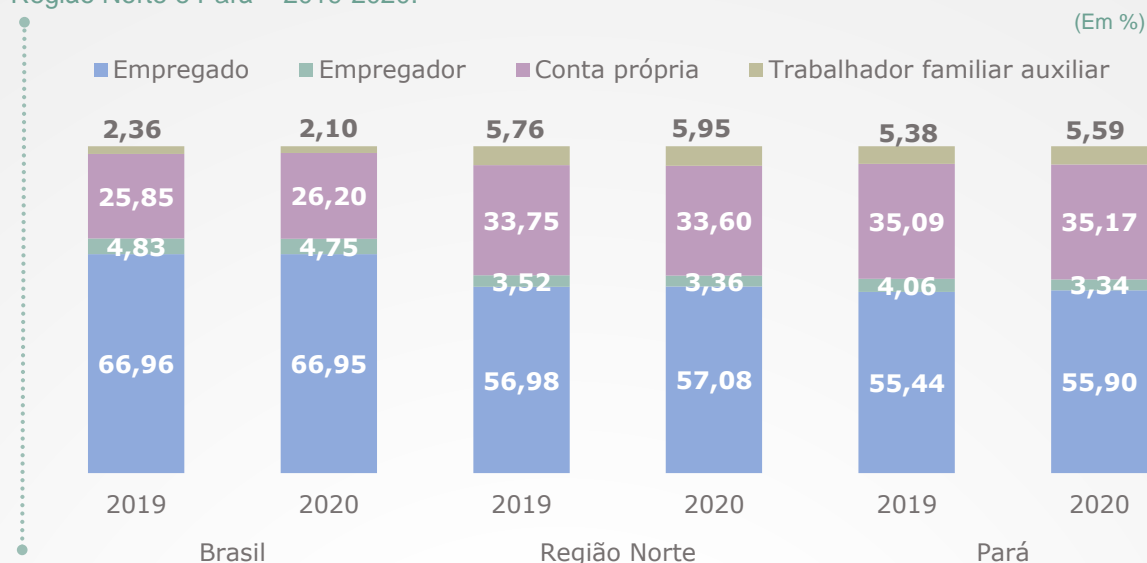
No Pará e na Região Norte houve uma pequena predominância da faixa de 25 a 39 anos sobre a de 40 a 59 anos, diverso do Brasil, onde a segunda predominou sobre a primeira nos dois anos sob análise. De qualquer forma, em todos os recortes verifica-se um grau elevado de maturidade da população ocupada.

A terceira maior faixa de população ocupada foi a de 18 a 24 anos nas três regiões apresentadas, porém, registrou diminuição de participação no ano de 2020 em relação ao ano anterior. Por outro lado, a participação da população na faixa etária idosa (60 anos ou mais) aumentou no Pará e Brasil e se manteve estável na Região Norte.

A menor participação da população ocupada por faixa etária encontra-se entre as idades de 14 a 17 anos. Esse grupo manteve a mesma taxa (2,8%) nos anos de 2019 e 2020 no Pará e Região Norte. Apenas no Brasil identificou-se redução de taxa, ao passar de 2,4% em 2019, para 2,1% em 2020.

Quanto à participação da população de trabalhadores de acordo com a posição da ocupação, ou seja, Empregado, Empregador, Conta Própria e Trabalhador Familiar Auxiliar, o gráfico, a seguir, exhibe os dados do estado do Pará, Brasil e Região Norte nos anos de 2019 e 2020.



**Gráfico 1.16** – População Ocupada por Posição na ocupação no trabalho principal no Brasil, Região Norte e Pará – 2019-2020.

A posição da ocupação com maior percentual em todos os recortes geográficos e anos analisados foi a de Empregado, que apresentou participação de 55,90% para o estado do Pará em 2020, taxa essa menor que a registrada para a Região Norte (57,08%) e Brasil (66,95%).

Com exceção do Brasil, a posição Empregado cresceu no Pará (0,83%) e Região Norte (0,18%), em relação ao ano de 2019, impactado pela retomada do número de pessoas empregadas com carteira assinada, que foi afetado pela pandemia da Covid-19.

A ocupação de pessoas que trabalham por conta própria foi a segunda maior concentração da população ocupada nos três recortes geográficos e nos anos analisados, sendo o estado do Pará aquele que registrou maior percentual de participação (35,17%), representando aumento de 0,23% em relação a 2019, porém menor que o registrado no Brasil (1,35%), enquanto para a Região Norte registrou-se redução de 0,44%.

A posição Trabalhador Familiar Auxiliar constituiu-se na terceira concentração da população ocupada nos recortes Pará e Região Norte; já para o Brasil, constituiu-se na quarta e última concentração. Essa categoria cresceu 3,90% e 3,30% no Pará e no Norte, respectivamente, em contramão ao decréscimo de 11,02% ocorrido no Brasil.

Em todos os cortes geográficos identificou-se queda na concentração de população ocupada na posição Empregador, sendo a maior queda registrada no Pará (17,73%), representando o maior declínio ocorrido no cenário apresentado. Essa categoria possui a menor concentração de população ocupada para o Pará e Região Norte.

De acordo com os resultados observados por meio dos indicadores da temática Emprego definidos pelo Mapa da Exclusão Social, conforme a Lei nº 6.836/2006, o estado do Pará, apesar das incertezas no contexto econômico, a despeito da crise sanitária e seus efeitos nos anos de 2019 e 2020, apresentou pequena variação no aumento da taxa de ocupação, demonstrando um resultado melhor comparado à Região Norte e ao Brasil.

A disparidade na participação do sexo masculino na população ocupada ainda é grande em relação ao sexo feminino, realidade essa verificada na Região e também no Brasil.

Os desafios para o Estado ainda são muitos, incluindo o atingimento, até 2030, das metas do ODS 8, cuja diretriz é de “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”.

## 1.2.4. Educação

A temática é Educação é avaliada pela composição dos seguintes indicadores, conforme disposto na Lei nº 8.327/2015:

- ✓ Taxa de Aprovação;
- ✓ Taxa de Reprovação;
- ✓ Taxa de Abandono;
- ✓ Distorção Série-idade no Ensino Fundamental;
- ✓ Distorção Série-idade no Ensino Médio;
- ✓ Taxa de Alfabetização de Adultos;
- ✓ Incremento de Estudantes no ensino superior.

Os dados apresentados no Mapa da Exclusão Social/2021 reportam-se aos anos de 2019 e 2020 e abrangem o estado do Pará e suas Regiões de Integração, exceto os dados relativos à Taxa de Alfabetização de Adultos e ao Incremento de Estudantes no Ensino Superior, que apresentam variação nos recortes geográficos RMB, Fora da RMB, Região Norte e Brasil.

### 1.2.4.1. Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono

As taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino fundamental no estado do Pará e suas Regiões de Integração estão apresentadas no quadro a seguir.

**Quadro 1.3 – Taxa de aprovação, reprovação e abandono do ensino fundamental no estado do Pará e RI – 2019-2020.**

(Em %)

Estado e Regiões de Integração	Ensino Fundamental					
	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Pará	85,2	97,7	11,2	0,6	3,6	1,7
Araguaia	85,0	94,9	10,2	1,2	4,8	4,0
Baixo Amazonas	88,0	98,1	8,9	0,8	3,4	1,1
Carajás	87,7	97,3	9,6	1,0	2,7	1,7
Guajará	91,8	99,0	6,8	0,2	1,3	0,7
Guamá	85,4	97,1	11,6	1,1	2,9	1,8
Lago de Tucuruí	82,0	95,6	14,3	1,4	3,7	3,0
Marajó	79,1	98,1	16,0	0,2	4,9	1,7
Rio Caeté	85,4	98,3	11,9	0,6	2,8	1,0
Rio Capim	85,8	96,3	11,7	2,1	2,6	1,6
Tapajós	85,0	93,4	11,2	1,6	3,8	5,1
Tocantins	80,2	99,2	15,8	0,2	3,9	0,7
Xingu	86,4	95,3	10,0	1,5	3,6	3,2

Fonte: MEC-Inep/Seduc, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

De acordo com os dados apresentados, no Pará, a taxa de aprovação no ensino fundamental aumentou 14,7% ao passar de 85,2%, em 2019, para 97,7%, em 2020; e a taxa de reprovação diminuiu, expressivamente, 94,6% ao passar de 11,2% para 0,6%.

Expõe a Fapespa que o elevado aumento nas taxas de aprovação, com reflexos positivo na taxa de reprovação, ocorreu sobretudo pela atipicidade do afrouxamento dos mecanismos de avaliação da capacidade de aprendizado do alunos, haja vista a decisão prolatada na Resolução nº 20, de 18 de janeiro de 2021, do

Conselho Estadual de Educação (CEE), que trata de providências necessárias à adequação das atividades educacionais ao contexto da pandemia ocasionada pela Covid-19, dentre as quais a recomendação de não retenção de alunos no ano letivo de 2020, concedendo aprovação aos alunos que alcançassem 75% da carga horária pelo ensino remoto ou afins desenvolvidas por cada instituição.

Assim, em 2020, a taxa de aprovação no ensino fundamental cresceu em todas as Regiões de Integração, com destaque para Marajó (24%), que passou de 79,1%, em 2019, para 98,1%, em 2020, e Tocantins (23,6%), que passou de 80,2% para 99,2%. Aliás, em 2020, em todas as Regiões de Integração a taxa de aprovação no ensino fundamental não foi menor que 93,4%, taxa essa bem acima da registrada em 2019 para o estado do Pará (85,2%).

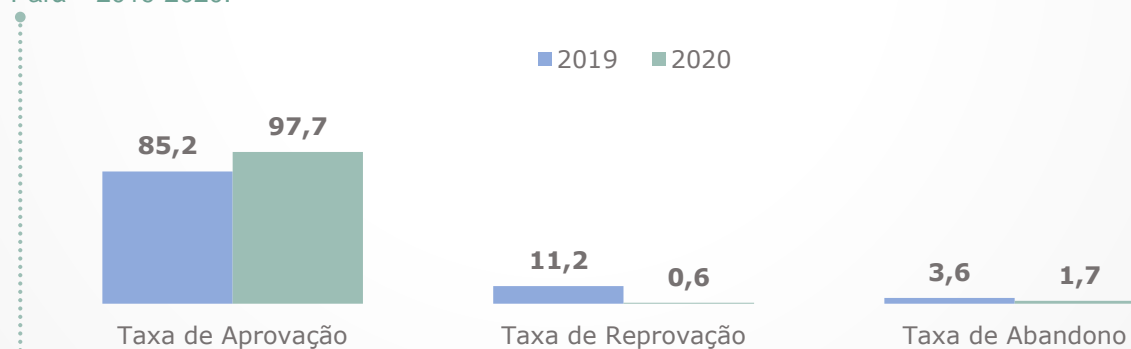
Em relação à taxa de reprovação, o registro de 0,2%, no ano de 2020, é histórico no quadro do ensino fundamental paraense ocorrido nas RI Guajará, Marajó e Tocantins, isto proporcionado pelas medidas contidas na citada Resolução nº 20/2021 do CEE.

A taxa de abandono no ensino fundamental do Pará foi de 1,7%, representando decréscimo de 52,8%, assim também ocorrido em todas as Regiões de Integração, exceto na RI Tapajós, onde cresceu 32,2%. Nesse cenário, destacou-se a RI Baixo Amazonas, com queda de 67,9% na taxa de abandono.

Esse resultado também se justifica pelas medidas de enfrentamento à pandemia estampadas na Resolução nº 20/2021 do CEE, já que a flexibilização do ensino remoto, possibilitando o aprendizado em casa e a mudança na metodologia de avaliação evitaram o abandono escolar no ensino fundamental.

Graficamente, os indicadores aprovação, reprovação e abandono dos alunos do ensino fundamental no estado do Pará, nos anos de 2019 e 2020, estão a seguir representados.

**Gráfico 1.17** – Taxa de aprovação, reprovação e abandono do ensino fundamental no estado do Pará – 2019-2020.



Fonte: MEC-Inep/Seduc, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

Quanto ao ensino médio, as taxas de aprovação, reprovação e abandono no estado do Pará e suas Regiões de Integração constam do quadro a seguir.

**Quadro 1.4** – Taxa de aprovação, reprovação e abandono do ensino médio no estado do Pará e RI – 2019-2020.

(Em %)

Estado e Regiões de Integração	Ensino Médio					
	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>Pará</b>	<b>77,9</b>	<b>99,2</b>	<b>9,3</b>	<b>0,1</b>	<b>12,8</b>	<b>0,7</b>
Araguaia	78,1	98,6	8,1	0,0	13,8	1,4
Baixo Amazonas	80,6	99,5	9,7	0,1	9,8	0,4
Carajás	76,0	99,4	7,9	0,1	16,1	0,6

Estado e Regiões de Integração	Ensino Médio					
	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Guajará	83,8	99,3	10,7	0,1	5,4	0,6
Guamá	75,9	99,2	12,2	0,0	11,9	0,8
Lago de Tucuruí	77,7	98,4	9,3	0,2	13,0	1,4
Marajó	73,5	98,6	13,5	0,1	13,0	1,3
Rio Caeté	75,7	99,5	11,8	0,0	12,5	0,5
Rio Capim	76,3	99,6	10,5	0,0	13,2	0,4
Tapajós	72,5	98,0	8,8	0,1	18,7	2,0
Tocantins	75,8	99,7	10,4	0,1	13,9	0,2
Xingu	83,6	98,0	8,1	0,0	8,3	2,0

Fonte: MEC-Inep/Seduc, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

Assim como as medidas de adaptação do ensino à pandemia da Covid-19 estabelecidas na Resolução nº 20/2021 do CEE proporcionaram melhoria no resultado dos indicadores da educação no nível fundamental, os indicadores do ensino médio também apresentaram melhoria, em razão do afrouxamento dos mecanismos de avaliação da capacidade de aprendizado dos alunos.

Dessa forma, no Pará, a taxa de aprovação no ensino médio passou de 77,9% para 99,2%, em 2020, representando aumento de 27,3%. Dentre as Regiões de Integração, registraram as maiores taxas, em 2020: Tocantins (99,7%) e Rio Capim (99,6%).

Em 2020, a menor taxa de aprovação registrada no ensino médio foi 98% nas RIs Xingu e Tapajós, embora essa última tenha apresentado a melhor evolução (35,2%). Ressalta-se que, a menor taxa registrada (98%) em 2020 ainda foi maior que a registrada para o Estado em 2019 (77,9%).

No Pará, a taxa de reprovação no ensino médio teve redução expressiva de 98,9%, ao passar de 9,3% para 0,1%, em 2020. Aliás, a redução das taxas de reprovação não foi menor que 98,2% em nenhuma Região de Integração.

Tiveram taxa 0,0% (em percentual arredondado para 1 casa decimal) de reprovação no ensino médio, cinco Regiões de Integração: Araguaia, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim e Xingu. Já o maior índice de reprovação, em 2020, foi de 0,2% na RI Lago de Tucuruí.

A taxa de abandono no ensino médio do Pará passou de 12,8% para 0,7%, representando decréscimo de 94,5%. Nesse cenário, destacou-se a RI Tocantins, com queda de 98,4% na taxa de abandono.

Graficamente, os indicadores aprovação, reprovação e abandono no estado do Pará nos anos de 2019 e 2020 estão assim representados:

**Gráfico 1.18** – Taxa de aprovação, reprovação e abandono do ensino médio no estado do Pará – 2019-2020.



Fonte: MEC-Inep/Seduc, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

### 1.2.4.2. Distorção Série-Idade

De acordo com o art. 32 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, é desejável o ingresso da criança aos 6 anos de idade no 1º ano do ensino fundamental e aos 14 anos concluir o ensino no 9º ano. Na sequência, entre 15 e 17 anos de idade, deve o aluno cursar o ensino médio. Fora desses parâmetros, ou seja, havendo defasagem entre a idade do aluno e a série escolar recomendada, considera-se que o aluno se encontra em situação de distorção série-idade.

Assim, o indicador Distorção Série-Idade no ensino fundamental indica a porcentagem de população na faixa etária de 6 a 14 anos de idade matriculada, e é calculado considerando a quantidade de aluno matriculado no ensino fundamental na faixa de 6 a 14 anos de idade sobre a população nessa mesma faixa etária.

Já o indicador Distorção Série-Idade no ensino médio indica a porcentagem de população na faixa etária de 15 a 17 anos matriculada no ensino médio, e é calculado considerando a quantidade de aluno matriculado no ensino médio na faixa de 15 a 17 anos de idade sobre a população nessa mesma faixa etária.

A taxa de distorção série-idade dos ensinos fundamental e médio no estado do Pará e em cada uma das suas RIs está demonstrada no quadro a seguir, nos anos de 2019 e 2020.

**Quadro 1.5 – Taxa de distorção série-idade dos ensinos fundamental e médio no estado do Pará e RIs – 2019-2020.**

(Em %)

Estado e Regiões de Integração	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
<b>Pará</b>	<b>28,6</b>	<b>27,5</b>	<b>46,5</b>	<b>45,2</b>
Araguaia	29,1	28,0	46,4	45,8
Baixo Amazonas	26,6	25,7	45,6	44,3
Carajás	26,7	26,1	47,7	47,8
Guajará	22,4	21,2	44,5	43,3
Guamá	31,2	29,7	53,6	52,4
Lago Tucuruí	32,5	31,5	52,5	50,5
Marajó	40,7	39,8	58,8	57,7
Rio Caeté	31,5	29,8	55,5	55,1
Rio Capim	30,3	29,0	53,6	52,4
Tapajós	32,7	31,3	54,0	50,1
Tocantins	35,2	34,4	55,6	53,2
Xingu	31,4	30,0	46,1	47,6

Fonte: MEC-Inep, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

No estado do Pará e em todas as suas Regiões de Integração houve redução da distorção série-idade tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Assim, a taxa de distorção no Estado passou de 28,6% para 27,5% em relação ao ensino fundamental, e no ensino médio de 46,5% para 45,2%.

Nas Regiões de Integração, a maior redução da distorção série-idade no ensino fundamental foi registrada em Guajará (5,7%), ao passar de 22,4% para 21,2%, percentual esse menor que os registrados em 2020, enquanto o maior foi verificado na RI Marajó, tanto em 2019 (40,7%) quanto em 2020 (39,8%).

Em relação ao ensino médio, a maior redução da distorção série-idade foi de 7,1% na RI Tapajós, ao passar de 54%, em 2019, para 50,1% em 2020. Em que pese essa redução, a menor taxa da distorção em questão ocorreu na RI Guajará (43,3%), enquanto a maior foi identificada na RI Marajó (57,7%).

Percebe-se que a distorção série-idade no ensino médio é bem maior que a do ensino fundamental. A distorção tem como causas principais a reprovação e o abandono escolar, que pode decorrer de fatores socioeconômicos e de deficiência no aprendizado de ano pretérito do ensino.

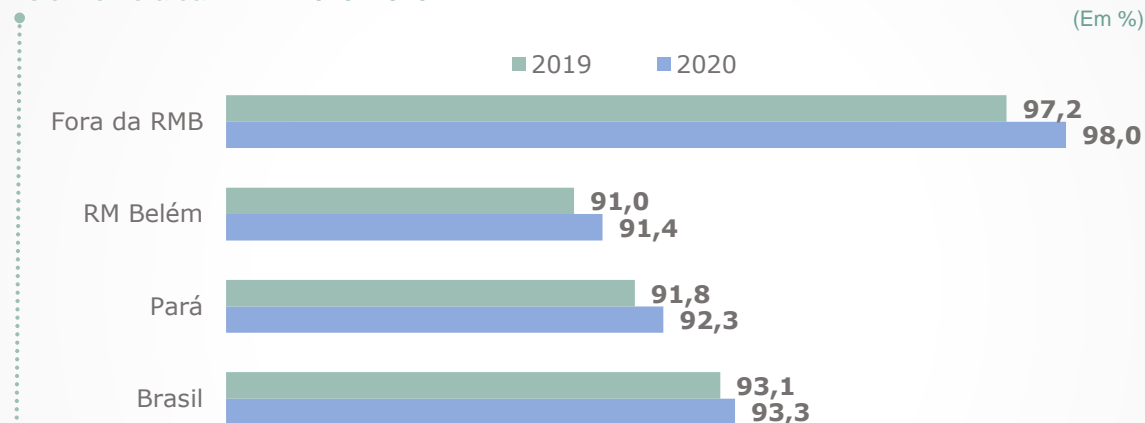
Não obstante à redução da distorção série-idade no ensino médio, a respectiva taxa ainda é expressiva e indica a necessidade de maior atenção do poder público estadual para mitigar a defasagem entre a idade do aluno e a série escolar desejada.

### 1.2.4.3. Taxa de Alfabetização de Adultos

A taxa de Alfabetização de Adultos com 18 anos ou mais baseia-se no conhecimento, sendo assim, corresponde ao percentual das pessoas com 18 anos de idade ou mais, capazes de ler ou escrever pelo menos um bilhete simples, de acordo com a definição estabelecida na Lei nº 8.327/2015.

O relatório do Mapa da Exclusão Social do Pará apresenta os seguintes dados da taxa de alfabetização de adultos, nos anos de 2019 e 2020, sendo que, nesse último, os valores foram estimados pela Fapespa, pois, segundo ela, na data de elaboração do diagnóstico, os dados não estavam disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnadc).

**Gráfico 1.19** – Taxa de Alfabetização de Adultos com 18 anos ou mais para Brasil, Pará, RM Belém e Fora da RMB - 2019–2020.



Fonte: IBGE/PNADC, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

Em 2020, a taxa de alfabetização de adultos no Pará foi de 92,3%, próxima a do Brasil, que foi de 93,3%. Nesse ano, a Região Metropolitana de Belém registrou a menor taxa dos 4 recortes geográficos (91,4%) e a Fora da RM apresentou a melhor taxa (98%).

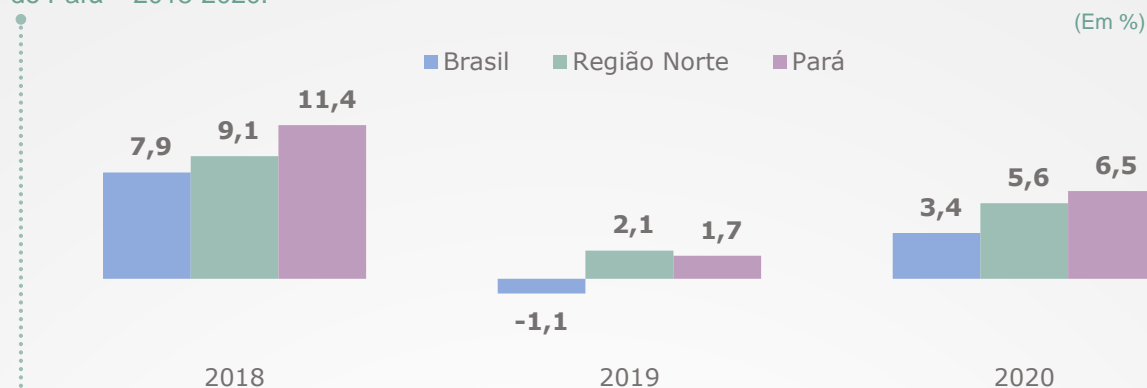
Em geral, verifica-se que mais de 90% da população de adultos com 18 anos ou mais é alfabetizada, segundo as taxas de 2019 e 2020, que, nesse ano apresentou aumento em todos os recortes, com destaque para Fora da RM, que aumentou 0,8 p.p..

### 1.2.4.4. Incremento de Estudantes do Ensino Superior

O indicador Incremento de Estudantes do Ensino Superior indica a variação do número de alunos matriculados no ensino superior, em termos percentuais, de um ano para o outro.

Baseado na PNAD Contínua, o Mapa da Exclusão Social/2021 assinala 328.000 alunos matriculados no ensino superior para os três recortes geográficos: Brasil, Região e Pará, não obstante à nota apresentada sobre a estimativa de valores para 2020 pela Fapespa, considerando que, na data da elaboração do diagnóstico, o módulo de Educação da PNADC não estivesse disponível.

O gráfico a seguir expõe as taxas do indicador supra, no período de 2018 a 2020, para três diferentes abrangências territoriais.

**Gráfico 1.20** – Incremento de estudantes do ensino superior para o Brasil, Região Norte e estado do Pará – 2018-2020.

Fonte: IBGE-PNADC, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

A taxa de incremento de estudantes do ensino superior no Pará oscilou nos três anos da série apresentada. Assim, em 2019 apresentou queda de 9,7 p.p. e retomada de 4,8 p.p., ficando então em 6,5% no exercício de 2020, em patamar menor que o registrado em 2018 (11,4%).

Essa oscilação também ocorreu nos dados do Brasil chegando a demonstrar que em 2019, com indicador negativo (-1,1), não houve incremento naquele ano, voltando a dados positivos de 3,4% em 2020. Quanto a região Norte, na série apresentada também exibe queda elevada entre 2018 a 2019 chegando a nível de 2,1% naquele ano, apresentando melhora de 3,5 p.p. para 2020. As diversidades advindas da pandemia da Covid-19 não podem ser descartadas do conjunto de fatores que podem ter contribuído para esse cenário.

O estado do Pará sempre apresentou um incremento de estudantes do ensino superior maior que o do Brasil e da Região Norte, com exceção do ano de 2019, quando a taxa do Pará ficou aquém da taxa da Região Norte.

Se considerarmos a taxa de aprovação de 77,9% no ensino médio no ano de 2019, verifica-se que o incremento de 6,5% de estudantes no ensino superior, no ano de 2020, ainda é pequeno diante do quantitativo de alunos concluintes do ensino médio.

A Fapespa relaciona o resultado da taxa de incremento a fatores como: contexto socioeconômico das categorias que, em sua maioria, acessam às universidades; pessoas com baixa renda per capita, que acarreta dificuldades em pagar; não adaptação ao curso escolhido; necessidade de trocar de curso ou mudança de Instituição.

Não vislumbra, a Fapespa, fatores como: a desigualdade na concorrência de vagas; a fragilidade no aprendizado do ensino; a necessidade de ingresso no mercado de trabalho, que afetam sobremaneira a entrada de estudantes no ensino superior.

Por fim, o estado do Pará, assim como todas as unidades da federação, possui à sua frente o desafio das metas estabelecidas pelas Nações Unidas, no sentido de que, até 2030, assegure educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promova oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4 - Educação de Qualidade).

### 1.2.5. Saúde

A temática Saúde é composta, segundo o Mapa da Exclusão Social, por cinco indicadores:

- ✓ Taxa de Cobertura Populacional Estimada por Estratégia Saúde da Família;
- ✓ Leitos de Internação Hospitalares por Mil Habitantes;

- ✓ Taxa de Mortalidade Infantil;
- ✓ Taxa de Mortalidade Materna;
- ✓ Proporção de Nascidos Vivos de Mães com Sete ou Mais Consultas de Pré-natal.

Os dados apresentados no Mapa da Exclusão Social/2021 acerca dessa temática estão ilustrados nos subitens a seguir.

### • Taxa de Cobertura Populacional Estimada por Estratégia Saúde da Família

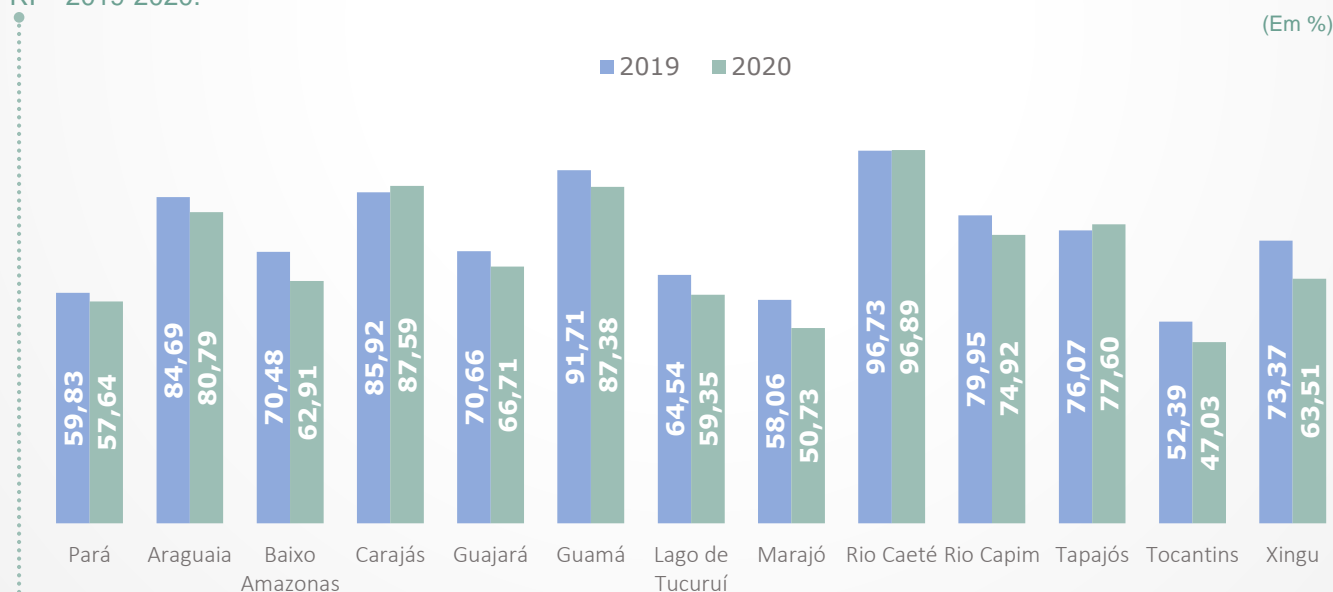
Esse indicador mede a cobertura populacional de equipes de saúde em um território definido, a exemplo do Programa Saúde da Família, em que se estima que cada equipe é responsável pela assistência de um determinado número de pessoas residentes em uma área territorial determinada.

O Programa Saúde da Família considera adequado haver pelo menos uma equipe de atenção básica à saúde para até 4.000 pessoas residentes, assim como a vulnerabilidade das famílias no território, onde quanto maior a vulnerabilidade, menor a quantidade de pessoas por equipe de saúde.

Um maior alcance dessa cobertura indica um maior potencial na oferta de ações e serviços básicos para a população e, em tese, mais facilidade de acesso a esse nível da atenção.

O gráfico a seguir apresenta a taxa de cobertura populacional estimada por Estratégia Saúde da Família (ESF) no estado do Pará e suas Regiões de Integração, nos anos de 2019 e 2020.

**Gráfico 1.21 – Taxa de Cobertura Populacional Estimada por Estratégia Saúde da Família no estado do Pará e RI – 2019-2020.**



Fonte: MS-SAPS, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

De acordo com os dados apresentados, a taxa de cobertura populacional por equipes que desenvolvem alguma atividade relacionada à Estratégia Saúde da Família decresceu 2,19 p.p. no estado do Pará, assim como decresceu em todas as Regiões de Integração, com exceção do Carajás, Rio Caeté e Tapajós, onde as taxas aumentaram 1,67; 0,16 e; 1,53 p.p, respectivamente.

A menor taxa de cobertura foi registrada na RI do Tocantins – tanto em 2019, quanto em 2020 (52,39%, em 2019 e 47,03%, em 2020) e do Marajó – 58,06% (em 2019) e 50,73% (em 2020). As RIs que apresentaram maiores quedas nas taxas, visivelmente perceptíveis no gráfico, foram: Xingu (-13,4%), Marajó (-12,6%), Baixo Amazonas (-10,7%), Lago de Tucuruí (-8,0%) e Rio Capim (-6,3%).



Por outro lado, as maiores coberturas, em 2020, ocorreram nas RIs: Araguaia, Carajás, Guamá e Caeté, que apresentaram taxas acima de 80%. Não obstante a isso, os dados demonstram uma ampla redução na cobertura das equipes da atenção básica à saúde da população.

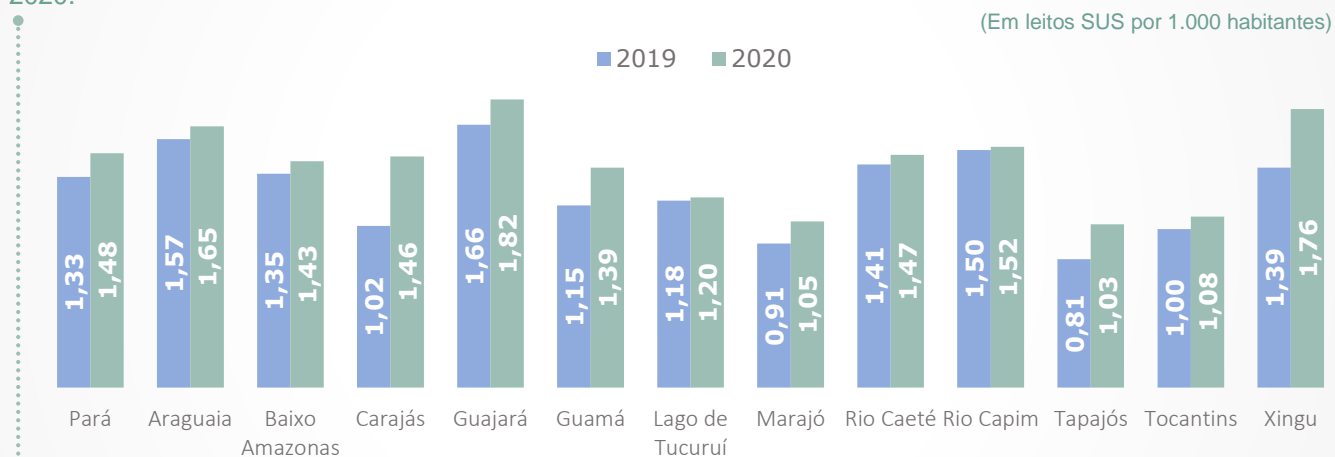
Essa redução pode ser associada ao contexto da pandemia da Covid-19, que impactou as finanças públicas, a economia e, principalmente, a área da saúde, em razão da alta demanda por atendimento médico tanto na rede pública quanto na rede particular.

### • Leitos de Internação Hospitalares por Mil Habitantes

Esse indicador avalia o acesso de usuários do SUS aos serviços de internação nos estabelecimentos públicos de saúde. Ele é calculado a partir do número de leitos hospitalares de internação por grupos de mil habitantes.

O gráfico a seguir apresenta o índice de leitos disponibilizados pelo SUS no estado do Pará e suas Regiões de Integração, nos anos de 2019 e 2020.

**Gráfico 1.22 – Leitos de internação hospitalares do SUS no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.**



Fonte: DATASUS/IBGE, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

Em 2020, o estado do Pará – com 1,48 leito para cada mil habitantes – registrou acréscimo de 0,15 leitos – equivalente a 11,2%, em relação ao ano anterior. Na mesma comparação, em todas as Regiões de Integração também foi identificado aumento na oferta do número de leitos SUS, dentre as quais a Região do Carajás que registrou maior acréscimo – 0,44 (equivalente a 43,14%) – e, por outro lado, a do Lago de Tucuruí e Rio Capim registraram o menor aumento (0,02).

A maior taxa de leitos foi registrada pela RI do Guajará, tanto em 2019 (1,66) quanto em 2020 (1,82), enquanto a menor taxa foi registrada por na RI do Tapajós em 2019 (0,81) e 2020 (1,03) – não obstante ter ocorrido o aumento de 27,2% de oferta de leitos nessa Região.

Os dados demonstram uma evolução, no sentido de que algumas regiões que ofertavam menos de um leito para cada 1.000 (mil) habitantes – como a RI do Marajó e Tapajós, passaram a contar com pelos menos um leito.

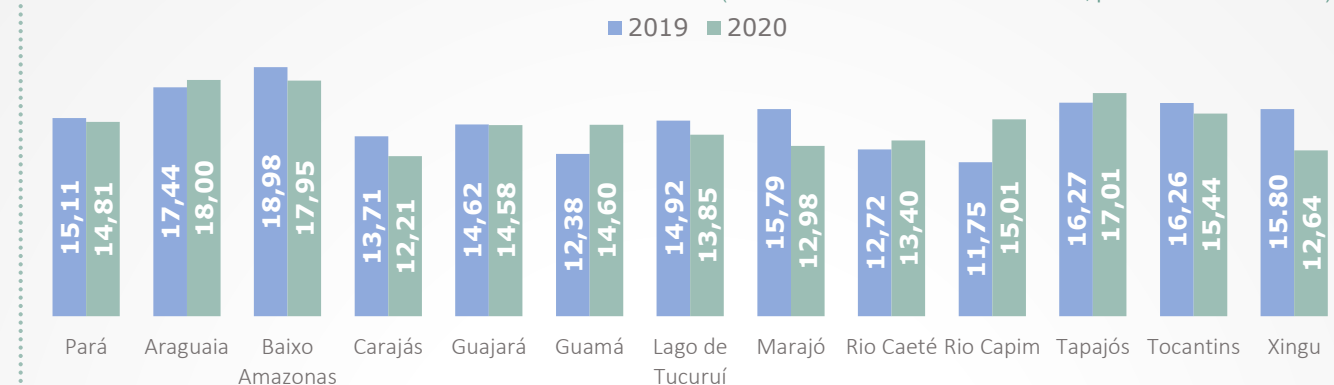
Segundo a Fapespa, o aumento no número de leitos pode estar diretamente relacionado à pandemia da covid-19, uma vez que, nesse período, cinco hospitais de campanha foram constituídos em situação de calamidade pública, com oferta de 780 leitos exclusivos a pacientes infectados pelo Coronavírus.

### • Taxa de Mortalidade Infantil

A Taxa de Mortalidade Infantil representa o risco de um nascido vivo morrer no seu primeiro ano de vida e está relacionada com cuidados no pré-natal com a gestante e com o bebê, após o nascimento. Ela é calculada a partir do número de óbitos em menores de 1 (um) ano para a cada 1.000 nascidos vivos.

O gráfico a seguir ilustra as taxas de mortalidade infantil no estado do Pará e suas Regiões de Integração, nos anos de 2019 e 2020.

**Gráfico 1.23 – Taxa de Mortalidade Infantil no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.**  
(Em nº de óbitos de menores de 1 ano, por 1000 nascidos vivos)



Fonte: Sespa, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

Nota: Os dados de 2020 são preliminares, segundo o Mapa de Exclusão Social/2021.

Em 2020, o estado do Pará, com taxa de mortalidade infantil de 14,81, registrou decréscimo de 0,3 ponto – equivalente a 2%, em relação ao ano anterior.

Em relação às Regiões de Integração, houve uma grande variação na referida taxa. Assim, apresentaram aumento: Araguaia (3,2%); Rio Caeté (5,3%); Tapajós (4,5%), Guamá (17,9%) e Rio Capim (27,7%) – com significativo aumento nestas duas últimas. Por outro lado, quanto à retração nas taxas, destacaram-se: Carajás (-10,9%), Marajó (-17,8%) e Xingu (-20%).

A menor taxa de mortalidade infantil registrada em 2020 foi de 12,21 na Região do Carajás – maior que a mínima registrada no ano anterior (11,75) na região do Rio Capim. Já a maior taxa de mortalidade registrada em 2020 foi de 18,00 na região do Araguaia – demonstrando retração de 0,98 ponto em relação a maior taxa registrada em 2019 (que foi de 18,98 na Região Baixo Amazonas).

Em geral, o resultado desse indicador no estado do Pará (14,81) encontra-se acima da meta estabelecida na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual prevê 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre os quais, especificamente no Objetivo 3: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”, e, mais precisamente na meta 3.2, que estipula acabar até 2030 com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos de idade – em todos os países, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos.

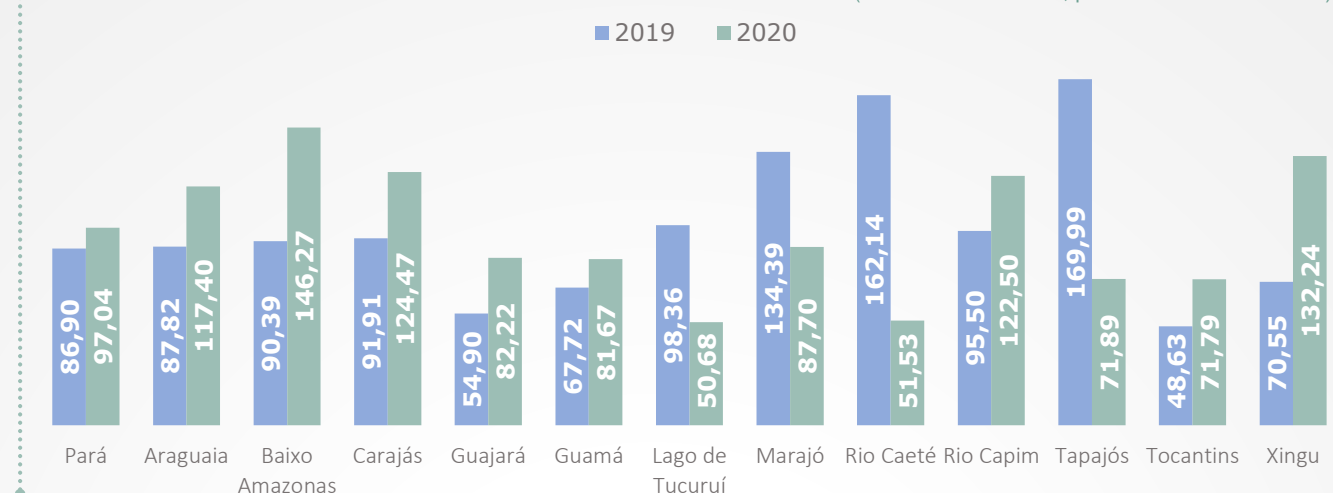
### • Taxa de Mortalidade Materna

A Taxa de Mortalidade Materna evidencia o nível das condições de saúde da mulher no período de gravidez, parto e puerpério. Esse indicador é medido comparando-se o número de óbitos femininos por causas maternas para cada cem mil nascidos vivos. O óbito pode decorrer de qualquer causa que ocorra durante a gestação, parto ou até 42 dias após o parto. A mortalidade materna ocorrida por causas acidentais ou incidentais que não estejam relacionadas ou agravadas pela gravidez não são computadas.

O gráfico a seguir apresenta as taxas registradas no estado do Pará e suas Regiões de Integração, nos anos de 2019 e 2020.

**Gráfico 1.24 – Taxa de mortalidade materna no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.**

(Em número de óbitos, por 100 mil nascidos vivos)



Fonte: Sespa, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

Nota: Os dados de 2020 são preliminares, segundo o Mapa de Exclusão Social/2021.

No estado do Pará, a taxa de óbito materno passou de 86,9 (em 2019), para 97,04 (em 2020), registrando acréscimo de 10,14 pontos – equivalente a 11,67%.

Das 12 Regiões de Integração, 8 também apresentaram acréscimo na taxa. A Região do Xingu obteve aumento de 61,69 óbitos – passando de 70,55 (em 2019) para 132,24 (em 2020) – constituindo-se na maior variação do período, o que se traduz no pior resultado para a população. A RI do Baixo Amazonas apresentou o segundo pior resultado, uma vez que sua taxa de mortalidade materna passou de 90,39 para 146,27 – registrando acréscimo de 55,88 óbitos (equivalente a 61,8% de aumento).

Já as reduções nas taxas de óbito materno foram registradas na RI do Marajó (-46,69 pontos), Lago de Tucuruí (-47,68 pontos) e, com expressiva redução: Rio Caeté (-110,61 pontos) e Tapajós (-98,10 pontos).

A menor taxa de mortalidade materna registrada em 2020 foi de 51,53 no Rio Caeté – melhor que a mínima anterior registrada (54,9) no Guajará. Já a maior taxa em 2020 foi de 146,27 – registrada no Baixo Amazonas – demonstrando retração de 23,72 óbitos em relação a maior taxa registrada no ano anterior – que foi de 169,99 no Tapajós.

Verifica-se que os resultados desse indicador no estado do Pará estão acima da meta estabelecida na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual prevê no Objetivo 3: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”, e, mais precisamente na meta 3.1, “reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos”, até 2030.

### • Proporção de Nascidos Vivos de Mães com Sete ou Mais Consultas Pré-Natal

O indicador mede a cobertura do atendimento pré-natal. É calculado a partir do número de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal a cada cem nascidos vivos.

O atendimento pré-natal pode evitar a mortalidade perinatal<sup>6</sup>, que acompanha a de natimortos<sup>(7)</sup>. Por isso, a Organização Mundial da Saúde passou a recomendar o mínimo de oito atendimentos pré-natais para

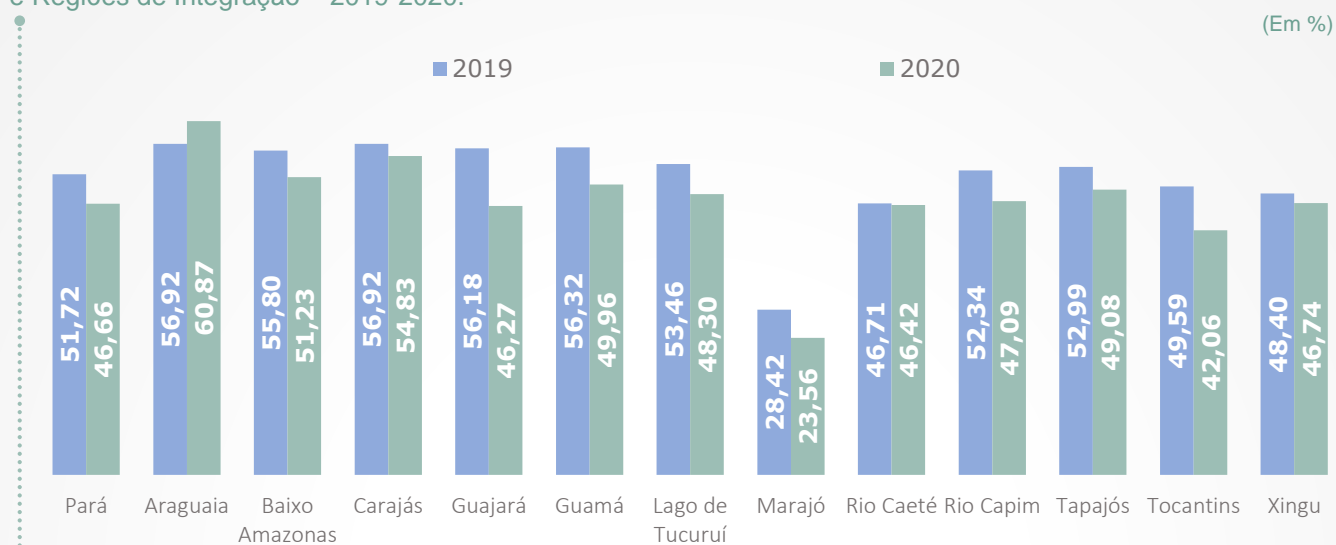
(6) Óbito perinatal: mortes que ocorrem entre a 28ª semana de gestação ao 7º dia após o nascimento.

(7) Natimorto: quando o feto morre dentro do útero da mãe ou durante o parto, após a 23ª semana de gestação.

garantir a saúde materna e do bebê. Já o Ministério da Saúde do Brasil estabelece como adequado o mínimo de 6 acompanhamentos pré-natal e 01 consulta no puerpério – de até 42 dias após o nascimento, conforme Portaria MS nº 569/2000.

O gráfico, a seguir, apresenta o percentual de nascidos vivos de mães residentes que fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, em determinada localidade e período, em relação ao total de nascidos vivos de mães residentes no mesmo local e período.

**Gráfico 1.25 – Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.**



Fonte: Sesp, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

Nota: Os dados de 2020 são preliminares, segundo o Mapa de Exclusão Social/2021.

A proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal no estado do Pará passou de 51,72 em 2019 para 46,66 em 2020, registrando decréscimo de 5,06 p.p., equivalente a 9,8%. A mesma situação se constatou em todas as Regiões de Integração, com exceção da RI do Araguaia – que registrou aumento de 3,95 p.p. em 2020 atingindo a maior taxa do ano (60,87%).

Em 2020, 10 Regiões de Integração apresentaram taxas abaixo de 50%, enquanto no ano anterior foram apenas 4 RIs. A região do Marajó registrou a menor taxa nos dois anos analisados: 28,42% em 2019 e 23,56% em 2020.

A Fapespa atribuiu às medidas de proteção estabelecidas durante a pandemia da Covid-19 como a principal causa da redução da proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal, embora os dados de 2020 sejam preliminares, conforme informado.

Em que pesem as razões mencionadas, mesmo antes da pandemia, em anos pretéritos, a taxa que mede a cobertura do atendimento pré-natal não atingiu 60%, o que indica a necessidade de adoção de medidas destinadas a assegurar a melhoria do acesso e da cobertura do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e da assistência neonatal.

### 1.2.6. Saneamento básico

O diagnóstico do saneamento básico do estado do Pará é efetuado a partir da análise dos seguintes indicadores dispostos da Lei nº 8.327/2015.

### • Percentual de domicílios com água geral em rede geral:

Verifica a existência de água em domicílios com rede geral, ou seja, aqueles servidos por água proveniente de uma rede geral de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situava.

### • Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica):

Verifica a existência de esgotamento sanitário por rede coletora, ou seja, quando a canalização das águas servidas e dos dejetos estivesse ligada a um sistema de coleta que os conduza para um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada, ou através de fossa séptica, quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município.

### • Percentual de domicílios com coleta de lixo:

Verifica a existência de coleta de lixo no domicílio permanente de forma direta, ou seja, quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atenda ao logradouro em que se situa o domicílio.

O quadro, a seguir, apresenta o resultado dos indicadores do saneamento básico no Pará, na Região Metropolitana de Belém (RMB) e Fora da RMB, cujos dados foram obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019, enquanto os relativos a 2020 foram estimados pela Fapespa, pois, na ocasião, devido à pandemia da Covid-19, a pesquisa não havia sido realizada pela equipe da PnadC do IBGE, conforme disposto no Mapa da Exclusão Social/2021.

**Quadro 1.6 – Domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo no Pará, RMB e Fora da RMB – 2017-2020.**

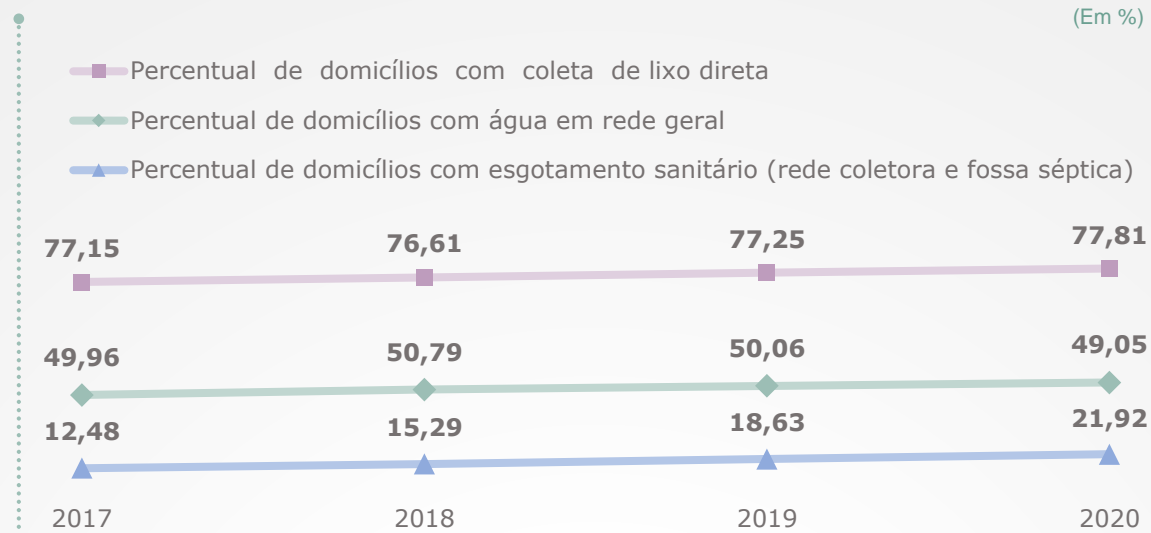
(Em %)

Área Geográfica	Pará				RM Belém				Fora da RMB			
	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020
Percentual de domicílios com água em rede geral	49,96	50,79	50,06	49,05	66,77	62,65	63,51	62,38	43,34	46,06	44,82	43,92
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica)	12,48	15,29	18,63	21,92	32,01	32,94	46,31	55,96	4,83	8,28	7,92	8,83
Percentual de domicílios com coleta de lixo direta	77,15	76,61	77,25	77,81	96,50	94,04	96,19	96,06	69,71	69,81	69,96	70,78

Fonte: IBGE-PnadC, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

No Pará, a taxa de domicílios com abastecimento de água apresentou pior desempenho em comparação aos demais indicadores, já que houve sucessiva redução na proporção de oferta desse serviço, ainda que pouco perceptível, desde 2018, quando passou de 50,79% para 49,05% em 2020. Já os demais indicadores apresentaram crescimento, sendo pouco expressivo quanto à coleta de lixo e mais significativo quanto ao esgotamento sanitário, conforme se vê do gráfico a seguir.

**Gráfico 1.26** – Domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo no estado do Pará – 2017-2020.



Fonte: IBGE-PNADC, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

Do gráfico supra, verifica-se que, num ranking dos indicadores apresentados, há uma maior cobertura de serviços de coleta de lixo direta (77%, em média), que de abastecimento de água (50%, em média) e esgotamento sanitário, não obstante esse último tenha passado de 12,48%, em 2017, para 21,92% em 2020, no Pará.

Em relação aos demais recortes geográficos, os serviços de coleta de lixo direta também preponderaram sobre os demais serviços.

A Região Metropolitana de Belém sempre concentrou maior quantidade de domicílios com abastecimento de água em relação à área Fora da RMB, na série demonstrada no quadro alhures. Contudo, verifica-se que, enquanto na RMB os serviços de abastecimento oscilaram entre aumento e diminuição, na área Fora da RMB houve diminuição desses serviços desde 2019.

Quanto ao indicador Esgotamento Sanitário (rede coletora e fossa séptica), assim como no Pará, houve crescimento dos índices, no período de 2017 a 2020, tanto na RMB quanto na Fora da RMB, com exceção para o ano 2019 nessa última.

Contudo, verifica-se uma disparidade entre os índices apurados nessas regiões. Enquanto a RMB registrou 55,96% de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica), a Fora da RMB registrou 8,83%, no ano de 2020.

Em que pese o ocorrido crescimento, o indicador Esgotamento Sanitário ainda está muito aquém do necessário e desejável às demandas da população, ressaltando-se a existência de dispositivos na Constituição Estadual (arts. 265, IX, e 267, § 1º, I e II), que asseguram a todos os cidadãos paraenses a utilização de serviços de saneamento básico de forma prioritária.

Por fim, o indicador relativo à coleta de lixo direta na RMB atingiu 95,6% de cobertura dos domicílios, em média, no período analisado. Já a região Fora da RMB chegou a 70%, em média, no mesmo período, demonstrando também disparidade da oferta desses serviços entre ambas regiões.

O saneamento básico é também uma preocupação de alcance mundial, já que é preventivo de doenças, preserva a higiene, melhora a qualidade de vida das pessoas. Assim, a Agenda 2030 da ONU possui metas voltadas ao acesso universal e equitativo a água potável para todas as pessoas e ao acesso a saneamento e higiene adequados e equitativo para todos (ODS 6), constituindo um desafio para o Estado, que ainda apresenta carência nos serviços de água e esgoto.

## 1.2.7. Habitação

O diagnóstico da temática habitação é traçado a partir de cinco indicadores definidos na Lei 8.327/2015:

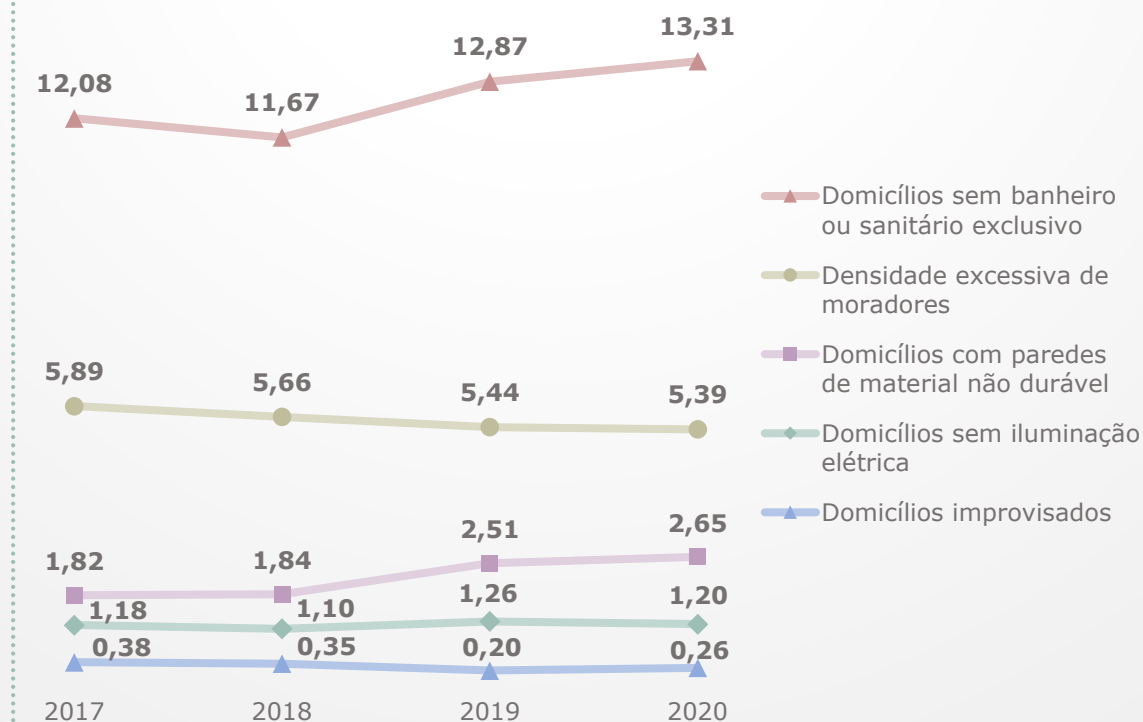
Percentual de Domicílios Improvisados: mede a proporção de domicílios particulares improvisados (aquele localizado em unidade que não tem dependência destinada exclusivamente à moradia, tais como: loja, sala comercial, prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta, etc);

- ✓ Densidade Excessiva de Moradores Por Dormitórios: mede a proporção de pessoas convivendo em cômodo ou dormitório que possuem mais de três pessoas. A Organização Mundial de Saúde define como densidade excessiva, os cômodos ou dormitórios que possuem mais de três pessoas;
- ✓ Percentual de Domicílios sem Banheiro ou Sanitário Exclusivo: mede a proporção de domicílios que possuem banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores;
- ✓ Percentual de Domicílios com Paredes de Material não Durável: mede a proporção de domicílios com paredes em material não durável - quando as paredes externas do prédio forem predominantemente de taipa não revestida, madeira aproveitada (madeira de embalagem, tapumes, andaimes, etc.); palha (sapé, folha ou casca de vegetal) ou outro material não durável no total de domicílios;
- ✓ Percentual de Domicílios sem Iluminação Elétrica: mede a proporção de domicílios sem iluminação elétrica - independentemente de ser proveniente de uma rede geral ou obtida de outra forma (gerador, conversor de energia solar, etc.).

O resultado dos indicadores do Pará, no período de 2017 a 2020, está ilustrado no gráfico a seguir, de acordo com o Mapa da Exclusão Social/2021 elaborado pela Fapespa, a partir dos dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC); e, na sequência, no quadro, estão exibidos os resultados dos demais recortes geográficos.

**Gráfico 1.27 – Indicadores da habitação no estado do Pará – 2017-2020.**

(Em %)



Fonte: IBGE- PnadC, 2020. Elaboração: Fapespa, 2021.

**Quadro 1.7 – Indicadores de habitação na RMB e Fora da RMB – 2017-2020.**

(Em %)

Recorte Geográfico	Ano	Domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	Densidade excessiva de moradores por dormitório	Domicílios com paredes de material não durável	Domicílios sem iluminação elétrica	Domicílios improvisados
RM Belém	2017	2,43	7,73	0,61	0,00	0,16
	2018	2,18	7,40	0,44	0,29	0,64
	2019	1,84	7,09	0,99	0,00	0,42
	2020	1,60	5,14	1,20	0,00	0,50
Fora da RMB	2017	15,79	5,62	2,28	1,64	0,47
	2018	15,38	4,99	2,38	1,42	0,24
	2019	17,11	4,43	3,10	1,74	0,11
	2020	17,84	5,48	3,25	1,69	0,16

Fonte: IBGE-PNAD Contínua, 2020. Elaboração: Fapespa, 2021.

#### • Percentual de Domicílios sem Banheiro ou Sanitário Exclusivo.

No Pará, Domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo é o indicador que registra os maiores percentuais em comparação aos demais, fazendo dele o pior indicador da temática Habitação. A partir de 2018 esse indicador apresentou aumentos sequenciais saindo de 11,67% naquele ano, passando por 12,87% em 2019 e chegando ao patamar de 13,31% em 2020.

Esse resultado decorre do percentual mais elevado de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo na área Fora da RMB que, também, a partir de 2018 (15,38%) apresentou aumentos sequenciais, elevando em 2020 a proporção de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo para 17,84%. De modo inverso, na RMB o indicador apresentou sucessivas reduções e, assim, passou de 2,43%, em 2017, para 1,60%, em 2020, deixando evidente a disparidade em relação ao índice apurado na área Fora da RMB (17,84%).

#### • Densidade Excessiva de Moradores por Dormitório

No Pará, Densidade excessiva de Moradores por Dormitório é o indicador que registrou o segundo maior percentual em comparação aos demais, fazendo dele o segundo pior indicador da temática Habitação. Contudo, é o indicador que apresentou melhor resultado, já que a proporção de pessoas convivendo em cômodo ou dormitório que possuem mais de três pessoas vem diminuindo ano a ano da série, embora seja em pequenas variações, conforme se observa do gráfico.

Na RMB, o indicador também apresentou sucessivas reduções e, assim passou de 7,73%, em 2017, para 5,14%, em 2020, índice esse menor que o da área Fora da RMB (5,48%).

A RMB apresentava percentuais de densidade excessiva de moradores por dormitório maiores que os da Fora da RMB. Contudo, enquanto a RMB apresentou contínuas reduções de seus índices ao longo da série, a área Fora da RMB, em que pesem as reduções ocorridas até 2019, apresentou aumento de 23,7%, em 2020, invertendo, assim, as posições entre esses dois recortes geográficos.

#### • Domicílios com paredes de material não durável

O percentual de domicílios com paredes em material não durável tem aumentado na RMB, Fora da RMB e, conseqüentemente, no estado do Pará.

O indicador passou de 1,82%, em 2017, para 2,65% em 2020, no Pará. Na RMB verificou-se o maior aumento, quase 100%, comparando-se o registro de 0,61% do início da série ao de 1,20% do final, não obstante à redução isolada ao meio da série.



A área Fora da RMB apresentou sucessivos aumentos na proporção de domicílios com paredes em material não durável, assim, saltou de 2,28%, em 2017, para 3,25%, em 2020, representando índices bem maiores que os registrados na RMB.

#### • Domicílios sem iluminação elétrica

Na série histórica apresentada, os percentuais de domicílios sem iluminação elétrica oscilaram nas três áreas geográficas. O Mapa da Exclusão Social não menciona motivos para essas oscilações.

No Pará, a taxa oscilou entre o período de 2017 a 2019, registrando um decréscimo em 2020. Dessa forma, passou de 1,26% em 2019, para 1,20%, em 2020.

A RMB, com exceção do ano de 2018, não evidenciou domicílio sem iluminação elétrica, é o que revela o índice de 0% registrado nos anos de 2017, 2019 e 2020. Já a área Fora da RMB apresentou índices que oscilaram, passando de 1,74%, em 2019, para 1,69%, em 2020, representando uma redução da taxa em relação ao ano anterior.

#### • Domicílios improvisados

No Pará, Domicílios improvisados é o indicador que registra os menores percentuais em comparação aos demais, fazendo dele o indicador menos problemático da temática Habitação, o que não significa menos importante para a população.

O percentual de domicílios improvisados, no Pará, passou de 0,38%, em 2017, para 0,26%, em 2020, registrando nesse intervalo, reduções de 7,9% e 42,9% e aumento de 30%.

Nas áreas RMB e Fora da RMB também foram registrados aumento e diminuição da quantidade de domicílios improvisados ao longo da série. Assim, na RMB, o índice de 0,16% atingido em 2017 aumentou para 0,50% em 2020, registrando nesse intervalo, aumento de 300%, queda de 34,4% e, na sequência, aumento de 19%. Já na área Fora da RMB, após sucessivas diminuições da quantidade de domicílios improvisados, passando de 0,47%, em 2017, para 0,11%, em 2019, o índice, em 2020, subiu para 0,16%.

Observa-se que, a exceção do ano de 2017, os índices de domicílios registrados na RMB sempre foram maiores que os registrados na área Fora da RMB, na série apresentada.

No geral, considerando o início e o final da série histórica apresentada, o tema habitação avançou na RMB nos seguintes quesitos: densidade excessiva de moradores por dormitório e domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, enquanto na área Fora de Belém, avançou em: domicílios improvisados e densidade excessiva de moradores por dormitório.

Naquele cotejo, não houve melhora nos quesitos domicílios com paredes de material não durável, em ambas áreas geográficas, e domicílios sem iluminação elétrica em Fora da RMB.

### 1.2.8. Segurança

O diagnóstico da segurança pública é efetuado mediante cinco indicadores definidos na Lei nº 8.327/2015, a saber:

- ✓ Taxa de Homicídio;
- ✓ Taxa de Homicídio no Trânsito;

- ✓ Taxa de Roubos;
- ✓ Taxa de Reincidência de Egressos Assistidos;
- ✓ Taxa de Reintegração Social de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa.

A análise desses indicadores de segurança constantes do relatório do Mapa da Exclusão Social/2021 foi feita com base nos resultados das taxas avaliadas no estado do Pará e nas suas Regiões de Integração, como segue.

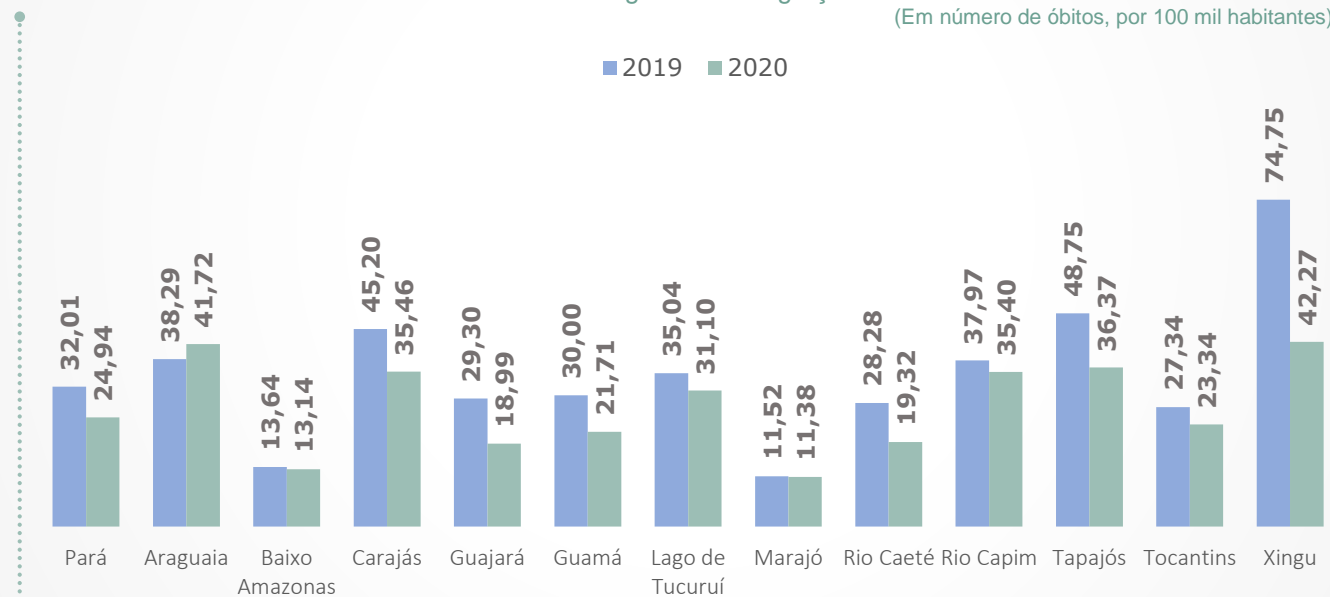
### • Taxa de Homicídio

A Taxa de homicídio refere-se à taxa de mortalidade por homicídio, ou seja, relaciona o número de óbitos por homicídios ocorridos em relação à população. É calculada pelo número de óbito por homicídios por cada cem mil habitantes.

A Taxa de homicídio no Pará e em suas Regiões de Integração, no período de 2019 a 2020, está demonstrada no gráfico a seguir.

**Gráfico 1.28** – Taxa de homicídio no Pará e nas Regiões de Integração – 2019-2020.

(Em número de óbitos, por 100 mil habitantes)



Fonte: Datasus/IBGE. Elaboração: Fapespa, 2021.

No Pará, a taxa de homicídio passou de 32,01, em 2019, para 24,94, em 2020, representando redução de 7,07 pontos, equivalentes a 22,1%. À exceção do Araguaia, que apresentou acréscimo de 3,43 óbitos, equivalente a 8,96%, todas as Regiões de Integração apresentaram decréscimo na taxa de homicídio em 2020, com destaque para Guajará e Xingu, que tiveram reduções expressivas de 35,19% e 43,45%, respectivamente.

A RI do Xingu registrou a maior taxa de homicídio, tanto em 2019 (74,75) quanto em 2020 (42,27), não obstante tenha apresentado o maior decréscimo (43,45%) do período, conforme mencionado.

As RI que apresentaram taxas maiores que a do Pará, em 2020: Araguaia (41,72), Carajás (35,46), Lago de Tucuruí (31,10), Rio Capim (35,40), Tapajós (36,37), além de Xingu (42,27).

A menor taxa de homicídio foi registrada na RI do Marajó, tanto em 2019 (11,52) quanto em 2020 (11,38), mantendo taxa média de 11,00, bem menor que a registrada, em 2019, no Brasil (21,65) e, em 2020, no Pará (24,94).

### • Taxa de Homicídio no Trânsito

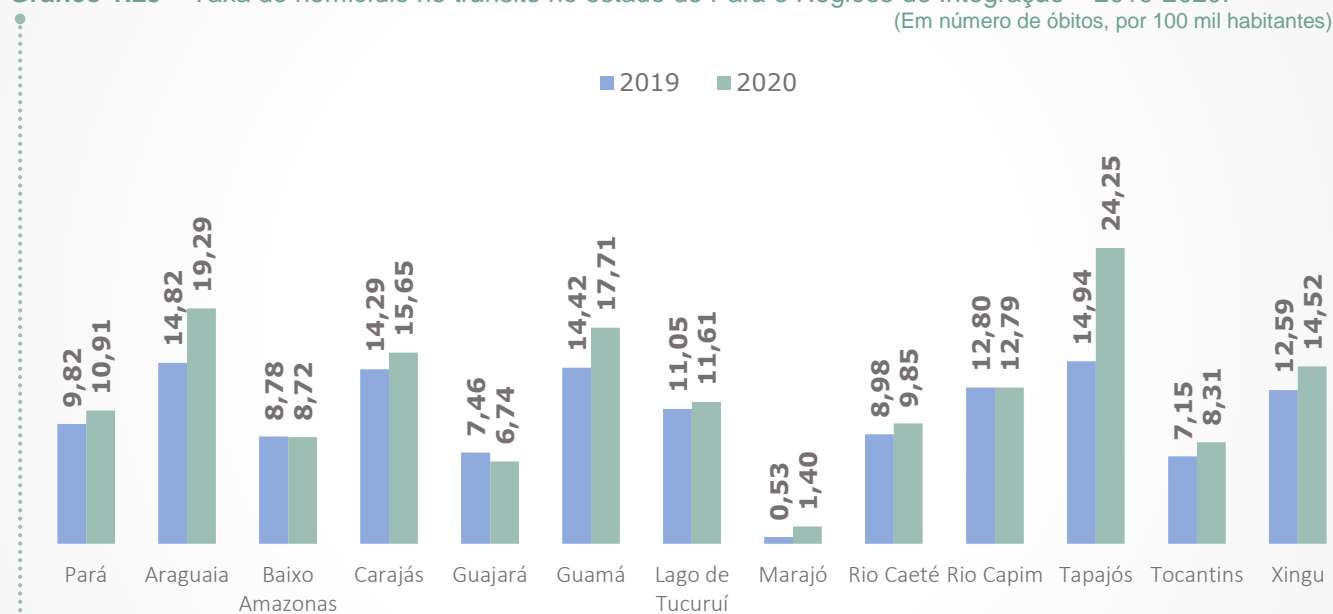
Esse indicador refere-se à taxa de mortalidade por homicídio no trânsito, ou seja, relaciona o número de óbitos por homicídios ocorridos no trânsito em relação à população. É calculado pelo número de óbitos por homicídios por cada cem mil habitantes.

No Pará, a taxa de homicídio no trânsito aumentou 1,09 ponto, equivalente a 11,1%, passando de 9,82 homicídios por 100 mil habitantes, em 2019, para 10,91, em 2020.

Das 12 Regiões de Integração, 9 também registraram aumento da taxa, destacando-se, nesse cenário adverso, as RI que apresentaram os maiores aumentos: Araguaia (30,2%), Tapajós (62,3%) e Marajó (164,1%).

Apenas as RI Baixo Amazonas, Guajará e Rio Capim apresentaram redução da taxa de homicídio no trânsito: a primeira em discreto percentual (-0,68%), a segunda em percentual mais significativo (-9,65%) e a terceira com redução de 0,08%, quase imperceptível no gráfico a seguir, que ilustra as taxas de homicídio no trânsito no estado do Pará e nas suas Regiões de Integração.

**Gráfico 1.29** – Taxa de homicídio no trânsito no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.  
(Em número de óbitos, por 100 mil habitantes)



Fonte: IBGE/Segup, 2021. Elaboração: Fapesa, 2021.

A RI do Tapajós computou a maior taxa, tanto em 2019 (14,94) quanto em 2020 (24,25), ou seja, 9,31 pontos a mais que no ano anterior, e a maior variação de pontos registradas dentre as outras Regiões de Integração.

A RI do Marajó alcançou a menor taxa entre as RIs nos dois exercícios avaliados, apesar do aumento de 164,1% na taxa de homicídio em 2020, passando de 0,53 em 2019, para 1,40 em 2020.

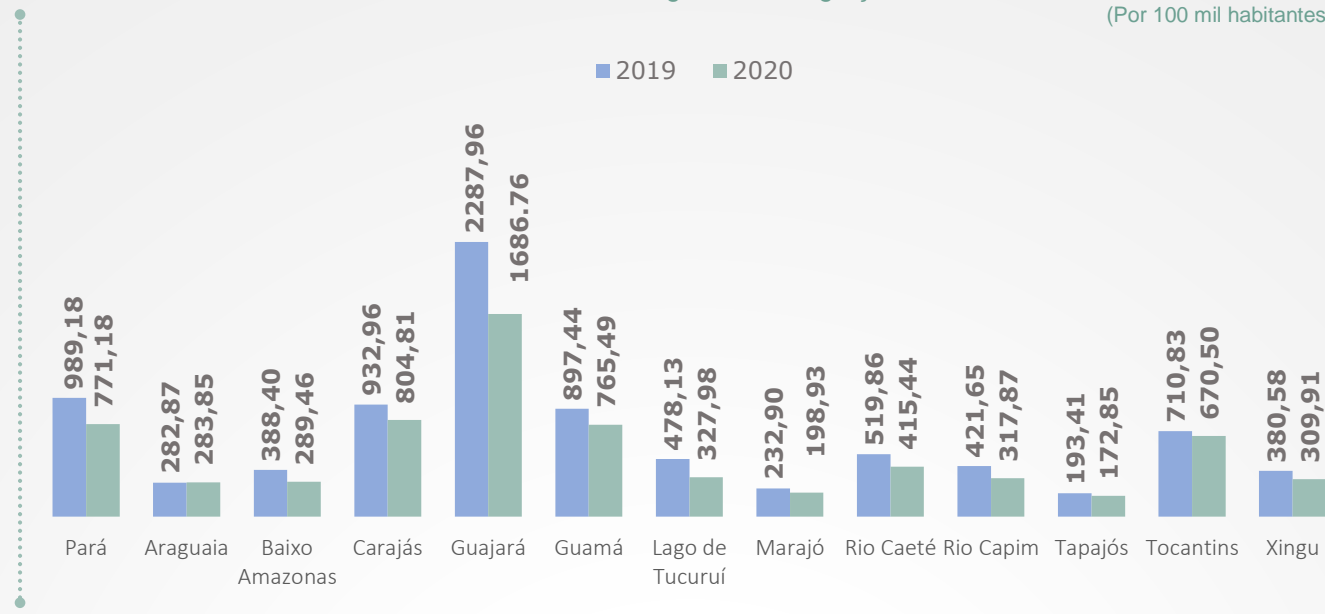
### • Taxa de Roubos

Esse indicador se refere à taxa de ocorrência de roubos, caracterizados pelo emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa. É calculado com base no número de roubos por cada 100.000 habitantes.

A Taxa de Roubos no Pará e nas suas Regiões de Integração, nos anos de 2019 e 2020, está ilustrada no gráfico a seguir.

**Gráfico 1.30 – Taxa de roubos no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.**

(Por 100 mil habitantes)



Fonte: IBGE/Segup, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

No Pará, a Taxa de Roubos reduziu 218 pontos, equivalentes a 22%, passando de 989,18 roubos por 100 mil habitantes em 2019, para 771,18 em 2020.

Das 12 Regiões de Integração, 11 também registraram redução, destacando-se nesse contexto satisfatório, as RI que apresentaram as maiores retrações: Lago de Tucuú (31,4%), Baixo Amazonas (25,5%) e Rio Capim (24,6%). Apenas Araguaia apresentou aumento no indicador: 0,98 ponto, equivalente a 0,3%.

Guajará apresentou a maior taxa de roubos, tanto em 2019 (2.287,96) quanto em 2020 (1.686,76), não obstante a expressiva redução já mencionada. Em seguida, Carajás, com taxa de 804,81, posicionou-se na segunda Região de maior ocorrência de roubos em 2020; e, na sequência, a RI do Guamá, com taxa de 765,49.

Observa-se que a acentuada taxa de roubos na RI do Guajará chega a corresponder a duas vezes a taxa média do estado do Pará, tanto em 2019 quanto em 2020.

A Fapespa justifica que aquela Região possui o maior contingente populacional, aproximadamente 25% do total do Estado, e essa concentração urbana contribui para os fatores que incorrem em taxa mais elevada.

As menores taxas foram registradas nas RIs do Tapajós, Marajó e Araguaia, nessa ordem, nos dois anos analisados.

### • Taxa de Reincidência de Egressos Assistidos

Para compreensão desse indicador são necessários os seguintes esclarecimentos:

- Denominam-se egressos, as pessoas que já cumpriram pena judicial pelos crimes que cometeram;
- De acordo com o Código Penal Brasileiro (arts. 63 e 64), reincidência são acontecimentos em que o agente comete um crime e posteriormente é condenado por um novo crime no prazo inferior a 5 anos entre o cumprimento ou extinção da pena e a determinação de uma nova sentença;
- Egresso assistido(8) é o egresso que recebe orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; e que lhe é concedido, se necessário, alojamento e alimentação por 2 meses.

(8) Assistência ao egresso encontra definição na Lei de Execuções Penais, art. 25.

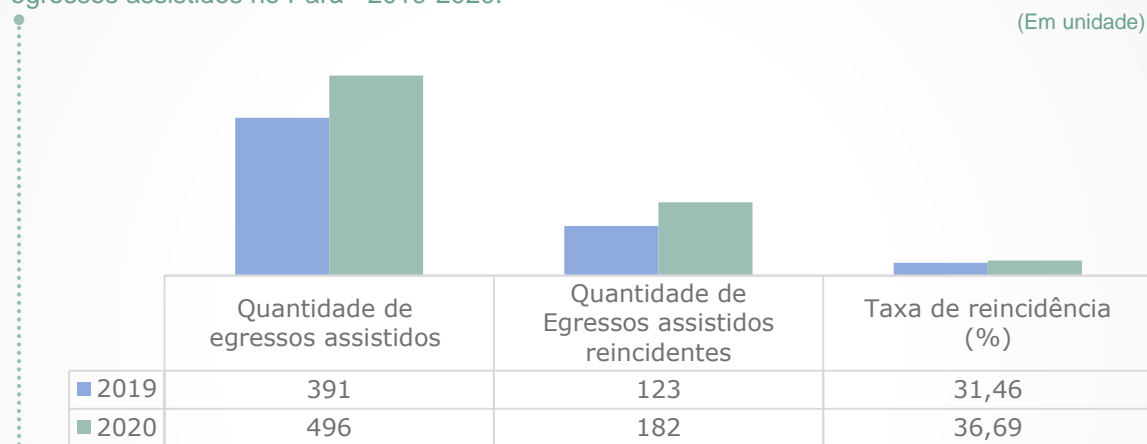
Dito isso, apresenta-se o conceito de Taxa de Reincidência de Egressos Assistidos definido no anexo único da Lei nº 8.327/2015:

“Taxa de Reincidência de Egressos Assistidos acompanha a ocorrência do cometimento de crimes por pessoas que já cumpriram pena judicial (EGRESSOS). Considerou-se aqui, o conceito de egressos dado pela Lei nº 7.210/84-LEP (art. 26): “o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova.”.

Dessa forma, o indicador em comento possui definição a partir do acompanhamento da ocorrência de novos delitos perpetrados por pessoas que já cumpriram sanções penais impostas pelo Poder Judiciário. O indicador afere a relação percentual entre o número de egressos reincidentes e o número de egressos assistidos.

O gráfico a seguir apresenta a taxa de reincidência de egressos assistidos no Pará e os seus elementos de apuração.

**Gráfico 1.31** – Egressos assistidos, egressos assistidos reincidentes e taxa de reincidência de egressos assistidos no Pará - 2019-2020.



Fonte: Seap-CAEF, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021. Mapa da Exclusão Social/2020.

De acordo com os dados, a quantidade de egressos assistidos totalizou 496, dos quais 182 retornaram ao crime, representando reincidência de 36,69%. Isso configura acréscimo de 5,23 p.p. em relação à taxa apurada no exercício anterior (31,46%), considerando os dados do ano de 2019 obtidos do Mapa da Exclusão Social/2020.

O Mapa da Exclusão Social/2021 não discorre sobre possíveis fatores que podem ter acarretado o aumento de egressos assistidos ao crime.

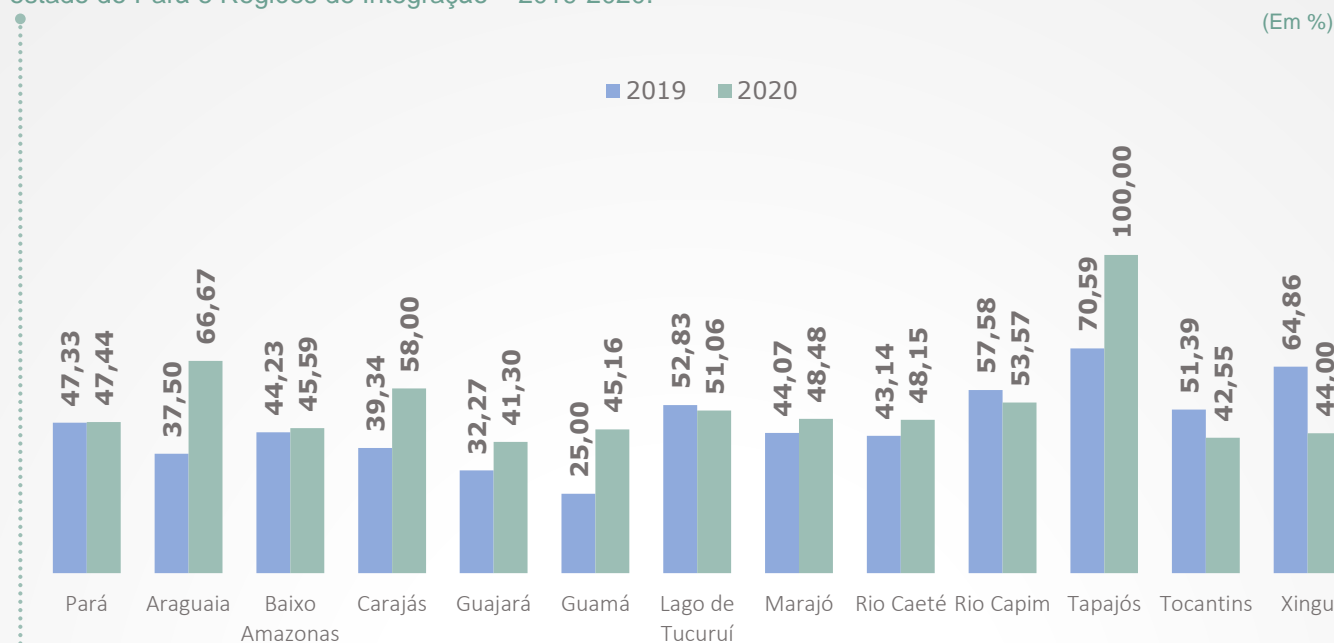
Sabe-se da importância da reinserção social do preso, por meio de incentivos à sua participação em atividades educacionais e laborativas, a fim de qualificá-lo e minorar a probabilidade de reincidência na prática de novos delitos. Fato é que os dados apresentados denotam fragilidade na assistência ao egresso, importando em prejuízo a sua reintegração junto à sociedade.

#### • Taxa de Reintegração Social de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa

Esse indicador é definido, de acordo com a Lei nº 8.327/2015, como a parcela de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e se reintegram à sociedade sem cometer novos delitos. A taxa é calculada considerando o número de adolescentes que cumprem totalmente as medidas socioeducativas em relação ao número total de adolescentes que cumprem medidas nas modalidades de internação e semiliberdade.

O gráfico, a seguir, apresenta o comportamento desse indicador para o estado do Pará e suas Regiões de Integração, em 2019 e 2020.

**Gráfico 1.32** – Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.



Fonte: Fasepa, 2021.

No Pará, a reintegração de adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas aumentou modestamente em 0,11 p.p., passando de 47,33% em 2019, para 47,44% em 2020.

Das 12 Regiões de Integração, 8 apresentaram aumento na taxa de reintegração de adolescentes, com destaque para as RI do Guamá (80,6%), Araguaia (77,8%) e Carajás (47,4%). Por outro lado, houve retração nas taxas do Xingu (-32,2%), Tocantins (-17,2%), Rio Capim (-7%) e Lago de Tucuruí (-3,4%).

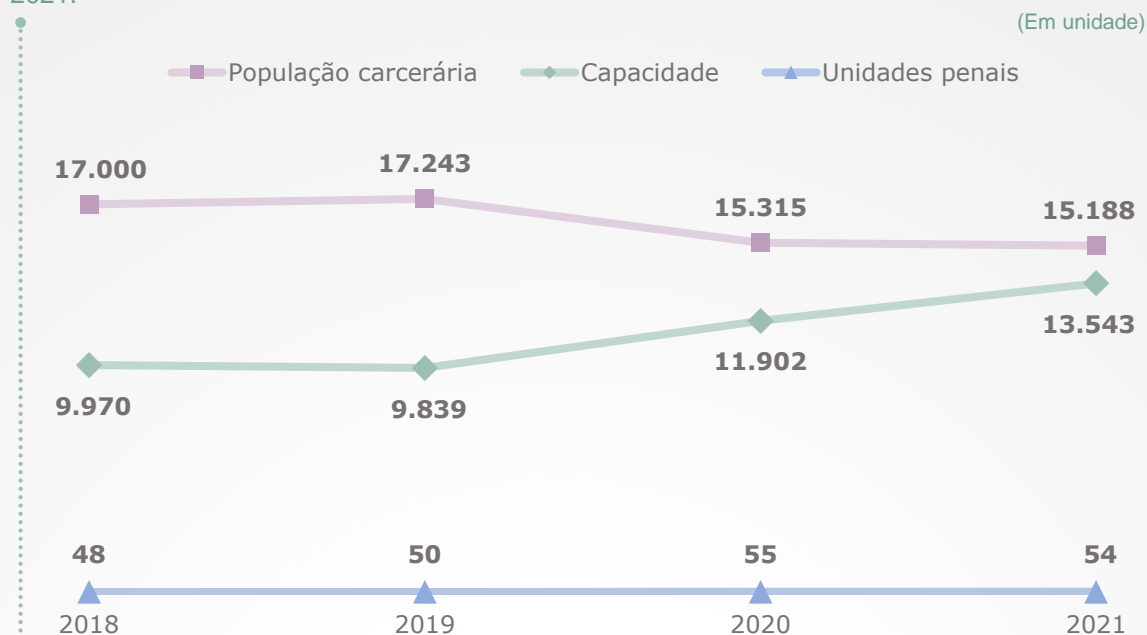
A parcela de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e que se reintegram à sociedade sem cometer novos delitos é menor na RI do Guajará em relação às demais Regiões de Integração. Assim, Guajará registrou a menor taxa, tanto em 2019 (32,27%), quanto em 2020 (41,30%). De outra banda, destaca-se a RI Tapajós que, ao ter sua taxa aumentada em 29,41 p.p., passou de 70,59% em 2019, para 100% em 2020.

Em que pese a melhora no resultado dos indicadores, verifica-se que as ações públicas visando a promover a reintegração social de adolescentes submetidos às medidas socioeducativas, citadas no Mapa da Exclusão Social/2021, não foram suficientes para reintegrar a metade do número de adolescentes ao convívio social, uma vez que na maioria das Regiões de Integração, as taxas do indicador ficaram abaixo de 50%, tanto em 2019 quanto em 2020.

### • População carcerária

A população carcerária não compõe os indicadores da temática Segurança contidos na Lei nº 8.327/2015. Não obstante a isso, destacam-se os dados obtidos do “Seap em Números”, exercício 2021, elaborado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) acerca da população carcerária do estado do Pará e da infraestrutura penitenciária.

O gráfico, a seguir, apresenta os dados acerca da população carcerária, capacidade de retenção e unidades penais no Pará, na série histórica 2018-2021.

**Gráfico 1.33** – População carcerária, capacidade de retenção e unidades penais do Pará - 2018-2021.

Fonte: Seap em Números, 2021.

Disponível em: [http://www.seap.pa.gov.br/sites/default/files/seap\\_em\\_numeros\\_0202.pdf](http://www.seap.pa.gov.br/sites/default/files/seap_em_numeros_0202.pdf).

De acordo com dados acima, a população carcerária do Estado, em 2021, totalizou 15.188 presos para uma capacidade prisional de 13.543 vagas distribuídas em 54 unidades penais.

Do comparativo entre a população carcerária e a capacidade prisional, verifica-se que a quantidade de presos está acima da capacidade disponível do sistema penitenciário do Estado, incorrendo em superlotação.

Contudo, verifica-se que a superlotação das unidades prisionais do Estado vem decrescendo. Em 2018, a população carcerária suplantava 71% da capacidade prisional; em 2019, aumentou para 75%, mas, em 2020, diminuiu para 29%, chegando a 12% em 2021.

Vários fatores podem ter contribuído para isso, como: redução de 22,1% na taxa de homicídio no Pará; redução de 22% na taxa de roubos; e aumento do número de unidades penais.

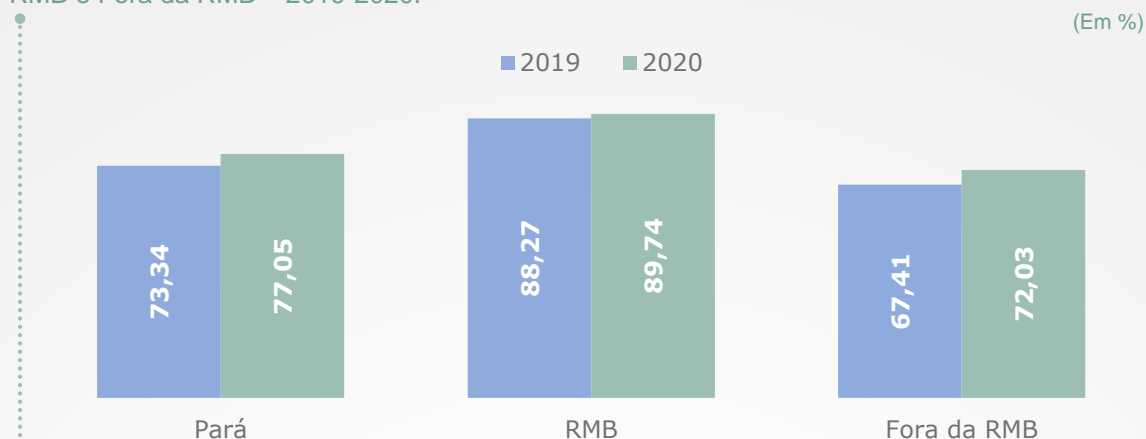
### 1.2.9. Inclusão digital

No cenário social dos anos 2020 e 2021, a internet tornou-se ainda mais imprescindível, principalmente por ter possibilitado a continuidade de muitos serviços presenciais que foram interrompidos pela pandemia do novo coronavírus, como as atividades laborais, atividades escolares e, ainda, as atividades comerciais. Acrescenta-se, também, a importância dela no combate e prevenção da doença pela praticidade no acesso à informação.

A inclusão digital é uma necessidade que visa principalmente reduzir as desigualdades sociais que ficaram tão aparentes com a atual crise sanitária mundial.

O gráfico, a seguir, exhibe o percentual de domicílios paraenses com acesso à internet, nos recortes geográficos: Pará, RMB e Fora da RMB, nos anos de 2019 e 2020, sendo nesse último em percentual estimado pela Fapespa, a qual informou que, devido à pandemia, a pesquisa ainda não havia sido realizada pela equipe da PNADC do IBGE.

**Gráfico 1.34** – Domicílios particulares permanentes com acesso à internet no estado do Pará, RMB e Fora da RMB – 2019-2020.



Fonte: IBGE/PnadC, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

De acordo com os dados projetados, o Pará apresenta crescimento de 3,71 p.p., equivalente a 5% na taxa de domicílios com acesso à internet, passando de 73,34 em 2019, para 77,05 em 2020. Nos demais recortes também houve crescimentos, sendo bem maior na área Fora da RMB (4,62 p.p.) que na RMB (1,47 p.p.). Ainda assim, os maiores índices concentram-se na Região Metropolitana de Belém (média de 89%); e os menores na área Fora da RMB (média de 70%).

Quanto ao tipo de equipamento utilizado para acessar à internet, o telefone celular se posiciona em primeira colocação, com média de utilização de 99,6% dos domicílios nas três áreas geográficas, em 2020. Na sequência, o microcomputador, com média de utilização de 26,4%, posiciona-se em segunda colocação, conforme se depreende do quadro a seguir.

**Quadro 1.8** – Participação do equipamento utilizado para o acesso à internet nos domicílios do Pará, RMB e Fora da RMB – 2019-2020.

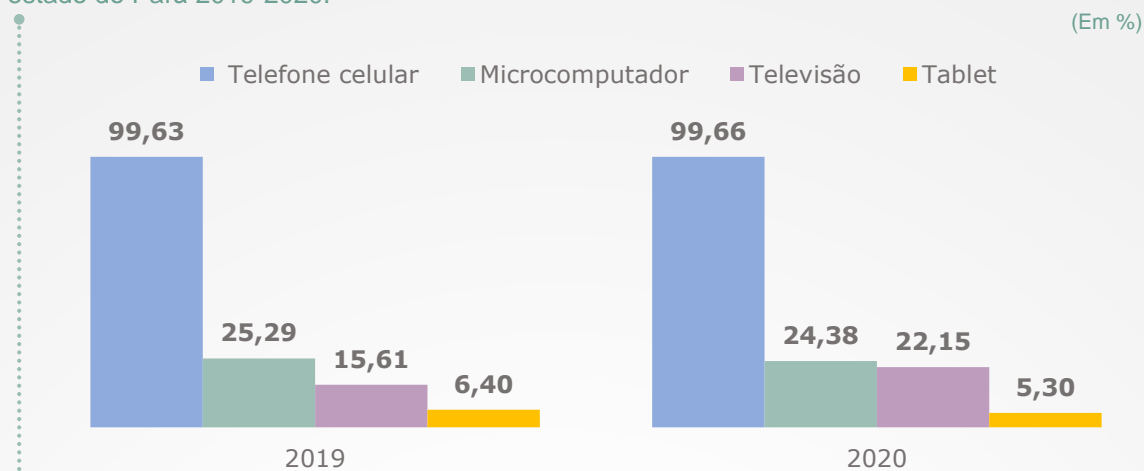
Área Geográfica	Equipamento	(Em %)	
		2019	2020
Pará	No microcomputador	25,29	24,38
	No <i>tablet</i>	6,40	5,30
	No telefone celular	99,63	99,66
	Na televisão	15,61	22,15
RMB	No microcomputador	36,17	36,72
	No <i>tablet</i>	10,66	9,23
	No telefone celular	99,85	99,87
	Na televisão	18,39	24,08
Fora da RMB	No microcomputador	19,63	18,24
	No <i>tablet</i>	4,18	3,38
	No telefone celular	99,52	99,42
	Na televisão	14,16	22,09

Fonte: IBGE/PnadC, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

O *tablet* e a televisão são os equipamentos menos utilizados para o acesso à internet, demonstrando diminuição na utilização do *tablet* e aumento na utilização de televisão, tanto no Pará quanto nas demais áreas geográficas.

Os percentuais de participação por tipo de equipamento utilizado para o acesso à internet no estado do Pará, nos anos de 2019 e 2020, podem ser visualizados no gráfico a seguir.



**Gráfico 1.35** – Participação do equipamento utilizado para o acesso à internet nos domicílios do estado do Pará 2019-2020.

Fonte: IBGE/Pnadc, 2021. Elaboração: Fapespa, 2021.

### 1.3. RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

O Ranking de Competitividade dos Estados (RCE) foi concebido pelo Centro de Liderança Pública (CLP) com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit (EIU) em 2011, e, a partir de 2021, passou a ser concebido integralmente pela Tendências Consultoria Integrada. O CLP é uma organização sem fins lucrativos que a mais de 12 anos trabalha com foco na eficiente do uso dos recursos públicos.

O Ranking é um diagnóstico do setor público efetuado em todas as unidades da federação com base na análise de 10 temas, denominados pilares. Cada Estado recebe uma nota de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos para cada pilar e, ao final, o total da nota indica a posição final no ranqueamento.

O diagnóstico compõe-se de 68 indicadores distribuídos em 10 pilares temáticos, a saber:

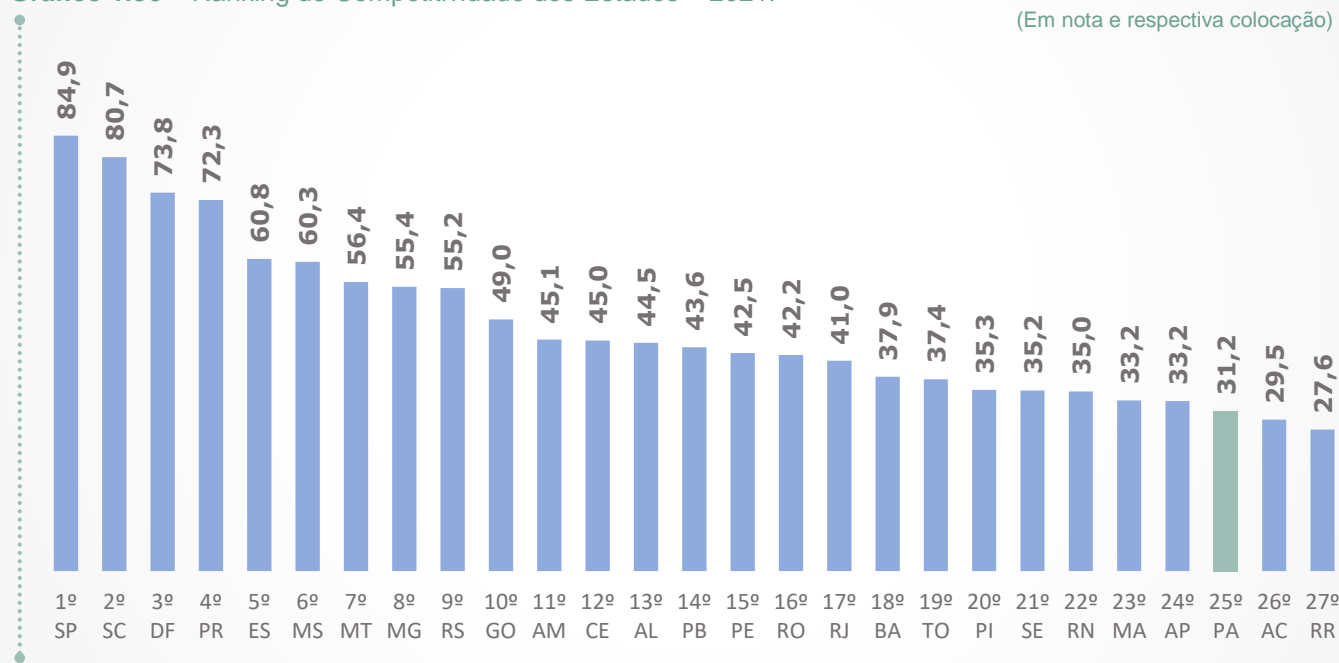
- ✓ **Infraestrutura.** Possui 9 indicadores: Acessibilidade do serviço de telecomunicações; Qualidade do serviço de telecomunicações; Custo de combustíveis; Custo de saneamento básico; Disponibilidade de voos diretos; Acesso à energia elétrica; Custo da energia elétrica; Qualidade da energia elétrica; e Qualidade das rodovias.
- ✓ **Sustentabilidade social.** Possui 13 indicadores: Inadequação de moradia; Famílias abaixo da linha da pobreza; Desigualdade de renda; Acesso ao saneamento básico – água; Acesso ao saneamento básico – esgoto; Anos potenciais de vida perdidos; Formalidade do mercado de trabalho; Inserção econômica; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Inserção econômica dos jovens; Mortalidade materna; Mortalidade precoce; e Mortalidade na infância.
- ✓ **Segurança pública.** Possui 9 indicadores: Atuação do sistema de justiça criminal; Presos sem condenação; Déficit carcerário; Mortes a esclarecer; Mortalidade no trânsito; Segurança pessoal; Segurança patrimonial; Morbidade no trânsito e Qualidade da informação de criminalidade.
- ✓ **Educação.** Possui 8 indicadores: Avaliação da educação; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa); Índice de oportunidade da educação (Ioeb); Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental; Taxa de frequência líquida ao ensino médio; e Taxa de atendimento do ensino infantil.
- ✓ **Solidez fiscal.** Possui 9 indicadores: Solvência fiscal; Resultado Primário; Resultado Nominal; Sucesso da execução orçamentária; Capacidade de investimento; Autonomia fiscal; Gasto com pessoal; Índice de liquidez; e Poupança corrente.

- ✓ Eficiência da máquina pública. Possui 5 indicadores: Eficiência do judiciário; Custo do executivo/PIB; Custo do judiciário/PIB; Custo do legislativo/PIB; e Índice de transparência.
- ✓ Capital humano. Possui 4 indicadores: Custo de mão de obra; População economicamente ativa com ensino superior; Produtividade do trabalho; e Qualificação dos trabalhadores.
- ✓ Sustentabilidade ambiental. Possui 4 indicadores: Serviços urbanos, Destinação do lixo, Tratamento de esgoto; e Perda de água.
- ✓ Potencial de mercado. Possui 3 indicadores: Tamanho de mercado, Taxa de crescimento e Crescimento potencial da força de trabalho.
- ✓ Inovação. Possui 4 indicadores: Investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento; Patentes; Bolsa de mestrado e doutorado; e Empreendimentos inovadores.

Em 2021, o Estado do Pará, ao obter nota 31,2, posicionou-se na 25ª posição das 27 Unidades da Federação, ficando à frente somente do Acre e Roraima, conforme se vê do gráfico a seguir.

**Gráfico 1.36 – Ranking de Competitividade dos Estados – 2021.**

(Em nota e respectiva colocação)



Fonte: RCE, 2021.

Em relação a posição no ranking foi observado piora, pois em 2020 o Pará ocupava a 24ª posição, porém quanto a nota é evidenciada melhora, pois sai de 30,3 naquele ano, para 31,2 em 2021.

Os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste ocuparam as dez primeiras colocações. Na posição mediana ocuparam os estados do Amazonas (11ª posição), único representante do Norte, Ceará (12ª posição), Alagoas (13ª posição) e Paraíba (14ª posição) e Pernambuco (15ª posição), ou seja, representantes do Nordeste. As últimas posições foram ocupadas, em maioria, pelos demais estados da região Norte.

Em 2021, a nota média do Brasil foi 47,7. Apenas os Estados ocupantes das dez primeiras colocações tiveram notas acima dessa média. Já o estado do Pará, com nota 31,2, ficou 16,5 pontos abaixo da média nacional.

A seguir, apresentam-se as notas do estado do Pará e da média do Brasil, por pilar, com as respectivas posições no ranking.

**Quadro 1.9** – Nota e posição do estado do Pará e da média Brasil por pilar – 2021.

Pilar	Pará		Média Brasil
	Nota	Posição	Nota
Infraestrutura	14,1	25º	49,1
Sustentabilidade Social	5,5	26º	45,4
Segurança Pública	39,9	15º	44,6
Educação	6,1	25º	43,2
Solidez Fiscal	91,7	3º	64,9
Eficiência da Máquina Pública	39,1	21º	58,6
Capital Humano	14,1	26º	38,5
Sustentabilidade Ambiental	21,0	21º	45,4
Potencial de Mercado	63,3	6º	39,6
Inovação	16,7	23º	43,7

Fonte: RCE, 2021.

Dos dez pilares, o estado do Pará não foi bem avaliado em sete (Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Educação, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental e Inovação), todos posicionados acima do 20º lugar no ranking.

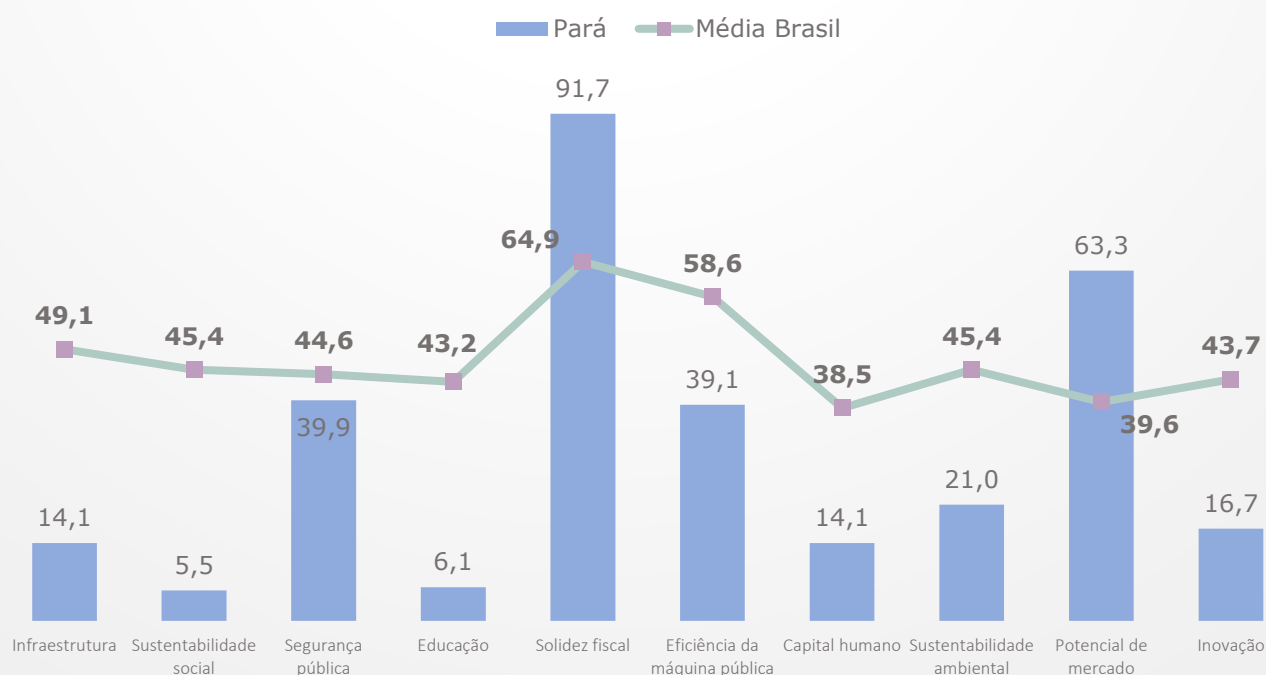
Por outro lado, destacou-se positivamente nos pilares Solidez fiscal (3ª posição) e Potencial de Mercado (6ª posição), com pontuação bem acima da média do Brasil.

No pilar Segurança Pública, o Pará alcançou a 15ª colocação, registrando 39,9 pontos, próximo do índice do Brasil (44,6 pontos), mas, em relação a ano anterior, exibiu piora, pois com a pontuação de 65,3 ocupava a 13ª posição.

As notas do estado do Pará e da média do Brasil, por pilar, no ranking de competitividade podem ser visualizadas no gráfico a seguir.

**Gráfico 1.37** – Notas do estado do Pará e da média do Brasil, por pilar, no Ranking de Competitividade dos Estados – 2021.

(Em pontos)



Fonte: RCE, 2021.

Observa-se que a pontuação das temáticas Sustentabilidade Social (5,5) e Educação (6,1) ficaram muito abaixo da pontuação média do Brasil: 45,4 e 43,2, respectivamente, merecendo, por isso, a demonstração de uma série histórica, a fim de avaliar o comportamento dessas temáticas, e, na oportunidade, a apresentação também das demais temáticas.

Nessa proposta, foi elaborado o quadro a seguir com as notas do Pará e da média Brasil, por pilar, com a indicação de aumento da nota na cor verde ou diminuição na cor vermelha, em relação ao ano anterior, a fim de facilitar a percepção de leitor.

**Quadro 1.10** – Notas do estado do Pará e da média do Brasil, por pilar, no Ranking de Competitividade dos Estados - 2019 a 2021.

Pilar	Ente	2019	2020	2021
Infraestrutura	Pará	13,8	5,4	14,1
	Brasil	37,9	42,8	49,1
Sustentabilidade Social	Pará	12,2	4,7	5,5
	Brasil	51,5	47,1	45,4
Segurança Pública	Pará	40,3	65,3	39,9
	Brasil	57,5	62,5	44,6
Educação	Pará	8,2	1,4	6,1
	Brasil	46,4	43,1	43,2
Solidez Fiscal	Pará	92,2	83,0	91,7
	Brasil	63,6	50,8	64,9
Eficiência da Máquina Pública	Pará	63,3	44,9	39,1
	Brasil	63,9	56,4	58,6
Capital Humano	Pará	9,4	0,3	14,1
	Brasil	40,5	30,3	38,5
Sustentabilidade Ambiental	Pará	28,7	29,7	21,0
	Brasil	52,8	54,8	45,4
Potencial de Mercado	Pará	53,1	44,2	63,5
	Brasil	31,7	35,9	39,6
Inovação	Pará	19,3	11,0	16,7
	Brasil	39,2	42,8	43,7
Nota Geral	Pará	34,1	30,3	31,2
	Brasil	49,3	47,5	47,7

Fonte: RCE, 2021.

Observa-se que a nota geral do Pará e do Brasil decresceram em 2019 e 2020, implicando, para ambos, piora na avaliação dos indicadores das temáticas do ranking de competitividade. Já em 2021, as notas aumentaram, tanto do Pará (0,9 ponto) quanto da média do Brasil (0,2 ponto), chegando a 31,2 e 47,7, respectivamente.

Em geral, a diferença entre a nota do Pará e da média do Brasil, por pilar, aumentaram nos anos de 2019 e 2020, induzindo que o Estado não conseguia acompanhar o avanço das notas dos outros Estados. Em 2021, essa diferença reduziu, sinalizando uma pequena melhora do Pará em relação à média do Brasil.

Observou-se um disparate no desempenho dos Pilares do Pará na série apresentada. Em 2019, seis pilares exibiram melhora; em 2020 apenas dois; e, em 2021, oito melhoraram. Não obstante a essa melhora, vale ressaltar que, como se trata de um ranking entre os estados, a melhora ou piora na classificação de um Estado advém do comparativo com os demais. Por isso, o Pará, com nota de 30,3, ocupou a 24ª colocação em 2020, e, embora tenha melhorado a sua nota em 2021, passando para 31,2, desceu uma posição no ranking, passando a ocupar a 25ª colocação.

Em síntese, os Pilares que apresentaram os melhores e piores resultados na série histórica analisada, considerando as três maiores e três menores notas, estão relacionados a seguir, por ordem de desempenho.

• **Em 2019:**

**Melhores resultados:** Solidez Fiscal; Eficiência da Máquina Pública; e Potencial de mercado.

**Piores resultados:** Educação; Capital Humano; e Sustentabilidade Social.

**Pilares com nota bem abaixo da média do Brasil:** Sustentabilidade Social; Educação; e Capital Humano;

**Pilares com nota mais próxima ou maior que a média do Brasil:** Solidez Fiscal; Potencial de Mercado; Eficiência da Máquina Pública.

• **Em 2020:**

**Melhores resultados:** Solidez Fiscal; Segurança Pública; e Eficiência da máquina pública.

**Piores resultados:** Capital Humano; Educação; e Sustentabilidade Social.

**Pilares com nota bem abaixo da média do Brasil:** Sustentabilidade Social; Educação, Infraestrutura;

**Pilares com nota mais próxima ou maior que a média do Brasil:** Solidez Fiscal; Potencial de Mercado; Segurança Pública.

• **Em 2021:**

**Melhores resultados:** Solidez Fiscal; Potencial de mercado; e Segurança Pública.

**Piores resultados:** Sustentabilidade Social; Educação; Capital Humano e Infraestrutura (ambos obtiveram a mesma pontuação).

**Pilares com nota bem abaixo da média do Brasil:** Sustentabilidade Social; Educação, Infraestrutura;

**Pilares com nota mais próxima ou maior que a média do Brasil:** Solidez Fiscal; Potencial de Mercado; Segurança Pública.

Dos dados da série histórica apresentada, infere-se que os pilares Sustentabilidade Social, Educação, Capital Humano e Infraestrutura são as temáticas mais vulneráveis do Pará, apesar de sua sustentabilidade fiscal, apresentando bons resultados primários, com boa capacidade de investimento, sucesso na execução orçamentária e de uma boa taxa de crescimento de mercado e bom crescimento potencial da força de trabalho, os quais são indicadores dos Pilares Solidez Fiscal e Potencial de Mercado, que sempre foram bem avaliados, no âmbito do Pará, no Ranking da Competitividade dos Estados.

## 1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário econômico e social do estado do Pará foi desenhado a partir dos dados disponibilizados pelos órgãos governamentais competentes, que nem sempre se referem ao exercício sob análise. Mas, de toda forma, é um diagnóstico que situa o leitor no contexto da gestão pública do Estado.

De acordo com os últimos registros do PIB pelo IBGE, que foram até 2019, o estado do Pará acompanhou o aumento da atividade econômica ocorrido no cenário nacional, de modo que, inclusive, sua participação no PIB do Brasil aumentou.

Não obstante à pandemia da Covid-19 nos anos 2020 e 2021, a Fapespa previu um crescimento positivo da economia do Pará, com projeção de real de 4,49% para o PIB.

Há que se destacar que, em 2021, a taxa da inflação na Região Metropolitana de Belém (8,10%) foi menor dentre as 10 regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE e inferior, também, à taxa nacional (10,06%), porém quase o dobro da taxa registrada em 2020 (4,63%).

No mercado de trabalho, houve saldo de 21,32% em prol das admissões, com aumento de postos de trabalho formal, em 2021, no Pará, que se destacou dentre os estados da Região Norte pelo maior saldo registrado.

E, por fim, o saldo de US\$28 bilhões da balança comercial do Pará foi o maior apurado nos últimos 5 anos.

No campo social, os indicadores constantes do Mapa da Exclusão Social evidenciaram avanços e retrocessos em segmentos cuja atuação governamental é preponderante.

A maior parte dos indicadores não atingiram as metas de melhorias estabelecidas no PPA para o período 2020-2023, considerando a proporção da meta para o ano de 2020, conforme se vê do quadro a seguir.

**Quadro 1.11 – Comparativo das metas dos indicadores do Mapa de Exclusão Social estabelecidas no PPA 2020-2023 com as metas registradas em 2020 para o Pará.**

INDICADORES MAPA DE EXCLUSÃO	Unidade de Medida	Índice de Referência. Ano base 2018	Meta	Índice proporcional. Ano 2020	Índice registrado. Ano 2020	Resultado da Meta. Ano 2020
<b>I - EXPECTATIVA DE VIDA:</b>						
Expectativa de vida em anos ao nascer	Anos de Vida	72,66	aumentar 0,10% a.a	72,81	71,69	Não atingida
<b>II - RENDA:</b>						
Renda média mensal de todas as fontes	Valores em Reais (R\$)	1.542	aumentar 2% a.a	1.604	1.765	Atingida
Índice de gini	Grau de concentração (Varia entre 0 e 1)	0,284	reduzir 1% a.a	0,278	0,293	Não atingida
Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (Proxy da Taxa de Pobreza)	Percentual (%)	41,53	reduzir 2% a.a	39,89	40,84	Não atingida
<b>III - EMPREGO:</b>						
Taxa de ocupação	Percentual (%)	89,81	aumentar 0,5% a.a	90,71	89,70	Não atingida
Participação de homens no total da população ocupada	Percentual (%)	60,77	reduzir 1,3% a.a	59,20	60,77	Não atingida
Participação de mulheres no total da população ocupada	Percentual (%)	39,23	aumentar 2% a.a	40,81	39,23	Não atingida
Participação de pessoas na faixa de 14 a 17 anos no total da população ocupada	Percentual (%)	2,56	reduzir 2% a.a	2,46	2,80	Não atingida
Participação de pessoas na faixa de 18 a 24 anos no total da população ocupada	Percentual (%)	13,62	aumentar 1% a.a	13,89	14,70	Atingida

INDICADORES MAPA DE EXCLUSÃO	Unidade de Medida	Índice de Referência. Ano base 2018	Meta	Índice proporcional. Ano 2020	Índice registrado. Ano 2020	Resultado da Meta. Ano 2020
Participação de pessoas na faixa de 25 a 39 anos no total da população ocupada	Percentual (%)	39,03	manter	39,03	37,90	Não atingida
Participação de pessoas na faixa de 40 a 59 anos no total da população ocupada	Percentual (%)	38,2	manter	38,2	37,7	Não atingida
Participação de pessoas na faixa de 60 anos ou mais no total da população ocupada	Percentual (%)	6,62	reduzir 1% a.a	6,49	6,90	Não atingida
Participação dos empregados no total da população ocupada	Percentual (%)	55,76	aumentar 0,8% a.a	56,66	55,90	Não atingida
Participação dos empregadores no total da população ocupada	Percentual (%)	4,2	manter	4,2	3,3	Não atingida
Participação dos que trabalham por conta própria no total da população ocupada	Percentual (%)	35,15	reduzir 1% a.a	34,45	35,17	Não atingida
Participação do trabalhador familiar auxiliar no total da população ocupada	Percentual (%)	4,89	reduzir 1% a.a	4,79	5,59	Não atingida
<b>IV - EDUCAÇÃO:</b>						
Taxa de alfabetização de adultos	Percentual (%)	90,58	aumentar 0,5% a.a	91,49	92,30	Atingida
Taxa de Aprovação médio	Percentual (%)	77,9	aumentar 0,5% a.a	78,7	99,2	Atingida
Taxa de Reprovação médio	Percentual (%)	9,3	reduzir 1,5% a.a	9,0	0,1	Atingida
Taxa de Abandono médio	Percentual (%)	12,8	reduzir 1,5% a.a	12,4	0,7	Atingida
Distorção série-idade no fundamental	Percentual (%)	29,5	reduzir 2% a.a	28,3	27,5	Atingida
Distorção série-idade no médio	Percentual (%)	48	reduzir 2% a.a	46	45	Atingida
Incremento de estudantes do ensino superior	Percentual (%)	11,19	manter	11,9	6,5	Não atingida
<b>V - SAÚDE:</b>						
Taxa de cobertura populacional estimada por estratégia saúde da família	Percentual (%)	59,13	aumentar 5% a.a	65,19	57,64	Não atingida
Leitos de internação hospitalares por mil habitantes	Leitos por 1.000 hab.	1,36	aumentar 0,5% a.a	1,37	1,48	Não atingida
Taxa de mortalidade infantil	Óbitos Infantis por 1.000 hab.	14,99	reduzir 1,5% a.a	14,54	14,81	Não atingida
Taxa de mortalidade materna	Óbitos Maternos por 100 mil Nascidos Vivos	76,81	reduzir 5% a.a	69,32	97,04	Não atingida
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	Percentual (%)	48,87	aumentar 3% a.a	51,85	46,66	Não atingida

INDICADORES MAPA DE EXCLUSÃO	Unidade de Medida	Índice de Referência. Ano base 2018	Meta	Índice proporcional. Ano 2020	Índice registrado. Ano 2020	Resultado da Meta. Ano 2020
<b>VI - SANEAMENTO BÁSICO:</b>						
Percentual de domicílios com água em rede geral	Percentual (%)	50,03	umentar 2% a.a	52,05	49,05	Não atingida
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica)	Percentual (%)	15,27	umentar 1% a.a	15,58	21,92	Atingida
Percentual de domicílios com coleta de lixo direta	Percentual (%)	76,62	umentar 1% a.a	78,16	77,81	Não atingida
<b>VII - HABITAÇÃO:</b>						
Percentual de domicílios improvisados	Percentual (%)	0,35	Reduzir 1% a.a	0,34	0,26	Atingida
Densidade excessiva de moradores por dormitório	Razão moradores por dormitório	5,66	Reduzir 0,3% a.a.	5,47	5,39	Atingida
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	Percentual (%)	11,66	Reduzir 0,5% a.a	11,60	13,31	Não atingida
Percentual de domicílios com paredes de material não durável	Percentual (%)	1,82	Reduzir 1% a.a	1,78	2,65	Não atingida
Percentual de domicílios sem iluminação elétrica	Percentual (%)	1,1	Reduzir 1% a.a	1,08	1,20	Não atingida
<b>VIII - SEGURANÇA:</b>						
Taxa de roubos por cem mil habitantes	Roubos por 100 Mil hab.	1.252,53	reduzir 3,5% a.a	1.166,39	771,18	Atingida
Taxa de homicídio	Homicídio por 100 Mil hab.	44,44	reduzir 3,5% a.a	41,38	24,94	Atingida
Taxa de homicídio no trânsito	Homicídio no Trânsito por 100 Mil hab.	8,25	reduzir 2% a.a	7,92	10,91	Não atingida
Taxa de reincidência de egressos assistidos	Percentual (%)	36,42	reduzir 5% a.a	32,87	36,69	Não atingida
Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	Percentual (%)	45,67	umentar 5% a.a	50,35	47,44	Não atingida

Fonte: PPA 2020-2023; Mapa da Exclusão Social 2021, Fapespa; Elaboração: TCE/PA.

Observa-se que 13 indicadores apresentam tendência de cumprimento das metas do PPA para o período 2020-2023, já que atingiram as metas proporcionais para 2020; já 28 indicadores, que representam 68%, não atingiram as metas, apontando para tendência de frustração na melhora das condições sociais da população no Pará.

Contudo, da comparação entre as taxas dos indicadores registradas em 2019 e 2020, verifica-se que 23 indicadores, equivalentes a 56%, apresentaram melhora em relação ao ano anterior. Assim, são eles: Renda média mensal de todas as fontes; Índice de Gini; Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (Proxy da Taxa de Pobreza); Taxa de ocupação; Participação de homens no total da população ocupada; Participação de mulheres no total da população ocupada; Participação dos empregados no total da população ocupada; Taxa de alfabetização de adultos; Taxa de Aprovação médio; Taxa de Reprovação médio; Taxa de Abandono médio; Distorção série-idade no fundamental; Distorção série-idade no médio; Incremento de estudantes do ensino superior; Leitões de internação hospitalares por mil habitantes; Taxa de mortalidade infantil; Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica); Percentual de domicílios com coleta de lixo direta; Densidade excessiva de moradores por dormitório; Percentual de domicílios sem iluminação elétrica; Taxa



de roubos por cem mil habitantes; Taxa de homicídio; e Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

De outra banda, 18 indicadores, equivalentes a 44%, apresentaram piora em suas taxas em relação ao ano anterior. Assim, são eles: Expectativa de vida em anos ao nascer; Participação de pessoas na faixa de 14 a 17 anos no total da população ocupada; Participação de pessoas na faixa de 18 a 24 anos no total da população ocupada; Participação de pessoas na faixa de 25 a 39 anos no total da população ocupada; Participação de pessoas na faixa de 40 a 59 anos no total da população ocupada; Participação de pessoas na faixa de 60 anos ou mais no total da população ocupada; Participação dos empregadores no total da população ocupada; Participação dos conta própria no total da população ocupada; Participação dos trabalhadores familiar auxiliar no total da população ocupada; Taxa de cobertura populacional estimada por estratégia saúde da família; Taxa de mortalidade infantil; Taxa de mortalidade materna; Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal; Percentual de domicílios com água em rede geral; Percentual de domicílios improvisados; Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo; Percentual de domicílios com paredes de material não durável; Taxa de homicídio no trânsito; Taxa de reincidência de egressos assistidos.

Ainda sobre os cenários econômico e social, no Ranking de Competitividade dos Estados de 2021, o Pará se destacou em algumas temáticas, como: Solidez Fiscal, Segurança Pública, e Eficiência da máquina pública, mas apresentou notas bem abaixo da média do Brasil nas temáticas: Sustentabilidade Social; Educação e Infraestrutura.

Por fim, de forma geral registra-se que não é possível associar os dados do Mapa da Exclusão Social aos do Ranking da Competitividade dos Estados e firmar uma conclusão única, já que algumas temáticas se diferem, os indicadores das temáticas não são idênticos em sua plenitude e o ano das informações nem sempre coincidem.

16.151



大種別品目別



total\_price

900,000,000

800,000,000

700,000,000

600,000,000

500,000,000

400,000,000

300,000,000

200,000,000

100,000,000

3,739,958,276

品名

数量

単価

金額

合計

The background features a blue-toned image of a laboratory or office with a large, semi-transparent number '2' in the center. Overlaid on the '2' is a complex molecular structure diagram consisting of interconnected hexagons and smaller circles, resembling a chemical or biological network.

# CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO



## 2. CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

### 2.1. PREVISÃO LEGAL E FINALIDADE

Em linhas gerais, no âmbito da Administração Pública o controle interno é realizado por órgão integrante do mesmo Poder, com vistas a assegurar a eficiência operacional e a conformidade dos atos praticados na gestão. Nesse sentido, o artigo 70 da Carta Magna, reproduzido no artigo 115 da Constituição Estadual paraense estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Governo e das entidades da administração direta e indireta, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, por meio do controle externo, e pelo Sistema de Controle Interno (SCI) de cada Poder.

De igual modo, as cartas constitucionais, nos artigos 74 da Constituição Federal e 121 da Estadual, disciplinam que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, com auxílio dos respectivos órgãos de auditoria, o referido sistema com a seguinte finalidade: (i) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado; (ii) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (iii) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado; (iv) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Ao longo dos últimos anos, com objetivo de dar maior eficácia aos dispositivos constitucionais, foram editados diversos normativos, no intuito de institucionalizar, regulamentar, nortear e aperfeiçoar o Sistema de Controle Interno (SCI), dentre os quais podemos destacar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a qual dispôs em seu art. 59 que o Poder Legislativo, de forma direta ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o SCI de cada Poder e do Ministério Público deverão fiscalizar, considerando as normas editadas pelo conselho de gestão fiscal, no que se refere a: (i) atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; (ii) limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar; (iii) medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23; (iv) providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária aos respectivos limites; (v) destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e da lei complementar; e (vi) cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

Por fim, cabe citar outro normativo de grande relevância editado no Brasil no sentido de aperfeiçoar o Sistema de Controle Interno que foi a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a qual estabeleceu o direito de se obter informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores (art. 7º, inciso VII, alínea “b”).

### 2.2. ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

No estado do Pará, estando vinculada ao Poder Executivo, a Auditoria Geral do Estado do Pará (AGE/PA) foi instituída em 29 de dezembro de 1998, por meio da Lei nº 6.176/1998(9), passando a funcionar a partir de janeiro de 1999 como órgão central dentre os componentes do SCI.

(9) Art. 2º Fica criado, no âmbito do Poder Executivo, o Sistema de Controle Interno, organizado e integrado da seguinte forma: (alterado pela lei nº 6.832, de 13 de fevereiro de 2006).

I - a Auditoria-Geral do Estado, como órgão central do Sistema, responsável pela execução centralizada das atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

Além das atribuições de auditoria das ações governamentais, a AGE/PA cumpre importante papel complementar, capacitando e orientando os Agentes Públicos de Controle (APC's), que realizam o controle interno no âmbito de cada órgão ou entidade da Administração Pública Estadual.

Atualmente, o art. 2º da Lei nº 6.176/1998(10) estabelece que a AGE/PA possui a seguinte composição, estando assim integrada e organizada:

- Auditoria Geral do Estado, como órgão central do Sistema, responsável pela execução centralizada das atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão;
- Unidades Setoriais de Controle Interno dos órgãos e entidades estaduais, instaladas por decisão do Secretário Especial ao qual estejam vinculadas e quando a complexidade da missão do órgão ou entidade assim o exigir;
- Controladorias ou unidades assemelhadas das empresas públicas e sociedades de economia mista, exercendo as funções de acompanhamento da contabilidade analítica e análise das prestações de contas das empresas públicas e sociedades de economia mista do governo do Estado; e
- Servidores na função de Agentes Públicos de Controle, que são responsáveis pela análise da prestação de contas e pelos registros das conformidades dos atos e fatos ocorridos nos respectivos órgãos e entidades da administração pública estadual sob sua competência.

A AGE/PA tem como missão institucional realizar, auditoria, fiscalização e avaliação de gestão dos órgãos do Poder Executivo, visando garantir a integridade, a transparência e a efetividade na aplicação dos recursos do Estado, de acordo com o art. 4º-A da Lei e alterações posteriores. O art. 3º praticamente reproduz o texto constitucional, estabelecendo como principais finalidades:

- Avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;
- Comprovar a legalidade e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como os recursos públicos utilizados por entidades de direito privado;
- Controlar as operações de crédito, avais e garantias, bem como a renúncia de receitas e dos direitos e haveres do Estado;
- Exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado;
- Apoiar o controle externo.

Dessa forma, a Auditoria Geral do Estado (AGE), enquanto órgão central do SCI do Poder Executivo, possui uma série de funções estabelecidas no art. 5º do referido diploma legal, dentre as quais destacam-se:

- Examinar e fiscalizar a regularidade dos atos que resultem em receitas e despesas em todas as suas fases, bem como a criação, modificação ou extinção de direitos e obrigações do Estado;
- Promover a normatização, o acompanhamento, a sistematização e a padronização dos procedimentos de fiscalização, auditoria e avaliação de gestão, registrando eventuais desvios no cumprimento da legislação e recomendando medidas necessárias para a correção das situações encontradas, determinando prazo para seu cumprimento;

---

(10) Informações contidas na Lei nº 6.176/1998, com alterações introduzidas pela Lei nº 6.275/1999, Lei nº 6.832/2006 e Lei nº 6.876/2006.

- Realizar auditorias em órgãos e entidades do Estado ou por ele controlados, registrando eventuais desvios no cumprimento da legislação e recomendando medidas necessárias para a regularização das situações constatadas, determinando prazo para o seu cumprimento;
- Aferir os desempenhos, comparando analiticamente os resultados previstos com os resultados obtidos;
- Examinar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros oriundos de quaisquer fontes, quanto a sua aplicação nos projetos e atividades a que se destinam;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos do Estado repassados aos órgãos e entidades públicas ou privadas através de convênios, contratos, acordos e ajustes.).

Em 2006 foi publicado o Decreto Estadual nº 2.536/2006, dando melhor detalhamento às disposições da Lei nº 6.176/1998, reforçando o papel da AGE/PA, na condição de órgão central do SCI, responsável pela execução centralizada das atividades de fiscalização, auditoria e avaliação de gestão, mediante a análise de risco, a definição de escopo, de método, de procedimentos e de técnicas auditorias (art. 8º e art. 9º).

No uso das atribuições regulamentares conferidas à Auditoria Geral do Estado, foi editada a Instrução Normativa AGE nº 001/2014, com alterações posteriores, dispoendo sobre a definição de procedimentos adicionais a serem observados pelos Órgãos e Entidades integrantes do Poder Executivo Estadual, objetivando disciplinar a emissão de relatórios e pareceres dos órgãos componentes do SCI, que integrarão o processo de prestações de contas de gestão dos recursos públicos estaduais anual a serem oportunamente enviadas ao Tribunal de Contas do Estado, sendo mantidos os papéis de trabalho à disposição do sistema de controle interno e externo.

Dentre as inovações trazidas pelo referido normativo, encontra-se o disposto no art. 3º, o qual dispõe que todas as estruturas administrativas existentes nos Órgãos e Entidades da Administração Pública devem exercer o controle interno permanente e contínuo sobre a etapa administrativa que lhe competir. O parágrafo primeiro, inciso VII, dispõe que os controles primários e controles internos serão realizados/avaliados e/ou aperfeiçoados constante e permanentemente por eventuais estruturas com atribuições de fiscalização/auditoria/monitoramento/avaliação da gestão e/ou governança do órgão/entidade, como: Auditoria independente, conselhos fiscais, conselho de administração, auditoria interna, gestão de riscos, *compliance*, comitês, dentre outras estruturas similares/afins.

Outros relevantes normativos foram editados no sentido de fortalecer a AGE/PA, no bojo de seu papel institucional, enquanto órgão central do SCI no âmbito do estado do Pará, definindo atribuições quanto à atuação administrativa, dentre os quais destacam-se:

- ✓ Decreto Estadual nº 768/2013: estabelece normas relativas às transferências de recursos do Estado mediante convênios para entidades privadas sem fins econômicos e consórcios públicos e dá outras providências;
  - Art. 3º, inciso VII: Atribui à AGE/PA – junto com a Secretaria de Estado de Planejamento, de Finanças – a responsabilidade de edição de Instrução Normativa Conjunta, objetivando assegurar a disponibilidade de contrapartida de convênio, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
  - Art. 10, inciso XXI: Estabelece que o instrumento de convênio deverá conter cláusula expressa e obrigatória sobre o dever do concedente de prestar orientações ao conveniente acerca dos procedimentos para a correta prestação de contas, ou, alternativamente a indicação dos sites AGE/PA e de Órgãos de Controle Externo, em que constarão tais orientações, em meio eletrônico, conforme definido em Instrução Normativa, emitida pelo órgão central do SCI;

- Art. 10, inciso XXII: Estabelece que o instrumento de convênio deverá conter cláusula expressa e obrigatória sobre o dever do concedente de fornecer ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA), a cada convênio firmado suas alterações, imediatamente após sua assinatura, nos termos definidos em Instrução Normativa, emitida pelo órgão central do SCI.
- ✓ Decreto Estadual nº 1.359/2015: regula o acesso às informações previsto nos incisos X e XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 da Constituição Federal e no inciso II do art. 29 e no § 5º do art. 286 da Constituição do Estado do Pará e na Lei nº 12.527/2011, e dá outras providências:
- Arts. 32 ao 42: Estabelece a classificação das informações consideradas sigilosas quanto ao grau, prazos de sigilo e competência;
  - Art. 43: Estabelece que a Autoridade Máxima de cada órgão publicará anualmente, até o dia 31 de março do exercício subsequente, em seu respectivo site na internet: (i) rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses; (ii) data de desclassificação; (iii) relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos; (iv) informações estatísticas agregadas dos requerentes;
  - Arts. 44 ao 48: Dispõe acerca do tratamento de dados pessoais;
  - Art. 62, inciso IV: Estabelece atribuições da AGE/PA, relativas ao gerenciamento do acesso à informação, observadas as competências dos demais Órgãos e Entidades previstas no referido decreto, dentre as quais destacam-se: (i) promoção de campanha de abrangência Estadual, em conjunto com a Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM), fomentando a cultura da transparência na Gestão do Poder Executivo Estadual e conscientização sobre o direito fundamental do acesso à informação; (ii) promoção de treinamento de agentes públicos, em conjunto com a Casa Civil da Governadoria (CCG), acerca de práticas relacionadas à transparência na Administração Pública; (iii) monitorar a aplicação, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos, e a implementação das disposições previstas, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 43, que lhes serão remetidos até o dia 31 de janeiro do exercício subsequente pelos órgãos e entidades; (iv) emitir orientações e instruções normativas para disciplinar e aperfeiçoar procedimentos necessários à implementação do Decreto Estadual nº 1.359/2015; (v) promover capacitação dos servidores dos Órgãos e Entidades para o melhor e integral cumprimento Decreto Estadual nº 1.359/2015;
  - Art. 68, § 3º: Estabelece que a AGE/PA coordenará as ações necessárias do portal “Transparência Pará”, supervisionando as implementações e atualizações necessárias, bem como expedirá normas que regulamentem os procedimentos e as responsabilidades dos órgãos e entidades envolvidos na produção e divulgação dos dados e informações a serem disponibilizadas.
- ✓ Decreto Estadual nº 1.667/2016: dispõe sobre as regras de governança destinadas às empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado do Pará, na forma do § 3º do art. 1º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e dá outras providências.
- Art. 4º, § 1º: Estabelece que as empresas públicas e sociedades de economia mista deverão adotar práticas de controle interno, obedecendo às orientações técnicas da AGE/PA no que tange às atividades de transparência, auditoria e correição.



- ✓ Decreto Estadual nº 2.002/2021: que dispõe as normas e os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração Pública Estadual direta e indireta, para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2021;
  - Art. 20, § 3º: estabelece que caberá à Unidade de controle interno de cada órgão ou entidade, nos processos de despesas de exercícios anteriores, o registro da conformidade de acordo com a Lei Estadual nº 6.176, de 29 de dezembro de 1998, com o decreto Estadual nº 2.536, de 3 de novembro de 2006, e com a Portaria nº 122, de 4 de agosto de 2008 da AGE/PA;
  - Art. 34: que compete à AGE/PA: (i) a elaboração do relatório anual do SCI, demonstrando as ações executadas e desenvolvidas, assim como o acompanhamento das providências adotadas pelos órgãos e entidades para atender às recomendações emanadas da análise das contas procedidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/PA) em relação ao exercício anterior, que acompanhará as contas governamentais; (ii) a emissão de relatório e Parecer conclusivo do Órgão Central do SCI do Poder Executivo Estadual sobre a prestação de contas de gestão anual dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, submetidas ao julgamento do TCE/PA.

2

Por fim, com base no breve arcabouço apresentado, depreende-se o notório avanço, sob o aspecto legal, das macrofunções de controle que envolvem: correição, transparência e acesso à informação. Contudo, menciona-se, para fins de aperfeiçoamento, a existência de fragilidade na atuação prévia nos procedimentos de controle interno à nível central, haja vista a ausência de programa de integridade e *compliance*, de maneira regulamentada, contendo atribuições definidas ao SCI, objetivando a implementação de mecanismos e diretrizes de prevenção e combate à corrupção no âmbito do Poder Executivo Estadual.

### 2.3. ATUAÇÃO DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Os normativos mencionados no tópico anterior estabelecem competências à AGE nas diversas áreas de atuação. Nesse ponto, importante mencionar o que disciplina a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (Lei Complementar nº 081/2012) quanto as contas de governo, vejamos:

Art. 30. Ao Tribunal de Contas do Estado compete, na forma prevista no Regimento Interno, apreciar as **contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado**, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento.

§ 1º A prestação de contas consiste no Balanço Geral do Estado e no **Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo** sobre a execução dos orçamentos e avaliação da situação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial. (grifos nossos).

De igual modo, o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado (Ato nº 63/2012), no art. 98, inciso II, estabelece que as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado deverão ser compostas pelo relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e avaliação da situação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.

Conforme mencionado alhures, com vistas a dar pleno cumprimento ao disposto nas normas supracitadas, foi editado o Decreto Estadual nº 2.002/2021, estabelecendo regramento e procedimentos a serem adotados no âmbito da Administração Pública Estadual para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2021, estabelecendo no art. 34, inciso I, o dever da

AGE de elaborar o Relatório Anual do Sistema de Controle Interno, demonstrando as ações executadas e desenvolvidas, assim como o acompanhamento das providências adotadas pelos órgãos e entidades para atender às recomendações decorrentes da análise das contas procedidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) em relação ao exercício anterior.

Nesse sentido, a Resolução TCE nº 19.285/2021 que emitiu o Parecer Prévio sobre as Contas do Governador, referente ao exercício financeiro anterior, formulou 08 recomendações quanto aos instrumentos de controle e à atuação da AGE, no sentido de sanear, no exercício de 2021, as ocorrências verificadas, vejamos:

• **Quanto aos instrumentos de controle:**

1. Que seja implementado efetivamente o controle de obras públicas a cargo do Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar da licitação até a fase posterior à conclusão do objeto, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações;
2. Que seja implementado efetivamente o controle de transferências voluntárias efetuadas pelo Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar à concessão até a apresentação da prestação de contas, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações. Além disso, seja designado órgão gestor do sistema;
3. Que seja regulamentado, na forma do art. 16 da Lei nº 8.873/2019, e instituído, mediante sistema informatizado, o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados para com Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual (CadinPA);
4. Que seja implantado sistema de registro de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme dispõe a LRF, art. 50, § 3º, considerando os critérios de transparência e controle social;

• **Quanto ao Controle Interno do Poder Executivo:**

5. Que a Auditoria Geral do Estado avalie resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual;
6. Que a Auditoria Geral do Estado exerça o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;
7. Que o número de Agentes Públicos de Controle de cada órgão e entidade do Poder Executivo seja proporcional às respectivas estruturas organizacionais, podendo ser organizados em Unidade de Controle Interno, conforme disposto na Instrução Normativa AGE nº 001/2014, § 7º, III;
8. Que a Auditoria Geral do Estado monitore a aplicação dos prazos e procedimentos para a classificação de informações e documentos, de acordo com o grau de sigilo e consolide a publicação de relatórios estatísticos conforme estabelece o art. 62, IV do Decreto Estadual nº 1.359/2015.

Mais adiante, no capítulo 08 do presente relatório, será analisado com maior detalhamento o implemento das recomendações formuladas ao Poder Executivo Estadual. Há de se ressaltar, contudo, que em relação aos anos anteriores, durante o exercício de 2021, apesar de persistirem ainda algumas inconsistências, houve substancial avanço na AGE enquanto órgão central de controle interno, em observância aos ditames constitucionais e legais que regem a sua atuação.

### 2.3.1. Sobre a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e os programas de governo no exercício de 2021

A AGE, por meio do Relatório de Controle Interno que compõe o Balanço Geral do Estado, em consonância com o art. 35 do Decreto Estadual nº 2.002/2021(11), indica que a avaliação dos programas constantes do plano plurianual (PPA) 2020-2023 e orçamento 2021 foi registrada no Relatório de Acompanhamento nº 03/2022-GEAUD/AGE (prot. nº 2022/242244), possuindo como fonte exclusiva o sistema integrado de planejamento (Sigplan), implementado no estado do Pará por meio do Decreto nº 2.312/2018.

O referido normativo, em seu art. 4º, estabelece que as unidades de planejamento e orçamento dos órgãos da Administração Pública deverão manter atualizadas, mensalmente no Sigplan as informações referentes à execução física e financeira dos programas e ações.

Segundo a AGE, foi utilizado como critério para seleção da avaliação os setores sociais mais sensíveis (saúde, educação, segurança e infraestrutura). Por conseguinte, dentro de cada uma dessas áreas, foi escolhido um programa temático (excluindo-se o programa manutenção da gestão) e um órgão executor estratégico. Foram selecionadas de cada programa duas ações, em que ocorreram as maiores alocações de recursos públicos durante o exercício de 2021 (PPA 2020-2023).

Conforme o levantamento feito pela AGE, foram identificadas falhas que demandariam aperfeiçoamento por parte dos Órgãos e Entidades executores das ações nos quesitos:

- **Transparência:** havendo necessidade de dar maior clareza aos gastos com relação às ações; a AGE mencionou a ação selecionada “Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde” como uma das que necessitariam de aprimoramento neste quesito;
- **Intempestividade na inserção e atualização de dados no Sigplan:** alguns Órgãos e Entidades executores das ações não estariam inserindo e atualizando os dados no sistema Sigplan de maneira tempestiva, em desacordo com o que estabelece o art. 4º do Decreto Estadual nº 2.312/2018, prejudicando o monitoramento e avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e nos programas de governo para o exercício de 2021.

Com base nessas informações, é importante que sejam notificados os órgãos e entidades para que observem os quesitos acima mencionados, quanto a inserção dos dados no Sigplan e transparência, devendo dar amplo acesso às informações de forma tempestiva, em observância aos ditames constitucionais e legais dispostos na Constituição Federal, art. 5º, XXXIII e art. 37; Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), art. 48; Constituição do Estado do Pará, art. 20; e Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Além disso, para os próximos exercícios, recomenda-se que a AGE mantenha sua plataforma da *internet* devidamente atualizada, para que constem todos os seus relatórios, dando acesso aos cidadãos às informações de interesse público, excepcionadas às de caráter sigiloso, nada obstante sejam de igual modo inseridos no portal da transparência do Estado.

### 2.3.2. Sobre o exame das operações de crédito

A AGE reportou a realização do 1º Relatório de Controle das Operações de Crédito, por meio de acompanhamento nos seguintes sistemas: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem); Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados

(11) Art. 35. Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, que utilizam o Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará (Sigplan), deverão realizar a inserção de metas físicas até o dia 07 de janeiro de 2022, observando que as informações qualitativas deverão ser inseridas com data de origem anterior a 31 de dezembro de 2021.

e Municípios (Sadipem); Sistema de Acompanhamento de Haveres Financeiros junto a Estados e Municípios (Sahaem); Sistema Integrado de Planejamento (Sigplan).

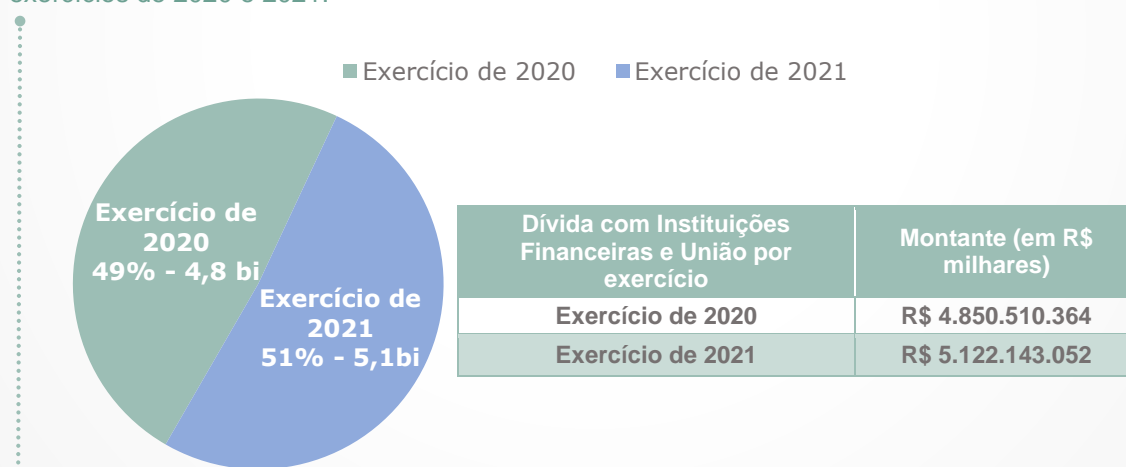
Além disso, que foram realizadas reuniões com órgãos do Poder Executivo do Estado e emissão de Solicitações de Documentos e Informações. Asseverou, ainda, que estava em estudo pela AGE, processo para aprimorar o acompanhamento e controle das operações de crédito.

Como resultado da referida análise, declarou que o estado do Pará se manteve adimplente com suas obrigações financeiras e acessórias (operações de crédito e concessão de garantia com a União), mantendo-se também regular no Cadastro da Dívida Pública.

Declarou ainda, que foi identificada a existência de 68 contratos de operações de crédito vigentes em 2021, celebrados com a União e diversas instituições financeiras, internas e externas, das quais 78% do quantitativo foram celebrados com a Caixa Econômica Federal – CEF. Apontou que das 57 operações de crédito internas contratadas, 44 foram recursos da CEF destinados como aporte de capital para a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa). Contudo, o maior volume de recursos dos contratos haveria sido destinado aos órgãos Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedop) e NGTM (Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano).

E, por meio de consulta ao Sadipem, verificou o aumento da dívida em relação ao exercício de 2020, no montante de R\$271,6 milhões, correspondendo a um aumento de 2% da dívida com empréstimos ou financiamento junto com instituições financeiras e refinanciamento com a União, conforme demonstrado abaixo:

**Gráfico 2.1** – Percentual das dívidas com instituições financeiras e União somadas nos exercícios de 2020 e 2021.



Fonte: Relatório Anual do Sistema de Controle Interno, BGE 2021.

De acordo com o item 5.2.2. do Relatório Anual do Sistema de Controle Interno (BGE, Vol. I), os saldos de dívidas com instituições financeiras que ultrapassavam o saldo da dívida com instituições financeiras no exercício anterior corresponderiam a 14 contratos, assim dispostos:

- Empréstimos e financiamentos internos – 08 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal;
- Empréstimos e financiamentos externos – 05 contratos:
  - 02 contratos celebrados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento;
  - 01 contrato celebrado com a Corporação Andina de Fomento;
  - 01 contrato celebrado com a Japan International Cooperation Agency;
  - 01 contrato celebrado a *New Development Bank*.
- Refinanciamento com a União: 01 contrato.

Acerca das garantias, a AGE mencionou que o Poder Executivo, durante o exercício de 2021, possuía apenas 01 processo registrado no Sadipem, tendo a União como credora, celebrado em 31/12/1997 e com vigência para quitação até 11/04/2024, cujo saldo devedor em 31/12/2021 era de R\$101,9 milhões.

Também foi realizado o exame das receitas e despesas, verificando-se que no exercício de 2021 o volume da receita superou o da despesa, com exceção do contrato celebrado com a *Japan International Cooperation Agency*, cuja diferença correspondeu a R\$3,4 milhões. Contudo, o montante consolidado da receita superou em R\$30,5 milhões à totalização da despesa.

Por fim, a AGE concluiu que o controle das operações de créditos no estado do Pará, por parte do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, estaria em processo de construção, com avanços na legislação e normativos, mapeamento da execução orçamentária e financeira e identificação de incorreções e ações para regularização junto aos órgãos/entidades controladas, em atenção à previsão constitucional e em cumprimento à recomendação exarada por esta Egrégia Corte de Contas.

À vista do exposto e considerando o relatório de análise das Contas do Governador do Estado do Pará do exercício anterior (2020), verificou-se que constam as informações referentes ao exercício ora analisado na seção “Operações de Crédito” no Portal da Transparência do Poder Executivo. Entretanto, para o exercício de 2022, seria importante que a AGE fizesse constar nos portais da internet seus relatórios, oportunizando o acesso aos cidadãos às informações de interesse público, em observância à Lei nº 12.527/2011.

### 2.3.3. Sobre a gestão patrimonial

A AGE comunicou ter elaborado relatório que trata da Gestão Patrimonial (Relatório de Acompanhamento nº 02/2022-GEAUD/AGE – prot. nº 2022/242223), com objetivo de atender, em parte, ao que dispõe o art. 121, inciso II, da Constituição Estadual.

Foi feita a avaliação do ativo mobilizado, o qual, de acordo com o MCASP 8ª Edição, compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Consta análise comparativa do ativo imobilizado dos exercícios de 2020 e 2021, com base em consultas ao Sistema Siafem, em que se evidenciou a evolução de cada item em relação ao exercício anterior, observando crescimento do saldo da conta Bens Imóveis e surgimento de contas que não constavam no exercício de 2020.

Nesse norte, apontou que durante o exercício de 2021, ainda não havia a integração entre o Siafem e o Sistema de Patrimônio Imobiliário do Estado do Pará (Sispat Imóveis), o que poderia justificar diferença dos valores registrados nas contas listadas, uma vez que as conciliações ainda seriam realizadas de forma manual, o que poderia prejudicar a tempestividade das informações contábeis relacionadas aos imóveis.

Além disso, encaminhou tabela contendo informações prestadas pelos diversos órgãos quanto à realização dos inventários e respectiva emissão das declarações de regularidade relativas ao exercício anterior (2020) e quadro com síntese das justificativas que impossibilitaram a emissão das declarações(12), informando que a mesma cobrança será feita aos órgãos e entidades para o exercício de 2021.

Ante o exposto, na mesma forma que nos itens anteriores, aponta-se a relevância da AGE fazer constar nos portais da internet seus relatórios atualizados, oportunizando o acesso aos cidadãos às informações de interesse público, em observância à Lei nº 12.527/2011. Outrossim, diante das inconsistências relatadas pela AGE, seria importante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas em referência.

(12) Declarações exigidas por força do art. 20, §2º do Decreto Estadual nº 1.178/2020.

### 2.3.4. Sobre a conformidade dos registros de gestão

A AGE aduziu que realiza o monitoramento do registro das conformidades diárias efetuadas no Siafem pelas Unidades de Controle Interno dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso VIII da Lei Estadual nº 6.176/1998, encaminhando Solicitação de Ação Corretiva - SAC ou Solicitação de Documentos e Informações - SDI, quando necessário.

De acordo com o art. 1º da Portaria AGE nº 122/2008, a Conformidade dos Registros de Gestão trata-se da certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Siafem e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações.

Nesse sentido, a AGE disponibilizou quadro informativo, referente ao exercício de 2021, indicando os protocolos do sistema PAE em que foram formalizados os procedimentos de monitoramento do registro das conformidades no Siafem realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

### 2.3.5. Sobre a declaração de bens e valores de agentes públicos

Em 13/07/2021 foi publicado o Decreto Estadual nº 1.712/2021, que regulamenta a obrigatoriedade de apresentação, pelos agentes públicos, de declaração de bens e valores, bem como sua atualização anual, e dispõe sobre a sindicância patrimonial, com alcance no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do estado do Pará.

O referido decreto foi editado com fins de dar cumprimento, no âmbito do Poder Executivo, ao disposto no art. 304 da Constituição estadual. Nesta senda, consta disposição no art. 15 da supracitada norma infralegal que compete à Auditoria Geral do Estado a normatização de procedimentos e das responsabilidades dos órgãos e entidades, além da fiscalização do cumprimento dos prazos e procedimentos nela previstos.

Nesse sentido, a AGE informou que estaria realizando no corrente ano ações de controle para fiscalizar o cumprimento do Decreto Estadual nº 1.712/2021; e que no exercício de 2021 publicou as Instruções Normativas nº 03, 04 e 05 as quais, após consulta, verifica-se que encontram-se disponíveis em seu portal da internet, e dispõem acerca dos procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades que compõem o Poder Executivo estadual, além da obrigatoriedade da apresentação de declaração de bens e valores pelos agentes públicos.

### 2.3.6. Sobre o Portal "Transparência Pará"

A AGE indicou que o Poder Executivo, junto com o referido órgão central do SCI, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e a Empresa (Prodepa), vem empregando esforços para executar atividades com objetivo de dar mais transparência às ações governamentais e modernizar o portal "Transparência Pará", realizando as seguintes medidas no exercício de 2021:

- **Celebração de Termo de Cooperação Técnica nº 01/2021 – SEFA/AGE:** em que ficou acordado o desenvolvimento de atividades com o objetivo de modernizar o portal "Transparência Pará" e atuação na gestão fazendária e transparência fiscal;
- **Contrato nº 061/2021:** Celebrado entre a Sefa e a Prodepa para desenvolvimento do novo Portal da Transparência do Governo do Estado do Pará, subscrito de 2021, cujo item 1.2 do Termo de Referência dispõe que o prazo de execução dos serviços seria de 18 (dezoito) meses a contar da data de emissão da ordem inicial de serviço pela contratante – foram concluídas atividades relacionadas a 02 (duas) ordens de serviço (OS nº. 01/2021, de 20/08/2021 e OS nº 02/2021, de 17/11/2021).

Ante o exposto, conquanto seja aferível, no exercício em análise, da busca pela melhoria do portal “Transparência Pará”, seria relevante que a AGE fizesse constar anexo ao seu relatório os documentos que subsidiaram as referidas medidas, a fim de dar maior fidedignidade às informações prestadas.

### 2.3.7. Sobre a Transparência Ativa e classificação de informações dos órgãos e entidades

A AGE relatou que no exercício de 2020 diligenciou no sentido de examinar os portais eletrônicos de 57 órgãos e entidades do Executivo estadual, a fim de aferir a conformidade com o art. 9º do Decreto Estadual nº 1.359/2015, que trata da promoção, independente de requerimento, da divulgação nos respectivos sítios na internet, de informações de interesse público, coletivo ou geral por eles produzidas, acumuladas ou custodiadas.

Nesse sentido, fez constar tabela contendo o órgão/entidade, o nº da solicitação de ação corretiva (SAC) e o nº dos processos administrativos eletrônicos, nos quais obteve, em sua maioria, informações acerca da necessidade de ajustes nos respectivos portais da internet – o que seria concluído ao longo do exercício de 2021.

Em novembro de 2021 expediu o Ofício Circular AGE nº 011/2021-GAB aos órgãos e entidades do Poder Executivo, alertando acerca da necessidade de produção do Relatório Anual de Implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), disponibilizando modelo de Relatório de Avaliação e Monitoramento, por meio de link, em seu portal eletrônico.

Por meio de consulta ao portal da AGE, verifica-se que consta em seu portal na aba “transparência”, os Relatórios de Avaliação e Monitoramento da LAI, o que se afere também no portal “Transparência Pará”, no ponto “Relatórios”, havendo, portanto, substancial avanço no referido item, em observância à Lei nº 12.527/2011.

## 2.4. REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

A AGE informou a realização do Concurso Público nº. C-212/AGE, com previsão de 19 vagas, mais cadastro de reserva, para recomposição do quadro de pessoal do Órgão Central do SCI, com realização de provas objetivas e subjetivas em janeiro do corrente ano.

Após realização de pesquisa no portal da AGE, no link “Concurso AGE 2021”, verifica-se que consta o Edital e posteriores publicações, com resultado final Publicado no DOE nº 34.925, no dia 07/04/2022. Com isso, demonstra-se que o Governo do Estado e a AGE adotaram medidas concretas visando sanar a carência de servidores no quadro de pessoal do órgão central do SCI, contribuindo, assim, com o aperfeiçoamento e qualificação técnica do seu quadro de pessoal.

## 2.5. MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A AGE fez alusão a 02 minutas de projetos de lei, os quais estariam sendo analisados, em estágio avançado, pelas áreas competentes do Estado, no intuito de alinhar o Poder Executivo com as melhores práticas e conceitos mais recentes relacionados ao Controle Interno aplicados no Brasil, dispendo acerca da reorganização do Sistema de Controle Interno – redefinindo sua forma de atuação – e transformação da Auditoria Geral do Estado em Controladoria Geral do Estado – reformando sua estrutura e funções básicas.

Diante do exposto, em que pese as informações apresentadas AGE, seria relevante que fizesse constar anexos ao Relatório Anual do Sistema de Controle Interno (BGE, Vol. I), as referidas minutas, além dos demais documentos e relatórios que subsidiaram suas análises, para fins de esclarecimento, dando maior verossimilhança ao que foi relatado.







PLANEJAMENTO  
E  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



### 3. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O sistema de planejamento, programação e orçamentação governamental é composto por três instrumentos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA organiza a atuação do governo de forma a convergir para os resultados almejados, a partir dos compromissos com a sociedade, passando este a ser o condutor das políticas públicas e do processo de desenvolvimento econômico e social. Desse modo, estabelece de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de natureza continuada.

O encaminhamento do projeto de lei do PPA pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) tem prazo limite de até 31 de agosto do primeiro ano do mandato de cada governo, como determina a Constituição estadual/1989, e que para aprovação possui o prazo limite de até o final da sessão legislativa do referido ano.

A LDO é o instrumento responsável por fazer a articulação e o ajustamento conjuntural do PPA com a LOA. Dentre as principais funções destaca-se a de selecionar, dentre os programas incluídos no PPA, aqueles que terão prioridades na execução do orçamento subsequente, bem como estabelece os parâmetros gerais para elaboração da LOA.

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a LDO deve conter ainda dispositivos voltados para o equilíbrio das contas públicas, dentre esses, destacam-se os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

O envio do projeto dessa lei é efetuado pelo Poder Executivo, anualmente, até 30 de abril à Alepa, a qual possui a data de 30 de junho do mesmo ano como prazo máximo para aprovação.

A LOA compreende o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais, estimando as receitas e fixando as despesas para o exercício financeiro, viabilizando a execução das ações necessárias ao alcance dos objetivos e metas propostas no PPA, orientada pelas disposições estabelecidas na LDO.

O projeto de lei orçamentária deve ser encaminhado pelo Poder Executivo, anualmente, até 30 de setembro à Alepa, a qual possui o limite máximo para aprovação até o final da sessão legislativa.

#### 3.1. PLANO PLURIANUAL

O PPA 2020-2023 será avaliado, nos tópicos a seguir, em seus aspectos formais e materiais, assim como sua execução, limitada aos programas do Poder Executivo, especificamente quanto ao exercício sob exame.

Para isso foram procedidas consultas ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem), ao Sistema Integrado de Planejamento de Poder Executivo (Sigplan) e ao relatório de avaliação dos programas emitidos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad).

##### 3.1.1. Aspectos Gerais

###### 3.1.1.1. Quanto à forma

O Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, intitulado “Desenvolvimento pro Pará para todo Pará”, estabelecido pela Lei Estadual nº 8.966/2019, passou por processo de revisão no ano de 2021, entretanto com reflexo para o período 2022-2023.

O projeto de lei referente à revisão do PPA foi encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Pará por meio da Mensagem nº 069/2021-GG, em 29/09/2021. Tendo sido sancionado, após sua aprovação, pelo Chefe do Poder Executivo em 28/12/2021, sob a Lei Estadual nº 9.494/2022 e encontra-se divulgada no endereço <https://seplad.pa.gov.br/revisao-do-ppa-2022-2023/>, cumprindo o que determina o *caput* do art. 48 da LRF.

Entretanto, independente do processo de revisão, para o ano de 2021 foram incluídas, excluídas e alteradas ações e metas de indicadores no PPA, tais modificações ocorreram por intermédio da Lei nº 9.160/2021 - Lei Orçamentária Anual e de crédito adicional especial (Lei nº 9.236/2021), conforme autorizado no art. 12 da Lei Estadual nº 8.966/2019.

### 3.1.1.2. Quanto à matéria

Em virtude da revisão do PPA, ocorrida no ano de 2021, ter reflexos para o período 2022-2023, o plano em relação ao exercício em análise manteve a base concebida durante a sua elaboração, permanecendo inalteradas as diretrizes estratégicas e a estrutura programática definida na Lei Estadual nº 8.966/2019.

Assim, o PPA 2020-2023 mantém como diretrizes estratégicas: (i) sociedade de direitos, (ii) crescimento inteligente, (iii) trabalho com responsabilidade e (iv) gestão pública eficiente. Também continua composto por 25 programas temáticos e 1 programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado, inerentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, aos Ministérios Públicos de Contas e à Defensoria.

A alocação dos 26 programas por Poder e órgão encontra-se demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 3.1** – Quantitativo de programas por tipo, poderes e órgãos.

(Em unidade)

Especificação	Programa Temático	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Total
Poder Executivo	17	1	18
Poder Judiciário	1	1	2
Poder Legislativo (Alepa, TCE e TCM)	3	–	3
Ministério Público	1	–	1
Órgãos Constitucionais Independentes (MPC e MPCM)	2	–	2
Defensoria Pública	1	1	2

Fonte: Lei nº 8.966/2019.

Cada programa temático apresenta como atributos as diretrizes estratégicas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) associados, indicadores de resultado e/ou de processo, objetivos, compromisso regional, ação e meta definidos para cada uma das 12 Regiões de Integração do Estado.

A avaliação dos programas temáticos deve ser realizada por meio de indicadores de processo, anualmente, e por indicadores de resultado, ao término da vigência do plano, em 2023. O número de indicadores de processo e de resultado pode ser visualizada na tabela a seguir.

**Quadro 3.1** – Indicadores de Processo e de Resultado do PPA – 2020-2023.

(Em unidade)

Tipo Indicador	Poder Executivo (a)	A.V. % (a)	Outros Poderes (b)	A.V. % (b)	Total (c)	A.V. % (c)
Indicador de Processo	48	57,83	19	86,36	67	63,81
Indicador de Resultado	35	42,17	3	13,64	38	36,19
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>100,00</b>	<b>22</b>	<b>100,00</b>	<b>105</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Lei nº 8.966/2019.

Do universo de indicadores do Plano, 15 (9 de processo e 6 de resultado), referentes a 7 programas temáticos do Poder Executivo, tiveram suas metas modificadas via LOA 2021, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir.

**Quadro 3.2 – Indicadores com Metas Alteradas por Programa.**

Programa	Indicador	Tipo
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	Atendimento com Ações de Fomento para o Setor Pesqueiro	Processo
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	Taxa de Cobertura das Ações de Capacitação Sobre Drogas	Processo
	Taxa de Cobertura dos Municípios com Políticas de Atendimento às Mulheres	Processo
Cultura	Pessoas Atendidas com Ações de Fomento à Leitura	Processo
	Incremento do Acesso de Pessoas aos Espaços Culturais	Processo
Esporte e Lazer	Pessoas Atendidas em Ações Diversas de Esporte e Lazer	Processo
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Número de Turistas	Processo
	Receita Gerada pelo Turismo	Resultado
Infraestrutura e Logística	Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Processo
	Malha Rodoviária Pavimentada	Resultado
	Quantidade de Pontes em Concreto Construídas	Processo
Segurança Pública	Taxa de Homicídio de Jovens por 100 Mil (15 a 29 Anos)	Resultado
	Taxa de Homicídio por 100 Mil Habitantes	Resultado
	Taxa de Roubos por 100 Mil Habitantes	Resultado
	Taxa de Violência Contra a Mulher por 100 Mil Habitantes	Resultado

Fonte: Lei nº 8.966/2019 e Lei nº 9.1609/2021.

A modificação do PPA por intermédio da LOA 2021 resultou, conforme Demonstrativos de Atualização do PPA 2020-2023, contidos no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2021, na inclusão de 5 ações, sendo 4 no programa temático sob gestão do Ministério Público do Estado do Pará (MP) e uma no programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado inerente ao Poder Judiciário.

Também consta nos Demonstrativos a alteração de 4 ações, uma do programa temático gerido pelo MP e 3 relacionadas ao Poder Judiciário, sendo uma de seu programa temático e duas do seu programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

Verifica-se, além disso, que apesar de não constar dos Demonstrativos de Atualização do PPA 2020-2023 do OGE 2021, foram incluídas 3 ações em 2 programas temáticos sob responsabilidade do Poder Executivo, assim como foi excluída uma ação do programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, conforme se demonstra a seguir.

**Quadro 3.3 – Ações incluídas e excluídas por Programa Temático do Poder Executivo.**

Programa	Indicador	Modificação
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento.	Exclusão
Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade	Operacionalização do Sistema Integrado de Transporte Metropolitano da RMB (SIT/RMB).	Inclusão
	Apoio à Modernização da Frota de Ônibus da Região Metropolitana de Belém.	Inclusão
Direito Socioassistenciais	Apoio à Abrigos na Região Metropolitana de Belém.	Inclusão

Fonte: Lei nº 8.966/2019 e Lei nº 9.1609/2021.

A Lei nº 9.236/2021 que autorizou a abertura de crédito adicional especial à LOA 2021, objetivando o

enfrentamento dos impactos causados pela pandemia da COVID-19, incluiu 10 ações no PPA, a seguir apresentadas, em 9 programas temáticos. Do total de ações duas foram incluídas pela primeira vez (COVIDPARA - Ações de Esporte e Lazer e COVIDPARA – Incentiva+Pará) no Plano, as demais já tinham sido acrescentadas no ano de 2020 via Lei nº 9.039/2020.

**Tabela 3.2** – Ações inseridas no PPA 2020-2023 relativas à Covid-19, por Programa Temático – 2021.

(Em R\$ milhares)

Programa	Ação	Crédito Especial	Desp. Realizada
Ciência, Tecnologia e Inovação	COVIDPARA – Ações de Ciência e Tecnologia	3.912	2.362
Cultura	COVIDPARA – Ações de Cultura	411	83
Direitos Socioassistenciais	COVIDPARA – Ações de Assistência Social	233.798	188.719
Educação Básica	COVIDPARA – Ações de Educação	246.883	224.197
Esporte e Lazer	COVIDPARA – Ações de Esporte e Lazer	230	230
Governança Pública	COVIDPARA – Ações de Planejamento e Administração	18.576	15.721
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	COVIDPARA – Ações de Fundo Esperança	150.000	136.891
	COVIDPARA – Incentiva+Pará	50.000	20.074
Saúde	COVIDPARA – Ações de Saúde	655.929	562.266
Segurança Pública	COVIDPARA – Segurança Pública	2.603	1.324
<b>Total</b>		<b>1.362.342</b>	<b>1.151.867</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Ainda quanto as ações de enfrentamento à pandemia, constata-se que duas ações (COVIDPARA - Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão e COVIDPARA - Ações de Defesa Civil) incluídas no ano de 2020 não foram mantidas em 2021 quando da abertura do crédito adicional especial.

Desse modo, os Programas Temáticos a cargo do Poder Executivo, para o ano de 2021, passaram a ser constituídos conforme apresentados a seguir.

**Tabela 3.3** – Programas temáticos do PPA 2020-2023, por Quantidade de Ação, Compromisso Regional, Objetivo Estratégico e Indicadores – Poder Executivo - 2021.

(Em R\$ milhares)

Programa	Ação	Quantidade					Valor na LOA (a)	A.V. % a
		Compromisso Regional	Objetivo Estratégico	Indicador				
				Resultado	Processo	Total		
1. Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	16	18	2	12	3	15	28.293	0,34
2. Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	31	16	5	0	3	3	65.059	0,77
3. Ciência, Tecnologia e Inovação	8	10	2	1	1	2	27.640	0,33
4. Cultura	24	13	4	1	2	3	34.763	0,41
5. Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade	21	15	3	2	2	4	542.904	6,44
6. Direito Socioassistenciais	23	4	4	1	2	3	62.551	0,74
7. Educação básica	24	35	4	3	6	9	2.700.643	32,06
8. Educação Profissional e Tecnológica	8	18	1	0	2	2	48.255	0,57
9. Educação Superior	16	12	3	1	1	2	62.029	0,74
10. Esporte e Lazer	10	2	1	0	1	1	51.498	0,61
11. Governança Pública	37	14	5	1	1	2	1.356.730	16,10

Programa	Quantidade						Valor na LOA (a)	A.V. % a
	Ação	Compromisso Regional	Objetivo Estratégico	Indicador				
				Resultado	Processo	Total		
12. Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	27	7	3	2	5	7	65.218	0,77
13. Infraestrutura e Logística	16	28	2	1	3	4	707.263	8,39
14. Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	10	18	2	1	1	2	52.608	0,62
15. Saúde	30	35	4	3	6	9	1.985.616	23,56
16. Segurança Pública	34	56	5	5	6	11	621.130	7,37
17. Trabalho, Emprego e Renda	11	12	2	1	3	4	14.172	0,18
<b>Total</b>	<b>346</b>	<b>313</b>	<b>52</b>	<b>35</b>	<b>48</b>	<b>83</b>	<b>8.426.372</b>	<b>100,00</b>




Fonte: Seplad/Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2021, Vol.I e Siafem, 2021.

### 3.1.1.2.1 PPA 2020-2023 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030

No ano 2015 os 193 Estados-membros da ONU reunidos em Assembleia Geral aprovaram a Agenda 2030, que consiste em um plano de ação estruturado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a seguir relacionados, desdobrados em 169 metas, que visam pôr o mundo em um caminho sustentável e resiliente, comprometido em “não deixar ninguém para trás”.

**Quadro 3.4 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030.**

Nº	Nome do Objetivo	
1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.	
2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.	
3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.	
4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.	
5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	
6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.	
7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e para todos.	
8	Promover o crescimento econômico e sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.	
9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	
10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	
11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	
12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	
13	Tomar as medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.	
14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	

Nº	Nome do Objetivo	
15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade.	
16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas e todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	
17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	

Fonte: Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.(13)

O PPA 2020-2023 além conter as orientações legais e normativas das políticas públicas buscou aproximar a ação governamental, orientada pelas diretrizes estratégicas, aos eixos estruturantes dos ODS, quais sejam: econômico, institucional, infraestrutura e ambiental.

Desse modo, os 17 Programas Temáticos do Poder Executivo e suas respectivas ações encontram-se associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo que o governo estadual procedeu, em 2021, o realinhamento desses objetivos aos programas do PPA 2020-2023, conforme se demonstra a seguir.

### Quadro 3.5 – Objetivo ODS por Programa Temático do Poder Executivo.

Programa	Quantidade de Ação	Objetivos ODS
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	16	2; 12 e 14
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	31	3; 5; 8; 10; 11; 12; 16 e 17
Ciência, Tecnologia e Inovação	8	2; 4; 5; 6; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 15; 16 e 17
Cultura	24	1; 3; 4; 10; 11; 16 e 17
Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade	21	1; 3; 5; 6; 9; 10; 11 e 12
Direitos Socioassistenciais	23	1; 2; 5; 6; 8; 10; 16 e 17
Educação Básica	24	1; 2; 4; 8 e 16
Educação Profissional e Tecnológica	8	1; 4; 8; 9 e 17
Educação Superior	16	1; 3; 4; 6; 8; 16 e 17
Esporte e Lazer	10	1; 3; 4; 10 e 11
Governança Pública	37	3; 4; 9; 10; 11; 16 e 17
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	27	2; 4; 8; 9; 10; 11; 12; 14 e 17
Infraestrutura e Logística	16	1; 7; 9; 10; 11 e 17
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	10	1; 2; 6; 11; 12; 13; 15; 16 e 17
Saúde	30	3; 5; 10; 11; 15; 16 e 17
Segurança Pública	34	3; 11; 16 e 17
Trabalho, Emprego e Renda	11	4; 8; 10; 16 e 17

Fonte: Seplad/Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2021, Vol. I.

## 3.1.2. Avaliação da execução dos programas temáticos do Poder Executivo, ano base 2021

### 3.1.2.1. Dos compromissos regionais

Os Compromissos Regionais são metas estruturantes definidas em todos os programas temáticos, para as 12 Regiões de Integração. Por se tratarem, em sua maioria, de investimentos de médio prazo, encontram-se programados para serem concluídos até o final do Plano em 2023.

Em 2021, conforme levantamento junto ao Relatório Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2021, elaborado pela Seplad, os 313 Compromissos Regionais apresentaram desempenho por programa temático conforme apresentado a seguir.

(13) ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2022.

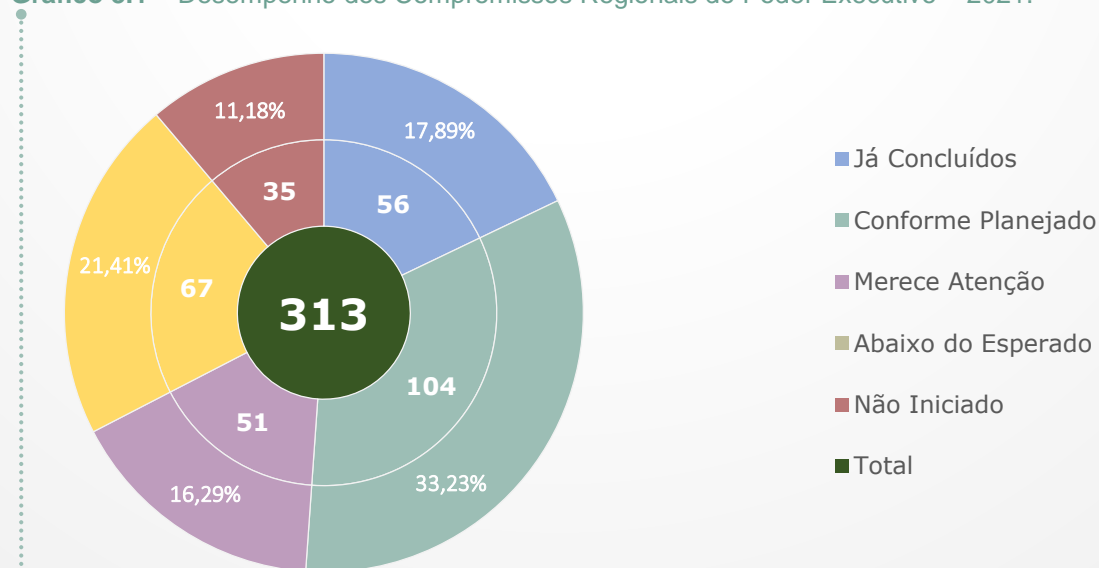


**Tabela 3.4** – Programas temáticos do PPA, por Compromisso Regional do Poder Executivo - 2021.

Programa	Compromissos Regionais					Total
	Concluído	Conforme Programad	Merece Atenção	Abaixo do Esperado	Não Iniciado	
1. Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	1	8	0	9	0	18
2. Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	6	4	6	0	0	16
3. Ciência, Tecnologia e Inovação	0	4	0	3	3	10
4. Cultura	3	2	2	0	6	13
5. Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade	3	8	2	1	1	15
6. Direito Socioassistenciais	0	0	3	0	1	4
7. Educação básica	0	13	0	20	2	35
8. Educação Profissional e Tecnológica	2	0	0	6	10	18
9. Educação Superior	3	1	5	2	1	12
10. Esporte e Lazer	0	1	0	0	1	2
11. Governança Pública	0	5	0	9	0	14
12. Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	0	4	2	1	0	7
13. Infraestrutura e Logística	0	20	6	2	0	28
14. Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	0	10	3	5	0	18
15. Saúde	16	3	8	6	2	35
16. Segurança Pública	15	18	12	3	8	56
17. Trabalho, Emprego e Renda	7	3	2	0	0	12
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>104</b>	<b>51</b>	<b>67</b>	<b>35</b>	<b>313</b>

Fonte: Seplad/Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2021, Vol. I.

A execução dos compromissos regionais de maneira consolidada pode ser visualizada no gráfico a seguir.

**Gráfico 3.1** – Desempenho dos Compromissos Regionais do Poder Executivo – 2021.

Fonte: Seplad/Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2021, Vol. I.

Do total de Compromissos Regionais a serem atingidos até o final do Plano, 56 (17,89%) já se encontram concluídos e 104 (33,23%) estão em andamento conforme planejado. Quanto aos demais compromissos, 51 (16,29%) merecem atenção, 67 (21,41%) acham-se abaixo do esperado e 35 (11,18%) ainda não iniciaram.

### 3.1.2.2. Dos indicadores de processo

Os indicadores encontram-se associados aos programas do plano e visam mensurar os resultados dos diferentes níveis de desempenho da intervenção governamental, contribuindo, assim, para avaliar as políticas públicas implementadas.

Os 48 indicadores de processo dos programas temáticos do Poder Executivo, no ano de 2021, possuíam índices voltados para as 12 Regiões de Integração e para o âmbito do Estado, totalizando 540 índices programados. O desempenho da intervenção governamental mensurada por meio do alcance dos índices, encontra-se demonstrado a seguir.

**Tabela 3.5 – Desempenho dos Indicadores de Processo dos Programas Temáticos por Índices do Poder Executivo – 2021.**

Resultado	Quantidade de Índices	A.V. %
Atingiu o programado	230	42,59
Bom (entre 70% e 99%)	97	17,96
Regular (entre 50% e 69%)	26	4,82
Insatisfatório (abaixo de 50%)	102	18,89
Não disponível	85	15,74
<b>Total</b>	<b>540</b>	<b>100,00</b>

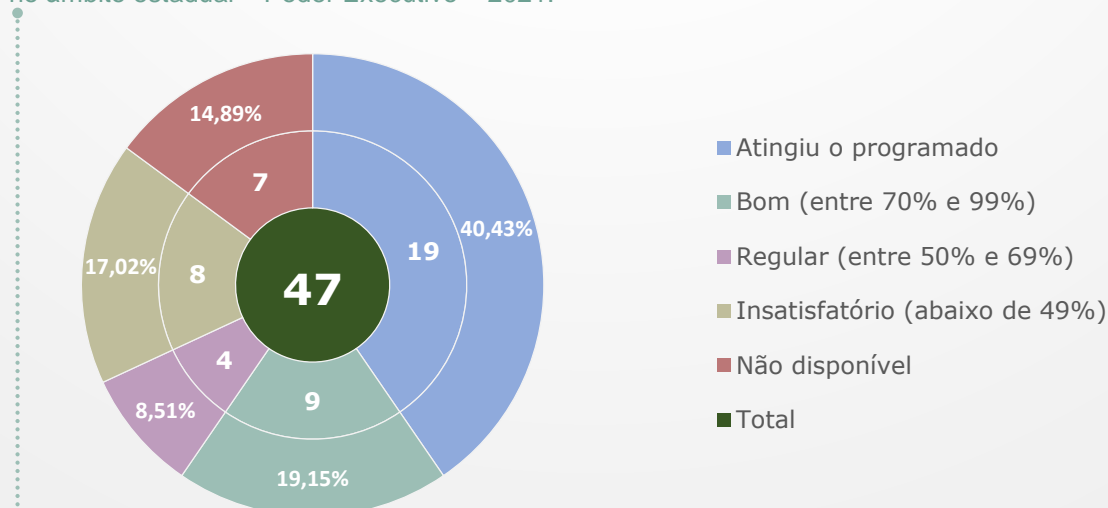
Fonte: Seplad/Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2021, Vol. I.

Do conjunto dos 540 índices, 230 (42,59%) foram alcançados conforme previsto e 97 (17,96%) ficaram num intervalo entre 70% e 99% do programado. Nota-se, ainda, um desempenho regular quanto a 26 (4,82%) índices e insatisfatório em relação a outros 102 (18,89%).

Não puderam ser aferidos 85 (15,74%) índices, sendo 72 referentes aos 6 indicadores do programa Educação Básica, devido até a data de consolidação do Relatório de Avaliação do PPA 2020-2023, exercício 2021, não ter sido divulgado as informações relativas a segunda etapa do Censo Escolar 2021; e 13 relacionados a 1 dos 6 indicadores do programa Saúde, em virtude do Ministério da Saúde não ter disponibilizado no sistema e-Gestor as informações necessárias para o cálculo dos resultados alcançados por Região de Integração.

Dentre os 48 indicadores de processo, 47 apresentavam, em 2021, índices para o âmbito do Estado. Desse modo, considerando somente o desempenho na esfera estadual, o resultado pode ser visualizado no gráfico a seguir.

**Gráfico 3.2 – Desempenho dos indicadores de processo dos programas temáticos por índices no âmbito estadual – Poder Executivo – 2021.**



Fonte: Seplad/Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2021, Vol. I.

Dos 47 indicadores 28 (59,58%) registraram bom desempenho, ou seja, atingiram o índice previsto (19) ou aproximaram-se dele (9) num intervalo de alcance entre 70% e 99%. Apenas 7 indicadores não puderam ser aferidos, o equivalente a 14,89% do total, em virtude dos motivos anteriormente citados.

### 3.1.2.3. Das metas físicas das ações

As ações têm por objetivo operacionalizar os programas do PPA, estando a elas associadas metas físicas, quantidades de produtos (bens ou serviços) a serem ofertados. Conforme o resultado auferido é possível verificar o alcance ou não dos objetivos de cada programa temático.

Das 346 ações que integraram os programas temáticos do Poder Executivo, 10 foram incorporadas por intermédio de crédito adicional especial, estando relacionadas ao enfrentamento dos impactos causados pela pandemia da Covid-19, motivo pelo qual não possuíam metas programadas. As demais (336) tiveram seu desempenho físico conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 3.6 – Desempenho físico das ações dos programas temáticos do Poder Executivo – 2021.**

Programa	Quantidade de Ações					Total
	Atingiu o Programado	Bom (entre 70% e 99%)	Regular (entre 50% e 69%)	Insatisfatório (abaixo de 50%)	Sem Execução	
1. Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	9	2	1	2	2	16
2. Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	12	6	6	7	0	31
3. Ciência, Tecnologia e Inovação	2	0	1	2	2	7
4. Cultura	8	3	2	5	5	23
5. Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade	6	2	2	4	7	21
6. Direito Socioassistenciais	8	5	2	5	2	22
7. Educação básica	10	1	3	6	3	23
8. Educação Profissional e Tecnológica	4	1	0	2	1	8
9. Educação Superior	7	3	0	6	0	16
10. Esporte e Lazer	4	1	1	2	1	9
11. Governança Pública	20	5	1	4	6	36
12. Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	11	1	2	10	1	25
13. Infraestrutura e Logística	4	0	2	8	2	16
14. Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	5	1	2	2	0	10
15. Saúde	17	5	1	3	3	29
16. Segurança Pública	17	11	2	2	1	33
17. Trabalho, Emprego e Renda	4	2	2	1	2	11
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>49</b>	<b>30</b>	<b>71</b>	<b>38</b>	<b>336</b>

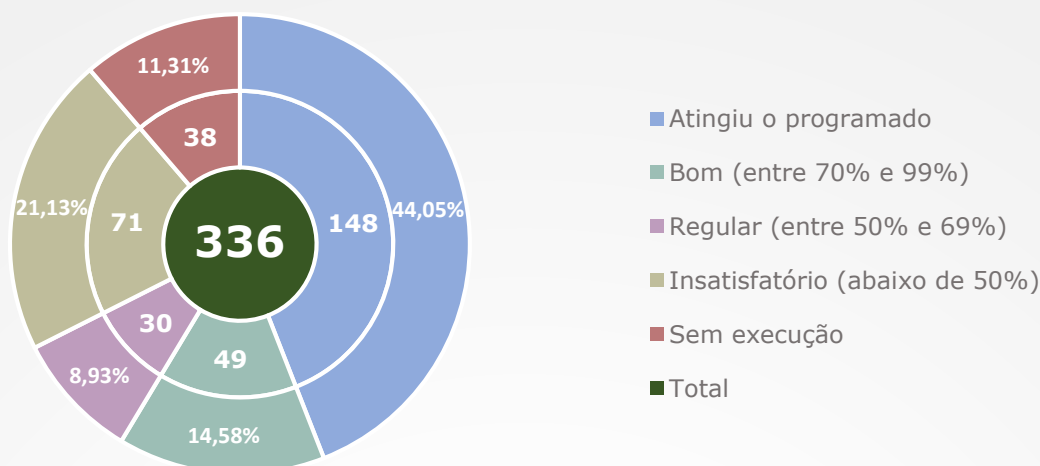
Fonte: Seplad/Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2021, Vol. I.

Os programas com maior número de metas atingidas em relação ao total programado, foram: Saúde (58,62%); Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (56,25%); Governança Pública (55,56%) e Segurança Pública (51,52%).

Entre os programas com a maior quantidade de metas não executadas em relação ao total programado, estão: Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade (33,33%); Ciência, Tecnologia e Inovação (28,57%); Cultura (21,74%) e Trabalho, Emprego e Renda (18,18%).

O desempenho consolidado das ações que possuíam metas programadas pode ser observado no gráfico a seguir.

**Gráfico 3.3 – Desempenho Físico das Ações dos Programas Temáticos – Poder Executivo – 2021.**



Fonte: Seplad/Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2021, Vol. I.

Baseado no desempenho das 336 ações, observa-se que: 148 (44,05%) atingiram ou superaram a meta programada; 49 (14,58%) apresentaram bom desempenho, com alcance igual ou superior a 70%; 30 (8,93%) registraram desempenho regular, com execução entre 50% a 69%; e 71 (20,52%) tiveram avaliação insatisfatória, com performance abaixo de 50%. Verifica-se ainda que 38 ações não foram executadas, que corresponde a 13,87%.

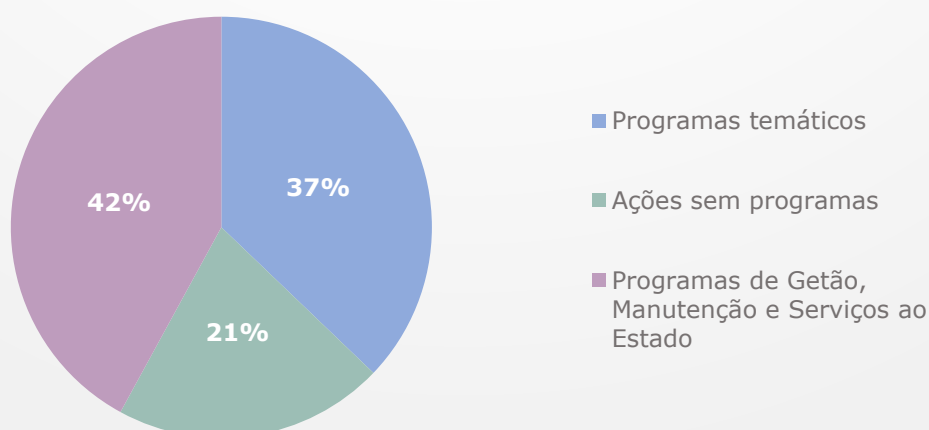
Em suma, o Executivo atingiu mais de 58% no desempenho físico das ações dos programas temáticos, ou seja, das 336 ações 197 atingiram ou superaram a meta programada, bem como apresentaram bom desempenho.

Por outro lado, 109 ações ficaram abaixo do esperado, apresentando resultados insatisfatórios ou sem serem executadas, demonstrando a necessidade de maior atenção do governo para essa situação desfavorável.

#### 3.1.2.4. Avaliação da execução financeira dos programas temáticos do Poder Executivo

Inicialmente, antes de tratar exclusivamente dos programas temáticos, cabe demonstrar como se deu a composição da execução orçamentária no exercício de 2021 entre todos os tipos de programas, de acordo com a seguinte classificação: programas temáticos, programas de gestão, manutenção e serviços ao estado e as ações sem programas.

**Gráfico 3.4 – Execução orçamentária por tipo de programa do Poder Executivo – 2021.**



Fonte: Siafem, 2021.

Os valores gastos em cada tipo de programa foram os seguintes: R\$12,2 bilhões em programas temáticos, R\$13,8 bilhões em programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado e R\$6,8 bilhões em ações sem programa.

Entre os programas que envolvem a gestão, manutenção e serviços ao Estado, ainda que se esteja demonstrando as despesas realizadas pelo poder executivo, houveram dispêndios em programas relacionados à outros poderes, porém demonstram valores irrelevantes, conforme demonstrado a seguir.

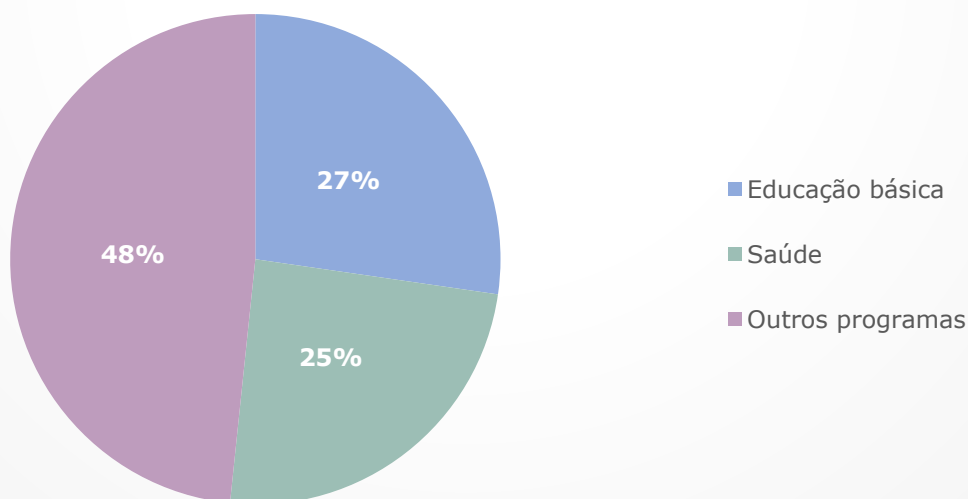
**Tabela 3.7** – Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado – Poder Executivo – 2021.  
(Em R\$ milhares)

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	Dotação Atualizada (a)	Despesa Realizada (b)
Manutenção da Gestão	8.165.605	7.833.783
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	1.391.903	1.320.798
Manutenção da Gestão da Defensoria Pública	59.713	56.310
Previdência Estadual	5.053.195	4.653.699
<b>Total</b>	<b>14.670.417</b>	<b>13.864.589</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Por fim, analisando os programas temáticos, considerados aqueles que correspondem a bens e serviços fornecidos diretamente à população, verifica-se que dois destes programas apresentam execução orçamentária correspondente a 51,65% do total, conforme demonstrado no gráfico a seguir, bem como na tabela subsequente, com informações mais detalhadas.

**Gráfico 3.5** – Composição da despesa por programa temático – Poder Executivo – 2021.



Fonte: Siafem, 2021.

**Tabela 3.8** – Detalhamento dos programas temáticos do Poder Executivo – 2021.

(Em R\$ milhares)

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Dotação Atualizada (a)	Despesa Realizada (b)	Execução Orçamentária % (b/a)	A.V. % (b)
Educação Básica	3.766.501	3.343.501	88,77	27,29
Saúde	3.417.195	2.985.338	87,36	24,36
Governança Pública	1.796.719	1.607.314	89,46	13,12
Infraestrutura e Logística	1.384.108	1.169.359	84,48	9,54
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento	1.041.306	871.768	83,72	7,11

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Dotação Atualizada (a)	Despesa Realizada (b)	Execução Orçamentária % (b/a)	A.V. % (b)
Segurança Pública	1.033.149	791.396	76,60	6,46
Direitos Socioassistenciais	387.117	324.447	83,81	2,65
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	336.018	270.236	80,42	2,21
Cultura	226.843	213.893	94,29	1,75
Esporte e Lazer	193.118	171.533	88,82	1,40
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	256.054	141.396	55,22	1,15
Educação Superior	107.455	84.845	78,96	0,69
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	115.631	84.254	72,86	0,69
Educação Profissional e Tecnológica	101.541	71.169	70,09	0,58
Ciência, Tecnologia e Inovação	102.899	62.813	61,04	0,51
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	94.647	36.433	38,49	0,30
Trabalho, Emprego e Renda	39.581	23.789	60,10	0,19
<b>Total</b>	<b>14.399.884</b>	<b>12.253.483</b>	<b>85,09</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Como se pode observar, Educação Básica e Saúde respondem por mais de metade das despesas executadas por programas temáticos, porém a execução orçamentária não alcançou 90%, visto que na primeira foi executado 88,77% do orçamento disponível, e na Saúde, o índice foi de 87,36%.

No total dos programas temáticos, a execução orçamentária alcançou 85,09%, que corresponde a um grau bom de execução. Entre os programas com menor despesa executada em relação ao planejado, o que ajudou a diminuir a média total dos programas temáticos, estão: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (38,49%), Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (55,22%) e Trabalho, Emprego e Renda (60,1%).

### 3.1.2.5. Avaliação da execução físico-financeira das principais ações e programas temáticos do Poder Executivo

Efetuada a análise dos programas Educação Básica e Saúde no item anterior, em razão de suas importâncias e de seus valores despendidos, segue-se à análise das ações desses programas, no sentido de identificar as metas físicas alcançadas e confrontá-las com as respectivas execuções orçamentárias, a fim de avaliar a proporcionalidade entre a execução física e a financeira delas.

Primeiramente em relação ao programa Educação Básica, a execução orçamentária das ações, separadas por objetivos, está assim demonstrada.

**Tabela 3.9** – Execução orçamentária dos objetivos e ações do programa Educação Básica – Poder Executivo – 2021. (Em R\$ milhares)

Objetivos / Ações	Dotação Atualizada (a)	Despesa Realizada (b)	Execução Orçamentária % (b/a)	A.V. % (b)
<b>Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica</b>	<b>353.212</b>	<b>156.005</b>	<b>44,17</b>	<b>4,67</b>
Adequação de Unidade Administrativa	2.672	2.212	82,76	0,07
Construção de Unidade Escolar	28.319	10.449	36,90	0,31
Implementação da Alimentação Escolar	61.218	14.089	23,01	0,42
Implementação do Transporte Escolar	52.906	50.586	95,62	1,51
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	61.199	20.307	33,18	0,61
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	146.898	58.362	39,73	1,75
<b>Fortalecer a Governança na Educação Básica</b>	<b>1.882</b>	<b>1.545</b>	<b>82,07</b>	<b>0,05</b>
Aperfeiçoamento Institucional	1	1	99,93	0,00

Objetivos / Ações	Dotação Atualizada (a)	Despesa Realizada (b)	Execução Orçamentária % (b/a)	A.V. % (b)
Fortalecimento do Controle Social	1.741	1.404	80,62	0,04
Implementação de Avaliação Institucional	140	140	100,00	0,00
<b>Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional</b>	<b>3.394.408</b>	<b>3.183.110</b>	<b>93,78</b>	<b>95,20</b>
Apoio a Educação Infantil	0	0	-	0,00
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	0	0	-	0,00
Covidpara - Ações de Educação	252.247	224.197	88,88	6,71
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	155.854	144.675	92,83	4,33
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	21	3	15,00	0,00
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	0	0	-	0,00
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	254	180	70,95	0,01
Implementação da Educação em Tempo Integral	12.755	366	2,87	0,01
Implementação da Educação no Campo	58	40	70,06	0,00
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	127	84	66,03	0,00
Implementação do Ensino Fundamental	1.250.853	1.184.254	94,68	35,42
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	1.722.240	1.629.311	94,60	48,73
<b>Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica</b>	<b>16.998</b>	<b>2.841</b>	<b>16,71</b>	<b>0,08</b>
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	12.355	860	6,96	0,03
Fortalecimento de Ações de Fomento a Leitura	3.868	1.586	41,00	0,05
Qualificação da Gestão Educacional	776	395	50,94	0,01
<b>Total</b>	<b>3.766.501</b>	<b>3.343.501</b>	<b>88,77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

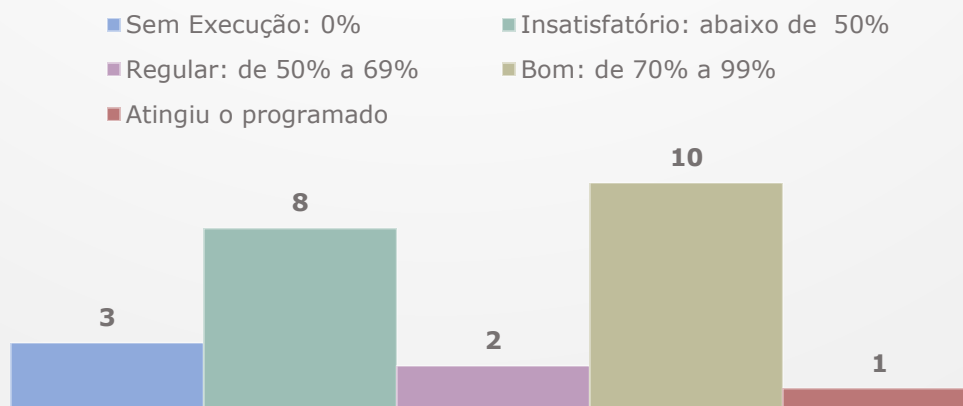
No aspecto geral, a execução orçamentária do programa Educação Básica é de 88,77%, entretanto a análise por objetivos e ações do programa, revela que, quanto aos objetivos, o destaque negativo foi verificado no objetivo “Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica”, no qual houve execução de apenas 16,71%.

Por outro lado, o objetivo “Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do(a) Aluno(a) na Educação Básica e Educação Profissional” alcançou 93,78%, sendo então o objetivo de maior materialidade do programa Educação Básica, além de concentrar 95,20% de toda despesa executada.

Quanto à análise por ações, o gráfico a seguir demonstra a quantidade de ações do programa Educação Básica, agrupada por faixas de nível de execução, de modo a facilitar a visualização.

**Gráfico 3.6** – Execução orçamentária das ações do programa Educação Básica – Poder Executivo – 2021.

(Em %)



Fonte: Siafem, 2021.

Ao se analisar o gráfico, verifica-se que em 13 ações a execução foi classificada como insatisfatória, regular, ou até mesmo sem execução. Considerando que o programa em tela é composto por 24 ações, pode-se concluir que 54,17% das ações encontram-se com execução abaixo do esperado. As outras 11 ações apresentaram execução acima de 70% e somente uma ação alcançou ou superou a meta pré-estabelecida.

Entretanto, cabe ainda uma análise sobre a participação das ações na despesa realizada no programa, por esse prisma as ações “Implementação do Ensino Fundamental” e “Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional” respondem por 84,15% do total executado, perfazendo a soma de R\$2,8 bilhões.

Quanto a execução física dos objetivos e das ações do programa em estudo, verifica-se que, no geral, a relação entre a meta realizada e a atingida é de 81,79%, conforme se demonstra na tabela, a seguir.

**Tabela 3.10 – Execução física dos objetivos e ações do programa Educação Básica – Poder Executivo – 2021.**  
(Em unidade)

Objetivos / Ações	Produto	Unidade	Meta Física (a)	Meta Realizada (b)	Execução Física % (b/a)
<b>Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica</b>			<b>721.294</b>	<b>595.810</b>	<b>82,60</b>
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	40	1	2,50
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	41	3	7,32
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	551.539	285.241	51,72
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	169.459	310.466	183,21
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	131	75	57,25
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	84	24	28,57
<b>Fortalecer a Governança na Educação Básica</b>			<b>4</b>	<b>1</b>	<b>25,00</b>
Aperfeiçoamento Institucional	Projeto Implantado	Un	1	-	0,00
Fortalecimento do Controle Social	Conselho Fortalecido	Un	2	1	50,00
Implementação de Avaliação Institucional	Avaliação Realizada	Un	1	-	0,00
<b>Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional</b>			<b>714.460</b>	<b>569.946</b>	<b>79,77</b>
Apoio a Educação Infantil	Município Apoiado	Un	20	20	100,00
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	16	7	43,75
Covidpara - Ações de Educação	Município Atendido	Un	-	5	-
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	69.862	57.006	81,60
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	12	9.301	77508,33
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	446	446	100,00



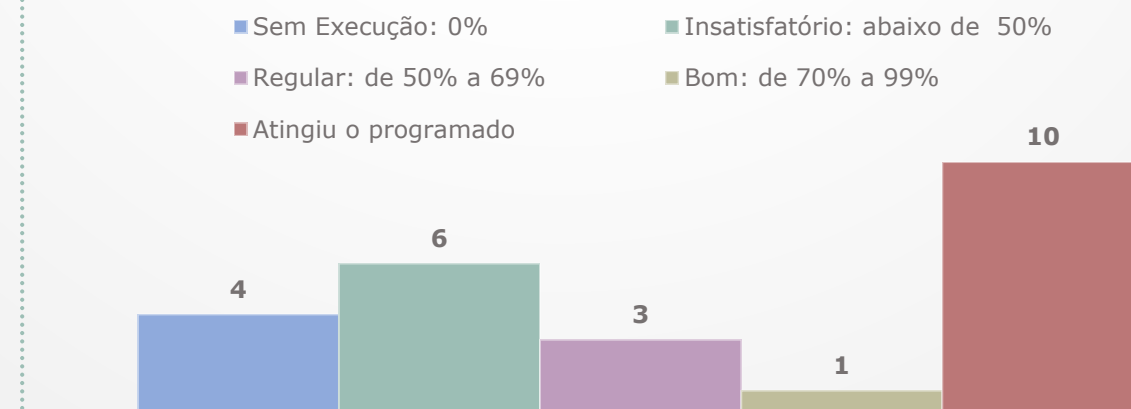
Objetivos / Ações	Produto	Unidade	Meta Física (a)	Meta Realizada (b)	Execução Física % (b/a)
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	288	-	0,00
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	13.513	7.529	55,72
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	3.719	1.582	42,54
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	650	689	106,00
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	266.336	173.629	65,19
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado e Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	359.598	319.732	88,91
<b>Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica</b>			<b>24.565</b>	<b>28.634</b>	<b>116,56</b>
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	7.708	26.408	342,61
Fortalecimento de Ações de Fomento a Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	15.013	-	0,00
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	1.844	2.226	120,72
<b>Total</b>			<b>1.460.323</b>	<b>1.194.391</b>	<b>81,79</b>

Fonte: Relatório de Avaliação do PPA, Exercício 2021 - Seplad.

Considerando os objetivos, resta patente que apenas “Fortalecer a Governança na Educação Básica” apresenta execução física considerada insatisfatória, qual seja, 25%, enquanto os outros objetivos apresentam execução acima de 70%, com destaque para o objetivo “Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica”, único que atingiu o programado, com 116,56%.

Quanto às ações, há vários níveis de execução física, algumas com execução baixa e outros bem acima da previsão inicial. De maneira geral, considerando o somatório das metas estabelecidas em todas as ações e confrontando com as metas alcançadas nas mesmas, observa-se que o nível de execução alcançou 81,79%. O gráfico a seguir demonstra o grau de execução das 24 ações que compõem o programa Educação Básica.

**Gráfico 3.7 – Execução física das ações do programa Educação Básica – Poder Executivo – 2021.** (Em %)



Fonte: Relatório de Avaliação do PPA, Exercício 2021 - Seplad.

Verifica-se que 13 das 24 ações estão classificadas como regular, insatisfatório e sem execução, o que corresponde a 54,17% do total. Aquelas classificadas como bom ou que atingiu a meta somam 11 ações, representando 45,83%.

Por fim, quanto ao programa Educação Básica, o quadro a seguir faz o comparativo, por objetivo e por ação, da execução física e financeira, para assim verificar a compatibilidade entre as duas.

**Quadro 3.6 – Comparativo da execução físico-financeira dos objetivos e ações do programa Educação Básica – Poder Executivo – 2021.**

(Em %)

Objetivos / Ações	Execução Física % (a)	Execução Orçamentária % (b)
<b>Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica</b>	<b>89,37</b>	<b>44,17</b>
Adequação de Unidade Administrativa	15,79	82,76
Construção de Unidade Escolar	18,52	36,90
Implementação da Alimentação Escolar	102,89	23,01
Implementação do Transporte Escolar	45,75	95,62
Modernização Tecnológica e Aparentamento de Unidade Escolar	43,27	33,18
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	17,68	39,73
<b>Fortalecer a Governança na Educação Básica</b>	<b>25,00</b>	<b>82,07</b>
Aperfeiçoamento Institucional	0,00	99,93
Fortalecimento do Controle Social	50,00	80,62
Implementação de Avaliação Institucional	0,00	100,00
<b>Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional</b>	<b>114,38</b>	<b>93,78</b>
Apoio a Educação Infantil	239,13	–
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	0,00	–
Covidpara-Ações de Educação	–	88,88
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	129,34	92,83
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	697,57	15,00
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	129,17	–
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	50,00	70,95
Implementação da Educação em Tempo Integral	243,97	2,87
Implementação da Educação no Campo	1260,21	70,06
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	62,63	66,03
Implementação do Ensino Fundamental	108,13	94,68
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio integrado a Educação Profissional	97,13	94,60
<b>Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica</b>	<b>84,41</b>	<b>16,71</b>
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	150,98	6,96
Fortalecimento de Ações de Fomento a Leitura	43,52	41,00
Qualificação da Gestão Educacional	256,18	50,94
<b>Total</b>	<b>81,79</b>	<b>88,77</b>

Fonte: Relatório de Avaliação do PPA, Exercício 2021 – Seplad.

Ainda que no panorama geral do programa em análise haja certa compatibilidade entre o desempenho físico e o orçamentário, observa-se discrepâncias em três objetivos e diversas ações.

Entre os objetivos, chama a atenção a incongruência em “Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica”, visto que a execução física alcançou 84,41% ao passo que a financeira foi de apenas 16,71%. A explicação se dá em razão de duas ações terem realizado muito mais do que o previsto em relação à meta física, porém a execução orçamentária ficou muito aquém do planejado.

A primeira ação é a “Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica”, que apresentou alta execução física (150,98%) e baixa execução orçamentária (6,96%), em razão da implantação de plataforma digital de cursos online de formação, resultando em redução de custos com diárias e passagens.

A segunda ação é “Qualificação da Gestão Educacional”, que também apresentou o mesmo panorama de desalinhamento entre as execuções física e financeira, e o motivo foi o mesmo, utilização de capacitação online com consequente redução de custos com deslocamento e diárias.

Em meio a todas as ações, destaca-se “Implementação da Educação no Campo”, cuja execução física foi de 1.260,21%. As justificativas apontadas no Relatório de Avaliação do PPA, exercício 2021, elaborado pela Seplad, evidencia que houve alteração nos critérios da ação, passando a computar todos os alunos que estudam no campo, ao passo que a meta foi idealizada considerando somente alunos integrantes do projeto Educação de Jovens e Adultos – EJA. Esse tipo de alteração deve acompanhar a mudança da meta física ou aguardar o próximo exercício, a fim de evitar distorções que prejudiquem a análise e a compreensão de que o objetivo da ação foi alcançado.

Passa-se às análises do programa Saúde, das ações desses programas, no sentido de identificar as metas físicas alcançadas e confrontá-las com as respectivas execuções orçamentárias, a fim de avaliar a proporcionalidade entre a execução física e a financeira delas.

Passa-se às análises do programa Saúde, primeiramente quanto a execução orçamentária dos objetivos e ações que o compõe, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 3.11 – Execução orçamentária dos objetivos e das ações do programa Saúde – Poder Executivo – 2021.**  
(Em R\$ milhares)

AÇÕES DA SAÚDE	Dotação Atualizada (a)	Despesa Realizada (b)	Execução Orçamentária % (b/a)	A.V. % (b)
<b>Fortalecer A Gestão Do Sus Para Governança Da Rede De Atenção A Saúde</b>	<b>24.267</b>	<b>14.074</b>	<b>58,00</b>	<b>0,47</b>
Apoio A Ações Dos Conselhos De Saúde	572	446	78,07	0,01
Apoio A Implementação De Consórcios Públicos Em Saúde	0	0	-	0,00
Articulação Interfederativa	526	100	19,10	0,00
Educação Na Saúde	13.627	6.040	44,32	0,20
Implementação Da Rede De Ouvidorias Do Sus	1.366	158	11,55	0,01
Implementação Da Humanização Na Saúde	54	3	4,83	0,00
Implementação Do Planejamento Do Sus	490	336	68,46	0,01
Realização De Auditoria Do Sus	161	114	71,01	0,00
Reestruturação De Unidades Administrativas Da Saúde	15	14	91,17	0,00
Regulação Em Saúde	7.457	6.864	92,04	0,23
<b>Fortalecer A Rede De Atenção A Saúde Dos Serviços De Média E Alta Complexidade</b>	<b>3.255.442</b>	<b>2.858.793</b>	<b>87,82</b>	<b>95,76</b>
Cofinanciamento Da Média E Alta Complexidade	72.048	70.234	97,48	2,35
Contratualização De Estabelecimentos Assistenciais De Saúde	242.494	175.873	72,53	5,89
Covidpara-Ações De Saúde	655.929	562.266	85,72	18,83
Gestão De Estabelecimentos De Saúde Por Organizações Sociais De Saúde	1.434.024	1.401.841	97,76	46,96
Implantação De Estabelecimento Assistencial De Saúde	125.266	98.904	78,96	3,31
Implementação Da Rede Das Doenças Crônicas Não Transmissíveis	67.059	64.455	96,12	2,16
Implementação Da Rede De Atenção A Pessoa Com Deficiência	4.023	2.096	52,11	0,07
Implementação Da Rede De Atenção A Urgência E Emergência	91	62	68,06	0,00
Implementação Da Rede De Doação, Captação E Transplante De Órgãos E Tecidos	3.456	1.904	55,10	0,06
Implementação De Tratamento Fora De Domicílio	16.761	15.810	94,33	0,53
Implementação Dos Serviços De Média E Alta Complexidade	439.272	380.220	86,56	12,74
Realização De Serviços De Hemoterapia	32.359	29.910	92,43	1,00
Requalificação De Estabelecimento De Saúde	162.660	55.217	33,95	1,85
<b>Fortalecer A Rede De Atenção Primária</b>	<b>92.754</b>	<b>80.870</b>	<b>87,19</b>	<b>2,71</b>
Apoio Aos Serviços De Atenção Primária	48.024	37.003	77,05	1,24

AÇÕES DA SAÚDE	Dotação Atualizada (a)	Despesa Realizada (b)	Execução Orçamentária % (b/a)	A.V. % (b)
Cofinanciamento Da Atenção Básica	43.334	43.334	100,00	1,45
Saúde Por Todo O Para	1.396	534	38,24	0,02
<b>Reduzir Os Riscos E Agravos A Saúde Da População</b>	<b>44.733</b>	<b>31.601</b>	<b>70,64</b>	<b>1,06</b>
Cofinanciamento Da Vigilância Em Saúde	4.754	4.754	100,00	0,16
Vigilância E Controle A Agravos Transmissíveis Agudos E Endêmicos	33.189	22.472	67,71	0,75
Vigilância Em Saúde Do Trabalhador, Ambiental E Sanitária	6.016	3.874	64,39	0,13
Vigilância Laboratorial	774	502	64,83	0,02
<b>Total</b>	<b>3.417.195</b>	<b>2.985.338</b>	<b>87,36</b>	<b>100,00</b>

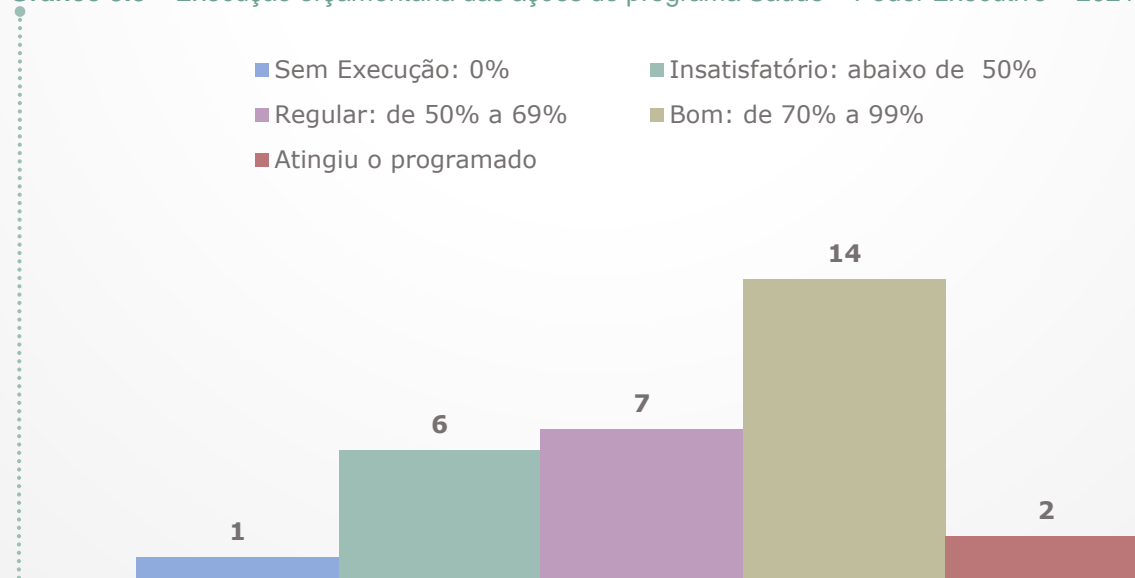
Fonte: Siafem, 2021.

Em relação ao total do programa, este alcançou 87,36% de execução orçamentária, alcançando o grau “Bom”. Analisando os objetivos, verifica-se que aquele no qual houve menor execução orçamentária foi “Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde”, visto que apenas 58% da previsão orçamentária atualizada foi realmente executada. Por outro lado, os objetivos “Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade” (com 87,82%) e “Fortalecer a Rede de Atenção Primária” (com 87,19%) atingiram o nível “Bom” de execução.

Quanto à materialidade das ações, destaca-se a ação “Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde”, que alcançou o percentual de 46,96% do orçamento executado no programa em tela.

O gráfico, a seguir, demonstra o comportamento da execução orçamentária das ações que compõem o programa Saúde, no exercício de 2021.

**Gráfico 3.8 – Execução orçamentária das ações do programa Saúde – Poder Executivo – 2021.**



Fonte: Siafem, 2021.

Infere-se do gráfico que das 30 ações, 14 estão classificadas entre os níveis Regular, Insatisfatório e Sem Execução, ou seja, 46,67% de todas as ações. Entre as outras 16 ações, duas foram classificadas em “Atingiu o programado”, considerando que atingiram exatamente a meta estabelecida.

Do ponto de vista da execução física dos objetivos e ações, têm-se o seguinte panorama:

Tabela 3.12 – Execução física dos objetivos e ações do programa Saúde – Poder Executivo – 2021.

(Em unidade)

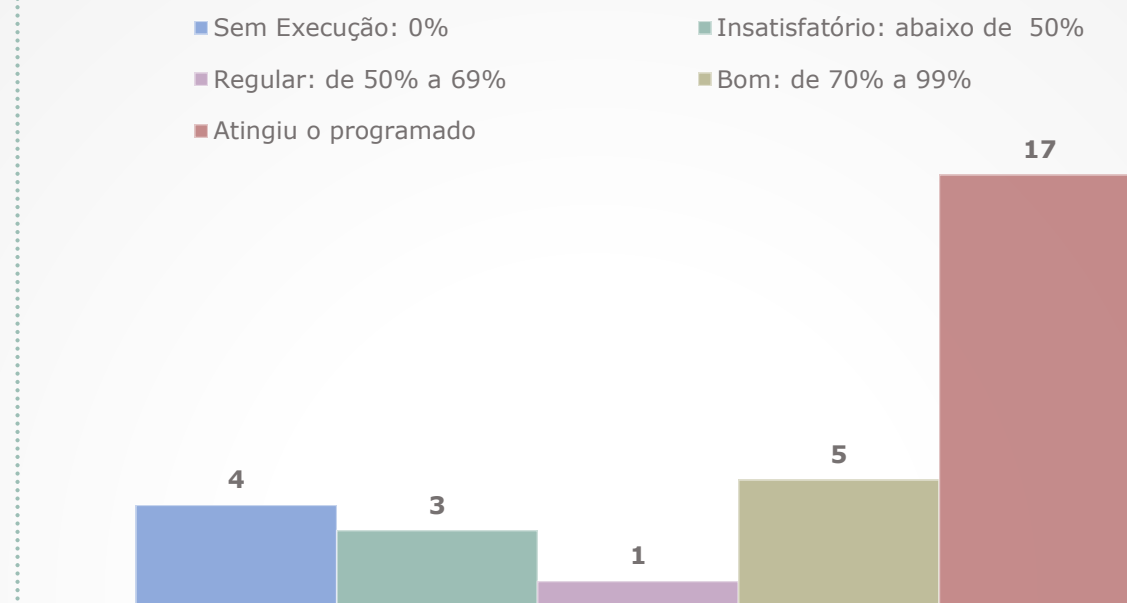
AÇÕES DA SAÚDE	Produto	Unidade	Meta Física (a)	Meta Realizada (b)	Execução Física % (b/a)
<b>Fortalecer A Gestão Do Sus Para Governança Da Rede De Atenção A Saúde</b>			<b>48.993</b>	<b>464.915</b>	<b>948,94</b>
Apoio A Ações Dos Conselhos De Saúde	Conselho Apoiado	Un	138	115	83,33
Apoio A Implementação De Consórcios Públicos Em Saúde	Município Consorciado	Un	18	0	0,00
Articulação Inter federativa	Comissão Intergestora	Un	26	40	153,85
Educação Na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	31.633	54.535	172,40
Implementação Da Rede De Ouvidorias Do Sus	Demanda Finalizada	Un	7.073	8.628	121,99
Implementação Da Humanização Na Saúde	Ação Realizada	Un	23	31	134,78
Implementação Do Planejamento Do Sus	Instrumento de Gestão	Un	132	170	128,79
Realização De Auditoria Do Sus	Auditoria Realizada	Un	247	26	10,53
Reestruturação De Unidades Administrativas Da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	23	0	0,00
Regulação Em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	9.680	401.370	4.146,38
<b>Fortalecer A Rede De Atenção A Saúde Dos Serviços De Media E Alta Complexidade</b>			<b>7.927.489</b>	<b>9.404.987</b>	<b>118,64</b>
Cofinanciamento Da Media E Alta Complexidade	Município Atendido	Un	71	67	94,37
Contratualização De Estabelecimentos Assistenciais De Saúde	Prestador de Serviço Pag	Un	54	56	103,70
Covidpara-Ações De Saúde	Município Atendido	Un	0	5	#DIV/0!
Gestão De Estabelecimentos De Saúde Por Organizações Sociais De Saúde	Repasse Realizado	Un	227	75	33,04
Implantação De Estabelecimento Assistencial De Saúde	Estabelecimento Implanta	Un	9	0	0,00
Implementação Da Rede Das Doenças Crônicas Não Transmissíveis	Paciente Atendido	Un	23.731	26.270	110,70
Implementação Da Rede De Atenção A Pessoa Com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	38.963	21.208	54,43
Implementação Da Rede De Atenção A Urgência E Emergência	Município Apoiado	Un	13	67	515,38
Implementação Da Rede De Doação, Captação E Transplante De Órgãos E Tecidos	Procedimento Realizado	Un	20.757	20.615	99,32
Implementação De Tratamento Fora De Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	5.095	7.061	138,59
Implementação Dos Serviços De Media E Alta Complexidade	Procedimento de Saúde	Un	7.715.968	9.214.191	119,42
Realização De Serviços De Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponen	Un	122.524	115.362	94,15
Requalificação De Estabelecimento De Saúde	Estabelecimento Requalifi	Un	77	10	12,99
<b>Fortalecer A Rede De Atenção Primaria</b>			<b>122.441</b>	<b>275.457</b>	<b>224,97</b>
Apoio Aos Serviços De Atenção Primaria	Município Apoiado	Un	144	144	100,00
Cofinanciamento Da Atenção Básica	Município Atendido	Un	143	143	100,00
Saúde Por Todo O Para	Atendimento Realizado	Un	122.154	275.170	225,26
<b>Reduzir Os Riscos E Agravos A Saúde Da População</b>			<b>31.432</b>	<b>42.708</b>	<b>135,87</b>
Cofinanciamento Da Vigilância Em Saúde	Município Atendido	Un	144	144	100,00
Vigilância E Controle A Agravos Transmissíveis Agudos E Endêmicos	Município Atendido	Un	144	144	100,00
Vigilância Em Saúde Do Trabalhador, Ambiental E Sanitária	Município Atendido	Un	144	141	97,92
Vigilância Laboratorial	Análise Realizada	Un	31.000	42.279	136,38
<b>Total</b>			<b>8.130.355</b>	<b>10.188.067</b>	<b>125,31</b>

Fonte: Relatório de Avaliação do PPA, Exercício 2021 – Seplad

Em relação aos objetivos, verifica-se que todos se enquadram na classificação “Atingiu o programado”, entretanto, deve-se destacar o objetivo “Fortalecer a Gestão do Sus para Governança da Rede de Atenção de Saúde”, no qual a meta realizada foi de 948,94%, um total descompasso com a meta prevista. Esta situação se deve a uma ação em específico, qual seja, “Regulação em Saúde”, que será analisada mais à frente.

O gráfico a seguir evidencia de uma maneira mais didática o comportamento geral das ações do programa Saúde.

**Gráfico 3.9** – Execução física do programa Saúde – Poder Executivo – 2021.



Fonte: Relatório de Avaliação do PPA, Exercício 2021 - Seplad.

Pode-se inferir que a maior parte das ações (22 ações) do programa em tela alcançaram execução física entre as classificações “Bom” e “Atingiu o programado”, mais precisamente, 73,33%.

O quadro, a seguir, evidencia, lado a lado, por ação, as execuções física e financeira, facilitando a visualização da diferença entre as duas.

**Quadro 3.7** – Comparativo da execução físico-financeira dos objetivos e ações do programa Saúde – Poder Executivo – 2021.

AÇÕES DA SAÚDE	(Em %)	
	Execução Física % (a)	Execução Orçamentária % (b)
<b>Fortalecer A Gestão Do Sus Para Governança Da Rede De Atenção A Saúde</b>	<b>948,94</b>	<b>58,00</b>
Apoio A Ações Dos Conselhos De Saúde	83,33	78,07
Apoio A Implementação De Consórcios Públicos Em Saúde	0,00	-
Articulação Inter federativa	153,85	19,10
Educação Na Saúde	172,40	44,32
Implementação Da Rede De Ouvidorias Do Sus	121,99	11,55
Implementação Da Humanização Na Saúde	134,78	4,83
Implementação Do Planejamento Do Sus	128,79	68,46
Realização De Auditoria Do Sus	10,53	71,01
Reestruturação De Unidades Administrativas Da Saúde	0,00	91,17
Regulação Em Saúde	4146,38	92,04

AÇÕES DA SAÚDE	Execução Física % (a)	Execução Orçamentária % (b)
<b>Fortalecer A Rede De Atenção A Saúde Dos Serviços De Media E Alta Complexidade</b>	<b>118,64</b>	<b>87,82</b>
Cofinanciamento Da Media E Alta Complexidade	94,37	97,48
Contratualização De Estabelecimentos Assistenciais De Saúde	103,70	72,53
Covidpara-Ações De Saúde	–	85,72
Gestão De Estabelecimentos De Saúde Por Organizações Sociais De Saúde	33,04	97,76
Implantação De Estabelecimento Assistencial De Saúde	0,00	78,96
Implementação Da Rede Das Doenças Crônicas Não Transmissíveis	110,70	96,12
Implementação Da Rede De Atenção A Pessoa Com Deficiência	54,43	52,11
Implementação Da Rede De Atenção A Urgência E Emergência	515,38	68,06
Implementação Da Rede De Doação, Captação E Transplante De Órgãos E Tecidos	99,32	55,10
Implementação De Tratamento Fora De Domicilio	138,59	94,33
Implementação Dos Serviços De Media E Alta Complexidade	119,42	86,56
Realização De Serviços De Hemoterapia	94,15	92,43
Requalificação De Estabelecimento De Saúde	12,99	33,95
<b>Fortalecer A Rede De Atenção Primaria</b>	<b>224,97</b>	<b>87,19</b>
Apoio Aos Serviços De Atenção Primaria	100,00	77,05
Cofinanciamento Da Atenção Básica	100,00	100,00
Saúde Por Todo O Para	225,26	38,24
<b>Reduzir Os Riscos E Agravos A Saúde Da População</b>	<b>135,87</b>	<b>70,64</b>
Cofinanciamento Da Vigilância Em Saúde	100,00	100,00
Vigilância E Controle A Agravos Transmissíveis Agudos E Endêmicos	100,00	67,71
Vigilância Em Saúde Do Trabalhador, Ambiental E Sanitária	97,92	64,39
Vigilância Laboratorial	136,38	64,83
<b>Total</b>	<b>125,31</b>	<b>87,36</b>

Fonte: Relatório de Avaliação do PPA, Exercício 2021 - Seplad.

O quadro anterior demonstra que há um descompasso na relação entre as metas física e financeira, ao passo que a primeira alcançou 125,31% e a segunda 87,36%.

A ação “Regulação em Saúde” é a grande responsável pela diferença, considerando que a execução física desta ação foi atípica, alcançando um nível de 4.142,38%. A justificativa apresentada no Relatório de Avaliação do PPA, exercício 2021, está relacionada a alimentação do sistema de forma diferente pelos municípios atendidos, fato que gerou uma mudança no produto considerado para a meta, alterando a nomenclatura, para definir corretamente o que deveria ser considerado como produto.

Entretanto, isso não deixou de ocasionar uma subestimativa da meta física, resultando em uma ação sobre a qual não se pode chegar a uma conclusão correta, tendo em vista, a discrepância verificada entre o previsto e o executado.

### 3.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A análise a seguir avalia os aspectos legais, quanto à forma e matéria, da Lei nº 9.105/2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do estado do Pará, relativa ao exercício de 2021, com base no que estabelece a Constituição Estadual (CE), Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Manual de Demonstrativo Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional – 10ª edição (MDF) e Resolução TCE nº 17.793/2009, acerca da matéria.

## 3.2.1. Aspectos Legais

### 3.2.1.1. Quanto à forma

O Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 043/20-GG, encaminhou, em 09/06/2020, à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), o Projeto de Lei nº 154/2020, referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, cumprindo o prazo estabelecido no art. 204, § 4º da Constituição do Estado do Pará, considerando-se a prorrogação concedida pelo Poder Legislativo por meio do Ofício nº 115/2020 – AJ/Alepa, em atendimento à solicitação realizada pelo Executivo (Ofício nº 260/2020- GS-Seplad), em decorrência das dificuldades ocasionadas pela pandemia da COVID-19.

No decorrer do processo de elaboração e discussão do Projeto da LDO (PLDO) para o exercício de 2021 foi garantida a participação popular, nos termos do art. 48, § 1º, I da LRF, por meio da disponibilização de um canal online (link disponibilizado no site da Seplad) para o envio de sugestões, contribuições e dúvidas, disponível no período de 22 a 27 de abril de 2020.

Durante o trâmite na Alepa houve a apresentação de 188 (cento e oitenta e oito) emendas. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO) emitiu parecer aprovando o mencionado projeto de lei com as modificações propostas por 36 emendas.

O projeto de lei aprovado pela Alepa e sancionado pelo Governador do Estado, sendo convertido na Lei Estadual nº 9.105/2020 e disponibilizada no seguinte endereço eletrônico: <http://seplad.pa.gov.br/ldo-2021/>, de acordo com o que estabelece o caput do art. 48 da LRF.

### 3.2.1.2. Quanto à matéria

A LDO/2021 é composta por 70 artigos dispostos em 9 capítulos e por 5 anexos, dentre os quais constam o de Riscos Fiscais do Estado, o das Metas Fiscais, e o das Metas Programáticas da Administração Pública Estadual.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é normatizada por dispositivos contidos na Constituição do Estado (CE) e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Constituição paraense, em seus arts. 204, § 3º e 4º, 204-A e 208, § 1º, II, dispõe que a LDO deve:

- Conter as metas e prioridades da Administração Pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- Orientar a elaboração da lei orçamentária anual;
- Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
- Ser apresentada até o dia trinta de abril e apreciada pela Assembleia Legislativa até o dia trinta de junho;
- Assegurar 1,2% da receita líquida de impostos, deduzidas as despesas constitucionais e as vinculadas na área de saúde e educação, para ser convertido em emendas impositivas a serem apresentadas pelo conjunto dos parlamentares que compõem o colegiado da Assembleia Legislativa do Pará;
- Autorizar a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.



De acordo com as exigências contidas na LRF, art. 4º, a LDO deve dispor sobre:

- Equilíbrio entre receita e despesa;
- Critério e forma de limitação de empenho;
- Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e, por último, sobre as demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Dispõe ainda a LRF, art. 4º, que a LDO deve conter o Anexo de Metas Fiscais e o de Riscos Fiscais.

### 3.2.1.2.1 Quanto às exigências da Constituição do Estado

A LDO/2021 atendeu aos dispositivos da Constituição Estadual, inclusive quanto às despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

Não obstante, verificou-se em relação à definição das metas e prioridades, que o processo de definição das mesmas apresenta oportunidade de melhoria. Isso porque, apesar do art. 2º, § 1º da LDO/2021 dispor que as metas e prioridades terão precedência na alocação dos recursos no PLOA, atendidas as despesas com obrigação constitucional e as de funcionamento dos órgãos e entidades, não foram definidos mecanismos que propiciem o monitoramento de seu cumprimento na execução orçamentária.

Depreende-se, portanto, que as normativas contidas na LDO sobre o assunto não garantem a obrigatoriedade do cumprimento das metas e prioridades, especialmente pelas seguintes objeções observadas:

- a) elevada quantidade de metas e prioridades, o que pode representar dispersão de recursos e fragilidades nos critérios de seleção. Foram definidos, no Anexo V - Prioridades do Estado, 313 Compromissos Regionais enquanto metas programáticas do Poder Executivo;
- b) dificuldade de se verificar a efetiva precedência das metas e prioridades na alocação dos recursos no PLOA em decorrência da ausência de “marcador”, enquanto código de identificação, para as despesas prioritárias.

### 3.2.1.2.2 Quanto às exigências da LRF

A LDO/2020 cumpriu às exigências da LRF. No entanto, não se verificou o atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 45 da LRF, quanto ao encaminhamento pelo Executivo ao Legislativo, até a data do envio do PLDO, de relatório contendo informações sobre os projetos em andamento e as despesas necessárias à conservação do patrimônio público, aos quais devem ser dados ampla divulgação.

Em relação aos anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, as análises apontaram para as seguintes observações:

- a) Anexo de Metas Fiscais (Art. 4º, § 1º)

A LDO/2021, em cumprimento ao art. 4º, §1º da LRF, apresentou o Anexo de Metas fiscais.

As Metas Fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais, visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento no médio prazo, servindo de indicador, quando necessário, para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

Foram previstas metas superavitárias para o resultado primário de R\$1,9 milhão para o exercício de 2021, R\$12,9 milhões para 2022 e R\$284,9 milhões para 2023, o que representa uma disposição do Estado em honrar com os compromissos junto à dívida pública.

No que se refere ao resultado nominal, variação projetada para o estoque da Dívida Consolidada Líquida (DCL), foram definidas metas deficitárias em valores correntes de R\$1,6 bilhão para 2021, de R\$1,6 bilhão para 2022 e de R\$1,4 bilhão para 2023, sinalizando um aumento da dívida consolidada líquida em 2022 e redução em 2023.

A trajetória de aumento do endividamento no médio prazo elevará a Dívida Consolidada Líquida (DCL), de R\$2,3 bilhões (LDO/2020) para R\$4,2 bilhões (LDO/2021), representando um crescimento de 179,40% em termos absolutos. Em termos relativos, a DCL corresponderá a 2,28% do PIB em 2021 contra 1,30% em 2020.

Com relação aos demais resultados, a LDO/2021 projetou: a) déficit previdenciário de R\$3,2 bilhões e atuarial de R\$11,2 bilhões do Regime Próprio de previdência Social, com projeção de saldo financeiro negativo de R\$257,3 bilhões em 2022; b) Renúncia de receitas na ordem de R\$654,4 milhões, com tendência de crescimento para os dois próximos exercícios; e c) Margem líquida de expansão das despesas de caráter continuado estimada em R\$7,2 milhões.

Destaca-se que a LDO/2021 em seu art.2º, § 2º dispõe que as prioridades e as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais poderão ser ajustadas ou revistas, no PLOA/2021, caso sejam observadas as alterações da legislação e mudanças na conjuntura econômica, nos parâmetros macroeconômicos utilizados para a estimativa das receitas e despesas e no comportamento da execução do orçamento de 2020.

A LDO/2021 propõe, pela primeira vez, metas fiscais ajustáveis no PLOA à possíveis alterações de legislação e mudanças na conjuntura econômica, nos parâmetros macroeconômicos utilizados para a estimativa das receitas e despesas e no comportamento da execução do orçamento de 2020. O art. 2º § 2º dispõe, ainda, que as metas fiscais não constituirão um valor determinado (absoluto ou relativo ao PIB) a ser buscado por meio da gestão fiscal, mas um valor flutuante, podendo ser alterado dependendo das circunstâncias.

Infere-se disso uma natural incerteza do Executivo quanto à arrecadação nos exercícios de 2020 e 2021, quando da elaboração, em 2020 do PLDO 2021, em razão da crise econômica que acompanha a pandemia ocasionada pelo coronavírus. Ressalta-se, de todo modo, que caso viesse a ser declarado novamente o estado de calamidade, seria afastada a exigibilidade do atingimento de resultados fiscais, nos termos do art. 65 da LRF. Entretanto, a determinação em lei de que as metas fiscais possam ser ajustadas ou revistas no PLO, torna a meta definida na LDO inócua para fins da gestão fiscal e pode inviabilizar a utilização dos mecanismos legais de limitação de empenho e de movimentação financeira, definidos no art. 9º da LRF.

Vale ressaltar que o § 2º do Art. 165 da CF/88, após as alterações efetivadas pela EC nº 109/2021, determina expressamente que as diretrizes da política fiscal e respectivas metas serão estabelecidas na LDO.

Da análise da conformidade dos demonstrativos do Anexo de Metas Fiscais da LDO/2021, realizada com base no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 11ª edição da STN, constatou-se que 03 demonstrativos apresentaram inconsistências, como segue:

#### 1. Demonstrativo de Metas Anuais

O Demonstrativo das Metas Anuais na LDO/2021 apresentou descritivo sobre a metodologia adotada para a projeção de Receitas, os principais parâmetros para a fixação da despesa e o quadro “Memória de Cálculo”.

No entanto, no que se refere a fixação da meta anual relativa às despesas, os parâmetros adotados,

metodologia e memória de cálculo, não apresentam informações suficientes para a verificação da pertinência e consistência dos valores considerados.

## 2. Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, art. 4º, § 2º, V)

A LDO apresenta uma projeção de renúncia de receitas para 2021 no volume de R\$654,4 milhões, representando um crescimento em torno de 60% em relação às renúncias previstas na LDO/2020 (R\$406,9 milhões).

Verifica-se que do montante a ser renunciado, 85% (R\$647,5) refere-se ao ICMS, 0,99% ao IPVA (R\$6,4 milhões) e 0,06% (R\$379,8 mil) ao ITCD.

Do total da renúncia de receita de ICMS estimada para 2021, 70,65% (R\$457,5 milhões) será efetivada por meio da modalidade Regimes Tributários Diferenciados (RTD), 28,09% (R\$181,8 milhões) por meio da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado, (Lei nº 6.489/2002) e 1,26% (R\$8,2 milhões) decorrentes de isenções (Lei Semear e Veículos automotores destinados à pessoas portadoras de deficiências).

Na tabela a seguir pode ser visualizada a estimativa das renúncias de receitas contida na LDO/2021 em comparação à demonstrada na LDO/2020.

**Tabela 3.13 – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receitas LDO/2021 X LDO/2020.**

(Em R\$1,00)

Tributo	Modalidade	Setores/Programa/Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista						
			2020 (a) LDO/2020	2021(b)	2022(c)	2023 (d)	Var. b/a %	Var c/b %	Var d/c %
ICMS	Crédito Presumido	Lei nº 6.489/2002 e nº 6.915/2006 – Agroindústria	55.242.290	52.919.796	56.417.887	60.208.520	-4,20	6,61	6,72
		Lei nº 6.489/2002 e nº 6.913/2002 – Indústria em geral	69.093.246	74.446.967	79.368.041	84.700.661	7,75	6,61	6,72
		Lei nº 6.489/2002 e nº 6.913/2002- Indústria da pecuária		15.588.053	16.618.450	17.735.019	-	6,61	6,72
		Lei nº 6.489/2002 e nº 6.913/2002- Indústria do pescado		716.553	763.918	815.245		6,61	6,72
	Redução de Base de Cálculo	Lei nº 6.489/2002 e nº 6.915/2006 – Agroindústria	12.889.594	10.637.781	11.340.957	12.102.939	-17,47	66,61	6,72
		Lei nº 6.489/2002 e nº 6.913/2002 – Indústria em geral	15.664.283	22.542.730	24.032.844	25.547.574	43,91	66,61	6,30
		Lei nº 6.489/2002 e nº 6.913/2002 – Indústria d pecuária		5.009.010	5.340.114	5.698.908	-	66,61	6,72
		Lei nº 6.489/2002 e nº 6.913/2002 – Indústria do pescado		9.854	10.505	11.211	-	66,61	6,72
	Isenção	Sub total Lei nº 6.489/2002 (Política de Incentivos)	152.889.413	181.870.744	193.892.716	206.820.077	8,96	6,61	6,72
		Veículos automotores destinados a deficientes	2.066.978	6.650.000	6.650.000	6.650.000	-	6,61	6,72
		Lei nº 6.572/2003 - Lei Semear		1.527.196	1.628.147	1.737.540	-	0,00	0,00
		Subtotal Isenção	2.066.978	8.177.196	8.278.147	8.387.540	295,61	1,23	1,32
	Outros	Regimes tributários Diferenciados – RTD	247.041.204	457.482.258	487.722.637	520.491.987	85,18	6,61	6,72
		Sub total ICMS	401.997.595	647.530.198	689.893.500	735.699.604	61,08	6,54	6,64
IPVA	Isenção	Lei nº 6.017/1996 - Lei IPVA	4.912.661	5.005.147	5.335.996	5.694.513	1,88	6,61	6,72
		Veículos automotores dest. a deficientes		1.485.455	1.583.545	1.690.049	-	6,60	6,73
ITCD	Isenção	Lei nº 5.529/1989 - Lei ITCD	55.703	379.821	404.928	432.135	581,87	6,61	6,72
<b>TOTAL</b>			<b>406.965.959</b>	<b>654.400.624</b>	<b>697.218.074</b>	<b>743.616.307</b>	<b>60,80</b>	<b>6,54</b>	<b>6,65</b>

Fonte: Demonstrativo 7 do Anexo de Metas Fiscais, LDO/2020 e LDO/2021.

Elaboração: TCE-PA.

Na tabela supra é possível visualizar a fixação de um mesmo percentual de crescimento (6,61% para 2022 e 6,72% para 2023) para todas as modalidades de renúncia, sugerindo fragilidade na metodologia adotada para a estimativa de renúncia para esses exercícios, considerando-se a especificidade de cada modalidade de renúncia.

Quanto à compensação das renúncias, o governo informa que por haver expurgado o montante a ser renunciado do volume estimado da receita para o exercício, as renúncias não precisarão ser compensadas e nem afetarão as metas fiscais estabelecidas.

O Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita é uma exigência do art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Conforme preconiza o MDF, o Demonstrativo em questão objetiva dar transparência às renúncias de receita previstas no projeto de LDO, com vistas a uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das renúncias fiscais concedidas.

Orienta ainda o MDF/STN que o Demonstrativo deve ser acompanhado de análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receita e suas respectivas compensações, com o objetivo de dar maior consistência aos valores apresentados.

A seguir relaciona-se as inconsistências encontradas no Demonstrativo:

- A descrição da metodologia utilizada não apresentou informações suficientes para se verificar a consistência e completude dos valores projetados para a renúncia de receita, o que além de dificultar o exercício do controle externo, impede o controle social e contraria o princípio da publicidade exarado no caput do art. 37 da Constituição Federal (CF), que para se concretizar depende que a Administração Pública garanta a transparência de seus atos;
- Fixação de um mesmo percentual de crescimento (6,61% para 2022 e 6,72% para 2023) para todas as modalidades de renúncia, o que sugere fragilidade na metodologia adotada nessa estimativa, considerando-se a especificidade de cada modalidade de renúncia;
- Crescimento de 85,18% do valor estimado para a renúncia de receita na modalidade de Regimes Tributários Diferenciados para 2021 (R\$457,5 milhões) em relação ao valor estimado na LDO/2020 para o exercício de 2020 (R\$247 milhões), sem análise de critérios que expliquem esse aumento;
- Ainda quanto à modalidade Regime Tributário Diferenciado (RTD), o valor de referência projetado pela Sefa para 2020, ano base para a projeção do período de 2021 a 2023, na LDO 2021, R\$441,2 milhões, é bem superior ao apresentado na LDO 2020, R\$247 milhões, o que leva a inferir que o valor projetado de renúncia de RTD na LDO 2020 foi subestimado ou o da LDO 2021 está superestimado, sugerindo fragilidade no processo de estimativa da renúncia de receita, o que requer análise específica.

### 3. Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, art. 4º, § 2º, V)

O Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado deve informar os valores previstos de novas despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC) para o exercício a que se refere a LDO, deduzindo-as da margem bruta de expansão (aumento permanente de receita e redução permanente de despesa).

A importância desse Demonstrativo reside em tornar transparentes as novas DOCC previstas e permitir

verificar se tem cobertura de aumento permanente de receita e redução permanente de despesa, possibilitar a avaliação do impacto nas metas fiscais estabelecidas além de orientar a elaboração da LOA.

A LDO/2021, no Demonstrativo em referência, projetou uma margem líquida de R\$7,2 milhões para a expansão das DOCC.

De acordo com as orientações contidas no MDF, o Demonstrativo deve ser acompanhado da descrição da metodologia adotada para a previsão dos valores de novas DOCC e da margem de expansão. Não obstante, o demonstrativo apresentado no Anexo Fiscal da LDO não contempla essa orientação.

Dessa forma, inviabilizou a verificação da consistência da margem estimada para novas despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício de 2021, bem como o atendimento aos preceitos legais.

Ressalta-se que o governo do Estado continua considerando como aumento permanente de receita a expectativa de crescimento real do PIB, em desacordo com o § 3º do Art. 17 da LRF, que define, taxativamente, aumento permanente de receita como o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

#### b) Anexo de Riscos Fiscais

De acordo com o MDF, o Demonstrativo dos Riscos Fiscais (DRF), que compõe o ARF, identifica e estima os riscos fiscais além de informar sobre as estratégias definidas para enfrentar os riscos. O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência aos possíveis eventos com potencial para afetar o equilíbrio fiscal do ente da Federação, descrevendo as providências a serem tomadas caso se concretizem.

Para o exercício de 2021, o DRF apresenta um volume de riscos no montante de R\$2,1 bilhões, sendo R\$1,3 bilhão referente a passivos contingentes e R\$771,6 milhões à frustração de arrecadação.

O volume de riscos previstos para 2021 apresenta um crescimento de 28,92% em relação ao montante previsto na LDO/2020, de R\$1,6 bilhão.

As providências apontadas a serem tomadas em relação aos riscos fiscais, caso estes se concretizem, estão relacionadas à atuação da Procuradoria Geral do Estado no que se refere ao passivo contingente e à limitação de empenho no caso de frustração de arrecadação.

Em relação ao passivo contingente dos entes da Administração Indireta do Estado, chama atenção o crescimento de 3.827,73% das demandas judiciais do Igeprev, passando de R\$5,9 milhões em 2019 para R\$23,8 milhões em 2021, sem constar das notas explicativas as justificativas que motivaram ao volumoso acréscimo constatado.

O Demonstrativo de Riscos e Providências do Anexo de Riscos Fiscais guarda conformidade com o MDF, entretanto aloca as Dívidas em Processo de Reconhecimento e os Bloqueios e Sequestros como parte da Demandas Judiciais, estando assim em desacordo com o orientado pelo Manual da STN.

### 3.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Esta seção analisa a Lei nº 9.160/2021, Lei Orçamentária Anual - LOA, relativa ao exercício de 2021, do estado do Pará, avaliando os aspectos legais, quanto à forma e matéria, a partir do disposto na Constituição Estadual (CE/1989), Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Manual de Demonstrativo Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional – 11ª edição (MDF) e Resolução TCE nº 17.793/2009, acerca do tema.

### 3.3.1. Aspectos Legais

#### 3.3.1.1. Quanto à forma

O chefe do Poder Executivo encaminhou, em 30/09/2020, por meio da Mensagem nº 063/2020-GG, à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, o Projeto de Lei nº241/2020 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2021, em observância ao artigo 204, § 5º, da Constituição Estadual.

O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021 (PLOA 2021) apresentou o Anexo de Metas Sociais contendo as metas físicas e financeiras de melhoria dos indicadores sociais, contidos no Mapa de Exclusão Social 2021 e a discriminação das ações a serem implementadas para a sua realização, conforme estabelece o art. 5º da Lei nº 6.836/2006 (Lei do Mapa).

Durante o processo de elaboração do PLOA 2021, a participação popular foi facilitada pela disponibilização de um canal online (link disponibilizado no site da Seplad) para o envio de sugestões, contribuições e dúvidas da sociedade, no período de 03 a 15 de setembro de 2020 e pela realização de audiência pública de forma virtual nas mídias sociais da Seplad e da TV Cultura, no dia 18 de setembro de 2020, conforme disposto no parágrafo único do art. 48 da LRF.

Após análise e discussão, com base no Parecer favorável emitido pela Comissão de Orçamento e Finanças, o Projeto de Lei nº241/2020 foi aprovado pelo plenário da Alepa na 48ª Reunião Ordinária, no dia 15/12/2020, com as modificações propostas em 222 emendas parlamentares.

Sancionado pelo Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 241/2020 foi convertido na Lei nº 9.160/2021, publicada em Suplemento do DOE nº 34.454, de 08/01/2021 e republicada no Diário Oficial nº 34.455 (edição extra), de 08/01/2021. A LOA 2021 também encontra-se divulgada no endereço <http://www.seplan.pa.gov.br/loa-2020>, seguindo o que estabelece o caput do art. 48 da LRF.

#### 3.3.1.2. Quanto à Matéria

A LOA 2021 contém os Orçamentos Fiscal (OF), o da Seguridade Social (OSS) e o orçamento de Investimento das Empresas (OI) em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, atendendo às exigências do art. 204, § 10, da Constituição Estadual. Na tabela, a seguir, demonstra-se a programação dos citados orçamentos.

**Tabela 3.14 – Orçamento Geral do Estado (OGE) – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Orçamento	Receita Prevista (a)	a.v %	Despesa Fixada (b)	a.v %	(a-b)
<b>Fiscal</b>	27.127.901	86,08	21.580.815	68,48	5.547.086
<b>Seguridade Social</b>	3.951.438	12,54	9.498.524	30,14	-5.547.086
<b>SUBTOTAL</b>	<b>31.079.339</b>	<b>98,62</b>	<b>31.079.339</b>	<b>98,62</b>	<b>-</b>
<b>Investimento das Empresas</b>	434.496	1,38	434.496	1,38	-
<b>TOTAL</b>	<b>31.513.835</b>	<b>100,00</b>	<b>31.513.835</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>

Fonte: LOA/2021.

Nota: Deduzida a contribuição ao Fundeb e Inclusa a Receita Corrente Intraorçamentária.

Da receita prevista na LOA/2021, 86,08% pertencem ao Orçamento Fiscal, 12,54% ao Orçamento da Seguridade Social e 1,38 % ao Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais. Paralelamente, a despesa fixada aloca 68,48% das dotações para o Orçamento Fiscal, 30,14% para a Seguridade Social e 1,38% para Investimento das Empresas Estatais.

No Orçamento Fiscal a lei prevê um superávit de R\$5,5 bilhões, que resulta da previsão de receita de

R\$27,1 bilhões e da fixação de despesa de R\$21,6 bilhões e déficit de R\$5,5 bilhões no Orçamento da Seguridade Social, o qual conjuga receitas estimadas de R\$3,9 bilhões e despesas fixadas em R\$9,4 bilhões.

Com isso, infere-se que o superávit do Orçamento Fiscal (R\$5,5 bilhões) dá sustentação ao déficit do Orçamento da Seguridade Social e dessa forma, possibilita o equilíbrio orçamentário entre eles.

A Lei Orçamentária possui exigências instituídas na Constituição do Estado, Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O quadro a seguir identifica as exigências instituídas nessas normas, cuja análise remete às situações de incompatibilidades observadas quando da elaboração e/ou aprovação da LOA.

**Quadro 3.8 – Incompatibilidades da LOA com os dispositivos constitucionais e legais.**

Item	Referência Legal	Situação
1	Os orçamentos anuais serão submetidos à apreciação da Assembleia Legislativa até o dia trinta de setembro e aprovados até o final da sessão legislativa, sendo que o respectivo projeto-de-lei será acompanhado de demonstrativo regionalizado e setorizado das receitas e despesas (art. 204, § 5º, CE/1989)	O PLOA/2021 encaminhado pelo Poder Executivo não apresenta a setorização das receitas (próprias) e das despesas.
2	As metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2021 terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária, atendidas as despesas com obrigação constitucional e as de funcionamento dos órgãos e entidades, e deverão, ainda, estar em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (art. 3º, II, §1º)	Foram definidas como metas programáticas para 2021 todos os 313 compromissos regionais do PPA 2020-2023. Desta forma torna-se inviável a precedência na programação para um exercício de metas fixadas para o atendimento ao longo de 4 anos.
3	Demonstrativo Regionalizado dos Percentuais de Incidência sobre as Receitas e Despesas decorrentes de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia (art. 204, § 11, CE/1989 e art. 5º, II, LRF)	O demonstrativo contido no item 5.3 do volume I da LOA/2020 não demonstra os percentuais de incidência da renúncia de receita sobre as despesas.
4	Medidas de Compensação ao Aumento das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (art. 5º, II, LRF)	O PLOA/2021 não apresenta as medidas de compensação ao aumento das DOCCs.
5	A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas: (Art. 11º) As despesas correntes de caráter continuado, derivadas de lei e que fixem a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois anos. (Art. 11º, II, LRF)	Não foi possível identificar a discriminação, em categoria específica, da dotação destinada às DOCCs.
6	O PLOA deve apresentar: Demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, resultante da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, indicando as medidas de compensação que serão adotadas. (art. 12, X, LDO)	O PLOA apresentou o Demonstrativo, em referência, no item 5.1 do volume I, anexo ao LOA. Entretanto o Demonstrativo apresenta oportunidade de melhoria uma vez que os dados apresentados são insuficientes para avaliar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia de receita proveniente desses benefícios fiscais. Além de medir o impacto partindo do valor da receita prevista já líquido do valor a ser renunciado.
7	A mensagem que encaminhar o PLOA compor-se-á de: (Art.13, I, LDO) Estoque da dívida fundada e flutuante do Estado. (Art.13, I, c, LDO) Capacidade de endividamento do Estado. (Art.13, I, e, LDO)	Não consta no texto da mensagem que encaminhou o PLOA/2021 Não consta no texto da mensagem que encaminhou o PLOA/2021

Item	Referência Legal	Situação
8	A mensagem que encaminhar o PLOA compor-se-á de: (Art.13, LDO): Quadros Demonstrativos contendo: (Art.13, II, LDO) Relação das obras em execução em 2018 e que tenham previsão de continuidade em 2019, bem como, o patrimônio público a ser conservado, com indicação quantitativa do que já foi executado, tanto em porcentagem, quanto em montante financeiro, e a quantificação do que ainda falta para a conclusão das obras relacionadas. (Art.13, II, e, LDO)	Atendido com relação às obras. No entanto a Mensagem não apresentou o patrimônio público a ser conservado.
9	A alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2020 e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo. (art. 25, LDO)	Não foi possível identificar na LOA/2021 instrumentos e ações que viabilizem o cumprimento do disposto no art. 25 da LDO.

Fonte: CE/1989, LRF, LDO/2021 e LOA/2021.

### 3.3.2. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício financeiro de 2021 apresentam uma receita estimada e despesa fixada na LOA em R\$31 bilhões, já deduzida a contribuição ao Fundeb.

As composições da receita estimada e despesa fixada por categoria econômica podem ser visualizadas na tabela, a seguir.

**Tabela 3.15 – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Natureza	Receita Estimada	A.V. %	Natureza	Despesa Fixada	A.V. %
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>28.585.098</b>	<b>91,97</b>	<b>Despesas Correntes (V)</b>	<b>27.210.391</b>	<b>87,55</b>
Impostos, Taxas e Contrib.de Melhoria	17.900.897	57,60	Pessoal e Encargos sociais	15.659.961	50,39
Contribuições	1.402.381	4,51	Juros e Encargos da Dívida	265.571	0,85
Patrimonial	671.203	2,16	Outras Despesas Correntes	11.284.859	36,31
Agropecuária	1.122	0,00			
Industrial	17.213	0,06			
De Serviços	1.152.891	3,71			
Transferências Correntes	10.465.998	33,68			
Outras Receitas Correntes	493.750	1,59			
(-) dedução do FUNDEB	3.520.357	11,33			
<b>Receita de Capital (II)</b>	<b>1.032.055</b>	<b>3,32</b>	<b>Despesas de Capital (VI)</b>	<b>3.194.281</b>	<b>10,28</b>
Operação de Crédito	928.404	2,99	Investimentos	2.163.855	6,96
Alienação de Bens	18.998	0,06	Inversões Financeiras	323.093	1,04
Amortização de Empréstimos	10.951	0,04	Amortização da Dívida	707.333	2,28
Transferências de Capital	73.702	0,24			
Outras Receitas de Capital	0	0,00			
<b>Receita Corrente Intraorçamentária (III)</b>	<b>1.462.185</b>	<b>4,70</b>	<b>Reserva de Contingência (VII)</b>	<b>674.666</b>	<b>2,17</b>
<b>TOTAL (IV) = (I+II+III)</b>	<b>31.079.338</b>	<b>100,00</b>	<b>TOTAL (VIII) = (V+VI+VII)</b>	<b>31.079.338</b>	<b>100,00</b>

Fonte: LOA/2021.

Nota: Deduzida a contribuição ao Fundeb e inclusa a Receita Corrente Intraorçamentária.

Do total da receita estimada 91,97% referem-se às Receitas Correntes, 3,32% correspondem às receitas de Capital e 4,70% às intraorçamentárias, que não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos, mas contrapartidas de despesas realizadas entre os órgãos integrantes do citado orçamento, assim registradas para evitar duplicidade na consolidação das contas públicas.



As maiores composições da receita estimada são: impostos, taxas e contribuições de melhoria (57,60%), transferências correntes (33,68%), das quais a maior parte advém das transferências da União. A receita de serviços participa com (3,71%) e as operações de crédito com (2,99%).

No que se refere às despesas verifica-se que 87,55% da programação do orçamento foi alocado para as Despesas Correntes, destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, dos juros e encargos da dívida e de manutenção e funcionamento da máquina pública. Para as Despesas de Capital foram destinados 10,28% do total, sendo a maior parte, 6,96%, para a realização de investimentos.

A Reserva de Contingência no valor de R\$674,6 milhões representa 2,17% dos recursos programados nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social.

Quanto à fonte dos recursos, conforme demonstrado na tabela abaixo, observa-se que o Orçamento Fiscal é financiado em maior parte por recursos oriundos do Tesouro Estadual (94,14%), enquanto que a maior parte dos recursos do Orçamento da Seguridade Social advém dos recursos de outras fontes (86,31%).

**Tabela 3.16 – Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por fonte de recursos – 2021.**  
(Em R\$ milhares)

Orçamento	Tesouro (a)	a.h. % a / d	Outras Fontes (b)	a.h.% b / d	Total (d)	% do Total Orçado
Fiscal	25.537.714	94,14%	1.590.186	5,86%	27.127.900	87,29%
Seguridade Social	540.914	13,69%	3.410.525	86,31%	3.951.439	12,71%
<b>TOTAL</b>	<b>26.078.628</b>	<b>83,91%</b>	<b>5.000.711</b>	<b>16,09%</b>	<b>31.079.339</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: LOA/2021.

Nota: a) deduzida a contribuição ao Fundeb.

b) inclusa a Receita Corrente Intraorçamentária

Ao excluir-se da receita estimada para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social os valores previstos para operações de crédito e alienação de bens, verifica-se que esses orçamentos foram aprovados com déficit presumível de R\$947,4 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 3.17 – Superávit e déficit presumível – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Orçamento	Receita Estimada (a)	Op. de Crédito (b)	Alienação de Bens (c)	Despesa Fixada (d)	Superávit/ Déficit e = a-b-c-d
Fiscal	27.127.901	875.290	18.998	21.580.815	4.652.798
Seguridade Social	3.951.438	53.113		9.498.524	-5.600.199
<b>TOTAL</b>	<b>31.079.339</b>	<b>928.403</b>	<b>18.998</b>	<b>31.079.339</b>	<b>-947.401</b>

Fonte: LOA/2020.

Nota: a) Deduzida a contribuição ao Fundeb;

b) Inclusive a Receita Corrente Intraorçamentária.

### 3.3.3. Orçamento de Investimento das Empresas Públicas Não Dependentes

O Orçamento de Investimento das Empresas (OI) abrange a programação orçamentária das empresas nas quais o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto e que recebem, exclusivamente, recursos a título de aumento de capital à conta do Orçamento Fiscal (LRF, art.9º), quais sejam: Companhia de Saneamento do Pará - Cosanpa, a Companhia Gás do Pará - Gás do Pará, a Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações de Barcarena - Cazbar e o Banco do Estado do Pará - Banpará.

Para o exercício de 2021 a LOA, em seu art. 8º, estimou a receita e fixou a despesa do Orçamento de Investimento das Empresas em R\$434,4 milhões.

Da programação definida, a Cosanpa participa com maior volume de recursos na ordem de 69,27%, seguida do Banco do Estado do Pará com 28,41%, Gás do Pará com 2,16% e Cazbar com 0,16%, conforme pode ser evidenciado na tabela a seguir.

**Tabela 3.18 – Consolidação dos investimentos por Empresa, Programa e Função – 2021.**

(Em R\$1,00)

Empresa	Programa	Função	Total	a.v. %
<b>COSANPA</b>	Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	Saneamento	<b>300.960.113</b>	<b>69,27</b>
<b>CAZBAR</b>	Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Indústria	<b>707.500</b>	<b>0,16</b>
			<b>123.459.704</b>	<b>28,41</b>
<b>BANPARÁ</b>	Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	Comércio e Serviços	110.643.704	
	Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		12.816.000	
<b>GÁS DO PARÁ</b>	Infraestrutura e Logística	Energia	<b>9.368.521</b>	<b>2,16</b>
<b>TOTAL</b>			<b>434.495.838</b>	<b>100,00</b>

Fonte: LOA/2021.

A receita estimada na LOA 2021 para o Orçamento de Investimentos, de R\$ 434,4 milhões, apresenta sua composição de acordo com o que dispõe o art. 10 da LDO 2021, conforme dados apresentados na tabela a seguir.

**Tabela 3.19 – Financiamento do orçamento de investimentos por fonte de recursos– 2021.**

(Em R\$1,00)

Fonte de Recursos	Total	a.v. %
Recursos Ordinários - Participação Acionária do Estado	205.172.872	47,22
Recursos Provenientes de Transferências - Convênios e Outros	8.226.274	1,89
Operação de Crédito Governo do Estado	88.693.842	20,41
Receita Operacional	4.560.000	1,05
Recursos de Outras Fontes	127.842.850	29,42
<b>Total</b>	<b>434.495.838</b>	<b>100,00</b>

Fonte: LOA/2021.

A participação acionária do Estado é responsável pelo financiamento de 47,22% do OI, as operações de crédito respondem por 20,41%, enquanto que a receita operacional das empresas por 1,05%.

Conforme disposto na LDO 2021, art. 9º, parágrafo único, o Orçamento de Investimento das Empresas deve compreender as dotações destinadas a:

- planejamento e execução de obras, priorizando as obras em andamento;
- aquisição de imóveis necessários à realização de obras;
- aquisição de instalações, equipamentos e material permanente;
- aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização.

Entretanto, no programa de trabalho do Banco do Estado do Pará junto ao Orçamento de Investimento das Empresas, constam ações que não se enquadram nos tipos de investimentos possíveis de programação no referido orçamento, ao que prevê o art. 10, da LDO 2021, quais sejam:

- a) Concessão de Crédito para Produtores Rurais no valor de R\$12,8 milhões, com objetivo de conceder 144 créditos e;
- b) Concessão de Crédito no valor de R\$106 milhões, com objetivo de conceder 1093 créditos.

### 3.3.4. Compatibilidade das metas programáticas na LDO e LOA

As prioridades e metas definidas pelo Estado para o exercício financeiro devem ter precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária, após atendidas as despesas com obrigação constitucional e as de funcionamento dos órgãos e entidades, conforme o estabelecido no art. 2º da LDO 2021.

Em atendimento ao disposto nos artigos 65, § 2º da CF/88 e 204 § 3º da CE/89, o governo do Estado apresentou no anexo 5 – Prioridades do Estado, da LDO 2021, as Metas Programáticas da Administração Pública Estadual para o exercício.

Quando da verificação dessa obrigação constatou-se que as metas programáticas definidas para o exercício de 2021 correspondem aos 313 compromissos regionais do PPA 2020-2023. Desta forma, considera-se inviável a precedência na programação, em um único exercício, de metas planejadas para serem atendidas ao longo de 4 anos, prazo de vigência do PPA e conclui-se que, o disposto no art. 2º, caput da LDO 2021 não foi observado na fase de elaboração do PLOA.

Registre-se, entretanto, que a LDO 2022 corrigiu a inconsistência apontada ao apresentar como prioridades, ações selecionadas a partir do universo dos compromissos regionais, definindo metas físicas parciais a serem cumpridas no exercício de 2022.

### 3.3.5. Compatibilidade da LOA com o Plano Plurianual

O processo de planejamento e orçamento definido na Constituição Federal e na Constituição Estadual, apresenta uma dinâmica que prevê a necessidade de integração dos instrumentos de planejamento.

O art. 5º da LRF determina que o Projeto de Lei Orçamentária Anual seja elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual.

A Lei nº8.966/2019, que instituiu o PPA/2020-2023 – “Desenvolvimento Pro Pará. Pra Todo o Pará”, estabelece, em seu art. 14, que os valores consignados no PPA para programas e ações são referenciais e não se constituem em limites para a programação da despesa expressa na LOA e nos créditos adicionais.

A verificação da compatibilidade do PLOA com o Plano Plurianual foi efetuada quanto aos programas temáticos à cargo do Poder Executivo e se limitou aos aspectos relacionados à sua estrutura programática e programação financeira, uma vez que, a LOA recebeu competência para proceder modificações no PPA quanto à inclusão, exclusão ou alteração de ações, suas metas e regionalização, quando necessário, por meio do art. 12 da Lei nº8.966/2019.

A LOA/2021 apresenta a programação de trabalho a cargo dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e dos órgãos constitucionais independentes, detalhada por Programa, Função/Subfunção, Projeto/Atividade, de acordo com a estrutura programática do Plano Plurianual, discriminando os recursos financeiros necessários para a execução das ações, seus produtos e metas físicas.

A tabela, a seguir, demonstra a comparação entre os valores projetados para os programas temáticos do Executivo no PPA, o executado em 2020 e o programado na LOA 2021.

**Tabela 3.20** – Valores financeiros programados no PPA e na LOA 2021 – Executivo.

(Em R\$ milhares)

Programa	PPA 2021 (a)	Despesa Realizada 2020 (b)	LOA 2021 (c)	c/a	b+c (d)	d/a
1. Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	200.466	30.103	28.293	14,11	58.396	29,13
2. Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	198.594	34.186	65.059	32,76	99.245	49,97
3. Ciência, Tecnologia e Inovação	123.832	24.464	27.640	22,32	52.104	42,08
4. Cultura	178.369	127.253	34.763	19,49	162.016	90,83
5. Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade	1.985.974	957.436	542.904	27,34	1.500.340	75,55
6. Direito Socioassistenciais	228.038	164.187	62.551	27,43	226.738	99,43
7. Educação básica	11.095.686	2.845.627	2.700.643	24,34	5.546.270	49,99
8. Educação Profissional e Tecnológica	36.445	5.209	48.255	132,40	53.464	146,70
9. Educação Superior	263.698	49.894	62.029	23,52	111.923	42,44
10. Esporte e Lazer	83.648	19.608	51.498	61,57	71.106	85,01
11. Governança Pública	4.878.576	1.277.581	1.356.730	27,81	2.634.311	54,00
12. Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	253.900	208.534	65.218	25,69	273.752	107,82
13. Infraestrutura e Logística	1.815.722	660.172	707.263	38,95	1.367.435	75,31
14. Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	84.586	23.463	52.608	62,19	76.071	89,93
15. Saúde	6.155.319	2.569.898	1.985.616	32,26	4.555.514	74,01
16. Segurança Pública	2.230.500	605.499	621.130	27,85	1.226.629	54,99
17. Trabalho, Emprego e Renda	58.238	8.609	14.172	24,33	22.781	39,12
<b>Total</b>	<b>29.871.592</b>	<b>9.611.723</b>	<b>8.426.372</b>	<b>28,21</b>	<b>18.038.095</b>	<b>60,39</b>

Fonte: Relatório de Análise das Constas do Governador 2020 e LOA/2021. Elaboração TCE-PA.

Pela análise dos dados apresentados, depreende-se que, agregando-se à despesa realizada no exercício de 2020 (R\$9,6 bilhões), os valores programados na LOA 2021 (R\$8,4 bilhões), a expectativa de execução financeira dos programas ao final do exercício de 2021 será de 60,39% do programado para o período de vigência do PPA.

Dessa forma, o Projeto de Lei Orçamentária anual apresenta compatibilidade com o Plano Plurianual quanto à sua estrutura programática e programação financeira, atendendo ao disposto no art. 5º da LRF.

### 3.3.6. Política Fiscal

A Política fiscal compreende o conjunto de medidas pelas quais o governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir a sua função de agir na direção da concretização dos direitos fundamentais garantidos constitucionalmente. Deve ser elaborada objetivando a promoção de uma gestão financeira equilibrada dos recursos públicos, com o fim de propiciar a estabilidade econômica, o desenvolvimento sustentável e o financiamento das políticas públicas.

A condução da política fiscal gera impactos macroeconômicos sobre a demanda agregada, os preços, o nível de emprego e o balanço de pagamentos. Desse modo, o acompanhamento dos resultados fiscais permite evidenciar as consequências macroeconômicas da política fiscal, e não só os seus impactos quanto ao endividamento e à sustentabilidade da dívida.

Os resultados da política fiscal podem ser avaliados, dentre outros, com base na mensuração da qualidade do gasto público e na identificação dos resultados dessa política no bem-estar dos cidadãos.

A LRF determina, em seu art. 4º, § 1º, que serão estabelecidas na LDO, metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

A principal meta é a de resultado primário, representado pela diferença entre receitas primárias e despesas primárias por serem as que afetam o endividamento líquido do Governo.

A apuração do resultado primário propicia uma avaliação do impacto da política fiscal sobre a demanda agregada da economia, de modo que superávits primários contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficit primários indicam a parcela do aumento da dívida líquida, resultante do financiamento de gastos primários (não financeiros) que ultrapassam as receitas primárias (não financeiras).

O Estado, enquanto ente político-administrativo dotado de autonomia, tem liberdade para decidir a forma de utilização dos recursos públicos atribuídos constitucionalmente para o desenvolvimento das suas atribuições. Nesse sentido, pode decidir pelo planejamento de uma política fiscal amparada em déficit primário com o objetivo de garantir recursos suficientes para a execução das suas prioridades e dos programas que pretende executar e desta forma o grau de endividamento necessário ao financiamento de suas políticas públicas.

O estabelecimento de metas deficitárias para o resultado primário não contraia a exigência do equilíbrio orçamentário disposto no art. 4º da LRF(14). A importância do equilíbrio se justifica como meio para que o Estado possa buscar a implementação dos direitos sociais via realização de despesas públicas. Neste sentido, o princípio do equilíbrio deve ser entendido dentro de um espaço temporal mais amplo, superior aos doze meses de vigência do orçamento, que admita a convivência de ciclos orçamentários deficitários, com outros superavitários, para a redução das desigualdades sociais e regionais conforme exigência da Constituição(15).

A comparação entre a previsão de receitas (primárias e financeiras) e as autorizações de despesas (primárias e financeiras), na Lei Orçamentária Anual não deve ter como produto um resultado primário inferior ao definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias(16).

As metas fiscais, definidas na LDO, constituem importante parâmetro vez que representam os resultados esperados para as variáveis fiscais capazes de viabilizar o nível de endividamento pretendido pelo Estado. Deve-se ressaltar que a Dívida Líquida (DL) varia em função do resultado primário e dos juros líquidos devidos a cada período.

Ao orçamento cabe a tarefa de, a partir da receita estimada, elaborar a programação da despesa com base nas metas e prioridades definidas na LDO e desta forma apresentar compatibilidade com o alcance das metas fiscais definidas.

Assim, as receitas primárias estimadas e as despesas primárias autorizadas pelo PLOA devem ser suficientes para cumprir o resultado fiscal definido no Anexo de Metas Fiscais da LDO. É o que positiva o art. 5º, I da LRF, pelo qual a LOA deve apresentar o demonstrativo de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais constantes da LDO.

A LOA/2021 contém em anexo o demonstrativo em questão, cujos dados para o exercício de 2021 podem ser visualizados na tabela a seguir:

(14) Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

[...]

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes"

(15) Scaff, Fernando Facury e Rocha, Francisco Sergio. Equilíbrio Orçamentário e Sustentabilidade Financeira - Anotações sobre o Brasil, disponível em [https://www.gruppodipisa.it/images/rivista/pdf/Fernando\\_Facury\\_Scaff\\_-\\_Francisco\\_Sergio\\_Silva\\_Rocha\\_-\\_Equil%C3%ADbrio\\_orcamentario\\_e\\_sustentabilidade\\_financeira.pdf](https://www.gruppodipisa.it/images/rivista/pdf/Fernando_Facury_Scaff_-_Francisco_Sergio_Silva_Rocha_-_Equil%C3%ADbrio_orcamentario_e_sustentabilidade_financeira.pdf).

(16) OLIVEIRA, Weder de. Curso de responsabilidade fiscal: direito, orçamento e finanças públicas, 2º ed. – 2015.

**Tabela 3.21 – Metas fiscais – comparativo LDO x LOA – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Discriminação	LDO 2021		LOA 2021	
	Valor Corrente	% PIB	Valor Corrente	% PIB
Receita Total	27.943.723	14,86	29.617.154	15,71
Receitas Primárias	26.172.699	13,92	28.154.817	14,93
Despesa Total	27.943.723	14,86	29.617.154	15,71
Despesas Primárias	26.170.824	13,92	28.133.031	14,92
Resultado Primário	1.875	0,00	21.786	0,01
Resultado Nominal	-1.625.256	-0,86	-635.225	-0,34
Dívida Pública Consolidada	7.168.245	3,81	6.857.838	3,64
Dívida Consolidada Líquida	4.295.710	2,28	4.119.613	2,18
Projeção do PIB para 2021	188.053.146		188.571.654	

Fonte: LDO/2021 e LOA/2021.

A programação contida na LOA para 2021 projeta um superávit primário(17) de R\$21,7 milhões e um resultado nominal(18) deficitário de R\$635 milhões, apontando para uma situação fiscal mais favorável do que a projetada na LDO.

Com base no exposto, conclui-se que, a programação contida nos orçamentos está de acordo com a política fiscal definida pelo Estado na LDO 2021. Ressalta-se, no entanto, que o espaço fiscal(19) definido na LDO foi reduzido no processo de elaboração do orçamento em R\$19,9 milhões. Ou seja, o Estado, face ao valor da receita reestimada no PLOA, poderia ter fixado despesas até o montante de R\$28.152.942 mil, mas programou apenas R\$28.133.031 mil.

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2021 (OGE/2021) projeta uma situação de solidez fiscal para o Pará, que pode ser verificado pelo índice de solvência fiscal que dimensiona a capacidade de um governo em pagar suas obrigações integral e tempestivamente. O índice de solvência fiscal é expresso pela razão entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL)(20) e a Receita Corrente Líquida (RCL)(21).

A programação, contida na LOA, projeta para o estado do Pará, em 2021, um índice de solvência fiscal de 0,19, resultante da projeção de R\$4,2 bilhões para a Dívida Consolidada Líquida e de R\$22,57 bilhões para Receita Corrente Líquida(22). Dessa forma, a relação entre a DCL e a RCL na LOA/2020, no patamar de 19%, encontra-se inferior ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001, art. 7º, fixado em 2 vezes o valor da RCL.

### 3.3.7. Renúncia de Receita

A LOA/2021 prevê um volume de renúncia de receita no montante de R\$627,7 milhões em 2021, R\$668,4 milhões em 2022 e R\$712,4 milhões em 2023, conforme dados apresentados na Tabela a seguir.

(17) Resultado primário: diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias durante um determinado período.

(18) Resultado nominal: resultado primário acrescido dos juros líquidos (ativos menos passivos).

(19) Volume de despesas primárias a ser programado face ao volume de receita primária estimada, para garantir o resultado primário pretendido. Representado pela diferença entre a receita estimada e a meta de resultado primário.

(20) Montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros).

(21) Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidas as transferências constitucionais e legais, as contribuições dos servidores para o sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre os diversos sistemas.

(22) Valores informados na LOA/2021, Demonstrativo 1 do Anexo de Metas Fiscais.

Tabela 3.22 – Renúncia de Receita Prevista por Tributo – LOA/2021.

(Em R\$1,00)

Tributo/Setores	Renúncia de Receita Prevista					
	LOA 2021					
	2021		2022		2023	
	Valor	a.v	Valor	a.v	Valor	a.v
<b>1. ICMS</b>	621.301.892	<b>98,97</b>	661.931.488	99,03	705.958.869	99,08
<b>1.1. Política de Incentivos</b>	<b>182.214.313</b>	<b>29,33</b>	<b>194.259.029</b>	<b>29,35</b>	<b>207.311.003</b>	<b>29,37</b>
<b>Crédito Presumido</b>	143.942.769		153.457.670		163.768.261	
Agroindústria	53.019.744		56.524.474		60.322.269	
Indústria da Pecuária	15.617.503		16.649.847		17.768.525	
Ind. Em Geral	74.587.615		79.517.987		84.860.681	
Ind. do pescado	717.907		765.362		816.786	
Redução Base de Cálculo	38.271.544		40.801.359		43.542.742	
Agroindústria	10.657.879		11.362.383		12.125.805	
Indústria da Pecuária	5.018.473		5.350.203		5.709.675	
Ind. Em Geral	22.585.319		24.078.248		25.696.029	
Ind. do pescado	9.873		10.525		11.233	
<b>1.2. Isenção</b>	<b>8.088.788</b>	<b>1,30</b>	<b>8.183.894</b>	<b>1,24</b>	<b>8.286.954</b>	<b>1,17</b>
Veículos automotores dest a pessoas com deficiência	1.438.788		1.533.894		1.636.954	
Lei Semear	6.650.000		6.650.000		6.650.000	
<b>1.3. RTD</b>	<b>430.998.791</b>	<b>69,37</b>	<b>459.488.565</b>	<b>69,42</b>	<b>490.360.912</b>	<b>69,46</b>
Informática	5.497.025		5.860.388		6.254.138	
Medicamentos	48.609.212		51.822.366		55.304.233	
Ind. do Palmito	1.346.826		1.435.853		1.532.326	
Ind. da Carne	188.950.181	30,10	201.440.119		214.974.578	
Refeições e fast food	36.858.633		39.295.053		41.935.229	
Comércio. Atacadista	149.736.914		159.634.786		170.360.408	
<b>2. PVA</b>	<b>6.114.864</b>	<b>0,97</b>	<b>6.114.864</b>	<b>0,91</b>	<b>6.114.864</b>	<b>0,86</b>
Veículos automotores dest a pessoas com deficiência	1.399.463		1.491.970		1.592.213	
Lei IPVA lei nº 6.017/1996	4.715.401		5.027.097		5.364.861	
<b>3. ITCD</b>	<b>357.834</b>	<b>0,06</b>	<b>381.487</b>	<b>0,06</b>	<b>407.119</b>	<b>0,06</b>
Isenção	357.834		381.487		407.119	
<b>Total Renúncia de Receita</b>	<b>627.774.590</b>	<b>100,00</b>	<b>668.427.839</b>	<b>100,00</b>	<b>712.480.852</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Quadro 5.2. Estimativa da Compensação da Renúncia da Receita - 2021 a 2023, LOA/2021.

Elaboração: TCE-PA.

Do total previsto a ser renunciado em 2021, 98,97% (R\$621,3 milhões) se referem ao ICMS, dos quais 29,33% correspondem aos benefícios fiscais concedidos por meio da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado, 69,37% aos Regimes de Tratamento Diferenciado (RTD) e 1,30% às isenções (Lei Semear e Veículos automotores destinados às pessoas com deficiência).

Vale destacar, dentre os RTD, a estimativa de concessão de benefício para a Indústria da Carne no montante de R\$188,9 milhões, representando 30,10% de toda a renúncia de receita estimada para o Estado no exercício de 2021.

Os benefícios fiscais concedidos por meio da Política de Incentivos ao Desenvolvimento socioeconômico do Estado e por meio de Regimes Tributários Diferenciados se encontram no campo da extrafiscalidade e são instrumentos utilizados pelo Estado para incentivar o investimento, a geração de emprego e renda, estimular determinada atividade/setor específico da economia, promover a verticalização da produção, a desconcentração de renda e a redução das desigualdades regionais, entre outros.

A renúncia de receita decorrente da concessão de incentivos fiscais com o objetivo de promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões, é uma exceção ao princípio da uniformidade geográfica do tributo, previsto no art. 151, I da CF/88(23).

(23) Art. 151. É vedado à União: I - Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

A CF/88 (art. 165, §§ 6º,7º) e a CE/89 (art. 204, §§ 11, 12) dispõem que os orçamentos devem buscar a redução das desigualdades inter-regionais e que o PLOA deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

O PLOA deve apresentar ainda, as medidas de compensação à renúncia de receita (art. 5º, II, LRF) e o Demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, resultante da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, indicando as medidas de compensação que serão adotadas. (art. 12, X, LDO)

Quanto às medidas de compensação, foi informado no Demonstrativo Estimativa da Compensação da Renúncia da Receita, Quadro 5.2 da LOA/2021, que o montante estimado de renúncia de receita foi expurgado da previsão da receita para o exercício.

O PLOA/2021, atendendo às disposições constitucionais e legais, apresentou os Demonstrativos supracitados, no entanto foram observadas inconsistências em sua elaboração conforme a seguir:

- a) No Demonstrativo Regionalizado dos Percentuais de Incidência sobre as Receitas e Despesas decorrentes de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia, não foi evidenciada a incidência da renúncia sobre as despesas programadas para cada região do Estado;
- b) O Demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro(24) apresentado na LOA/2021, não foi acompanhado da metodologia e memória de cálculo que justifiquem os dados apresentados, inviabilizando a verificação de sua validade e consistência.

Ainda quanto à renúncia de receita, observa-se uma concentração de sua incidência nas Regiões com os maiores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), ampliando o desequilíbrio entre as regiões do Estado, conforme pode ser observado na tabela, a seguir:

**Tabela 3.23 – Renúncia de Receita por Região de Integração – LOA 2021.**

(Em R\$1,00)

Região de Integração (RI)	IDH-M		Renúncia de Receita		Renúncia RI/Receita Total Renunciada
	2010 <sup>1</sup>	ranking	2020 <sup>2</sup>	ranking	
1. Araguaia	0,605	3º	0,650	6º	32.882.055
2. Baixo Amazonas	0,590	5º	0,663	3º	34.517.745
3. Carajás	0,610	2º	0,666	2º	151.809.963
4. Guamá	0,601	4º	0,660	5º	36.207.773
5. Lago do Tucuruí	0,580	7º	0,628	9º	27.774.769
6. Marajó	0,519	12º	0,611	11º	2.728.463
7. Metropolitana (Guajará)	0,686	1º	0,741	1º	154.864.276
8. Rio Caeté	0,572	8º	0,645	8º	13.347.120
9. Rio Capim	0,569	9º	0,663	3º	35.274.778
10. Tapajós	0,578	6º	0,661	4º	28.906.951
11. Tocantins	0,569	10º	0,649	7º	86.662.674
12. Xingú	0,568	11º	0,623	10º	22.798.052
<b>TOTAL</b>					<b>627.774.619</b>

<sup>1</sup> Fonte: PNUD/FJP/IPEA.

<sup>2</sup> Projeção: FAPESPA.

Elaboração: TCE-PA.

(24) A estimativa do impacto orçamentário-financeiro pode ser entendida como a quantificação da queda na arrecadação de receitas, em valores aproximados, que resultará do implemento da renúncia (impacto financeiro), indicando-se a parte desse valor que já consta no orçamento, bem como a origem dos recursos que irão ocorrer à diferença (impacto orçamentário), e ainda a forma como será compensada a redução de receitas nos anos fiscais subsequentes (Furtado, J.R. Direito Financeiro. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2012).



Do total estimado de renúncia de receita para 2021, R\$154,8 milhões (24,67%), e R\$151,8 milhões (24,18%) concentram-se, respectivamente, nas Regiões Metropolitana e Carajás, as quais apresentam os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) médio mais elevados do Estado. Enquanto que as Regiões do Marajó e Xingu, com os piores IDH-M, serão beneficiadas com apenas 0,43% (R\$2,7 milhões) e 3,63% (R\$22,7 milhões).

As razões explícitas nos princípios ou normas jurídicas que justificaram a concessão do incentivo, passam a compor o ordenamento jurídico, adquirindo, dessa forma, um caráter impositivo e devem ser utilizados como um dos parâmetros para avaliar os resultados produzidos.(25)

Nesse sentido, as diretrizes de atrair empreendimentos para municípios de menor IDH-M com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, por meio da concessão de incentivos fiscais e de estimular segmentos econômicos e cadeias produtivas por meio de tratamento diferenciado devem ser consideradas como parâmetros de avaliação das renúncias de receita de ICMS efetivadas pelo Estado por meio da Política de Incentivos ao desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará e do Regime de Tratamento Diferenciado- RTD.

Considerando-se a concentração em regiões de maior desenvolvimento dos benefícios tributários concedidos por meio da Política de Incentivos e na Indústria da Carne por meio de RTD a situação requer a avaliação pelo Poder Executivo das políticas públicas efetivadas por meio da concessão de benefícios tributários de ICMS, para verificação de sua eficácia e validade, com base na sua razão instituidora.

### 3.3.8. Programação das despesas com Educação e Saúde

Por determinação constitucional, CF/88 (art. 212) e CE/89 (art. 283), o Estado deve aplicar no mínimo 25% e 12% da Receita Líquida de Impostos (RLI)(26), respectivamente, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nos serviços públicos de saúde.

A RLI calculada com base nas receitas previstas na LOA/2021 é de R\$19,8 bilhões conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 3.24 – Cálculo da Receita Líquida Resultante de Impostos – LOA/2021.**

(Em R\$ milhares)	
Receita Líquida Resultante de Impostos	Previsão Inicial
<b>Receita de Impostos (I)</b>	16.586.317
<b>Receita Resultante do ICMS</b>	14.320.960
ICMS	14.124.890
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS	29.911
<b>Receita Resultante do ITCD</b>	38.535
ITCD	34.445
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITCD	3.527
<b>Receita Resultante do IPVA</b>	720.595
IPVA	705.457
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPVA	15.138
<b>Receita Resultante do IRRF</b>	1.506.226
<b>Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)</b>	<b>7.264.418</b>
Cota-Parte FPE	6.175.606
Cota-Parte IPI-Exportação	382.166
Cota-Parte sobre OP, câmbio e seguros, Tít. e Valores mobiliários – Comercialização do ouro	3.689
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	462.956
ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	240.000

(25) CORREIA NETO, Celso de Barros. O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no direito brasileiro. 2013. Tese (Doutorado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.2.2013.tde-15082013-084732. Acesso em: 12/04/22.

(26) A Receita Líquida de Impostos (RLI) é obtida pela diferença entre o total da receita de impostos e o total das deduções de transferências constitucionais (MDF 10ª ed., p.288)

Receita Líquida Resultante de Impostos	Previsão Inicial
<b>Deduções de Transferências Constitucionais aos Municípios (III)</b>	<b>4.036.079</b>
Parcela do ICMS repassada aos Municípios (25%)	3.580.240
Parcela DO IPVA Repassada aos Municípios (50%)	360.298
Parcela da cota-parte do IPI-Exportação repassada aos municípios (25%)	95.542
<b>Total da Receita Líquida Resultante de Impostos (IV) = (I) + (II) – (III)</b>	<b>19.814.657</b>
<b>Total da RLI base para cálculo do % mínimo em saúde (não considera o IOF ouro)</b>	<b>19.810.968</b>

Fonte: OGE/2021 e BO.

Elaboração TCE-PA.

<sup>1</sup> Dotações programadas na LOA/2021 sem dedução do FUNDEB.

Como pode ser visualizado na tabela abaixo, o Poder Executivo estadual programou aplicar, em 2021, R\$4,9 bilhões nas ações de MDE correspondendo a 25,14% da RLI (R\$19,8 bilhões), acima, portanto do limite mínimo constitucional.

**Tabela 3.25 – Cálculo do percentual estimado de gastos com Educação – LOA/2021.**

(Em R\$ milhares)

Especificação	Valor
<b>1.Receita Líquida Resultante De Impostos (I)</b>	<b>19.814.657</b>
<b>2.Despesas para Fins do Limite Constitucional (II)</b>	<b>4.980.850</b>
<b>2.1 Despesas com MDE custeadas com receita de impostos (exceto FUNDEB)</b>	<b>1.359.894</b>
Educação Infantil	60
Ensino Fundamental	50.855
Ensino Médio	48.095
Ensino Superior	42.536
Despesas Vinculadas ao Ensino Profissional não Integrada ao Ensino Regular	1.218.408
<b>2.2 Despesas custeadas com recursos do FUNDEB</b>	<b>2.633.375</b>
Profissionais da educação básica	1.848.848
Ensino Fundamental	777.748
Ensino Médio	1.071.100
Outras despesas	784.527
Ensino Fundamental	267.532
Ensino Médio	516.995
<b>2.3 Resultado Líquido Negativo das Transferências do Fundeb</b>	<b>987.581</b>
<b>% de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino sobre a Receita Líquida de Impostos (II/I x 100)</b>	<b>25,14</b>

Fonte: LOA/2021 e BO.

Elaboração TCE-PA.

Com relação à saúde, a LOA 2021, conforme demonstrado na tabela a seguir, apresentou autorização para realização de despesas na ordem de R\$2,8 bilhões (valor líquido), o que corresponde a 14,40% da RLI (R\$19,8 bilhões), acima, portanto, do limite percentual mínimo estabelecido.

**Tabela 3.26 – Cálculo do percentual da RLI programado para aplicação em Saúde – LOA/2021.**

(Em R\$ milhares)

Especificação	Valor
<b>Receita Líquida Resultante de Impostos (I)</b>	<b>19.810.968</b>
<b>Despesas com Saúde (II)</b>	<b>2.852.103</b>
Atenção Básica	50.934
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.387.172
Vigilância e Epidemiológica	5.522
Outras Subfunções	1.408.475
<b>% de aplicação em saúde sobre a Receita Líquida de Impostos (II/I x 100)</b>	<b>14,40</b>

Fonte: LOA/2021 e BO.

Elaboração TCE-PA

Informa-se que, para fins de cálculo do limite de gastos com a saúde, o Resultado Líquido Resultante de Impostos difere do cálculo do limite de gastos com a educação, por não computar as receitas de transferências “Cota-Parte sobre OP, câmbio e seguros, Títulos e Valores mobiliários – Comercialização do ouro”.

### 3.3.9. Regra de Ouro

De acordo com o disposto no art. 167, III da Constituição Federal de 1988, as operações de crédito não podem exceder as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Assim, tem-se o dispositivo conhecido como regra de ouro.

A LRF em seu art. 12, § 2º, determina que o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

O constituinte ao vedar que as operações de crédito excedam as despesas de capital objetivou impedir que o Estado realize empréstimos para bancar despesas correntes, como pessoal, despesas administrativas e principalmente juros.

A LOA/2021, previu receitas com operações de crédito internas e externas no montante de R\$928,4 milhões, não excedendo, portanto, ao montante fixado para as despesas de capital de R\$3,1 bilhões, adequando-se ao dispositivo legal supramencionado.

## 3.4. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é estruturada em três documentos: Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e Orçamento de Investimento. O Orçamento Fiscal é o principal e o mais abrangente deles, compreendendo a programação dos Poderes, dos órgãos da administração direta, das autarquias, dos fundos, das fundações, bem como, das empresas públicas e das sociedades de economia mista classificadas como estatais dependentes.

O Orçamento da Seguridade Social abrange as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta. Conforme dispõe o art. 261 da Constituição do Estado do Pará, “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição”.

O Orçamento de Investimento demonstra a programação das estatais não dependentes, o qual será abordado em um item específico deste relatório. Destaca-se que A LOA(27) do estado do Pará estimou, para o exercício de 2021, receitas no montante de R\$31,0 bilhões, sendo R\$27,1 bilhões referentes ao Orçamento Fiscal e R\$3,9 bilhões referentes ao Orçamento da Seguridade Social.

Os tópicos a seguir tratam das análises das alterações desses orçamentos e do comportamento da receita e da despesa frente aos valores planejados, bem como, versam sobre a vinculação da receita arrecadada e da despesa realizada, por fonte de recursos. Aborda-se, ainda, o resultado obtido do confronto entre ambas: déficit/superávit.

(27) Lei nº 9.160, de 6 de janeiro de 2021.

### 3.4.1. Alterações Orçamentárias

Após a aprovação da LOA podem ocorrer situações imprevisíveis que demandem alteração orçamentária. Dentre os mecanismos legais que permitem essa modificação estão os créditos adicionais.

Os créditos adicionais, autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei do orçamento, são classificados como Suplementares (destinados a reforçar orçamento), Especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e Extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública), conforme mecanismos previstos na Lei nº 4.320/1964, que trata de Normas Gerais de Direito Financeiro.

A LOA/2021, em consonância com a CE/89, art. 205, § 7º, e as normas de direito orçamentário e financeiro, enumerou situações específicas que autorizam a criação de créditos suplementares:

Lei nº 9.160 (LOA/2021)

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares com a finalidade de reforçar dotações orçamentárias, à conta de:

- I. Excesso de arrecadação, verificado no exercício financeiro, observando as fontes e ações referentes;
- II. Operações de crédito autorizadas, até o limite autorizado em lei específica que autorize a contratação da operação de crédito;
- III. Superávit financeiro, até o limite apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;
- IV. Reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, até o limite consignado no orçamento;
- V. Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos fiscal e da seguridade social, observado, neste caso, o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do orçamento.

Adicionalmente, o art. 1º da Lei nº 9.236/2021, que alterou a Lei nº 9.039/2020, autorizou a abertura de Crédito Especial no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Pará de 2021, no valor de até R\$800 milhões, na forma do art. 41, II da Lei Federal nº 4.320/1964. O referido artigo da Lei nº 9.236/2021 autorizou, ainda, no § 2º, o Poder Executivo Estadual a reforçar o valor previsto, observado o limite fixado, mediante abertura de novos créditos especiais e na ocorrência de uma das hipóteses do art. 43, §1º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Em complemento, o art. 2º da Lei nº 9.236/2021 assim dispôs:

Art. 2º O Poder Executivo abrirá os créditos necessários com a ação (projeto/atividade) de nome “COVIDPARÁ” em favor de todos os órgãos, entidades ou unidades orçamentárias que venham a executar ações de combate e prevenção ao coronavírus e mitigação de seus efeitos, desde que não ultrapasse o limite previsto no art. 1º desta Lei. As dotações orçamentárias do período, bem como, a movimentação dos créditos adicionais, estão demonstradas na tabela a seguir.

Neste contexto, a tabela a seguir detalha as dotações, os créditos adicionais, os acréscimos e as reduções orçamentárias, portanto, as alterações orçamentárias ocorridas em 2021, por Poder e Órgão:

**Tabela 3.27** – Dotações, créditos adicionais, acréscimos e reduções orçamentárias por Poder e Órgão – 2021.  
(Em R\$ milhares)

Acréscimos e Reduções	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Total	A.V%
<b>Dotação Inicial (I)</b>	<b>28.081.822</b>	<b>1.020.474</b>	<b>1.352.350</b>	<b>624.693</b>	<b>31.079.339</b>	<b>100,00</b>
<b>Créditos Adicionais (II) = III + IV</b>	<b>11.261.498</b>	<b>204.214</b>	<b>234.323</b>	<b>164.072</b>	<b>11.864.107</b>	<b>38,17</b>
<b>Créditos Suplementares (III)</b>	<b>9.899.157</b>	<b>204.214</b>	<b>234.323</b>	<b>164.072</b>	<b>10.501.767</b>	<b>33,79</b>
Excesso de Arrecadação	3.673.953	140.137	138.328	-	3.952.419	12,72
Superávit Financeiro	2.834.103	14.032	16.227	51.531	2.915.893	9,38
Operação de Crédito	-	-	-	-	-	-
Anulação Créd. Adicionais - Outros Poderes	17.630	50.046	79.768	112.540	259.984	0,84
Anulação Total ou Parcial	3.373.471	-	-	-	3.373.471	10,85
<b>Créditos Especiais (IV)</b>	<b>1.362.341</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.362.341</b>	<b>4,38</b>
Excesso de Arrecadação	108.383	-	-	-	108.383	0,35
Superávit Financeiro	669.805	-	-	-	669.805	2,16
Anulação	584.153	-	-	-	584.153	1,88
<b>Dotação Cancelada (V)</b>	<b>3.963.288</b>	<b>62.011</b>	<b>79.768</b>	<b>112.540</b>	<b>4.217.608</b>	<b>13,57</b>
Cancelamento Dotação Suplementar	3.354.393	62.011	79.768	112.540	3.608.713	11,61
Cancelamento Dotação Especial	608.895	-	-	-	608.895	1,96
<b>Movimento de Crédito (VI) = a - b</b>	<b>49.222</b>	<b>-12.733</b>	<b>-17.757</b>	<b>-18.732</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
Provisão Recebida (a)	5.064.678	24.911	13.650	-	5.103.239	16,42
Provisão concedida (b)	5.064.678	24.911	13.650	-	5.103.239	16,42
Créditos Recebidos (a)	4.458.005	-	2.642	-	4.460.647	14,35
Créditos Concedidos (b)	4.408.784	12.733	20.399	18.732	4.460.647	14,35
<b>Dotação Atualizada (VII) = I + II - V + VI</b>	<b>35.429.253</b>	<b>1.149.944</b>	<b>1.489.148</b>	<b>657.493</b>	<b>38.725.838</b>	<b>124,60</b>
<b>Acréscimo de dotação</b>	<b>7.347.431</b>	<b>129.470</b>	<b>136.798</b>	<b>32.800</b>	<b>7.646.500</b>	<b>24,60</b>
Acréscimo % Poder e Órgão	26,16	12,69	10,12	5,25	24,60	0,00

Fonte: Siafem, 2021.

Durante a execução orçamentária houve abertura de créditos suplementares (R\$10,5 bilhões) e especiais (R\$1,3 bilhão), como também, cancelamentos de dotação (R\$4,2 milhões), que resultaram em acréscimo de dotação de R\$7,6 bilhões, equivalente a 24,60% do orçamento inicial previsto de R\$31 bilhões, perfazendo dotação atualizada de R\$38,7 bilhões. Destaca-se que, à conta de anulação parcial ou total de dotação orçamentária, estão incluídos cancelamentos da reserva de contingência, no montante de R\$174,3 milhões.

Os créditos adicionais abertos por superávit financeiro totalizaram R\$2,9 bilhões. Essa fonte, diferentemente dos custeados com excesso de arrecadação e operação de crédito, causa desequilíbrio entre a previsão/fixação atualizada e na execução da receita e da despesa, visto que o superávit financeiro não pode ser computado como receita do exercício, por força do disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964(28), porém sua utilização é fonte de investimento como dispêndio.

A atualização do orçamento, constituída de acréscimos e reduções decorrentes da abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2021, gerou acréscimo nos orçamentos dos Poderes nos seguintes percentuais: Executivo (26,16%), Legislativo (12,69%), Judiciário (10,12%) e Ministério Público (5,25%).

Quanto aos limites impostos na Lei nº 9.160/2021, art. 6º, V, o Poder Executivo abriu créditos adicionais suplementares pela fonte Anulação Total ou Parcial de dotação no montante de R\$3,3 bilhões, equivalente a 10,85% do orçamento inicial. Portanto, sem considerar a anulação de outros Poderes permitida pela LOA, bem como, a anulação dos créditos especiais (R\$584,1 milhões), o valor bruto demonstra-se inferior ao limite estabelecido na referida lei.

(28) Pertencem ao exercício financeiro: I – as receitas nele arrecadadas e II – as despesas nele legalmente empenhadas.

### 3.4.2. Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos, constituindo-se instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas. São fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações, cuja finalidade principal é atender às necessidades públicas e às demandas da sociedade.

Essas receitas transitam pelo patrimônio do poder público, aumentam o saldo financeiro, e, via de regra, estão previstas na Lei Orçamentária Anual por força do Princípio Orçamentário da Universalidade.

Em razão do disposto no art. 57 da Lei nº 4.320/1964, o qual aduz que “serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento”, a ausência formal do registro de previsão não retira o caráter orçamentário.

Para os fins do artigo supramencionado, não se consideram receitas orçamentárias as operações de crédito por antecipação de receita, as emissões de papel moeda e outras entradas compensatórias (Lei nº 4.320, art. 3º, parágrafo único).

No fluxo de reconhecimento dos ingressos orçamentários, algumas considerações acerca das receitas brutas, das deduções, das receitas líquidas e das receitas intraorçamentárias são necessárias para melhor compreensão do tema.

Considera-se como receita bruta o total das receitas ingressadas nos cofres públicos em decorrência de fatos orçamentários. Embora arrecadadas pelos Entes e classificadas como orçamentárias, nem todas poderão ser utilizadas para custear as ações governamentais fixadas na lei orçamentária, devendo, assim, serem deduzidas da receita bruta.

No estado do Pará, são consideradas deduções da receita bruta: a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), as restituições da receita tributária e o rendimento negativo da aplicação financeira dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Excluindo as deduções da receita bruta, tem-se a receita orçamentária, que dará cobertura às despesas orçamentárias do exercício.

As receitas intraorçamentárias são aquelas decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do mesmo ente federativo. Não representam novas entradas de recursos, e sim contrapartidas das despesas realizadas. O objetivo do registro é evitar a duplicidade na consolidação das contas públicas.

Desse modo, as análises seguintes demonstram as receitas arrecadadas pelo governo do Estado, confrontando-as com as correspondentes previsões na LOA, suas composições e comportamento nos últimos anos.

#### 3.4.2.1. Receita Bruta e Deduções

No exercício de 2021, a receita bruta arrecadada foi R\$39,6 bilhões, a qual, após sofrer deduções e restituições no valor total de R\$4,4 bilhões, resultou na receita orçamentária de R\$35,2 bilhões, conforme demonstrativo a seguir:

**Tabela 3.28 – Receita Bruta e deduções– 2021.**

(Em R\$ milhares)

Composição da Receita e Deduções	Receita Realizada	A.V. %
<b>Receita Bruta (I)</b>	<b>39.639.686</b>	<b>100,00</b>
Receitas Correntes	37.546.363	94,72
Receitas de Capital	598.888	1,51
Receitas Intraorçamentárias	1.494.435	3,77
<b>(-) Deduções e Restituições das Receitas Correntes (II = III + IV + VII)</b>	<b>4.417.591</b>	<b>11,14</b>
<b>Restituições da Receita de Impostos (III)</b>	<b>924</b>	<b>0,00</b>
IRRF	5	0,00
IPVA	213	0,00
ITCMD	136	0,00
ICMS	571	0,00
<b>Deduções da Receita para o Fundeb (IV = V + VI)</b>	<b>4.275.767</b>	<b>10,79</b>
<b>Deduções da Receita de Impostos para o Fundeb (V)</b>	<b>2.631.827</b>	<b>6,64</b>
Dedução da receita do IPVA para formação do Fundeb	78.354	0,20
Dedução da receita do ITCMD para formação do Fundeb	11.394	0,03
Dedução da receita do ICMS para formação do Fundeb	2.542.079	6,41
<b>Deduções das Transferências para o Fundeb (VI)</b>	<b>1.643.940</b>	<b>4,15</b>
Cota-parte do FPE	1.554.007	3,92
Cota-parte do IPI	89.933	0,23
<b>Deduções da Receita Patrimonial (Perdas dos Investimentos do RPPS) (VII)</b>	<b>141.819</b>	<b>0,36</b>
<b>= Receita Orçamentária (VIII= I – II)</b>	<b>35.222.095</b>	<b>88,86</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Em análise às informações demonstradas, observa-se que as receitas correntes representaram 94,72% da receita bruta do exercício de 2021. Uma vez que as receitas correntes aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, significa dizer que o percentual atingido revela a existência de margem para financiar os objetivos definidos nos programas e ações correspondentes às políticas públicas.

Em relação às receitas de capital, os ingressos provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; de conversão (alienação), em espécie, de bens e direitos; de recursos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital; e, ainda, do superávit do orçamento corrente; corresponderam ao percentual de 1,51% do montante total arrecadado.

Quanto às operações intra-orçamentárias, o percentual de receita arrecadada no exercício foi de 3,77%. Constata-se ainda que as deduções da receita bruta corresponderam a 11,14% da referida receita de 2021, com grande representatividade daquelas relacionadas ao Fundeb.

Quanto ao tema, registra-se que, no estado do Pará, os repasses constitucionais aos municípios, decorrentes da participação na arrecadação de impostos (ICMS, IPVA e ITCMD), não integram o cômputo das deduções, constituindo-se como despesas orçamentárias no grupo outras despesas correntes, na modalidade de aplicação 40 (Transferências a Municípios).

### 3.4.2.2. Receita arrecadada e comparativo com a receita prevista atualizada

Em relação ao exercício de 2021, a LOA do Estado do Pará previu, para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a arrecadação inicial de receita na ordem de R\$31 bilhões, que, sem considerar o superávit financeiro utilizado como fonte para abertura de créditos Adicionais, obteve a previsão atualizada para 35,1 bilhões, 13,07% superior à previsão original.

Ao se comparar com a previsão atualizada, o estado do Pará apresentou, ao final do exercício, excesso de arrecadação de R\$81,9 milhões, equivalente a 0,23%. Tal excesso se deve ao desempenho na realização das receitas correntes e intraorçamentárias que compensaram a insuficiência de arrecadação das receitas de capital.

O comparativo entre a receita prevista atualizada e a arrecadada se encontra disponível na tabela a seguir.

**Tabela 3.29 – Receita prevista e realizada por categoria econômica e origem – 2021.**

(Em R\$ milhares)

DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada (a)	Realizada (b)	Var. % (b/a)	A.V. (b) %
<b>RECEITA EXCETO A INTRAORÇAMENTÁRIA (I)=(II + III)</b>	<b>33.677.956</b>	<b>33.727.661</b>	<b>0,15</b>	<b>95,76</b>
<b>Receitas Correntes (II)</b>	<b>32.641.868</b>	<b>33.128.772</b>	<b>1,49</b>	<b>94,06</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	18.768.144	18.081.529	-3,66	51,34
Receita de Contribuições	1.431.921	1.151.731	-19,57	3,27
Receita Patrimonial	673.232	572.462	-14,97	1,63
Receita Agropecuária	1.699	15	-99,13	0,00
Receita Industrial	17.214	9.523	-44,68	0,03
Receitas de Serviços	1.152.892	946.304	-17,92	2,69
Transferências Correntes	10.101.668	11.884.663	-7,65	33,74
Outras Receitas Correntes	495.099	482.547	-2,54	1,37
<b>Receitas de Capital (III)</b>	<b>1.036.087</b>	<b>598.888</b>	<b>-42,20</b>	<b>1,70</b>
Operações de Crédito	928.404	509.277	-45,14	1,45
Alienação de Bens	18.998	12.757	-32,85	0,04
Amortizações de Empréstimos	10.951	38.317	249,90	0,11
Transferências de Capital	77.734	38.538	-50,42	0,11
<b>Receitas Intraorçamentárias (IV)</b>	<b>1.462.185</b>	<b>1.494.435</b>	<b>2,21</b>	<b>4,24</b>
<b>TOTAL (V) = (I + IV)</b>	<b>35.140.141</b>	<b>35.222.095</b>	<b>0,23</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Pontua-se que na previsão atualizada em evidência estão computadas, conforme orientação da STN(29), as reestimativas das receitas orçamentárias provenientes de créditos adicionais abertos com fontes de excesso de arrecadação. Dessa forma, a comparação entre a quantia realizada e o orçamento atualizado, para fins de análise do desempenho da arrecadação, deve levar em conta os efeitos desses acréscimos.

Feitas tais observações, demonstra-se na sequência a análise da receita realizada, já consideradas as respectivas deduções. Para tanto, utilizou-se a classificação orçamentária por natureza de receita, em nível de categoria econômica (receitas correntes e receitas de capital).

## RECEITAS CORRENTES

Conforme a tabela supramencionada, as receitas correntes(30) arrecadadas no exercício de 2021, no montante de R\$33,1 bilhões, corresponderam a 94,06% do total da receita realizada. A arrecadação das origens de receita Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, no valor de R\$18 bilhões, bem como, de Transferências Correntes, no valor R\$11,8 bilhões, equivalentes respectivamente a 51,34% e a 33,74% do total arrecadado,

(29) Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8ª Edição.

(30) Receitas correntes são aquelas arrecadadas dentro do exercício financeiro; aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, visando atender aos anseios da sociedade.



justifica a expressividade dessa categoria econômica na receita realizada pelo Estado, no período.

As receitas correntes arrecadadas superaram a previsão atualizada em 1,49%. O cenário ocorreu, especialmente, em decorrência do excesso de arrecadação das transferências correntes em 17,65%, em contraponto às frustrações na arrecadação de receitas como: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (-3,66%), de contribuições (-19,57%) e de serviços (-17,92%).

Evidenciam-se, a seguir, as análises realizadas na origem<sup>(31)</sup> das receitas correntes que mais se destacaram no exercício. Em razão da relevância e da materialidade da receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria, essa origem será tratada em tópico específico (Receita Própria Arrecadada).

### Transferências Correntes

As transferências correntes são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, cuja destinação é atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondem a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

As receitas de transferências correntes recebidas em 2021 representaram 33,74% do total da receita realizada no exercício, constituindo-se na segunda maior origem de receita. A tabela a seguir detalha a realização dessa receita.

**Tabela 3.30 – Receita de transferências correntes – 2021.**

(Em R\$ milhares)

RECEITA	Previsão Atualizada (a)	Realizada (b)	Var. % (b/a)	A.V. (b) %
<b>Transferências Correntes</b>	<b>10.101.668</b>	<b>11.884.663</b>	<b>17,65</b>	100,00
Transferências da União e de suas Entidades	8.324.975	9.971.553	19,78	83,90
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.904	3.944	107,18	0,03
Transferências de Instituições Privadas	6.350	146.015	2199,34	1,23
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.768.439	1.763.151	-0,30	14,84

Fonte: Siafem, 2021.

A realização da receita de transferências correntes correspondeu a 17,65% superior à sua previsão atualizada, especialmente em decorrência do aumento das transferências constitucionais, legais e voluntárias, oriundas da União e suas entidades, uma vez que estas corresponderam a 83,9% do total das transferências correntes.

Nos desdobramentos das espécies de transferências correntes, apesar de não estarem evidenciadas na tabela, merecem destaque: a cota-parte fundo de participação dos Estados/DF (R\$6,2 bilhões), outras transferências da União (R\$294,4 milhões), cota-parte de compensação financeira de recursos minerais (R\$728 milhões), cota-parte IPI estados exportadores (R\$509,6 milhões), transferência de recursos do SUS - atenção média/alta complexidade (R\$520,8 milhões), transferência de recursos Sistema Único de Saúde (SUS), Outro Programa de Financiamento fundo a fundo (R\$237,6 milhões) e Fundeb (R\$1,7 bilhão).

### Outras Receitas Correntes

A origem “outras receitas correntes” se constitui em receitas cujas características não permitem o enquadramento nas demais classificações da receita corrente. O montante registrado nessa origem importou em

(31) A subdivisão Origem da Categoria Econômica Receita Corrente é representada em: Receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria; de contribuições; patrimonial; agropecuária; industrial; de serviços; transferências correntes e outras receitas correntes.

R\$482,5 milhões, dos quais 82,82% correspondem aos depósitos judiciais.

**Quadro 3.9 – Outras receitas correntes – Depósitos Judiciais – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Especificação da Receita	Receita Realizada
Rec. Prov. Lei nº 8.312/2015 – Estado é parte	99.311
Rec. Prov. Lei nº 8.312/2015 – Terceiros	300.348

Fonte: Siafem, 2021.

As receitas provenientes de depósitos judiciais, previstas na Lei Estadual nº 8.312/2015, demonstradas no quadro acima, foram classificadas como “outras receitas correntes”, seguindo orientação do art. 5º do Decreto Estadual nº 1.433/2015.

Importa destacar que há dois tipos de recursos referentes a depósitos judiciais transferidos para o Estado, conforme demonstrado do quadro, nos quais: (i) o Estado do Pará é parte no processo e (ii) de terceiros.

Ambos são tratados pelo governo do Estado como receitas correntes. Entretanto, à luz das normas financeiras e também das orientações da STN(32), os depósitos de terceiros (referente aos quais o Estado não é parte na lide) devem ser classificados como receitas de capital.

Portanto, o montante registrado como outras receitas correntes (R\$482,5 milhões) estaria inflado, no mínimo, pelos valores dos quais o Estado não é parte (R\$300,3 milhões), o que repercute, dentre outros, na formação da Receita Corrente Líquida, tratada no item 5.2 deste relatório. O tema depósitos judiciais será destacado em tópico específico deste relatório (4.9.2. Depósitos Judiciais).

## RECEITAS DE CAPITAL

As receitas orçamentárias de capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de atingirem as finalidades públicas.

Entretanto, inversamente ao que ocorre com as receitas correntes, as de capital, em geral, não provocam efeito sobre o patrimônio líquido. Elas são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos.

Em relação às origens das receitas de capital, o exercício de 2021 do estado do Pará apresentou o seguinte cenário:

**Tabela 3.31 – Receitas de capital – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Receita	Previsão Atualizada (a)	Receita Realizada (b)	Var. % (b/a)	A.V. % (b)
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.036.087</b>	<b>598.888</b>	<b>-42,20</b>	<b>100,00</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>928.404</b>	<b>509.277</b>	<b>-45,14</b>	<b>85,04</b>
Operações de Crédito - Internas	436.714	177.550	-59,34	29,65
Operações de Crédito - Externas	491.691	331.727	-32,53	55,39
<b>Alienação de Bens</b>	<b>18.998</b>	<b>12.757</b>	<b>-32,85</b>	<b>2,13</b>
<b>Amortizações de Empréstimos</b>	<b>10.951</b>	<b>38.317</b>	<b>249,90</b>	<b>6,40</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>77.734</b>	<b>38.538</b>	<b>-50,42</b>	<b>6,43</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Em análise à tabela supra, com exceção das amortizações de empréstimos, que representam 6,4% do total das receitas de capital, todas as demais registraram insuficiência de arrecadação. Em razão disso, as receitas de capital realizadas em 2021 foram frustradas em 42,2%, representando R\$437,2 milhões a menor do que o valor previsto.

As mais representativas receitas de capital foram as operações de crédito(33), que corresponderam a 85,04% do total dessas receitas realizadas no período. Por outro lado, o valor realizado de R\$509,2 milhões ficou aquém do inicialmente previsto (R\$928,4 milhões), situação verificada tanto nas operações internas (-59,34%), quanto nas externas (-32,53%).

Cumprir destacar que as contratações de operações de crédito possuem limites estabelecidos na Resolução do Senado nº 43/2001, cujas análises estão efetuadas em tópico próprio deste relatório.

### 3.4.2.2.1 Metas bimestrais de arrecadação

Em relação às metas de arrecadação, o art. 13 da LRF dispõe que, até 30 dias após a publicação dos orçamentos, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O Poder Executivo, por meio dos Decretos Estaduais nº 1.278/2021, nº 1.518/2021 e nº 1.821/2021(34), estabeleceu as metas quadrimestrais da receita do Estado, desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, totalizando ao final de 2021 a meta de R\$31,5 bilhões. Verificou-se, contudo, que o montante arrecadado no exercício foi superior que a previsão, importando na realização de R\$35,2 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 3.32 – Metas bimestrais de arrecadação – 2021.**

(Em R\$ milhares)							
Receita	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Total
Meta Prevista de Arrecadação (I)	5.068.386	4.846.029	4.910.704	5.261.953	5.556.538	5.875.753	31.519.362
Receita Arrecadada (II)	5.646.234	4.984.408	5.766.700	5.707.836	6.242.308	6.874.609	35.222.095
<b>Excesso (III) = II – I</b>	<b>577.848</b>	<b>138.379</b>	<b>855.997</b>	<b>445.883</b>	<b>685.770</b>	<b>998.856</b>	<b>3.702.733</b>

Fonte: Siafem, 2021.

O estabelecimento de metas de arrecadação é fundamental para fins de controle, especialmente para que os governos não gastem mais do que arrecadam. Em 2021, o estado do Pará arrecadou R\$35,2 bilhões, equivalentes a 111,7% da meta estabelecida, decorrente do acúmulo de excesso de arrecadação em todos os bimestres, resultando em um incremento de R\$3,7 bilhões.

### 3.4.2.3. Receita Própria Arrecadada

Para fins de comparação, a tabela a seguir apresenta a receita própria do Estado prevista (inicial e atualizada) e a realizada no exercício de 2021, considerando-se os valores líquidos, ou seja, abatidas as restituições, os rendimentos negativos do RPPS e a dedução do Fundeb.

(33) As operações de crédito dos entes públicos são recursos financeiros oriundos da constituição de dívida (empréstimos e financiamentos), que se subdividem nas espécies: internas, quando contratadas com credores situados no país, e externas, quando contratadas com agências de países estrangeiros, organismos internacionais ou instituições financeiras estrangeiras.

(34) Decreto nº 1278 de 19.01.2021 publicado no DOE 20.01.2021, Decreto Nº 1518 de 29.04.2021 publicado no DOE 03.05.2021 e Decreto Nº 1821 de 30.08.2021 publicado no DOE 31.08.2021.

Observa-se que, no exercício de 2021, houve excesso de arrecadação na receita própria na ordem de R\$1,9 bilhão, quando comparada com a previsão inicial, uma vez que as receitas realizadas atingiram a cifra de R\$22,8 bilhões, enquanto que a previsão inicial das receitas próprias(35) foi de R\$20,9 bilhões. O excesso constituiu fonte para abertura de créditos adicionais no período, atualizando para mais a previsão da receita.

**Tabela 3.33 – Receita própria do Estado – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Receita	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Var. % (c/b)	A.V. (c) %
<b>Receitas Exceto a Intraorçamentária (I)</b>	<b>19.441.496</b>	<b>22.570.150</b>	<b>21.295.184</b>	<b>-5,65</b>	<b>93,44</b>
<b>Receitas Correntes (II)</b>	<b>19.441.548</b>	<b>22.540.201</b>	<b>21.244.110</b>	<b>-5,75</b>	<b>93,22</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.672.987	18.768.144	18.081.529	-3,66	79,34
<b>Impostos</b>	<b>14.358.407</b>	<b>17.450.901</b>	<b>16.707.707</b>	<b>-4,26</b>	<b>73,31</b>
IRRF	1.506.227	1.506.227	1.557.519	3,41	6,83
IPVA	648.536	702.348	703.276	0,13	3,09
ITCD	30.828	30.828	45.035	46,08	0,20
ICMS	12.172.817	15.211.498	14.401.878	-5,32	63,19
<b>Taxas</b>	<b>1.314.580</b>	<b>1.317.244</b>	<b>1.373.822</b>	<b>4,30</b>	<b>6,03</b>
Receita de Contribuições	1.402.381	1.431.921	1.151.731	-19,57	5,05
Receita Patrimonial	671.203	673.232	572.462	-14,97	2,51
Receita Agropecuária	1.122	1.699	15	-99,13	0,00
Receita Industrial	17.214	17.214	9.523	-44,68	0,04
Receitas de Serviços	1.152.892	1.152.892	946.304	-17,92	4,15
Outras Receitas Correntes	493.750	495.099	482.547	-2,54	2,12
<b>Receitas de Capital (III)</b>	<b>29.949</b>	<b>29.949</b>	<b>51.074</b>	<b>70,54</b>	<b>0,22</b>
Alienação de Bens	18.998	18.998	12.757	-32,85	0,06
Amortizações de Empréstimos	10.951	10.951	38.317	249,90	0,17
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
<b>Receitas Intraorçamentárias (IV)</b>	<b>1.462.185</b>	<b>1.462.185</b>	<b>1.494.435</b>	<b>2,21</b>	<b>6,56</b>
<b>Total (V) = (I + IV)</b>	<b>20.903.681</b>	<b>24.032.335</b>	<b>22.789.618</b>	<b>-5,17</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

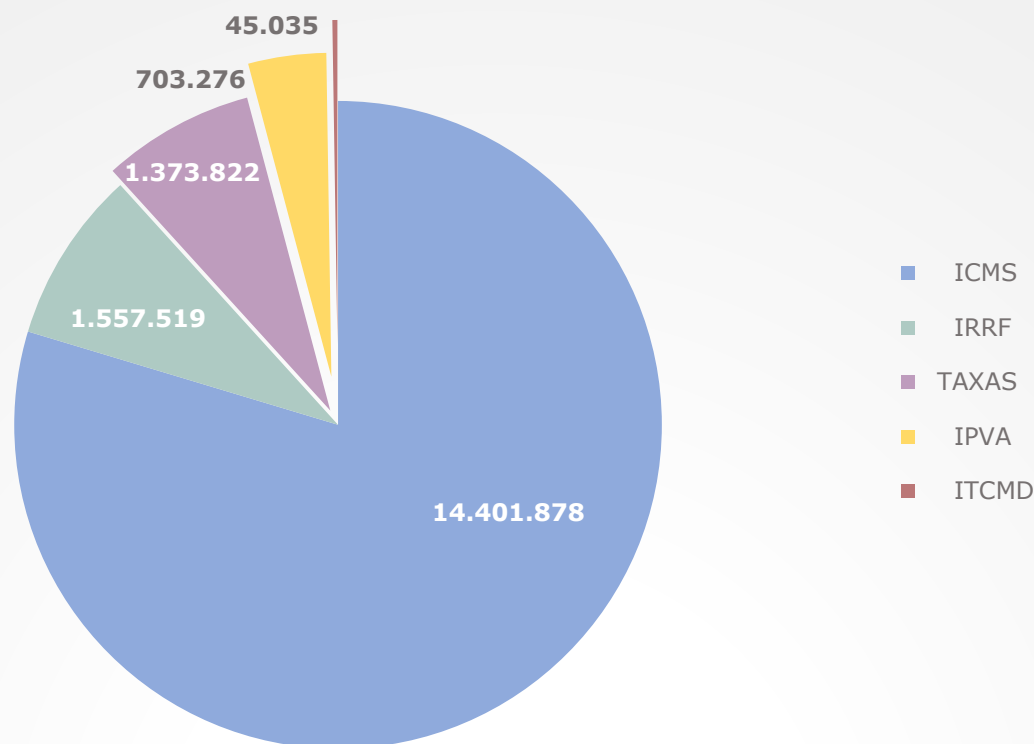
Comparando-se a receita total arrecadada com a previsão atualizada, verifica-se frustração de 5,17% na arrecadação de recursos próprios. Essa variação negativa deve-se ao acréscimo efetuado na previsão atualizada pelos créditos orçamentários abertos.

Os impostos arrecadados totalizaram R\$16,7 bilhões, com destaque para o ICMS, maior fonte de renda fiscal do governo, com amplo campo de incidência, representando 63,19% do total das receitas próprias do Estado, enquanto que o IRRF, o IPVA e o ITCD responderam juntos por 10,12% desse total. A representatividade dos impostos, taxas e contribuições na receita tributária do período está demonstrada no gráfico a seguir:

(35) As receitas próprias são arrecadações obtidas em razão da atuação econômica das entidades públicas no mercado, de acordo com o conceito da Secretaria do Tesouro Nacional (2022), disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>. Essa receita é composta das receitas correntes (receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria; de contribuições; patrimonial; agropecuária; industrial; de serviço e de outras receitas correntes), bem como pelas receitas de capital (alienação de bens e amortização de empréstimos).

**Gráfico 3.10** – Receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria – 2021.

(Em R\$ milhares)



Fonte: Siafem, 2021.

Em decorrência do período crítico de pandemia vivenciado em 2021, algumas ações dos governos federal e do estado do Pará, que vinham sendo realizadas desde 2020, continuaram a contribuir para a estabilização da arrecadação do ICMS, dentre elas o auxílio emergencial do governo federal e o programa “Renda Pará”.

Esses instrumentos de política fiscal expansionista – aumento dos gastos do governo por meio das transferências de recursos para a população – têm efeito direto na demanda agregada, já que são um de seus componentes, juntamente com o consumo das famílias, o investimento das empresas e as exportações líquidas. Trata-se de tipo de política utilizada quando se deseja incentivar o aumento da demanda agregada.

Como a Covid-19 gerou um desaquecimento na economia, isso provocou uma redução natural da demanda agregada. O efeito da aplicação desse tipo de política fiscal expansionista, nesse cenário, é benéfico, pois gera pouca pressão inflacionária e incentiva o consumo, deslocando a curva de demanda novamente em direção ao equilíbrio.

O estado do Pará injetou R\$66,4 milhões na economia paraense com a segunda etapa do “Renda Pará” no exercício de 2021, beneficiando 664,1 mil pessoas com a cota única de R\$100,00. Ainda em 2021, o Estado iniciou a terceira etapa do programa, disponibilizando a primeira de duas parcelas de R\$100 para 104,2 mil famílias, o que representou um investimento de R\$10,4 milhões na economia.

Quanto à União, o ente disponibilizou cinco parcelas mensais de R\$600,00 a R\$1.200,00 para 11,9 milhões de residentes no estado do Pará. Portanto, ambos injetaram, respectivamente, R\$76,8 milhões<sup>(36)</sup> (Estado) e R\$16 bilhões<sup>(37)</sup> (União) na economia paraense durante o exercício.

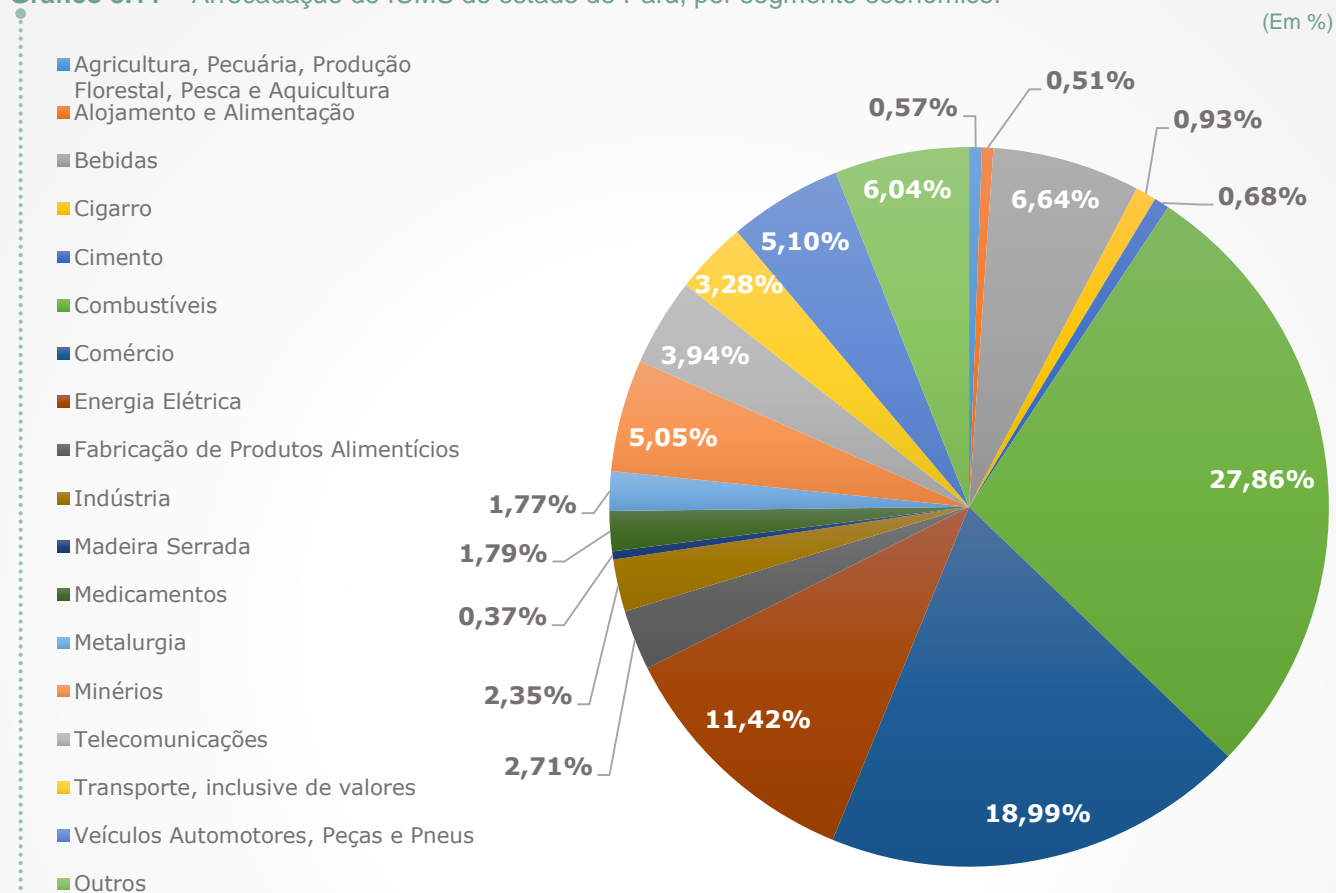
Como esses programas foram direcionados para a população de baixa renda, em regra, tais recursos

(36) Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/34044/>.(37) Disponível em: <https://www.portaldatransparencia.gov.br/beneficios?ano=2021>.

transferidos foram utilizados para a compra de produtos básicos, como mantimentos e produtos para casa; contas do dia a dia como água, gás e energia; compra de medicamentos, etc. Parte desse montante retorna para o Estado por meio da arrecadação de impostos, principalmente o ICMS.

No tocante ao detalhamento à arrecadação do imposto de maior representatividade do Estado, o ICMS, observa-se no gráfico a seguir o percentual arrecadado do tributo por segmento econômico, durante o exercício de 2021:

**Gráfico 3.11 – Arrecadação do ICMS do estado do Pará, por segmento econômico.**



Fonte: Protocolo PAE 2022/263567, seq. 4.

Os segmentos econômicos que mais contribuíram para a arrecadação do ICMS foram Combustíveis (27,86%), Comércio (18,99%) e Energia Elétrica (11,42%). Nesse contexto, destaca-se que os valores de combustíveis(38) e as tarifas de energia elétrica(39) sofreram significativos aumentos durante o exercício de 2021, assim como, o Comércio(40) manteve as atividades em funcionamento ainda que no cenário de pandemia vivenciado, importando no segmento de segunda maior representatividade na arrecadação do imposto.

Em contraponto, existem segmentos que representaram, individualmente, menos de 1% da arrecadação do ICMS em 2021, tais como: Madeira Serrada (0,37%); Alojamento e Alimentação (0,51%); Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (0,57%); Cimento (0,68%) e Cigarro (0,93%).

Quanto às receitas de contribuições (1,1 bilhão), estas corresponderam a 5,05% da receita total arrecadada e apresentaram variação negativa (-19,57%) em comparação à previsão atualizada, conforme tabela da Receita própria do Estado – 2021.

(38) <https://www.cnnbrasil.com.br/business/gasolina-e-diesel-da-petrobras-tem-maior-alta-desde-janeiro-de-2021/#:~:text=O%20levantamento%20ainda%20a-ponta%20que,11%20vezes%20o%20do%20diesel.>  
 (39) <https://www.cnnbrasil.com.br/business/energia-eletrica-aumentou-mais-do-que-o-dobro-da-inflacao-nos-ultimos-anos/#:~:text=Em%202021%20a%20conta%20de,3%25%20entre%202015%20e%202021.>  
 (40) <https://www.oliberal.com/para/paraarrecada-28-7-bilhoes-em-2021-diz-balanco-da-sefa-1.490479.>

A referida origem de receita foi composta por contribuições ao Finaprev, acrescentadas de juros e mora (R\$830 milhões); por contribuições ao Funprev, acrescentadas de juros e mora (R\$50,3 milhões); por demais contribuições sociais (R\$23,4 milhões) e por contribuições do sistema de proteção social dos militares (247,9 milhões), conforme está demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela 3.34 – Receita de contribuições previdenciárias – 2021.**

(Em R\$ milhares)

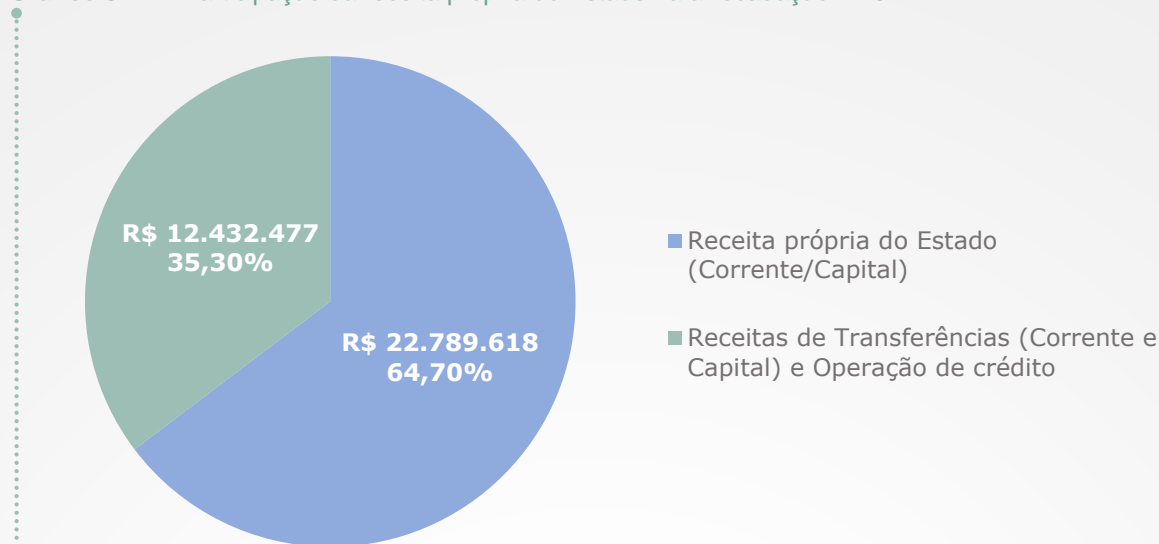
Receita	Atualizada (a)	Receita realizada (b)	Var. % (b/a)	A.V. % (b)
<b>FINANPREV</b>	<b>1.311.123</b>	<b>830.032</b>	<b>-36,69</b>	<b>72,07</b>
<b>Contribuição do Servidor Civil Ativo</b>	<b>922.606</b>	<b>704.964</b>	<b>-23,59</b>	<b>61,21</b>
CPSSS Servidor Ativo Civil - Principal	921.933	704.892	-23,54	61,20
CPSSS Servidor Ativo Civil - Juros	673	72	-89,28	0,01
<b>Contribuição do Servidor Civil Inativo e Pensionista</b>	<b>163.985</b>	<b>121.476</b>	<b>-25,92</b>	<b>10,55</b>
CPSSS Servidor Civil Inativo - Principal	130.860	92.766	-29,11	8,05
CPSSS Servidor Civil Pensionista - Principal	33.125	28.710	-13,33	2,49
<b>Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil</b>	<b>2.280</b>	<b>3.592</b>	<b>57,57</b>	<b>0,31</b>
CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	2.280	3.567	56,45	0,31
CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Juros	0	26	-	0,00
<b>Contribuição do Servidor Militar Ativo</b>	<b>97.679</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contribuição do Militar Ativo - Principal	97.679	0	0,00	0,00
<b>Contribuição do Servidor Militar Inativo e Pensionista</b>	<b>124.573</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contribuição do Militar Inativo - Principal	105.186	0	0,00	0,00
Contribuição dos Pensionistas Militar - Principal	19.387	0	0,00	0,00
<b>FUNPREV</b>	<b>71.239</b>	<b>50.337</b>	<b>-29,34</b>	<b>4,37</b>
<b>Contribuição do Servidor Civil Ativo</b>	<b>71.239</b>	<b>50.337</b>	<b>-29,34</b>	<b>4,37</b>
CPSSS Servidor Ativo Civil – Principal	71.229	50.324	-29,35	4,37
CPSSS Servidor Ativo Civil – Juros	10	0	0,00	0,00
CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	0	13	-	0,00
<b>DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS</b>	<b>49.560</b>	<b>23.405</b>	<b>-52,77</b>	<b>2,03</b>
<b>SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES</b>	<b>0</b>	<b>247.957</b>	<b>-</b>	<b>21,53</b>
<b>Contribuição do Servidor Militar Ativo</b>	<b>0</b>	<b>108.733</b>	<b>-</b>	<b>9,44</b>
Contribuição do Militar Ativo - Principal	0	108.733	-	9,44
<b>Contribuição do Servidor Militar Inativo e Pensionista</b>	<b>0</b>	<b>139.224</b>	<b>-</b>	<b>12,09</b>
Contribuição do Militar Inativo - Principal	0	114.149	-	9,91
Contribuição dos Pensionistas Militar - Principal	0	25.075	-	2,18
<b>TOTAL</b>	<b>1.431.921</b>	<b>1.151.731</b>	<b>-19,57</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Pará que foi instituído por meio da Lei Complementar Estadual nº 39/2002, e é gerido pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev), sofreu significativas mudanças a partir da vigência da Lei Complementar nº 142/2021. Dentre as alterações trazidas pela lei promulgada em 2021, foi instituído o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará e o Igeprev passou a ser denominado de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS). Destaca-se que as receitas e despesas previdenciárias estão evidenciadas no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, constante no item 5.6 deste relatório.

O gráfico a seguir revela que a receita própria arrecadada em 2021 (no valor de R\$22,8 bilhões) e as demais receitas arrecadadas (no montante de 12,4 bilhões) revela autonomia financeira do Estado, uma vez que a receita própria arrecadada é majoritária em relação aos recursos recebidos de terceiros.

**Gráfico 3.12** – Participação da receita própria do Estado na arrecadação – 2021.



Fonte: Siafem, 2021.

Ressalta-se, com relação à receita própria, que a dívida ativa se constitui pelo valor originário de débito (tributário ou não) a favor do governo pelo não pagamento de tributo juridicamente constituído e esgotadas as exigências de prazos e cobranças, abrangendo também a atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

Nesse contexto, conforme tabela a seguir, constata-se uma frustração de 8,18% na arrecadação da dívida ativa do Estado, considerando os acréscimos de multas e juros de mora. Ao final do período de 2021, o Estado arrecadou R\$135,5 milhões:

**Tabela 3.35** – Previsão atualizada x arrecadação da dívida ativa – 2021.

(Em R\$ milhares)

Receita	Previsão Atualizada (a)	Realizada (b)	VAR. % b/a	A. V. "b" %
<b>Dívida Ativa Tributária (I) = II + III</b>	<b>147.583</b>	<b>132.802</b>	<b>-10,02</b>	<b>98,00</b>
<b>Dívida Ativa de Impostos (II)</b>	<b>145.044</b>	132.674	-8,53	97,90
Dívida Ativa IPVA	11.630	19.869	70,84	14,66
Dívida Ativa ITCD	3.445	1.413	-58,99	1,04
Dívida Ativa ICMS	129.969	111.392	-14,29	82,20
<b>Dívida Ativa de Taxas (III)</b>	<b>2.539</b>	<b>128</b>	<b>-94,97</b>	<b>0,09</b>
<b>Dívida Ativa Não Tributária (IV)</b>	<b>-</b>	<b>2.715</b>	<b>-</b>	<b>2,00</b>
<b>Dívida Ativa (V) = I + IV</b>	<b>147.583</b>	<b>135.516</b>	<b>-8,18</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Com exceção do IPVA, todas as demais dívidas ativas tributárias (de impostos e taxas) registraram insuficiência de arrecadação. Além disso, em que pese o Estado não ter previsto ingressos de dívida ativa não tributária, houve arrecadação no valor de R\$2,7 milhões. Destaca-se que a maior insuficiência de arrecadação no período correspondeu a frustração de 94,97% da previsão de dívida ativa de Taxas.

#### 3.4.2.4. Comportamento histórico da Receita Arrecadada

A presente análise se refere ao comportamento da arrecadação das receitas, deduzidas a parcela destinada à formação do Fundeb, as restituições de receitas tributárias e as perdas em aplicações financeiras do RPPS, no período de 2017 a 2021.



A análise abrange o comportamento das receitas por origem e a representatividade delas em comparação ao total, com o fito de avaliar se alguma receita se tornou mais ou menos significativa com o passar dos anos. A princípio, a tabela a seguir apresenta a arrecadação da receita, detalhada por origem, ao longo dos anos de 2017 a 2021.

**Tabela 3.36 – Receita Arrecadada de 2017 a 2021.**

(Em R\$ milhares)

Receita	2017	2018	2019	2020	2021	V.H. % 2018/ 2017	V.H. % 2019/ 2018	V.H. % 2020/ 2019	V.H. % 2021/ 2020
<b>Receita exceto a intraorçamentária (I)</b>	<b>27.409.984</b>	<b>28.212.950</b>	<b>30.416.845</b>	<b>32.941.089</b>	<b>33.727.661</b>	<b>2,93</b>	<b>7,81</b>	<b>8,30</b>	<b>2,39</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>26.894.414</b>	<b>27.189.078</b>	<b>29.813.360</b>	<b>32.022.669</b>	<b>33.128.772</b>	<b>1,10</b>	<b>9,65</b>	<b>7,41</b>	<b>3,45</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	13.667.771	14.247.564	15.657.472	16.605.149	18.081.529	4,24	9,90	6,05	8,89
Impostos	12.717.317	13.281.489	14.241.838	15.246.640	16.707.707	4,44	7,23	7,06	9,58
IRRF	1.423.965	1.476.351	1.617.932	1.599.287	1.557.519	3,68	9,59	-1,15	-2,61
IPVA	591.645	624.855	659.780	675.163	703.276	5,61	5,59	2,33	4,16
ITCD	24.667	45.628	34.114	30.397	45.035	84,98	-25,23	-10,90	48,16
ICMS	10.677.040	11.134.654	11.930.011	12.941.793	14.401.878	4,29	7,14	8,48	11,28
Taxas	950.454	966.076	1.415.634	1.358.509	1.373.822	1,64	46,53	-4,04	1,13
Receitas de Contribuições	1.842.317	1.748.518	893.230	1.133.793	1.151.731	-5,09	-48,92	26,93	1,58
Receita Patrimonial	1.086.767	874.447	1.226.549	542.470	572.462	-19,54	40,27	-55,77	5,53
Receita Agropecuária	190	148	106	15	15	-22,51	-28,29	-85,44	-4,54
Receita Industrial	17.018	19.132	15.447	9.296	9.523	12,42	-19,26	-39,82	2,44
Receita de Serviços	606.241	608.780	1.058.270	970.644	946.304	0,42	73,83	-8,28	-2,51
Transferências Correntes	9.323.044	9.477.817	10.337.343	12.237.937	11.884.663	1,66	9,07	18,39	-2,89
Outras Receitas Correntes	351.066	212.671	624.943	523.364	482.547	-39,42	193,85	-16,25	-7,80
<b>Receitas de Capital</b>	<b>515.570</b>	<b>1.023.872</b>	<b>603.486</b>	<b>918.420</b>	<b>598.889</b>	<b>98,59</b>	<b>-41,06</b>	<b>52,19</b>	<b>-34,79</b>
Operações de Crédito	426.471	930.491	557.696	828.516	509.277	118,18	-40,06	48,56	-38,53
Alienação de Bens	1.567	10.654	10.999	14.465	12.757	579,78	3,25	31,51	-11,81
Amortização de Empréstimos	7.336	12.444	9.381	7.462	38.317	69,63	-24,61	-20,45	413,49
Transferências de Capital	80.196	70.283	25.410	67.977	38.538	-12,36	-63,85	167,52	-43,31
<b>Receita Intraorçamentária (II)</b>	<b>1.374.503</b>	<b>1.616.836</b>	<b>1.422.013</b>	<b>2.225.496</b>	<b>1.494.435</b>	<b>17,63</b>	<b>-12,05</b>	<b>56,50</b>	<b>-32,85</b>
<b>Receita Total III = (I + II)</b>	<b>28.784.487</b>	<b>29.829.786</b>	<b>31.838.858</b>	<b>35.166.585</b>	<b>35.222.095</b>	<b>3,63</b>	<b>6,74</b>	<b>10,45</b>	<b>0,16</b>

Fonte: Siafem, 2017-2021.

De acordo com a tabela, a receita total do Estado sofreu acréscimo em todos os anos analisados, mesmo no período pandêmico de 2020 a 2022. Nos três primeiros anos comparados ao ano imediatamente anterior, a arrecadação revelou crescentes aumentos (3,63% em 2018; 6,74% em 2019; e 10,45% em 2020), ao passo que, entre os exercícios de 2020 e 2021, o incremento importou em pequena variação de 0,16%. Em que pese o acréscimo de 2021 ter sido menor quando comparado aos anos anteriores, observa-se que, em valores absolutos, a arrecadação no exercício foi a maior ao longo dos últimos cinco anos.

Na série histórica apresentada na tabela, verifica-se que o comportamento da origem de receita “transferências correntes” registrou uma redução no último ano de 2,89% (2021/2020), em contraponto aos anos anteriores que demonstraram sucessivos crescimentos, 1,66% (2018/2017), 9,07% (2019/2018) e 18,39% (2020/2019).

Comparando-se os anos de 2020 e 2021 e considerando os efeitos inflacionários do período, o decréscimo percentual de transferências correntes ocorreu em razão da redução dos valores de auxílios financeiros recebidos do Governo Federal, das transferências ministeriais e das doações de pessoas físicas,

jurídicas e de organismos internacionais para o Estado do Pará visando o enfrentamento ao Coronavírus SARS-COV-2 (COVID-19) e mitigação de seus efeitos. Em que pese o enfrentamento à doença ter continuado em 2021, os valores recebidos pelo Estado foram inferiores àqueles recebidos no primeiro ano de pandemia no Brasil.

Destaca-se que a arrecadação da receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria demonstrou comportamento similar ao da receita total ao longo dos anos, com variações positivas em todos os exercícios: em 2018 (4,44%); em 2019 (7,23%); em 2020 (7,06%); e em 2021 (9,58%).

Conforme demonstrado no gráfico a seguir, essa origem de receita apresentou uma série evolutiva na arrecadação com incrementos gradativos, totalizando cerca de R\$3,9 milhões arrecadados a mais em 2021 em comparação a 2017. Observa-se que, em razão dos motivos já tratados no item 3.4.2.3., a arrecadação do estado se manteve em tendência de crescimento mesmo na ocorrência de um cenário pandêmico nos anos de 2020 e 2021.

**Gráfico 3.13** – Receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria – 2017-2021.

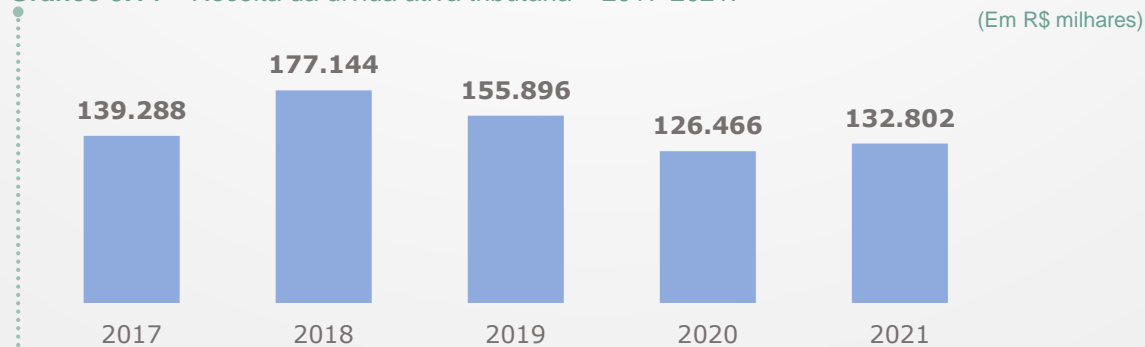


Fonte: Siafem, 2021.

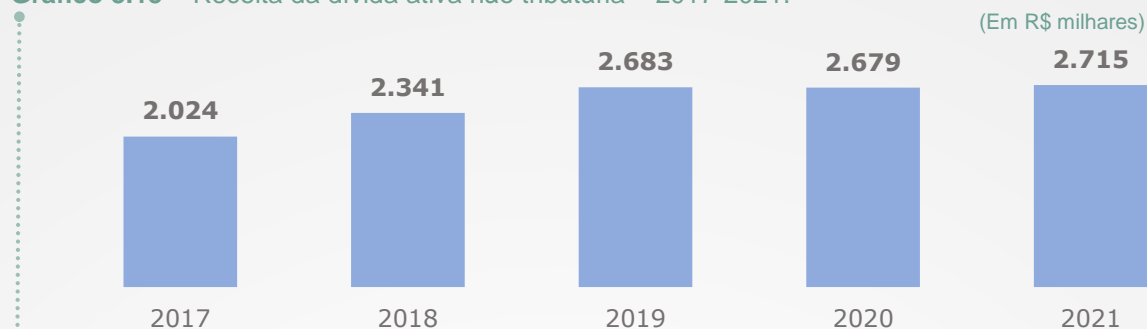
Em relação às receitas de capital, as transferências de capital e operações de crédito apresentaram decréscimo na arrecadação de 43,31% no montante de 29,4 mil, e 38,53%, no montante de R\$319,2 mil, respectivamente, representando as maiores quedas percentuais de recursos no ano, enquanto que as amortizações de empréstimos alcançaram a maior oscilação positiva de percentual no exercício, em torno de 413,49%.

Quanto à receita da dívida ativa, totalizada em R\$135,5 milhões, houve acréscimo na arrecadação de 5,07% em 2021, comparado ao exercício anterior. A série histórica da receita da dívida ativa no período de 2017 a 2021, em valores atualizados, evidencia oscilações entre quedas e incrementos de arrecadação em relação às receitas tributárias, ao passo que revela sucessivos aumentos na arrecadação da dívida ativa não tributária, com exceção da pequena queda ocorrida entre 2019 e 2020.

**Gráfico 3.14** – Receita da dívida ativa tributária – 2017-2021.



Fonte: Siafem, 2017-2021.

**Gráfico 3.15** – Receita da dívida ativa não tributária – 2017-2021.

Fonte: Siafem, 2017-2021.

Observa-se que os valores recuperados em 2021, quanto à dívida ativa tributária, foram maiores aos valores de 2020, entretanto, ainda importaram na segunda menor arrecadação dentro dos últimos cinco anos. O contrário ocorreu com os valores recuperados de dívida ativa não tributária, 2021 apresentou a maior arrecadação do período. Os valores recuperados em 2021, sobre a dívida ativa não tributária, foram R\$226 mil acima da média aritmética da série histórica em análise.

Ainda com base nos dados apresentados na tabela de Receita Arrecadada de 2017 a 2021, apresenta-se a representatividade de cada origem da receita em comparação ao total da arrecadação nos anos de 2017 a 2021.

**Tabela 3.37** – Representatividade das receitas por categoria econômica e origem sobre o total arrecadado – 2017-2021.

(Em R\$ milhares)

Receita	A.V % 2017	A.V % 2018	A.V % 2019	A.V % 2020	A.V % 2021
<b>Receita exceto a intraorçamentária (I)</b>	<b>95,22</b>	<b>94,58</b>	<b>95,53</b>	<b>93,67</b>	<b>95,76</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>93,43</b>	<b>91,15</b>	<b>93,64</b>	<b>91,06</b>	<b>94,06</b>
<b>Receita de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria</b>	<b>47,48</b>	<b>47,76</b>	<b>49,18</b>	<b>47,22</b>	<b>51,34</b>
<b>Impostos</b>	<b>44,18</b>	<b>44,52</b>	<b>44,73</b>	<b>43,36</b>	<b>47,44</b>
IRRF	4,95	4,95	5,08	4,55	4,42
IPVA	2,06	2,09	2,07	1,92	2,00
ITCD	0,09	0,15	0,11	0,09	0,13
ICMS	37,09	37,33	37,47	36,80	40,89
Taxas	3,30	3,24	4,45	3,86	3,90
Receita de Contribuições	6,40	5,86	2,81	3,22	3,27
Receita Patrimonial	3,78	2,93	3,85	1,54	1,63
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,06	0,06	0,05	0,03	0,03
Receita de Serviços	2,11	2,04	3,32	2,76	2,69
Transferências Correntes	32,39	31,77	32,47	34,80	33,74
Outras Receitas Correntes	1,22	0,71	1,96	1,49	1,37
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1,79</b>	<b>3,43</b>	<b>1,90</b>	<b>2,61</b>	<b>1,70</b>
Operações de Crédito	1,48	3,12	1,75	2,36	1,45
Alienação de Bens	0,01	0,04	0,03	0,04	0,04
Amortização de Empréstimo	0,03	0,04	0,03	0,02	0,11
Transferências de Capital	0,28	0,24	0,08	0,19	0,11
<b>Receita Intraorçamentária (II)</b>	<b>4,78</b>	<b>5,42</b>	<b>4,47</b>	<b>6,33</b>	<b>4,24</b>
<b>Receita Total III = (I+II)</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2017-2021.

Observa-se que em todos os períodos analisados (2017 a 2021) as receitas de impostos e de

transferências correntes juntas se constituíram nas principais fontes de entrada de recursos no estado. Em especial no exercício de 2021, a soma dessas origens de receita representou 81,18% do total arrecadado.

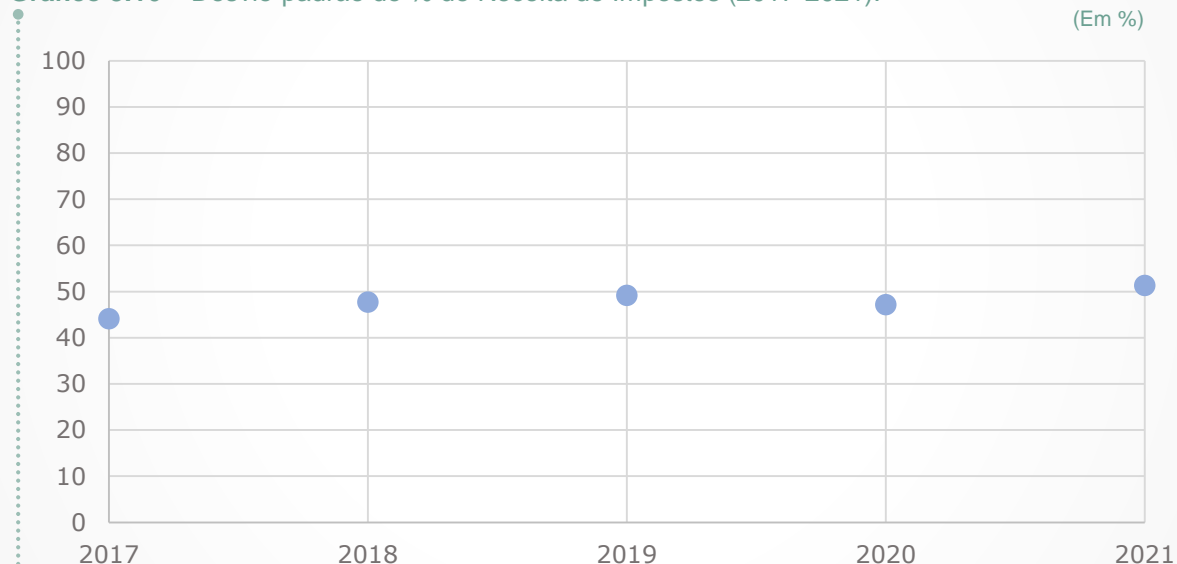
As receitas com impostos representaram 44,18% (2017); 44,52% (2018), 44,73% (2019), 43,36% (2020) e 47,44% (2021) da receita total do período. Utilizando esses índices como base, a representatividade média do período de análise foi de 47,94%. O desvio-padrão para o período foi de apenas 2,64, o que demonstra homogeneidade na dispersão dos dados apresentados.

As receitas com transferências correntes representaram 32,39% (2017), 31,77% (2018), 32,47% (2019), 34,80% (2020) e 33,74% (2021) da receita total. Utilizando esses índices como base, a representatividade média do período de análise foi de 33,03%. O desvio-padrão para o período foi de apenas 1,22, demonstrando, também, homogeneidade na dispersão dos dados apresentados. As demais origens da receita também apresentam homogeneidade da dispersão dos dados.

Ilustra-se nos gráficos a seguir a dispersão homogênea das receitas de impostos e de transferências correntes ao longo dos anos de 2017 a 2021, com base no cálculo do desvio-padrão das referidas origens de receitas.

**Gráfico 3.16 – Desvio-padrão do % de Receita de Impostos (2017-2021).**

(Em %)



Fonte: Siafem, 2017-2021.

**Gráfico 3.17 – Desvio-padrão do % de Receita de Transferência Corrente – 2017-2021.**



Fonte: Siafem, 2017-2021.

### 3.4.3. Despesa Orçamentária

A despesa orçamentária será examinada sob diferentes enfoques: funções de governo; categoria econômica e grupo de natureza de despesa; despesas de exercícios anteriores e utilização específica dos recursos referentes à Taxa Mineral, conforme tópicos a seguir.

Importa mencionar que a análise das despesas orçamentárias foi efetuada com base nas despesas processadas somente pelo Poder Executivo, assim consideradas como o somatório das despesas realizadas e as empenhadas em liquidação.

Os valores demonstrados nas séries históricas estão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para evitar distorções de análise.

Destaca-se ainda que são desconsideradas as despesas intraorçamentárias, visto que essas representam operações entre órgãos e entidades estaduais e, para fins de consolidação, conforme orienta a Secretaria do Tesouro Nacional, essas operações devem ser excluídas a fim de se obter o resultado global do Poder Executivo(41).

#### 3.4.3.1. Despesa por Função de Governo

As Funções de Governo são o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público, segundo a Portaria SOF nº 42/1999. Dessa forma, a análise das despesas por função possibilita identificar em que áreas o governo concentrou seus recursos públicos.

A execução das despesas por função de governo, realizada pelo Poder Executivo, encontra-se demonstrada na tabela a seguir, elaborada em ordem decrescente de valores, apresentando-se o percentual de gastos em relação aos respectivos montantes autorizados e em relação ao total despendido.

**Tabela 3.38 – Despesas por função de governo do Poder Executivo – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Funções	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESA PROCESSADA (b)	A.H. % b / a	A.V. % b
Encargos Especiais	7.026.866	6.826.431	97,15	22,23
Previdência Social	5.052.399	4.654.465	92,12	15,15
Saúde	4.774.049	4.327.293	90,64	14,09
Educação	4.863.798	4.305.974	88,53	14,02
Segurança pública	3.433.096	3.271.816	95,30	10,65
Assistência Social	1.657.822	1.569.824	94,69	5,11
Transporte	1.688.509	1.349.148	79,90	4,39
Administração	1.140.263	1.056.428	92,65	3,44
Essencial a Justiça	833.551	735.957	88,29	2,40
Urbanismo	681.128	646.483	94,91	2,10
Comercio e Serviços	481.616	397.980	82,63	1,30
Agricultura	451.161	351.505	77,91	1,14
Cultura	315.732	298.230	94,46	0,97
Saneamento	172.363	161.287	93,57	0,53
Ciência e Tecnologia	191.424	134.911	70,48	0,44
Gestão Ambiental	176.471	132.874	75,29	0,43
Comunicações	123.211	114.540	92,96	0,37
Direitos da Cidadania	134.984	111.689	82,74	0,36
Habitação	111.760	82.774	74,06	0,27
Desporto e Lazer	70.393	53.092	75,42	0,17

(41) \*MCASP 8ª edição, p. 434, 447 e 469.

Funções	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESA PROCESSADA (b)	A.H. % b / a	A.V. % b
Organização agrária	109.149	38.792	35,54	0,13
Industria	50.228	33.163	66,02	0,11
Trabalho	42.366	26.129	61,67	0,09
Judiciaria	20.399	19.863	97,38	0,06
Legislativa	12.733	12.683	99,61	0,04
Energia	548	57	10,44	0,00
Reserva de Contingência	500.000	0	-	-
<b>Total</b>	<b>34.116.017</b>	<b>30.713.387</b>	<b>90,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Nota: Excluídos os valores relativos a despesas intraorçamentárias.

Das referidas despesas, destacou-se a função “Encargos Especiais” que, segundo a citada portaria, trata-se de despesas “às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins [...]”.

Com execução de R\$6,8 bilhões, os “Encargos Especiais” representaram quase um quarto do total das funções (22,23%), superando funções como: “Previdência Social” (15,15%), “Saúde” (14,09%), “Educação” (14,02%) e “Segurança Pública” (10,65%). Juntas, as cinco funções citadas totalizaram 76,14% das despesas realizadas por função.

No quadro a seguir pode-se verificar a variação dos gastos realizados nessas funções, no período de 2017 a 2021:

**Quadro 3.10 – Comportamento das despesas por funções mais representativas – Poder Executivo – 2017-2021.**

(Em R\$ milhares)

FUNÇÕES	2017 (a)	2018 (b)	2019 (c)	2020 (d)	2021 (e)
Encargos Especiais	4.806.730	5.319.247	5.809.397	6.501.958	6.826.431
Previdência Social	3.673.623	3.828.917	4.474.421	4.685.960	4.654.465
Saúde	3.192.184	3.694.749	3.252.328	4.221.276	4.327.293
Educação	3.994.801	4.255.523	4.145.882	4.116.723	4.305.974
Segurança Pública	2.893.534	3.253.587	3.280.568	3.265.020	3.271.816

Fonte: Siafem, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

No comparativo anual, é possível perceber que apenas a função “Encargos Especiais” apresenta aumento contínuo na série histórica apresentada, enquanto as outras sofrem variações nos cinco exercícios analisados.

Detalha-se, na tabela a seguir, a função “Encargos Especiais”, a fim de se verificar com maior acuidade o gasto efetuado nessa função, nos dois últimos exercícios:

**Tabela 3.39 – Detalhamento da função Encargos Especiais por subfunção, projeto-atividade e subelemento de despesa do Poder Executivo – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

Funções / Subfunções / Proj-Atividade / Subelemento	Despesa Processada 2020	Despesa Processada 2021	VAR. % 2021/2020
<b>Encargos Especiais</b>	<b>6.501.958.110</b>	<b>6.826.430.509</b>	4,99
Outros Encargos Especiais	1.075.624.448	867.128.963	-19,38
Proteção E Benefícios Ao Trabalhador	373.555.304	355.835.634	-4,74
Refinanciamento Da Dívida Interna	37.534.378	58.291.060	55,30
Serviço Da Dívida Externa	160.929.788	144.363.652	-10,29

<b>Serviço Da Dívida Interna</b>	<b>242.576.960</b>	<b>350.370.979</b>	44,44
<b>Transferências</b>	<b>4.611.737.232</b>	<b>5.050.440.221</b>	9,51
Transferência A Companhia Administradora Da Zpe Barcarena - Cazbar	1.111.617	0	-100,00
Transferências A Companhia De Gás Do Para	168.393	382.500	127,15
Transferências A Companhia De Saneamento Do Para	329.213.916	269.872.754	-18,03
Transferências Financeiras Aos Municípios	4.281.243.306	4.780.184.967	11,65
Distribuição Constitucional Ou Legal De Receitas	0	0	-
Trans Legal Cont Int. Dom Econ. Cide Municípios	6.205.413	3.741.818	-39,70
Transferen. Constitucional. aos Municípios - ICMS	3.806.409.109	4.235.846.397	11,28
Transferen. Constitucional. aos Municípios - IPI	93.535.180	149.888.128	60,25
Transferen. Constitucional. aos Municípios - IPVA	375.093.604	390.708.624	4,16

Fonte: Siafem, 2020 e 2021.

Verifica-se, primeiramente que na subfunção “Transferências” houve um incremento de despesa, na ordem de 9,51% - percentual menor que o apresentado nas subfunções “Refinanciamento da Dívida Interna” e no “Serviço da Dívida Interna”, em que houve a ocorrência de maior variação. Entretanto, dentre estas, o valor absoluto é o mais relevante, uma vez que a subfunção “Transferência” soma R\$438,7 milhões.

Ressalta-se, ainda, a diminuição dos valores percentuais nas demais subfunções como, por exemplo, em “Outros Encargos Especiais” – que teve variação de -19,38%.

Analisando no nível de projeto-atividade, destacam-se as “Transferências Financeiras aos Municípios”, com variação de 11,65% entre 2020 e 2021. Dentro deste projeto-atividade, verificando-se o subelemento de gasto, constatou-se aumento nas transferências constitucionais aos municípios, relacionadas ao ICMS, no valor de R\$429,4 milhões.

### 3.4.3.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza

Desconsiderando as despesas intraorçamentárias, no orçamento do Poder Executivo, inicialmente aprovado em R\$26,9 bilhões, foram alocados 86,05% para despesas correntes (R\$23,1 bilhões), 11,44% para despesas de capital (R\$3 bilhões) e 2,5% (R\$674,6 milhões) para reservas de contingência. As alterações orçamentárias ao longo do exercício representaram a elevação da fixação da despesa total em 26,65% (R\$7,1 bilhões), considerando os aumentos de 22,31% (R\$5,1 bilhões) em despesas correntes e 70,79% (R\$2,1 bilhões) em despesas de capital, enquanto houve redução de 25,89% (R\$174,6 milhões) na reserva de contingência.

Em volume de recursos, os acréscimos nos orçamentos de outras despesas correntes (R\$5,1 bilhões) e investimentos (R\$2,1 bilhões) foram os que mais contribuiriam para a elevação do orçamento inicial.

Quanto à execução, as despesas correntes consumiram 94,29% de sua dotação prevista, as de capital, 75,63%, enquanto que a execução total do orçamento alcançou 90,03%.

Os maiores gastos do governo referem-se à manutenção da máquina administrativa, que são classificadas como despesas correntes, por isso, essa categoria econômica consumiu a maior parte do orçamento, qual seja, 87,04% do total despendido, sendo despesas com pessoal e encargos responsáveis por 41,02%, outras despesas correntes, 45,41% e juros e encargos da dívida representam 0,61%.

Em relação às despesas de capital, a natureza “Investimentos”, embora tenha sido suplementada em 109,66%, registrou execução de 73,05%, revelando, portanto, que o acréscimo foi feito acima do necessário ou que a execução foi abaixo do esperado.

A tabela a seguir demonstra os valores orçados e executados por categoria econômica e natureza de despesa, embasando as análises supra apresentadas:

**Tabela 3.40 – Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza – Poder Executivo – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Categorias / Naturezas	Dotação Inicial (a)	A.V. % (a)	Dotação Atualizada (b)	Diferença entre a Dotação Inicial e Atualizada (b - a)	Alterações Orçam. Var. % (b / a)	Despesa Processada (c)	A.H. % (c / b)	A.V. % (c)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>23.179.551</b>	<b>86,05%</b>	<b>28.351.050</b>	<b>5.171.499</b>	<b>22,31</b>	<b>26.731.498</b>	<b>94,29%</b>	<b>87,04</b>
Pessoal e Encargos Sociais	12.447.837	46,21	13.195.420	747.583	6,01	12.597.370	95,47	41,02
Juros e Encargos da Dívida	265.571	0,99	191.880	-73.691	-27,75	186.099	96,99	0,61
Outras Despesas Correntes	10.466.143	38,85	14.963.750	4.497.607	42,97	13.948.028	93,21	45,41
<b>Despesas De Capital</b>	<b>3.082.731</b>	<b>11,44</b>	<b>5.264.967</b>	<b>2.182.236</b>	<b>70,79</b>	<b>3.981.890</b>	<b>75,63</b>	<b>12,96</b>
Investimentos	2.053.865	7,62	4.306.057	2.252.192	109,66	3.145.738	73,05	10,24
Inversões Financeiras	321.533	1,19	555.820	234.288	72,87	443.484	79,79	1,44
Amortização e Refinanciamento Da Dívida	707.333	2,63	403.090	-304.244	-43,01	392.667	97,41	1,28
<b>Reserva De Contingencia</b>	<b>674.666</b>	<b>2,50</b>	<b>500.000</b>	<b>-174.666</b>	<b>-25,89</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Reserva De Contingencia.	674.666	2,50	500.000	-174.666	-25,89	0	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>26.936.948</b>	<b>100,00</b>	<b>34.116.017</b>	<b>7.179.069</b>	<b>26,65</b>	<b>30.713.387</b>	<b>90,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Para se ter parâmetro de evolução da despesa orçamentária, faz-se necessária a comparação com a despesa executada em exercícios anteriores. Desse modo, apresenta-se, a seguir, a despesa orçamentária por categoria econômica e grupo de natureza relativa aos anos de 2017 a 2021.

**Tabela 3.41 – Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza – Poder Executivo – 2017/2021.**

(Em R\$ milhares)

Categorias / Naturezas	Despesa Processada				
	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Despesas Correntes</b>	<b>21.675.562</b>	<b>22.461.599</b>	<b>23.611.852</b>	<b>25.673.460</b>	<b>26.731.498</b>
Pessoal E Encargos Sociais	11.734.951	12.158.044	12.631.733	12.826.311	12.597.370
Juros E Encargos Da Dívida	214.168	234.569	246.444	137.535	186.099
Outras Despesas Correntes	9.726.443	10.068.985	10.733.675	12.709.614	13.948.028
<b>Despesas De Capital</b>	<b>1.979.309</b>	<b>3.423.181</b>	<b>2.215.740</b>	<b>3.290.465</b>	<b>3.981.890</b>
Investimentos	1.356.144	2.806.040	1.510.624	2.458.350	3.145.738
Inversões Financeiras	176.755	219.909	275.850	509.317	443.484
Amortização E Refinanciamento Da Dívida	446.410	397.233	429.266	322.798	392.667
<b>Reserva De Contingencia</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Reserva De Contingencia.	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>23.654.871</b>	<b>25.884.780</b>	<b>25.827.592</b>	<b>28.963.925</b>	<b>30.713.387</b>

Fonte: Siafem, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

Como se pode verificar, entre 2018 e 2019 houve uma estagnação no crescimento do valor total da despesa, retornando o comportamento de crescimento em 2020 e 2021.

Comparando-se a despesa orçamentária entre os dois últimos exercícios, verifica-se o incremento de R\$1,7 bilhão (6%). O crescimento da despesa em 2021 se deve principalmente às variações observadas em Outras Despesas Correntes (9,74%) e Investimentos (27,96%), cujas diferenças em valores absolutos, R\$1,2 bilhão e R\$687,3 milhões, respectivamente, causaram grande efeito no aumento do valor total da despesa em 2021.

A fim de identificar melhor a origem da variação apontada anteriormente, segue a tabela que demonstra as despesas por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.



**Tabela 3.42** – Despesas por Categoria Econômica, Grupo de Natureza e Modalidade de Aplicação – Poder Executivo – 2020-2021.

(Em R\$ milhares)

Categorias / Naturezas / Modalidades	Despesa Processada			Var % 2020/2021
	2020 (a)	2021 (b)	b - a	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>25.673.460</b>	<b>26.731.498</b>	<b>1.058.038</b>	<b>4,12</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>12.709.614</b>	<b>13.948.028</b>	<b>1.238.415</b>	<b>9,74</b>
Aplicações Diretas	6.226.367	6.797.451	571.084	9,17
Delegação a Estados e ao Distrito Federal	748	980	232	31,03
Transf a Inst Privadas com Fins Lucrativos	0	20.074	20.074	-
Transf a Instit.Privadas sem Fins Lucrativos	1.820.836	2.010.924	190.088	10,44
Transferências a Consórcios Públicos	277	247	-30	-10,68
Transferências a Municípios	4.376.860	4.877.467	500.608	-1,44
Transferências a Municípios-Fundo a Fundo	271.483	230.852	-40.631	-14,97
Transferências a União	13.044	8.683	-4.361	-33,43
Transferências a Instituições Multigovernamentais		1.350	1.350	-
<b>Despesas De Capital</b>	<b>3.290.465</b>	<b>3.981.890</b>	<b>691.425</b>	<b>21,01</b>
<b>Investimentos</b>	<b>2.458.350</b>	<b>3.145.738</b>	<b>687.388</b>	<b>27,96</b>
Aplicações Diretas	2.145.733	2.749.863	604.130	28,15
Execução Orçamentária Delegada a Município	5.725	94	-5.631	-98,36
Transferências a Municípios	207.580	296.746	89.165	42,95
Transf a Instit.Privadas sem Fins Lucrativos	97.841	97.797	-45	-0,05
Transferência a Municípios Fundo a Fundo	0	14	14	-
Transferências a União	1.425	1.174	-251	-17,61
Transf. a Consórcios Pub.Mediante Cont.Rateio	44	50	6	-
<b>Total</b>	<b>28.963.925</b>	<b>30.713.387</b>	<b>1.749.463</b>	<b>6,04</b>

Fonte: Siafem, 2020 e 2021.

Considerando as modalidades de aplicação, verifica-se que, tanto em “outras despesas correntes” quanto em “investimentos”, as aplicações diretas foram responsáveis pelo aumento ocorrido, dentre as quais, a modalidade “transferências a municípios” possuiu o segundo maior destaque da natureza “outras despesas correntes”.

Na subcategoria “outras despesas correntes”, em que se teve aplicação direta pelo governo do Estado, ocorreu uma variação de 9,17%, representando um volume de recursos na ordem de R\$571 milhões, enquanto que a mesma modalidade de aplicação na natureza investimentos demonstrou variação positiva de 28,15% (R\$604,1 milhões).

### 3.4.3.3. Despesas Executadas Segundo a Destinação de Recursos

O mecanismo de fonte e destinação de recursos é mandamento contido na Lei Complementar nº101/2000 (LRF), art. 8º, parágrafo único, e art. 50, I.

Segundo esses dispositivos, os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objetivo da sua vinculação, assim como a disponibilidade de caixa deve constar de registro próprio de forma que os recursos vinculados fiquem escriturados de forma individualizada.

Dessa forma, somente com o controle da origem e destinação dos recursos – como mecanismo integrador entre receita e despesa – é possível evidenciar a aplicação do recurso vinculado aos seus objetivos públicos. A destinação pode ser classificada em(42):

(42) Manual de Contabilidade aplicada ao Setor – Secretaria do Tesouro Nacional 8ª Edição

- a) Destinação Vinculada é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma;
- b) Destinação Ordinária é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos para atender a quaisquer finalidades.

A vinculação das receitas arrecadadas e as despesas realizadas, por fonte de recursos, e o resultado do confronto entre ambas é demonstrada na tabela a seguir:

**Tabela 3.43** – Detalhamento de receitas e despesas por fonte de recursos – Poder Executivo – 2021. (Em R\$ milhares)

Fontes de Recursos	Receita Realizada (a)	Despesa processada (b)	Superávit / Déficit por fonte a - b
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>21.505.588</b>	<b>21.538.537</b>	<b>-32.949</b>
Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	19.839.164	19.891.736	-52.572
Recursos Prop. Diretamente Arrec. pela Adm. Indireta	1.666.425	1.646.802	19.623
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>13.716.507</b>	<b>13.437.988</b>	<b>278.519</b>
Royalties Mineral, Hídrico e Petróleo	839.911	923.136	-83.225
Recursos Ref. Transf. de Convênios e Outros	140.120	118.546	21.574
Recursos Destinados a Saúde	4.300.867	4.228.765	72.103
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	2.692.164	2.675.497	16.666
Recursos Destinados à Fundos Dos Poderes	168.595	112.215	56.380
Recursos Destinados à Educação	4.698.807	4.547.297	151.510
Recursos De Fundos da Administração Direta e Indireta	270.273	263.061	7.212
Recursos Provenientes de Operações de Crédito	514.040	484.375	29.665
Outras Destinações de Recursos	91.729	85.095	6.634
<b>TOTAL</b>	<b>35.222.095</b>	<b>34.976.525</b>	<b>245.570</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Verifica-se que houve déficit em algumas fontes, portanto, faz-se necessária a análise da disponibilidade de recursos por fonte, por meio do superávit financeiro acumulado ao final do ano de 2020, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

**Tabela 3.44** – Disponibilidade de recursos, por fonte, acumulados até 2020. (Em R\$ milhares)

Fontes de Recursos	Superávit
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>2.660.039</b>
Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	2.478.262
Recursos Prop. Diretamente Arrec. pela Adm. Indireta	181.778
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>7.575.570</b>
Royalties Mineral, Hídrico e Petróleo	225.131
Recursos Ref. Transf. de Convênios e Outros	446.201
Recursos Destinados à Saúde	694.478
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	5.405.776
Recursos Destinados à Fundos Dos Poderes	45.707
Recursos Destinados à Educação	58.238
Recursos De Fundos da Administração Direta e Indireta	364.443
Recursos Provenientes de Operações de Crédito	160.978
Outras Destinações de Recursos	174.618
<b>TOTAL</b>	<b>10.235.609</b>

Fonte: Siafem, 2020.

Ao se confrontar as fontes de recursos nas quais restou observado o déficit em 2021 e os recursos

disponíveis por meio do superávit acumulado até o final do ano de 2020, têm-se a tabela a seguir:

**Tabela 3.45** – Disponibilidade de Recursos por fonte – 2021.

(Em R\$ milhares)

Fontes de Recursos	Déficit em 2021 (a)	Superávit acumulado até 2020 (b)	Disponibilidade ao final de 2021 b – a
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-32.949</b>	<b>2.660.039</b>	<b>2.692.988</b>
Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	-52.572	2.478.262	2.530.834
<b>Recursos Vinculados</b>			
Royalties Mineral, Hídrico e Petróleo	-83.225	225.131	308.356

Fonte: Siafem, 2020 e 2021.

Com as informações demonstradas na tabela anterior, infere-se o cumprimento da vinculação entre receitas e destinação de recursos, já que – ainda que verificado o déficit apontado anteriormente – verifica-se que os recursos utilizados derivam de superávits de exercícios anteriores, apurado no Balanço Patrimonial.

#### 3.4.3.4. Despesas de Exercícios Anteriores

Conforme o art. 37 da Lei nº 4.320/1964, consideram-se Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) aquelas que se enquadram nas seguintes situações:

- Despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria;
- Restos a pagar com prescrição interrompida(43) e;
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente(44).

Essas despesas devem ser contabilizadas a partir de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos e obedecida sua ordem cronológica.

No exercício de 2021, as despesas executadas pelo Poder Executivo totalizaram R\$30 bilhões. Desse montante, R\$668,3 milhões referem-se às despesas de exercícios anteriores. Essas despesas foram inicialmente orçadas em R\$38,7 milhões, chegando à autorização final de R\$694,5 milhões, ou seja, ocorreram com acréscimo de 1.690,4%, e, por isso, merecem ser detalhadas, na forma a seguir:

**Tabela 3.46** – DEA do Poder Executivo por categoria e grupo de natureza da despesa – 2021.

(Em R\$ milhares)

Categoria e grupo de natureza	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesa Processada (c)	A.V. % da Despesa Processada	Var. % b / a	A.H. % c / b
<b>Despesas Correntes</b>	<b>10.650</b>	<b>566.713</b>	<b>546.633</b>	<b>81,79</b>	<b>5.221,25</b>	<b>96,46</b>
Pessoal e Encargos Sociais	9.850	35.558	26.399	3,95	260,99	74,24
Outras Despesas Correntes	800	531.155	520.235	77,84	66.294,43	97,94
<b>Despesas De Capital</b>	<b>28.138</b>	<b>127.744</b>	<b>121.677</b>	<b>18,21</b>	<b>353,99</b>	<b>95,25</b>
Investimentos	0	96.884	92.767	13,88	–	95,75
Inversões Financeiras	0	3.299	3.169	0,47	–	96,07
Amortização e Refinanciamento da Dívida	28.138	27.561	25.741	3,85	-2,05	93,40
<b>Total</b>	<b>38.788</b>	<b>694.457</b>	<b>668.311</b>	<b>100,00</b>	<b>1690,40</b>	<b>96,23</b>

Fonte: Siafem, 2021.

(43) Corresponde a restos a pagar cancelados antes da prescrição da dívida.

(44) Compreendem a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

Observa-se que o acentuado acréscimo orçamentário decorreu das suplementações do grupo “outras despesas correntes” - que totalizou uma variação de 66.294,43% -, seguido do grupo “pessoal e encargos sociais” - com 260,99%. Os grupos “investimentos” e “inversões financeiras” também impactaram no referido acréscimo, uma vez que não tiveram previsão orçamentária inicial e foram suplementados com R\$96,8 milhões e R\$3,3 milhões, respectivamente.

Todos os grupos tiveram execução orçamentária razoavelmente alta, com exceção das “despesas com pessoal e encargos sociais”, cuja execução alcançou 74,24%.

A evolução das despesas de exercícios anteriores do Poder Executivo encontra-se demonstrada na tabela seguir:

**Tabela 3.47 – DEA do Poder Executivo – 2017-2021.**

	(Em R\$ milhares)				
<b>Categoria e grupo de natureza</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>686.102</b>	<b>646.266</b>	<b>424.096</b>	<b>389.867</b>	<b>546.633</b>
Pessoal e Encargos Sociais	53.689	36.333	44.187	18.618	26.399
Outras Despesas Correntes	632.413	609.933	379.909	371.248	520.235
<b>Despesas De Capital</b>	<b>166.383</b>	<b>114.830</b>	<b>111.454</b>	<b>155.004</b>	<b>121.677</b>
Investimentos	125.985	97.905	95.059	135.179	92.767
Inversões Financeiras		890	703	533	3.169
Amortização e Refinanciamento da Dívida	40.399	16.035	15.692	19.292	25.741
<b>Total de DEA</b>	<b>852.485</b>	<b>761.096</b>	<b>535.551</b>	<b>544.871</b>	<b>668.311</b>
Despesa Processada	23.654.871	25.884.780	25.827.592	28.963.925	30.713.387
<b>% DEA/Despesa Processada</b>	<b>3,60</b>	<b>2,94</b>	<b>2,07</b>	<b>1,88</b>	<b>2,18</b>

Fonte: Siafem, 2017 a 2021.

A série histórica 2017-2021 demonstra que até o exercício de 2020 havia um padrão decrescente no volume de recursos empregados em despesas de exercícios anteriores do Poder Executivo, entretanto, no exercício de 2021, este valor voltou a subir consideravelmente.

No exercício de 2021, 5 Unidades Gestoras se destacam pelo comprometimento dos seus respectivos orçamentos com DEA, como demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 3.48 – DEA por unidades gestoras do Poder Executivo – 2021.**

	(Em R\$ milhares)		
<b>Unidades Gestoras</b>	<b>Despesa Processada</b>	<b>DEA</b>	<b>% DEA / Despesa Processada</b>
IASEP	655.564	395.367	60,31
FUNSAU	6.073	2.404	39,59
CPH - PARA	51.882	9.831	18,95
NGPM-CREDICIDADA0	12.172	1.707	14,02
NGTM	124.511	15.611	12,54

Fonte: Siafem, 2021.

Observa-se que, entre as unidades destacadas, o comprometimento mais acentuado do orçamento ocorreu no IASEP, no qual 60,31% da despesa executada foi referente a DEA, ou seja, mais da metade do orçamento daquela unidade foi destinado ao pagamento de despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores.

Nesse sentido, faz-se necessário que o padrão de diminuição de ocorrência de DEA, observado até o exercício de 2020, seja retomado, para evitar comprometimento do orçamento dos órgãos.

### 3.4.3.5. Utilização dos Recursos Referentes à Taxa Mineral

Instituída pela Lei Estadual nº 7.591/2011 e regulamentada pelo Decreto nº 386/2012, a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia conferido ao Estado sobre a atividade de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento, realizada no Estado, sobre os recursos minerários.

O poder de polícia em tela exercido é de competência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), com apoio operacional da Secretaria do Estado da Fazenda (Sefa), Secretaria de Meio Ambiente (Semas) e Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (Sectet), e consiste em planejar, executar, controlar e avaliar ações setoriais relativas a utilização de recursos minerais, à gestão e ao desenvolvimento da produção, distribuição e comércio de bens minerais, além de registrar e controlar as outorgas e controlar e fiscalizar as atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários.

**Tabela 3.49 – Receita x Despesa por fonte detalhada – TFRM – 2017 – 2021.**

(Em R\$ milhares)					
Execução	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Realizada	615.479	614.716	600.383	595.857	567.013
Despesa Processada	253.933	457.633	508.210	645.545	532.054
Superávit/Déficit	361.546	157.083	92.173	-49.688	34.959

Fonte: Siafem, 2017 a 2021.

De acordo com tabela acima, considerando que os valores estão atualizados, verifica-se que a receita realizada apresenta queda a cada exercício, enquanto a despesa aumenta a cada ano, destacando-se o resultado de déficit em 2020. Em 2021 houve o retorno do superávit, entretanto o valor está longe dos anos iniciais da série histórica apresentada.

O ano de 2020 foi o primeiro da série histórica demonstrada no qual o resultado foi deficitário, qual seja, de R\$49,6 milhões, entretanto em 2021 o resultado voltou a ser positivo, no valor de R\$34,9 milhões.

A execução da despesa na fonte de recursos Taxa Mineral ocorreu de forma diversificada nos órgãos da administração estadual, e incluiu não somente os órgãos competentes para exercer o poder de polícia ou de apoio à fiscalização da exploração mineral, como também outros órgãos sem relação direta com a atividade, conforme demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 3.50 – Execução de Despesas com recursos da TFRM por órgão – 2021.**

(Em R\$ milhares)			
Órgão/Entidade/UG	Poder de Polícia e Apoio	Despesa Processada	A.V. %
Sefa	Sim	285.482	53,66
Sedop	Não	97.935	18,41
Setran	Não	56.160	10,56
Semas	Sim	35.949	6,76
Fipat – Sefa	Não	33.947	6,38
Sedeme	Sim	7.543	1,42
Encargos Sefa	Não	5.669	1,07
Sectet	Sim	4.964	0,93
Secult	Não	1.861	0,35
Seap	Não	1.473	0,28
CPH – Pará	Não	709	0,13

Órgão/Entidade/UG	Poder de Polícia e Apoio	Despesa Processada	A.V. %
PM / PA	Não	154	0,03
EGPA	Não	151	0,03
NGTM	Não	53	0,01
FCG	Não	4	0,00
Casa Civil	Não	0	0,00
<b>Total</b>		<b>532.054</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

A Sedeme, como principal órgão responsável pelas atividades descritas na Lei 7.591/2011, executou somente 1,42% do total de despesas. A maior aplicação de recursos é realizada pela Sefa com 53,66% do total dos recursos proveniente da taxa, e, em seguida a Sedop e a Setran com 18,41% e 10,56% dos recursos, alcançando o montante de R\$439,6 milhões, ou o equivalente a 82,63% do total de despesas executadas.

É importante destacar que Sedop e Setran, que estão entre as três unidades gestoras que mais executaram despesas de TFRM, bem como outros órgãos com execução baixa, não possuem competência legal para o exercício do poder de polícia atrelado ao fato gerador da taxa, conforme dispõe a lei ordinária de criação da TFRM.

A próxima tabela apresenta os recursos da TFRM aplicados por ações de governo.

**Tabela 3.51 – Ranking das ações realizadas com recursos da TFRM – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Projetos Atividades – Ações	Despesa Processada	A.V. %
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	320.946	60,32
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias urbanas	91.351	17,17
Construção de Rodovias	31.321	5,89
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	18.836	3,54
Gestão Fazendária	14.281	2,68
Conservação de Rodovias	11.512	2,16
Concessão de Auxílio Alimentação	8.048	1,51
Macro drenagem da Bacia do Tucunduba	6.583	1,24
Restauração de Rodovias	6.546	1,23
Construção de Pontes	6.136	1,15
Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep	5.669	1,07
Gestão do Espaço São Jose Liberto	3.734	0,70
Revitalização de Espaços Culturais	1.861	0,35
Construção e Conservação de Imóveis Público estaduais	942	0,18
Adequação de Unidades Prisionais	911	0,17
Concessão de Auxílio Transporte	820	0,15
Recuperação de Pontes	644	0,12
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	622	0,12
Implantação de Unidades Prisionais	561	0,11
Operacionalização das Ações Administrativas	174	0,03
Estudos de Projetos para Parceria com a Iniciativa Privada	136	0,03
Construção de Infraestrutura Hidroviária	87	0,02
Adequação de Unidades Policiais	77	0,01
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	62	0,01
Fomento a Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	60	0,01
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd)	59	0,01

Projetos Atividades – Ações	Despesa Processada	A.V. %
Ampliação e Requalificação das Vias de Interesse Metropolitano	53	0,01
Fomento a Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	10	0,00
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	6	0,00
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	4	0,00
<b>Total</b>	<b>532.054</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Bem como observado nos últimos anos, a utilização dos recursos ocorreu majoritariamente na Operacionalização das Ações de Recursos Humanos, com 60,32% do total de recursos dispendidos. Por outro lado, a ação “Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado a Educação Profissional” apresenta somente R\$4 mil de execução de despesa.

Ao analisar a execução de recursos provenientes de TFRM por grupos de despesa orçamentária, percebemos o seguinte comportamento nos últimos 5 exercícios:

**Tabela 3.52** – Execução de despesas por grupo com recursos da TFRM – 2017-2021.

Categoria / Grupo de Despesa	(Em R\$ milhares)				
	2017	2018	2019	2020	2021
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>17.598</b>	<b>18.380</b>	<b>388.800</b>	<b>423.455</b>	<b>368.359</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.796	12.922	40.781	47.207	48.138
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.802	5.459	348.018	376.248	320.221
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>236.335</b>	<b>439.253</b>	<b>119.410</b>	<b>222.090</b>	<b>163.694</b>
INVERSOES FINANCEIRAS		13.318			
INVESTIMENTOS	236.335	425.934	119.410	222.090	163.694
<b>Total</b>	<b>253.933</b>	<b>457.633</b>	<b>508.210</b>	<b>645.545</b>	<b>532.054</b>

Fonte: Siafem, 2017 a 2021.

Comparando-se os anos ao logo da série histórica apresentada, verifica-se que o cenário de aplicação dos recursos foi mudando, no início a maior parte do recurso era direcionada para investimentos, mas, nos últimos três anos a despesa com pessoal e encargos sociais aumentou muito, ultrapassando aquelas em investimentos, que apresentou queda acentuada no ano de 2019 e alta importante em 2020, mas ainda sem voltar ao patamar de 2018, ano no qual mais se gastou nesse grupo de despesa e queda novamente em 2021.

A Lei Estadual nº 7.591/2011 não estipula vinculação específica ao produto arrecadado. No entanto deve-se considerar que os recursos obtidos com as taxas devem ser utilizados para compensar o ônus financeiro sofrido pelo Estado em razão do regular desempenho do poder de polícia sobre determinadas atividades privadas.

Frisa-se que a TFRM instituída no Estado do Pará é enfrenta de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), sob nº 4.786, no Supremo Tribunal Federal (STF). Considerando que ainda está sendo discutida pelo Poder Judiciário em suas respectivas instâncias, este tópico do relatório limita-se a demonstrar as despesas ocorridas a partir do exercício de 2017.

Por fim, a análise das contas de governo não alcança os atos de responsabilidade dos ordenadores dos Órgãos executores das despesas com recursos da TFRM, já que os mesmos são objeto de fiscalização e julgamento específico.

### 3.5. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS CONTROLADAS NÃO DEPENDENTES

O Orçamento de Investimento das Empresas Controladas abrange os investimentos nas sociedades de economia mista em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto e que recebem recursos destinados exclusivamente para aumento de capital refletido na participação acionária. Nesse orçamento não estão computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Para 2021, a Lei Orçamentária previu receitas e fixou despesas no total de R\$434,4 milhões para investimento nas Empresas Controladas. Desse valor, R\$302 milhões tiveram origem em recursos do tesouro estadual (incluindo recursos oriundos da participação acionária do Estado, recursos de transferências de convênios e de operações de crédito do governo do estado). O montante de R\$4,5 milhões refere-se a recursos próprios mediante previsão de receita operacional. Por fim, R\$127,8 milhões referem-se a recursos de outras fontes. Os valores estão detalhados por empresa, conforme tabela, a seguir.

**Tabela 3.53 – Orçamento de Investimento das Empresas Controladas – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Empresa	Recursos do Tesouro	Recursos Próprios	Recursos de Outras Fontes	Total	AV %
BANPARÁ	–	4.560	118.900	123.460	28,41
COSANPA	300.960	–	–	300.960	69,27
GAS DO PARA	529	0	8.839	9.369	2,16
CAZBAR	604	–	104	708	0,16
<b>Total</b>	<b>302.093</b>	<b>4.560</b>	<b>127.843</b>	<b>434.496</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Orçamento de Investimentos das Empresas – LOA/2021.

Verifica-se que 69,27% do orçamento de investimento correspondem à programação da Cosanpa, tendo como fonte exclusiva o tesouro estadual. O Banpará teve 28,41% da programação custeada exclusivamente por recursos próprios e outras fontes. A Companhia de Gás do Pará e a Companhia Administrativa da Zona Processamento de Exportação – Barcarena somam 2,32% do orçamento.

Ressalta-se a ausência de execução orçamentária nas classificações funcionais correspondentes ao demonstrado no Orçamento Geral do Estado – OGE, exercício de 2021. No entanto, verifica-se no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, previsão para transferência de recursos à Cosanpa, Cazbar e Gás Para, conforme discriminado abaixo.

**Tabela 3.54 – Transferência financeiras à Empresas Controladas – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Projeto-Atividade	Unidade Gestora	Previsão inicial	Previsão Atualizada	Despesa realizada
Transferência à Cazbar	CODEC	604	604	–
Transferência à Companhia Gás do Pará	Encargos Sefa	529	529	382
Transferências à Cosanpa	Encargos Sefa	305.446	360.471	269.87
<b>Total</b>		<b>306.579</b>	<b>361.604</b>	<b>270.255</b>

Fonte: Siafem, 2021.

A transferência financeira ocorre o programa de Operações Especiais, função Encargos Especiais e subfunção de Transferências, possuindo como Unidades Gestoras responsáveis a Companhia de Desenvolvimento Econômico e os Encargos Gerais sob supervisão da Secretaria de Fazenda. Os valores transferidos possuem natureza de aporte de capital.

Cabe ressaltar que, após a execução das transferências de recursos às Companhias, o



acompanhamento da execução dos programas e a verificação do alcance das metas estabelecidas no Orçamento de Investimento fica prejudicado, face a ausência de registros no Sistema de Administração Financeira do Estado – Siafem, ou em outro sistema que possibilite a visualização da aplicação dos recursos transferidos.

No que diz respeito à programação com os Recursos do Tesouro, a dotação inicial foi de R\$306,5 milhões, sendo atualizada para R\$361,6 milhões. O governo do estado transferiu às empresas o montante de R\$270 milhões.



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





## 4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A parte V - Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), dispõe que as DCASP evidenciam em um período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio das entidades do setor público e suas mutações, tendo como finalidade fornecer informações sobre a entidade, que seja útil aos usuários para propósito de prestação de contas ou tomada de decisão.

O referido manual, em consonância com a Lei nº 4.320/64, indica a relação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, que devem ser elaboradas. Nesse sentido, com vistas a atender os normativos supramencionados e o previsto no artigo 30, § 1º da Lei Complementar nº 81/2012 (Lei Orgânica do TCE-PA)(45), o chefe do Poder Executivo elaborou e encaminhou a este Tribunal os seguintes demonstrativos:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O Ato nº 63/2012 (RI do TCE-PA), art. 100, § 3º, I, dispõe que o relatório de análise das contas deve conter informações sobre a elaboração dos balanços, de conformidade com as legislações federal e estadual supletiva, e deve contemplar o exame da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal do exercício, além de evidenciar adequadamente os resultados no balanço geral (art. 100, § 2º).

Assim sendo, serão utilizados quadros, gráficos, índices e quocientes, tendo como base normativa a 8ª edição do MCASP, mais especificamente quanto às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), que tratam da padronização das Demonstrações Contábeis apresentadas pelos entes na divulgação das contas anuais, além da Lei federal nº 4.320/1964 e da LRF.

As Demonstrações Contábeis das empresas controladas pelo estado do Pará são analisadas, em razão a participação majoritária do Estado com aporte de recursos públicos, devendo seguir as orientações do MCASP, bem como da Lei federal nº 6.404/1976 (sociedades por ações) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Os dados e as análises referentes a exercícios anteriores a 2021, apresentam-se em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Por fim, a análise abordará o cumprimento pelo estado do Pará do cronograma previsto na portaria STN nº 548/2015 que trata do processo de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) em consonância com às normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público.

### 4.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

De acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964 e art. 52, I e II, da LC nº 101/2000, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, permitindo, entre outras análises,

(45) **Lei Orgânica do TCE-PA:** § 1º A prestação de contas consiste no Balanço Geral do Estado e no Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e avaliação da situação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.

verificar a existência de déficit, superávit ou equilíbrio na execução orçamentária.

Conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Balanço Orçamentário apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Ademais, demonstrará as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Ainda segundo o Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), deve constar no Balanço Orçamentário, além do quadro principal, os quadros da execução dos Restos a Pagar não Processados e da execução dos Restos a Pagar Processados.

A verificação e a análise desse demonstrativo possibilitam a identificação dos indicadores que nortearão a avaliação da gestão orçamentária e, em linhas gerais, para a definição da política fiscal pelo impacto da arrecadação e pela execução da despesa pública.

Com base nos registros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (Siafem) e orientações da STN, apresentam-se, a seguir, os resultados da análise do Balanço Orçamentário estadual do exercício de 2021.

**Tabela 4.1 – Receitas, despesas e resultado da execução orçamentária – 2021.**

(Em R\$ Milhares)

SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CATEGORIA ECONÔMICA – 2021				
	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada
<b>Receita Corrente</b>	<b>34.104.052</b>	<b>34.623.206</b>	<b>32.802.557</b>	<b>30.894.432</b>
Orçamentária	32.641.868	33.128.772	31.146.040	29.310.792
Intraorçamentária	1.462.184	1.494.434	1.656.517	1.583.640
<b>Receita de Capital</b>	<b>1.036.087</b>	<b>598.888</b>	<b>5.423.280</b>	<b>4.082.092</b>
Subtotal	<b>35.140.139</b>	<b>35.222.094</b>	<b>38.225.837</b>	<b>34.976.524</b>
Superávit				<b>245.570</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Dessa forma, inicialmente confrontando-se o montante de receita realizada (R\$35,2 bilhões) com a previsão atualizada da receita (R\$35,1 bilhões), verifica-se um excesso de arrecadação de R\$81 milhões no exercício examinado.

No que tange às despesas, os valores executados (R\$34,9 bilhões) foram menores que a dotação atualizada de despesa (R\$38,2 bilhões), gerando uma economia orçamentária de R\$3,2 bilhões.

O resultado da execução orçamentária, obtido a partir da diferença entre as receitas realizadas (R\$35,2 bilhões) e as despesas executadas (R\$34,9 bilhões), resultou em superávit orçamentário na ordem de R\$245 milhões no exercício de 2021.

Em relação às receitas, foi realizada análise dos Índices de Receita Própria (IRP) e de Autossuficiência da Receita Própria (IARP), ambos sugeridos pela STN.

O IRP indica a capacidade de arrecadação do Estado, independente das transferências recebidas a qualquer título e das operações de crédito realizadas. Importa salientar que quanto mais próximo de 100 o índice, melhor a situação do Estado, visto que demonstra a sua autossuficiência na arrecadação, sem a dependência de recursos captados de terceiros para a realização do plano de governo.

$$\text{IRP} = \frac{\text{Receita Orçamentária} - (\text{Transf.} + \text{Op. de Créd.})}{\text{Receita Orçamentária}} \times 100 = \frac{\text{R\$22 bilhões}}{\text{R\$35,2 bilhões}} \times 100 = 62,50$$

De acordo com o índice apurado, 62,50% do total da receita orçamentária é proveniente de receitas próprias do Estado e que sua dependência de recursos, por meio de transferências recebidas somadas às operações de crédito realizadas, é de 37,50%.

Já o IARP demonstra o quanto das despesas orçamentárias do Estado foi custeado por recursos próprios, como se calcula a seguir.

$$\text{IARP} = \frac{\text{Receita Orçamentária} - (\text{Transf.} + \text{Op. de Créd.})}{\text{Despesa Orçamentária}} \times 100 = \frac{\text{R\$22 bilhões}}{\text{R\$34,9 bilhões}} \times 100 = 63,03$$

O IARP evidencia que os recursos próprios arrecadados no exercício 2021 custearam 63,03% do total das despesas orçamentárias, ou seja, o Estado dependeu de fontes de terceiros (transferências ou operações de créditos) para pagar em torno de 36,97% de suas despesas.

A respeito dos restos a pagar processados e não processados que compõem o Balanço Orçamentário, cabe destacar os seguintes dados:

**Tabela 4.2 – Demonstrativo de restos a pagar – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Restos a Pagar	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 2020	A.V. %	Pagos	A.V. %	Cancelados	A.V. %	Saldo
Processados	10.871	421.914	85	385.020	89	23.884	44	23.881
Não processados	0	76.754	15	46.964	11	29.790	56	-
<b>Total</b>	<b>10.871</b>	<b>498.668</b>	<b>100</b>	<b>431.984</b>	<b>100</b>	<b>53.674</b>	<b>100</b>	<b>23.881</b>

Fonte: Siafem, 2021

Conforme os dados apresentados, o Estado do Pará inscreveu em restos a pagar o montante de R\$498,6 milhões no ano de 2020 e possui saldo de R\$10,8 milhões de exercícios anteriores, totalizando R\$509 milhões de valores inscritos em restos a pagar. Desses valores, foi pago, em 2021, o montante de R\$432 milhões, sendo cancelados R\$53,6 milhões, restando R\$23,8 milhões como saldo de obrigações a pagar, que constituem os restos a pagar não quitados, mas que ainda permanecem vigentes como obrigações com terceiros e, por isso, devem constar no passivo até a sua regular liquidação ou prescrição.

## 4.2. BALANÇO FINANCEIRO

A Lei Federal nº 4.320/1964, em seu art. 103, define que o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Ademais, deve constar nesse demonstrativo os ingressos e dispêndios com as seguintes especificações: a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício

seguinte (MCASP, 8ª Edição). Nesse contexto, o Balanço Financeiro foi analisado de acordo com as técnicas previstas no MCASP e na teoria contábil.

De início será realizada uma abordagem geral das receitas e despesas orçamentárias e dos ingressos e dispêndios extraorçamentários por meio das informações consolidadas, em seguida, será feita a apuração do fluxo de caixa real, análise dos coeficientes financeiros da execução orçamentária e extraorçamentária. E, por fim, a disponibilidade financeira inicial do exercício de 2021 será apurada.

Demonstram-se, a seguir, os resultados atualizados do balanço financeiro cuja apresentação encontra-se por fonte/destinação de recursos (ordinária e vinculada), permitindo evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros, interligando as receitas e as despesas orçamentárias a sua vinculação legal. Os dados foram obtidos a partir do Siafem, referentes aos anos de 2020 e 2021 para fins de análise comparativa.

**Tabela 4.3 – Balanço Financeiro consolidado – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício 2020	Exercício 2021	Especificação	Exercício 2020	Exercício 2021
Receita Orçamentária (I)	35.166.588	35.222.095	Despesa Orçamentária (VI)	33.759.406	34.976.525
Ordinária	20.717.348	21.505.588	Ordinária	18.814.826	21.538.537
Vinculada	14.449.240	13.716.507	Vinculada	14.944.580	13.437.988
Transf. Financ. Recebidas (II)	33.270.037	36.537.228	Transf. Financ. Concedidas (VII)	33.270.037	36.537.228
Receb. Extraorçamentários (III)	44.861.021	44.922.931	Pag. Extraorçamentários (VIII)	43.946.645	44.551.085
Saldo do exercício anterior (IV)	3.692.395	5.464.195	Saldo p/ o exercício seguinte (IX)	6.013.953	6.081.611
<b>TOTAL (V) = I + II + III + IV</b>	<b>116.990.040</b>	<b>122.146.449</b>	<b>TOTAL (X) = VI + VII + VIII + IX</b>	<b>131.934.621</b>	<b>122.146.449</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

Conforme os dados do Balanço Financeiro, a movimentação financeira do exercício de 2021, no montante de R\$122,1 bilhões, foi comparativamente maior que a movimentação de 2020 (116,9 bilhões).

O Balanço Financeiro do estado do Pará de 2021 demonstra que as receitas ordinárias, ou seja, aquelas que não possuem vinculação legal, foram inferiores às despesas ordinárias em R\$32,9 milhões. Em relação às despesas vinculadas, a situação foi inversa, visto que os dispêndios foram inferiores aos ingressos vinculados, restando um saldo de R\$278 milhões. Da conjugação desses resultados, depreende-se que o estado do Pará obteve resultado financeiro de execução orçamentária superavitário em R\$245,5 milhões.

A seguir, apresenta-se a apuração do Fluxo de Caixa Real, que evidencia as efetivas movimentações financeiras relacionadas com o resultado financeiro do exercício, desconsiderando os valores referentes às transferências financeiras recebidas e concedidas, excluindo-se do montante dos recebimentos orçamentários os valores dos restos a pagar inscritos no exercício. Nos recebimentos extraorçamentários, foram subtraídos os valores de receita financeira diferida e os restos a pagar, e nos pagamentos extraorçamentários foi deduzida somente a despesa financeira diferida, alcançando o seguinte resultado.

**Tabela 4.4 – Fluxo de Caixa real – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Fluxo de Caixa Real	Valor
Receita Orçamentária (I)	35.222.095
Dispêndios Orçamentários Pagos - Regime de Caixa (II)	34.166.632
<b>Resultado Financeiro da Execução Orçamentária (III) = I - II</b>	<b>1.055.463</b>
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	15.746.541
Pagamentos Extraorçamentários (V)	16.184.587
<b>Resultado Financeiro da Execução Extraorçamentária (VI) = IV - V</b>	<b>-438.047</b>
<b>Resultado Financeiro do Exercício (VII) = III + VI</b>	<b>617.417</b>

Fonte: Siafem, 2021.



A apuração demonstra que os ingressos orçamentários recebidos pelo Estado foram superiores aos dispêndios orçamentários efetivamente pagos, no montante de R\$1 bilhão. Contudo, os recebimentos extraorçamentários foram inferiores aos pagamentos extraorçamentários, ocasionando um déficit extraorçamentário correspondente a R\$438 milhões. Da conjugação dos resultados financeiros da execução orçamentária e extraorçamentária, originou o resultado financeiro superavitário de R\$617 milhões.

Destaca-se que, de acordo com o MCASP - 8ª Edição, “o resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial”. A variação positiva ou negativa não significa bom ou mau desempenho e sua análise deve ser feita em conjunto com o Balanço Patrimonial, conforme respectivo subtópico neste relatório.

A análise do resultado financeiro é complementada por meio do cálculo do Coeficiente Financeiro Orçamentário (CFO) e do Coeficiente Financeiro Extraorçamentário (CFE), provenientes da execução orçamentária e extraorçamentária, obtendo-se o seguinte.

$$\text{CFO} = \frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}} = \frac{\text{R\$35,2 bilhões}}{\text{R\$34,9 bilhões}} = 1,0085$$

$$\text{CFE} = \frac{\text{Recebimentos Extraorçamentários}}{\text{Pagamentos Extraorçamentários}} = \frac{\text{R\$44,9 bilhões}}{\text{R\$44,5 bilhões}} = 1,0089$$

De acordo com o resultado do Coeficiente Financeiro Orçamentário, as receitas orçamentárias excederam em 0,85% as despesas orçamentárias, ou seja, para cada R\$1 de despesa orçamentária o Estado apresentou R\$1,0085 de receita equivalente.

Em relação ao Coeficiente Financeiro Extraorçamentário, semelhante ao orçamentário, este indicou que os recebimentos extraorçamentários foram superiores aos pagamentos de natureza extraorçamentária, na proporção de 0,89%.

Em relação à disponibilidade de recursos em caixa, observa-se o demonstrado a seguir:

**Tabela 4.5 – Disponibilidade do exercício – 2021.**

(Em R\$ milhares)		
Disponibilidade	Valor	A.V. %
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Inicial</b>	<b>5.182.091</b>	<b>100,00</b>
(+) Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados Exercício Anterior	282.104	5,44
(+) Superávit Financeiro do Exercício	617.417	11,91
(-) Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados Exercício Seguinte	338.025	6,52
<b>= Caixa e Equivalente de Caixa Final</b>	<b>5.743.587</b>	<b>110,84</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Os dados revelam que o resultado superavitário de R\$617,4 milhões, somado aos depósitos restituíveis e valores vinculados do exercício anterior, e ajustado com os depósitos restituíveis e valores vinculados para o exercício seguinte, ocasionou um acréscimo de 10,84% nas disponibilidades iniciais dos recursos em caixa, encerrando o exercício financeiro de 2021 com R\$5,7 bilhões em caixa.

### 4.3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados nas contas de

compensação (MCASP, 8ª Edição).

A classificação do ativo e do passivo do Balanço Patrimonial considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em critérios pré-definidos, conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Lei nº 4.320/1964, por sua vez, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O quadro seguinte demonstra, de forma sintética, o Balanço Patrimonial do Estado, exercícios 2020 e 2021.

**Tabela 4.6 – Balanço Patrimonial sintético – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)					
Ativo	2020	2021	Passivo e patrimônio líquido	2020	2021
<b>Ativo circulante</b>	<b>13.824.827</b>	<b>15.597.898</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>2.627.065</b>	<b>2.303.029</b>
Caixa e equivalente de caixa	5.703.467	5.743.586	Obrig. Trab. Previd. Assit. a pagar	341.191	320.853
Créditos a curto prazo	462.200	2.196.350	Empréstimos e financiamento	1.083.008	439.123
Demais créd. Valores	2.173.764	2.719.768	Fornecedores e contas a pagar	415.121	648.733
Investimento aplic. Temporária	5.125.559	4.521.301	Obrigações fiscais	38.172	39.387
Estoques	348.721	400.946	Obrig. de repartição a entes	14.465	17.053
VPD pagas antecipadamente	11.117	15.944	Provisões	13.453	6.673
			Demais obrigações	721.656	831.205
<b>Ativo não circulante</b>	<b>17.834.183</b>	<b>18.618.515</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>6.309.110</b>	<b>5.824.442</b>
Ativo realizável a longo prazo	210.220	144.071	Obrig. trab. Previd. Assit. a pagar	98.253	84.275
Investimentos	2.551.605	2.591.917	Empréstimos e financiamento	4.255.517	4.683.019
Imobilizado	15.069.841	15.872.065	Obrigações fiscais	104.193	82.150
Bens móveis	3.676.734	3.550.435	Provisões	1.108.993	178.340
Bens imóveis	13.419.006	14.522.478	Demais obrigações	742.153	796.657
(-)Deprec/Amort/Exaustão	-2.025.793	-2.200.752			
(-)Redução a valor recuperável	-96	-96			
Intangível	2.518	10.461	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>22.722.833</b>	<b>26.088.942</b>
			Patrimônio social e capital social	168.607	151.885
			Adiant. Futuro aumento capital	33	238
			Reservas de capital	16.238	6.928
			Ajustes de avaliação patrimonial	25.555	23.219
			Reservas de lucros	5.010	4.656
			Resultados acumulados	22.507.390	25.902.014
<b>Total do ativo</b>	<b>31.659.010</b>	<b>34.216.413</b>	<b>Total do passivo de PL</b>	<b>31.659.010</b>	<b>34.216.413</b>
Ativo financeiro	11.510.014	11.056.622	Passivo financeiro	1.274.401	1.657.653
Ativo permanente	20.148.997	23.159.791	Passivo permanente	7.661.775	6.469.818
<b>Total do ativo (I)</b>	<b>31.659.010</b>	<b>34.216.413</b>	<b>Total do passivo (II)</b>	<b>8.936.175</b>	<b>8.127.471</b>
			<b>Saldo Patrimonial (I - II)</b>	<b>22.722.835</b>	<b>26.088.942</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

A presente análise, tendo por base no Balanço Patrimonial do Estado de 2021, contempla os seguintes itens: obter a representatividade percentual dos itens patrimoniais por meio da análise vertical; verificar a variação dos elementos patrimoniais através da análise horizontal; e identificar a situação financeira do Estado, por meio da análise por índices da situação financeira. Apresenta-se ainda a análise detalhada do imobilizado, dívida ativa e participação societária do Estado.

Como metodologia, realizou-se o processo de identificação, compilação e especificação de dados apresentados no Balanço Patrimonial. Na sequência foram aplicadas as técnicas de análise das demonstrações financeiras com vistas a avaliar a gestão econômico-financeira governamental e, posteriormente, efetuou-se análise de informações obtidas dentro dos critérios propostos pelo MCASP(46) e pela teoria contábil.

Analisando-se mais detidamente as alterações entre 2020 e 2021, têm-se a seguinte tabela simplificada:

(46) Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 8ª edição – Secretaria do Tesouro Nacional.

**Tabela 4.7 – Grupos do ativo, passivo e PL – 2020-2021.**

Grupos	(Em R\$ milhares)				
	2020	2021	A.H %	A.V. (%) 2020	A.V. (%) 2021
Ativo Circulante	13.824.827	15.597.898	12,83	43,67	45,59
Ativo Não Circulante	17.834.183	18.618.515	4,40	56,33	54,41
<b>Total do Ativo</b>	<b>31.659.010</b>	<b>34.216.413</b>	<b>8,08</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Passivo Circulante	2.627.065	2.303.027	-12,33	8,30	6,73
Passivo Não Circulante	6.309.110	5.824.441	-7,68	19,93	17,02
<b>Total do Passivo Exigível</b>	<b>8.936.175</b>	<b>8.127.468</b>	<b>-9,05</b>	<b>28,23</b>	<b>23,75</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>22.722.833</b>	<b>26.088.940</b>	<b>14,81</b>	<b>71,77</b>	<b>76,25</b>
<b>Total do Passivo e PL</b>	<b>31.659.010</b>	<b>34.216.408</b>	<b>8,08</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

Verifica-se que o patrimônio líquido teve acréscimo de 14,81%, tendo contribuído significativamente para isso a variação positiva ocorrida no ativo circulante (12,83%), que chegou a 45,59% do total do ativo. Esse aumento se deu, majoritariamente, em função da inclusão da conta Crédito Tributário a receber, que totalizou R\$1,6 bilhão em 2021.

O ativo não circulante teve acréscimo de 4,40% em relação ao ano anterior. O Imobilizado continuou sendo a conta mais representativa desse grupo, constituído de bens móveis e bens imóveis.

O passivo circulante apresentou redução de 12,33%, cuja conta com maior diminuição foi a empréstimos e financiamentos a curto prazo que recuou 544 milhões. No mesmo sentido o passivo não circulante sofreu um decréscimo de 7,68%, subtraído principalmente pela conta provisões a longo prazo que reduziu seu valor em 829 milhões.

Quanto ao patrimônio líquido observa-se um aumento na ordem de 14,81%, sendo esse o grupo mais representativo das contas credoras, totalizando 76,25% na análise vertical de 2021. Esse aumento se deu pelo expressivo crescimento dos resultados acumulados, que passaram de R\$20,4 bilhões para R\$25,9 bilhões no exercício.

A seguir, analisam-se os itens patrimoniais sob a ótica orçamentária nos anos de 2020 e 2021.

**Tabela 4.8 – Itens patrimoniais sob a ótica orçamentária – 2020-202021.**

Subgrupo	(Em R\$ milhares)		
	2020	2021	Var. % 2020/2021
Ativo Financeiro (a)	11.510.014	11.056.622	-3,94
Ativo Permanente (b)	20.148.997	23.159.791	14,94
<b>Total do Ativo (c) = a + b</b>	<b>31.659.010</b>	<b>34.216.413</b>	<b>8,08</b>
Passivo Financeiro (d)	1.274.401	1.657.652	30,07
Passivo Permanente (e)	7.661.775	6.469.818	-15,56
<b>Total do Passivo (f) = d + e</b>	<b>8.936.175</b>	<b>8.127.470</b>	<b>-9,05</b>
<b>Saldo Patrimonial (g) = c - f</b>	<b>22.722.835</b>	<b>26.088.943</b>	<b>14,81</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

De acordo com a dos itens patrimoniais sob o viés orçamentário, verificou-se uma leve redução do ativo financeiro (-3,94%), já em relação ao passivo financeiro é possível notar expressivo aumento de 30,07%. Contudo, no ativo permanente observa-se um aumento de 14,94% e no passivo permanente uma queda que corresponde a 15,56%. O saldo patrimonial, que é a diferença entre ativo e passivo, alcançou R\$26 bilhões, demonstrando um acréscimo de 14,81% em relação ao ano anterior, equivalente à alteração do Patrimônio Líquido.

Quanto ao Superávit Financeiro do Balanço Patrimonial de 2021, foi apurado o montante de R\$9,39

bilhões, que, comparado a valores atualizados do exercício de 2020, revela redução de 8,17%, conforme se depreende a seguir.

**Tabela 4.9 – Superávit financeiro – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)			
Subgrupo	2020 (a)	2021 (b)	Var. % b / a
Ativo Financeiro (I)	11.510.014	11.056.622	-3,94
Passivo Financeiro (II)	1.274.401	1.657.652	30,07
<b>Superávit Financeiro (I – II)</b>	<b>10.235.613</b>	<b>9.398.970</b>	<b>-8,17</b>

Fonte: Siafem, 2010-2021.

O superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício, segundo a Lei federal nº 4.320/64, art. 43, I, é fonte de recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no ano seguinte, porém cabe cautela quanto a essa fonte, pois no caso específico do estado do Pará, o superávit apurado é formado por cerca de 50,13% dos recursos destinados à previdência social – RPPS, ou seja, recurso vinculado e específico para determinada despesa pública.

Os créditos abertos em 2022 deveram observar os limites relativos a cada fonte específica, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 4.10 – Superávit financeiro por fonte de recursos – 2020-2021.**

FONTE DE RECURSOS	2020	2021	AV% 2021
01-RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO ESTADUAL	2.478.262.542,10	2.257.667.734,60	24,02%
02-REC.PROP.DIRETAMENTE ARREC.PELA ADM.INDIRE	181.777.682,87	192.602.851,03	2,05%
11-RECURSOS DESTINADOS A EDUCACAO	58.238.100,13	188.049.561,46	2,00%
12-RECURSOS DESTINADOS A SAUDE	694.477.815,97	696.662.566,14	7,41%
13-REC.DESTINADOS A PREVIDENCIA SOCIAL-RPPS	5.405.778.623,11	4.711.894.533,78	50,13%
14-ROYALTIES MINERAL, HIDRICO, PETROLEO	225.131.031,02	121.329.085,23	1,29%
15-REC.PROV.DE TRANSFERENCIAS-CONVENIOS E OUT	446.201.012,41	434.917.932,31	4,63%
16-RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM.DIRETA	311.791.875,41	300.852.991,32	3,20%
17-RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM.INDIRE	52.651.404,06	37.701.786,87	0,40%
18-RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DOS PODERES	45.707.126,13	98.111.195,27	1,04%
19-RECUR.DESTINADOS A OPERACOES DE CREDITOS	160.978.079,90	176.188.952,87	1,87%
20- RECURSO DESTINADO AO SIST. PROT. SOC. MIL. - SPSM	-	16.217.100,65	0,17%
50-OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS	174.617.790,71	166.773.142,90	1,77%
<b>Total das Fontes de Recursos</b>	<b>9.299.937.111,13</b>	<b>9.398.969.434,43</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafem, 2010-2021.

Busca-se, em seguida, avaliar a situação financeira do Estado, por meio da análise dos índices de liquidez e endividamento.

Os Índices de Liquidez do Estado classificam-se em:

- **Liquidez Corrente** – resulta da relação entre o ativo circulante e o passivo circulante. Demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.), ou seja, também de curto prazo;
- **Liquidez Seca** – leva em consideração apenas os recursos disponíveis e créditos a curto prazo, não contando com estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas (itens não monetários) para a quitação de dívidas de curto prazo;
- **Liquidez Imediata** – leva em consideração apenas as disponibilidades do ativo circulante, ou seja, caixa e equivalentes de caixa, em razão das dívidas circulantes;

- **Liquidez Geral** – indica se a situação financeira do Estado é suficiente para arcar com todas as obrigações, seja a curto ou longo prazo.

Os índices de Liquidez apurados em 2021 estão demonstrados na tabela a seguir.

**Tabela 4.11 – Índices de Liquidez – 2021.**

		(Em R\$ milhares)	
Especificação	Fórmula	Valor	Índice
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	15.597.898	6,77
	Passivo Circulante	2.303.027	
Liquidez Seca	Disponibilidades + Créd. a Curto Prazo	7.939.937	3,45
	Passivo Circulante	2.303.027	
Liquidez Imediata	Disponibilidades	5.743.587	2,49
	Passivo Circulante	2.303.027	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável a LP	15.741.969	1,94
	Passivo Circulante + Passivo não Circulante	8.127.468	

Fonte: Siafem, 2021.

O resultado do Índice de Liquidez Corrente demonstra que o Estado, caso decidisse quitar todas suas dívidas a curto prazo, dispunha de cerca de seis vezes a quantia necessária em seus ativos circulantes.

Observa-se que o Estado também apresenta Liquidez Seca positiva, maior do que a necessária para quitação das obrigações, sem depender dos itens não monetários.

Já o Índice de Liquidez Imediata, ao relacionar as disponibilidades do ativo circulante com o passivo circulante, demonstrou que o Estado possui capacidade financeira para honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, contando apenas com os recursos disponíveis em caixa ou bancos, isto é, sem considerar a vinculação por fonte de recursos.

Por fim, de acordo com o Índice de Liquidez Geral, o resultado de 1,94 indica que o Estado, considerando todos os ativos realizáveis a curto e longo prazo, possui situação financeira suficiente para arcar com todas suas obrigações, seja a curto ou longo prazo.

Quanto ao endividamento, serão analisados três indicadores:

- Índice de Composição do Endividamento – representa o quanto do endividamento total corresponde a parcelas de curto prazo;
- Índice de Endividamento Geral – demonstra quanto do total das origens de recursos é advindo de terceiros;
- Índice de Solvência – expressa o grau de garantia que o Estado dispõe em ativos (totais) para pagamento total de suas dívidas.

Os índices apurados em 2021 acerca do endividamento do Estado constam da tabela a seguir.

**Tabela 4.12 – Índice de Endividamento do Estado – 2021.**

		(Em R\$ milhares)	
Especificação	Fórmula	Valor	Índice
Composição do Endividamento	Passivo Circulante	2.303.027	0,28
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	8.127.468	
Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	8.127.468	0,24
	Passivo Total	34.216.408	
Solvência	Ativo Circulante + Ativo Não Circulante	34.216.413	4,21
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	8.127.468	

Fonte: Siafem, 2021.

De acordo com a tabela, quanto à composição do endividamento, o Estado demonstrou que a maior concentração das suas dívidas é de longo prazo, visto que somente 28% das dívidas são de curto prazo.

O Índice de Endividamento Geral demonstrou que o passivo exigível correspondeu a 24% das origens de recursos, o que significa que a maior parte da estrutura de capital do Estado foi oriunda de seu próprio patrimônio líquido.

Por fim, pelo Índice de Solvência, observou-se que o ativo total do Estado se constituiu cerca de quatro vezes o montante das obrigações. Isso significa que para cada R\$1,00 de dívida, o Estado possuía R\$4,21 de ativos.

#### 4.3.1. Imobilizado

De acordo com a NBC TSP nº 07, as principais questões a serem consideradas na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e de perdas por redução ao valor recuperável a serem reconhecidos em relação a eles.

De acordo com o Balanço Geral do Estado de 2021, os valores do imobilizado foram registrados pelos valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou pelo custo de produção ou de construção, conforme preceitua o artigo 106, II da Lei nº 4.320/64. Em seguida, os valores do imobilizado foram deduzidos da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método das cotas constantes as taxas e parâmetros definidos pela Secretaria de Estado de Administração (Sead), com base na Portaria nº 962/2008, que aprovou o Manual de Procedimentos do Patrimônio Mobiliário do Estado, no qual considera a vida útil econômica dos bens.

**Tabela 4.13 – Imobilizado – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)					
IMOBILIZADO	2020 (a)	A. V. %	2021 (b)	A. V. %	Var. % b/a
<b>BENS MOVEIS</b>	<b>3.340.630</b>	<b>24,40%</b>	<b>3.550.435</b>	<b>22,37%</b>	<b>6,28%</b>
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO/AMORTIZACAO ACUMULADA	1.649.352	12,05%	1.757.443	11,07%	6,55%
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL IMOBILIZADO	96	0%	96	0,00%	0,00%
<b>BENS IMOVEIS</b>	<b>12.192.324</b>	<b>89,05%</b>	<b>14.522.479</b>	<b>91,50%</b>	<b>19,11%</b>
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO/AMORTIZACAO ACUMULADA	191.256	1,40%	443.309	2,79%	131,79%
<b>TOTAL</b>	<b>13.692.250</b>	<b>100</b>	<b>15.872.065</b>	<b>100</b>	<b>15,92%</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

Depreende-se do exposto que a maior parte do ativo imobilizado do Estado é composta de bens imóveis, que representaram 91,50% do grupo em 2021, considerando a depreciação do item. Em relação a 2020, esse grupo teve acréscimo de 19,11%, alcançando o valor de R\$2,3 bilhões, enquanto os bens móveis representaram 22,37% do imobilizado, pois tiveram acréscimo de R\$209,8 milhões que representa 6,28% em relação a 2020. Em razão da materialidade e relevância, detalham-se os bens imóveis, destacando-se a depreciação, amortização e exaustão acumulada de cada item, conforme Balanço Patrimonial.

**Tabela 4.14 – Bens Imóveis – 2021.**

(Em R\$ milhares)					
Bens Imóveis	2020	A. V. %	2021	A. V. %	A.H. %
<b>Bens de uso especial</b>	<b>2.519.933</b>	<b>21,00</b>	<b>3.102.143</b>	<b>21,38</b>	<b>23,1</b>
Imóveis Residenciais	19.620	0,16	21.187	0,15	8,0
Imóveis Comerciais	1.145	0,01	1.145	0,01	0,0
Edifícios	1.871.957	15,60	1.453.508	10,02	-22,4
Terrenos/Glebas	763.112	6,36	1.150.930	7,93	50,8

Bens Imóveis	2020	A. V. %	2021	A. V. %	A.H. %
Armazéns/Galpões	389	0,00	27.370	0,19	6936
Aquartelamentos	12.484	0,10	38.406	0,26	208
Imóveis de uso educacional	-	-	61.608	0,42	-
Fazendas, parques e reservas	-	-	9.969	0,07	-
Imóveis de uso recreativo	609	0,01	4.585	0,03	653
Museus/ Palácios	673	0,01	673	-	0
Hospitais e unidades de saúde	17.036	0,14	58.106	0,40	241
Hotéis	-	-	892	0,01	-
Presídios/ Delegacias	394	0,00	86.518	0,60	21859
Portos/ Estaleiros	-	-	379	-	-
Complexos/ Fábricas/Usinas	-	-	124.376	0,86	-
Estacionamentos e Garagens	-	-	19.168	0,13	-
Postos de Fiscalização	64	0,00	184	-	188
Outros bens imóveis de uso especial	6.881	0,06	43.139	0,30	527
(-) Depreciação Acumul. De bens de uso esp.	174.431	1,45	426.422	-	144
<b>Bens Dominicais</b>	<b>-376</b>	<b>0,00</b>	<b>-514</b>	<b>-</b>	<b>37</b>
Glebas Urbanizadas	524	0,00	514	-	-2
(-) Depreciação Acumul. De bens dominicais	900	0,01	964	-	7
<b>Bens de uso comum</b>	<b>3.091</b>	<b>0,03</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ruas	3.091	0,03	-	-	-
<b>Bens Imóveis em andamento</b>	<b>9.411.363</b>	<b>78,42</b>	<b>11.328.160</b>	<b>78,08</b>	<b>20</b>
Obras em andamento	9.128.029	76,06	11.030.586	76,03	21
Obras em andamento - Reg. Exec. Espec.	238.534	1,99	231.737	1,60	-3
Estudos e Projetos	44.799	0,37	65.837	0,45	47
<b>Instalações</b>	<b>74.413</b>	<b>0,62</b>	<b>76.245</b>	<b>0,53</b>	<b>2</b>
<b>Benfeitorias em propriedade de terceiros</b>	<b>8.414</b>	<b>0,07</b>	<b>8.838</b>	<b>0,06</b>	<b>5</b>
<b>Demais Bens Imóveis</b>	<b>-15.770</b>	<b>-0,13</b>	<b>-6.578</b>	<b>-0,05</b>	<b>-58</b>
Bens Imóveis a classificar	155	0,00	6.578	0,05	4144
(-) Depreciação acumul. Demais bens imóveis	15.926	0,13	15.926	0,11	0
<b>TOTAL</b>	<b>12.001.068</b>	<b>100</b>	<b>14.508.294</b>	<b>100</b>	<b>21</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

De início verifica-se que os bens imóveis do Estado são compostos em grande parte por bens imóveis em andamento (obras, estudos e projetos) com representatividade de 78,08% do grupo. O segundo grupo de contas com percentual significativo são os bens de uso especial, o qual se referem àqueles bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral.

No exercício de 2021, os bens de uso especial totalizaram R\$3,1 bilhões, o que significa um aumento de 23,1% quando comparado a 2020. A depreciação acumulada da referida conta apresenta um aumento de 144%. Constata-se, ainda, o registro nas rubricas: Imóveis de uso educacional, fazendas, parques e reservas, hotéis, portos/estaleiros, complexos/fábricas/usinas e estacionamentos/garagens o que indica a apropriação de bens imóveis até então não registrados no ativo imobilizado do Estado.

Da análise dos itens do imobilizado, verifica-se um crescimento substancial nas contas de armazéns\galpões e presídios\delegacias que cresceram 6.936% e 21.859%, respectivamente.

Válido ainda frisar que as informações revelam valores de depreciação superiores aos seus respectivos ativos, nas contas de bens dominicais e bens imóveis a classificar.

Essa prática já foi detectada em relatórios anteriores de Análise das Contas do Governador do Estado do Pará, tendo a Sefa declarado, à época, que a divergência ocorrera nos registros contábeis da Fundação Cultural do Pará e da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará, e que no decorrer de 2020 as correções seriam providenciadas. Apesar disso, conforme verificado na tabela acima, a situação continuou a se repetir no exercício de 2021.

Por fim, avaliam-se a seguir os seguintes indicadores relativos ao imobilizado: Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL) e índice de Imobilização de Recursos Não Correntes (IRNC).

O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido ou Grau de Imobilização (GI) indica quanto do patrimônio líquido foi investido em bens e direitos permanentes (investimentos, imobilizado, intangível). Já o Índice de Imobilização dos Recursos Não Correntes avalia o nível de imobilização em relação aos recursos próprios e de terceiros de longo prazo. O estado do Pará, em 2021, apresentou os seguintes índices:

**Tabela 4.15 – Apuração do IPL e IRNC – 2021.**

(Em R\$ milhares)	
Apuração IPL e IRNC	Valor
Imobilizado	15.872.065
Investimentos	2.591.917
Intangível	10.462
Ativo Permanente - AP[1]	<b>18.474.444</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido – PL</b>	<b>26.088.940</b>
<b>Total do Passivo Não Circulante - PNC</b>	<b>5.824.441</b>
<b>IPL = Ativo Permanente / PL</b>	<b>0,71</b>
<b>IRNC = Ativo Permanente / PL + PNC</b>	<b>0,58</b>

Fonte: Siafem, 2021.

O índice de 0,71 correspondente ao IPL evidenciou que o grau de imobilização dos recursos próprios é elevado, pois 71% dos recursos próprios do Estado encontram-se aplicados em ativos permanentes, especialmente imobilizados.

Quanto ao IRNC, o índice de 0,58 demonstra que o Estado utilizou 58% dos seus recursos próprios somados aos recursos de terceiros de longo prazo para imobilização de seus ativos.

### 4.3.2. Dívida Ativa

Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez, conforme definição contida no MCASP, 8ª edição.

Esses direitos podem ser de origem tributária, denominados dívida ativa tributária, quando proveniente de obrigações legais relativas a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas; e de origem não tributária, proveniente dos demais créditos da fazenda pública, decorrentes de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

A tabela a seguir apresenta a movimentação da dívida ativa, com o saldo inicial, inscrição, baixa e saldo final do estoque no exercício de 2021, bem como os dados de 2020 para fins de comparação.

**Tabela 4.16 – Dívida ativa do Estado – 2021.**

(Em R\$ milhares)					
Dívida Ativa	2020	A.V %	2021	A.V.%	Var. % 2020/2021
<b>Saldo Inicial</b>	<b>25.866.831</b>	<b>89</b>	<b>29.165.817</b>	<b>92,82</b>	12,75
(+) Inscrição de créditos	901.658	3,1	640.019	2,04	-29,02
(+) Correção monetária e juros + multas	2.824.454	10	1.918.375	6,11	-32,08
(-) Recebimentos	117.342	0,4	135.516	0,43	15,49
(-) Cancelamento e Dispensas	309.784	1,1	165.977	0,53	-46,42
<b>Saldo Final</b>	<b>29.165.817</b>	<b>100</b>	<b>31.422.717</b>	<b>100</b>	<b>7,74</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.



O saldo da dívida aumentou 7,74% em relação ao exercício anterior. A inscrição de créditos apresentou redução de 29,02%, em comparação ao exercício de 2020, representando um volume de R\$640 milhões que deixaram de ser arrecadados e foram inscritos como recebíveis a longo prazo pela Fazenda Pública Estadual.

Verifica-se um valor considerável inscrito proveniente de correção monetária, juros e multa, totalizado em R\$1,9 bilhão, representando 6,11% do saldo final do estoque de dívida ativa. Apesar disso, houve uma redução de 32,08%, nesta conta, quando comparado ao saldo em 2020. Esses encargos moratórios incidentes sobre os créditos inscritos em dívida ativa, previstos em contratos ou normativos legais, foram incorporados ao valor original inscrito, todos registrados com base no regime de competência (MCASP, parte III, pág. 363).

O recebimento em 2021 dos créditos inscritos totalizou R\$135,5 milhões, valor esse maior que o apurado no exercício de 2020, representando uma melhoria de 15,49%. Os cancelamentos e dispensas no período somaram R\$165,9 milhões, correspondendo a uma diminuição de 46,42% quando comparado ao valor do exercício anterior. Esses valores, em termos de representação do estoque de dívida ativa, representaram 0,43% e 0,53%, respectivamente, do saldo final do estoque da dívida no montante de R\$31,4 bilhões.

A tabela, a seguir, evidencia o detalhamento do montante de dívida ativa, segregado em ativo circulante e não circulante.

**Tabela 4.17 – Créditos a receber de dívida ativa – 2020-2021.**

Descrição	(Em R\$ milhares)				
	2020	AV%	2021	AV%	AH
<b>Dívida Ativa (Ac + ANC)</b>	<b>29.165.817</b>	<b>100,00</b>	<b>31.422.717</b>	<b>100,00</b>	<b>7,74</b>
<b>Dívida ativa - ativo circulante</b>	<b>126.236</b>	<b>0,43</b>	<b>164.006</b>	<b>0,52</b>	<b>29,92</b>
Dívida ativa - IPVA	10.467	0,04	16.884	0,05	61,31
Dívida ativa - ITCMD	2.756	0,01	3.717	0,01	34,86
Dívida ativa - ICMS	110.474	0,38	142.807	0,45	29,27
Dívida ativa - Tx Fiscal. recursos minerais	0	0,00	0	0,00	-
Dívida ativa - Tx fiscal. recursos hídricos	1	0,00	0	0,00	-100
Dívida ativa - Tx. serv. fazendários	0	0,00	0	0,00	-
Dívida ativa - Tx. Judiciária	2.538	0,01	599	0,00	-76,41
Dívida ativa - não tributária	0	0,00	0	0,00	-
<b>Dívida ativa - não circulante</b>	<b>29.039.581</b>	<b>99,57</b>	<b>31.258.711</b>	<b>99,48</b>	<b>7,64</b>
Cred. não previd. Inscritos	27.680.935	94,91	29.846.438	94,98	7,82
Dívida ativa - não tributária	1.358.647	4,66	1.412.273	4,49	3,95
(-) Ajustes para perdas de dívida ativa – tributária	-27.639.386	-94,77	-29.846.438	-94,98	7,99
(-) Ajuste de perdas de dív. Ativa - não tributária	-1.350.449	-4,63	-1.405.115	-4,47	4,05
<b>Valor Líquido</b>	<b>175.982</b>	<b>0,60</b>	<b>171.164</b>	<b>0,54%</b>	<b>2,81</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

O valor de créditos originados em dívida ativa com expectativa de recebimento no período de 12 meses é de R\$164 milhões (0,52%), e os créditos com expectativa de recebimento superior a 12 meses totalizam R\$31,2 bilhões (99,48%). Da análise dos valores apresentados em 2021, a rubrica contábil mais representativa dos totais de créditos a receber oriundos de dívida ativa é a de ajustes para perdas de dívida ativa, de origem tributária e não tributária. Esse ajuste refere-se ao valor que o Estado considera como incobrável, ajustando o total de créditos a receber à expectativa de recebimento do montante inscrito.

O ajuste correspondeu a 99,45% do total de valores a receber, correspondente a R\$31 bilhões, não podem ser executados pelo ente estatal. Ademais, importa frisar que o percentual identificado como recebível foi de 0,54% do total do estoque de dívida ativa, ou seja, o Estado do Pará tem expectativa de receber apenas R\$171 milhões dos R\$31,2 bilhões inscritos. A situação descrita ao norte vem sendo apresentada nos relatórios anteriores de análise das contas do governador do estado do Pará.

Quando se compara os valores recebidos de dívida ativa e os saldos recuperáveis ao valor de inscrição líquida de dívida ativa, percebe-se a seguinte situação.

**Tabela 4.18 – Comparativo entre a receita de dívida ativa com o valor recuperável e inscrição líquida de créditos – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

Descrição	2020	A.V.	2021	A.V.	A.H.
(+) Inscrição de créditos	3.726.112	-	2.558.394	-	-
(-) Cancelamento e Dispensas	309.784	-	165.977	-	-
<b>Inscrição líquida de dívida ativa</b>	<b>3.416.328</b>	<b>100</b>	<b>2.392.417</b>	<b>100</b>	<b>42,80</b>
<b>Receitas de dívida ativa</b>	<b>117.342</b>	<b>3,43</b>	<b>135.516</b>	<b>5,66</b>	<b>13,41</b>
<b>Saldo de dívida ativa recuperável</b>	<b>175.982</b>	<b>5,15</b>	<b>171.164</b>	<b>7,15</b>	<b>2,81</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

Os valores de receitas orçamentárias oriundas de dívida ativa representaram 5,66% do valor líquido de créditos inscritos no exercício de 2021. Quando comparado ao exercício anterior, representou um aumento de 13,41%.

Para o saldo de dívida ativa considerada recuperável pelo Estado, em comparação com o total líquido inscrito, o percentual indicou 2,81%, inferior ao exercício de 2020 que apresentou percentual de 5,15%.

A composição do estoque da dívida ativa, no montante de R\$31,4 bilhões, está segregada em tributária e não tributária, demonstrada na tabela a seguir.

**Tabela 4.19 – Composição do estoque da dívida ativa – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

TÍTULO	2020	A.V %	2021	A.V. %	Var. % 2020/2021
<b>DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA</b>	<b>27.807.171</b>	<b>95,34</b>	<b>30.010.445</b>	95,51	7,92
ICMS	26.275.544	90,09	28.349.366	90,22	7,89
IPVA	1.007.211	3,45	1.135.077	3,61	12,70
ITCD	42.366	0,15	43.715	0,14	3,18
TFRM - Tx Fisc Rec Minerários	1.325	0,00	1.417	0,00	6,94
TFRH - Tx Fisc Rec Hídricos	480.725	1,65	480.869	1,53	0,03
<b>DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA</b>	<b>1.358.647</b>	<b>4,66</b>	<b>1.412.273</b>	4,49	3,95
<b>TOTAL DO ESTOQUE DA DÍVIDA</b>	<b>29.165.817</b>	<b>100,00</b>	<b>31.422.718</b>	100	7,74
<b>AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA</b>	<b>28.989.835</b>	<b>99,40</b>	<b>-31.263.456</b>	-99,49	-207,84
<b>SALDO</b>	<b>175.982</b>	<b>0,60</b>	<b>159.262</b>	<b>0,51</b>	<b>-9,50</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

Observa-se que, de acordo com o Balanço Geral do Estado 2021, p. 154, 90,22% do estoque de dívida ativa refere-se a créditos de ICMS, 4,49% à dívida ativa não tributária e 3,61% à dívida ativa de IPVA.

Conforme observado, a maior parcela do estoque de dívida ativa é classificada como incobrável. No que se refere ao valor de ajuste para perdas, que representa 99,49% do total de créditos, a metodologia de cálculo adotada pelo Executivo, conforme demonstrada no BGE/2021, pág. 559 e 560, baseia-se no histórico de recebimentos, adotando-se a média aritmética dos percentuais desses recebimentos registrados nos três últimos exercícios.

Por conta disso, considerando exclusivamente a metodologia demonstrada no BGE/2021, não é possível identificar, de forma individualizada, como cada origem da dívida, especialmente da tributária (ICMS, IPVA, ITCMD, TFRM e TFRH), contribuiu para o ajuste de perdas efetuado, já que o método aplicado pode conter distorções em razão de tratar igualmente todos elementos integrantes da dívida ativa, o que pode comprometer a sua adequada representação. Conseqüentemente, o detalhamento da composição dos valores recuperáveis fica prejudicado.

### 4.3.3. Investimentos

O subgrupo investimentos compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e, ainda, que não se destinem a manutenção da atividade da entidade, como assim define o MCASP, 8ª edição. De acordo com os registros contábeis do Siafem, os investimentos do Estado estão assim identificados:

**Tabela 4.20 – Investimentos – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

Investimentos	2020	2021	Var. Horizontal (%)	Análise Vertical (%) 2020 [a]	Análise Vertical (%) 2021 [b]	Var. Vertical (%) [b-a]
Participação em Sociedades Controladas	2.003.528	2.305.081	15,05	86,42	88,93	2,51
Adiantamento para futuro aumento de capital	299.272	270.255	-9,70	12,91	10,43	(2,48)
Participação em consórcios públicos	501	1.093	118,23	0,02	0,04	0,02
Participação em outras Sociedades	15.086	15.522	2,89	0,65	0,60	(0,05)
(-) Red. a val. recup. particip. av. mét. custo	(35)	(35)	-	(1,49)	(1,33)	0,16
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>2.318.388</b>	<b>2.591.917</b>	<b>11,80</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

Da tabela acima é possível inferir que no exercício de 2021, os investimentos totalizaram R\$2,6 bilhões, representando aumento de 11,80% em comparação aos valores de 2020. Desse total, R\$2,3 bilhões, equivalentes a 88,93%, correspondem a participações em sociedades controladas, R\$270,2 milhões a adiantamento para futuro aumento de capital, R\$15,5 milhões a participações em outras sociedades e R\$1 milhão na rubrica de participação em consórcios públicos. A presente tabela apresenta ainda o valor de R\$35 mil a título de redução a valor recuperável de acordo com o método de custo, realizado pela Codec.

As participações em empresas cuja administração se tenha influência significativa devem ser avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP), o qual se utiliza para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Por esse método, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado. (MCASP, 8ª edição, parte II, pág. 167)

As demais participações devem ser avaliadas de acordo com o custo de aquisição, que consiste no registro no ativo permanente a preço de custo. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que receber as distribuições de lucros do item investido, reconhecidos como receita patrimonial. Nos consórcios públicos, na data de elaboração das demonstrações contábeis, os entes consorciados reconhecem no ativo suas parcelas correspondentes ao patrimônio líquido do consórcio, utilizando a metodologia de apropriação proporcional patrimonial, em que as participações no consórcio público são precificadas por cotas de participação, valoradas conforme a relação "Patrimônio Líquido/Número Total de Cotas". Deste modo, sempre que houver alteração em um dos elementos da relação (patrimônio líquido do consórcio ou número total de cotas), a valoração deve ser revista e os eventuais ajustes, reconhecidos no resultado.

Ressalta-se, que o estado do Pará, junto aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins, participa do Consórcio Amazônia Legal, que tem como objetivo central impulsionar o desenvolvimento sustentável dos estados amazônicos e ampliar os fatores de competitividade e sustentabilidade da região.

Segue abaixo a composição da participação societária do Estado por método de avaliação:

**Tabela 4.21** – Participação Societária do Estado – 2021.

(Em R\$ milhares)		
Método/Participação em sociedades - 2021	Valor	A.V. %
<b>Método de Equivalência Patrimonial (MEP)</b>	<b>2.003.528</b>	99,18
Participação em Sociedades Controladas	2.003.528	99,18
<b>Método de Custo</b>	<b>15.488</b>	0,77
Participação em outras Sociedades	15.488	0,77
<b>Método de Apropriação Proporcional Patrimonial</b>	<b>1.093</b>	0,05
Participação em consórcios públicos	1.093	0,05
<b>TOTAL</b>	<b>2.020.110</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, 2021.

A maior participação societária do Estado, 99,18%, correspondente à participação nas Empresas Controladas não dependentes, é avaliada pelo MEP. As participações avaliadas pelo método de custo referem-se a valores de participações societárias da administração direta e indireta, equivalentes a 0,77% do total das participações.

Verifica-se também participações avaliadas pelo Método de Apropriação Proporcional Patrimonial (MCASP, 8º ed, part. III, pág. 381), no montante de R\$1 milhão, referentes à participação do estado do Pará no consórcio Amazônia Legal.

Em seguida, são apresentados detalhadamente os investimentos avaliados originalmente pelo método de equivalência patrimonial:

**Tabela 4.22** – Participações Societárias do Estado avaliadas pelo MEP.

(Em R\$ milhares)								
Empresas	Total da Particip. sobre o Patrimônio Líquido em 2020 (a)	Patrimônio Líquido das Empresas no Balanço em 2021 (b)	% de Particip. Societária do Estado (c)	Total da Particip. sobre o Patrimônio Líquido em 2021 (d) = b*c	Variação (d)/(a)100	Total da Equiv. Patrimonial (e) = d - a	Aumento de Capital (f)	Total da Particip. após Aumento do Capital (g) = d + f
BANPARÁ	1.484.578	1.638.698	99,98	1.638.316	10,36	153.738	-	1.638.316
COSANPA	494.567	641.300	99,98	641.172	29,64	146.605	269.872	911.044
GÁS DO PARÁ	490	3.628	25,50	925	88,80	435,14	382	1307
CAZBAR	24.698	24.662	100,00	24.662	-0,15	-36	-	24.662
<b>TOTAL</b>	<b>2.004.333</b>	<b>2.308.288</b>		<b>2.305.075</b>	<b>15,00</b>	<b>300.742</b>	<b>270.254</b>	<b>2.455.505</b>

Fonte: Balanço das Empresas – Balanço Geral do Estado – BGE 2021.

Observa-se que no exercício de 2021, a participação societária do Estado em empresas não dependentes correspondeu a R\$2,3 bilhões, valor esse 15% maior em relação ao observado no ano anterior, em razão do resultado positivo da equivalência patrimonial.

Além disso, o estado do Pará realizou adiantamento para aumento de capital futuro, ainda não incorporado ao patrimônio líquido das empresas, no montante de R\$270,2 milhões, sendo R\$269,8 milhões referentes a aportes na Cosanpa, e R\$382 mil à Companhia de Gás do Pará. Assim sendo, a participação societária do Estado, com esse aumento de capital, correspondeu a R\$2,4 bilhões.

A participação societária no Banpará é a de maior materialidade dentre as participações do Estado avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, representando 66,72% do total. Em 2021, o governo do Estado passou a ter R\$1,6 bilhão do capital do Banco, representando aumento de 10,36% em relação ao saldo de participação no exercício de 2020.

Já na Cosanpa, a participação societária do Estado nessa Companhia, no valor de R\$641 milhões, correspondeu a 29,64% do total das participações. Verificou-se que o resultado da equivalência patrimonial

apresentou aumento de R\$146,6 milhões, em razão principalmente do aumento do patrimônio líquido da Cosanpa, pelo aporte para futuro aumento de capital – AFAC, no valor de R\$269,8 milhões.

Em relação a Gás do Pará, ao contrário do que vinha sendo observado nos últimos exercícios, houve um aumento considerável em seu patrimônio líquido no período, o que significou um salto na participação societária do Estado nessa Companhia de 88,80%, em relação ao exercício anterior, constituindo-se na participação do Estado de 0,053%. Observa-se, que o governo aportou adiantamento para aumento de capital futuro na ordem de R\$382 mil.

Por fim, a participação do Estado na Cazbar, no montante de R\$24,6 milhões, equivalente a 1% do total das participações, sofreu uma redução em 0,15% em relação ao exercício anterior.

#### 4.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), segundo o MCASP47 - 8ª Edição, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, que é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD), permitindo a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

A DVP do BGE/2021, (vol. 3, FLS. 512/515), foi apresentada no modelo sintético, especificando os grupos de 2º nível de detalhamento do PCASP, e apurou resultado superavitário de R\$5,2 bilhões, pois contabilizou os valores relativos a transferências intragovernamentais, que são contas intraorçamentárias. No entanto, segundo o MCASP - 8ª Edição, caso haja contas intraorçamentárias, essas devem ser excluídas para fins de consolidação das Demonstrações Contábeis no âmbito de cada ente, a menos que as demonstrações se refiram apenas às contas de um órgão, entidade ou empresa pública, o que não é o caso.

As variações patrimoniais do Estado referentes aos exercícios de 2020 e 2021 encontram-se detalhadas na tabela a seguir para fins de comparação do resultado.

**Tabela 4.23 – Demonstração das Variações Patrimoniais – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

Variações	2020	2021	A.H. %	A.V. % 2020	A.V. % 2021
<b>Variação Patrimonial Aumentativa (I)</b>	<b>69.975.004</b>	<b>81.915.751</b>	<b>17,06</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Impostos, taxas e contrib. de melhoria	17.954.941	22.798.171	26,97	25,66	27,83
Contribuições	3.829.471	3.429.421	-10,45	5,47	4,19
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	148.312	294.782	98,76	0,21	0,36
VPA financeiras	3.482.707	2.732.676	-21,54	4,98	3,34
Transferências e delegações recebidas	43.795.190	51.216.169	16,94	62,59	62,52
Valoriz. e ganhos c/ ativos e desinc. passivos	212.461	115.803	-45,49	0,3	0,14
Outras variações patrimoniais aumentativas	551.922	1.328.728	140,75	0,79	1,62
<b>Variação Patrimonial Diminutiva (II)</b>	<b>67.350.041</b>	<b>76.711.163</b>	<b>13,9</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Pessoal e encargos	12.190.971	12.393.948	1,66	18,1	16,16
Benefic. previd. e assistenciais	4.570.034	5.314.148	16,28	6,79	6,93
Uso de bens, servic. e consumo de capital fixo	4.069.688	5.180.315	27,29	6,04	6,75
VPD financeiras	942.189	646.021	-31,43	1,4	0,84
Transferências e delegações concedidas	40.624.263	48.921.087	20,42	60,32	63,77
Desvaloriz. perda ativos e incorpor. passivos	3.889.676	3.312.428	-14,84	5,78	4,32
Tributárias	635.405	657.516	3,48	0,94	0,86

<sup>47</sup> Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Variações	2020	2021	A.H. %	A.V. % 2020	A.V. % 2021
Custo das merc/produt. vendidos e serv. prestados	58	0	-100	0	0
Outras variações patrimoniais diminutivas	427.756	285.700	-33,21	0,64	0,37
<b>Resultado das Variações Patrimoniais (III) = I – II</b>	<b>2.624.964</b>	<b>5.204.588</b>	-	-	-

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (Siafem, 2020-2021).

Comparadas ao exercício anterior, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas cresceram respectivamente 17,06% e 13,9%.

No grupo das VPAs, destacou-se o aumento do grupo exploração e vendas de bens, serviços e direitos que cresceu 98,76%, o qual compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Outro destaque foram as VPAs outras variações patrimoniais, que cresceram 140,75% em 2021, que compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. Também se viu um crescimento das transferências e delegações recebidas, no percentual de 16,94%, tendo contribuído para este aumento o recebimento de transferências intergovernamentais.

Houve também crescimento de 26,97% na arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria, o que impactou significativamente o resultado devido ser a variação patrimonial aumentativa que representou 27,83% de todas as VPAs em 2021. Este crescimento decorreu, principalmente, da melhoria de desempenho arrecadatário do ICMS, IPVA e taxas de prestação de serviços.

Nas variações patrimoniais diminutivas verificou-se que o Governo teve um aumento na ordem de 13,90%. O grupo de contas mais representativo, Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo que aumentou 27,29% em relação ao exercício anterior.

Portanto, o resultado patrimonial que é o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas resultou no superávit de R\$5,2 bilhões.

#### 4.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), de acordo com o MCASP - 8ª Edição, apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos, identificando: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das Demonstrações Contábeis; e o saldo do caixa na data das Demonstrações Contábeis.

Em consonância com a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a DFC das atividades operacionais pode ser apresentada pelo método direto ou indireto, no entanto as entidades são estimuladas a divulgar os fluxos das atividades operacionais pelo método direto, proporcionando informações que podem ser úteis na estimativa de fluxos de caixa futuros e não estão disponíveis no método indireto.

De maneira a evidenciar as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, as atividades devem ser apresentadas em fluxos: operacionais(48); investimento(49); e de financiamento(50). A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade (NBC TSP 12).

(48) Atividades operacionais são basicamente derivadas das principais atividades geradoras de caixa da entidade que não as de investimento e de financiamento.

(49) Atividades de Investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

(50) Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Diante disso, foram analisados os fluxos de caixa de cada categoria, bem como a geração líquida de caixa e a avaliação de quocientes correlatos. Analisaram-se separadamente as transferências intragovernamentais realizadas (integrantes do fluxo de caixa das atividades operacionais), por apresentarem peculiaridades no exercício. Os valores foram apurados tendo em consideração seus registros nominais, para evitar distorções na análise da geração líquida de caixa.

Os exames que seguem demonstram os fluxos de caixa do governo do Estado nos exercícios de 2020 e 2021.

#### • Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

**Tabela 4.24 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2020 (A)	2021 (B)	Var. % b / a
<b>Ingressos (I)</b>	<b>102.463.452</b>	<b>116.169.927</b>	<b>13,38</b>
Receitas derivadas e originárias	17.976.136	21.244.110	<b>18,18</b>
Transferências correntes recebidas	43.431.737	49.954.862	<b>15,02</b>
Outros ingressos operacionais	41.055.579	44.970.954	<b>9,54</b>
<b>Desembolsos (II)</b>	<b>98.391.847</b>	<b>112.707.326</b>	<b>14,55</b>
Pessoal e outras despesas correntes por função	19.317.529	21.496.559	<b>11,28</b>
Juros e encargos da dívida	124.962	186.099	<b>48,92</b>
Transferências concedidas	38.302.477	45.559.745	<b>18,95</b>
Outros desembolsos operacionais	40.646.880	45.464.922	<b>11,85</b>
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (III) = I – II</b>	<b>4.071.605</b>	<b>3.462.601</b>	<b>-14,96</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

Em 2021 o fluxo de caixa líquido recorrente das atividades operacionais foi positivo em R\$3,4 bilhões. Entretanto, obteve um decréscimo de 14,96% referente ao exercício anterior em virtude de que no exercício em análise o acréscimo dos desembolsos foi maior do que os dos ingressos.

Os ingressos operacionais tiveram aumento de 13,38%, impulsionado pelo crescimento das Receitas derivadas e originárias (18,18%). Já os desembolsos financeiros apresentaram aumento de 14,55%, influenciados principalmente pelo crescimento das transferências concedidas (18,95%) e pelos outros desembolsos operacionais (11,85%).

#### • Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento demonstra os recursos relacionados aos ativos não circulantes, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações de mesma natureza, como se vê na tabela a seguir.

**Tabela 4.25 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	2020 (b)	2021 (B)	Var. % b / a
<b>Ingressos (I)</b>	<b>19.923</b>	<b>51.074</b>	<b>156,35</b>
Alienação de bens	13.143	12.757	<b>-2,94</b>
Amortização de empréstimos	6.780	38.317	<b>465,13</b>
<b>Desembolsos (II)</b>	<b>2.365.236</b>	<b>3.068.957</b>	<b>29,75</b>
Aquisição de ativo não circulante	1.956.652	2.561.584	<b>30,92</b>
Concessão de empréstimos e financiamentos	161.356	163.033	<b>1,04</b>

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	2020 (b)	2021 (B)	Var. % b / a
Outros desembolsos de investimentos	247.228	344.341	<b>39,28</b>
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (III) = I - II</b>	<b>-2.345.313</b>	<b>-3.017.883</b>	<b>28,68</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

Em 2021 o fluxo de caixa de investimentos foi negativo no valor de R\$3 bilhões, ocasionado, em maior parte, pela aquisição de bens no ativo não circulante no percentual de 30,92%. Houve aumento de 465,13% nos ingressos com Amortização de empréstimo e uma redução de ingresso com alienação de bens de 2,94% em relação ao exercício anterior. Essas operações ocasionaram em aumento do resultado negativo do fluxo de caixa de investimentos em comparação ao exercício de 2020.

#### • Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento (não classificadas como atividades operacionais) resulta em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade. Os valores registrados a esse título apresentam-se na tabela a seguir.

**Tabela 4.26 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	2020 (b)	2021 (B)	Var. % b / a
<b>Ingressos (I)</b>	<b>752.778</b>	<b>509.277</b>	<b>-32,35</b>
Operações de crédito	752.778	509.277	-32,35
<b>Desembolsos (II)</b>	<b>293.156</b>	<b>392.499</b>	<b>33,89</b>
Amortização/refinanciamento da dívida	293.156	392.499	33,89
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III) = I - II</b>	<b>459.623</b>	<b>116.778</b>	<b>-74,59</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.

Em 2021 ocorreram ingressos oriundos de operações de crédito maiores que os desembolsos com a amortização e refinanciamento da dívida, resultando em um fluxo de caixa das atividades de financiamento superavitário em R\$116,7 milhões. Isso significa que o Estado aumentou suas disponibilidades de recursos por meio da contratação de operações de crédito.

Comparando com 2021, nota-se um decréscimo de 32,35% nos ingressos de operações de crédito e um aumento de 33,89% dos pagamentos correspondentes à amortização e refinanciamento da dívida. Essas operações fizeram com que o resultado do fluxo de caixa das atividades de financiamento de 2021 fosse 74,59% menor que o apurado em 2020.

#### • Geração Líquida de Caixa

A geração líquida de caixa consiste no somatório dos fluxos de caixas líquidos das três atividades apresentadas na DFC (operacional, investimento e financiamento), conforme se demonstra a seguir.

**Tabela 4.27 – Apuração do fluxo de caixa – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

Apuração do fluxo de caixa do período	Exercício 2020	2021 (B)	Var. % b / a
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (I)	2.185.915	561.495	<b>-74,31</b>
Caixa e equivalente de caixa inicial (II)	2.996.176	5.182.091	<b>72,96</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa final (III) = I + II</b>	<b>5.182.091</b>	<b>5.743.587</b>	<b>10,84</b>

Fonte: Siafem, 2020-2021.



Somando-se os fluxos de caixa de cada atividade apresentada na DFC, gerou-se caixa líquido positivo de R\$561 milhões, em 2021. Adicionado do valor registrado na conta caixa e equivalente de caixa inicialmente, tem-se o caixa e equivalente de caixa final de R\$5,7 bilhões, superior em 10,84% em relação ao exercício anterior.

Para complementar a análise, foram utilizados quocientes que apuram:

1. O fluxo de caixa líquido das atividades em relação ao resultado patrimonial;
2. A capacidade de amortização de dívida;
3. Atividade operacional do Estado.

- Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial – QFL

$$\text{QFL} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais}}{\text{Resultado Patrimonial}} = \frac{3.462.601}{5.204.588} = \mathbf{0,6652}$$

Com base na relação do fluxo das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial, verifica-se que a relação entre o caixa líquido gerado nas operações e o resultado patrimonial é de 66,52%, ou seja, dos fluxos de atividades que compõem a DFC, os das atividades operacionais são os que mais contribuem para o alcance do resultado patrimonial. Com destaque as Receitas derivadas e originárias conforme explanado anteriormente.

4

- Quociente da capacidade de amortização de dívida – QCAD

Em relação ao Passivo Total

$$\text{QCAD} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais}}{\text{Passivo Total}} = \frac{4.071.605}{34.216.413} = \mathbf{0,11899}$$

Em relação ao Passivo Circulante

$$\text{QCAD} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{4.071.605}{2.303.029} = \mathbf{1,7679}$$

O QCAD demonstra o quanto foi gerado de caixa líquido das atividades operacionais para pagamento das dívidas de curto e longo prazo. Ao se apurar o quociente da capacidade de amortização de dívida, considerando todo o passivo estadual, verificou-se que o fluxo de caixa líquido gerado por meio das atividades operacionais em 2021 é capaz de cobrir 11,9% das dívidas totais do Estado.

Todavia, ao apurar o QCAD tendo como denominador apenas as dívidas de curto prazo do Estado (passivo circulante), constata-se que o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais cobre totalmente, inclusive com sobra de 76,79%.

- Quociente da Atividade Operacional – QAO

$$\text{QAO} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais}}{\text{Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa}} = \frac{3.462.601}{561.495} = \mathbf{6,1667}$$

O QAO demonstra a parcela da geração líquida de caixa do Estado atribuída às atividades operacionais. O resultado demonstra que o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais correspondeu, aproximadamente, 616,67% da geração líquida de caixa e equivalente caixa, colaborando com às conclusões dos dados do QFL.

Comparados ao exercício anterior, verificou-se que todos esses índices aumentaram, conforme se visualiza na tabela a seguir.

**Tabela 4.28 – Variação dos quocientes da DFC – 2020-2021.**

(Em %)

Índices	2020 %	2021 %
QFL	155,11	66,53
QCAD <sup>1</sup>	50,15	11,90
QCAD <sup>2</sup>	170,58	176,79
QAO	186,27	616,67

Fonte: Siafem, 2020-2021.

Nota: 1) Em relação ao passivo total.

2) Em relação ao passivo circulante.

## 4.6. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

De acordo com o MCASP, 8ª Edição, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) deve evidenciar a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período e necessita ser elaborada utilizando-se o grupo 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Ainda de acordo com o MCASP, a elaboração da DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

Dessa forma, neste tópico do relatório, realizou-se o processo de identificação, compilação e especificações de dados apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e, na sequência, foram aplicadas as técnicas de análise das demonstrações financeiras nas contas que compõem o demonstrativo, com destaque a conta de “ajustes de exercícios anteriores”, seguindo os critérios propostos pelo MCASP e pela teoria contábil.

A tabela, a seguir, evidencia a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Estado.

**Tabela 4.29 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 2021.**

(Em R\$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldo inicial 2021	153.194	30	14.754	23.219	4.552	20.449.905	20.645.655
Ajustes de Exer Ant.	(1.308)	-	-	-	-	19.630	18.321
Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	-
Result. do Exercício	-	-	-	-	-	2.579.624	2.579.625
Lucros/ Prejuízos de Exerc. Anteriores	-	08	(7.825)	-	104	2.852.854	2.845.341
Saldo Final 2021	151.886	238	6.929	23.219	4.656	25.902.014	26.088.942

Fonte: Demonstração das Mutações do PL (BGE 2021).

Nota: 1) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

A conta “Patrimônio Social/Capital Social”, que compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta, conforme disposto no

MCASP, 8ª Edição, apresentou um decréscimo no valor de R\$1,3 milhão.

Por outro lado, a conta Resultados Acumulados, apresentou aumento em 2021 influenciado pelo Resultado do Exercício, bem como pelos lucros acumulados de exercícios anteriores e ainda pelo registro de valor positivo na rubrica de Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$19,6 milhões.

O confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas apurados na Demonstração das Variações Patrimoniais afluem na contribuição do registro de R\$2,5 bilhões contidos no Resultado do Exercício.

Quanto à conta “Ajustes de Exercícios Anteriores”, que, segundo o MCASP, registra os efeitos de mudanças de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, resultou da variação das contas detalhadas na tabela a seguir.

**Tabela 4.30 – Ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido – 2021.**

Descrição	(Em R\$ milhares)		
	Saldo em 2021 (a)	Saldo em 2020 (b)	Variação (a- b)
<b>Superávits/Deficits (I)</b>	<b>235.711</b>	<b>217.394</b>	<b>18.317</b>
Créditos previdenciários inscritos em dívida ativa	0	0	0
Ajustes de obrigações a curto prazo	130	9.846	121
Ajuste de provisões	149	3.410	145
Créditos a receber de curto e longo prazo	-183	247.193	-430
Participações permanentes	0	125	-125
Ajustes de bens móveis	-39.226	-22.879	-39.203
Ajustes de bens imóveis	230.799	130.851	230.669
Depreciação	44.042	-11.301	44.054
Sentenças judiciais	0	0	0
Ajustes de bens de almoxarifado	0	-139.853	140
<b>Lucros e prejuízos acumulados (II)</b>	<b>1.713</b>	<b>401</b>	<b>1.312</b>
Tributos a recuperar/compensar	3.054	-3.054	3.057
Ajuste de provisões	746	874	745
Créditos a receber de curto e longo prazo	1.624	-110	1.624
Estoques de curto e longo prazo	0	56	0
Ajustes de bens intangíveis	765	-62	765
Ajustes de bens móveis	193	-14	193
Ajustes de bens imóveis	-4.685	2.629	-4.688
Depreciação	16	19	16
Amortização	0	62	0
Ajuste de capital social subscrito	0	0	0
<b>Total (I + II)</b>	<b>237.424</b>	<b>217.794</b>	<b>19.630</b>

Fonte: Siafem, 2021.

O saldo credor de R\$1,7 milhão na conta lucros ou prejuízos acumulados apresentado na referida conta foi influenciado, em grande parte, pela variação credora no valor da conta de tributos a recuperar/compensar, no total de R\$3 milhões, seguida da variação credora negativa na conta de ajuste de bens imóveis no valor de R\$4,6 milhões.

A movimentações apresentadas nos demonstrativos são compatíveis com as identificadas nas contas do patrimônio líquido, evidenciadas no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Variações Patrimoniais do Estado, conforme Siafem 2021.

#### 4.7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS CONTROLADAS NÃO DEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis das empresas controladas não dependentes foram examinadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, e pela Lei nº 11.941/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central

do Brasil (Bacen), do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações, a seguir, apresentam a situação patrimonial e financeira das empresas em 31/12/2021, comparada ao exercício anterior.

#### 4.7.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia a situação econômico-financeira das empresas em determinado momento estático de referência e proporciona a seus usuários a visão da aplicação de recurso feita pela entidade (Ativo), o quanto desse recurso é devido a terceiros (Passivo), o nível de endividamento, a liquidez da empresa e a proporção do capital próprio (Patrimônio Líquido).

O Balanço Patrimonial Consolidado das Empresas Não Dependentes do Estado demonstrado sinteticamente no BGE/2021, compõe-se das seguintes Empresas:

- Banco do Estado do Pará S/A (Banpará);
- Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa);
- Companhia de Gás do Pará (Gás do Pará);
- Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações de Barcarena (Cazbar), subsidiária da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec).

A tabela a seguir apresenta os principais grupos de contas do Balanço Patrimonial consolidado, sobre os quais é efetuada a análise dos saldos do exercício de 2021 comparados aos saldos atualizados do exercício de 2020, exibindo análises verticais e horizontais como parâmetro comparativo entre os valores.

**Tabela 4.31 – Balanço Patrimonial consolidado das empresas controladas – 2020-2021.**

GRUPOS DO BALANÇO PATRIMONIAL	2020		2021		2020-2021
	VALOR	AV (%)	VALOR	AV (%)	AH(%)
<b>ATIVO</b>	<b>13.821.989</b>	<b>100,00</b>	<b>14.622.405</b>	<b>100,00</b>	<b>5,79</b>
<b>CIRCULANTE</b>	6.569.090	47,53	6.442.651	44,06	-1,92
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	7.252.899	52,47	8.179.754	55,94	12,78
<b>PASSIVO</b>	<b>13.821.989</b>	<b>100,00</b>	<b>14.622.405</b>	<b>100,00</b>	<b>5,79</b>
<b>CIRCULANTE</b>	9.136.241	66,10	9.621.118	65,80	5,31
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	2.479.756	17,94	2.692.998	18,42	8,60
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.205.992</b>	<b>15,96</b>	<b>2.308.289</b>	<b>15,79</b>	<b>4,64</b>

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado das Empresas Controladas 2020 e 2021.

O saldo total do Ativo e Passivo, no exercício de 2021, foi de R\$14,6 bilhões, registrando aumento de 5,79% em relação ao exercício anterior.

O ativo circulante, em 2021, apresentou saldo de R\$6,4 bilhões, inferior ao de 2020 em -1,92%, representando 44,06% do ativo total. A redução acima identificada foi originada de uma redução considerável no Ativo Circulante da Cazbar. O ativo não circulante atingiu R\$8,1 bilhões no exercício em análise, correspondendo a 55,94% do ativo total das empresas. Esta Conta apresentou crescimento de 12,78% em relação a 2020.

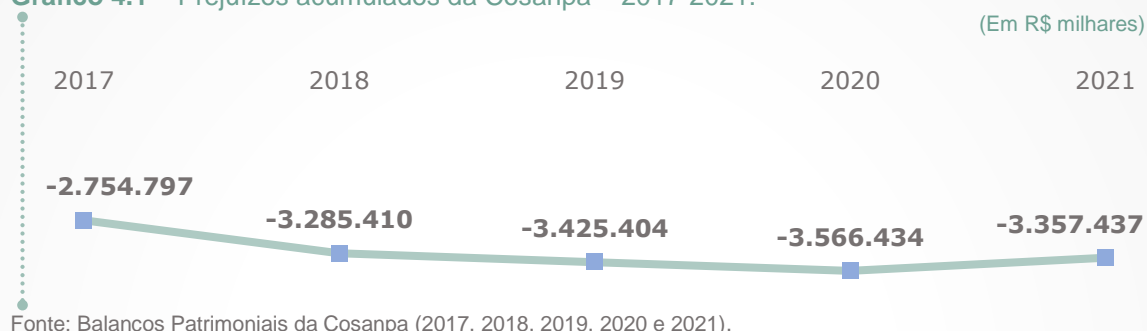
Em relação ao passivo circulante, em 2021, verifica-se um saldo de R\$9,6 bilhões, ou seja, apresentou um leve aumento de 5,31% em relação ao exercício de 2020. Já o passivo não circulante totalizou R\$2,6 bilhões, registrando um acréscimo de 8,60% em relação ao saldo de 2020.

Comparando o ativo circulante com o passivo circulante foi verificado que, no curto prazo, há mais obrigações a pagar do que bens e direitos capaz de arcar com esses pagamentos. A diferença de obrigações a maior equivale a R\$3,1 bilhões, fato que compromete o capital de giro dessas organizações e deste modo, afeta a funcionalidade e a prestação dos serviços prestados por essas entidades públicas.

O patrimônio líquido das empresas controladas totalizou R\$2,3 bilhões, equivalente a 15,79% do passivo total. Comparando a 2020, esse grupo apresentou acréscimo de 4,64%. O Banpará foi a empresa que apresentou maior representatividade no patrimônio líquido consolidado.

Todas as empresas demonstraram aumento do patrimônio líquido, à exceção da Gás do Pará, cujo patrimônio líquido foi reduzido em razão do prejuízo apurado no exercício. Outra situação relevante são os dados da Cosanpa que, mesmo com o aumento do PL, vem apresentando sucessivos prejuízos nos últimos anos, conforme demonstra o gráfico a seguir.

**Gráfico 4.1 – Prejuízos acumulados da Cosanpa – 2017-2021.**



O aumento dos prejuízos acumulados ocorreu em razão dos subseqüentes resultados negativos do exercício, como se analisa no tópico a seguir.

#### 4.7.2. Demonstração do Resultado do Exercício

Conforme estabelecido no art. 176 da Lei federal nº 6.404/1976, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deverá ser elaborada ao fim de cada exercício social, exprimindo com clareza a situação do patrimônio da empresa.

A DRE das empresas controladas pelo Estado tem por objetivo evidenciar a formação do resultado líquido do exercício (lucro ou prejuízo), mediante o confronto entre receitas, custos e despesas apurados pelo regime de competência em 31/12/2021.

O resultado líquido dos exercícios de 2020 e 2021, bem como os componentes que provocaram a alteração na situação líquida patrimonial das empresas em determinado período são evidenciados na tabela a seguir.

**Tabela 4.32 – Resultado consolidado do exercício das empresas controladas – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

GRUPOS	31/12/2020		31/12/2021		AH%
	VALOR	AV%	VALOR	AV%	
RECEITAS OPERACIONAIS	2.349.176	100	2.603.168	100	10,81
OUTRAS RECEITAS	7.216	0,31	4.697	0,18	-34,90
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	1.727.036	73,52	2.284.161	87,75	32,26
(-) OUTRAS DESPESAS	664.482	28,29	211.003	8,11	-68,25
<b>RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>-35.126</b>	<b>-1,50</b>	<b>112.701</b>	<b>4,33</b>	<b>-420,85</b>

Fonte: Demonstrativo Consolidado dos Resultados do Exercício das Empresas – 2020 e 2021.

Para efeito de análise da representatividade de cada grupo de conta que compõe o resultado consolidado das empresas controladas, efetuada através da análise vertical, considerou-se como referência o valor da receita operacional, ao qual foi atribuída a grandeza máxima de 100%.

No exercício 2021, as Receitas Operacionais das empresas controladas totalizaram R\$2,6 bilhões, apresentando um aumento de 10,81% em relação ao saldo atualizado do exercício 2020, no qual foi registrado o valor de R\$2,3 bilhões.

Já em relação aos valores correspondentes a “Outras Receitas”, houve redução em seu resultado que passou de 7,2 milhões em 2020 para 4,6 milhões em 2021, um recuo de 34,90%. Porém, quando comparado ao valor das Receitas Operacionais, aquele montante representa apenas 0,18%, ou seja, pouca expressividade.

As Despesas Operacionais, que somaram R\$2,2 bilhões, em 2021, apresentaram um aumento expressivo de 32,26% em relação ao exercício 2020 (R\$1,7 bilhão), e representaram 87,75% das Receitas Operacionais do período.

O valor de R\$211 milhões registrado no grupo “Outras Despesas” representou 8,11% das Receitas Operacionais no exercício 2021, podendo ser observado uma redução de 68,25% nesta conta.

O lucro apurado em 2021, no valor de R\$112 milhões, representou 4,33% das Receitas Operacionais do período, 420,85% maior que o obtido no exercício anterior, que registrou resultado negativo na quantia de R\$35 milhões.

Demonstra-se na tabela, a seguir, o resultado econômico e financeiro do exercício de 2021, por empresa, comparado ao resultado do exercício de 2020.

**Tabela 4.33 – Gestão econômica e financeira das empresas controladas – 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

EMPRESAS	Resultado do Exercício de 2020 (I)	2021				Resultado Do Exercício (VI)=II+III-IV-V	Variação do Resultado 2020/2021 %
		Receita Operac. (II)	Outras Receitas (III)	Despesa Operac. (IV)	Outras Despesas (V)		
Banpará	265.466	2.023.975	4.581	1.576.306	210.965	241.285	-9,11
Cosanpa	-298.721	579.193	-	704.847	-	-125.654	-57,94
Gás do Pará	-1.248	-	64	2.927	32	-2.895	110,77
Cazbar	-499	-	52	81	6	-35	-92,98
<b>TOTAL</b>	<b>-35.127</b>	<b>2.603.168</b>	<b>4.697</b>	<b>2.284.161</b>	<b>211.003</b>	<b>112.701</b>	<b>-420,84</b>

Fonte: Demonstrações Contábeis das Empresas – 2020 e 2021.

Como mencionado anteriormente, o resultado consolidado das empresas controladas no exercício 2021 foi positivo. Contudo, importa mencionar que o resultado apresentado pelo Banpará foi o responsável pelo saldo positivo do exercício das empresas controladas, haja vista que o resultado do exercício das demais empresas, Cosanpa (R\$125 milhões), Gás do Pará (R\$2,8 milhões) e Cazbar (R\$-35 mil) foi negativo.

No exercício de 2021, o montante das despesas operacionais apurado na Cosanpa, superou o total de suas receitas operacionais, ocasionando o resultado negativo mencionado. A Cosanpa apresentou os seguintes resultados econômicos nos últimos cinco anos:

**Gráfico 4.2 – Prejuízo líquido anual da Cosanpa – 2017-2021.**



Fonte: Demonstração do Resultado do Exercício – Cosanpa (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Verificou-se que a Cosanpa vem apresentando prejuízos em toda a série histórica analisada. No entanto, ao comparar o desempenho de 2021 com o exercício anterior, que também apresentou prejuízo, observa-se uma melhora significativa no resultado, tendo em vista que o prejuízo de 2021 foi de R\$125 milhões e o de 2020 de R\$298 milhões.

A Companhia de Gás do Pará não apresentou lançamento de receitas operacionais em 2021, mas apenas de receitas financeiras, que compõem o saldo da conta outras receitas, no valor de R\$64 mil, as quais foram insuficientes para cobrir as despesas operacionais da empresa, ocasionando um resultado negativo de R\$2,8 milhões, que foi substancialmente maior (110,77%) do que o prejuízo de R\$1,2 milhão registrado no exercício 2020.

Quanto à empresa Cazbar, também não apresentou registro de receitas operacionais em 2021, mas somente de receitas de rendimentos de aplicação financeira, que originaram o saldo das outras receitas no valor de R\$52 mil, o qual não foi suficiente para atender às despesas operacionais, gerando, assim, um prejuízo de R\$35 mil. Quando comparado ao exercício anterior, verifica-se que houve uma melhora no resultado da empresa, uma vez que o saldo negativo de 2021 foi 92,98% menor que o prejuízo apurado em 2020.

### 4.7.3. Fluxo de Caixa

Conforme as Demonstrações Contábeis encaminhadas ao TCE-PA, as empresas controladas não dependentes aderiram ao processo de convergência às normas internacionais e adotaram as interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as Resoluções nº 3.604/2008 (CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 4.007/2011 (CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro).

A elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa está prevista dentre as demonstrações financeiras elencadas no art. 176, IV, da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas), o qual estabelece que será elaborada ao fim de cada exercício social, com base na escrituração mercantil da empresa.

A Lei das Sociedades Anônimas estabelece em seu art. 188, cuja redação foi instituída pela Lei nº 11.638/2007, que a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indicará as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa durante o exercício, com obrigatoriedade de elaboração e publicação para as companhias abertas ou com patrimônio líquido superior ao valor de R\$2 milhões.

Ainda de acordo com o art. 188 da Lei das Sociedades Anônimas, as alterações no saldo de caixa e equivalentes de caixa devem ser segregadas em, no mínimo, três fluxos, quais sejam, operacionais, de investimentos e de financiamentos.

Há, ainda, a possibilidade de utilização de dois métodos de apresentação, cuja utilização fica a critério das empresas, que assim esteve configurada no exercício 2021:

- Método Direto – utilizado pela empresa Cazbar, resume todos os pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades operacionais da empresa, com apresentação dos componentes do fluxo em valores brutos;
- Método Indireto – utilizado pelo Banpará, Cosanpa e Gás do Pará, os recursos oriundos das atividades operacionais são demonstrados com base no lucro ou prejuízo líquido, ajustados pelas operações registradas na Demonstração do Resultado do Exercício.

Apresenta-se, a seguir, o resumo das DFCs das empresas, o resultado em conjunto dos fluxos das atividades e as disponibilidades de caixa e equivalentes no exercício de 2021.

**Tabela 4.34** – Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2021.

	(Em R\$ milhares)				
FLUXOS DE CAIXA	BANPARÁ	COSANPA	CAZBAR	GÁS	TOTAL
De Atividades Operacionais	-169.511	-100.611	-86.887	-2.548	-359.557
De Atividades Operacionais de Investimentos	-12.848	-176.208	0	-955	-190.011
De Atividades Operacionais de Financiamentos	-98.625	269.453	51.825	5.930	228.583
Aumento/Redução das Disponibilidades	-280.984	-7.366	-35.062	2.427	-320.985
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.269.585	28.614	1.221.252	385	2.519.837
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	988.601	21.248	1.186.190	2.812	2.198.852

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa das Empresas – 2021.

Conforme demonstrado, o caixa líquido das Atividades Operacionais conjuntas das empresas controladas não dependentes encerrou o exercício com saldo negativo de R\$ 359,5 milhões.

O fluxo de caixa das Atividades de Investimentos das empresas encerrou o exercício de 2021 com saldo negativo de R\$190 milhões, contribuindo para esse resultado os fluxos negativos de todas as empresas, com exceção da Cazbar, que apresentou saldo zero. Destaca-se, em relação aos fluxos de investimentos, em termos de representatividade, quanto ao total apurado, o resultado da Cosanpa, que apresentou caixa negativo de R\$176 milhões, em decorrência de aplicação no sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento Sanitário, bem como em bens de uso geral.

O fluxo de caixa das Atividades de Financiamentos, por outro lado, apresentou saldo positivo de R\$228,5 milhões, influenciado principalmente pelo saldo positivo de R\$269,4 milhões da Cosanpa, em razão de adiantamento para futuro aumento de capital, em contraposição ao saldo negativo de R\$99 milhões apurado no Banpará, proveniente da remuneração de capital próprio. Sendo assim, contribuíram ainda para o resultado, os saldos positivos apurados nas empresas Cazbar R\$ 51,8 milhões e Gás do Pará R\$5,9 milhões.

Nesse sentido, como consequência dos resultados negativos apurados no Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais R\$359,5 milhões e no Fluxo de Caixa de Atividades de Investimentos de R\$190 milhões, a variação no saldo das disponibilidades de caixa total foi negativa no valor de R\$ 320 milhões, cujo valor do caixa e equivalente caixa do fim do período totalizou R\$2,2 bilhões.

#### 4.7.4. Análise por Coeficiente

O desempenho econômico e financeiro das empresas controladas pode ser observado por meio de indicadores financeiros na análise de coeficientes ou índices, conforme se demonstra no quadro a seguir.

**Quadro 4.1** – Coeficientes das empresas controladas – 2017-2021.

Coeficientes	FÓRMULA	2017	2018	2019	2020	2021
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disp.}}{\text{PC}}$	0,03	0,03	0,04	0,02	0,02
Liquidez Corrente	$\frac{\text{AC}}{\text{PC}}$	0,87	0,83	0,75	0,72	0,67
Liquidez Seca	$\frac{\text{AC-Estq}}{\text{PC}}$	0,87	0,83	0,75	0,72	0,67
Liquidez Geral	$\frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{PNC}}$	1,03	1,00	1,00	1,01	1,03
Participação de Capitais de Terceiros	$\frac{\text{PC} + \text{PNC}}{\text{Pass. Total}}$	0,79	0,82	0,84	0,84	0,84
Composição do Endividamento	$\frac{\text{PC}}{\text{PC} + \text{PNC}}$	0,73	0,69	0,73	0,79	0,78



Coeficientes	FÓRMULA	2017	2018	2019	2020	2021
Rentabilidade sobre o Investimento	$\frac{\text{Res. Exerc.}}{\text{PL}}$	0,01	0,04	0,04	-0,02	0,05
Rentabilidade sobre o Ativo	$\frac{\text{Res. Exerc.}}{\text{At. Total}}$	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01
Margem Operacional	$\frac{\text{Res. Oper.}}{\text{Vendas Líq.}}$	0,16	0,17	0,35	0,35	0,27
Margem Líquida	$\frac{\text{Res. Exerc.}}{\text{Vendas Líq.}}$	0,01	0,03	0,05	0,02	0,07

Fonte: BP Consolidado e DRE das Empresas Controladas – 2017-2021

O índice de Liquidez Imediata no exercício de 2021 foi de 0,02 e sinaliza que para cada um R\$1,00 de dívidas de curto prazo as empresas terão condições de liquidar imediatamente apenas R\$0,02. Comparando esse índice com os valores obtidos no ano anterior, verifica-se que não houve variação em relação ao exercício de 2020.

Os indicadores de Liquidez Corrente e Liquidez Seca são semelhantes nos cinco exercícios e demonstram quanto as empresas possuem de ativos circulantes disponíveis para pagar suas obrigações de curto prazo. No exercício de 2021 os índices foram de 0,67 e indicam que, para cada R\$1,00 de obrigações a curto prazo, as empresas possuem R\$0,67 de ativos circulantes disponíveis para pagamento. Os índices apresentaram redução em relação aos quatro anos anteriores. Porém, considerando ser resultados abaixo de 1, evidenciam que os ativos de curto prazo somados ou não com os estoques não são suficientes para arcar com as obrigações de curto prazo nos últimos anos.

O coeficiente de Liquidez Geral teve um pequeno aumento em relação ao ano anterior com índice de 1,03 em 2021, indicando que existe R\$1,00 de direitos e haveres no circulante e no realizável a longo prazo para cada R\$1,03 de dívida, ou seja, é possível fazer frente a todas as obrigações utilizando os ativos disponíveis de forma geral.

No exercício de 2021 as empresas controladas apresentaram o índice de 0,84 de Participação de Capital de Terceiros, demonstrando que há capital de terceiros na ordem de 84% e capital próprio de 16%. Observa-se que nos últimos três exercícios, esse índice permaneceu constante, correspondendo a 84% da composição do capital, efeito gradual de aumento da dependência do capital de terceiros em detrimento do capital próprio.

O indicador de Composição do Endividamento demonstra quanto as empresas possuem de obrigações de curto prazo para cada R\$1,00 de obrigações totais (curto e longo prazo). Quanto menor a participação das dívidas de curto prazo no endividamento total, melhor será a situação da empresa, uma vez que nesse cenário seu capital de giro estaria menos comprometido em curto prazo. Em 2021 as empresas controladas apresentaram o índice de 0,78 demonstrando que as dívidas de curto prazo correspondem a 78% do endividamento total. Sendo assim, houve uma pequena redução em relação ao exercício anterior.

O índice de Rentabilidade Sobre o Investimento relaciona o resultado líquido do exercício com o valor do investimento, ou seja, indica o quanto as empresas obtêm de lucro para cada R\$1,00 de capital próprio investido. No exercício de 2021 a taxa de rentabilidade sobre o capital próprio foi de 0,05, que corresponde à obtenção de 5% de lucro sobre os investimentos.

A Rentabilidade Sobre o Ativo possibilita identificar quanto as empresas obtiveram de lucro ou prejuízo em relação aos investimentos totais feitos com capital próprio e de terceiros (ativo total). O índice 0,01 demonstrado no exercício de 2021 revela que há rentabilidade de lucro sobre o ativo total do exercício.

O coeficiente da Margem Operacional expressa o quanto as empresas obtêm de lucro operacional líquido sobre as vendas ou serviços efetuados. O índice de 0,27 no exercício de 2021 mostra um decréscimo em relação

ao índice do exercício de 2020. Assim, verifica-se que o lucro operacional no exercício em análise foi equivalente a 27% das vendas.

O indicador da Margem Líquida revela a margem de lucro ou prejuízo em relação ao faturamento das empresas. O índice apresentado em 2021 demonstra que a empresa obteve R\$0,07 de lucro para cada real vendido, o melhor desempenho na série histórica de cinco anos.

#### 4.7.5. Pareceres emitidos pela auditoria independente, Conselho Fiscal e de Administração.

O **Banpará** é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, tendo como acionista majoritário o governo do estado do Pará.

Opera como banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações têm como fonte de financiamento, além dos recursos próprios, os recursos obtidos com captações de depósito à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem depósitos judiciais. O banco atua como instrumentos de execução da política econômico-financeira do estado do Pará, em consonância com os planos e programas do governo estadual.

As demonstrações financeiras do Banpará foram objeto de auditoria independente, sendo emitido parecer com opinião sem ressalva, portanto, considera que as demonstrações contábeis elaboradas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, (i) a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, (ii) o desempenho de suas operações e (iii) os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo por base as evidências, consideradas suficientes e apropriadas para emissão de opinião, e os parâmetros de responsabilidade definidos no parecer.

Nesse sentido, com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 do Banco do Estado do Pará S.A – Banpará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

A **Companhia de Gás do Pará** é uma sociedade de economia mista, cujo objeto social é a exploração, com exclusividade, do serviço público de distribuição e comercialização, no varejo e no atacado, de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado, de produção no estado do Pará, pela União, por terceiros nacionais ou decorrentes de importação, para fins industriais, comerciais e residenciais, e qualquer outra finalidade lícita de consumo direto ou como componente de produção, condizente com a tecnologia mais moderna disponível, observando as leis e as normas de proteção ao meio ambiente em todo o território do estado do Pará.

A Companhia possui concessão exclusiva até o ano 2036, prorrogável por mais 30 anos, da exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o estado do Pará.

As demonstrações financeiras foram objeto de auditoria independente, sendo emitido parecer com opinião sem ressalva, portanto, considera que as demonstrações contábeis elaboradas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo por base as evidências, consideradas suficientes e apropriadas para emissão de opinião, e os parâmetros de responsabilidade definidos no parecer.

Os relatórios contábeis foram examinados e aprovados pelo Conselho Fiscal, com emissão de parecer

opinativo favorável à aprovação, assim como pelo Conselho de Administração, nos termos do art. 163 e art. 146, V, da Lei nº 6.404/1976, respectivamente. Os atos praticados de elaboração, auditoria, exame, discussão e aprovação dos relatórios contábeis fundamentam o sistema de governança da empresa.

A **Cazbar** tem como objetivo social implantar, instalar a infraestrutura básica, manter e administrar a Zona de Processamento de Exportações (ZPE) do município de Barcarena, no estado do Pará, especialmente no que diz respeito a transporte, energia, telecomunicações, saneamento, abastecimento de água e atividades correlatas, podendo, com esse propósito, prestar serviços às sociedades empresariais que venham a se instalar na ZPE de Barcarena.

A Cazbar é subsidiária da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec) As demonstrações financeiras e as notas explicativas foram objeto de auditoria independente, com emissão de Parecer com opinião sem ressalva, pontuando, portanto, que as demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da Companhia, tendo por base as evidências, consideradas suficientes e apropriadas para emissão de opinião, e os parâmetros de responsabilidade definidos no parecer.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as disposições da lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, nos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas e orientações.

A **Cosanpa** é uma sociedade de economia mista criada nos termos da Lei estadual nº 4.336/1970, órgão integrante da administração indireta, onde o acionista majoritário, com 99,98%, é o governo do estado do Pará, cuja missão é atender a população urbana do estado do Pará com serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

As demonstrações financeiras e as notas explicativas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, (i) a posição patrimonial e financeira da Cosanpa em 31 de dezembro de 2021, (ii) o desempenho de suas operações e (iii) os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo por base as evidências, consideradas suficientes e apropriadas para emissão de opinião, e os parâmetros de responsabilidade definidos no parecer, com exceção de alguns assuntos, como: provisão para crédito de liquidação duvidosa, transferências de obras em andamento para o imobilizado em operação, corrosão do capital social por prejuízos acumulados, contratos de concessões, prescrição de ativo fiscal em função do cenário deficitário, provisão para passivos contingentes, formalização do adiantamento para futuro aumento de capital, seguro de eventuais sinistros.

#### 4.8. CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Desde o ano de 2008, vários normativos foram expedidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão responsável pela normatização técnica, bem como pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do sistema de contabilidade nacional, responsável pela publicação de manuais práticos, com a finalidade, dentre outros, de aprimorar a qualidade da informação contábil pública e permitir a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN).

A aprovação da NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, foi importante nesse processo, já que estabeleceu os conceitos aplicáveis ao desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) e à elaboração e à divulgação formal dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) visando à convergência aos padrões internacionais.

Para a adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais provenientes do processo de convergência, a STN expediu a Portaria nº 548/2015. A referida portaria dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

Para os Estados e Distrito Federal, os prazos para implantação dos últimos procedimentos findam no início de 2022, conforme cronograma denominado de Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP), composto de 19 procedimentos contábeis a serem implantados gradualmente pelas entidades da federação, e um ainda pendente de definição.

Em relação ao estado do Pará, já foram implantados sete procedimentos contábeis do plano, correspondentes aos itens 2, 3, 4, 10, 12, 13, 17 e 18. Dois procedimentos têm cumprimento previsto para 2022, e seus procedimentos ainda não foram iniciados (itens 8 e 9). Outros três procedimentos ainda precisam ter seus prazos definidos em ato normativo específico, vez que seus prazos foram reavaliados (itens 14, 16 e 19).

Seis procedimentos que tiveram seus prazos esgotados ainda não foram concluídos, conforme demonstra o quadro a seguir.

**Quadro 4.2 – Procedimentos contábeis patrimoniais ainda não concluídos.**

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Prazos obrigatórios dos registros contábeis para os Estados	Situação do Estado do Pará
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Implantado parcialmente
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado parcialmente
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Não Iniciada
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Implantado parcialmente
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado parcialmente
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Não Iniciada

Fonte: BGE, 2021

Os itens 1 e 15, que possuíam prazo para implantação até 01/01/2020, ainda não foram concluídos, estando, o item 1 iniciado e atualmente implantado parcialmente e o 15 não iniciado. O item 6 com prazo excedido em 01/01/2019 ainda não foi iniciado. Cabe ao governo do estado envidar esforços para implementar esses procedimentos, vez que já excedeu o prazo, bem como o item 5 que teve a sua implantação parcialmente executada, porém o prazo obrigatório de conclusão estava programado para 01/01/2019.

O procedimento patrimonial “11 – reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados” que deveria ser implantado em 2017 ainda apresenta situação de parcialmente implantado. Persiste, portanto, o descumprimento parcial do previsto na Portaria STN nº 548/2015.

Quanto ao item 7, que diz respeito ao registro contábil dos bens móveis e imóveis, excetuando-se os bens de infraestrutura e patrimônio cultural, passou a ser obrigatório o registro contábil para os Estados em 01/01/2019(51). Apesar de o prazo já ter vencido, verificou-se que o item continua com status de implantação parcial.

Outro fato que merece menção trata da implantação de novo sistema de administração financeira em substituição ao Siafem, cujo processo foi iniciado em 2019, conforme informa o BGE/2019, vol. 1, p. 76, no intuito de permitir avanços significativos no processo de convergência das NBCASP no estado do Pará.

Destaca-se, por oportuno, que conforme informação contida no BGE 2021, vol. 1, p. 69, o novo Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual adquirido pelo Estado, está sendo implantado e executado mediante o Contrato nº 054/2020/SEFA, com prazo final de conclusão até janeiro de 2024.

Para 2022 desafios ainda maiores estão por vir quanto à implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais. Para o referido exercício há a implantação do item 08. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e do item 09. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).

Diante disso, cabe a Sefa preparar o ambiente contábil necessário ao desenvolvimento das novas rotinas para o atendimento integral dos referidos procedimentos bem como os anteriores.

## 4.9. PRÁTICAS NA ESCRITURAÇÃO E OS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Este espaço objetiva mencionar algumas práticas na escrituração de determinados fatos que não se coadunam com as normas, os conceitos e os preceitos de contabilidade e, por isso, refletiram nas informações geradas pelos demonstrativos contábeis, os quais devem expressar com exatidão a posição orçamentária, financeira, patrimonial da entidade ao final do exercício.

### 4.9.1. Depósitos Judiciais

A sistemática de uso dos depósitos judiciais, regulamentada pela Lei Complementar Federal nº 151/2015 e normatizada no âmbito do estado do Pará pela Lei Complementar nº 8.312/2015 e pelo Decreto nº 1.433/2015, foi objeto de representação efetuada pelo MPC/PA (Processo nº 2017/51930-8) em face da Sefa, TJPA e Banpará, sob o fundamento de inconstitucionalidade e ilegalidade no procedimento de transferência de parcelas desses recursos do Poder Judiciário ao Executivo estadual.

Em decisão referente a Representação supramencionada, apresentada por meio da Resolução nº 19.315 este Tribunal de Contas determinou:

- a) À Secretaria da Fazenda, que no prazo de 30 (trinta) dias, contabilize o passivo (saldo devedor) referente aos depósitos judiciais de terceiros, recebidos no período de dez/2015 a dez/2019, no importe de R\$-394.480.375,08 (trezentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e oitenta mil, trezentos e setenta e cinco reais e oito centavos);
- b) À Secretaria da Fazenda que passe a caracterizar o passivo referente a depósitos de terceiros

(51) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura). Antes da Federação: DF e Estados. Preparação de sistemas e outras providências de implantação até 31/12/2018. Obrigatoriedade dos registros contábeis a partir de 01/01/2019 (PIPCP, p. 18).

nos Relatórios de Gestão Fiscal como integrantes da Dívida Pública Consolidada, assim como determina o MDF - 9ª Edição.

- c) Ao Tribunal de Justiça que, tão logo o saldo do fundo de reserva esteja inferior ao limite legal (30%), notifique imediatamente a Secretaria da Fazenda para, em 48 (quarenta e oito) horas, realizar a recomposição do fundo, assim como determina o §1º, do art. 8º da LC nº 151/2015 (e §2º, do art. 6º da Lei nº 8.312/2015).
- d) Ao Tribunal de Justiça e a SEFA que mantenham o controle individualizado, por número de processos, dos depósitos judiciais que são transferidos e aqueles que são mantidos no fundo de reserva, a fim de que, nos casos em que o Estado do Pará for considerado vencedor na ação judicial, o TJPA faça a transferência somente da diferença apurada entre o valor individualizado do depósito que já foi transferido e do que restou no fundo de reserva.
- e) Ao TJPA e a SEFA que, em 90 (noventa) dias, implementem mecanismos de transparência das operações de que tratam a Lei nº 8.312/2015, com a divulgação em seus sítios eletrônicos de informações atualizadas mensalmente:
  - e.1) Cabendo ao TJPA informar: o saldo de depósitos judiciais apurado (100%); os valores transferidos ao Estado (70%), com a discriminação dos valores de depósitos oriundos de ação em que o Estado é parte e os de terceiros; os valores mantidos no fundo de reserva (30%); os valores de saques realizados no fundo de reserva; os rendimentos (spreads) auferidos.
  - e.2) Cabendo à SEFA informar: as receitas recebidas a títulos de depósitos judiciais recebidos (70%), com a discriminação dos valores de depósitos oriundos de ação em que o Estado é parte ou os de terceiros; os pagamentos realizados com esses recursos, de forma detalhada; os valores de recomposição ao fundo de reserva, com a indicação da Nota de Empenho e Ordem Bancária.
- f) Ao TJPA e à SEFA que repasse e utilize, respectivamente, os depósitos judiciais de terceiros somente até o final do exercício corrente.

Por fim, destaca-se que o cumprimento das determinações acima elencadas, é objeto de fiscalização da Secretaria de Controle Externo, unidade técnica competente desta Corte de Contas.

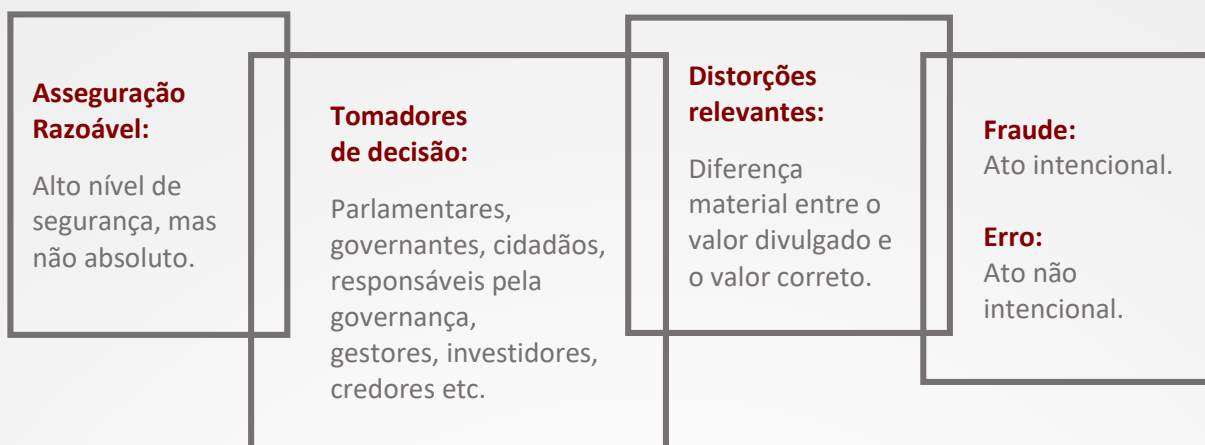
## 4.10. AUDITORIA FINANCEIRA

### 4.10.1. Apresentação

O Tribunal de Contas do Estado do Pará na análise das Contas do Governador de 2021 insere a metodologia de Auditoria Financeira visando, neste primeiro momento, uma análise preliminar sobre a qualidade das informações contidas nas demonstrações contábeis informadas pelo estado do Pará. A implantação desse processo de auditoria possui como finalidade averiguar se as demonstrações financeiras do Estado refletem a exatidão da realidade patrimonial, contribuindo na agregação de valor, transparência, confiabilidade e qualidade à contabilidade pública estadual.

O principal objetivo da auditoria financeira é melhorar e promover a prestação de contas de órgãos e entidades públicos. A ISSAI 200(52) esclarece que o propósito de uma auditoria de demonstrações financeiras é aumentar o grau de confiança dessas demonstrações por parte dos usuários previstos. Para isso, o auditor deve expressar uma opinião que forneça segurança razoável aos tomadores de decisão sobre a existência ou não de distorções relevantes nas informações financeiras divulgadas, independente se causadas por erro ou fraude.

(52) ISSAI 200 – Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira. Esta Norma Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) foi aprovada pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) em 2013 e traduzida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2017.



Fonte: Manual de auditoria financeira-TCU (2016).

Assim, a auditoria financeira tem como foco determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada de acordo com o marco regulatório e a estrutura de relatório financeiro aplicável. O escopo das auditorias financeiras no setor público pode ser definido pelo mandato da EFS(53) como um misto de objetivos de auditoria para além dos objetivos de uma auditoria de demonstrações financeiras preparadas de acordo com uma estrutura de relatório financeiro. Esses objetivos podem incluir a auditoria de contas de governo ou de entidades públicas ou outros relatórios financeiros, não necessariamente preparados de acordo com uma estrutura de relatório financeiro de propósito geral (ISSAI 200, item 4). Dessa forma, verifica-se que os Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira se aplicam a todas as auditorias de demonstrações financeiras do setor público, seja para todo o governo, parte dele ou entidades individuais.

Para a implantação deste trabalho, e seguindo as normas internacionais aplicadas ao setor público, o TCEPA inicialmente analisou as condições prévias para uma auditoria de demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais aplicadas ao processo de elaboração das demonstrações. Uma auditoria financeira conduzida de acordo com as ISSAI tem como premissas as seguintes condições:

- i. A estrutura de relatório financeiro utilizada para a elaboração das demonstrações financeiras é considerada aceitável pelo auditor.
- ii. A administração da entidade reconhece e entende sua responsabilidade:
- iii. pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, incluindo, quando relevante, sua apresentação adequada;
- iv. pelo controle interno que a administração determinou como necessário para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro; e
- v. por fornecer ao auditor acesso irrestrito a todas as informações das quais tenha conhecimento e que sejam relevantes para a elaboração de demonstrações financeiras.

Atendidas as premissas, adotaram-se como critérios deste trabalho os parâmetros de revisão limitada. A realização dos trabalhos de revisão das demonstrações contábeis históricas é um serviço de asseguração limitada, como definido na NBC TA Estrutura Conceitual, onde o auditor expressa uma conclusão que tem como objetivo aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre a elaboração das demonstrações contábeis da entidade, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. A natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados no trabalho de asseguração limitada são restritas (menos extensas), quando comparados com os que são necessários no trabalho de asseguração razoável, mas são planejados para obter

(53) EFS – Entidades de Fiscalização Superior, mandato atribuído aos Tribunais de Contas no Brasil conforme a Constituição Federal de 1988.

um nível de segurança que seja, no julgamento profissional do auditor independente, significativo. Para que seja significativo, o nível de segurança obtido pelo auditor deve ser capaz de aumentar a confiança dos usuários previstos sobre a informação do objeto em nível que seja mais do que irrelevante.

Considerando a limitação de escopo, de tempo e de pessoal, este trabalho não tem a intenção de realizar a revisão completa do conjunto de contas, apresentando opinativo apenas sob o conjunto analisado, selecionando como escopo contas patrimoniais e de controle selecionadas pelo critério de materialidade, relevância e risco.

O trabalho aqui descrito é composto dos seguintes itens: da conclusão do auditor e do relatório do auditor. A conclusão do auditor é baseada na obtenção de segurança limitada. Já o relatório do auditor inclui uma descrição da natureza do trabalho de revisão, para que os leitores do relatório sejam capazes de entender a conclusão.

De acordo com a NBC TR 2400, as possíveis conclusões de uma auditoria financeira são: conclusão sem modificação e com modificação, dentre elas a conclusão com ressalva, adversa e a abstenção de opinião.

Por fim, insta ressaltar que as conclusões, no caso específico deste trabalho, dizem respeito à fidedignidade das demonstrações financeiras, não tendo um impacto direto no parecer sobre as contas de governo, não obstante tenham influência no opinativo, combinado com os achados dos outros itens da análise.

#### **4.10.2.Fundamentação técnica**

As demonstrações contábeis têm como objetivo apresentar aos usuários da informação contábil um retrato fidedigno do patrimônio e dos fluxos financeiros e econômicos da entidade em um determinado momento ou período. No caso da auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Estado do Pará apresentadas na Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, do exercício de 2021, tais demonstrações devem retratar o patrimônio do Estado em 31/12/2021 e os fluxos financeiros e econômicos no período.

Durante um trabalho de auditoria financeira, podem ser detectadas distorções que alteram a compreensão do retrato patrimonial das entidades. Entende-se como distorção a diferença entre a informação contábil declarada e a informação contábil requerida, considerando a estrutura de relatório financeiro aplicável, no que concerne ao valor, à classificação, à apresentação ou à divulgação de um ou mais itens das demonstrações contábeis, alterando a percepção do leitor sobre as informações ali contidas.

Esses procedimentos foram aplicados a fim de possibilitar a expressão de uma conclusão limitada sobre as demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TR 2400. Como o presente trabalho é um trabalho de revisão, é importante ressaltar que: (a) existe risco maior do que haveria em uma auditoria de que eventuais distorções relevantes que existam nas demonstrações contábeis revisadas possam não ser reveladas pela revisão, apesar de a revisão ser efetuada apropriadamente de acordo com a NBC TR 2400; e (b) ao se expressar a conclusão sobre a revisão das demonstrações contábeis, o relatório de revisão apresenta, de forma expressa, de que a conclusão não representa uma opinião de auditoria sobre o todo das demonstrações contábeis, e sim das contas contábeis e demonstrativos auditados no escopo selecionado.

#### **4.10.3.Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Secretaria Adjunta do Tesouro Estadual (Sates), da Secretaria da Fazenda (Sefa), através da Diretoria de Gestão Contábil e Fiscal (Diconf) e da Diretoria do Tesouro Estadual (Dites), na condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Estadual, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das



demonstrações contábeis de acordo com a Lei 4.320/1964, nº 6.404/1976, LC nº 101/2000, Lei Complementar Estadual nº 081/2012, que dispõe sobre a Lei Orgânica do TCE, a edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcpasp) e o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Nessa condição, também é responsável pelos controles internos determinados como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### 4.10.4. Responsabilidades do Tribunal de Contas do Estado do Pará pela auditoria do BGE

De acordo com o art. 116, inciso I, da Constituição do Estado do Pará, compete ao Tribunal de Contas do Estado do Pará emitir parecer prévio sobre as contas anuais do Governador, que consistem no Balanço Geral do Estado (BGE).

No que se refere à auditoria do BGE, os objetivos, neste exercício, são obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo a opinião, para integrar o corpo do relatório técnico e servir de subsídio adicional à decisão acerca das contas anuais, em conjunto com as demais análises.

#### 4.10.5. Objetivo e Escopo da Auditoria

O objetivo desta auditoria foi aumentar o nível de confiança dos seus usuários nos valores apresentados no Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, referentes ao exercício 2021, por meio da expressão de uma opinião sobre se os saldos contábeis que foram divulgados, em todos os seus aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável, a situação patrimonial e os resultados financeiros em 31/12/2021, limitada às contas selecionadas no escopo deste trabalho, considerando os critérios de materialidade, relevância e risco, quais sejam:

- Balanço Patrimonial: Ativo Não Circulante: Subgrupo Imobilizado;
- Balanço Patrimonial: Passivo: provisões para contingências; provisões matemáticas previdenciárias; outras provisões; despesas de exercícios anteriores;
- Efeitos do Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) nas demonstrações consolidadas;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa: Saldo Intraorçamentários de Transferências Intragovernamentais; e
- Notas Explicativas.

Conduziu-se a revisão de acordo com a NBC TR 2400 – Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis, sendo que a revisão de acordo com essa Norma é um trabalho de asseguarção limitada. De acordo com a norma, o relatório de auditoria deve apresentar conclusão se o relatório sobre as demonstrações contábeis está de acordo com a forma requerida pela referida Norma ou se algum fato chegou ao conhecimento dos auditores que leve a acreditar que as demonstrações contábeis, como um todo, não estão elaboradas em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura aplicável de relatórios financeiros, assim como, que sejam cumpridos os requisitos éticos aplicáveis.

Assim, o escopo selecionado do trabalho compreendeu a verificação da confiabilidade, integridade e fidedignidade das demonstrações contábeis consolidadas do governo do estado do Pará, no que diz respeito ao aspecto contábil das transações e dos saldos auditados e relatados.

#### 4.10.6. Relatório de Auditoria do Balanço Geral do Estado de 2021

##### Conclusão com ressalva

Com base na revisão realizada, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não se obteve conhecimento de nenhum fato que levasse a acreditar que as demonstrações contábeis do Governo do Estado do Pará não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os requerimentos da estrutura de relatório financeiro da Lei Federal nº 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 8ª ed.) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

##### Base para a conclusão com ressalva

A auditoria foi conduzida em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP), as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) atinentes à Auditoria Financeira e emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).

A equipe de auditoria é independente em relação às informações divulgadas no BGE, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos nas normas de auditoria, e cumpre com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

A seguir são descritas as principais ocorrências que motivaram a Conclusão com ressalva.

##### 4.10.6.1. Ausência de registros de depreciação, amortização, exaustão, reavaliação, redução ao valor recuperável e ajuste para perda de ativos no subgrupo Imobilizado

Considerando-se os critérios de relevância e de materialidade, foi selecionado para análise o Subgrupo Imobilizado (123), parte do Ativo Não Circulante no Balanço Patrimonial consolidado do Estado do Pará. Feitas as amostras, verificaram-se distorções nos títulos Depreciação, amortização e exaustão (1238) e Reavaliação, redução ao valor recuperável e ajuste para perda de ativos (1239), como se descreve a seguir:

##### a) Depreciação, amortização e exaustão (1238)

Verificou-se, analisando o Subgrupo Imobilizado (123) em 2021, excluindo-se os fundos financeiros e órgãos extintos, que há unidades gestoras que, muito embora contabilizem bens móveis e imóveis, não efetuam registro de depreciação (1238), conforme se lista na tabela, a seguir.

**Tabela 4.35** – Imobilizado sem registro de depreciação.

(Em R\$ milhares)

Cód UG	Nome UG	Bens Móveis (1231)	Bens Imóveis (1232)	Depreciação / Amort. / Exaust (1238)	Redução ao Valor Recuperável (1239)	Imobilizado Líquido	%
120101	Min. Público	92.727	62.224	-	-	154.951	43,76
290102	Setran-Cide	-	137.001	-	-	137.001	38,69
10101	Alepa	12.137	18.585	-	-	30.721	8,68
380101	MPCM-PA	5.460	4.005	-	-	9.464	2,67
250102	Encargos PGE	-	6.423	-	-	6.423	1,81
590201	Imetro-PA	2.832	1.910	-	-	4.742	1,34
270102	Semas-Fema	1.028	2.225	-	-	3.253	0,92
170106	Fipat – Sefa	-	2.774	-	-	2.774	0,78
900101	FES	-	1.820	-	-	1.820	0,51

Cód UG	Nome UG	Bens Móveis (1231)	Bens Imóveis (1232)	Depreciação / Amort. / Exaust (1238)	Redução ao Valor Recuperável (1239)	Imobilizado Líquido	%
270104	Semas	1.477	-	-	-	1.477	0,42
150102	NGIC-PA	-	632	-	-	632	0,18
30102	Funreap-TCM	527	-	-	-	527	0,15
790202	Fundeflor	-	146	-	-	146	0,04
130102	Encargos Sead	-	56	-	-	56	0,02
450201	AGTRAN	48	-	-	-	48	0,01
180102	Sejud-FEDD	37	-	-	-	37	0,01
130103	UCE/PNAGE-SEAD	4	-	-	-	4	0,00
<b>Total do Imobilizado sem registro de depreciação</b>						<b>354.077</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Considerando-se que a soma do ativo imobilizado sem o correspondente registro da depreciação alcança R\$354 milhões, foram solicitados esclarecimentos à Sefa, quanto aos procedimentos adotados em cada uma das Unidades Gestoras no que diz respeito ao tema.

Em resposta, a Sefa esclareceu que possui uma Célula de Contabilidade subordinada à Diretoria de Gestão Contábil e Fiscal (DICONF), que presta orientação e apoio aos órgãos e entidades do Estado, ao que emitiu o roteiro estabelecido na Instrução Contábil nº 17, intitulada Tratamento Contábil da Depreciação de Bens Móveis e Imóveis, que aborda todos os aspectos necessários para o registro destes bens, inclusive quanto aos normativos, em especial quanto à NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado. Assim, a Sefa, em conjunto com a Seplad e a Prodepa, vem implementando novas integrações entre os sistemas corporativos do Estado para registros automáticos de toda movimentação patrimonial dos diversos órgãos, tais como incorporações e baixas, além de ajustes do Sistema de Patrimônio. Essas ações encontram-se, de acordo com a Sefa, em fase de testes e validação, cuja entrada em produção está prevista para o primeiro semestre de 2022. Reafirmou, ainda, que a Célula de Contabilidade orienta todas as unidades gestoras a realizarem a conciliação de suas contas contábeis contidas no Siafem com os demonstrativos contidos nos sistemas corporativos SISPAT web e SISPAT Imóveis. Por fim, ressaltou que, em que pese a atuação constante da Sefa junto às unidades gestoras quanto aos aspectos contábeis patrimoniais, é essencial o fortalecimento das equipes locais dos órgãos e Entidades do Estado, apoiadas pelos Sistemas Corporativos e de Controle Interno, com o objetivo de qualificar a informação contábil quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis, e respectiva depreciação.

Tendo em vista que a depreciação tem o objetivo de registrar o efetivo desgaste dos bens pelo uso ou perda da utilidade, seja pelo passar do tempo ou obsolescência, trata-se de mecanismo essencial para registrar com fidedignidade o Imobilizado do Estado, ao que se entende que, em consonância com o que afirmou a Sefa, é necessário fortalecer as equipes setoriais de contabilidade de cada órgão para que adotem os procedimentos disciplinados na NBC TSP 07 – Imobilizado e na instrução contábil emitida pela secretaria.

#### b) Reavaliação, redução ao valor recuperável e ajuste para perdas de ativos (1239)

Analisando-se os registros contábeis dos últimos 5 anos, verificou-se que a conta de resultado do Subgrupo 361, “Reavaliação, Redução ao valor recuperável e ajuste para perdas”, tem registrado constantemente os ajustes de perdas de créditos de dívida ativa e de empréstimos/financiamentos concedidos, desde 2017.

Porém, a reavaliação do imobilizado de bens móveis só foi registrada em 2018, no valor de R\$96,2 mil, referente a bens móveis do IGEPREV, único saldo que consta registrado na conta redutora do ativo correspondente (1239). Não constam outros registros de reavaliação de bens móveis ao longo dos anos. Também não se verificou registro de reavaliação de bens imóveis. O ajuste para perdas em títulos e valores

mobiliários também foi feito apenas em 2018, no montante de R\$34,5 mil. Desde então, não foram contabilizados registros a estes títulos.

Considerando o teor das NBC TSP 09 e 10, que tratam dos procedimentos contábeis quando da Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa (NBC TSP 09) e Gerador de Caixa (NBC TSP 10), foram solicitados esclarecimentos à Sefa quanto às práticas de registro de perdas, redução ao valor recuperável e reavaliação de ativos realizadas pelo Estado.

Quanto a isso, a Sefa respondeu que o novo Sistema de Administração Financeira Estadual (SIAFE), que substituirá o SIAFEM, permitirá maiores avanços no processo de implementação das NBC TSP no Estado, sobretudo na modernização dos procedimentos para atender o Plano de Implementação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais, cujo item “7” contempla o “Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação e exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura”, que está parcialmente implantado, demandando medidas articuladas entre as instituições responsáveis pela produção das informações e documentos que subsidiarão os lançamentos contábeis nas diversas unidades gestoras do Estado. Diante das avaliações necessárias para atestar a integridade e consistência do SIAFE, ainda não foi possível cumprir o cronograma para a entrada em produção do mesmo, com prazo para o início de 2023. Enquanto isso, a Sefa, em conjunto com a Seplad e a Prodepa vem implementando novas integrações entre os sistemas corporativos do Estado, para a realização de registros automáticos no que diz respeito à contabilização patrimonial, que tem prazo de produção até o primeiro semestre de 2022, como mencionado no tópico anterior. Por fim, reforçou a necessidade de gestão estratégica e da necessidade do fortalecimento das equipes locais de contabilidade das unidades gestoras, para que resultem em melhores práticas contábeis.

Diante do exposto, é possível perceber que muitos são os desafios práticos para se atender os critérios normativos necessários para se evidenciar uma contabilidade voltada ao registro patrimonial fidedigno. Assim, são necessários que se continue a envidar esforços para a implementação de sistemas que permitam um adequado manejo dos registros patrimoniais do Imobilizado, bem como o constante fortalecimento das equipes setoriais de contabilidade de cada unidade gestora, para que se evitem as distorções evidenciadas e se busque alcançar, cada vez mais, uma contabilidade de excelência no Estado.

#### **4.10.6.2. Subavaliação do passivo**

Considerando-se o critério de risco, foram selecionadas contas no Passivo Circulante e Não Circulante, parte do Balanço Patrimonial consolidado do estado do Pará, para composição do escopo dos trabalhos de auditoria, dentre elas as contas: provisões para contingências (217915500), provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo (2272), provisões para despesas de caráter continuado, e adicionalmente a análise sobre o uso do elemento Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), na medida em que seu uso recorrente pode representar uma subavaliação do passivo. Da análise, foram encontradas distorções nas contas que seguem.

##### **a) Provisão para Contingências (217915500)**

Na LDO 2021 (publicada em 2020), foi aposto no Anexo I – Riscos Fiscais, o levantamento das demandas judiciais que estão em fase de execução após o trânsito em julgado das decisões de conhecimento, que representam dívidas em processos de reconhecimento para o Erário Estadual. Estes valores, no âmbito Estadual, são acompanhados pela Procuradoria Geral do Estado, que atua no acompanhamento das demandas pendentes de julgamento final e, de outro lado, das demandas de massa e outras ações que já importaram em condenações de valores ao Erário, aos quais a PGE tenta promover a reversão nas instâncias locais ou superiores. Insta

ressaltar que os valores demonstrados na LDO já excluem os processos em fase de conhecimento, por não haver como aferir com precisão o quantitativo que representam, constando do anexo apenas os processos já reconhecidos.

Assim, a LDO listou os processos acompanhados diretamente pela PGE, e as demandas judiciais em fase de execução do Detran, Fasepa, Igeprev, Emater e Cosanpa. Diante do exposto, apresentou levantamento na qual estima os passivos contingentes na ordem de R\$1,3 bilhão.

No entanto, observou-se que este passivo não foi registrado no Passivo Não Circulante, sendo encontrada contabilização apenas no Passivo Circulante nas contas Provisão para Contingências (217915500), no valor de -R\$1,7 milhão, e Outras Provisões a Curto Prazo (217919900), no valor de -R\$4,6 milhões no exercício de 2021.

Verificou-se também que a evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e notas explicativas, item do PIPCP cujo prazo para cumprimento ia até 01/01/2019, consta como “Não iniciado” conforme o Balanço Geral do Estado, Análises e Comentários, p. 69.

Considerando que, para fins da LDO, já se realiza um cálculo de estimativas de obrigações decorrentes de demandas judiciais, foram solicitados esclarecimentos à Sefa sobre a não contabilização do valor total estimado das provisões (que se referem às demandas prováveis) para fazer frente às demandas judiciais no Passivo Circulante, Não Circulante, Contas de Controle e da anotação dos passivos contingentes (que se referem às demandas possíveis) em Notas Explicativas, e sobre as providências sendo tomadas neste sentido.

Nesse sentido, a Sefa respondeu que com a implantação do novo Sistema de Administração Financeira do Estado (SIAFE), pretende-se implementar em todos os órgãos e entidades do Estado os procedimentos contábeis patrimoniais, sanando a ausência dos registros apontados. Paralelamente, o assunto será tratado com os órgãos especificados no Anexo de Riscos Fiscais, para que reconheçam em seus patrimônios as demandas judiciais ali contidas, e que providenciem os meios necessários para a classificação das que estejam em processo de reconhecimento, estabelecendo os montantes que precisam ser provisionados e/ou destacados em notas explicativas.

Do exposto, verifica-se que é necessário dedicar esforços para o reconhecimento destes passivos na contabilidade estadual, vez que se encontra então subavaliado na ausência dos mesmos, não cumprindo o referido item do PIPCP.

#### b) Ausência de registro de passivos relativos ao repasse de recursos de programas sociais

O Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda – Renda Pará foi instituído através da Lei nº 9.139/2020, alterada pela Lei nº 9.215/2021. Regulamentando a matéria, o Decreto nº 1.392/2021, instituiu benefício emergencial, regulamentando aspectos relacionados aos beneficiários, cadastro par acesso ao benefício, limites de valores do auxílio financeiro a ser pago, competências e responsabilidades das instituições envolvidas, dentre outros.

Verificou-se que em 2021 foram pagos R\$188,7 milhões relativos ao Programa Direitos Socioassistenciais, Atividade Covid-Pará “Ações de Assistência Social”, direcionadas ao programa Renda Pará. Apesar de ter sido verificado o correspondente débito em conta de resultado (VPD) dos pagamentos já realizados, não se verificou no passivo conta de provisão para os pagamentos futuros, considerando a continuidade esperada do programa.

O art. 50, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência. Conforme as normas internacionais de contabilidade para o setor público (Ipsas 1), regime de competência é o regime segundo o qual transações e

eventos são reconhecidos quando ocorrem. Portanto, o referido dispositivo da LRF obriga o reconhecimento de todos os passivos na ocorrência do fato gerador. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Esse conceito é consistente com o que é adotado pelas normas internacionais (Ipsas).

Nesse sentido, foram solicitados esclarecimentos à Sefa quanto à ausência dos registros de provisões para pagamentos futuros, ao que a Sefa respondeu que disponibilizou aos órgãos envolvidos o roteiro contábil para os registros envolvendo as fases de empenho, liquidação e pagamento, não tendo previsto a possibilidade de provisionamento para pagamentos futuros, carecendo de maiores discussões sobre o tema com as instituições envolvidas e o apoio desta Corte de Contas para que se possa avaliar a melhor metodologia de cálculo e os impactos nas contas públicas pelo reconhecimento antecipado dos valores.

De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quanto: a) a entidade tem obrigação presente (formalizada ou não) decorrente de evento passado; b) for provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para que a obrigação seja liquidada; e c) uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.

No caso do programa Renda Pará, é possível verificar os três requisitos para reconhecimento de provisão para pagamentos futuros: existe obrigação presente decorrente de legislação vigente; é necessária a saída de recursos financeiros (caixa) para sua liquidação; e é possível estimar os valores a serem desembolsados, haja vista a existência de cadastros e previsão orçamentária.

Assim, entende-se que o Poder Executivo deve disciplinar procedimentos de provisionamento no passivo das obrigações contraídas em decorrência do Programa Renda Pará, bem como avaliar a necessidade de provisionar demais obrigações que atendam os critérios da NBC TSP 03, em busca de uma contabilidade patrimonial cada vez mais aperfeiçoada no Estado.

- c) Possibilidade de uso de Despesas de Exercícios Anteriores como regra em algumas UGs, ao invés de exceção

As despesas de exercícios anteriores são consideradas exceções possíveis, conforme o art. 37 da Lei nº 4.320/1964, quando da ocorrência de uma de três situações: despesas que não tenham se processado em época própria; restos a pagar com prescrição interrompida; e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. Para processá-las, é necessário que o orçamento de seu ano respectivo tivesse dotação consignada específica e suficiente para atendê-las em sua época própria.

Verificou-se, no escopo desta auditoria financeira, a frequência do uso do registro em Despesas de Exercícios Anteriores em UGs componentes do Estado do Pará. Compulsando os valores dos últimos 5 anos, verificaram-se dados significativos, como se demonstram na tabela a seguir.

**Tabela 4.36 – DEA do Estado – 2017-2021.**

Nome da UG							(Em R\$ milhares)	
	2017	2018	2019	2020	2021	Total	%	
lasep	327.396	330.622	185.924	271.482	395.512	1.510.936	44,30	
Min. Público	63.384	54.633	48.166	31.552	61.815	259.550	7,61	
Seduc	54.617	72.308	44.671	15.909	37.438	224.943	6,60	
Setran	30.299	432	46.530	88.436	34.841	200.538	5,88	
Encargos Sefa	29.842	36.975	20.547	12.397	13.767	113.529	3,33	
NGTM	36.423	30.271	6.688	17.631	15.611	106.624	3,13	

Nome da UG	2017	2018	2019	2020	2021	Total	%
Sespa	16.674	24.575	16.221	1.008	48.126	106.603	3,13
TJE	7.580	11.450	7.197	7.666	68.513	102.407	3,00
Detran	15.574	13.054	25.908	8.623	14.890	78.048	2,29
Susipe	20.026	7.922	24.802			52.750	1,55
Polícia Civil	7.108	6.193	9.735	10.610	9.189	42.835	1,26
Alepa	6.559	10.395	14.658	9.533	555	41.700	1,22
PM / PA	16.227	6.255	5.325	6.721	6.169	40.697	1,19
Sedop	1.061	26.296	833	7.326	2.904	38.419	1,13
Cohab	12.483	8.431	3.094	2.003	2.497	28.508	0,84
Demais órgãos	132.562	82.180	87.074	62.753	98.007	462.575	13,56
<b>Total Geral</b>	<b>777.813</b>	<b>721.990</b>	<b>547.372</b>	<b>553.652</b>	<b>809.834</b>	<b>3.410.661</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2017 a 2021.

Quase todos os órgãos do Estado utilizaram deste elemento de despesa, somando um total de R\$3,4 bilhões em gastos com despesas de exercícios anteriores nos últimos cinco anos. Foi possível perceber que as despesas do Iasep a esse título somam R\$1,5 bilhão, representando 44,30% do total de despesas processadas como DEA no período, enquanto que as demais não correspondem a mais de 8% cada uma na análise vertical, demonstrando a materialidade do DEA do Iasep para a composição do grupo.

Em seguida, analisou-se a representatividade dos gastos com DEA frente à totalidade de despesas dos órgãos. Observando o total do Estado, verificou-se o uso do DEA foi limitado a 1,35% do total das despesas, o que, observando o valor global, não representa grande impacto. Porém, observando por componente, em 2021 verificou-se que as despesas do Iasep com DEA representaram 37,53% do total processado, correspondendo a parcela significativa das despesas do órgão. Outras UGs apresentaram valores de comprometimento significativos, como Ministério Público e Tribunal de Justiça do Estado que apareceram nas duas tabelas, mas não tão relevantes em comparação com as do Iasep.

Analisando-se detalhadamente o histórico do IASEP em relação ao DEA, verificou-se que o órgão tem utilizado o DEA de forma frequente para pagar despesas de sua atividade fim como a prestação de serviços médicos, hospitalares, odontológicos e laboratoriais (antes inscritos na rubrica outros serviços de terceiros PJ), que são despesas esperadas da atividade do órgão, indicando atraso no pagamento de fornecedores. Considerando as três possibilidades de inscrição em DEA, que são: despesas que não tenham se processado em época própria; restos a pagar com prescrição interrompida; e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente; entende-se que possivelmente o IASEP tem utilizado do DEA como elemento de despesa para registro como regra, e não como a exceção pretendida na Lei n. 4.320/1964 – gerando uma subavaliação de passivos da unidade gestora.

Dessa feita, foram solicitados esclarecimentos à Sefa quanto às orientações emitidas por para empenho em DEA, de modo geral, bem como esclarecimentos quanto a estes registros recorrentes no Iasep. A Sefa respondeu que o governo do Estado vem editando consecutivos decretos contendo as normas e procedimentos para encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos exercícios, incluindo no Decreto nº 2.002/2021, o Capítulo IV intitulado Despesas de Exercícios Anteriores, que estabelece os parâmetros a serem observados. A Sefa, nesse ínterim, busca induzir os órgãos e entidades do Estado a adoção de melhores práticas contábeis, para que sejam aderentes às normas vigentes. Assim, a secretaria afirmou que encaminhará cópia dos autos às entidades nas quais se evidenciou estas práticas, bem como à Auditoria Geral do Estado, para as providências julgadas necessárias, colocando-se à disposição para orientações complementares que possam contribuir no processo de gestão do gasto público.

Diante do exposto, entende-se que é necessário reforçar, perante todas as unidades gestoras, e em especial as mencionadas neste trabalho, que o mecanismo de Despesas de Exercícios Anteriores, previsto no

art. 37 da Lei n. 4.320/1964 deve ser utilizado como exceção, e não como a regra dos pagamentos. Se faz necessário que estas despesas estejam corretamente descritas na dotação inicial dos órgãos nos respectivos programas da Lei Orçamentária Anual, que não excedam a dotação disponível do seu exercício de origem, para que se atendam os critérios orçamentários que dispôs a referida lei. Mas mais do que isso, para que se atendam os critérios da moderna contabilidade patrimonial, é necessário caminhar na direção da contabilização destas obrigações no passivo das unidades, ao invés do registro excepcional como DEA que gera apenas variação patrimonial diminutiva, reduzindo o patrimônio líquido, sem evidenciar o comprometimento financeiro da unidade com pagamentos futuros pendentes.

De tudo que foi analisado quanto ao passivo no presente trabalho, entende-se que se encontra subavaliado. Insta ressaltar que a subavaliação de passivos causa distorção a maior nos indicadores de liquidez (corrente, seca, imediata e geral), gerando uma impressão de que a situação financeira do Estado é melhor do que a real; e impacta também os índices de endividamento do Estado (composição do endividamento, endividamento geral e solvência), dando a entender que o montante comprometido com terceiros é menor do que o real.

Assim, se faz importante ressaltar o papel da Contabilidade Patrimonial no setor público. Nos últimos anos a contabilidade brasileira tem se transformado, em um processo de convergência às normas internacionais, com o objetivo de gerar informações de qualidade. Essas mudanças alcançam também o setor público, com base nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS) e a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) a nível nacional. Segundo Feijó<sup>54</sup> (2013, p. 15), o objetivo principal do resgate da contabilidade patrimonial é despertar “o entendimento de que o objeto da contabilidade é o patrimônio, e não somente o controle do orçamento”.

Compreendendo os desafios que se impõem na prática, entende-se que é necessário que se continue envidando esforços para se implementar uma contabilidade que espelhe a real situação do Estado, reconhecendo suas obrigações, sempre na busca das melhores práticas contábeis.

#### **4.10.6.3. Diferenças em saldos intraorçamentários**

Como parte componente da Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidada do Estado do Pará, as transferências intragovernamentais (que incluem transferências recebidas e concedidas) integram o fluxo de caixa das atividades operacionais e representam quantias transferidas no âmbito de um mesmo ente da Federação, no caso, entre entidades integrantes do governo do estado do Pará, não representando novas entradas de recursos, mas apenas a movimentação de receitas entre seus órgãos. De acordo com o MCASP, 8ª Edição, as transferências dessa natureza devem estar registradas em quadro complementar de Transferências Correntes Recebidas e Concedidas, ao final do Demonstrativo do Fluxo de Caixa de cada entidade governamental.

Esse tipo de operação é conceituado pelo art. 1º da Portaria Interministerial nº 338/2006 (SOF), como operações que resultam de “despesas decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições”, quando o receptor dos recursos também for uma entidade no âmbito da mesma esfera de governo. A mesma portaria disciplina procedimentos para a contabilização destas operações intraorçamentárias. As receitas dessa natureza devem ser registradas pelos códigos 7, para as receitas correntes intraorçamentárias, e 8 para as receitas de capital intraorçamentárias. Já as despesas intraorçamentárias devem ser classificadas com a modalidade de aplicação “91 – Aplicação direta decorrente de operações entre Órgãos,

(54) FEIJÓ, Paulo Henrique. A nova Contabilidade Pública. Revista Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. 2013. p. 15. Disponível em: <<http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1721.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.



Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social”.

Esse procedimento é realizado para que as transações orçamentárias entre entes da mesma federação possam ser identificadas, eliminando o efeito da dupla contagem de seus valores financeiros. Caso não seja assim, cada operação orçamentária entre as referidas entidades constituiria uma nova receita a ser contabilizada, sendo que na verdade não se trata de um novo ingresso de recursos, e, sim, de recursos que já transitavam dentro da mesma esfera governamental. O mecanismo permite que, quando da consolidação das contas de todos os órgãos de um mesmo ente federativo, os valores sejam anulados reciprocamente e que os valores finais expressos de receitas, despesas, e caixa e equivalente de caixa estejam precisamente representados nos registros contábeis. Assim, espera-se que em demonstrativos consolidados os valores de transferências recebidas e concedidas sejam os mesmos, apenas trocando-se seu sinal, credor para as recebidas, e devedor para as concedidas, de modo que se anulem e não interfiram nos resultados.

Anteriormente, no bojo da análise das Contas de Governo de 2019 e 2020, a ocorrência de diferenças em saldos intraorçamentários, motivo pelo qual, pelo critério de risco de distorções aos demonstrativos financeiros, este tópico foi selecionado no escopo da análise desta auditoria financeira.

Verificou-se que a DFC do exercício 2021 apresentou valores referentes a essas transações sintetizadas na tabela a seguir.

**Tabela 4.37 – Transferências intragovernamentais recebidas e concedidas – 2021.**

		(Em R\$ milhares)
Transação	Valor	
Transferências intragovernamentais recebidas		-38.031.662
Transferências intragovernamentais concedidas		38.053.117
<b>Diferença</b>		<b>21.454</b>

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa - Consolidado BGE 2021

Nota-se que, em 2021, o valor das transferências intragovernamentais concedidas supera o valor das recebidas em R\$21,4 milhões, o que ocorreu por diferenças no montante entre receitas intraorçamentárias arrecadadas e despesas intraorçamentárias pagas. Em tese, por se tratar de demonstrativo consolidado, não deveria apresentar diferença de valores, o que indica que os procedimentos contábeis adequados não foram utilizados.

Nesse sentido, vale mencionar que achado semelhante já foi apontado na análise das Contas de Governo de 2019 e 2020. Na época, o governo do Estado informou, mediante Ofício nº 212/2020/GS/SEFA, ter adotado a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08, que trata da Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional – mas este TCE apurou erros na contabilização das receitas e despesas a este título. Por essa razão este Tribunal recomendou o adequado trato contábil das operações orçamentárias na época, o que, ao compulsar os valores de 2022, verifica-se que equívocos ainda assim se fazem presentes.

Analisando-se estes itens mais detalhadamente quanto ao exercício de 2021, a equipe de auditoria financeira procedeu ao exame das transações entre unidades gestoras componentes do estado do Pará, apurando três tipos de distorções, conforme seguem.

a) Diferença no saldo entre receitas e despesas orçamentárias nos demonstrativos consolidados

Haja vista a diferença entre o montante de receitas e despesas intraorçamentárias observada, procedeu-se à análise do comportamento das receitas intraorçamentárias arrecadadas e despesas intraorçamentárias pagas dos últimos cinco anos, considerando os demonstrativos consolidados, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 4.38 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias – 2017-2021.**

(Em R\$ milhares)

Ano	Receita Intraorçamentária Arrecadada	Despesa Intraorçamentária Paga	Diferença
2017	1.104.193	1.076.780	27.413
2018	1.347.517	1.298.732	48.785
2019	1.236.179	1.207.088	29.091
2020	2.022.055	1.955.076	66.980
2021	1.494.435	1.515.889	21.454

Fonte: Siafem, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

Nota: Receitas por Categoria (7 e 8). Despesas pagas por Modalidade de Aplicação (91).

Conforme verificado e mencionado, é recorrente o registro diferenciado entre receitas e despesas intraorçamentárias, observando-se diferenças em todos os anos apurados, o que demonstra que se têm adotado procedimentos contábeis frágeis em relação à contabilização destas transações.

No que concerne a 2021, o saldo positivo indica que ocorreram lançamentos de despesas intraorçamentárias que não foram acompanhados dos respectivos registros de receita na categoria adequada, gerando a diferença de R\$21,5 milhões. Isso significa que houve registro das despesas intraorçamentárias desacompanhadas do respectivo registro de receita, gerando a distorção.

Solicitados esclarecimentos à Sefa sobre o ocorrido, esta respondeu que a diferença decorre dos seguintes registros: a) ingressos de receitas intraorçamentárias em 2021 cujas despesas intraorçamentárias foram executadas em 2020 e inscritas em restos a pagar; b) ressarcimentos de despesas de pessoal, decorrentes de cessão com ônus ao cessionário, onde, no órgão cedente ocorre o pagamento folha na modalidade 90 – Aplicações Diretas, e pelo ressarcimento o cessionário executa a despesa na modalidade 91 – Apl. Dir. Operações Intraorçamentárias e, após, o cedente anula a despesa orçamentária da folha, sem lançamento da receita intraorçamentária, gerando diferença; e c) classificações indevidas pelos diversos órgãos do Estado.

Do exposto, ressalvadas as hipóteses minoritárias onde este tipo de diferença realmente pode ocorrer, verifica-se que estas condutas, caso se analisem as demonstrações fazendo-se a segregação entre transações orçamentárias e intraorçamentárias, podem gerar distorções capazes de afetar, em R\$21,5 milhões, o resultado patrimonial apostado na DVP, o saldo do Patrimônio Líquido apostado no Balanço Patrimonial e o valor das transferências intragovernamentais que integram o fluxo de caixa das atividades operacionais da DFC. Não obstante o valor não ser significativo diante do total consolidado de despesas do Estado, se verifica como uma fragilidade de controle interno contábil como se detalha no item 4.6.7. Ainda assim, se verificaram outras distorções que fazem com que este valor de R\$21,5 milhões não seja exato, quando se fala na correção dos saldos necessários, como se vê nos itens b e c, a seguir.

b) Registro incorreto de despesas orçamentárias como intraorçamentárias

Verificou-se que R\$885,3 mil foram registrados equivocadamente como despesas intraorçamentárias, quando em verdade se tratava de despesas com entes de outras esferas administrativas ou com particulares do setor privado, como, por exemplo, despesas com a Câmara Municipal de Belém, Condomínio Civil Iguatemi, Funpapa e com o Município de Teresina (Piauí).

c) Registro incorreto de despesas orçamentárias que deveriam ser contabilizadas como intraorçamentárias

Por outro lado, apurou-se com uma margem de 98,40% de segurança que pelo menos R\$493,2 milhões deixaram de ser registrados como transações intraorçamentárias, com pagamentos sendo feitos a diversos órgãos estaduais sem o devido registro, como os feitos ao Instituto de Assistência a Servidores Públicos do Pará

(lasep) no montante de R\$366,1 milhões registrados como despesas de modalidade “aplicação direta” (código 90), dentre outros.

Diante dos achados evidenciados nos itens “a”, “b” e “c” supramencionados, foi realizado o cálculo das distorções na receita e despesa orçamentárias, conforme se detalha a seguir.

Somando o valor registrado como despesa intraorçamentária, de R\$1,5 bilhões, deduzindo o montante de R\$885,3 mil registrados incorretamente e somando os R\$493,2 milhões não registrados, chega-se ao total corrigido de R\$2 bilhões em despesas intraorçamentárias. Isso significa que a distorção de -R\$21,4 milhões, obtida do confronto entre receitas e despesas intraorçamentárias, amplia-se significativamente, alcançando R\$492,3 milhões de diferença, com impactos no cômputo da receita intraorçamentária, como se demonstra no cálculo de correção da tabela a seguir.

**Tabela 4.39 – Correção da distorção contábil nas receitas/despesas intraorçamentárias.**

(Em R\$ milhares)

Descrição	Valor
Saldo registrado de despesas intraorçamentárias (a)	1.515.889
Valores contabilizados incorretamente como despesa intraorçamentária (modalidade 91) (b)	885
Valores adicionais que deveriam ter sido contabilizados como despesa intraorçamentária (modalidade 90 – incorreta) (c)	493.256
Saldo corrigido de despesas intraorçamentárias (d = a – b + c)	2.008.260
<b>Diferença encontrada no saldo de despesas intraorçamentárias (e = d – a)</b>	<b>492.371</b>
Saldo registrado de receitas intraorçamentárias (f)	1.494.435
<b>Diferença entre receitas intra e o saldo corrigido de despesas intraorçamentárias (g = d – f)</b>	<b>513.825</b>
Saldo corrigido de receitas intraorçamentárias (h = f + g)	2.008.260
Confronto entre os saldos corrigidos de receita e despesa intra (i = h – d)	-

Fonte: Siafem, 2021. Elaboração: TCE-PA.

Do exposto, verifica-se que as distorções contábeis impactam nos demonstrativos consolidados do governo do Estado, vez que cerca de R\$513,8 milhões foram contabilizados como receitas ordinárias, quando deveriam constar como receitas intraorçamentárias, que não representam entradas de recursos reais, indicando uma superavaliação da receita arrecadada em 2021 nesse mesmo montante, e impactando no cômputo de todos os indicadores de resultado que envolvem a receita. No entanto, verificou-se que o impacto desse valor no cômputo da Receita Orçamentária Arrecadada, que totalizou R\$35,2 bilhões, é de apenas -1,46%. O impacto na Receita Corrente Líquida, que somou em 2021 R\$26,7 bilhões, foi de -1,92%.

Os impactos não atingem as contas patrimoniais, na medida que a circulação de ativos dentro da mesma esfera de governo, mesmo que não discriminada como intraorçamentária, se anula mutuamente quando da saída do ativo de uma unidade e na correspondente entrada no ativo de outra. A ausência dos lançamentos, à exceção das distorções, também não atinge contas de resultado e nem de patrimônio líquido, pois, ainda que de maneira aproximada, na medida em que a receita aparece superavaliada pela ausência do devido registro na categoria intraorçamentária, também se superavaliam as despesas, que não constam como intraorçamentárias da mesma maneira, gerando um jogo de soma zero que deixa de impactar o resultado nesta hipótese. Porém, sem dúvida, alteram os cômputos de receita e despesa a esse título no detalhamento dos demonstrativos, gerando uma distorção contábil de contas de controle que pode vir a impactar as análises sob os demonstrativos contábeis, caso ocorram em maior escala.

Diante do apurado, questionou-se à Sefa que orientações têm sido dadas ao Poder Executivo e órgãos dos demais Poderes quanto aos procedimentos contábeis adequados ao tratamento das operações intraorçamentárias. Em resposta, a Sefa esclareceu que possui uma unidade administrativa intitulada Célula de Contabilidade, subordinada à Diretoria de Gestão Contábil e Fiscal (Diconf), que presta permanente orientação e apoio presencial e remoto aos órgãos e entidades do Estado, com roteiros estabelecidos na Instrução Contábil

nº 16 – Operações Intraorçamentárias, que reforça aspectos conceituais e de registros, detalhando passo-a-passo o procedimento, ao nível de evento, Natureza de Receita e Natureza de Despesas, para que não haja distorção ou divergência de valores, e se proceda à eliminação da dupla contagem de valores na consolidação das contas governamentais. A Sefa também ressaltou que implantará parâmetros no Siafem e no sistema que o sucederá para que sejam eliminados os erros de classificação de receitas e despesas orçamentárias.

Dessa forma, verifica-se que o Poder Executivo necessita implementar medidas a nível de sistema para promover o adequado trato contábil das operações intraorçamentárias, computando adequadamente suas receitas e despesas, a fim de não gerar distorções orçamentárias, financeiras e patrimoniais nos registros contábeis, em atendimento à Portaria Interministerial nº 338/2006 (SOF), ao MCASP e à fidedignidade da informação contábil.

#### 4.10.6.4. Distorções contábeis identificadas pelo não cumprimento do cronograma do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP)

Conforme já apontado anteriormente no tópico de Convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, que segue o cronograma denominado de Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estabelecido pela Portaria nº 548/2015 da STN, se verificou que o Estado do Pará ainda não concluiu a implantação de seis procedimentos, cujo prazo já expirara em 2022.

Considerando o escopo dos trabalhos da presente revisão contábil, alguns destes itens foram observados pela equipe, sendo possível mensurar, aproximadamente, o efeito das distorções causadas nos demonstrativos contábeis ocorridos pela não implantação dos procedimentos, conforme o quadro a seguir.

**Quadro 4.3** – Apuração dos saldos aproximados resultantes dos procedimentos contábeis patrimoniais ainda não concluídos.

(Em R\$ milhares)

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Prazos obrigatórios dos registros contábeis para os Estados	Situação do Estado do Pará	Saldo aproximado das distorções contábeis identificadas	Referência dos saldos
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Implantado parcialmente	Não mensurado	Contas não inclusas no escopo da revisão
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado parcialmente	188.718 (C)	Ref. Pagamento de benefícios de programas sociais em 2021, cujos pagamentos futuros não foram provisionados no Passivo
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Não iniciada	1.345.369 (C)	Ref. Passivos contingentes demonstrados no anexo de metas fiscais da LDO 2021
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Implantado parcialmente	Não mensurado	354.077 registrado no Imobilizado sem depreciação. Ausência de reavaliação e

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Prazos obrigatórios dos registros contábeis para os Estados	Situação do Estado do Pará	Saldo aproximado das distorções contábeis identificadas	Referência dos saldos
				redução ao valor recuperável global.
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado parcialmente	Não mensurado	Contas não incluídas no escopo da revisão
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Não iniciada	Não mensurado	Contas não incluídas no escopo da revisão

\* referente aos passivos contingentes. Não foram apurados os ativos contingentes.

Da análise, conclui-se que a não implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais causam distorções significativas nos grupos de contas, já que se verifica um impacto de pelo menos R\$1,3 bilhão no passivo consolidado do estado do Pará caso estes ajustes forem feitos. Ademais, as distorções podem ser ainda mais significativas, tendo em consideração os saldos que não foram possíveis de se mensurar no decorrer deste trabalho, ou por falta de informações suficientes, ou por não terem sido incluídas no escopo da análise.

Logo, se demonstra que o cumprimento dos itens PIPCP trarão, quando implementados, maior fidedignidade à informação contábil aposta no Balanço Patrimonial, possibilitando maior segurança no uso e divulgação das informações, sendo necessário superar os desafios já mencionados para fazer suprir estas lacunas procedimentais quanto ao devido registro do patrimônio estadual.

#### 4.10.6.5. Ausência de informações necessárias nas Notas Explicativas

Foi realizada a avaliação da adequação das informações nas notas explicativas apresentadas no BGE 2021, comparando-as com os critérios definidos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 8ª ed.) e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Diante da análise, constataram-se algumas situações, relatadas a seguir.

Verificou-se que as seguintes contas se encontram com divulgações incompletas nas notas explicativas: Item 10 – Estoques (NBC TSP 04); Item 14 – Imobilizado (NBC TSP 07); Item 15 – Intangíveis (NBC TSP 08); e Item 21 – Provisões (NBC TSP 03). Ao mesmo tempo, verificou-se que informações relevantes, apesar de conterem evidências de operações no balanço consolidado apresentado no BGE 2021, não encontram-se divulgadas nas notas explicativas, quais sejam: Receita de Transação sem Contraprestação (NBC TSP 01); Receita de Transação com Contraprestação (NBC TSP 2); Redução ao Valor Recuperável (NBC TSP 09/10); Custos dos Empréstimos (NBC TSP 14); e Ativos e Passivos contingentes (NBC TSP 03).

Ademais, se verificou que, não obstante ter sido exposto quadro demonstrativo do Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), constando os itens cumpridos, cumpridos parcialmente e não cumpridos, não há aposição de justificativa quanto aos itens não atendidos no prazo determinado na Portaria nº 548/2015 da STN, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

Questionada acerca destes itens, a Sefa esclareceu que as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis são objeto de constante evolução, e que os apontamentos realizados serão objeto de revisão do

demonstrativo no presente exercício.

Do exposto, é necessário que a Contabilidade do Estado registre as informações requeridas nas normas, não apenas para dar cumprimento às normativas de contabilidade brasileiras, pareadas com a convergência internacional, mas para oferecer cada vez mais transparência das informações ao usuário da informação contábil, gerando uma maior confiabilidade nas demonstrações.

#### **4.10.7. Análise do Controle Interno Contábil**

Nessa seção, são descritas as deficiências identificadas no planejamento, na implementação ou na manutenção, pelo governo do estado, de controles internos do Sistema de Contabilidade Estadual, para fornecer razoável segurança quanto à confiabilidade das informações e demonstrações contábeis, em particular quanto aos achados encontrados no decorrer desta revisão contábil.

##### ***4.10.7.1. Ausência de registros de depreciação/amortização/exaustão em algumas UGs e de reavaliação/redução ao valor recuperável/ajuste para perdas de ativos em todo o Estado***

Verificou-se a ausência de registro de depreciação/amortização/exaustão em algumas unidades gestoras. Isto indica uma falha de controle interno contábil, na medida em que, havendo registro de bens móveis e imóveis, estes devem ser submetidos aos procedimentos de depreciação, conforme indica NBC T SP 07, de 22 de setembro de 2017, acerca do Ativo Imobilizado, pareada com a IPSAS 17.

De acordo com a norma, o valor depreciável do ativo deve ser alocado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada, e o método de depreciação deve refletir o padrão esperado no qual os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo são consumidos pela entidade.

Não havendo esse registro, perde fidedignidade o registro do imobilizado correspondente, na medida em que perde valor com o passar do tempo, necessitando cada unidade gestora observar estes procedimentos em sua contadoria setorial, com o apoio da Contadoria Geral do Estado.

##### ***4.10.7.2. Subavaliação de passivos***

Verificou-se que existe um risco de subavaliação nas contas do passivo no que diz respeito à suas provisões para contingências (derivadas de demandas judiciais apuradas), provisão de pagamentos futuros de programas sociais, bem como da possibilidade do uso de despesas de exercícios anteriores como regra, ao invés de exceção, gerando um passivo oculto em relação às despesas futuras do IASEP. Essas fragilidades indicam a necessidade de fortalecer os controles contábeis das Unidades Gestoras responsáveis, para que se possa evidenciar, com fidedignidade, os passivos oriundos de compromissos do Estado, em respeito ao princípio contábil da prudência.

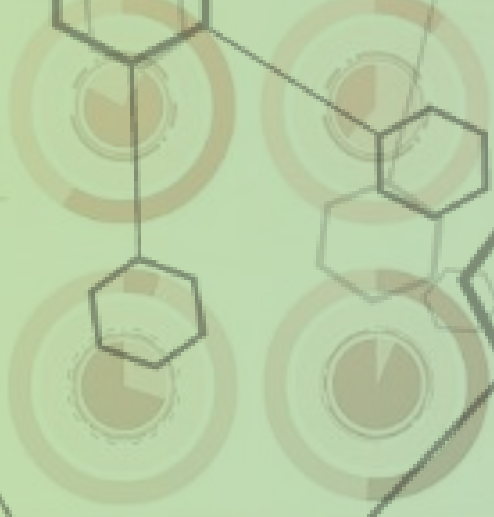
##### ***4.10.7.3. Diferenças em saldos intraorçamentários***

Constatou-se que no SIAFEM não existe uma vinculação da modalidade de aplicação das despesas de acordo com o credor, havendo necessidade de preenchimento manual pelo técnico que irá fazer a contabilização. Isso significa que quando do pagamento a credores intragovernamentais, não há trava no sistema que direcione a modalidade da aplicação para o código 91 (despesas intraorçamentárias), possibilitando erros humanos no registro de modalidade.

Nesse íterim, verifica-se então uma fragilidade no controle contábil do registro das operações intraorçamentárias, tanto a nível de sistema, quanto a nível de controles internos, seja considerando a Contabilidade Geral do Estado e as Contadorias Setoriais de cada unidade gestora, que necessitam disciplinar os procedimentos de registro das operações intraorçamentárias para evitar distorções nos demonstrativos de receita e despesa.



WWAZ		+111.51	▲	-99.31
TVRZ		+92.21	▲	-87.59
TTAW		+87.14	▲	-67.54
CCAD		+131.94	▲	-121.49
HAEW		+74.68	▼	-67.24
JJAS		+94.71	▲	-61.41
RRAP		+77.91	▼	-59.36







# GESTÃO FISCAL



## 5. GESTÃO FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, pautada na ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Dentre o conjunto de princípios e regras contidos na LRF que aludem ao compromisso em tela, destacam-se os relativos às receitas e às despesas, ao endividamento, às metas fiscais, à transparência, dentre outros.

A obediência a essas regras visa à prevenção de déficits excessivos e frequentes e à manutenção do equilíbrio intertemporal das contas públicas, que possibilitem margem para absorção dos efeitos de eventos imprevistos e a preservação do patrimônio público. Para isso, a Lei em questão definiu os instrumentos de transparência da gestão fiscal, dentre eles os Relatórios Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Gestão Fiscal (RGF), aos quais deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público.

Nos termos do art. 52 e 54 da mencionada Lei, o RREO e RGF devem ser publicados, respectivamente, com periodicidade bimestral e quadrimestral, reunindo um conjunto de informações relacionadas ao planejamento e à execução orçamentária, que garantam aos órgãos de fiscalização e à sociedade o controle e acompanhamento dos limites e regras legalmente estabelecidos.

Importa mencionar que desde 2020, o surto pandêmico de Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) afetou o quadro das finanças públicas brasileira. Nesse particular, diversas ações, incluindo a flexibilização de algumas regras fiscais foram adotadas pelos entes federativos, notadamente, em função do estado de calamidade pública, declarado em âmbito nacional e estadual<sup>(55)</sup>, no intuito de assegurar o enfrentamento a situação calamitosa.

Em 2021, com o fim do período de vigência do estado de calamidade declarado, os efeitos da Lei Fiscal foram retomados. Adicionalmente, novas regras foram definidas e/ou alteradas, como medida de reforço ao ajuste fiscal, a exemplo, daquelas contidas na Emenda Constitucional nº 109/2021 e também na LC nº 178/2021, as quais tiveram impactos na gestão fiscal dos entes federativos.

Nesse contexto, esta seção trata, no âmbito do estado do Pará, das formalidades atinentes à divulgação dos relatórios fiscais, além de apresentar, com base nas informações orçamentárias, financeiras e contábeis, constantes do sistema Siafem, análises sobre: receita corrente líquida, despesa com pessoal, endividamento, regra de ouro, alienação de ativos e aplicação de recursos, metas fiscais, disponibilidades de caixa e inscrição em restos a pagar e outros.

### 5.1. DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA LRF

Os instrumentos de transparência da gestão fiscal – destacados na LRF, art. 48 – aos quais devem ser dadas ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público são: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Cumpra observar que a Lei Complementar nº 131/2009 e a Lei Complementar nº 156/2016, alteraram o supracitado artigo ampliando o rol de atividades relacionadas à transparência, os quais, em suma, devem assegurar:

- O incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas;
- A liberação ao pleno conhecimento da sociedade, em tempo real, de informações sobre

(55) Em âmbito federal, a situação de calamidade pública foi reconhecida pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e, no estado do Pará, foi reconhecida pelo Decreto estadual nº 687 de 15 de abril de 2020.

execução orçamentária e financeira; e

- A adoção de sistema único pelo ente que atenda ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União, resguardada a autonomia administrativa, financeira e a independência dos Poderes.
- A disponibilização de informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União.

a) Publicação

O RREO deve ser publicado pelo Poder Executivo, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina o art. 165, § 3º da CF/88, combinado com o art. 52 da LRF, reunindo as informações consolidadas dos Poderes e órgãos do ente federativo. No quadro a seguir, demonstra-se a cronologia de publicação do RREO do estado do Pará em 2021:

**Quadro 5.1 – Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do estado do Pará – 2021.**

Período	Prazo de Publicação	Data da Publicação	Período	Prazo de Publicação	Data da Publicação
1º Bim/2021	30/03/2021	30/03/2021	4º Bim/2021	30/09/2021	24/09/2021
2º Bim/2021	30/05/2021	26/05/2021	5º Bim/2021	30/11/2021	29/11/2021
3º Bim/2021	30/07/2021	30/07/2021	6º Bim/2021	30/01/2022	28/01/2022

Fonte: Diário Oficial do Estado (DOE).

Com base nas informações apresentadas, conclui-se que o Poder Executivo procedeu à publicação dos relatórios de forma tempestiva, dentro do prazo legal estabelecido.

Quanto ao RGF, cuja periodicidade é quadrimestral, nos termos do art. 54, da LRF, a emissão deve ser feita de forma individualizada pelos titulares dos Poderes e órgãos. Adicionalmente, nos termos da Portaria STN/2020, que aprovou o MDF, 11ª edição, válida para o exercício 2021, o Poder Executivo deve proceder à publicação do RGF Consolidado do Estado em até trinta dias após a divulgação do relatório do último quadrimestre do exercício.

A publicação do RGF do Poder Executivo e Consolidado ocorreu da seguinte forma:

**Quadro 5.2 – Publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo e Consolidado do estado do Pará – 2021.**

Período	Prazo de Publicação	Data da Publicação	Período	Prazo de Publicação	Data da Publicação
1º Quad/2021	30/05/2021	26/05/2021	3º Quad/2021	30/01/2022	28/01/2022
2º Quad/2021	30/09/2021	24/09/2021	Consolidado	01/03/2022	23/02/2022

Fonte: Diário Oficial do Estado (DOE).

Nota: O RGF do Poder Executivo foi republicado no Diário Oficial do Estado, em 24/02/2022.

Conforme informações apresentadas, conclui-se que a publicação do RGF ocorreu de forma tempestiva, nos prazos legais estabelecidos.

b) Disponibilização em meio eletrônico

Os relatórios Resumido de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal do Poder Executivo e consolidado

do estado do Pará, incluindo a versão simplificada, foram disponibilizados em meio eletrônico no Portal Transparência Pará(56).

Em relação à liberação de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, não se identificou no referido Portal da Transparência do Estado(57) a evidenciação dessas informações.

Quanto à disponibilização de informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, verificou-se no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), de que trata a Portaria STN nº 642/2019 e alterações, que foram homologados(58) os dados enviados pelo Poder Executivo do estado do Pará.

No tocante à adoção de Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic), estabelecido pelo Poder Executivo da União, a nova regulamentação dada pelo Decreto Federal nº 10.540/2020, especificou o padrão mínimo de qualidade requerido, o qual deverá ser observado pelos entes federativos a partir de 1º de janeiro de 2023.

## 5.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A LRF estabeleceu no art. 9º, § 4º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiências públicas na Comissão própria do Poder Legislativo.

No estado do Pará, por força do art. 205 da Constituição Estadual, as audiências públicas para esse feito foram realizadas na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO), da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), nos seguintes períodos.

**Quadro 5.3 – Audiências públicas de avaliação das metas fiscais – 2021.**

Quadrimestre	Data Limite	Data da Realização
1º	31/05/2021	26/05/2021
2º	30/09/2021	28/09/2021
3º	28/02/2022	22/02/2022

Fonte: Atas das assembleias realizadas pela CFFO/Alepa.

Portanto, o Estado cumpriu ao que determina a LRF.

## 5.3. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida (RCL), definida no art. 2º, IV, da LRF, é o principal denominador para aferição dos indicadores da gestão fiscal federativa, dentre os quais destacam-se os percentuais de despesas com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das garantias concedidas, além de outros legalmente previstos.

A metodologia apresentada na LRF para apuração da RCL considera o montante das receitas correntes

(56) Disponível em: <[http://www.transparencia.pa.gov.br/?q=consultar\\_despesas\\_orcamentarias](http://www.transparencia.pa.gov.br/?q=consultar_despesas_orcamentarias)>. Acesso em: março/2022.

(57) Disponível em: <<http://www.transparencia.pa.gov.br/>> Acesso em: março/2022.

(58) Disponível em: <[https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_historico\\_declaracoes/historico\\_declaracoes\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_historico_declaracoes/historico_declaracoes_list.jsf)> Acesso em: março/2022.

arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades(59) e deduzidas: as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional, a contribuição dos servidores para previdência e as receitas da compensação financeira entre os sistemas previdenciários.

De forma complementar, o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF/STN), em consonância com a mencionada Lei, define o formato padrão utilizado no cálculo da RCL, que deve ser elaborado pelo Poder Executivo e publicado, bimestralmente, no RREO (Anexo 3, LRF, art. 53, I).

No exercício de 2021, o montante da RCL do estado do Pará, compreendida no período de janeiro a dezembro (mês de referência e onze anteriores), correspondeu a R\$26,7 bilhões. A referida quantia é inferior à demonstrada pelo Poder Executivo no RREO do 6º bimestre/2021 (Anexo 3), bem como no BGE/2021 (Relatório e Indicadores de Gestão Fiscal 2021), págs. 188/189, de R\$27 bilhões. A diferença de R\$300,3 milhões, refere-se aos depósitos judiciais em que o Estado não faz parte da lide, classificados na origem Outras Receitas Correntes.

Em relação a esses depósitos, o Pleno deste TCE, em decisão proferida na Representação (Processo nº TC/519308/2017), interposta pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará, sob o fundamento de inconstitucionalidade e ilegalidade do procedimento de transferência de parcela desses recursos do Poder Judiciário para o Estado do Pará, decorrentes da Lei Estadual nº 8.312/2015, que regulamenta a LC Federal nº 151/2015, deferiu a medida cautelar *inaudita altera pars* (Resolução nº 19.315/2021), determinando à Sefa a inclusão dos depósitos de terceiros nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), como integrantes da dívida pública consolidada; além de exarar outras determinações ao Banpará e ao Tribunal de Justiça do Estado.

Sobre a inclusão na dívida consolidada do Estado, cumpre informar que, desde o 3º quadrimestre/2020 (Processo nº TC/001449/2021), os mesmos já são evidenciados no RGF do Poder Executivo, razão pela qual a Unidade Técnica tem excluído o valor proveniente de sua arrecadação do cálculo da RCL, já que, por decorrência lógica, à luz das normas financeiras e também das orientações da STN, os ingressos deles decorrentes não se coadunam à classificação de receita corrente, mas de capital.

Ante ao exposto, para fins de verificação de limites no período sob análise (exercício 2021), em relação às despesas com pessoal, à dívida consolidada líquida, às operações de crédito, às garantias e contragarantias e às despesas da dívida, será adotada a RCL apurada pela Unidade Técnica da Secretaria de Controle Externo do TCE-PA, no montante de R\$26,7 bilhões, conforme demonstrado na tabela a seguir, que apresenta os valores de 2021 e de quatro exercícios anteriores, atualizados pelo IPCA, para fins de comparação.

**Tabela 5.1 – Receita corrente líquida do estado do Pará – 2017-2021.**

	(Em R\$ milhares)				
<b>Especificação</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>30.215.868</b>	<b>30.624.501</b>	<b>33.439.656</b>	<b>35.421.744</b>	<b>37.103.272</b>
Receita Tributária - Impostos, Taxas e Cont. Melhoria	15.655.903	16.057.971	17.844.607	18.971.614	20.712.437
Receita de Contribuições	1.842.317	1.746.574	893.231	1.133.794	1.151.731
Receita Patrimonial	1.086.767	874.447	1.226.549	542.470	572.462
Receita Agropecuária	191	147	106	16	15
Receita Industrial	17.018	19.132	15.447	9.296	9.523
Receita de Serviços	606.242	608.781	1.058.270	970.645	946.304
Transferências Correntes	10.656.365	10.867.465	11.776.505	13.547.523	13.528.602
Outras Receitas Correntes	351.066	449.984	624.943	246.387	182.198
<b>Deduções (II)</b>	<b>7.788.085</b>	<b>8.044.997</b>	<b>9.362.321</b>	<b>9.9298.228</b>	<b>10.394.418</b>
Transferências Constitucionais e Legais	3.619.874	3.735.417	3.982.681	4.281.245	4.780.185

(59) (...) as receitas intraorçamentárias (contrapartida da modalidade 91) deverão ser excluídas do cálculo por caracterizarem duplicidades, uma vez que representam operações entre entidades integrantes do mesmo orçamento fiscal e da seguridade social. Ou seja, as receitas intraorçamentárias não poderão ser computadas nas linhas referentes às receitas correntes brutas e também não poderão ser deduzidas (MDF/STN-11ª edição, p.205).

Especificação	2017	2018	2019	2020	2021
Contribuição do Servidor p/ o Plano de Previdência	844.384	870.955	1.748.872	1.339.572	1.337.759
Compensação Financ. entre Regime de Previd.	2.373	3.201	4.472	1.361	1.627
Deduções de Rec. p/ Formação do Fundeb	3.321.454	3.435.423	3.626.295	3.676.050	4.274.848
<b>Receita Corrente Líquida (III) = I – II</b>	<b>22.427.783</b>	<b>22.579.504</b>	<b>24.077.336</b>	<b>26.123.515</b>	<b>26.708.854</b>
<b>Var. (%) RCL Exercício / RCL Exercício Anterior</b>	<b>-</b>	<b>0,68</b>	<b>6,63</b>	<b>8,50</b>	<b>2,24</b>

Fonte: Siafem, 2017-2021.

Na série histórica apresentada, a receita corrente bruta do Estado, em valores nominais, registrou aumentos sucessivos comparativamente ao exercício anterior, alcançando, em 2021, o maior montante de todo o quinquênio (R\$37,1 bilhões). Tal acréscimo deu-se, principalmente, pelo desempenho na arrecadação de impostos, notadamente, o ICMS e também das receitas de contribuições, patrimonial e industrial; as quais compensaram, no acumulado do exercício, as quedas na realização das receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas.

No que tange às deduções, nota-se, no mesmo período da série que, 2021 foi consecutivamente o ano com maior valor nominal (R\$10,3 bilhões): cuja maior representatividade ficou por contas das transferências constitucionais e legais, além das parcelas destinadas para a formação do Fundeb.

Com efeito, a RCL apurada atingiu a cifra de R\$26,7 bilhões, evidenciando redução de 6,26 p.p em relação a 2020 (R\$26,1 bilhões). Essa redução pode ser justificada pela exclusão dos rendimentos das aplicações do RPPS e dos depósitos judiciais em que o Estado não faz parte da lide. Além disso, importa registrar que, em 2020, a RCL do Estado sofreu incremento significativo, em função dos repasses do governo federal para auxiliar os entes nas ações de combate à pandemia da Covid-19.

### 5.3.1. Despesas com Pessoal

A definição de limites e mecanismos para gastos com pessoal é importante item de controle fiscal das contas públicas, uma vez que esses dispêndios consomem, quase sempre, a maior parcela do orçamento dos entes federativos. O percentual máximo para realização desses gastos foi fixado na LRF, tendo como parâmetro a Receita Corrente Líquida Ajustada (RCLA)<sup>60</sup>.

O percentual em questão para os Estados e o Distrito Federal, a cada quadrimestre, não deve exceder 60% da RCLA, especificados na forma do disposto no art. 19, II da citada lei. Ressalta-se que, no estado do Pará, por força dos artigos 115 e 116 da CE e conforme o disposto no art. 20, II, §1º da LRF, a distribuição interna do limite mencionado entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foi efetuada na Resolução TCE-PA nº 17.793/2009, cuja repartição é a seguinte:

**Tabela 5.2 – Limites de despesa com pessoal por poder e órgão – 2021.**

Poderes e Órgãos	Limites %
<b>Poder Executivo</b>	<b>48,60</b>
<b>Poder Legislativo</b>	<b>3,40</b>
Assembleia Legislativa do Estado (Alepa)	1,56
Tribunal de Contas do Estado (TCE)	0,96
Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)	0,60
Ministério Público de Contas do Estado (MPC)	0,20

<sup>60</sup> Para fins de cálculo do limite da Despesa com Pessoal considera-se a Receita Corrente Líquida Ajustada (RCLA), a qual é apurada a partir da Receita Corrente Líquida (RCL), excluídos os valores de transferências obrigatórias da União, relativas às Emendas Parlamentares Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF/88) e às Emendas de Bancada (art. 166, § 16 da CF/88).

Poderes e Órgãos	Limites %
Ministério Público de Contas dos Municípios (MPCM)	0,08
<b>Poder Judiciário</b>	<b>6,00</b>
Tribunal de Justiça do Estado (TJ)	5,92
Justiça Militar do Estado (JM)	0,08
<b>Ministério Público do Estado</b>	<b>2,00</b>
<b>Consolidado do estado do Pará</b>	<b>60,00</b>

Fonte: LRF. Resolução TCE-PA nº 17.793/2009.

No cálculo da despesa com pessoal, considera-se o montante executado nos últimos doze meses, incluído o mês de referência, relativos a pessoal ativo, inativo, pensionista e outras despesas decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, da LRF). Desse somatório, realizam-se as deduções legais (art. 19, § 1º, da LRF), obtendo-se a despesa líquida, a qual é comparada à RCLA para aferição do percentual limite.

Por oportuno, insta mencionar que, com a promulgação da Lei Complementar nº 178/2021(61) foram acrescentadas novas regras para reduzir divergências no cálculo da despesa com pessoal para fins de cômputo do limite de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, foi incluído o § 3º, no art. 18 da LRF, deixando assentado que, na apuração desse indicador, deve ser observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da CF/88(62).

Diante disso, a Resolução TCE/PA nº 16.769/2003(63), que autorizava a dedução a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre a folha de pagamento dos servidores do estado do Pará, perdeu tacitamente seus efeitos, razão pela qual deixou de ser efetuada pela Unidade Técnica da Secex, a partir da vigência da novel Lei Complementar, em janeiro de 2021.

Cabe registrar ainda que, no contexto da LC nº 178/2021, a alteração realizada no art. 19, §1º, VI, “c”, deu nova conformação à LRF, no sentido de reconhecer na dedução da despesa com pessoal e, por conseguinte, no limite de gasto dos entes federativos, as medidas de responsabilidade previdenciária por eles adotadas que visem a promoção do equilíbrio atuarial(64) do regime de previdência dos seus servidores.

Igualmente, a inclusão do § 3º, no mencionado art. 19, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deixou expresso que os dispêndios com inativos e pensionistas executados com recursos aportados para cobertura de déficit financeiro(65) do regime, independentemente da forma contábil utilizada, não terão o mesmo tratamento conferido às despesas efetuadas com recursos destinados ao equilíbrio atuarial do sistema, razão pela qual não poderão ser deduzidos dos limites de despesas com pessoal.

(61) Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021. Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

(62) Art. 37 [...]

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

(63) Resolução TCE-PA nº 16.769, de 14 de agosto de 2003. Trata da exclusão da despesa com pessoal do valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a folha de pagamento.

(64) A STN por meio da Nota Técnica SEI nº 18162/2021/ME, de 13/05/2021, com a finalidade de dar subsídio ao cumprimento do disposto no sobredito dispositivo legal, tratou do tema, apresentando as orientações sobre quais transferências de recursos são destinadas a promover o equilíbrio atuarial dos RPPS's, de que trata a alínea "c" do inciso VI do § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021.

(65) [...] na prática, pode-se observar a ocorrência de déficits previdenciários nos RPPS. Estes correspondem a insuficiências projetadas ou imediatas para o pagamento de benefícios previdenciários, decorrentes de desequilíbrios atuariais ou financeiros, respectivamente. Assim, pode-se considerar os déficits previdenciários como gênero do tema, tendo como espécies de déficits previdenciários: atuarial e financeiro. Consideram-se déficits atuariais quando representam valores necessários ao equilíbrio financeiro futuro do regime, projetadas para exercícios futuros e analisadas a valor presente; e déficits financeiros quando correspondem a insuficiências financeiras presentes para o pagamento dos benefícios previdenciários de cada mês, ou seja, que impactam o exercício atual. (MCASP/STN-8ª edição, p. 346). grifou-se



No que tange às despesas decorrentes de contratação de serviços públicos finalísticos de forma indireta, cumpre observar que essas deveriam ser incluídas na apuração dos limites de gastos totais com pessoal do ente contratante, conforme disposto no MDF/STN - 11ª edição. Entretanto, a STN, por meio da Portaria nº 377/2020, prorrogou esse prazo para o exercício de 2022. Em vista disso, no exercício sob análise, as despesas com pessoal das Organizações Sociais não foram consideradas para fins de verificação do cumprimento do limite sob enfoque.

### 5.3.1.1. Despesas com pessoal do Estado e do Poder Executivo

A composição dos gastos com pessoal do Estado (consolidado do ente) e do Poder Executivo, em 2021, demonstrada na tabela a seguir, com base nas informações extraídas do Siafem, evidencia que a despesa bruta realizada importou, respectivamente, na quantia de R\$15,9 bilhões (no âmbito do Estado) e R\$13,3 bilhões (no âmbito do Poder Executivo), e que, após as deduções previstas na LRF, a despesa líquida do ente resultou em R\$13,2 bilhões e a do Poder Executivo em R\$11 bilhões.

Os percentuais apurados indicam que o Estado aplicou em despesas com pessoal 49,62% da RCLA e o Executivo 41,55%. Em ambos os casos, os percentuais ficaram abaixo dos limites máximo, prudencial e alerta definidos na LRF.

**Tabela 5.3 – Despesa com pessoal do Estado e do Poder Executivo – 2021.**

	(Em R\$ milhares)	
Despesas com Pessoal	Estado	Poder Executivo
<b>Despesa Bruta com Pessoal (I)</b>	<b>15.992.173*</b>	<b>13.308.288</b>
Pessoal Ativo	11.358.862	9.103.930
Pessoal Inativo e Pensionista	4.633.310	4.204.358
<b>Despesas Não Computadas - LRF, art. 19, § 1º (II)</b>	<b>2.781.850*</b>	<b>2.245.105</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão voluntária	14.219*	3.607
Decorrentes de Decisão Judicial	327.548	325.400
Despesas de Exercícios Anteriores	154.488	22.584
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.285.595	1.893.513
<b>Despesa Líquida com Pessoal - DTP (III) = I - II</b>	<b>13.210.323</b>	<b>11.063.184</b>
<b>Receita Corrente Líquida - RCL (IV)</b>	<b>26.708.854</b>	<b>26.708.854</b>
Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V)	12.891	12.891
Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (VI)	72.414	72.414
<b>Receita Corrente Líquida Ajustada - RCLA (VII) = IV - V - VI</b>	<b>26.623.549</b>	<b>26.623.549</b>
<b>% Despesa Total com Pessoal sobre a RCLA (VIII) = (III / VII) * 100</b>	<b>49,62</b>	<b>41,55</b>
Limite Máximo - LRF, art. 20, II	60,00	48,60
Limite Prudencial - LRF, art. 22, parágrafo único	57,00	46,17
Limite Alerta - LRF, art. 59, §1º, II	54,00	43,74

Fonte: Siafem, 2021.

Nota: Inclusos os RP Não Processados (R\$284 mil), os quais são apresentados em item próprio no Demonstrativo da Despesa com Pessoal, do RGF do 3º quadrimestre, conforme MDF/STN-11ª edição, p. 510-512.

Convém informar que as despesas com pessoal da Defensoria Pública, a despeito de sua autonomia orçamentário-financeira, conferida pela EC nº 45/2004 e pela Lei Complementar Estadual nº 54/2006, não dispõe de limite específico. Por isso os seus gastos são computados aos do Poder Executivo.

Assim, do total líquido de gasto com pessoal do Poder Executivo (R\$11 bilhões), R\$158,6 milhões correspondem aos dispêndios da Defensoria Pública do Estado, ou seja, 0,60%(66) da RCLA. O restante (40,95%) refere-se aos demais órgãos e entidades do referido Poder.

(66) Memória de Cálculo (Em R\$ milhares): Despesa Bruta (R\$203.229) – Deduções LRF (R\$44.547) = Despesa Líquida (R\$158.682)/RCLA (R\$26.623.549) = 0,60%.

Cumprir destacar que, relativamente ao cálculo da despesa líquida - detalhada na tabela supra - foi evidenciada divergência, na ordem de R\$216 milhões, em relação ao demonstrado no BGE, no Anexo “Relatórios e Indicadores da Gestão Fiscal”, pág. 204 e RGF/3º quadrimestre de 2021 (Processo Eletrônico TCE-PA, TC/002368/2022, peças 2 e 16).

A diferença em questão (R\$216 milhões) em conjunto com aquela identificada no cálculo da RCL (R\$300,3 milhões), conforme tratado no item 5.2 deste relatório, alterou os percentuais calculados pela Unidade Técnica, em referência aos divulgados pela Sefa, conforme se demonstra a seguir, muito embora, em ambos os casos, os indicadores tenham ficado abaixo dos limites definidos na LRF.

**Tabela 5.4 – Divergências entre TCE-PA e SEFA da apuração da Despesa Líquida com Pessoal do Poder Executivo e Estado – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Detalhamento	TCE/PA (a)	SEFA (b)	Diferença (a - b)
<b>Despesa Líquida com Pessoal – Poder Executivo</b>	<b>11.063.184</b>	<b>10.847.093</b>	<b>216.090</b>
<b>Despesa Líquida com Pessoal – Estado do Pará</b>	<b>13.210.323</b>	<b>12.994.233</b>	<b>216.090</b>
<b>Receita Corrente Líquida Ajustada - RCLA</b>	<b>26.623.549</b>	<b>26.923.897</b>	<b>300.348</b>
<b>% Despesa Total com Pessoal sobre a RCLA - Poder Executivo</b>	<b>41,55%</b>	<b>40,29%</b>	<b>1,26%</b>
<b>% Despesa Total com Pessoal sobre a RCLA – Estado do Pará</b>	<b>49,62%</b>	<b>48,26%</b>	<b>1,36%</b>

Fonte: Demonstrativos Despesa com Pessoal – TCE-PA e BGE/RGF 3º quadrimestre/2021.

A diferença registrada na despesa líquida refere-se à dedução de inativos e pensionistas com recursos vinculados, efetuada pela Sefa, em relação àquelas despesas executadas no Finanprev (Fundo em Repartição) com recursos provenientes dos rendimentos das aplicações do Funprev (Fundo em Capitalização), Fonte de Recurso “FR 02540069140 – LEI COMPLEMENTAR 115/2017”, para fazer face à cobertura de déficit financeiro, nos termos da LC estadual nº 115/2017(67).

Entretanto, a Unidade Técnica da Secex, não deduziu a quantia mencionada do cálculo da despesa total com pessoal. Isso porque, diante do novo regramento instituído pela LC nº 178/2021, o qual promoveu alterações na LRF (art. 19, §1º, VI, “c”, e inclusão do § 3º ao mesmo artigo). E, ainda, considerando as orientações da STN, contidas na Nota Técnica SEI nº 18162/2021/ME, de 13/05/2021, os citados recursos, nos termos do estabelecido na sobredita Lei Estadual, apresentam nítido caráter de aporte para cobertura de déficit financeiro.

Em sede de diligência(68), solicitou-se, no âmbito do Processo Eletrônico nº TC/002368/2022 (RGF 3º quadrimestre de 2021), que a Sefa justificasse o valor em tela na dedução da despesa com pessoal do Poder Executivo e consolidada do Estado. Em resposta(69), o órgão sustentou, em síntese, a legalidade das alterações à Lei Complementar Estadual nº 39/2002, incluindo aquelas efetuadas por meio das Leis Complementares estaduais nº 112/2016, nº 115/2017 e nº 129/2019 no que diz respeito às transferências de rendimento do Funprev em favor do Finanprev. Para tanto, argumentou que tal entendimento já estaria pacificado no âmbito do STF, a partir de decisão emanada no âmbito da Ação Civil Originária nº 3.337/2019.

Urge destacar, acerca dessa justificativa, que a legalidade quanto às transferências de valores entre o Funprev e o Finanprev não foi ponto suscitado na fase de diligência do presente processo. O questionamento dizia respeito tão somente aos reflexos da transferência mencionada no cálculo de gastos com pessoal. Isso porque, após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 178/2021, o art. 19, da LRF, em sua nova redação,

(67) A LC nº 115/2017 alterou a LC nº 39/2002, a qual trata do Regime de Previdência Estadual do Pará, e dá outras providências.

(68) PAE nº 2022/370237. Ofício nº 00961-1ªCCG/Secex, de 28/03/2022.

(69) PAE nº 2022/370237. Despacho do Secretário Adjunto do Tesouro Estadual, de 05/04/2022.

passou a tratar, explicitamente, de matéria relativa aos déficits de natureza previdenciária (atuarial e financeiro) e suas respectivas implicações no demonstrativo da despesa com pessoal.

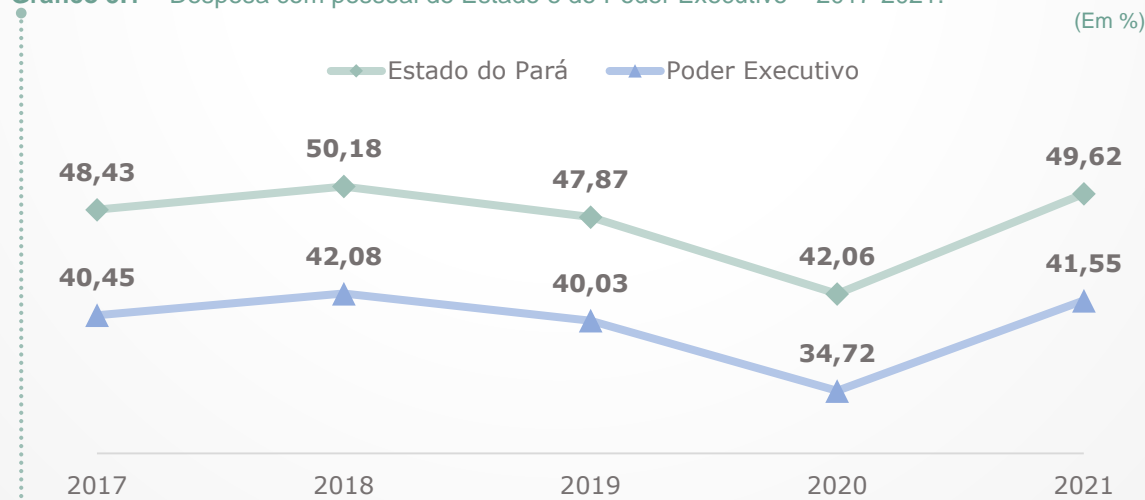
Frisa-se que a caracterização de déficit financeiro se dá por meio da constatação de insuficiência atual de recursos para pagamento da integralidade de obrigações pertencentes a um determinado fundo de natureza previdenciária. A propósito, essa é a exata situação do Finanprev, já que, conforme informações constantes no Anexo IV – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, divulgados nos RREO's do Poder Executivo<sup>70</sup> e no item 5.6 deste relatório, o déficit financeiro é recorrente, tendo sido evidenciado, mais uma vez, no RREO do 6º bimestre de 2021 (Processo Eletrônico nº TC/002366/2022).

Dessa forma, considera-se que o valor de R\$216 milhões, em questão, enquadra-se na hipótese prevista no § 3º do art. 19 da LRF, e não na situação descrita na alínea “c” do § 1º do mesmo artigo. Por conta disso, a quantia mencionada não deve ser deduzida do montante relativo a gastos com pessoal, no âmbito do estado do Pará.

Destarte, no Processo Eletrônico nº TC/002368/2022 (RGF 3º quadrimestre de 2021), a Unidade Técnica, em consonância com o art. 19, §1º, VI, “c” e § 3º, da LRF, expediu recomendação no sentido de que a Sefa, quando da elaboração do demonstrativo de despesa com pessoal do Poder Executivo e consolidado do ente, abstenha-se de deduzir do montante bruto, os dispêndios com inativos e pensionistas executadas com recursos vinculados, oriundos das aplicações financeiras do Funprev, aportadas ao Finanprev para cobertura de déficit financeiro.

Feitas essas considerações, apresenta-se, no gráfico a seguir, a série histórica dos percentuais da despesa com pessoal do Estado e do Poder Executivo nos últimos 05 (cinco) anos apurados pela Unidade Técnica da Secex.

**Gráfico 5.1 – Despesa com pessoal do Estado e do Poder Executivo – 2017-2021.**



De acordo com o gráfico apresentado, no último quinquênio, os maiores percentuais de despesas com pessoal registrados pelo Estado e pelo Poder Executivo ocorreram no ano de 2018. Nos exercícios subsequentes houve diminuição dos índices. Em 2020, os limites apurados foram os menores de todo o período, registrando redução de 5,81 e 5,31 p.p., sequencialmente, em comparação ao exercício 2019, o que pode ser justificado pelas diversas restrições, em relação a esses gastos, impostas no contexto pandêmico da Covid-19.

Já em 2021, os percentuais do Estado e do Poder Executivo, voltaram a crescer, de forma que o aumento

(70) Disponível em: <[www.sefa.pa.gov.br/arquivos/contabilidade/2021/RREO-6-BI---PRONTO-PARA-SITE---COMPLETO---ASSINADO-1.pdf](http://www.sefa.pa.gov.br/arquivos/contabilidade/2021/RREO-6-BI---PRONTO-PARA-SITE---COMPLETO---ASSINADO-1.pdf)>. Acesso em 20.abr.2022.

em relação ao exercício imediatamente anterior, foi respectivamente, de 7,56 e 6,83 p.p., passando a ocupar a segunda posição na série histórica.

Registre-se, de todo modo, que os percentuais aferidos no período analisado, tanto pelo Estado, quanto pelo Poder Executivo, indicam, até então, o cumprimento do limite máximo, prudencial e da emissão de alerta estabelecidos na LRF para gastos dessa natureza.

### 5.3.2. Dívida Consolidada Líquida

A dívida pública constitui importante componente da gestão fiscal, razão pela qual seu estoque e fluxos demandam acompanhamento permanente. A LRF buscando dar transparência à natureza e ao volume do endividamento governamental conferiu ampla abrangência à definição do que integra a dívida pública consolidada ou fundada para os seus fins.

Nesse sentido, o conceito em referência contempla o montante total, apurado sem duplicidades, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Também integram a citada dívida os precatórios judiciais posteriores a 05/05/2000, não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e as operações de crédito que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado do orçamento.

O limite de endividamento para os Estados foi estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001 (art. 3º, I), considerando-se a relação ente a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCLA(71). A DCL é resultante da dívida consolidada, depois de deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, e não poderá exceder a 2 (duas) vezes a RCLA.

Ressalta-se que a Lei Complementar nº 173/2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) e alterou a LRF, dispôs, no art. 1º, § 1º, acerca da suspensão dos pagamentos da dívida dos Estados, Distrito Federal e Municípios contratadas com a União, no período de 01/03/2020 e 31/12/2020, de forma a possibilitar a aplicação desses recursos, preferencialmente, nas ações de combate à pandemia.

Dessa forma, os prazos para pagamento foram estendidos para 2022, nos mesmos termos dos contratos originais a que se referirem. Frise-se que a suspensão sob enfoque, de acordo com a Nota Técnica SEI nº 25948/2020/ME, que define os procedimentos de contabilização, deve ocorrer no plano orçamentário, ou seja, mediante ajuste e redirecionamento das dotações orçamentárias existentes para os fins supracitados.

No plano patrimonial, os registros contábeis por competência, seguindo-se os princípios e as normas contábeis do setor público, dispostas no MCASP-8ª edição, devem permanecer para que o passivo seja atualizado, em relação aos juros e correção monetária, e considerado no limite de endividamento do ente.

O estado do Pará foi beneficiário da mencionada suspensão. Entretanto, importa mencionar, conforme destacado na análise do RGF do 3º quadrimestre de 2020 (Processo nº TC/001449/2021) e no Relatório Técnico das Contas de Governo do Estado, exercício 2020 (Processo nº TC/006362/2021) que, em função de o Estado manter a prática de contabilização patrimonial dos encargos da dívida, concomitante à execução orçamentária e, considerando que estas não ocorreram no período de interrupção dos pagamentos; os registros patrimoniais por competência, relacionados aos juros da dívida contratual não foram realizados, nos termos da nota técnica

(71) A partir de 2020 a Receita Corrente Líquida Ajustada tornou-se parâmetro para verificação do cumprimento dos limites de endividamento dos entes federativos em decorrência da previsão contida no art. 166-A, § 1º da CF/88, acrescentado pela EC nº 105, de 12 de dezembro de 2019. A RCLA deriva de ajuste efetuado na RCL a partir da exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais impositivas.

supracitada e também das normas contábeis pertinentes, denotando indícios de que o passivo da dívida contratual e, conseqüentemente, a dívida consolidada foi subavaliada.

No exercício sob análise, a prática referenciada foi mantida. Isso porque, conforme informações extraídas, respectivamente, da transação Balanceteg, do Siafem2021 e do Balanço Orçamentário do Estado, a conta de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) 341000000 – JRS/ENC.DE EMP./FINANC.OBTIDOS (plano patrimonial), a qual evidencia os registros contábeis por competência, apresenta exatamente o mesmo valor da conta de execução orçamentária (despesa empenhada), na Categoria Despesa Corrente, Grupo de Natureza de Despesa (GND) 329032 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (plano orçamentário), qual seja R\$186 milhões.

Ressalta-se, de todo modo, que a ocorrência em questão, por se relacionar à observância do regime de competência na escrituração contábil, demanda análise documental e dos registros contábeis, o que é possível de ser efetuado, minuciosamente, em processos de prestação de contas de gestão, onde será possível avaliar e mensurar os reflexos nos demonstrativos contábeis e fiscais do ente federativo.

Dito isso e, com base, exclusivamente, nos registros do Siafem, apresenta-se na tabela a seguir o detalhamento da Dívida Consolidada Líquida do estado do Pará de 2021 e o percentual de comprometimento em relação à RCLA.

Para fins de comparação, os valores de 2020 foram atualizados pelo IPCA e os percentuais da dívida ajustados, com base na RCLA.

**Tabela 5.5 – Demonstrativo da dívida consolidada líquida do estado do Pará 2020-2021.**

(Em R\$ milhares)

Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	2020	2021
<b>Dívida Consolidada - DC (I)</b>	<b>5.911.059</b>	<b>5.748.672</b>
Dívida Contratual	5.563.212	5.311.094
Empréstimos	4.231.207	4.099.233
Internos	2.336.715	2.073.676
Externos	1.894.492	2.025.557
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	1.107.265	1.022.910
Parcelamentos e Renegociação da Dívida	224.740	188.951
De Tributos	123.057	101.299
De Contribuições Previdenciárias	101.470	87.506
De FGTS	213	146
Outras Dívidas	347.847	437.579
<b>Deduções (II)</b>	<b>5.327.476</b>	<b>5.299.921</b>
Disponibilidade de Caixa	5.034.169	4.906.377
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.399.264	5.507.976
(-) Restos a Pagar Processados	365.095	601.599
Demais Haveres Financeiros	293.307	393.543
<b>Dívida Consolidada Líquida - DCL (III) = I – II</b>	<b>583.583</b>	<b>448.752</b>
<b>Receita Corrente Líquida – RCL (IV)</b>	<b>26.123.254</b>	<b>26.708.854</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) - (V)	23.982	12.891
<b>Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites de endividamento (VI) = (IV - V)</b>	<b>26.099.272</b>	<b>26.695.963</b>
<b>% da DC sobre a RCL AJUSTADA (VII) = (I/VI)</b>	<b>22,65</b>	<b>21,53</b>
<b>% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (VIII) = (III/VI)</b>	<b>2,24</b>	<b>1,68</b>
	<b>Saldo</b>	
<b>Outros Valores não Integrantes da DC</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	145	97.392
Passivo Atuarial	1.101.755	162.649

Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	2020	2021
Depósitos e Consignações sem Contrapartida	354.432	383.929
Restos a Pagar não Processados	81.870	147.107
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	391.620	359.077

Fonte: Siafem, 2020-2021.

NOTA: A diferença de R\$3,4 milhões em relação à Disponibilidade de Caixa Bruta do Executivo (BGE e RGF/3º quadrimestre de 2021) refere-se aos recursos da RPPS constantes nas Unidades Gestoras da Defensoria Pública (R\$1,1 milhão) e da Alepa (R\$2,2 milhões), os quais, de acordo com MDF/STN - 11ª edição, devem ser excluídos do cálculo da DCL.

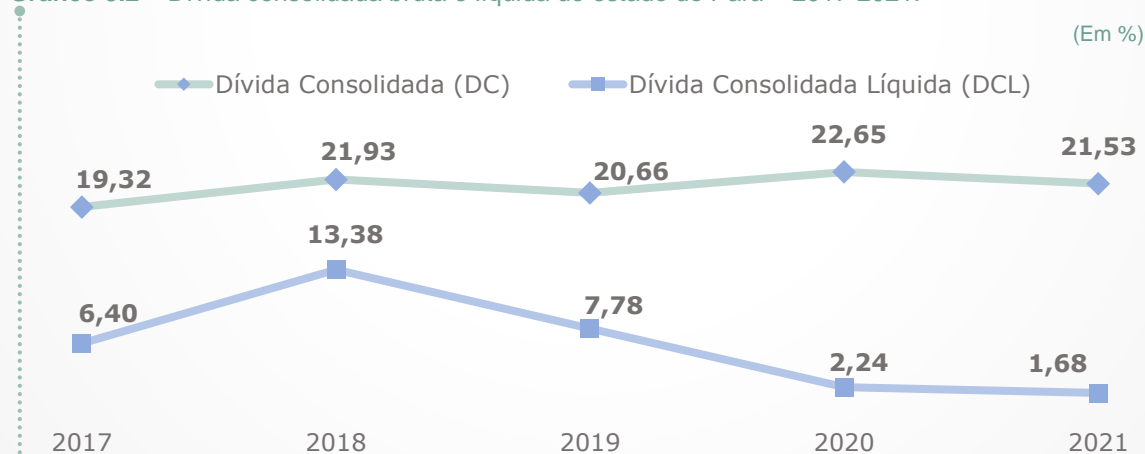
O montante da dívida consolidada do Estado de R\$5,7 bilhões é constituída, majoritariamente (92,39%), pela dívida contratual decorrente de empréstimos internos e externos, reestruturação da dívida (72) e parcelamentos de tributos com a União, e o restante (7,61%) pelos depósitos judiciais em que o Estado não faz parte da lide. A quantia em questão, evidencia redução de 2,75% em relação ao ano anterior, quando somou R\$5,9 bilhões atualizado monetariamente.

Após as deduções legais (R\$5,2 bilhões), a DCL importou em R\$448,7 milhões, registrando queda de 23,10%, comparativamente ao exercício de 2020, cujo valor atualizado totalizou R\$583,5 milhões.

Por conseguinte, o percentual aferido, em 2021, em relação à RCLA (R\$26,9 bilhões), de 1,68%, foi significativamente inferior ao limite definido na RSF nº 40/2001, correspondente a 200% da RCLA, indicando que o Ente atendeu ao referido dispositivo legal.

O gráfico a seguir ilustra o comportamento da DC e da DCL do estado do Pará, ajustada com base na RCLA para fins de comparação, na série histórica de 2017 a 2021.

Gráfico 5.2 – Dívida consolidada bruta e líquida do estado do Pará – 2017-2021.



Fonte: Siafem, 2017-2021.

No que se refere à Dívida Consolidada, as discretas oscilações na série histórica, evidenciam que o menor percentual foi registrado no ano de 2018 e o maior no exercício de 2020. Em 2021, houve redução de 1,12 p.p em relação a 2020, o que pode ter relação com o procedimento antes mencionado, relativo ao reconhecimento dos juros e encargos, sob o regime de competência da dívida contratual.

Quanto à DCL, no intervalo de 2017 a 2021, observa-se expressivo decréscimo, com exceção de 2018 em que houve aumento de 6,98 p.p., comparativamente ao exercício anterior. Em 2021, o percentual apurado foi o menor do período. Essa expressiva redução da DCL, conforme demonstrado na tabela precedente, é justificada, dentre outros, pela disponibilidade de caixa, as quais constituem dedução da DC, combinando com o

(72) Acordo firmado com a União em virtude do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estados (PAF), nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, alterada pelas Leis Complementares nº 148, de 25 de novembro de 2014, nº 156, de 28 de dezembro de 2016 e nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

aumento da RCL do Estado.

Em todos os anos do período analisado, os limites da dívida consolidada líquida mantiveram-se significativamente abaixo do estabelecido pelo Senado Federal.

### 5.3.3. Garantias e Contragarantias de Valores

A garantia de operações de crédito, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, refere-se aos compromissos de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida pelos entes federativos e visa resguardar as partes envolvidas na operação.

A contragarantia, por sua vez, constitui condição para concessão de garantia, correspondendo às contrapartidas oferecidas no ato da contratação, em valor igual ou superior ao da garantia, de forma a abranger o ressarcimento integral dos custos financeiros decorrentes da cobertura de eventual inadimplemento.

A Resolução Senado Federal nº 43/2001, art. 9º, estipula o limite de 22% da RCLA(73) para a concessão de garantias pelos Estados. Outrossim, esse limite, nos termos do parágrafo único do citado artigo, poderá ser elevado a 32%, caso o garantidor atenda as condições estabelecidas(74).

Na tabela a seguir, estão demonstrados os saldos, em 31/12/2021, das garantias concedidas pelo estado do Pará:

**Tabela 5.6 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Garantias Concedidas	Saldo
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS</b>	<b>101.973</b>
Em Operações de Crédito Internas	101.973
<b>Receita Corrente Líquida (RCL)</b>	<b>26.708.854</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, II da CF/88)	12.891
<b>Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento (RCLA)</b>	<b>26.695.963</b>
<b>% do Total das Garantias sobre a RCLA</b>	<b>0,38</b>
<b>Limite Definido por Resolução do Senado Federal (22%)</b>	<b>5.873.112</b>
<b>Limite de Alerta Definido na LRF (art. 59, §1º, III)</b>	<b>5.285.801</b>

Fonte: Siafem, 2021.

No exercício 2021, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R\$101,9 milhões, relativas às operações de crédito realizadas pela Celpa. A garantia em questão decorre de dispositivo contratual após desestatização. Cumpre observar que a Celpa, atualmente, foi incorporada pela Equatorial Energia Pará.

O montante em tela representa 0,38% da RCLA, portanto, abaixo do percentual de 22% fixado pela Resolução SF nº 43/2001, indicando que o estado do Pará cumpriu o sobredito limite.

Ressalta-se, que o governo do Estado não recebeu contragarantia, conforme determina o art.18, II, § 3º

<sup>73</sup> A partir de 2020 a Receita Corrente Líquida Ajustada tornou-se parâmetro para verificação do cumprimento dos limites de endividamento dos entes federativos em decorrência da previsão contida no art. 166-A, § 1º da CF/88, acrescentado pela EC nº 105, de 12 de dezembro de 2019. Assim, a RCLA, para fins de cálculo dos limites de endividamento, deriva de ajuste efetuado na RCL a partir da exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas parlamentares individuais.

<sup>74</sup> Art. 9º. Parágrafo único (...)

I – não tenha sido chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar do mês da análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas;

II – esteja cumprindo o limite da dívida consolidada líquida, definido na Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal;

III – esteja cumprindo os limites de despesa com pessoal previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV – esteja cumprindo o Programa de Ajuste Fiscal acordado com a União, nos termos da Lei nº 9.496, de 1997.

da supracitada Resolução, esta não será exigida de órgãos e entidades que integrem o próprio Estado, o Distrito Federal ou o Município.

### 5.3.4. Operações de Crédito

A transparência e o cumprimento dos limites relacionados à contratação de operações de crédito também constituem pilares da gestão fiscal responsável, já que a realização dessas operações, uma vez que correspondem à assunção de compromissos financeiros a pagar, nos termos do art. 29, III, da LRF, tem impacto na apuração da dívida consolidada dos entes federativos.

A Resolução do Senado nº 43/2001, no art. 7º, I, estabeleceu que o montante global das operações de crédito internas e externas realizadas, em um exercício financeiro pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, não poderá ser superior a 16% da RCL, assim como as operações decorrentes de Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) não podem, de acordo com o aludido no art. 10 da referida Resolução, ultrapassar o percentual de 7%.

No estado do Pará, em 2021, os ingressos orçamentários provenientes de operações de crédito, conforme demonstrado a seguir, corresponderam ao montante R\$509,2 milhões o que representa 54,86% da previsão orçamentária (R\$928,4 milhões) e 85,04% das receitas de capital realizadas no exercício (R\$598,8 milhões).

**Tabela 5.7 – Operações de crédito estado do Pará – 2021.**

		(Em R\$ milhares)	
Operações de Crédito		Valor Realizado	
<b>Contratual</b>		<b>509.277</b>	
<b>Interna</b>		<b>177.550</b>	
	Empréstimos	177.550	
<b>Externa</b>		<b>331.727</b>	
	Empréstimos	331.727	
<b>Operações de Crédito por ARO</b>		0,00	
<b>Apuração do Cumprimento dos Limites</b>		<b>Valor</b>	<b>% Sobre a RCLA</b>
<b>Receita Corrente Líquida (RCL)</b>		<b>26.708.854</b>	<b>-</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF)		12.891	-
<b>Receita Corrente Líquida Ajustada p/ Cálculo dos Limites de Endividamento (RCLA)</b>		<b>26.695.963</b>	<b>-</b>
<b>Total Considerado na Apuração do Cumprimento do Limite</b>		<b>509.277</b>	<b>1,91</b>
Limite Definido pela RSF nº 43/2001 para as Operações de Crédito (art. 7º, I)		4.271.354	16,00
Limite de Alerta Definido na LRF (art. 59, § 1º, III) - 90%		3.844.219	14,40
Limite Definido pela RSF nº 43/2001 para as Operações de Crédito por ARO (art. 10)		1.868.717	7,00

Fonte: Siafem, 2021.

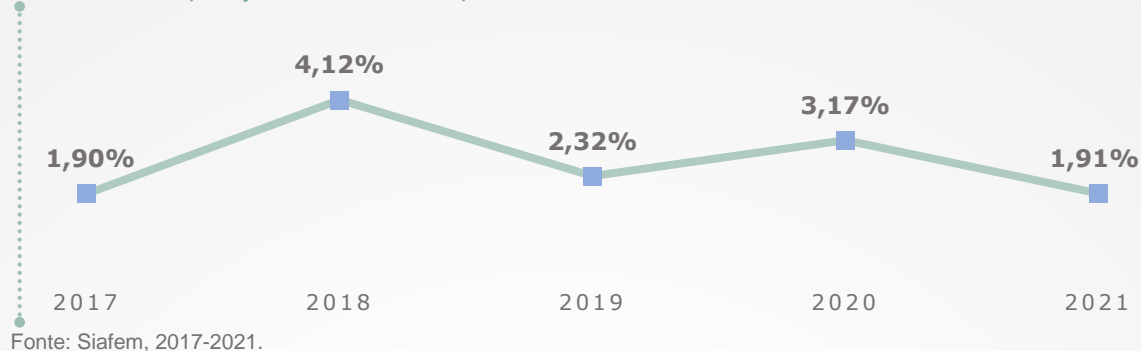
O percentual apurado entre os ingressos decorrentes dessas operações e a RCLA foi de 1,91% inferior ao limite definido na referida Resolução Senatorial (16%). Dos quais 65,14% do montante derivaram de empréstimos externos e 34,86% de operações de crédito internas, destinados, preponderantemente, aos programas de infraestrutura, especialmente saneamento básico, transporte, educação e a modernização da gestão fiscal do Estado (Profisco II).

Cumprir informar que, no exercício de 2021, de acordo com as informações do Siafem, não houve realização de operações de crédito por ARO, destinadas ao atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, de que tratam os artigos 38 da LRF e 7º da Resolução nº 43/2001. Ademais, não foram identificados registros de operações de crédito nulas ou vedadas, dispostas no art. 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Os percentuais das operações de crédito do estado do Pará, apurados no último quinquênio, ajustados com base na RCLA para fins de comparação, estão representados no gráfico a seguir.

**Gráfico 5.3** – Operações de crédito em percentual da RCLA – 2017-2021.



A trajetória dessas operações, na série histórica, evidencia oscilações nos percentuais de captação desses recursos, os quais ficaram, significativamente, abaixo do limite legal (16%) fixado na Resolução SF nº 43/2001. O exercício de 2021 apresentou o quarto maior percentual (1,91%), dos últimos 5 (cinco) anos analisados.

### 5.3.5. Regra de Ouro

A Regra de Ouro – definida na CF/1988 (art. 167, III) e reproduzida na CE/1989 (art. 206, III) – estabelece a vedação de realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

A referida regra objetiva controlar a realização das citadas operações, a fim de conter o endividamento dos entes públicos para atender despesas correntes (contínuas) com fonte de recurso não habitual. Registre-se que a LRF no art. 12, § 2º reforçou o conceito em tela de forma ainda mais restritiva que a norma constitucional, por isso foi alvo da ADI 2.238, julgada procedente, nesse ponto, para adequar a lei à Constituição, autorizando as ressalvas contidas no inciso III do artigo 167.

Na tabela a seguir, demonstra-se o montante das operações de crédito e das despesas de capital executadas no exercício 2021.

**Tabela 5.8** – Realização das receitas de operações de crédito e execução das despesas de capital – 2021.

(Em R\$ milhares)

Receitas	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
<b>Receitas de Operações de Crédito (I)</b>	<b>928.404</b>	<b>509.277</b>
Operações de Crédito Internas	436.714	177.550
Operações de Crédito Externas	491.691	331.727
Despesas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas
<b>Despesas de Capital (II)</b>	<b>5.423.280</b>	<b>4.082.092</b>
Investimentos	4.450.015	3.245.941
Inversões Financeiras	570.175	443.484
Amortização da Dívida	403.090	392.667
<b>Resultado Apurado (III) = I – II</b>	<b>-4.494.876</b>	<b>-3.572.816</b>

Fonte: Siafem, 2021.

A previsão atualizada (R\$928,4 milhões) e o montante realizado (R\$509,2 milhões) das receitas de operações de crédito não excederam a dotação atualizada (R\$5,4 bilhões) e nem o montante das despesas de capital executadas (R\$4 bilhões), revelando que a regra constante do dispositivo legal mencionado foi atendida.

### 5.3.6. Despesas da dívida pública

A despesa da dívida pública, também denominada de serviço da dívida, compreende os dispêndios efetuados pelo ente da federação com amortizações da parcela do valor principal e os respectivos juros e encargos. A Resolução do Senado Federal nº 43/2001, no art. 7º, II, define o percentual de 11,5% da RCLA(75) como limite máximo anual para realização dessas despesas.

No exercício de 2021, o montante da despesa orçamentária com o serviço da dívida executada no estado do Pará foi de R\$578,7 milhões, dos quais R\$392,6 milhões relacionados à amortização do principal e R\$186 milhões relativos aos juros e encargos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

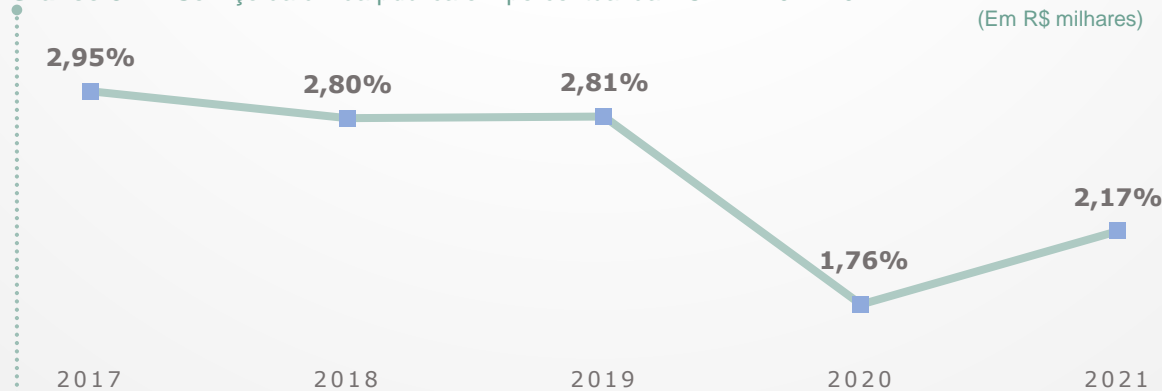
**Tabela 5.9 – Despesas da dívida pública do estado do Pará – 2021.**

Especificação	Valor
<b>Despesas da Dívida Pública</b>	<b>578.766</b>
Amortizações	392.667
Juros e Encargos da Dívida	186.099
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>26.708.854</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF)	12.891
<b>Receita Corrente Líquida Ajustada (RCLA) para Cálculo dos Limites de Endividamento</b>	<b>26.695.963</b>
<b>Limite Definido pela Resolução SF nº 43/2001 (11,5% da RCLA)</b>	<b>3.070.036</b>
<b>% Apurado das Amortizações, Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>2,17</b>

Fonte: Siafem, 2021.

O percentual apurado do serviço da dívida em relação à RCLA foi de 2,17%, inferior ao limite estabelecido pelo Senado Federal. No gráfico a seguir, demonstra-se o percentual das despesas da dívida do Estado, ajustados com base na RCLA, para fins de comparação, no período de 2017 a 2021.

**Gráfico 5.4 – Serviço da dívida pública em percentual da RCLA – 2017-2021.**



Fonte: Siafem, 2017-2021.

(75) A partir de 2020 a Receita Corrente Líquida Ajustada tornou-se parâmetro para verificação do cumprimento dos limites de endividamento dos entes federativos em decorrência da previsão contida no art. 166-A, § 1º da CF/88, acrescentado pela EC nº 105, de 12 de dezembro de 2019. Assim, a RCLA, para fins de cálculo dos limites de endividamento, deriva de ajuste efetuado na RCL a partir da exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas parlamentares individuais.

Nos últimos 05 (cinco) anos, os percentuais das despesas da dívida pública paraense ficaram abaixo do limite estabelecido na referida Resolução. Em 2020, registrou o menor índice da série histórica, o que pode ser explicado pela suspensão dos pagamentos de parcela da dívida contratada com a União, conforme definido na LC nº 173/2020. No exercício sob análise apresentou discreto aumento no percentual, ainda assim inferior ao limite fixado na Resolução Senatorial.

#### 5.4. LIMITES LEGAIS

O equilíbrio fiscal das contas públicas, no contexto da gestão fiscal responsável, demanda o cumprimento das diretrizes e normas relacionadas às metas de resultados entre receitas e despesas e aos limites – dentre outros – de gastos com pessoal, endividamento público, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A seguir, apresenta-se a situação do estado do Pará em relação ao cumprimento desses limites e regras, nos termos do disposto na LRF, nas Resoluções do Senado(76), nas orientações da STN e nas normas internas do TCE-PA(77) pertinentes ao assunto.

Ressalta-se ademais que, para a verificação dos indicadores, será adotada como parâmetro a RCL apurada pela Unidade Técnica da Secretaria de Controle Externo do TCE-PA, no montante de R\$26,7 bilhões, cujo cálculo se deu com base na metodologia estabelecida na LRF e nas orientações do MDF/STN - 11ª edição.

#### 5.5. DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

A evidenciação das obrigações contraídas e da disponibilidade de caixa dos entes federativos constitui item obrigatório da gestão fiscal, conforme estabelecido no art. 55, III, “a” e “b” da LC nº 101/2000. Com essas informações é possível verificar, do ponto de vista fiscal, se o ente possui capacidade financeira para honrar com os compromissos assumidos, incluindo aqueles inscritos em restos a pagar de despesas não liquidadas no exercício.

Todos os Poderes e órgãos estão obrigados a divulgar o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar no último quadrimestre do exercício. A versão consolidada, contendo as informações do ente federativo, também deve ser apresentada em até trinta dias após a publicação do último relatório do exercício, cabendo ao órgão central de contabilidade do Poder Executivo a sua elaboração e disponibilização.

A teor do que prescreve o art. 8º, parágrafo único, combinado com o art. 50, inciso I, ambos da LRF, a disponibilidade de caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória sejam identificados e escriturados de forma individualizada.

Em razão disso, o MDF/STN – 11ª edição orienta que as disponibilidades (bruta e líquida) e as respectivas obrigações financeiras sejam apresentadas de forma segregada por Fonte/Destinação( 78 ), possibilitando correlacionar a origem e a aplicação dos recursos.

(76) Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001. Dispõe sobre limite globais para o montante da dívida dos Estados, DF e Municípios. Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001. Dispõe sobre operações de crédito dos Estados, DF e Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.

(77) Resolução TCE-PA nº 17.793, de 14 de dezembro de 2009. Dispõe sobre os percentuais de limites de gastos com pessoal dos Poderes e órgãos da administração pública estadual.

(78) A destinação vinculada é processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Já a ordinária é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender quaisquer finalidades (MDF/STN-1ª edição, p. 641). Ressalta-se que para efeito de segregação das fontes em recursos vinculados e não vinculados, no âmbito do estado do Pará, utilizou-se a codificação da fonte no seu maior nível de agregação, qual seja, grupo de fonte (3º dígito), conforme especificado no Manual do Orçamento do Estado 2021 (Anexo VIII). Disponível em: < [https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Manual-OG\\_E\\_2021.pdf](https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Manual-OG_E_2021.pdf) >. Acesso em: 24.abr.2022.

Ressalta-se que o conceito de disponibilidade bruta, para fins fiscais, é apresentado pela STN no Manual(79) em questão, combinado com o detalhamento das contas contábeis(80) disponível no Anexo 7 do mencionado documento, correspondente ao mapeamento(81).

### 5.5.1. Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar – Consolidada do estado do Pará

As informações acerca das disponibilidades de caixa e restos a pagar do Estado do Pará e seu respectivo detalhamento, com base nos dados extraídos do Siafem, estão demonstradas na tabela a seguir:

**Tabela 5.10 –Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Consolidada do estado do Pará.**

(Em R\$ milhares)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras					Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Insc. RP não Processados do Exercício) (g) = (a)-(b+c+d+e)-f)	Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados no Exercício (h)	Empenhos não Liquidados e Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Insc. em Restos a Pagar não Processados do Exercício) (i) = (g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (f)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)		
<b>Recursos não Vinculados (I)</b>	<b>3.148.458</b>	<b>15.724</b>	<b>458.502</b>	<b>-</b>	<b>25.489</b>	<b>-</b>	<b>2.648.743</b>	<b>111.408</b>	<b>-</b>	<b>2.537.336</b>
Recursos Ordinários	3.148.458	15.724	458.502	-	25.489	-	2.648.743	111.408	-	2.537.336
Outros Recursos Não Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recursos Vinculados (II)</b>	<b>2.595.128</b>	<b>8.157</b>	<b>204.466</b>	<b>-</b>	<b>24.685</b>	<b>-</b>	<b>2.357.820</b>	<b>35.516</b>	<b>-</b>	<b>2.322.303</b>
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	193.723	97	96.217	-	4.154	-	93.254	19.660	-	73.595
Transferências do FUNDEB	100.840	-	11	-	295	-	100.533	-	-	100.533
Outros Recursos Vinculados à Educação	92.103	-	1.302	-	526	-	90.275	1.904	-	88.371
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde	183.801	150	25.086	-	2.388	-	156.177	9.805	-	146.372
Outros Recursos Vinculados à Saúde	545.155	3.787	8.192	-	1.546	-	531.630	2.474	-	529.156
Recursos Vinculados à Assistência Social	19.620	26	314	-	367	-	18.913	4	-	18.909
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	2.134	1	4	-	408	-	1.722	-	-	1.722
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	208.113	2.205	5.093	-	2.347	-	198.468	-	-	198.468
Recursos de Operações de Crédito (Exceto vinculados à Educação e à Saúde)	131.187	6	28.720	-	861	-	101.599	-	-	101.599
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	32.943	4	119	-	-	-	32.820	-	-	32.820
Outras Recursos Vinculados	1.085.509	1.880	39.408	-	11.792	-	1.032.428	1.669	-	1.030.759
<b>Total (III) = (I + II)</b>	<b>5.743.587</b>	<b>23.881</b>	<b>662.969</b>	<b>-</b>	<b>50.174</b>	<b>-</b>	<b>5.006.563</b>	<b>146.924</b>	<b>-</b>	<b>4.859.639</b>

Fonte: Siafem, 2021.

A disponibilidade bruta do Estado, em 31/12/2021, importou em R\$5,7 bilhões, deduzindo-se as obrigações financeiras, na ordem de R\$737 milhões, resultou em caixa líquido de R\$5 bilhões, suficiente para atender os restos a pagar não processados inscritos no exercício, no valor total de R\$146,9 milhões.

Igualmente, na decomposição interna por fonte de recursos, verificou-se ainda que as disponibilidades brutas suportam os compromissos assumidos pelo Estado. O valor remanescente em caixa corresponde a 52,21% de recursos não vinculados (ordinários de uso livre) e 47,79% de vinculados, nestes compreendidos, majoritariamente, os destinados à saúde e à previdência.

Ressalta-se, no tocante às disponibilidades dos Planos Previdenciário e Financeiro, que as quantias

(79) A disponibilidade de caixa bruta é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. 1. Caixa – Saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira de numerário e de outros valores em tesouraria; 2. Bancos – Saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira em bancos; 3. Aplicações Financeiras – Saldo, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira referente a aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa (MDF/STN - 11ª edição, p. 640).

(80) A disponibilidade bruta é informada com base no saldo da conta, a nível de subgrupo do Plano de Contas Aplicada ao Setor Público (PCASP), 1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa.

(81) O mapeamento consiste na definição das contas contábeis, conjugadas ou não com informações complementares, cujos saldos comporão cada célula das declarações do setor público (demonstrações contábeis e demonstrativos fiscais).

evidenciadas, no demonstrativo supra, referem-se, exclusivamente, àquelas disponíveis em caixa, destinadas ao custeio imediato de obrigações previdenciárias(82), compreendendo os saldos de rendimentos das aplicações financeiras repassados do Funprev ao Finanprev, conforme estabelece a LC nº 115/2017 e alterações.

Anota-se, por fim, que das disponibilidades líquidas de recursos não vinculados (R\$2,5 bilhões), 21,19%, relacionam-se a saldo de duodécimos dos Poderes e órgãos independentes, restituídos ao caixa único do Tesouro do ente federativo e/ou diferido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte, nos termos do art. 168, § 2º da CF/88, alterado pela EC nº 109/2021.

## 5.5.2. Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo

As informações acerca das disponibilidades de caixa e restos a pagar do Poder Executivo e seu respectivo detalhamento, com base nos dados extraídos do Siafem, estão demonstradas na tabela a seguir:

**Tabela 5.11 – Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Poder Executivo.**

(Em R\$ milhares)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras				Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (f)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Insc. RP não Processados do Exercício) (g) = (a)-(b+c+d+e)-f	Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados no Exercício (h)	Empenhos não Liquidados e Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Insc. em Restos a Pagar não Processados do Exercício) (i) = (g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
<b>Recursos não Vinculados (I)</b>	<b>2.238.617</b>	<b>15.231</b>	<b>329.471</b>	<b>-</b>	<b>42.829</b>	<b>-</b>	<b>1.851.085</b>	<b>90.577</b>	<b>-</b>	<b>1.760.509</b>
Recursos Ordinários	2.238.617	15.231	329.471	-	42.829	-	1.851.085	90.577	-	1.760.509
Outros Recursos Não Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recursos Vinculados (II)</b>	<b>2.454.235</b>	<b>7.029</b>	<b>174.429</b>	<b>-</b>	<b>24.523</b>	<b>-</b>	<b>2.248.254</b>	<b>35.516</b>	<b>-</b>	<b>2.212.739</b>
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	193.723	97	96.217	-	4.154	-	93.254	19.660	-	73.595
Transferências do FUNDEB	100.840	-	11	-	295	-	100.533	-	-	100.533
Outros Recursos Vinculados à Educação	92.103	-	1.302	-	526	-	90.275	1.904	-	88.371
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde	183.801	150	25.085	-	2.388	-	156.177	9.805	-	146.372
Outros Recursos Vinculados à Saúde	545.155	3.787	8.192	-	1.546	-	531.630	2.474	-	529.156
Recursos Vinculados à Assistência Social	19.620	26	314	-	367	-	18.913	4	-	18.909
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	2.134	1	4	-	408	-	1.722	-	-	1.722
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	205.822	2.205	5.093	-	2.347	-	196.177	-	-	196.177
Recursos de Operações de Crédito (Exceto vinculados à Educação e à Saúde)	131.187	6	28.720	-	861	-	101.599	-	-	101.599
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	30.714	-	-	-	-	-	30.714	-	-	30.714
Outros Recursos Vinculados	949.136	756	9.490	-	11.630	-	927.260	1.669	-	925.591
<b>Total (III) = (I + II)</b>	<b>4.692.852</b>	<b>22.260</b>	<b>503.900</b>	<b>-</b>	<b>67.352</b>	<b>-</b>	<b>4.099.340</b>	<b>126.092</b>	<b>-</b>	<b>3.973.248</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Nota: 1) Inclui as disponibilidades da Defensoria Pública.

2) As demais obrigações financeiras do Poder Executivo excedem em R\$17,1 milhões as informadas no Consolidado do Estado e referem-se aos valores de repasse de diferido do exercício (Conta Contábil 113823904/UG:170103) aos Poderes e órgãos independentes.

A disponibilidade de caixa bruta do Poder Executivo, em 31/12/2021, correspondeu ao montante de R\$ 4,6 bilhões, deduzindo-se as obrigações financeiras, de R\$593,5 milhões, resultou em caixa líquido de R\$4 bilhões, suficiente para atender os restos a pagar não processados, na ordem de R\$126 milhões, inscritos no exercício.

(82) O saldo das disponibilidades referente às aplicações financeiras do RPPS, registradas na conta contábil 1.1.4.0.0.00.00- Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, o qual, para fins de transparência, no âmbito do estado do Pará, importou em R\$4.520.279.218,59, por conter codificação de conta contábil não especificada, na estrutura metodológica do Anexo do MDF, correspondente ao mapeamento, uma vez que este faz alusão, exclusivamente, à conta 1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa, não compõe o demonstrativo da disponibilidade de caixa em questão.

Considerando que no demonstrativo sob análise foram incluídas as disponibilidades da Defensoria Pública do Estado e, tendo em vista a autonomia funcional, administrativa e financeira desse órgão, destaca-se, para fins de transparência da gestão fiscal, que, do montante líquido apurado no Poder Executivo, a quantia de R\$42,2 milhões(83) diz respeito às disponibilidades da DPE.

Na decomposição interna, por fonte individualizada dos recursos, foi possível observar que a disponibilidade bruta excede o montante das obrigações financeiras do Poder Executivo, remanescendo, ainda, saldo positivo. Deste montante, 55,69% correspondem aos recursos vinculados, representados, notadamente, pelos recursos da saúde e previdência e 44,31% aos não vinculados, ordinários, de uso livre.

## 5.6. METAS FISCAIS

A LRF determina que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Os resultados primário e nominal estão tratados no presente item e as demais matérias tratadas ao longo deste relatório.

De acordo com as regras de cálculo definidas no MDF/STN, 10ª edição(84), que subsidiou a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias dos entes federativos para o exercício financeiro 2021, os resultados primário e nominal podem ser mensurados por meio das metodologias “acima da linha”(85) e “abaixo da linha”(86). As duas metodologias são comparáveis e ambas importantes para a boa evidenciação da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.

Na correlação entre ambas as metodologias, segundo o MDF/STN, podem surgir discrepâncias entre os resultados primário e nominal calculados “acima da linha” e “abaixo da linha”, sendo necessários alguns ajustes nos cálculos para que as metodologias se tornem compatíveis.

### 5.6.1. Resultado Primário

O resultado primário pode ser entendido como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública. É apurado pela diferença entre as receitas e as despesas primárias, não considerando o pagamento do principal e dos juros da dívida, tampouco as receitas financeiras.

O Demonstrativo do resultado primário, previsto no art. 53, III, da LRF, evidencia a meta fiscal apurada e confronta com a estabelecida na LDO, a fim de verificar o equilíbrio das contas públicas conforme planejado.

A LDO/2021, Lei estadual nº 9.105/2020, fixou meta superavitária de R\$1,8 milhões para o resultado primário com base na metodologia “acima da linha”.

Na tabela a seguir, apresenta-se a apuração desse resultado da meta, no exercício de 2021, com base na metodologia acima da linha.

(83) Memória de cálculo: Memória de cálculo: Disponibilidade Bruta (R\$42.417.990,92) – Obrigações Financeiras/Restos a Pagar (R\$190.020,90)/Demais Obrigações (R\$13.634,82) – Restos a Pagar Não Processados Inscritos (R\$0,00) = Disponibilidade Líquida (R\$42.214.335,20).

(84) Para elaboração do Anexo das Metas Fiscais do PLDO/2021 foi aplicada a 10ª edição do manual, aprovada na Portaria 286, de 07 de maio de 2020, vigente no exercício 2020, ano em que o projeto foi encaminhado pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo.

(85) A mensuração por essa metodologia permite ao gestor avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da situação fiscal. Nessa metodologia, o resultado primário é calculado pela diferença entre as receitas e as despesas não financeiras (primárias) adotando-se o regime de caixa, excluindo do cálculo as receitas e as despesas intraorçamentárias. Enquanto o resultado nominal considera o resultado primário adicionado dos juros nominais.

(86) A mensuração por essa metodologia permite demonstrar as mudanças no estoque da dívida consolidada. Nessa metodologia, o cálculo do resultado nominal considera a variação da dívida consolidada líquida após a realização dos ajustes metodológicos, o qual acrescido dos juros nominais comporá o resultado primário.

**Tabela 5.12 – Resultado primário – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Apuração do Resultado Primário	Valor
<b>1 - Receitas Não Financeiras Arrecadadas</b>	<b>32.747.157</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.081.529
Contribuições	1.151.731
Demais Receitas Patrimoniais	139.551
Transferências Correntes	11.884.663
Demais Receitas Correntes	1.438.388
Alienação de Bens	12.757
Transferência de Capital	38.538
<b>2 - Despesas Não Financeiras Pagas</b>	<b>32.249.040</b>
Pessoal e Encargos	14.479.689
Outras Despesas Correntes	14.429.197
Investimentos	3.062.873
Demais Inversões Financeiras	277.282
<b>3 - Resultado Primário (1 - 2)</b>	<b>498.117</b>
<b>Meta estabelecida na LDO para o Resultado Primário</b>	<b>1.875</b>
Diferença em relação à meta da LDO	496.242

Fonte: Siafem, 2021.

Assim, de acordo com os dados da tabela, as receitas não financeiras arrecadadas pelo Estado foram suficientes para pagar as despesas dessa mesma natureza. Com isso, o resultado primário apurado de R\$498 milhões, acima da linha, foi superavitário e superou o valor da meta fixada na LDO/2021.

No cômputo das receitas supra encontra-se a quantia de R\$300,3 milhões referente aos depósitos judiciais de terceiros (receitas de capital), a qual representa 0,92% da receita primária total, sem impacto no resultado fiscal em evidência.

### 5.6.2. Resultado Nominal

O resultado nominal representa a variação da DCL em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos). Essa metodologia de apuração denomina-se acima da linha.

Assim, em 2021, ao crescer os juros nominais líquidos ao resultado primário, o Estado, a despeito de ter estimado déficit nominal na LDO/2021 de R\$1,6 bilhões, obteve superávit na ordem de R\$652,4 milhões. Nesse sentido, infere-se que a meta anual estabelecida foi cumprida, conforme detalhado a seguir.

**Tabela 5.13 – Resultado nominal – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Apuração do Resultado Nominal	Valor
<b>1 - Resultado Primário – acima da linha</b>	<b>498.117</b>
<b>2 - Juros Nominais = a - b</b>	<b>154.353</b>
Juros e Encargos Ativos (a)	766.140
Juros e Encargos Passivos (b)	611.787
<b>3 - Resultado Nominal (1 + 2)</b>	<b>652.470</b>
<b>Meta Estabelecida na LDO para o Resultado Nominal</b>	<b>-1.625.256</b>
Diferença em relação à meta da LDO/2021	2.277.725

Fonte: RREO/2021, Siafem, 2021 e LDO/2021.

Os superávits obtidos nos resultados primário e nominal decorreram, dentre outros, da elevação das receitas não financeiras. Ademais, ressalta-se que a utilização dos recursos provenientes do superávit

financeiro(87) de exercícios anteriores não foi fator impeditivo para obtenção dos resultados positivos em questão.

### 5.6.3. Convergência das metodologias de apuração dos Resultados

A teor do que prescreve o MDF/STN os resultados primário e nominal apurados com base nas metodologias “acima da linha” e “abaixo da linha” deveriam ser convergentes. Entretanto, no estado do Pará, isso não ocorreu, já que, a despeito de ambas evidenciarem superávits, na primeira metodologia citada os resultados primário e nominal foram, respectivamente, R\$498,1 milhões e R\$652,4 milhões e na segunda as quantias apuradas foram R\$81,4 milhões e R\$385,8 milhões.

Considerando-se que a situação revela indícios de que os ajustes metodológicos pertinentes, especificados no manual da STN não foram adequadamente realizados, a Unidade Técnica do TCE-PA deu destaque nas análises dos Relatórios de Execução Orçamentária do Executivo estadual, tendo a Sefa, em outra ocasião, apontado dificuldades na compatibilização das informações em face das modificações e alterações empreendidas no demonstrativo.

De todo modo, tendo em vista que a LDO/2021 deixou assentado que a opção do Estado foi pela metodologia acima da linha, a Unidade Técnica fez a aferição com base nela, no entanto, dadas as orientações do manual, quanto à convergência das metodologias, cabe ao órgão envidar esforços no sentido da convergência dos resultados.

## 5.7. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

A execução orçamentária, financeira e patrimonial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Pará é de competência do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGPPS)(88), nos termos da Lei Complementar nº 39/2002 e alterações posteriores, e abarca os seguintes fundos:

- Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev): de natureza contábil, em regime de repartição simples, tem a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento dos benefícios, reserva remunerada, reforma e pensão aos segurados que ingressaram no serviço público antes de 11 de janeiro de 2002. Com a edição da Lei Complementar nº 112/2016, a data de corte passou para 31 de dezembro de 2016.
- Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev): de natureza contábil, em regime de capitalização, tem a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento dos benefícios, reserva remunerada, reforma e pensão aos segurados que ingressaram após 11 de janeiro de 2002. Com a edição da Lei Complementar nº 112/2016, a data foi alterada para 01 de janeiro de 2017.

No exercício de 2021, foi instituído o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM), pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021, tendo em vista as alterações efetuadas pelo Decreto-Lei nº 667/1969 e pela Lei Federal nº 13.954/2019.

Feitas essas considerações e com base nas informações extraídas do Siafem, demonstra-se, na tabela

(87) A utilização de superávit financeiro no custeio de despesas primárias tende a afetar negativamente o Resultado Primário e conseqüentemente o resultado nominal, pelo fato dessa fonte de recursos não ser destacada entre as receitas primárias, mas apenas entre as despesas.

(88) Lei Complementar n 142/2021:

Art. 140. O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV), criado pela Lei Complementar Estadual nº 039, de 2002, passa a ser denominado Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGPPS).



a seguir, a apuração do resultado do RPPS do estado do Pará no exercício de 2021:

**Tabela 5.14 – Resultado do RPPS – 2021.**

(Em R\$ milhares)		
Resultado do RPPS	Valor	%
<b>Receitas (I)</b>	<b>2.443.189</b>	<b>100</b>
Receitas de Contribuições dos Servidores	876.764	35,89
Contribuição Patronal	1.352.905	55,37
Receitas Patrimoniais	209.161	8,56
Outras Receitas Correntes	4.359	0,18
<b>Despesas (II)</b>	<b>3.290.972</b>	<b>100</b>
Previdência Social	3.051.821	92,73
Outras Despesas Previdenciárias	239.151	7,27
<b>Resultado (III) = I – II</b>	<b>-847.783</b>	
<b>Aportes de Recursos ao RPPS</b>	<b>817.376</b>	
<b>Grau de Dependência</b>	<b>24,84%</b>	

Fonte: Siafem, 2021.

As receitas destinadas a custear o RPPS, em 2021, totalizaram R\$2,4 bilhões constituídas, em sua maior parte, pela contribuição patronal de R\$1,3 bilhão (55,37%) e pela contribuição dos servidores de R\$876 milhões (35,89%). As demais receitas perfizeram R\$213,4 milhões e corresponderam a 8,74% do montante da arrecadação previdenciária.

As despesas de cunho previdenciário, ou seja, aquelas ligadas às funções básicas de proteção ao servidor e/ou à sua família, totalizaram R\$3 bilhões (92,73%); o restante, correspondente a R\$239 milhões (7,27%), foi destinado a outros benefícios ao segurado.

Do confronto entre as receitas e despesas previdenciárias resultou o déficit de R\$847 milhões, decorrente do resultado deficitário apurado no Finanprev, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 5.15 – Apuração de resultado do Funprev e Finanprev – 2021.**

(Em R\$ milhares)		
Composição	Funprev	Finanprev
Receitas (I)	295.120	2.148.069
Despesas (II)	98.137	3.192.835
<b>Resultado (III) = I – II</b>	<b>196.984</b>	<b>-1.044.767</b>

Fonte: Siafem, 2021.

De acordo com as informações da tabela, o Funprev evidenciou resultado superavitário, na ordem de R\$196,9 milhões. Ressalta-se ainda que, a despeito desse resultado positivo, o referido fundo efetuou transferências financeiras ao Finanprev, relacionada aos rendimentos da capitalização do Funprev, de que trata a LC nº 115/2017(89), no montante de R\$190 milhões.

Tal quantia não foi considerada no cálculo do resultado supra demonstrado, em decorrência do órgão efetivar o registro contábil dessas transações, exclusivamente, como transferências financeiras.

Quanto ao Finanprev, diversamente do que ocorreu com o Funprev, considerando tratar-se de fundo em regime de repartição simples, evidenciou resultado deficitário (R\$1 bilhão), sinalizando para a necessidade de aporte de recursos do tesouro estadual para cobertura de insuficiência financeira.

(89) Alterada pela LC nº 125/2019. Art. 5º Os rendimentos apurados no exercício de 2016 e seguintes, decorrentes da capitalização do Funprev, de que trata o art. 70-A, serão revertidos ao Finanprev, de que trata o art. 70, ambos da Lei Complementar Estadual nº 039/2002, com a finalidade de viabilizar o pagamento dos benefícios previdenciários de sua competência.

É oportuno salientar, em relação ao cálculo desse resultado, conforme destacado nas análises dos relatórios bimestrais da execução orçamentária do Estado, que em decorrência do viés orçamentário(90) definido no manual da STN, as despesas realizadas com fontes de recursos, que não se refiram à arrecadação do exercício, tendem a superavaliar o déficit, o que para efeito de aporte, deve ser levado em consideração.

Com base nos registros contábeis destacados nos códigos de fontes/destinação de recurso(91) do Siafem, observou-se que da receita total arrecadada no exercício (R\$2,4 bilhões), a parcela de R\$1,9 bilhão foi utilizada pelo Finanprev no custeio das despesas totais, as quais perfizeram a soma de R\$3,1 bilhões. O restante das despesas (R\$1,2 bilhão) foi custeado por fontes de recursos que não transitaram pela receita orçamentária, quais sejam: superávit financeiro de exercício anterior, recursos ordinários do tesouro para atendimento de insuficiência financeira, rendimentos do Funprev e recursos ordinários para pagamento de auxílio funeral, precatórios e RPV.

Dessa forma, apesar do resultado apurado no Finanprev apresentar déficit de R\$1 bilhão, o montante de recursos ordinários repassados pelo tesouro para cobertura de insuficiências financeiras importou em R\$817,3 milhões, que corresponde a 24,84% das despesas totais realizadas no período (R\$3,2 bilhões).

Ainda assim, há que se destacar que, em levantamento efetuado pela Unidade Técnica deste TCE-PA, na UG do referido fundo, foram identificados ao final do exercício, na conta contábil 82111.01.00- Recursos Disponíveis para o Exercício, saldos de recursos próprios da Previdência arrecadados no exercício e também saldos remanescentes de exercícios anteriores, no total de R\$531 milhões, os quais foram transferidos para o exercício seguinte na forma de superávit financeiro.

Tal situação evidencia que o fundo, ao mesmo tempo em que mantém saldos de recursos próprios, gerando superávit financeiro para o exercício seguinte, opta, no decorrer do exercício, por utilizar recursos aportados pelo tesouro estadual para cobertura de insuficiência financeira, o que dá indícios de que esses aportes estão sendo superavaliados.

Ressalta-se, de todo modo, que a matéria pode constituir objeto de análise em processo de contas de gestão, porque decorre de registros contábeis efetuados no âmbito da unidade que gerencia os recursos previdenciários, e o resultado dos minuciosos exames poderá contribuir para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos do fundo e, conseqüentemente, para a transparência desses gastos, que consomem continuamente, parcela significativa do orçamento do Estado.

Em relação aos dados da execução orçamentária da administração do sistema previdenciário, evidenciaram a título de receita arrecadada, a quantia de R\$102 milhões, referentes exclusivamente às receitas correntes, com destaque para as intraorçamentárias, provenientes da taxa de administração dos fundos (99,99%), além de outras decorrentes da restituição de despesas de exercícios anteriores e de remuneração de depósitos bancários (0,01%).

As despesas necessárias à organização e ao funcionamento da unidade perfizeram o montante de R\$101 milhões; dos quais 85,44% referem-se à despesa corrente e 14,56% correspondem à despesa de capital.

Apresentando, portanto, resultado positivo da administração na ordem de R\$303 mil.

No exercício de 2021, em razão da Lei Federal nº 13.954/2019, a execução orçamentária das receitas e despesas previdenciárias dos militares foi efetuada de forma segregada, conforme formato de demonstrativo estabelecido pela STN. Nesse sentido, no âmbito do RPPS do estado do Pará, foi criada, no sistema Siafem, uma Unidade Gestora específica, referente ao Sistema de Proteção Social dos Militares sob o código 840240 – SPSM.

(90) As receitas informadas são, exclusivamente, as arrecadadas no exercício, em decorrência do disposto no art. 35, I da Lei nº 4.320/1964), enquanto as despesas, independente da fonte de recurso utilizada, são incluídas na sua totalidade, vez que são reconhecidas no estágio do empenho.

(91) A classificação por fonte/destinação de recursos tem por objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos, baseada em codificação própria estabelecida pelo ente federativo visando, dentre outros, ao atendimento do parágrafo único do art. 8º e do inciso I, do art. 50 da LRF.

O resultado associado às pensões e aos inativos militares apresentou déficit de R\$1,1 milhão, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 5.16 – Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares.**

Resultado do SPSM	Valor	(Em R\$ milhares) %
<b>Receitas (I)</b>	<b>249.541</b>	<b>100</b>
Receitas de Contribuições dos Servidores	247.957	99,4
Contribuição Patronal	-	-
Receitas Patrimoniais	226	0,1
Outras Receitas Correntes	1.358	0,5
<b>Despesas (II)</b>	<b>1.442.672</b>	<b>100</b>
Previdência Social	1.399.465	97,0
Outras Despesas Previdenciárias	43.207	3,0
<b>Resultado (III) = I – II</b>	<b>-1.193.131</b>	

Fonte: Siafem, 2021.

- Alteração na Lei Complementar nº 39/2002

A Lei Complementar nº 39/2002, que instituiu os dois fundos do regime próprio de previdência (Financeiro e Previdenciário), teve alteração ao final de 2016, por intermédio da Lei Complementar (LC) nº 112/2016, modificando a “data de corte” do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev) para janeiro de 2017. Com essa mudança, os servidores antes integrantes do Funprev passaram a integrar o Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev), conforme previsto nos arts. 1º e 2º da LC nº 112/2016, a seguir transcritos:

Art. 1º Altera a redação do art. 70 da Lei Complementar nº 39, de 9 de janeiro de 2002, que passa a ter a seguinte redação: Art. 70. Fica instituído o Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – Finanprev [...], dos segurados do Regime Próprio de Previdência Estadual de que trata a presente Lei Complementar, que ingressaram no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2016. (grifou-se)

Art. 2º Altera a redação do art. 70-A da Lei Complementar nº 39, de 9 de janeiro de 2002, que passa a ter a seguinte redação: Art. 70-A. Fica, igualmente, instituído o Fundo Previdenciário do Estado do Pará – Funprev, [...], dos segurados do Regime Próprio de Previdência Estadual de que trata a presente Lei Complementar, que ingressaram no Estado a partir de janeiro de 2017. (grifou-se)

Em 2019, com a edição da LC nº 125/2019, foi dada nova redação ao art. 70-A da LC nº 39/2002, transcrito a seguir:

Art. 1º A Lei Complementar nº 039, de 9 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 70-A. Fica, igualmente, instituído o Fundo Previdenciário do Estado do Pará - FUNPREV, de natureza contábil, em regime de capitalização, também vinculado ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, com a finalidade de prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada e reforma, e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual de que trata a presente Lei Complementar, que ingressaram no Estado a partir de janeiro de 2017, ressalvada a disposição do art. 5º da Lei Complementar nº 112, de 28 de dezembro de 2016.”

Tal alteração, imposta ao RPPS dos servidores estaduais, implicou na transferência de segurados do Funprev (período 2002 a 2016) ao Finanprev a partir de 1º de janeiro de 2017, não obstante às orientações da Portaria nº 403/2008, do Ministério da Previdência (MPS), a qual prevê expressamente que:

Seção VI - Da Segregação de Massa

Art. 20. Na hipótese da inviabilidade do plano de amortização previsto nos art. 18 e 19 para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, será admitida a segregação da massa de seus segurados, observados os princípios da eficiência e economicidade na realocação dos recursos financeiros do RPPS e na composição das submassas, e os demais parâmetros estabelecidos nesta Portaria. (Redação Nova dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)

[...]

§ 2º O Plano Financeiro deve ser constituído por um grupo fechado em extinção sendo vedado o ingresso de novos segurados, os quais serão alocados no Plano Previdenciário. (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013). (grifou-se)

Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes. (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013).

[...]

§ 2º Uma vez implementada a segregação de massas, fica vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para financiamento dos benefícios do outro grupo. (grifou-se)

Antes disso, o governo do Pará editou a Lei Complementar nº 115/2017, alterando a Lei Complementar nº 112/2016, fazendo-a dispor sobre os rendimentos do RPPS a serem utilizados para cobrir a folha de inativos atuais, como segue:

Art. 1º O caput e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 112/2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Os rendimentos apurados no exercício de 2016 e seguintes, decorrentes da capitalização do Funprev, de que trata o art. 70-A, serão revertidos ao Finanprev, de que trata o art. 70, ambos da Lei Complementar Estadual nº 039/2002, com a finalidade de viabilizar o pagamento dos benefícios previdenciários de sua competência.

§ 1º A transferência de recursos de que trata o caput deste artigo será destinada ao pagamento imediato de benefícios previdenciários bem como a formação de reservas para pagamento de benefícios futuros do Finanprev, de acordo com os seguintes critérios (...).

A Lei Complementar nº 112/2016 passou a vigorar novamente com outra redação a partir de nova alteração ocorrida na Lei Complementar nº 115/2017 por força da Lei Complementar nº 125/2019, conforme o texto descrito a seguir:

Art. 3º A Lei Complementar nº 115, de 17 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O caput e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 5º da Lei Complementar Estadual nº 112, de 28 de dezembro de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os rendimentos apurados no exercício de 2016 e seguintes, decorrentes da capitalização do FUNPREV, de que trata o art. 70-A, serão revertidos ao FINANPREV, de que trata o art. 70, ambos da Lei Complementar Estadual nº 039, de 9 de janeiro de 2002, com a finalidade de viabilizar o pagamento dos benefícios previdenciários de sua competência”.

O estado do Pará, em 04/12/2017, ajuizou a Ação Cível Originária nº 3081 perante o Supremo Tribunal Federal, cujos pleitos consistem, dentre outros, na declaração incidental de inconstitucionalidade dos arts. 7º e 9º da Lei nº 9.717/1998 e da íntegra da Portaria MPS nº 403/2008, bem como na declaração de que não há obrigação legal ou regulamentar descumprida por parte do Estado, em razão da edição da LC nº 112/2016, de modo que não há empecilho algum à regular expedição de nova Certidão de Regularidade Previdenciária.

Em 12/12/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Ministra Relatora Rosa Weber, em decisão monocrática, deferiu parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela. A decisão, que permanece válida e eficaz, determina à União que suspenda a inscrição do estado do Pará nos cadastros de inadimplentes, bem como emita o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), caso o motivo da inscrição ou da negativa de emissão consista exclusivamente na falta de prévia autorização do MPS para a segregação de massas realizada com base na Lei Complementar estadual nº 112/2016. Essa decisão foi referendada pelo Plenário do Tribunal no Acórdão nº 3081 TP-REF/DF – em sessão virtual de 21 a 28/08/2020.

O Estado possuía o CRP nº 934001-205269(92), emitido em 24/12/2021, cuja validade se estende até 22/06/2022. Consta no site do Ministério da Previdência Social (MPS), no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social(93) (Cadprev), que a concessão do aludido CRP resultou de ação judicial. Logo, verifica-se que as alterações legislativas promovidas pela LC nº 112/2016, pela LC nº 115/2017 e pela LC nº 125/2019 não configuram óbices à certificação pelo MPS, uma vez que o Estado do Pará cumpre os critérios e exigências estabelecidos na Lei federal nº 9.717/1998.

## 5.8. ALIENAÇÕES DE ATIVO E AS APLICAÇÕES DESSES RECURSOS

Com o objetivo de preservação do patrimônio público, a LRF em seu art. 44 dispõe que as receitas de capital decorrentes de alienação de bens e direitos devem ser aplicadas em despesas de capital, salvo se destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

No exercício de 2021, as operações com alienação de ativos apresentam os seguintes valores:

**Tabela 5.17 – Demonstrativo de alienação de ativos e aplicação dos recursos – 2021.**

Especificação	Valor
<b>Receitas de Alienação de Ativos (I)</b>	<b>13.714</b>
Receita de Alienação de Bens Imóveis	10.673
Receita de Alienação de Bens Móveis	2.084
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	957
<b>Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos (II)</b>	<b>8.916</b>
Despesas de Capital (Investimentos)	8.916
<b>Restos a Pagar pagos Despesa de Capital – Investimentos (III)</b>	<b>14</b>
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>28.141</b>
<b>Saldo do Exercício (IV) = I – II – III + IV</b>	<b>32.925</b>

Fonte: Siafem, 2021 e Anexo 11 do RREO, 2021.

O estado do Pará, no exercício de 2021, por meio da Unidade Gestora Financeira - SEFA (170103) arrecadou mais de R\$13 milhões a título de receita de Alienação de Ativos (Bens Móveis, Imóveis e Rendimentos de Aplicações Financeiras).

Os recursos arrecadados foram aplicados no grupo Investimentos o montante de R\$8,9 milhões, conforme detalhado a seguir: R\$387 mil ao Fundo de Reaparelhamento Judiciário (FRJ-TJE), R\$1,7 milhão à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedop) e R\$6,7 milhões ao Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa).

Desta forma, é considerando o saldo do exercício anterior de R\$28,1 milhões, o saldo Financeiro de 2021 a aplicar em 2022 foi de R\$32,9 milhões.

Cabe evidenciar que, no exercício de 2021, o estado do Pará cumpriu ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(92) <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/visualizarCrp2.xhtml?id=205269>.

(93) <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>.





LIMITES  
CONSTITUCIONAIS  
E LEGAIS

## 6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Em função de exigências constitucionais e legais, parte da receita pública deve ser destinada a ações governamentais específicas, com vistas a garantir recursos para áreas consideradas prioritárias. O cumprimento desses limites mínimos de gastos é tratado neste tópico.

### 6.1. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A Constituição federal de 1988, art. 212, em consonância com a Lei nº 9.394/1996, art. 69, determina que os recursos a serem aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) não deverão ser inferiores a 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais e legais para esse fim.

Entende-se por ações de MDE os gastos que visam alcançar os objetivos básicos da educação nacional: educação de qualidade para todos. Ou seja, são as ações voltadas à obtenção dos objetivos das instituições educacionais em todos os níveis.

Em 2021, a Receita Líquida de Impostos (RLI) totalizou R\$22,9 bilhões, resultando em R\$5,7 bilhões o limite mínimo para gastos do Estado em MDE, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 6.1** – Receita líquida de impostos – 2021.

Receitas	Valor
Receita de Impostos (I)	19.338.615
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	8.379.387
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios (III)	4.776.443
<b>Receita Líquida de Impostos (IV) = I + II – III</b>	<b>22.941.559</b>
<b>Limite mínimo para aplicação em despesas com MDE (IV x 25%)</b>	<b>5.735.390</b>

Fonte: Siafem, 2021

As despesas realizadas com a manutenção e desenvolvimento do ensino atingiram R\$5,8 bilhões, conforme demonstra a tabela a seguir, por níveis de ensino e fonte de recursos:

**Tabela 6.2** – Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – 2021.

Subfunção	Com recursos do Fundeb		Com recursos de impostos	Total
	Exercício anterior	Exercício atual		
Ensino Fundamental		651.920	169.589	821.509
Ensino Médio	7.577	777.477	304.168	1.089.222
Ensino Superior			41.614	41.614
Ensino Profis. não Integr. Ensino Regular			1.097.777	1.097.777
Administração Geral		65.807		65.807
Proteção e Benef.ao Trabalhador		192.405		192.405
Educação de Jovens e Adultos		76.396		76.396
<b>Subtotal</b>	<b>7.577</b>	<b>1.764.005</b>	<b>1.613.148</b>	<b>3.384.729</b>
Adições para Fins de Limite Constitucional(94)				2.510.396
<b>Total das despesas submetidas ao limite constitucional</b>				<b>5.895.126</b>

Fonte: Siafem, 2021.

(94) Compõe-se do resultado líquido das transferências do Fundeb e do cancelamento, no exercício, restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino.



Constata-se, então, que o governo do Estado aplicou recursos financeiros na MDE equivalentes a 25,70% da Receita Líquida de Impostos, ou seja, acima do limite mínimo estabelecido na Constituição federal, cumprindo assim, a determinação constitucional.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam o comportamento da aplicação de recursos em MDE, na série histórica 2017-2021, expressos em valores correntes e em percentual.

**Tabela 6.3** – Gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino – 2017-2021.

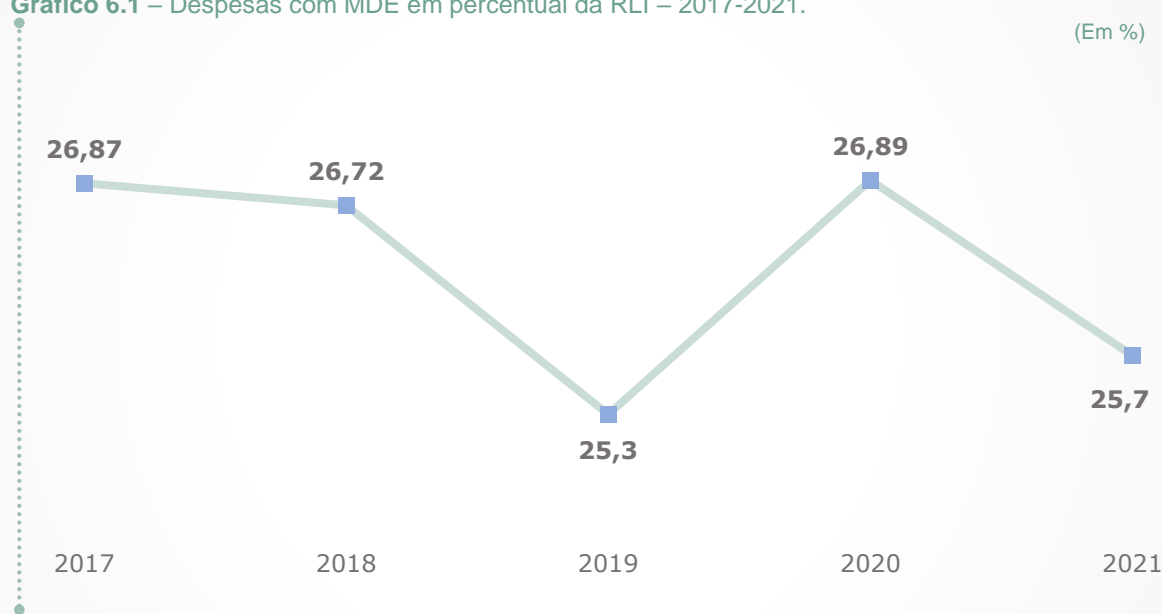
(Em R\$ milhares)

Anos	Base de Cálculo	Valor-Aplicado	% Aplicado
2017	14.487.856	3.893.191	26,87
2018	15.548.461	4.154.281	26,72
2019	17.172.069	4.344.712	25,30
2020	18.162.853	4.884.531	26,89
2021	22.941.559	5.895.126	25,70

Fonte: RREO e Siafem, 2017-2021.

**Gráfico 6.1** – Despesas com MDE em percentual da RLI – 2017-2021.

(Em %)



Fonte: RREO e Siafem, 2017-2021.

De acordo com a série histórica, os dispêndios realizados com as ações típicas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em 2021, na ordem de 25,7% foram o segundo menor, muito embora tenham aumentado em R\$1 bilhão em relação ao ano imediatamente anterior, entretanto o crescimento da receita líquida de impostos foi de R\$4,7 bilhões, se comparada ao exercício de 2020.

## 6.2. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo especial, de natureza contábil, que arrecada recursos do Estado e dos municípios para redistribuí-los em partes proporcionais ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica, matriculados nas redes de ensino, no âmbito de atuação prioritária.

Previsto no art. 212-A da Constituição Federal e regulamentado pela lei nº 14.113/2020, possui caráter de política pública permanente e é um importante instrumento de financiamento da educação pública no país.

Além dos recursos oriundos de impostos e de transferências, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais sempre que, no âmbito de cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Destaca-se que, a contribuição da União que foi ampliada dos atuais 10% para 23%, a ser alcançado gradualmente, até 2026, quando o repasse obedecerá a um modelo híbrido de repasse orçamentário, considerando a realidade educacional não somente dos Estados, mas também dos municípios.

De acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.413/2020, a transferência dos impostos do estado para o Fundeb deu-se da seguinte forma:

**Tabela 6.4 – Transferência dos impostos do estado do Pará para o Fundeb – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Impostos	Valor Arrecadado (a)	Contribuição ao Fundeb					
		% (b)	Base de Cálculo (c) = a x b	% (d)	Valor Devido (e) = c x d	Transferido no exercício (f)	Saldo transferido em 2021 (g) = e - f
ICMS	16.943.386	75	12.707.539	20	2.541.508	2.539.021	2.487
IPVA	781.417	50	390.709	20	78.142	77.724	418
ITCMD	56.293	100	56.293	20	11.259	11.259	0
<b>Total</b>	<b>14.549.934</b>		<b>10.750.680</b>		<b>2.630.908</b>	<b>2.147.532</b>	<b>2.905</b>

Fonte: Siafem, 2021 e 2022.

Nota: Incluídos multas, juros e dívida ativa e excluídas as transferências aos Municípios.

Conforme demonstrado, o valor da contribuição do Estado ao Fundeb oriunda de impostos totalizou R\$2,6 bilhões. Desse total, foram transferidos R\$2,1 bilhões ao fundo no exercício de 2021, restando R\$2,9 milhões para pagamento em 2022, cuja obrigação ficou registrada na conta 2.1.5.0.5.00.00 – Obrigações de Repartição a Outros Entes - Municípios. Em 2022, conforme consulta ao Siafem, esse valor foi integralmente recolhido ao fundo, em cumprimento ao disposto no art. 17, § 2º, da Lei nº 11.413/2020.

Dos recursos provenientes das transferências constitucionais recebidas da União, foi retido R\$1,1 bilhão para ser repassado ao Fundeb, conforme segue:

**Tabela 6.5 – Transferências constitucionais ao Fundeb – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Transferências Constitucionais	Valor Recebido (a)	% (b)	Base de Cálculo (c) = a x b	% (d)	Valor Devido (e) = c x d
Cota-Parte FPE	7.770.034	100	7.770.034	20	1.554.007
Cota-Parte IPI-Exportação	599.553	75	449.664	20	89.933
<b>Total</b>	<b>8.369.586</b>		<b>8.219.698</b>		<b>1.643.940</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Nota: 1) Lei Complementar nº 87/96 - Recursos recebidos da União pela desoneração das exportações (Lei Kandir).

Adicionando-se o valor decorrente da arrecadação dos impostos ao das transferências constitucionais, chega-se ao montante de R\$4,2 bilhões de contribuição do Estado ao Fundeb, no exercício de 2021.

Em contrapartida o Estado do Pará recebeu desse Fundo R\$2,9 bilhões, provenientes de retorno e complementação da União. Constata-se que o montante recebido do Fundo foi inferior ao montante transferido, conforme se demonstra a seguir.

**Tabela 6.6 – Resultado da contribuição ao Fundeb – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Fluxo dos Recursos	Realizado
<b>Recebimentos do Fundeb (I)</b>	<b>2.914.095</b>
Valor do retorno do Fundeb	1.763.151
Complementação recebida da União	1.144.658
Rendimento de Aplicação Financeira dos Recursos do Fundeb	6.286
<b>Transferências ao Fundeb (II)</b>	<b>4.274.848</b>
ICMS, ITCMD e IPVA	2.630.908
Transferências de impostos recebidos da União	1.643.940
<b>Resultado Líquido do Fundeb (III) = I – II</b>	<b>-1.360.753</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Na distribuição dos recursos do Fundeb, 70%, no mínimo, devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, conforme estabelece o art. 22 da Lei federal nº 14.113/2020. Em 2021, esse limite foi de R\$2 bilhões.

O estado do Pará aplicou R\$2 bilhões, ou seja, 71,12% do total das receitas do fundo, cumprindo, portanto, o referido dispositivo legal.

Além disso, no máximo, 30% dos recursos do Fundeb podem ser aplicados nas demais despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no art. 70 da Lei nº 9.394/1996, observando o respectivo âmbito de atuação prioritária do Estado, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal. O Estado do Pará aplicou nos ensinos médio e fundamental 26,26%, ou seja, R\$765,2 milhões em atendimento à legislação em referência.

A tabela a seguir demonstra os recursos do Fundeb aplicados, confrontando-os com os limites estabelecidos.

**Tabela 6.7 – Aplicação dos recursos do Fundeb x limites legais – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Especificação	Valores Correntes
<b>Receitas do Fundeb (I)</b>	<b>2.914.095</b>
Pagamento aos Profissionais do Magistério (II)	2.072.524
Limite Mínimo de 70% aos Profissionais da Educação Básica (III) = $(70\% \times I)$	2.039.867
<b>Percentual Aplicado na Remun. dos Profis. Educ. Básica (IV) = <math>(II / I \times 100)</math></b>	<b>71,12</b>
Despesas com Outras Ações Vinculadas ao Fundeb (V)	741.098
Limite Máximo de 40% em Outras Despesas Vinculadas ao Fundeb (VI) = $(40\% \times I)$	874.229
<b>Percentual Aplicado em Outras Desp. Vinc. ao Fundeb (VII) = <math>(V / I \times 100)</math></b>	<b>25,43</b>
<b>Soma do Percentual Aplicado com os recursos do Fundeb (VIII) = <math>(IV + VII)</math></b>	<b>96,55%</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Conforme se depreende da tabela anterior, das receitas oriundas do Fundeb em 2021 (R\$2,9 bilhões), o governo do Estado aplicou 96,55% dentro do mesmo exercício, deixando de aplicar 3,45%, o equivalente a R\$100,4 milhões.

Dispõe o art. 25 da Lei nº 11.413/2020, que os recursos do Fundeb, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios no exercício financeiro em que lhes forem creditados, permitindo o § 3º que até 10% desses recursos - o correspondente a R\$291,4 milhões no caso em tela - poderá ser utilizado no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. Ou seja, nesse contexto, possibilitou-se ao Estado do Pará utilizar integralmente, no sobredito período legal, o saldo de R\$100,4 milhões do Fundeb.

### 6.3. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS

A Constituição Federal, na seção que trata da repartição das receitas tributárias, criou obrigações aos Estados quanto à destinação aos seus municípios de parcela do produto da arrecadação de determinados tributos.

Segundo os critérios estabelecidos no normativo constitucional, em 2021 o valor de R\$4,78 bilhões deveria ser transferido pelo estado do Pará aos seus municípios. Em consulta realizada no Siafem/2021, aferiu-se o repasse de R\$4,76 bilhões dentro do exercício de 2021, restando R\$14,029 milhões a transferir no exercício seguinte, que ficaram registrados em subcontas específicas da conta 21505.00.00 – Obrigações de Repartição a Outros Entes – Municípios.

De acordo com as Notas de Lançamento 2022NL00003 (R\$9,9 milhões); 2022NL00004 (R\$1,6 milhões) e 2022NL00005 (R\$2,4 milhões) registradas no Siafem pela UG Encargos Gerais da Sefa, em 18/01/2022, os valores remanescentes foram transferidos aos municípios.

A tabela a seguir demonstra a movimentação dessas transferências realizadas no âmbito do Estado no exercício 2021:

**Tabela 6.8 – Transferências constitucionais aos municípios – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Incidência	Dispositivo Constitucional	Devido	Transferido em 2021	Transferido em 2022
25% do ICMS	art. 158, IV	4.235.846	4.225.897	9.949
50% do IPVA	art. 158, III	390.709	389.036	1.672
25% do IPI	art. 159, II, § 3º	149.888	147.481	2.407
25% da CIDE	art. 159, III, § 4º	3.742	3.742	–
<b>Total</b>		<b>4.780.185</b>	<b>4.766.156</b>	<b>14.029</b>

Fonte: Siafem, 2021-2022.

Nota: Os valores transferidos estão líquidos da contribuição ao Fundeb.

A obrigação constitucional em tela foi cumprida, considerando que o Tesouro estadual repassou integralmente os valores devidos.

#### 6.3.1. Transferência constitucional do ICMS aos municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertencem aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Em valores, os montantes referidos na arrecadação estadual equivaleram a R\$4,2 bilhões em 2021. Considerando as deduções legais de contribuição ao Fundeb, os valores líquidos de direito dos municípios chegaram à R\$3,3 bilhões no referido ano.

Sendo o ICMS o principal imposto estadual em termos de montante de recursos arrecadados e dessa forma o de maior volume de repasse aos municípios, segue tabela contendo os montantes dos valores repassados aos municípios conforme legislação estadual. Cabe informar que os valores estão líquidos e desta forma encontram-se deduzidos dos 20% da contribuição ao Fundeb.

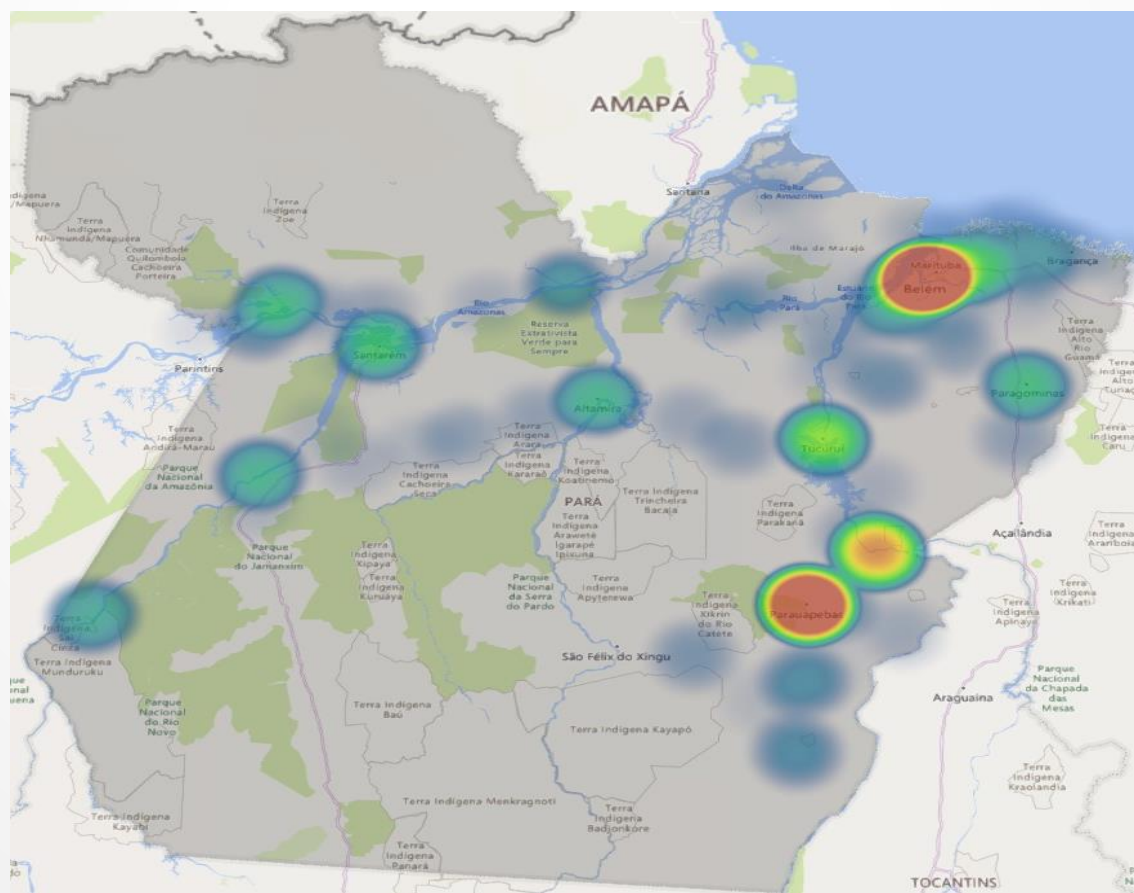
**Tabela 6.9 – Transferência Constitucional do ICMS aos municípios – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Município	TOTAL	A.V (%)
01 BELEM	452.808	13,36
02 PARAUPEBAS	437.197	12,90
03 CANAA DOS CARAJAS	222.241	6,56
04 MARABA	195.562	5,77
05 BARCARENA	115.235	3,40
06 TUCURUI	114.285	3,37
07 ANANINDEUA	103.963	3,07
08 VITORIA DO XINGU	82.785	2,44
09 CASTANHAL	69.444	2,05
10 SANTAREM	68.298	2,02
- DEMAIS MUNICÍPIOS	1.526.859	45,06

Fonte: Protocolo PAE 2022/263567, seq. 8.

Observa-se na tabela que mais da metade do repasse constitucional do ICMS, 54,94%, ficou concentrada em 10 (dez) municípios paraenses: Belém, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá, Barcarena, Tucuruí, Ananindeua, Vitória do Xingu, Castanhal, Santarém. Por outro lado, os demais 134 municípios do Pará receberam de transferência 45,06% do valor determinado pela Constituição, com representatividade individual de menos de 2%. O mapa de calor a seguir ilustra a concentração do repasse.

**Figura 6-1 – Mapa de Concentração das Transferências Constitucionais do ICMS.**

Fonte: Protocolo PAE 2022/263567, seq. 8.

A concentração do repasse nos grandes polos econômicos do Estado (região metropolitana e sudeste do Pará) se justifica pelo critério estabelecido no art. 3º da Lei Estadual nº 5.645/1991 e suas atualizações, no qual considera-se a movimentação econômica no território do município para apurar três quartos do percentual

de transferência devido, conforme se detalha:

Art. 3º Vinte e cinco por cento (25%) do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação serão creditados, pelo Estado, aos respectivos municípios, cumprindo os seguintes critérios:

I - Três quartos (3/4), na proporção do valor adicional nas operações relativas à circulação de mercadorias e na prestação de serviços realizados em seus territórios;

II - Um quarto (1/4) da seguinte forma:

a) sete por cento (7%) distribuídos igualmente entre todos os municípios;

b) cinco por cento (5%) na proporção da população do seu território;

c) cinco por cento (5%) na proporção da superfície territorial;

d) oito por cento (8%) de acordo com o critério ecológico.

Por fim, o quadro a seguir demonstra os valores repassados pelo governo do Estado aos 144 municípios paraenses em 2021, o que totaliza pelo valor líquido de R\$3,3 bilhões conforme legislação vigente.

**Quadro 6.1 – Valores de ICMS repassados aos municípios – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Nº	Município	TOTAL	A.V (%)	Nº	Município	TOTAL	A.V (%)
1	BELEM	452.808	13,36%	36	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	13.933	0,41%
2	PARAUPEBAS	437.197	12,90%	37	PACAJÁ	13.871	0,41%
3	CANAA DOS CARAJAS	222.241	6,56%	38	CAPANEMA	13.838	0,41%
4	MARABA	195.562	5,77%	39	CUMARU DO NORTE	13.293	0,39%
5	BARCARENA	115.235	3,40%	40	ITUPIRANGA	13.275	0,39%
6	TUCURUI	114.285	3,37%	41	RONDON DO PARA	13.061	0,39%
7	ANANINDEUA	103.963	3,07%	42	RIO MARIA	13.003	0,38%
8	VITORIA DO XINGU	82.785	2,44%	43	ÁGUA AZUL DO NORTE	12.948	0,38%
9	CASTANHAL	69.444	2,05%	44	ULIANOPOLIS	12.943	0,38%
10	SANTAREM	68.298	2,02%	45	BREU BRANCO	12.869	0,38%
11	PARAGOMINAS	63.963	1,89%	46	TERRA SANTA	12.859	0,38%
12	ALTAMIRA	58.484	1,73%	47	URUARA	12.366	0,36%
13	ITAITUBA	54.547	1,61%	48	MEDICILANDIA	11.957	0,35%
14	ORIXIMINA	50.124	1,48%	49	BRAGANCA	11.953	0,35%
15	JACAREACANGA	48.615	1,43%	50	PORTEL	11.915	0,35%
16	SÃO FELIX DO XINGU	42.122	1,24%	51	OBIDOS	11.593	0,34%
17	MARITUBA	37.211	1,10%	52	IPIXUNA DO PARA	11.582	0,34%
18	BENEVIDES	35.381	1,04%	53	ALENQUER	10.593	0,31%
19	ALMEIRIM	33.357	0,98%	54	ANAPU	10.464	0,31%
20	NOVO PROGRESSO	27.712	0,82%	55	ELDORADO DOS CARAJAS	10.455	0,31%
21	REDENCAO	26.852	0,79%	56	BREVES	10.369	0,31%
22	MOJU	26.612	0,79%	57	CONCEICÃO DO ARAGUAIA	10.348	0,31%
23	XINGUARA	25.183	0,74%	58	MONTE ALEGRE	10.266	0,30%
24	SANTANA DO ARAGUAIA	24.861	0,73%	59	CAMETÁ	9.949	0,29%
25	JURUTI	23.116	0,68%	60	PICARRA	9.824	0,29%
26	CURIONOPOLIS	20.906	0,62%	61	ACARÁ	9.636	0,28%
27	OURILANDIA DO NORTE	19.593	0,58%	62	GOIANÉSIA DO PARÁ	8.971	0,26%
28	TAILANDIA	19.080	0,56%	63	PRIMAVERA	8.521	0,25%
29	NOVO REPARTIMENTO	18.377	0,54%	64	JACUNDÁ	8.497	0,25%
30	ABAETETUBA	17.054	0,50%	65	BONITO	8.428	0,25%
31	TUCUMA	16.722	0,49%	66	FLORESTA DO ARAGUAIA	8.209	0,24%
32	DOM ELIZEU	16.534	0,49%	67	RURÓPOLIS	8.178	0,24%
33	SANTA IZABEL DO PARA	15.181	0,45%	68	PRAINHA	8.077	0,24%
34	STA MARIA DAS BARREIRAS	15.111	0,45%	69	PORTO DE MOZ	8.049	0,24%
35	TOME-ACU	14.515	0,43%	70	CAPITAO POÇO	7.999	0,24%

Nº	Município	TOTAL	A.V (%)
71	SÃO MIGUEL DO GUAMA	7.405	0,22%
72	TRAIRÃO	7.299	0,22%
73	VIGIA	7.213	0,21%
74	IGARAPE-AÇU	7.209	0,21%
75	BRASIL NOVO	7.207	0,21%
76	CONCORDIA DO PARA	6.998	0,21%
77	AVEIRO	6.998	0,21%
78	S. DOMINGOS DO ARAGUAIA	6.973	0,21%
79	SENADOR J.PORFÍRIO	6.960	0,21%
80	SANTO ANTONIO DO TAUÁ	6.926	0,20%
81	VISEU	6.911	0,20%
82	PLACAS	6.854	0,20%
83	SALINOPOLIS	6.842	0,20%
84	IGARAPE-MIRI	6.770	0,20%
85	BOM JESUS DO TOCANTINS	6.737	0,20%
86	BELTERRA	6.668	0,20%
87	AFUA	6.553	0,19%
88	GURUPA	6.534	0,19%
89	STA. BARBARA DO PARA	6.376	0,19%
90	CHAVES	6.103	0,18%
91	BANNACH	6.068	0,18%
92	BAIAO	6.012	0,18%
93	MOJÚ DOS CAMPOS	5.919	0,17%
94	FARO	5.842	0,17%
95	ANAJAS	5.824	0,17%
96	NOVA IPIXUNA	5.739	0,17%
97	STA. MARIA DO PARÁ	5.722	0,17%
98	MÃE DO RIO	5.612	0,17%
99	MELGAÇO	5.561	0,16%
100	MUANÁ	5.483	0,16%
101	SOURE	5.348	0,16%
102	OEIRAS DO PARA	5.245	0,15%
103	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	5.213	0,15%
104	IRITUIA	5.213	0,15%
105	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	5.146	0,15%
106	SAPUCAIA	5.122	0,15%
107	CURRALINHO	5.108	0,15%

Nº	Município	TOTAL	A.V (%)
108	BAGRE	5.000	0,15%
109	MOCAJUBA	4.999	0,15%
110	CURUCA	4.986	0,15%
111	GARRAFÃO DO NORTE	4.920	0,15%
112	NOVA ESPERANÇA DO PIRIA	4.910	0,14%
113	PALESTINA DO PARÁ	4.906	0,14%
114	AUGUSTO CORREA	4.893	0,14%
115	CACHOEIRA DO ARARI	4.786	0,14%
116	SANTA LUZIA DO PARÁ	4.767	0,14%
117	SALVATERRA	4.761	0,14%
118	PONTA DE PEDRAS	4.719	0,14%
119	S. SEBASTIAO B. VISTA	4.708	0,14%
120	BUJARU	4.681	0,14%
121	PAU DARCO	4.628	0,14%
122	MARAPANIM	4.628	0,14%
123	AURORA DO PARÁ	4.626	0,14%
124	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	4.552	0,13%
125	TRAQUATEUA	4.503	0,13%
126	MARACANÃ	4.502	0,13%
127	ABEL FIGUEIREDO	4.499	0,13%
128	SÃO JOÃO PIRABAS	4.497	0,13%
129	LIMOEIRO DO AJURU	4.491	0,13%
130	OURÉM	4.470	0,13%
131	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	4.356	0,13%
132	CACHOEIRA DO PIRIÁ	4.238	0,13%
133	INHANGAPI	4.211	0,12%
134	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	4.102	0,12%
135	QUATIPURU	3.936	0,12%
136	TERRAALTA	3.751	0,11%
137	NOVA TIMBOTEUA	3.712	0,11%
138	CURUÁ	3.652	0,11%
139	SANTA CRUZ DO ARARI	3.499	0,10%
140	MAGALHÃES BARATA	3.359	0,10%
141	PEIXE BOI	3.200	0,09%
142	SANTARÉM NOVO	3.190	0,09%
143	COLARES	3.141	0,09%
144	SÃO JOAO DA PONTA	3.068	0,09%

#### 6.4. RECURSOS DESTINADOS ÀS AÇÕES E A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação segundo a Constituição Federal, art. 196.

Nas ações e serviços públicos de saúde, o estado do Pará, em observância ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000 e na Lei Complementar nº 141/2012, deve destinar, no mínimo, 12% da receita resultante de impostos, incluindo os valores da transferência da União e deduzidas as receitas de transferências aos municípios.

A Receita Líquida de Impostos (RLI) é a base de cálculo para aplicação do percentual mínimo dos gastos nas ações e serviços públicos de saúde que, em 2021, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Tabela 6.10 – Apuração da receita líquida de impostos – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Receitas	Valor Realizado
Receita Resultante de Impostos	19.338.615
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	8.369.586
(-) Transferências Constitucionais e Legais	4.776.443
<b>= Receita Líquida de Impostos</b>	<b>22.931.758</b>

Fonte: Siafem, 2021.

A RLI apurada no exercício financeiro de 2021 atingiu R\$19,3 bilhões. Aplicando-se o percentual mínimo de 12% sobre esse montante, chega-se a R\$2,7 bilhões, ou seja, valor mínimo constitucional a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde no referido exercício.

O governo do Estado, conforme dados extraídos do Siafem, aplicou R\$3,3 bilhões em despesas próprias com saúde, correspondentes a 14,45% da RLI, consideradas somente as despesas que possuem caráter universal. Esse percentual é superior ao limite mínimo estabelecido (12%), logo o governo cumpriu o mandamento constitucional, conforme se demonstra a seguir.

**Tabela 6.11 – Despesas com ações e serviços públicos de saúde – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Subfunções	Despesas Empenhadas		Total
	Corrente	Capital	
Atenção Básica	54.467		54.467
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.816.626	102.286	1.918.912
Vigilância Epidemiológica	5.304		5.304
Outras Subfunções	1.339.658	3.078	1.342.737
<b>Soma (I)</b>	<b>3.216.055</b>	<b>105.364</b>	<b>3.321.419</b>
<b>Despesas não Computadas para Fins de Limite (II):</b>			<b>7.735</b>
- Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados			7.735
<b>Despesas Próprias c/ Ações e Serviços Públicos de Saúde (III) = I – II</b>			<b>3.313.684</b>
<b>Percentual sobre a Receita Líquida de Impostos</b>			<b>14,45</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Conforme demonstra a tabela, os recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde ocorreram em maior parte na categoria econômica Despesas Correntes, ou seja, aquelas direcionadas ao custeio de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública.

Não foram consideradas, para fins de apuração do percentual mínimo constitucional, as despesas custeadas por recursos de outras fontes destinadas à saúde, bem como aquelas custeadas com disponibilidades vinculadas a restos a pagar cancelados.

A tabela a seguir detalha as despesas com saúde segregadas por programas e ações:



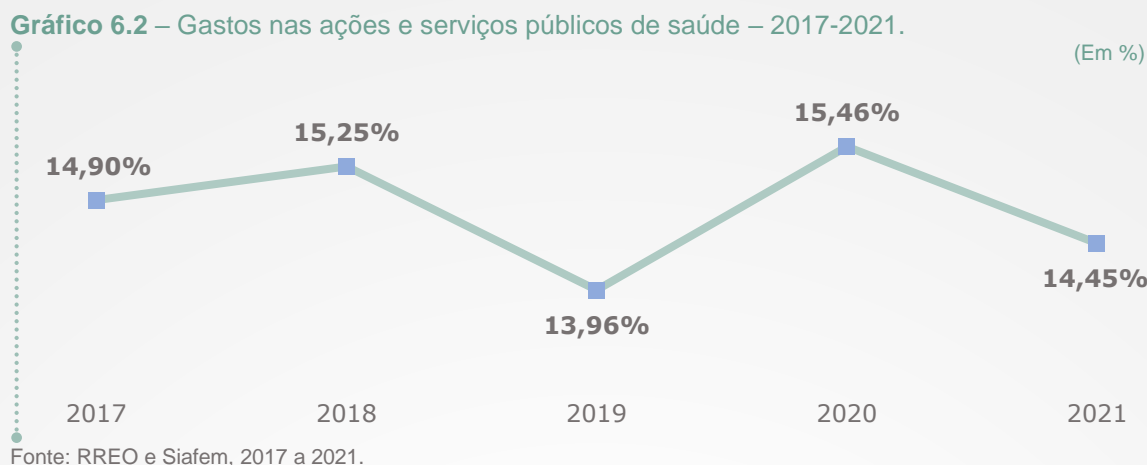
**Tabela 6.12 – Despesas com saúde por programas e ações – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Programas / Ações	Valor Empenhado
<b>1297 - Manutenção da Gestão</b>	<b>1.327.519</b>
4668 - Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	7.961
8311 - Concessão de Auxílio Alimentação	91.562
8312 - Concessão de Auxílio Transporte	14.628
8338 - Operacionalização das Ações Administrativas	125.837
8339 - Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	1.087.531
<b>1500 - Cidadania, Justiça e Direitos Humanos</b>	<b>74</b>
8203 - Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	55
8230 - Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sist. Penitenciário	14
8817 - Atendimento Integrado Mulheres, Crianças, Adolesc. em Situação de Violência	4
<b>1505 – Direitos Socioassistenciais</b>	<b>1</b>
8397 – Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	1
<b>1507 – Saúde</b>	<b>1.984.250</b>
6775 - Articulação Interfederativa	100
7582 - Implantação de Estabelecimento Assistencial	11.630
7684 - Covid para-Ações de Saúde	90.807
8286 - Cofinanciamento da Atenção Básica	43.334
8287 - Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	2.096
8288 - Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	297.508
8289 - Requalificação de Estabelecimento de Saúde	27.713
8290 - Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	15.810
8292 - Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	70.234
8293 - Realização de Serviços de Hemoterapia	21.891
8301 - Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	4.754
8302 - Vigilâncias e Controle a Agravos Transmissíveis	512
8305 - Realização de Auditoria do SUS	76
8306 - Implementação do Planejamento do SUS	335
8309 - Regulação em Saúde	6.551
8310 - Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	14
8362 - Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	224
8874 - Apoio aos Serviços de Atenção Primária	11.133
8875 - Saúde por Todo o Pará	21
8876 - Implementação da Rede de Atenção a Urgência Emergência	56
8877 - Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Org. Sociais de Saúde	1.293.205
8878 – Contratualização de Estabelecimentos Assisten	43.883
8879 - Implem. da Rede Doação, Captação e Transpl. de Órgãos e Tecidos	1.607
8880 - Implementação da Rede das Doenças Crônicas não Transmissíveis	35.720
8881 - Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	38
8883 - Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	89
8884 – Implementação da Humanização na Saúde	3
8924 - Educação na Saúde	4.906
<b>1508 - Governança Pública</b>	<b>9.575</b>
8233 – Edição e Publicação de Atos da Administração	953
8238 - Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	8.565
8887 - Capacitação de Agentes Públicos	57
<b>Total</b>	<b>3.321.419</b>

Fonte: Siafem, 2021.

O comportamento histórico dos gastos com saúde, nos últimos 5 anos, encontra-se representado graficamente na forma a seguir:



Analisando o comportamento das despesas com ações e serviços públicos de saúde no período de 2017 a 2021, observa-se que, a partir de 2017, os percentuais de aplicação oscilaram alternadamente entre crescentes e decrescentes, contudo, em todos os anos, se mantiveram acima do limite mínimo constitucional de 12%, obtendo, em 2020, o maior índice da série histórica, em especial pela pandemia da Covid-19, que demandou aumento de gastos na área, cuja análise detalhada encontra-se em tópico específico deste relatório.

A maior ou menor aplicação de recursos financeiros nas ações de saúde, para fins de análise de qualidade - melhora ou piora - na prestação desses serviços não deve ser considerada de forma isolada, mas conjugada com a avaliação qualitativa dos gastos, demonstrada nos resultados dos programas de governo.

## 6.5. DESPESAS COM PUBLICIDADE

No exercício de 2021, as ações de publicidade custaram R\$92,2 milhões aos cofres do Estado. Verifica-se que as despesas com publicidade do Poder Executivo não excederam a 1% da respectiva dotação orçamentária, conforme estabelece a Constituição do Estado, art. 22, § 2º.

A composição das despesas com publicidade dos Poderes e do Ministério Público do Estado, em 2021 está demonstrada a seguir:

**Tabela 6.13 – Despesas com publicidade por Poder e Órgão – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Poderes e Órgão	Despesa Autorizada (a)	Despesa Processada (b)	Var. % b / a
Poder Executivo	35.429.253	91.176	0,26
Poder Legislativo	1.149.944	500	0,04
Poder Judiciário	1.489.148	534	0,04
Ministério Público	657.493	-	0,00
<b>Total</b>	<b>38.725.838</b>	<b>92.210</b>	<b>0,24</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Conforme se observa na tabela anterior, o Poder Executivo efetuou despesas com publicidade das ações de governo na ordem de R\$91,1 milhões. Em consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem), verificou-se que a Secretaria de Estado de Comunicação realizou o maior gasto, o qual perfere o montante de R\$77,2 milhões.

## 6.6. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), instituído pela Lei Complementar nº 8/1970, tem por finalidade promover a participação dos servidores estaduais na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Em decorrência da edição da Lei Complementar Federal nº 26/1975, houve a unificação dos fundos constituídos com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e Pasep, originando assim, o Fundo de Participação PIS-Pasep. Essa lei está regulamentada pelo Decreto nº 9.978/2019.

A Secretaria da Receita Federal/Ministério da Fazenda expediu o Ato Declaratório SRF nº 39/1995, o qual estabelece que a contribuição para o Pasep seja apurada mensalmente pelas pessoas jurídicas de direito público interno, aplicando-se a alíquota de 1% sobre o valor das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

Em função do disposto no art. 2º, § 6º da Lei nº 9.715/1998, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) fará a retenção da contribuição para o PIS/Pasep devida sobre o valor das transferências constitucionais e legais que realiza.

Em 2021, o montante retido na fonte para o Pasep foi na ordem de R\$92,5 milhões, conforme segue:

**Tabela 6.14 – Contribuição para o Pasep incidente sobre transferências constitucionais e legais – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Transferências Constitucionais Recebidas	Valor Recebido (a)	% (b)	Base de Cálculo (c) = a x b	Valor Retido (d) = 1% x c
Cota-Parte FPE	7.770.034	100	7.770.034	77.700
Cota-Parte IPI-Exportação	599.553	60	359.732	3.597
Cota-parte do Imp. s/ Oper. Crédito, Câmbio e Seguro	9.801	100	9.801	98
Compensação Financ. Exploração Recursos Naturais	837.627	100	837.627	8.376
CIDE	14.967	75	11.225	112
Lei Complementar nº 176/2020	268.188	100	268.188	2.682
<b>Total</b>	<b>9.500.170</b>		<b>9.256.607</b>	<b>92.565</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Com base na legislação vigente, demonstra-se a seguir a apuração da contribuição para o Pasep, incidente sobre as receitas correntes e transferências de capital arrecadadas, devida pelo Poder Executivo estadual:

**Tabela 6.15 – Contribuição para o Pasep incidente sobre as receitas correntes e transferências de capital arrecadadas – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Descrição	Valor R\$
Receita Corrente Administração Direta (I)	30.212.540
Receita de Transferência de Capital Administração Direta (II)	38.538
Subtotal (III) = I + II	30.251.078
(-) Deduções da Base de Cálculo (IV)	14.492.066
- Depósitos Judiciais	399.659
- Transferências aos Municípios	4.780.185
- Deduções por Retenção na Fonte do Pasep	9.256.607
- Transferências de Convênios ou Congêneres	55.615
Base de Cálculo (V) = III - IV	15.759.012

Descrição	Valor R\$
<b>Pasep Devido (Vx1%)</b>	<b>157.590</b>
<b>Valor Pago no Exercício de 2021 (VI)</b>	<b>138.084</b>
<b>Valor em Obrigações a Pagar para 2022 (VII) = V – VI</b>	<b>19.506</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Verifica-se que o cálculo da apuração para formação da contribuição ao Pasep sobre as receitas correntes e as transferências de capital arrecadadas resultou no valor devido de R\$157,6 milhões no exercício de 2021. Desse total foi despendida a soma de R\$138 milhões, no decorrer de 2021.

Em nota explicativa, constante no BGE, exercício de 2021, conta a informação que, na competência de julho de 2021, houve recolhimento a maior no valor de R\$26 mil, em virtude da dedução parcial da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) na base de cálculo do PASEP recolhido pelo Estado. Em relação a essa situação, no exercício de 2022, será realizado o Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PERD/COMP), quanto ao crédito apurado junto à Receita Federal

Por ocasião do encerramento do exercício, no Siafem encontram-se registrados, nas contas 2.1.4.1.1.11.00- PIS/Pasep a recolher, 2.1.4.1.3.11.00- PIS/Pasep a recolher e 2.1.4.1.3.51.00 - PIS/Pasep a recolher, os valores de R\$77 mil, R\$19,2 milhões e R\$188 mil, respectivamente, referentes as obrigações não recolhidas em 2021. Conforme consulta ao Siafem, em 07/04/2022, foi identificado o recolhimento do montante de R\$18,6 milhões ao Fundo PIS/Pasep, restando ainda o valor de R\$881 mil a ser pago.







FISCALIZAÇÃO  
EM  
TEMA ESPECÍFICO





## 7. FISCALIZAÇÃO EM TEMA ESPECÍFICO

A atuação do Estado visando assegurar o bem-estar social, conforme preconiza a Carta Magna de 1988, exige que as ações do setor público sejam planejadas e executadas de forma estratégica, especialmente considerando a crescente demanda por bens e serviços a serem ofertados frente à limitação de recursos públicos disponíveis. Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado do Pará, anualmente, na oportunidade da análise das contas de governo, enfoca em uma determinada área de atuação governamental para detalhar informações necessárias sobre o desempenho e capacidade institucional do Estado na prestação de bens e serviços públicos.

O volume de recursos públicos despendidos nas mais diversas áreas, por si só, já é merecedor de detida avaliação, porém, diante da necessidade de se priorizar esforços para a obtenção de uma leitura específica sobre o gasto público, o presente tópico se destina à análise e avaliação, a partir do tema Gastos com Investimentos, no exercício de 2021.

A análise de como os recursos públicos foram aplicados e sua composição se torna relevante à medida que pode contribuir para o aprimoramento e aumento da eficiência do gasto público, especialmente se observada a constante necessidade de priorização dos gastos, tendo em vista a enorme carência verificada em determinados segmentos sociais.

### 7.1. INVESTIMENTOS

#### 7.1.1. Introdução

Depreende-se que, devido à sua relevância, as despesas com investimentos são capazes de afetar a estrutura do Estado para execução das ações governamentais, por se tratar de despesas voltadas para dotar o Estado de equipamentos e instalações que são necessários à realização das ações primordiais do Estado.

Além dos investimentos realizados pelo setor público estarem intimamente relacionados com a necessidade de manutenção e ampliação da capacidade do Estado de prover bens e serviços, também afeta diretamente a dinâmica econômica do país. Isto porque os gastos com investimentos *“são considerados gastos produtivos, pois geram crescimento econômico e geração de emprego e renda a população”* (CÂNDIDO JÚNIOR, 2011; DIVINO, 2012).

Conforme destaca do Fundo Monetário Internacional (FMI), o investimento público pode ser um importante catalisador para crescimento econômico, no entanto, a geração de benefícios decorrentes do aumento dos investimentos públicos, depende, crucialmente, da eficiência na sua realização (FMI, 2018).

Isso pode ocorrer, uma vez que os investimentos públicos movimentam o setor privado, pois quando o setor público adquire produtos e/ou contrata empresas para a realização de obras, há estímulo à geração de emprego e renda e, com isso, a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento socioeconômico.

Destaca-se ainda que, para que o país possa seguir na esteira do desenvolvimento socioeconômico, é necessário que exista infraestrutura adequada para a realização das transações econômicas e escoamento da produção, inclusive a infraestrutura necessária à exportação e importação de produtos, tais como estradas, portos, aeroportos etc. Os investimentos em infraestrutura, não necessariamente, precisam ser decorrentes do orçamento público, no entanto, o Estado tem papel relevante, pois, pode criar condições para que o capital privado realize tais investimentos.

Salienta-se que, no regramento fiscal brasileiro, não há exigência legal quanto à aplicação de percentuais mínimos ou máximos de gasto com investimentos, tratando-se, portanto, de um gasto discricionário. O montante de recursos aplicados, bem como as áreas beneficiadas, fica a cargo do que foi estabelecido e aprovado por

meio dos instrumentos legais orçamentários de planejamento público.

Em se tratando de forma específica do Pará, o Estado destaca-se no contexto nacional por ter uma economia forte, diversificada e multissetorial, ocupando as primeiras posições na produção de vários setores. O Produto Interno Bruto (PIB) do Pará, nos últimos anos foi em média de R\$170 bilhões, deste modo, o Estado é a 11ª maior economia do Brasil ao contribuir com 2,4% do PIB nacional e com 42% do PIB da Região Norte, garantindo a maior economia da Amazônia(95).

Porém, é um estado com dimensões geográficas elevadas, onde se faz necessário integração entre os modais logísticos de transporte para escoamento da produção agrícola e mineral, garantindo ainda o desenvolvimento urbano da região metropolitana de Belém, ante a necessidade de requalificação e transformação da única rodovia que integra a região.

Além disso, é patente a necessidade de grande parte da população do Estado do Pará de acesso a ações públicas afirmativas, garantidas por meio de políticas públicas de promoção da saúde, da educação, da habitação, de saneamento básico, da segurança pública, assim por diante. Sendo operacionalizadas em obras e manutenções de escolas, hospitais, tratamento de água e esgoto, delegacias, dentro outros.

Então, logo fica evidente a importância desses gastos à sociedade e, desta forma, se justifica a imersão na análise por parte desta Corte de Contas estadual com fito de melhor contribuir com o retorno desses investimentos ao Estado.

### 7.1.2. Natureza dos gastos com investimentos e sua participação no orçamento do Estado

Conforme já abordado no item 3 do presente relatório, a Constituição do Estado do Pará (CE), em consonância com a Carta Magna, dispõe acerca dos instrumentos de planejamento, quais sejam: (I) o plano plurianual; (II) a lei de diretrizes orçamentárias e; (III) os orçamentos anuais. Tais instrumentos, são leis que compõem os sistemas de planejamento-orçamento no âmbito do Estado, correspondendo a etapas distintas e integradas das ações do governo e que devem atender aos princípios constitucionais e às normas de direito financeiro.

O art. 165, § 1º, da CE delinea que a lei instituidora do plano plurianual deverá estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital, inclusive para as relativas aos programas de duração continuada.

A Lei 4.320/1964, nos arts. 12 e 13, trata da classificação da despesa por categoria econômica, permitindo analisar o impacto dos gastos públicos na economia – como será explanado adiante. Nesse interim, estabelece que os “investimentos” fazem parte do grupo de natureza de “despesas de capital”. O art. 12, § 4º da referida lei dispõe que são classificadas como investimentos as despesas de capital dotadas para:

(...) o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Conforme a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 – que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências – classificam-se nas despesas de capital as despesas que contribuem, diretamente, para a

---

(95) Fapespa/IBGE.

formação de um bem de capital.

Atualmente, deve ser seguido o que está consubstanciado na portaria supramencionada, a qual estabelece que classificam-se na categoria “investimentos” as despesas orçamentárias de capital dotadas: (I) com *softwares*; (II) com planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e; (III) e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Vale mencionar ainda que nossa Constituição Estadual, em atenção ao Princípio da Anualidade, veda a realização investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, quando não estejam previamente incluídos no plano plurianual, ou em lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 206, § 1º).

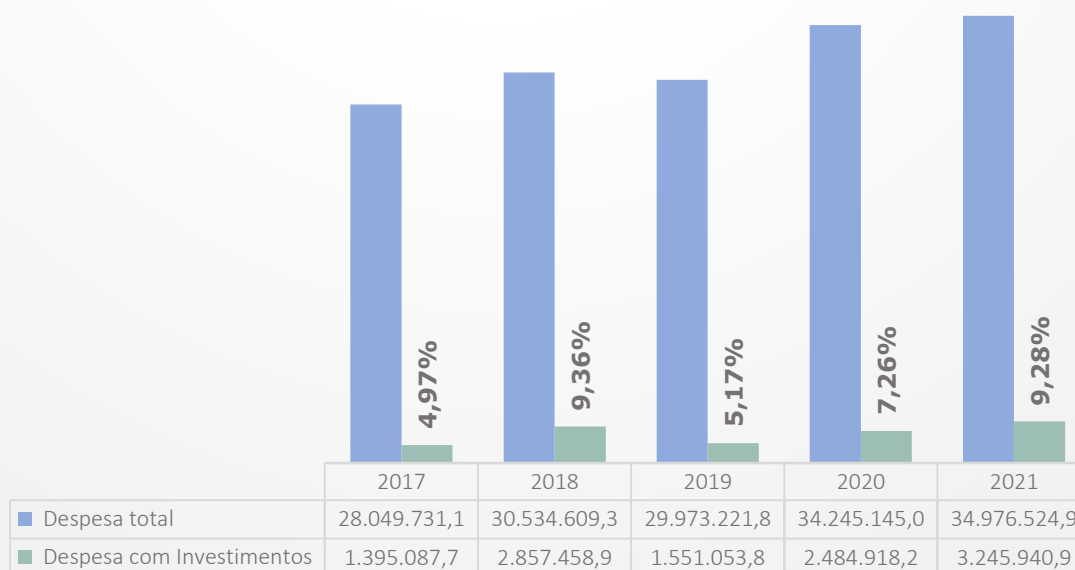
De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e o MCASP 8ª edição, em termos orçamentários, quanto à classificação contábil da despesa pública, os gastos com investimentos pertencem à Categoria Econômica 4 - Despesas de Capital, que são aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital;

Deste modo, também compõem a referida classificação o Grupo de Natureza da Despesa (GND) – que têm a finalidade de agregar elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto – e o Elemento de Despesa – que objetiva e identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins. Neste norte, as despesas relacionadas com investimentos pertencem ao GND 4.

A evolução histórica da despesa realizada com investimentos encontra-se demonstrada no gráfico abaixo, contendo dados e análises, desde 2017, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA):

**Gráfico 7.1 – Despesa processada com investimentos como proporção da despesa total – 2017-2021.**

(Em R\$ milhares)



Fonte: Siafem, 2017 a 2021.

O gráfico acima evidencia o comportamento das despesas com investimentos em relação à despesa total no Estado do Pará, no período de 2017 a 2021. Observa-se que, no referido período, a média de gastos foi de R\$2,3 bilhões, ou seja, 7,21% de todas as despesas de cada exercício. Da análise, infere-se que, em 2021, chegou-se a 9,28% do total de despesa do Estado, ou seja, foram investidos mais de R\$3,2 bilhões no referido exercício. Em termo de valores, esse foi o maior dentro do período analisado.

Em 2018 também foi possível observar um elevado investimento acima da média do período, alcançando o patamar de R\$ 2,8 bilhões, o que representou 9,36% do total da despesa daquele ano.

### 7.1.3. Gastos com investimentos – fontes de financiamento

Considerando que os gastos com investimentos são despesas discricionárias, ou seja, não há obrigatoriedade de valor ou percentual mínimo a ser aplicado, o financiamento deste tipo de gasto depende fundamentalmente da disponibilidade de recursos, isto é, de fontes de receitas que o acobertem. Para este tipo de gasto é comum os entes públicos recorrerem ao uso de empréstimos e financiamentos para sua cobertura.

Neste sentido, torna-se relevante identificar as fontes que financiaram os gastos com investimentos do Estado no exercício de 2021. Tais fontes são evidenciadas por meio da tabela, a seguir:

**Tabela 7.1 – Despesa processada com investimentos por grupo de fonte de recursos – 2021.**

			(Em R\$ milhares)
Poder	Identificador de Uso	Grupo da Fonte de Recurso	Despesa Processada
<b>Ministério Público</b>	0 - Recursos não Destinados a Contrapartida	1 - Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	18.466,50
		3 - Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores	99,21
<b>Ministério Público Total</b>			<b>18.565,70</b>
<b>Poder Executivo</b>	0 - Recursos não Destinados a Contrapartida	1 - Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	2.049.113,68
		2 - Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente	62.478,43
		3 - Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores	973.682,03
		6 - Recursos de Outras Fontes – Exercícios Anteriores	24.408,63
	2 - Contrapartida BID	1 - Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	24.258,15
	6 - Contrapartida de Convênios	1 - Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	3.560,26
3 - Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores		660,04	
<b>Poder Executivo Total</b>	7 - Emendas Individuais/OGU	6 - Recursos de Outras Fontes – Exercícios Anteriores	2,01
		1 - Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	6.728,18
			<b>3.145.738,47</b>
<b>Poder Judiciário</b>	0 - Recursos não Destinados a Contrapartida	1 - Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	37.164,58
		3 - Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores	4.276,35
<b>Poder Judiciário Total</b>			<b>41.440,93</b>
<b>Poder Legislativo</b>	0 - Recursos não Destinados a Contrapartida	1 - Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	39.860,74
		3 - Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores	335,10
<b>Poder Legislativo Total</b>			<b>40.195,84</b>
<b>Total Geral</b>			<b>3.245.940,94</b>

Fonte: Siafem, 2021.

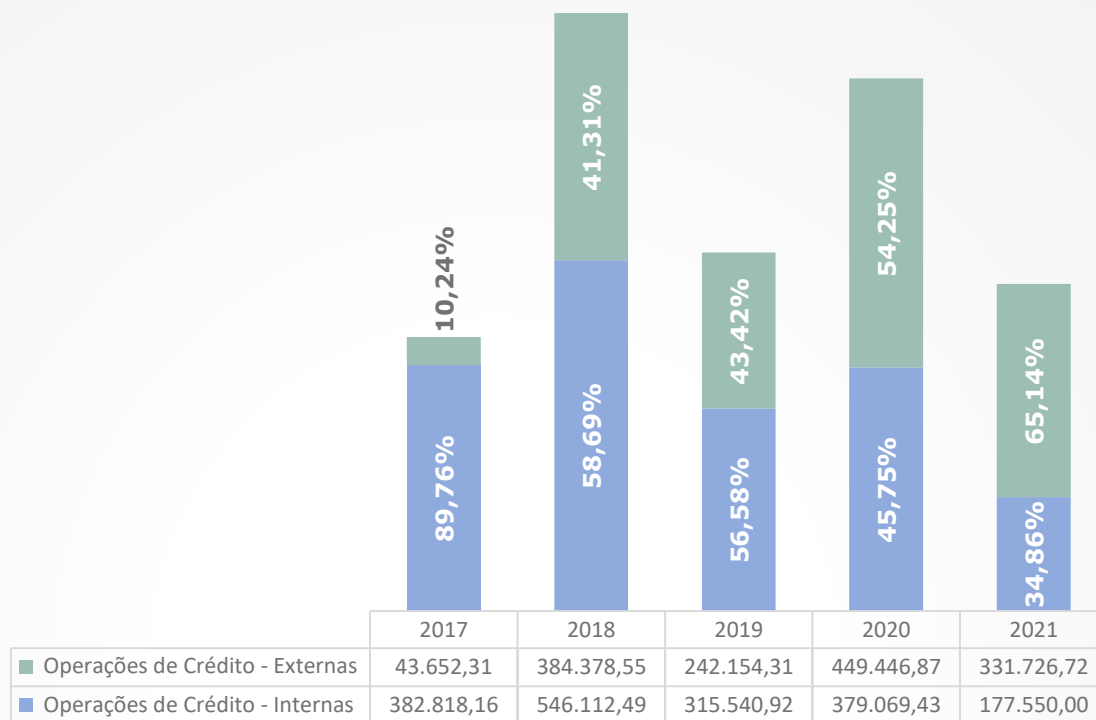
Por meio da tabela acima é possível constatar que a maior parte do gasto com investimentos em 2021, em todos os Poderes, foi financiada com recursos do tesouro estadual do exercício corrente não destinados à contrapartida. No caso do Poder Executivo, R\$999,5 milhões são provenientes de exercícios anteriores, enquanto outros R\$2,1 bilhões são provenientes do exercício corrente, ou seja, de 2021.

Dentre as fontes obtidas pelo Estado para financiamento dos gastos com investimentos pode se destacar

as receitas oriundas de contratações de operações de crédito, tanto internas (contratadas junto a credores situados no país) quanto externas (contratadas junto a agências, organismos ou instituições financeiras estrangeiras). O gráfico, a seguir, evidencia o comportamento histórico da arrecadação das Receitas de Operações de Crédito obtidas pelo Estado, nos últimos cinco exercícios.

**Gráfico 7.2 – Receitas de operações de crédito.**

(Em R\$ milhares)



Fonte: Siafem, 2021.

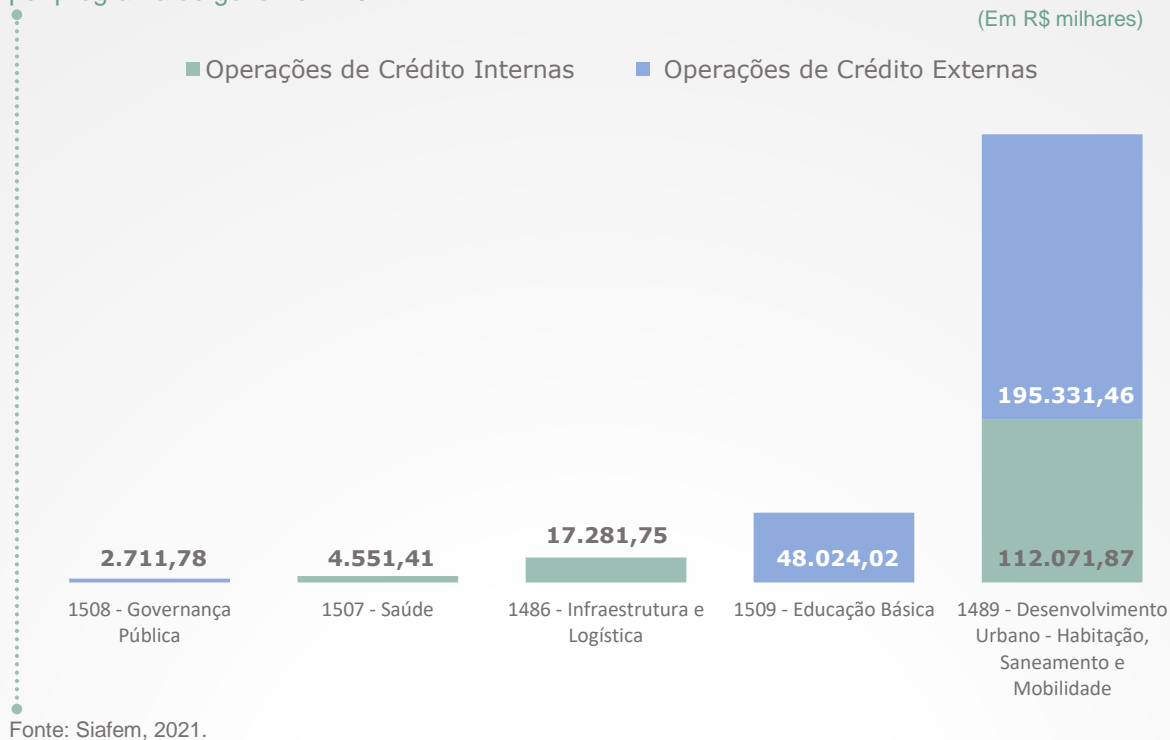
Como evidenciado por meio do gráfico acima, a maior parte das receitas oriundas de operações de crédito dos últimos cinco exercícios foi obtida no exercício de 2018, com mais de R\$930,4 milhões, seguido do exercício de 2020 com outros R\$828,5 milhões. O exercício de 2021 foi o segundo menor em termos de captação de recursos, com R\$509,2 milhões, superando apenas o exercício de 2017, em que foram obtidos R\$426,7 milhões em operações de crédito. Nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 as operações de crédito internas foram superiores às externas, sendo que em 2020 e 2021, as operações de crédito externas superaram as internas.

No entanto, há que se considerar que nem todas as receitas de operações de crédito arrecadas em um exercício serão efetivamente aplicadas no mesmo exercício, podendo haver recebimento em um exercício e ocorrer dispêndio – ou parte dele – nos exercícios seguintes. Isto ocorre em razão dos procedimentos necessários para realização da despesa.

Um aspecto relevante a ser observado em relação às operações de crédito é que não se trata de recursos derivados das atividades operacionais do Estado, tratando-se, portanto, de uma fonte de financiamento e, como tal, não se trata de receita “pertencente” ao Estado. Nesse sentido, em um segundo momento esta receita será devolvida aos credores, sob a forma de amortização de dívida e pagamento de juros.

Por meio do gráfico, a seguir, é possível verificar a parte dos gastos com investimentos que foram financiados com receitas de operações de crédito.

**Gráfico 7.3** – Aplicação das receitas de operações de crédito em gastos com investimentos – por programa de governo – 2021.



Embora o montante de receitas de operações de crédito arrecadadas em 2021 tenha sido de R\$509,2 milhões, apenas R\$379,9 milhões foram aplicados em investimentos. Os demais recursos foram aplicados em despesas do grupo 3 – Despesas Correntes, além de eventual saldo financeiro para o exercício de 2022. De acordo com a CF/88 e a própria LRF, não há restrição para aplicação de receitas de operações de crédito em despesas correntes, devendo ser observado, porém, o cumprimento da Regra de Ouro, em que as receitas de operações de crédito não devem ser superiores às despesas de capital, com exceção das autorizações, por maioria absoluta do Poder Legislativo, para que operações de crédito financiem despesas correntes instituídas por meio de créditos suplementares ou especiais e com finalidade precisa.

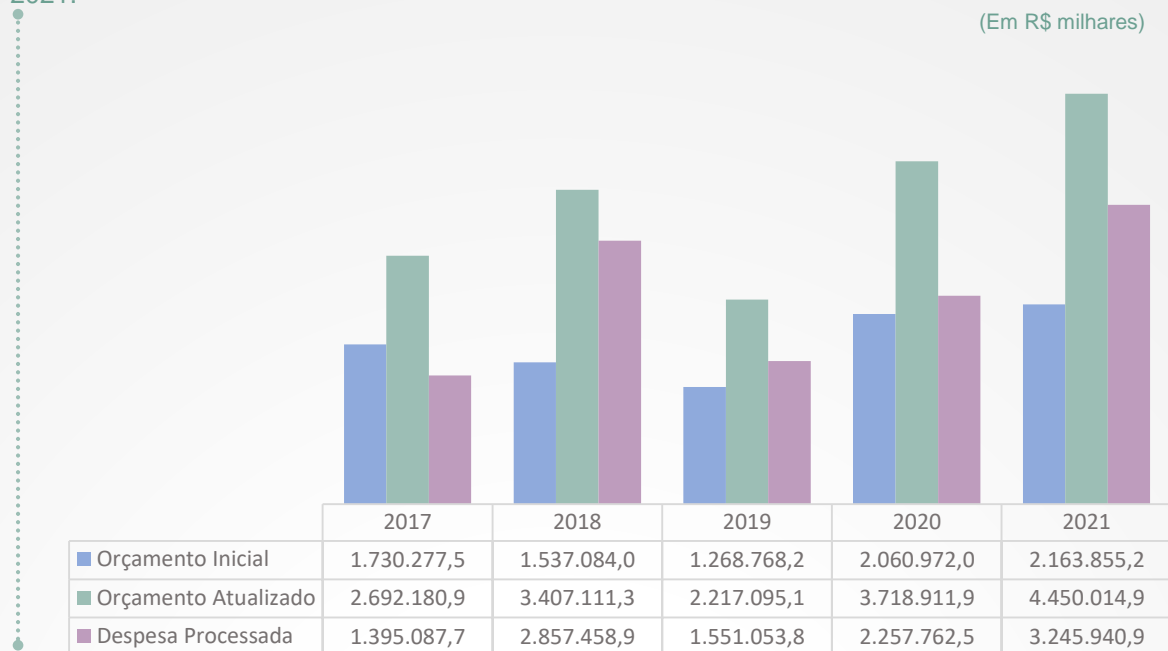
Do total de recursos provenientes de operações de créditos gastos em investimentos em 2021, 81%, ou seja, R\$307,4 milhões foram utilizados no programa 1489 denominado de Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade. Os demais foram distribuídos nos programas Educação Básica, Infraestrutura e Logística, além de Saúde e Governança Pública.

Cabe informar ainda que do total dos R\$379,9 milhões de recursos de operações de créditos aplicados em investimentos, em 2021, R\$69,8 milhões são provenientes de operações de crédito de exercícios anteriores, dos quais R\$6 milhões decorrem de operações de crédito internas e R\$63,8 milhões das operações externas.

#### 7.1.4. Análise geral da execução orçamentária das despesas de investimentos

Conforme outrora elucidado, para que as Secretarias e Órgãos do Estado possam realizar despesas, é necessária a regular autorização legal, que se materializa por meio das leis orçamentárias que fixam limites máximos autorizados de gastos, podendo estes serem alterados por meio dos créditos adicionais.

Por meio do gráfico a seguir são evidenciadas informações a respeito do orçamento de gastos com investimentos, no período de 2017 a 2021:

**Gráfico 7.4** – Orçamento inicial, atualizado e despesa empenhada com investimentos - 2017-2021.

Fonte: Siafem, 2017 a 2021.

Com exceção do exercício de 2017, observa-se que o total das despesas, efetivamente realizadas com investimentos até o final de cada exercício, superam os valores dos orçamentos iniciais. Esta situação foi possível, em razão da utilização do mecanismo dos créditos adicionais – que são alterações no orçamento que resultaram em acréscimo líquido das dotações orçamentárias.

Por meio do gráfico supra é possível constatar que os créditos adicionais em 2018 equivaleram a 121,66% do orçamento inicial, revelando grande divergência entre o planejamento dos gastos com a efetivação das ações. Esses grandes descompassos nos gastos com investimentos são corriqueiramente encontrados em anos eleitorais, como é o caso em questão.

No exercício de 2021, ocorreu outra grande diferença entre o orçamento inicial (planejamento) e a execução dos gastos com investimentos. Foi orçado o valor de R\$2,1 bilhões, porém executados o montante de R\$3,2 bilhões, valor 150% maior do que o previsto. Ainda para evidenciar a divergência, verificou-se a utilização de crédito adicional no valor de R\$2,2 bilhões, totalizando, no ano em questão, ao montante atualizado de R\$4,4 bilhões.

Cabe salientar que – embora não exista no regramento legal nenhuma medida que determine os valores mínimos e máximos a serem destinados aos gastos com investimentos, tratando-se, portanto, de medida discricionária – alterações de grande relevância no valor do orçamento inicial autorizado podem estar relacionadas com falhas no processo de planejamento, com a subestimação dos valores necessários à execução dos programas de governo previstos no PPA.

Ademais, a disponibilização ocasional de elevados valores ao orçamento de uma Secretaria ou Órgão, sem que o planejamento estratégico das ações ocorra em tempo hábil, e sem o exercício dos necessários mecanismos de controle e aferição, pode resultar em baixa eficiência do gasto, com abertura para o surgimento de desvios e falhas que venham a comprometer a efetividade da política pública.

Deste modo, tendo em vista a análise dos exatos valores orçados inicialmente e atualizados durante o decorrer do exercício, realizou-se demonstração na seguinte tabela, considerando cada Secretaria e Órgão estadual:

**Tabela 7.2 – Variação do orçamento inicial, em relação ao atualizado, das despesas com investimentos - 2021.**  
(Em R\$ milhares)

Órgãos do Poder Executivo	Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	Variação (%)
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA	0,0	187.663,6	1.876.635.539,60
NUCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARA RURAL	100,0	42.828,2	42.728,16
SEC.DE EST.DE CIENCIA,TECN,E EDUC.PRO.E TECNO	1.050,0	45.715,2	4.253,83
SEC.DE EST.DE DESENV.AGROPECUARIO E DA PESCA	4.677,6	129.174,3	2.661,56
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	12.125,6	67.846,5	459,53
POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARA	8.284,6	44.491,9	437,04
SEC.DE EST.DE DESENV.URBANO E OBRAS PUBLICAS	303.872,4	1.079.417,5	255,22
COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO PA	29.901,0	72.988,4	144,10
SEC.DE E.DE SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	25.471,0	61.051,7	139,69
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES	649.752,1	1.306.849,0	101,13
SEC.DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	52.736,9	87.219,8	65,39
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	177.960,7	283.892,9	59,53
NUCLEO DE GERENC. DE TRANSPORTE METROPOLITANO	232.460,7	244.360,3	5,12
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARA	110.914,0	49.921,8	-54,99

Fonte: Siafem, 2021.

Os Órgãos integrantes do Poder Executivo, evidenciados na tabela acima possuem o equivalente a 86,89% do orçamento atualizado de investimentos, no exercício de 2021. Infere-se que, enquanto o orçamento inicial destes Órgãos totaliza o montante de R\$1,6 bilhões, após alterações orçamentárias, o orçamento atualizado chega ao montante de R\$3,7 bilhões, ou seja, ocorrendo um acréscimo líquido de mais de 2 bilhões em relação à autorização inicial.

Quando se adentra na análise por Secretarias, percebem-se fortes discrepâncias e distanciamentos entre planejamento (orçamento inicial) e execução da despesa. Verifica-se que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas e a Secretaria de Estado de Transportes já possuíam os maiores orçamentos de investimentos, correspondendo a 46% dentre todos os órgãos do Poder Executivo, com valor inicial orçado em R\$303,8 milhões, chegando a R\$649,7 milhões, respectivamente. Assim, após as alterações orçamentárias, estas Secretarias tiveram seus orçamentos mais do que duplicados e passaram a concentrar mais de 55% de todo o orçamento de investimentos do Poder Executivo.

Nos outros Órgãos – embora inicialmente tenham apresentado menor participação no orçamento de investimentos do Poder Executivo - com as alterações orçamentárias subsequentes, houve acréscimo significativo de verbas, como por exemplo o Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural, que saiu do orçamento inicial no valor de R\$100 mil para um montante de R\$42,8 milhões. Situação semelhante ocorreu com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, que saiu de um orçamento inicial de R\$1 milhão para um orçamento autorizado de R\$45 milhões; e com a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, que de um orçamento inicial de R\$4,6 milhões chegou ao montante de R\$129,1 milhões com a autorização orçamentária.

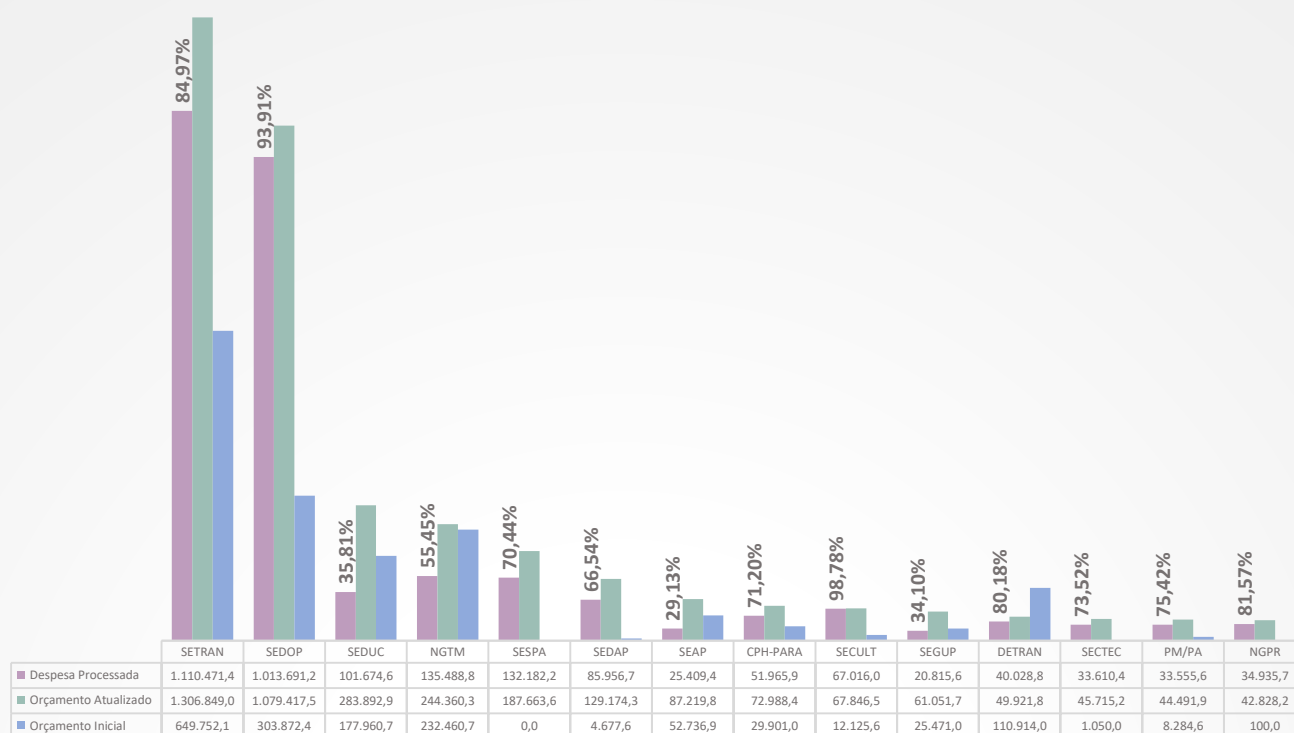
Outra situação importante ocorreu com as despesas em investimentos pela Secretária da Saúde Pública – apesar de sua irrefutável importância para a realização das políticas públicas, especialmente a partir do cenário vivenciado no ano de 2020, com enfrentamento da pandemia de Covid-19 – que não previu no orçamento inicial (LOA), a realização de gastos desta natureza. No entanto, após as alterações orçamentárias, o orçamento final autorizado para despesas com investimentos na saúde foi para R\$187,6 milhões.

Outro aspecto relevante, considerando os 14 órgãos integrantes do Poder Executivo que juntos possuem o equivalente a 86,89% do orçamento atualizado de investimentos no exercício de 2021, é verificar o grau de execução orçamentária, isto é, a proporção do orçamento autorizado que foi processada no exercício. Esta proporção é evidenciada por meio do gráfico, a seguir:



**Gráfico 7.5 – Despesa processada em relação aos maiores orçamentos autorizados – 2021.**

(Em R.\$ milhares)



Fonte: Siafem, 2021.

Conforme evidencia o gráfico acima, dos R\$3,7 bilhões de orçamento de investimentos autorizados a 14 órgãos do Poder Executivo, R\$2,8 bilhões foram processados. Destaca-se dentre estes órgãos a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedop) e a Secretaria de Transportes (Setran) que alcançaram execução de 93,9% e 85%, respectivamente, do orçamento autorizado, nas quais houve autorização de orçamento superior a R\$1 bilhão para cada uma.

Dentre as demais Secretarias que possuíram maior orçamento autorizado, a Secretaria de Saúde Pública (Sespa) e a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap) obtiveram execução orçamentária de 70,4% e 66,5%, respectivamente. Por outro lado, o Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano (NGTM), responsável pela execução das obras do BRT metropolitano dentre outras na região da grande Belém, embora tenham tido orçamento autorizado de mais de R\$240 milhões, a despesa processada de investimentos foi de R\$135 milhões (55,4%).

Torna-se importante frisar que a execução orçamentária depende de diversos fatores, especialmente, do fluxo de disponibilidade de recursos financeiros, não sendo, portanto, o orçamento autorizado condição suficiente para garantir a execução das despesas.

Destaca-se ainda que, dentre os órgãos citados, apenas o Departamento de Trânsito do Estado teve o orçamento inicial reduzido de R\$110 milhões para a R\$49 milhões. Com esta redução, o percentual de execução em relação ao orçamento autorizado foi de 80,18%.

Já a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) obtiveram os menores percentuais de execução do orçamento autorizado, com 35,81%, 34,1% e 29,1%, respectivamente.

A Seduc e a Seap apresentaram o orçamento autorizado aumentado no exercício, o que de alguma forma, e ainda, dependendo do período em que ocorreu, poderia dificultar o atingimento de maior percentual de execução. No entanto, analisando a despesa processada em relação ao orçamento inicial, estes percentuais

ainda seriam de 57,13% e 48,18%, respectivamente, evidenciando um percentual de execução relativamente baixo, principalmente, pela importância das áreas das políticas públicas dessas Secretarias, demonstrando que possíveis políticas públicas planejadas, vinculadas às mesmas, deixaram de ser executadas no exercício.

Com relação aos demais Poderes e Órgãos independentes, o orçamento inicial de investimentos aprovado foi de R\$109,9 milhões, alterado subsequentemente para orçamento autorizado de R\$143,3 milhões; havendo uma despesa processada de R\$100,2 milhões, o que corresponde a praticamente 70% do orçamento autorizado e 91,1% do orçamento inicialmente aprovado.

### 7.1.5. Detalhamento dos gastos com investimentos

Com fito de melhor evidenciar os gastos em questão, nesta seção será demonstrado os detalhamentos dos gastos com investimentos do Estado, mais precisamente quanto às particularidades sobre: Funções de governo; programas; elementos de despesa; fontes de financiamento e, por fim, os gastos de investimentos realizados via convênio com demais níveis de governo e entidades do 3º setor.

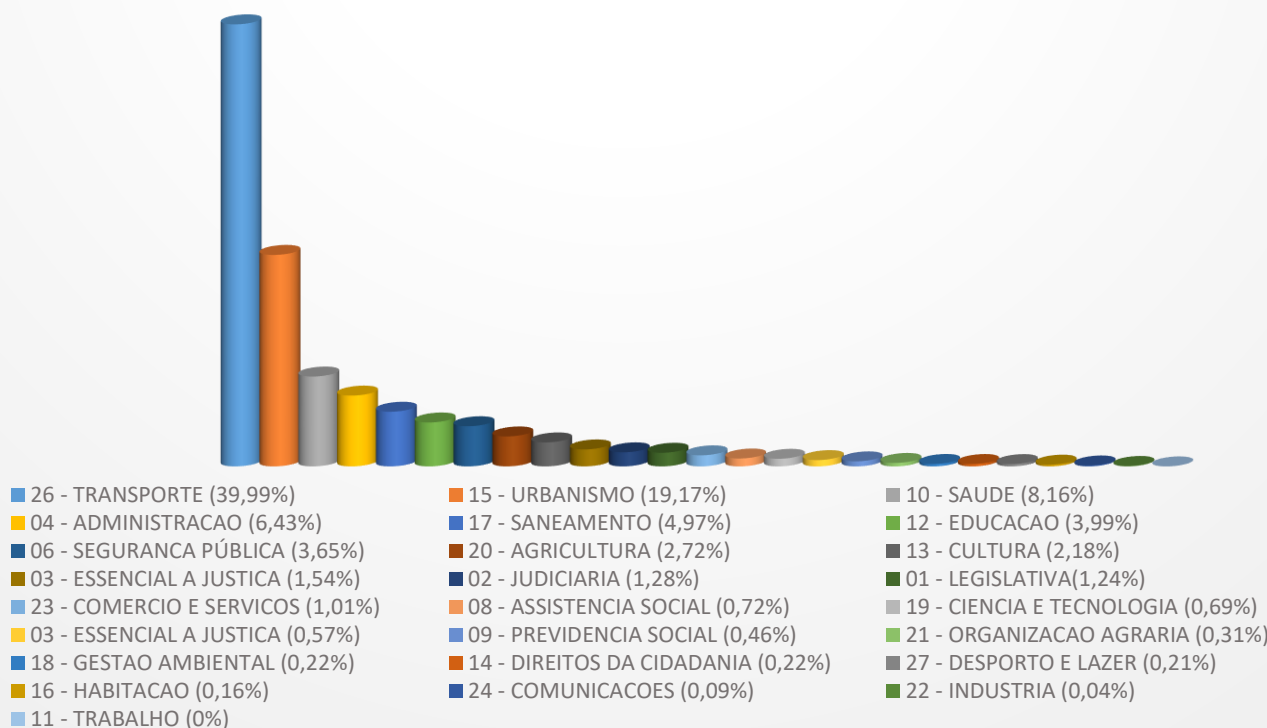
#### 7.1.5.1. Gastos com investimentos por função de governo

A classificação contábil da despesa quanto à área de atuação governamental se dá por meio de 28 funções de governo, que são desmembradas em subfunções, conforme determina a Portaria MPOG nº 42/1999, denominada classificação Funcional. Desta forma, todas as despesas autorizadas no orçamento público deverão, necessariamente, ser enquadradas em algumas das Funções estabelecidas pela referida portaria.

Por meio do gráfico, a seguir, é evidenciada a despesa com investimentos no estado do Pará durante o exercício de 2021, por função de governo.

**Gráfico 7.6 – Despesa processada com investimentos por função de governo – 2021.**

(Em R\$ milhares)



Fonte: Siafem, 2021.

Como pode ser observado no gráfico acima, grande parte do gasto em investimentos no estado do Pará em 2021 está concentrado em Transporte (39,99%) e Urbanismo (19,17%). Além destas, ao serem consideradas as funções Saúde (8,16%), Administração (6,43%), Saneamento (4,97%), Educação (3,99%), Segurança Pública (3,65%), Agricultura (2,72%) e Cultura (2,18%) chega-se ao total de 91,26% do total gasto.

Destaca-se que a função Transporte contempla investimentos de recursos públicos destinados à infraestrutura necessária para a locomoção de pessoas e escoamento de produtos, tais como estradas, pontes e viadutos, portos, aeroportos etc. Ou seja, os investimentos em Transporte são essenciais para o desenvolvimento e integração dos modais de Transporte Aeroviário, Ferroviário, Hidroviário e Rodoviário, principalmente em se tratando de um Estado que possui grandes distâncias geográficas como o Pará.

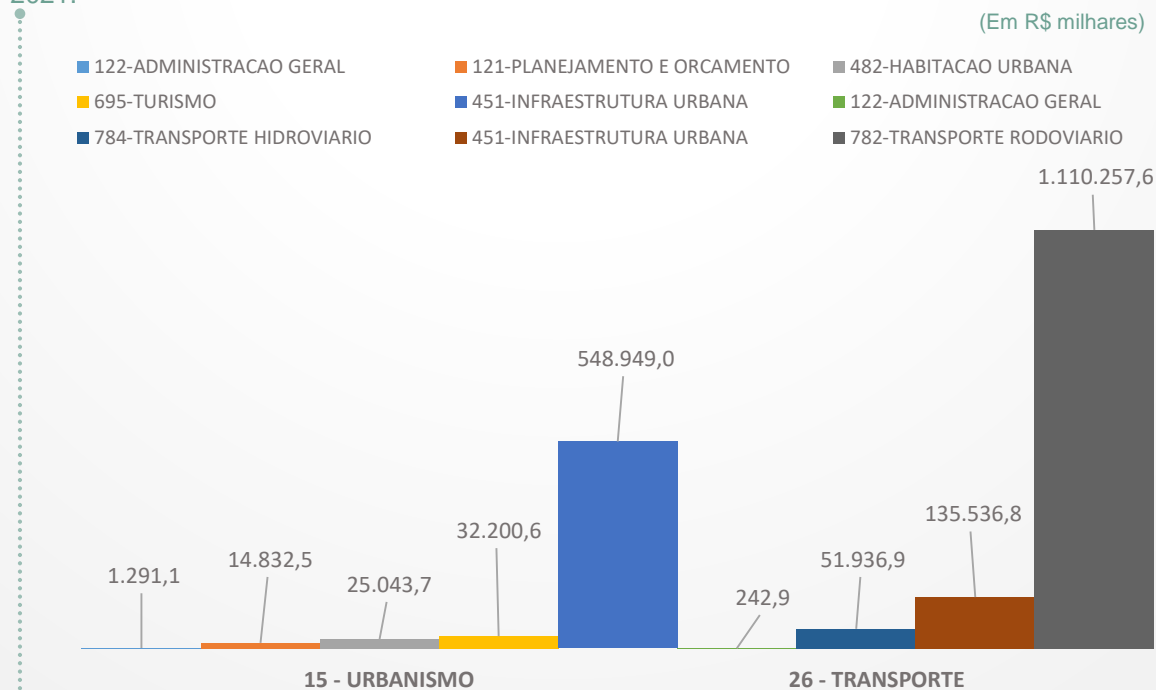
Já a função Urbanismo está voltada para os gastos com infraestrutura urbana, destinada aos equipamentos necessários ao funcionamento das cidades.

Depreende-se, assim, que essas duas funções de governo (Transporte e Urbanismo) representam juntas 59,16% do total gasto com investimento, as quais, somadas a outras sete funções (Saúde, Administração, Saneamento, Educação, Segurança Pública, Agricultura e Cultura) – estabelecem o patamar de 91,26% do gasto com investimentos informados pelo Estado nas 9 funções de governo. As funções Saúde e Educação representam 8,16% e 3,99% do total gasto, respectivamente.

Os gastos com investimentos dos demais Poderes e Órgãos Independentes do Estado somam juntos 3,09% do total, cuja a maior parte (1,28%) é gasto na função Judiciária.

Visando o detalhamento das duas funções que concentram a maior parte do orçamento de investimentos (Transporte e Urbanismo), pode ser verificado o gasto por subfunção de governo, ou seja, o desmembramento do gasto na Função. Por meio do gráfico, a seguir, é possível verificar tal desdobramento.

**Gráfico 7.7 – Despesa processada com investimentos das funções Transporte e Urbanismo – 2021.**



Fonte: Siafem, 2021.

Por meio do gráfico acima é possível identificar que a maior parte do gasto com a Função Urbanismo foi destinado à subfunção Infraestrutura Urbana, com mais de R\$548,9 milhões de recursos do total de R\$622,3 milhões destinados à função. Já na Função Transporte, do total de R\$1,2 bilhão de recursos gastos, dos quais

o montante de R\$1,1 bilhão foi destinado à subfunção Transporte Rodoviário, R\$135 milhões para a subfunção Infraestrutura Urbana e R\$51 milhões para a subfunção de Transporte Hidroviário.

### 7.1.5.2. *Gastos com investimentos por programa de governo*

Ainda com relação à alocação dos recursos em investimentos, destaca-se que, além da classificação funcional, a classificação programática da despesa, que envolve os programas de governo desdobrados em Projetos, Atividades e Operações Especiais na LOA, permite evidenciar como os recursos foram aplicados visando atingir as metas e indicadores estabelecidos no planejamento de médio prazo, isto é, no PPA.

**Tabela 7.3 – Gastos com investimentos por programa de governo – 2021.**

(Em R\$ milhares)

Programas de Governo	Despesa Processada	( % )
<b>1486 - Infraestrutura e Logística</b>	<b>1.162.194,4</b>	<b>35,80</b>
<b>1489 - Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade</b>	<b>845.412,3</b>	<b>26,05</b>
<b>1507 - Saúde</b>	<b>259.627,8</b>	<b>8,00</b>
<b>1508 - Governança Pública</b>	<b>162.853,0</b>	<b>5,02</b>
<b>1502 - Segurança Pública</b>	<b>139.010,1</b>	<b>4,28</b>
<b>1499 - Esporte e Lazer</b>	<b>129.300,5</b>	<b>3,98</b>
<b>1491 - Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura</b>	<b>122.312,7</b>	<b>3,77</b>
<b>1509 - Educação Básica</b>	<b>100.177,6</b>	<b>3,09</b>
<b>1503 - Cultura</b>	<b>69.524,7</b>	<b>2,14</b>
<b>Demais Programas - Poder Executivo</b>	<b>155.325,4</b>	<b>4,79</b>
<b>Programas dos demais Poderes e Órgãos Independentes</b>	<b>100.202,5</b>	<b>3,09</b>
<b>Total</b>	<b>3.245.940,94</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafem, 2021.

Como pode ser observado na tabela acima, 61,85% dos gastos com investimentos no Estado do Pará em 2021 estão concentrados em dois programas de trabalho: Infraestrutura e Logística (código 1486) e Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Mobilidade, (código 1489).

Conforme consulta ao Siafem (2021), R\$1,1 bilhão do Programa 1486 - Infraestrutura e Logística foram geridos pela Secretaria de Estado de Transportes, enquanto R\$51,9 milhões ficaram sob a gestão da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará. Quanto à execução do Programa 1489 - Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Mobilidade, a maior parte dos recursos, correspondente a R\$706,1 milhões foram aplicados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, enquanto outros R\$135,4 milhões foram aplicados pelo Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano.

No Programa 1486 - Infraestrutura e Logística, cabem destaques três projetos que absorveram a maior parte dos gastos do programa. O projeto 7429 – Construção de Rodovias, com execução orçamentária de R\$518,9 milhões, que envolveu intervenções que abrangem trinta municípios em nove regiões do Estado. O projeto 7432 – Conservação de Rodovias, com execução orçamentária de R\$328,5 milhões, que visa a manutenção de rodovias estaduais pavimentadas, tais como as rodovias PA-255, PA-370, PA-431 e PA-433, dentre outras. O projeto 7505 – Restauração de Rodovias, com execução orçamentária de R\$156,5 milhões, que se destina a requalificação de rodovias e estradas estaduais, tais como as rodovias PA-124, PA-327 e PA-449, dentre outras.

No Programa 1489 - Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Mobilidade, três projetos demandaram a maior parte dos recursos aplicados. O projeto 7645 – Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias –, com execução de R\$518,6 milhões em vários municípios do Estado e integrante do Programa Asfalto

por Todo o Pará; o projeto 7480 – Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba –, com execução de mais de R\$140 milhões envolve, dentre outras iniciativas, a construção de pontes e passarelas; quanto ao projeto 7647 – Implantação de Infraestrutura do Sistema Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém –, com execução orçamentária de R\$95,2 milhões, envolve a requalificação de 11 km da rodovia BR-316, entre os municípios de Belém e Marituba.

Ainda, por meio da tabela acima, é possível verificar que outros sete programas de governo concentram 30,28% do total gasto com investimentos. Dentre estes programas destaca-se o 1507 – Saúde, que representa 8% do gasto total. Destaca-se ainda que todos os outros programas de governo do Poder Executivo somam R\$155,3 milhões e representam 4,79% do total gasto, enquanto outros R\$100,2 milhões foram gastos pelos demais Poderes e Órgãos Independentes, que representam 3,09% do total.

### 7.1.5.3. Gastos com investimentos por elemento de despesa

Ainda considerando o detalhamento da despesa orçamentária, conforme a classificação da despesa pública, a classificação por Natureza da Despesa envolve a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza da Despesa, a Modalidade de Aplicação e o Elemento da Despesa. Neste tópico serão apresentados e discutidos os gastos com investimentos por elemento de despesa, que tem por objetivo identificar o objeto de gasto, isto é, especificar, de forma mais detalhada, em que tipos de bens ou serviços os recursos públicos foram aplicados.

Em relação ao exercício de 2021, o gráfico, a seguir, evidencia como foram distribuídos a maioria dos recursos gastos com investimentos.

**Gráfico 7.8 – Despesa processada com investimentos por elemento de despesa – 2021.**  
(Em R\$ milhares)



Fonte: Siafem, 2021.

Observa-se que do total de gastos com investimentos em 2021, R\$2 bilhões (que representa 63,05% do total) foram aplicados no Elemento de Despesa 51 – Obras e Instalações. Este Elemento de Despesa engloba despesas com estudos e projetos, execução de obras e instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel.

Destaca-se que, a partir das informações das análises anteriores, conjugadas com informações obtidas junto ao Siafem, dos R\$2 bilhões gastos com Obras e Instalações, a maior parte (79,91%), ou seja, R\$1,6 bilhões, foram aplicados por meio da execução dos Programas 1486 - Infraestrutura e Logística – e 1489 - Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Mobilidade, já discutidos no tópico anterior.

No elemento 51 – Obras e Instalações –, por exemplo, foram executadas as obras da construção e pavimentação da Rodovia PA-427, da construção da ponte em concreto armado sobre o Rio Meruú, localizada no KM 49 da Rodovia PA-151 e serviços de implantação e restauração da pista de rolamento na Rodovia PA-275. Na área da saúde foram observados os gastos relacionados à Construção do Pronto Socorro de Belém/PA, construção do Hospital da Mulher - Senhora de Nazaré, também em Belém/PA e obras de reforma para instalação do Hospital Regional Público dos Caetés no município de Capanema/PA. Quanto à Governança Pública, há aplicação de recursos para construção do Mercado Municipal no município de Itupiranga/PA, construção do Hospital da Mulher, serviços de pavimentação e revitalização asfáltica do pátio da Secretaria de Fazenda e ampliação de Balança de Controle de Pesagem de Veículos em Dom Eliseu/PA.

O segundo Elemento de Despesa com maior valor executado é o 42 – Auxílios –, com o total de R\$368 milhões aplicados, que representa 11,37% do total gasto com investimentos. Segundo o Masp (2021) em sua 08ª edição vigente à época dos gastos, no elemento de despesa denominado de auxílio são contabilizadas as despesas orçamentárias destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, ao disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000. Em outras palavras, são os recursos repassados a outros entes como municípios, órgãos federais e entidades do terceiro setor por meio de convênios ou instrumento congêneres, os quais foram detalhados no item 7.1.4.5 deste relatório.

Em consulta aos dados do Siafem (2021) é possível constatar que a maior parte dos repasses por meio de auxílios foram executados para ações com Infraestrutura e Logística, representando 41,83% do total ou seja R\$154,3 milhões. Os demais foram: R\$75 milhões (20,42%) realizados ao programa de saúde, R\$47 milhões (12,75%) às ações vinculadas à governança pública e 40 milhões (10,93%) às ações de agricultura, pecuária, pesca e aquicultura no Estado dentre outros.

O terceiro elemento de despesa em representatividade de gasto (10,24%) é o 52 – Equipamentos e Material Permanente, com R\$332 milhões gastos pelo Poder Executivo. Este Elemento visa a aquisição de diversos produtos, tais como veículos, máquinas, móveis, dentre muitos outros tipos.

Observa-se que para o Elemento 52 – Equipamentos e Material Permanente – há execução em diversos programas de governo, no qual, mais da metade do valor gasto pelo Poder Executivo, correspondente a 66,35% do total está concentrado em seis programas: 1491 - Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (18,76%), 1507 – Saúde (15,09%), 1502 - Segurança Pública (11,79%), 1509 - Educação Básica (8,04%) e 1508 - Governança Pública (7,85%). O restante do valor aplicado pelo Poder Executivo neste Elemento está distribuído em outros doze programas de governo.

Como exemplo de investimentos com aquisição de equipamentos e material permanente na área da agricultura tem-se a aquisição de veículos (caminhões), máquina despolpadeira de açaí, pá carregadeira, tratores agrícolas, mobiliários para a Emater/PA, dentre outros. Na saúde há aplicação de recursos para aquisição de equipamentos de radioterapia, raio-x, tomógrafos, aparelhos de ultrassom, ambulâncias de resgate, dentre outros.

Os demais elementos de despesa do grupo de Investimentos que foram executados no exercício de 2021, inclusive nos demais Poderes e Órgãos Independentes, totalizaram em torno de R\$500 milhões, representando 15,34% do total gasto.

#### 7.1.5.4. Investimentos por meio de transferência aos municípios

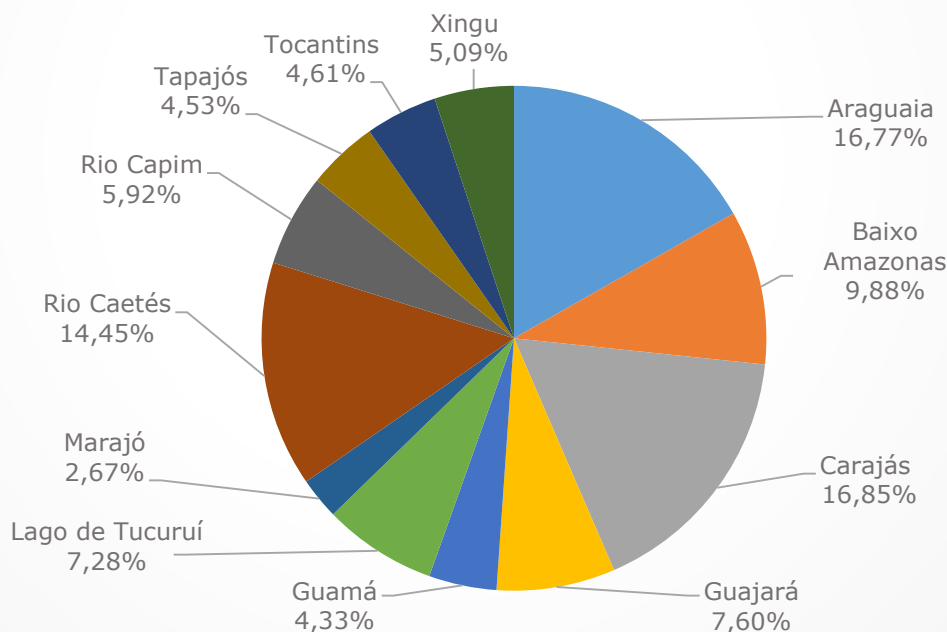
Para atingimento dos objetivos propostos nos instrumentos de planejamento orçamentário e a consecução das políticas públicas, o Estado pode se utilizar da aplicação direta dos recursos, isto é, realizar a execução orçamentária por meio de órgãos e entidades integrantes da mesma esfera de governo, ou transferir recursos a entes governamentais de outras instâncias de governo, além de entidades da iniciativa privada, por meio de transferências voluntárias via convênios ou instrumentos congêneres.

Segundo o TCU (2018)(96), o convênio é o acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros dos orçamentos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco. E que com os limites da Lei Federal nº 13.019/2014 somente podem ser celebrados entre entidades públicas.

De acordo com os levantamentos realizados, o Poder Executivo estadual, em 2021, realizou despesas com investimentos por meio de convênios com municípios do Estado no montante de R\$296,4 milhões, o que representa 9,43% do total dos gastos com investimentos.

Por meio do gráfico, a seguir, é possível identificar como foram transferidos os recursos de convênios por região de integração do Estado.

**Gráfico 7.9 – Despesa processada com investimentos por Região de Integração – 2021.**



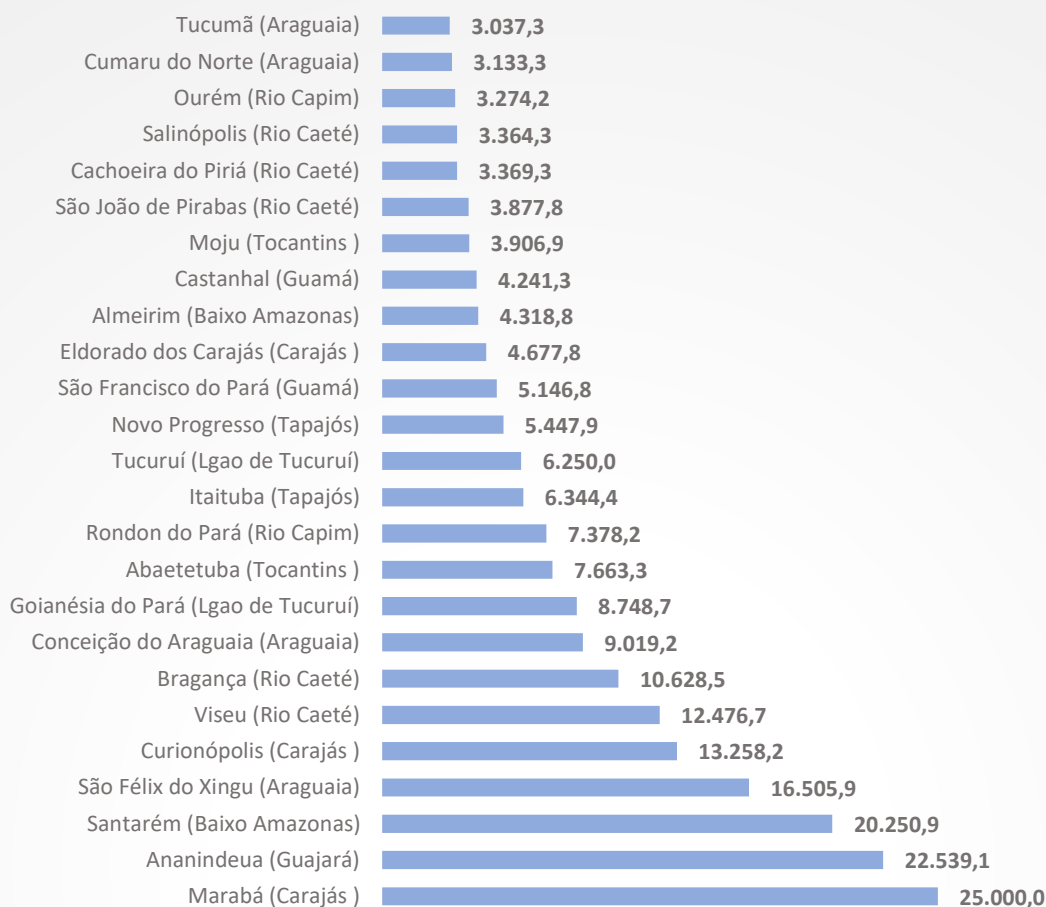
Fonte: Siafem, 2021.

Conforme evidenciado no gráfico anterior, a região de Carajás foi a que recebeu o maior percentual dos recursos repassados, com 16,85%, seguidos pela região do Araguaia que recebeu 16,77% dos recursos de convênios. A terceira região em termos de volume de recursos recebidos foi a do Rio Caetés, com 14,45% do total de recursos.

Adentrando nas informações por município, por meio da tabela, a seguir, é possível identificar as cidades, e a respectiva região de integração a que pertencem, com maior volume de recursos de convênios destinados a investimentos.

**Gráfico 7.10** – Despesa processada com investimentos por Município e Região de Integração – Principais beneficiados - 2021.

(Em R\$ milhares)



Fonte: Siafem, 2021.

A tabela acima possui a relação dos 25 municípios mais beneficiados com recursos de convênios destinados a investimentos, por ordem de volume de recursos. Estes municípios, em conjunto, representam 72,07% do total de recursos de convênios destinados a investimentos. O restante dos recursos (27,93%) foi repassado a outros 73 municípios.

Destaca-se que seis municípios, sendo eles Marabá, Ananindeua, Santarém, São Félix do Xingú, Curionópolis e Viseu, em conjunto, totalizam mais de R\$110 milhões (37,08%), dos R\$296,4 milhões em recursos de convênios destinados a investimentos.

Dentre estas transferências, a título de exemplo, podem ser destacadas as ações voltadas para a construção de pontes, tal como a que está sendo construída sobre o Rio Itacaiúnas no município de Marabá-PA, havendo repasse inicial no valor de R\$25 milhões; realização de obras de drenagem de águas pluviais, terraplanagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária no município de Ananindeua-PA, totalizando R\$15,2 milhões; construção de hospital materno-infantil no município de Santarém-PA, para o qual foram empenhados R\$8 milhões; aquisição de equipamentos para obras e serviços de engenharia no município de São Félix do Xingú-PA, no montante de R\$13,4 milhões; obras de pavimentação asfáltica, no montante de R\$5,6 milhões e construção de pontes em concreto armado, no valor de R\$5,3 milhões, no município de Curionópolis-PA; e a construção do Terminal de Integração no município de Viseu-PA, no valor de R\$2,6 milhões, e recuperação estradas vicinais no valor de R\$ 3,3 milhões, dentre outras.



### 7.1.6. Acompanhamento e visita realizada

Com o objetivo de ampliação dos pontos de controle das Contas de Governo, foi selecionada obra pública realizada pelo governo do Estado em 2021, para concretização de visita técnica in loco, realizada por meio da técnica de fiscalização concomitante.

A fiscalização concomitante tem por objetivo realizar trabalho preventivo e orientativo na condução das atividades de governo, buscando o controle efetivo dos gastos públicos, garantindo assim a economia e a efetividade dos serviços públicos ofertados à sociedade.

A obra selecionada foi a de reforma e ampliação do Estádio Olímpico Mangueirão (Estádio Edgar Proença). Por meio do Ofício nº 001-ACG-2021 protocolizado junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, foi solicitado ao senhor Benedito Ruy Santos Cabral (Secretário titular da referida Secretaria) viabilização à visita in loco as obras do referido estádio.

A mencionada visita técnica ocorreu na data de 27/12/2021 e foi realizada pelos membros da Comissão de Análise das Contas de Governo 2021, bem como pelo Auditor de Controle Externo - Engenheiro Civil José Daniel Queiroz Brito, lotado na Secretaria de Controle Externo deste TCE-PA, responsável pelo acompanhamento da obra em questão.

Quanto ao objeto fiscalizado, a obra de reforma e ampliação teve início com a Concorrência pública nº 008/2020 que originou o Contrato nº 015/2021-Sedop com o objetivo de reforma e ampliação do estádio em questão, que passará a contar com capacidade estimada de 53.645 mil torcedores e algumas modificações para se adequar ao padrão da Federação Internacional de Futebol – Fifa.

De forma detalhada, trata-se da obra de ampliação da capacidade de público do estádio, inclusão de cobertura nas rampas de acesso, aproximação ao campo do setor de cadeiras em todo anel do estádio; manutenção da pista de atletismo e troca de gramado. Além da instalação de um novo sistema de iluminação, construção de área exclusiva para receber uma central de comando para o VAR (árbitro de vídeo). Contendo ainda a instalação de sistemas de captação e reaproveitamento de água da chuva e instalação de painéis para produção de energia solar e, por fim, construção de rampas de acesso com maiores vãos para escoamento da torcida e duplicação das rampas de acesso.

A obra teve início em abril de 2021 e foi orçada em R\$146,9 milhões, em seguida ocorreu o primeiro termo aditivo datado de 05/08/2021 no valor de R\$1 milhão, o segundo de 07/10/2021 no valor de total líquido de R\$12,6 milhões e o terceiro, na mesma data no valor total líquido de R\$18,9, totalizando o valor da reforma e ampliação em R\$179,5 milhões.

Quanto aos prazos, foi verificado que a vigência do contrato é de 22 meses (16/04/2021 a 16/02/2023) e o prazo máximo para conclusão da obra é de 20 meses, encerrando em novembro de 2022.

Quanto a execução orçamentária, em 2021 foi verificada a execução do montante de despesa de R\$79,1 milhões o que equivale a 44% do valor determinado total à obra.

A entidade que está realizando a reforma é um Consórcio, denominado de Consórcio Obras do Mangueirão, composto pelas entidades consorciadas - Ankara Engenharia Ltda, CC Participações e Construções Eireli, Sol da Bahia Energias Renováveis Ltda e administrado por Vanessa de Mendonça Sarti Abubakir.

Na visita foi verificado que grande parte da ampliação da capacidade de público do estádio estava em execução, além dos alargamentos das rampas de acesso ao escoamento da torcida. Verificou-se ainda o avanço da duplicação das rampas de acesso, a retirada do gramado para troca, a ampliação dos locais de bares e restaurantes, além da construção de áreas de camarotes e a retirada da pista de atletismo para manutenção.

Quanto a instalação de um novo sistema de iluminação e a construção de área exclusiva para receber

uma central de comando para o VAR (árbitro de vídeo) ainda não estavam em execução, bem como na oportunidade ainda não estava sendo executada a instalação de sistemas de captação e reaproveitamento de água da chuva e instalação de painéis para produção de energia solar. Por fim, na oportunidade da visita não foi constatada a instalação das novas cadeiras.

Quanto a estrutura do estádio, o coordenador de obras Dionísio Couto informou que o Consórcio gestor da obra estava realizando pontos de sondagem nas colunas do estádio com foco de verificar internamente a durabilidade das colunas e paredes considerando que a estrutura que sustenta o estádio foi construída em 1978. O referido serviço de sondagem estava em fase final de conclusão, na oportunidade da visita.

Por fim, cabe salientar que este Tribunal de Contas do Estado, por meio de sua Secretaria de Controle Externo, unidade técnica competente de fiscalização, vem realizando acompanhamento na referida obra, a qual realizou visitas técnicas nas datas de 13/07/2021 e 24/08/2021. O objetivo desse acompanhamento é supervisionar e avaliar, de forma contínua, o respectivo projeto, de forma que os recursos públicos sejam utilizados de acordo com os princípios constitucionais.

## 7.2. CONCLUSÃO

O Tema específico de análise dentro do Relatório das Contas de Governo é um item de análise e controle no qual o TCE-PA se debruça e otimiza o olhar sobre uma temática dentre as diversas ações realizadas pelo Governo.

Conforme anteriormente mencionado, em 2021, o tema escolhido foram os Investimentos realizados pelo governo do estado por meio das obras, construções, ampliações, compras de bens novos, dentre outros. A seleção do tema se deu em virtude da contribuição social que este tipo de despesa pública tem sobre a sociedade e pela materialidade, já que no ano em análise os valores atingiram o patamar de R\$3,2 bilhões, o maior verificado nos últimos anos no Pará.

Ainda sobre a despesa, o estado do Pará executou em 2021 o montante de R\$3,2 bilhões em despesa com investimentos, o que equivale a 9,28% de todo o orçamento estadual. Fato que comprova o interesse do Estado, principalmente, nas questões de infraestrutura logística e de transporte com as crescentes obras de construção e manutenção de vias e rodovias, construção de portos, como exemplo o de Santarém, aeroportos como o de Salinópolis, além de investir, de forma direta e indireta (realização de convênios) na estrutura urbana das cidades do Estado como no caso de Marabá, na construção da nova ponte da cidade.

Além de ampliar os investimentos na área da saúde, a exemplo da construção do Pronto Socorro de Belém/PA, construção do Hospital da Mulher - Senhora de Nazaré e obras de reforma para instalação do Hospital Regional Público dos Caetés no município de Capanema/PA.

Ademais, cabe salientar que é importante realizar o efetivo planejamento de gastos para os investimentos para que não ocorra descompasso entre o planejamento e a execução da despesa, o que ocasiona anulação de dotação em algumas áreas e inclusão em outras, que na prática, em se tratando de investimentos poderá ocasionar em atrasos nas execuções das obras públicas.





The background features a hand holding a pen, poised to write on a document. The document contains several bar charts with colored bars (blue, green, yellow, red) and is overlaid with a network of molecular diagrams consisting of interconnected hexagons and pentagons. The entire scene is set against a light blue background with a subtle pattern of these molecular structures. Two overlapping circles, one light blue and one white, are centered behind the text.

# MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES



## 8. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REFERENTES ÀS CONTAS DE 2020

O Parecer Prévio referente a prestação de contas de 2020, do Governador do Estado, foi favorável pela aprovação quando do julgamento da Assembleia Legislativa, nos termos da Resolução TCE nº 19.285, de 13 de julho de 2021. No parecer foram exaradas 36 recomendações ao Poder Executivo, fixando o prazo de 180 dias para o encaminhamento das providências adotadas ao atendimento das mesmas.

A Auditoria Geral do Estado, dentro do prazo estabelecido, por meio do ofício nº 009/2022-GAB/AGE, anexado aos autos, enviou, de forma parcial, as justificativas e providências adotadas pelo Poder Executivo, visando sanear as impropriedades detectadas, e, posteriormente as informações complementares às providências foram incluídas no Relatório Anual do Sistema de Controle Interno, anexo do Balanço Geral do Estado, exercício 2021.

A verificação da implementação das recomendações formuladas constitui-se objeto de fiscalização, conforme preceitua o Regimento Interno do TCE-PA, em seu art. 85. Nesse sentido, esta seção apresenta as recomendações formuladas e as providências adotadas, a partir das informações prestadas pelo Poder Executivo, bem como as respectivas análises de verificação quanto aos atendimentos das mesmas.

### QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

**8.1.1. Que seja implementado efetivamente o controle de obras públicas a cargo do Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar da licitação até a fase posterior à conclusão do objeto, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações;**

**PROVIDÊNCIAS:** De acordo com a Sedop, foi instaurada em 2021 uma Comissão de Controle de Obras Públicas, por meio da Portaria nº 71/2021, com o objetivo de implementar efetivamente o controle de obras públicas mediante utilização do sistema Obras Pará.

Já em fevereiro 2022, a Sedop apresentou cronograma atualizado de ações para registro no sistema Obras Pará dos atos praticados em todo o processo de contratação e acompanhamento.

**ANÁLISE:** Verifica-se que, assim como no ano anterior, o cronograma das ações não foi cumprido, resultando na atualização do cronograma da implementação da recomendação, que se estende pelo ano de 2022, portanto, o sistema Obras Pará, definido como o mecanismo de controle das obras públicas, ainda não é utilizado nos moldes recomendados.

Portanto, não havendo a implementação efetiva do controle das obras públicas do Poder Executivo mediante sistema informatizado, considera-se a recomendação **não atendida**.

**8.1.2. Que seja implementado efetivamente o controle de transferências voluntárias efetuadas pelo Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar à concessão até a apresentação da prestação de contas, registrando-os e consolidando-os, de modo que**

**proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações. Além disso, seja designado órgão gestor do sistema.**

**PROVIDÊNCIAS:** A Seplad esclareceu que um Sistema Informatizado de Convênios está em fase de planejamento, e foi incluído no Programa de Modernização da Gestão Fiscal – PROFISCO II-PA. Um grupo de trabalho será criado por meio de decreto e contará com técnicos de vários órgãos estaduais que realizam repasses de recursos. O sistema vai abarcar várias modalidades de transferências de recursos, tais como: convênios, contratos de repasse, termo de execução descentralizada/cooperação, termo de parceria, termo de colaboração/fomento.

**ANÁLISE:** O Sistema Informatizado de Convênios ainda se encontra em fase embrionária, considerando que nem mesmo o grupo de trabalho está totalmente formado para iniciar os trabalhos, portanto, considera-se a recomendação como **não atendida**.

**8.1.3. Que seja regulamentado, na forma do art. 16 da Lei nº 8.873/2019, e instituído, mediante sistema informatizado, o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados para com Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual (Cadin-PA).**

**PROVIDÊNCIAS:** A Sefa informou que a regulamentação do Cadin-PA está em andamento, em fase de aprovação de minuta de decreto e que após a publicação deste, o sistema será desenvolvido.

**ANÁLISE:** Considerando que a regulamentação do Cadin-PA ainda se encontra em fase de aprovação de minuta de decreto e que o sistema informatizado depende desta regulamentação para começar a ser desenvolvido, considera-se a recomendação como **não atendida**.

**8.1.4. Que seja implantado sistema de registro de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme dispõe a LRF, art. 50, § 3º, considerando os critérios de transparência e controle social.**

**PROVIDÊNCIAS:** A Sefa informou que, além das providências já tomadas no ano de 2019, quando participou de seminário sobre o tema de custos aplicados no setor público, realizou visita técnica à Secretaria do Tesouro Nacional e participou de demonstração de um sistema de informações de custos, além de ter solicitado uma proposta comercial sem obrigação para uma empresa que já possui uma solução de sistema de informações de custos, no ano de 2020 publicou o Decreto nº 257, de 29 de janeiro de 2020, que criou o Grupo de Trabalho Especial de Modernização dos Sistemas Corporativos do Estado do Pará.

Ainda para o ano de 2020 estavam previstas visitas aos estados da Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, mas não foram realizadas em virtude das restrições impostas pela pandemia de covid-19.

**ANÁLISE:** Verifica-se que, apesar dos esforços envidados, como a realização de visitas técnicas,



participação em cursos de capacitação, criação de grupo de trabalho e o desenvolvimento de projeto em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, ainda não houve o a implantação de sistema de registro de cursos. Portanto, considerando as providências apresentadas pela Sefa, considera-se a recomendação **não atendida**.

## QUANTO AO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

### 8.1.5. Que a Auditoria Geral do Estado avalie resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual;

**PROVIDÊNCIAS:** Conforme apontado nos itens 2.3.3 e 2.3.4 do presente relatório, a AGE informou ter elaborado avaliação acerca da gestão patrimonial (Relatório de Acompanhamento nº 02/2022-GEAUD/AGE – prot. nº 2022/242223). Além disso, versou sobre o monitoramento do registro das conformidades diárias efetuadas no Siafem pelas Unidades de Controle Interno dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso VIII da Lei Estadual nº 6.176/1998, encaminhando Solicitação de Ação Corretiva (SAC) ou Solicitação de Documentos e Informações (SDI), quando necessário. As ações estão assim pormenorizadas:

- Análise comparativa do ativo mobilizado nos exercícios de 2020 e 2021, com base em consultas ao Sistema Siafem, evidenciando a evolução de cada item em relação ao exercício anterior. Pontuou a ausência de integração entre o Siafem e o Sistema de Patrimônio Imobiliário do Estado do Pará (Sispat Imóveis), o que poderia justificar a diferença de valores registrados nas contas listadas, uma vez que as conciliações foram feitas de forma manual, o que poderia prejudicar a tempestividade das informações contábeis relacionadas aos imóveis.
- Disponibilizou tabela contendo informações prestadas pelos diversos órgãos quanto à realização dos inventários e respectiva emissão das declarações de regularidade relativas ao exercício anterior (2020) e quadro com síntese das justificativas que impossibilitaram a emissão das declarações exigidas pelo art. 20, §2º do Decreto Estadual nº 1.178/2020, informando que a mesma cobrança será feita aos órgãos e entidades para o exercício de 2021.
- Disponibilizou quadro informativo, referente ao exercício de 2021, indicando os protocolos do sistema PAE em que foram formalizados os procedimentos de monitoramento do registro das conformidades no Siafem realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

**ANÁLISE:** Inicialmente, infere-se que foi feita a análise dos resultados sobre a gestão patrimonial pela AGE, por meio do Relatório de Acompanhamento nº 02/2022-GEAUD/AGE (rot. nº 2022/242223). Contudo, as inconsistências ante a falta de integração dos sistemas Siafem e Sispat imóveis acabam por deixar as informações imprecisas, comprometendo a integridade da avaliação.

Além disso, verifica-se que não foi feita a devida avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária e financeira dos órgãos e entidades, limitando-se à conformidade dos registros atos e fatos de execução, de modo que se considera a recomendação como **atendida parcialmente**.

Ressalta-se a relevância da AGE fazer constar nos portais da internet seus relatórios atualizados,

oportunizando o acesso à sociedade e ao controle externo das informações de interesse público, em observância à Lei nº 12.527/2011. Outrossim, diante das inconsistências relatadas pela AGE, seria importante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas Siafem e Sispat Imóveis.

**8.1.6. Que a Auditoria Geral do Estado exerça o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;**

**PROVIDÊNCIAS:** Conforme apontado no item 2.3.2 deste relatório, foi feito pela AGE o 1º Relatório de Controle das Operações de Crédito, por meio de acompanhamento nos sistemas Siafem, Sadipem, Sahem, Sigplan, além de realização de reuniões com órgãos do Poder Executivo do Estado e emissão de Solicitações de Documentos e Informações. A AGE informou ainda que estava em andamento estudo para aperfeiçoamento do acompanhamento e controle das operações de crédito do Poder Executivo do Estado do Pará.

Foi identificada a existência de 68 (sessenta e oito) contratos de operações de crédito vigentes em 2021, celebrados com a União e diversas instituições financeiras, internas e externas. Acerca das garantias a AGE reportou que o Poder Executivo Estadual, durante o exercício de 2021, possuía apenas 01 (processo) registrado no Sadipem, tendo a União por credora.

Também foi realizado o exame das receitas e despesas, verificando-se que no exercício de 2021 o volume da receita superou o da despesa, com exceção de um contrato celebrado, cuja diferença correspondeu a 3,4 milhões. Contudo, o montante consolidado da receita superou em 30,5 milhões à totalização da despesa.

Por fim, a AGE concluiu que o controle das operações de créditos no Estado do Pará, por parte do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, estaria em processo de aprimoramento, com avanços na legislação e normativos, mapeamento da execução orçamentária e financeira, identificação de incorreções e ações para regularização junto aos órgãos/entidades controladas, em atenção à previsão constitucional e em cumprimento à recomendação exarada por esta Egrégia Corte de Contas.

**ANÁLISE:** À vista do exposto e considerando o relatório de análise das Contas do Governador do Estado do Pará do exercício anterior (2020), verificou-se que foi realizado controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e que constam as informações referentes ao exercício ora analisado na seção “Operações de Crédito” no Portal da Transparência do Poder Executivo. Deste modo, considera-se a recomendação como **atendida**.

**8.1.7. Que o número de Agentes Públicos de Controle de cada órgão e entidade do Poder Executivo seja proporcional às respectivas estruturas organizacionais, podendo ser organizados em Unidade de Controle Interno, conforme disposto na Instrução Normativa AGE nº 001/2014, § 7º, III;**

**PROVIDÊNCIAS:** Por meio da Manifestação nº 01/2022 – GEAUD/AGE, a Auditoria Geral do Estado asseverou que constaria no Relatório Anual do Sistema de Controle Interno, análise detalhada acerca da situação das Unidades de Controle Interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo, em termos de estrutura de pessoal. Contudo, na referida peça técnica, a AGE limitou-se a informar no Relatório Anual do Controle Interno que a Instrução Normativa AGE 05/2019 havia revogado integralmente a Instrução Normativa AGE nº 01/2014, mas que, apesar disso, nos relatórios que emitiu sobre a Prestação de Contas Anual de Gestão do Exercício de 2020 teria tratado da adequação dos recursos humanos das Unidades de Controle Interno dos órgãos e

entidades do Poder Executivo, afirmando que o procedimento seria repetido na Prestação de Contas Anual de Gestão do exercício de 2021 – o que não foi feito.

**ANÁLISE:** Inicialmente, quanto a esta recomendação específica, depreende-se que não houve qualquer evolução desde o exercício anterior, visto que não foi apresentada qualquer informação acerca do exercício ora analisado.

Por outro lado, depreende-se que a IN nº 05/2019, no seu art. 10 revogou integralmente a IN nº 01/2014, em que pese não ter modificado ou extinguido as estruturas organizacionais de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Pará.

Com fundamento na Lei Estadual nº 6.176 de 1998 e alterações posteriores, bem como sua regulamentação infralegal disposta no Decreto Estadual nº 2.536/2006, é possível se verificar que não foram estabelecidas balizas quanto ao número de Agentes Públicos de Controle nos órgãos e entidades do Poder Executivo, quesito, portanto, pendente de regulamentação.

Nesse norte, considera-se **atendida** a recomendação, para que uma nova seja emitida, no sentido de que seja regulamentado, com base nos critérios de proporcionalidade e razoabilidade, percentual mínimo de servidores efetivos com formação compatível que atuem no exercício do controle interno no âmbito de cada órgão e entidade do Poder Executivo Estadual.

#### **8.1.8. Que a Auditoria Geral do Estado monitore a aplicação dos prazos e procedimentos para a classificação de informações e documentos, de acordo com o grau de sigilo e consolide a publicação de relatórios estatísticos conforme estabelece o art. 62, IV do Decreto Estadual nº 1.359/2015.**

**PROVIDÊNCIAS:** Conforme apontado no item 2.3.7 do presente relatório, a Auditoria Geral do Estado informou que no exercício de 2020 examinou os portais eletrônicos de 57 (cinquenta e sete) órgãos e entidades do Executivo Estadual, a fim de aferir a conformidade com o art. 9º do Decreto Estadual nº 1.359/2015, que trata da promoção, independente de requerimento, da divulgação nos respectivos sítios na internet, de informações de interesse público, coletivo ou geral por eles produzidas, acumuladas ou custodiadas.

Nesse sentido, fez constar tabela contendo o órgão/entidade, o nº da solicitação de ação corretiva (SAC) e o nº dos processos administrativos eletrônicos, nos quais obteve, em sua maioria, informações acerca da necessidade de ajustes nos respectivos sítios eletrônicos – o que seria concluído ao logo do exercício de 2021.

Em novembro de 2021 expediu o Ofício Circular AGE nº 011/2021-GAB aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, alertando acerca da necessidade de produção do Relatório Anual de Implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), disponibilizando modelo de Relatório de Avaliação e Monitoramento, por meio de link, em seu portal eletrônico.

**ANÁLISE:** Por meio de consulta ao portal da AGE, verifica-se que consta em seu portal na aba “transparência”, os Relatórios de Avaliação e Monitoramento da LAI, o que se afere também no portal “Transparência Pará”, no ponto “Relatórios”, havendo, portanto, substancial avanço no referido item, em observância à Lei nº 12.527/2011 e o art. 62, IV do Decreto Estadual nº 1.359/2015. Ante o exposto, considera-se a recomendação **atendida**.

## QUANTO AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 8.1.9. Que no anexo de Metas Fiscais do PLDO, faça constar:

- a) a memória de cálculo da receita e da despesa, em contas analíticas, no Demonstrativo de Metas Anuais, conforme dispõe a LRF, art. 4º, § 2º, II;

**PROVIDÊNCIAS:** A Seplad considera que na elaboração dos anexos da LDO/2020, bem como nos demais exercícios, são cumpridos todos os critérios de padronização e transparência estabelecidos na LC nº 101/2000, assim como os previstos no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF em vigor na elaboração dos respectivos instrumentos de planejamento. Destacou ainda que nos anexos da LDO/2020, constam a descrição da metodologia utilizada para cálculo da projeção de receita e de despesa, tal como apresentado nos exercícios anteriores.

Prosseguindo, a Seplad informou que a partir do exercício do 2021, a metodologia foi apresentada com maiores detalhes.

**ANÁLISE:** Em verificação ao Demonstrativo das Metas anuais da LDO/2021 constatou-se que a metodologia para a estimativa da receita foi apresentada com maiores detalhes. Entretanto, no que se refere à fixação da meta anual relativa às despesas, os parâmetros adotados, metodologia e memória de cálculo, não apresentam ainda informações suficientes para a verificação da pertinência e consistência dos valores apresentados.

Neste sentido, considerando que o atendimento ocorreu somente para as receitas, a recomendação é considerada **atendida parcialmente**, e será reformulada quanto à despesa.

- b) Os critérios estabelecidos para renúncia de receita, no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, conforme estabelece o Manual de Demonstrativo Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

**PROVIDÊNCIAS:** O executivo não se manifestou quanto a esta recomendação.

**ANÁLISE:** O Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita visa a atender ao art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. De acordo com o MDF/STN 10ª edição, pag. 133, deve ser acompanhado de análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receitas e suas respectivas compensações, a fim de dar maior consistência aos valores apresentados.

O Demonstrativo apresentado na LDO/2020 não apresenta os critérios estabelecidos para a renúncia.

Na análise do Demonstrativo apresentado na LDO 2021 foi constatado que a descrição da metodologia utilizada não apresentou informações suficientes para se verificar a consistência e completude dos valores projetados para a renúncia de receita o que, além de dificultar o exercício do controle externo, impede o controle social e contraria o princípio da publicidade exarado no caput do art. 37 da Constituição Federal (CF), que para se concretizar depende que a Administração Pública garanta a transparência de seus atos.

Desta forma, considera-se a recomendação **não atendida**, entretanto deverá ser reformulada para atender a análise da LDO/2021.

#### 8.1.10. Que as receitas e despesas sejam apresentadas de forma setorizada no Demonstrativo Regionalizado e Setorizado das Receitas e Despesas do PLOA.

**PROVIDÊNCIAS:** A Seplad informou que a LOA/2021 apresentou o Demonstrativo de Despesa por Município e que a LOA/2023 deverá apresentar o Demonstrativo da Despesa Regionalizada.

Quanto à setorização da despesa o órgão técnico informou que o estado trabalha com as despesas por função, ao invés de setorizada e dessa forma optou por seguir a mesma metodologia já utilizada. A partir do PLOA 2023 será apresentado o Demonstrativo da Despesa Regionalizada por função de governo.

A Seplad ressaltou que não identificou na Lei de Responsabilidade Fiscal e nem no Manual dos Demonstrativos fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, a exigência da apresentação da receita e despesa de forma regionalizada e setorizada.

A Sefa apresentou no monitoramento das recomendações o Demonstrativo Regionalizado e Setorizado das Receitas considerando os setores agropecuária, Indústria e serviços.

**ANÁLISE:** A Constituição Estadual, em seu art. 204, § 5º dispõe que o PLOA será acompanhado de demonstrativo regionalizado e setorizado das receitas e despesas.

Há de se salientar que, por tratar-se de um dispositivo constitucional precisa ser cumprido. Entretanto admite-se não ter ficado claro o que o constituinte estadual entendeu por receitas e despesas setorizadas. Neste sentido Sefa e Seplad precisam em conjunto discutir como atender ao mandamento constitucional adotando um único critério de forma a permitir a comparação entre receitas e despesas de cada região do Estado, o que não será possível no caso da Sefa apresentar a receita por região e por setor da economia e a Seplad apresentar as despesas por região e por função de governo.

Assim sendo, a recomendação foi considerada **não atendida**.

#### 8.1.11. Que a incidência da renúncia de receita sobre as despesas seja apresentada no Demonstrativo Regionalizado dos Percentuais de Incidência sobre as Receitas e Despesas Decorrentes de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia do PLOA.

**PROVIDÊNCIAS:** A Seplad informou que a recomendação foi cumprida a partir da LOA 2022, item 5.3 (volume 1).

**ANÁLISE:** Verificou-se que, a LOA/2022, mais precisamente o Demonstrativo 5.3 -Regionalizado dos Percentuais de Incidência sobre as Receitas e Despesas decorrentes de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia (art. 204, § 11, CE/1989 e art. 5º, II, LRF) ainda não apresenta a incidência da renúncia de receita sobre as despesas. O Demonstrativo apenas informa o efeito da renúncia de receita sobre as receitas das Regiões do Estado.

Desta feita, a recomendação foi considerada **não atendida**.

#### 8.1.12. Que as metas fiscais do PLOA estejam em consonância com as definidas na LDO.

**PROVIDÊNCIAS:** A SEPLAD esclareceu que em razão dos instrumentos de planejamento serem elaborados em momentos distintos do exercício, a receita reestimada no PLOA difere da estimada na LDO, o que pode impactar em metas fiscais diferentes das programadas na LDO.

A Seplad informou ainda que, para os exercícios de 2021 e principalmente 2022, o planejamento orçamentário/financeiro foi ajustado visando ao atendimento dessa recomendação, o que ocasionou, nesses exercícios, resultados primários positivos com metas similares.

**ANÁLISE:** As metas fiscais são definidas na LDO e constituem importante parâmetro uma vez que representam os resultados esperados para as variáveis fiscais capazes de viabilizar o nível de endividamento pretendido pelo Estado.

Ao orçamento cabe a tarefa de, a partir da receita reestimada, elaborar a programação da despesa com base nas metas e prioridades definidas na LDO e desta forma apresentar compatibilidade com o alcance das metas fiscais definidas.

Assim, as despesas primárias autorizadas frente às receitas primárias reestimadas no PLOA devem ser suficientes para cumprir o resultado fiscal definido no Anexo de metas Fiscais da LDO. É o que positiva o art. 5º, I da LRF, pelo qual a LOA deve apresentar o demonstrativo de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais constantes da LDO.

Cabe esclarecer que, o Estado pode decidir não utilizar todo o espaço fiscal disponível quando da programação das despesas no PLOA e desta forma fixar despesas primárias que deduzidas da receita primária reestimada gere um resultado primário superior ao definido na LDO. Foi o que ocorreu na LOA/2022. No entanto, extrapolar o espaço fiscal e programar despesas em um patamar que gere um resultado primário inferior ao definido na LDO contraria o princípio de um planejamento fiscal responsável.

Considerando-se que a programação dos orçamentos do PLOA/ 2021 apresentou compatibilidade com os objetivos e metas fiscais constantes da LDO/2021, a recomendação foi considerada **atendida**.

#### 8.1.13. Que os valores estimados de renúncia de receita no PLOA estejam em consonância com os definidos na LDO.

**PROVIDÊNCIAS:** Não foram apresentadas as providências no Relatório Anual do Sistema de Controle Interno quanto à essa recomendação.

**ANÁLISE:** Apesar do Executivo não haver se posicionado quanto à esta recomendação, considerando-se que os valores estimados de renúncia de receita no PLOA2022 estão em consonância com os definidos na

LDO2022 e desta forma a recomendação foi considerada **atendida**.

**8.1.14. Que na programação do orçamento de investimento das empresas sejam incluídas apenas dotações para investimentos previstos expressamente na LDO.**

**PROVIDÊNCIAS:** O Governo do Estado não se manifestou quanto ao monitoramento desta recomendação.

**ANÁLISE:** A referida inconsistência se manteve na LOA 2022. No programa de trabalho do Banco do Estado do Pará junto ao Orçamento de Investimento das Empresas, constam ações que não se enquadram nos tipos de investimentos possíveis de programação no referido orçamento em razão do art. 9º da LDO 2022, quais sejam:

- a) Concessão de Crédito para Produtores Rurais no valor de R\$16 milhões, com objetivo de conceder 182 créditos e;
- b) Concessão de Crédito para a Indústria, Comércio, Serviços e Turismo no valor de R\$166,6 milhões, com objetivo de conceder 3655 créditos.

Desta forma, a recomendação foi considerada **não atendida**.

**8.1.15. Que sejam apresentados dados que permitam a avaliação do impacto orçamentário financeiro da renúncia de receita proveniente de benefícios fiscais no demonstrativo próprio do PLOA.**

**PROVIDÊNCIAS:** A Sefa informou que na LOA/2020 já haviam sido apresentados dados que permitem a avaliação do impacto orçamentário financeiro da renúncia de receita proveniente de benefícios fiscais.

**ANÁLISE:** O Demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro(97) apresentado na LOA/2020 não foi acompanhado da metodologia e memória de cálculo que justifique os dados apresentados, inviabilizando a verificação de sua validade e consistência.

Tendo em vista que na LOA/2021 a situação se manteve, considera-se a recomendação **não atendida**.

**8.1.16. Que as dotações destinadas às Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC) sejam discriminadas em categorias de programação específicas, conforme dispõe a LDO.**

**PROVIDÊNCIAS:** A Seplad informou que a recomendação será atendida a partir da LDO/2023.

(97) A estimativa do impacto orçamentário-financeiro pode ser entendida como a quantificação da queda na arrecadação de receitas, em valores aproximados, que resultará do implemento da renúncia (impacto financeiro), indicando-se a parte desse valor que já consta no orçamento, bem como a origem dos recursos que irão ocorrer à diferença (impacto orçamentário), e ainda a forma como será compensada a redução de receitas nos anos fiscais subsequentes (Furtado, J.R. Direito Financeiro. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2012).

**ANÁLISE:** A recomendação se refere à programação orçamentária e não à LDO. Como o PLOA referente ao exercício de 2023 ainda não foi elaborado, considera-se a recomendação **não atendida**.

**8.1.17. Que as medidas de compensação ao aumento das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado sejam apresentadas no PLOA, conforme determina o art. 5º, II, da LRF.**

**PROVIDÊNCIAS:** A Seplad se manifestou informando que: “as DOCC’s se concentram no grupo de despesa de pessoal e seu incremento na elaboração da LOA, quando ocorre, tem sido compensado pelo aumento do montante da receita”.

**ANÁLISE:** Constatou-se que não ficou esclarecido o significado da informação da Seplad de que as novas DOCCs são compensadas pelo aumento do montante de receita.

De acordo com o disposto no art. 5º, II, da LRF, o PLOA deve ser acompanhado das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado. Os Projetos de Lei Orçamentária referentes aos exercícios de 2021 e 2022 também não obedeceram ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à apresentação das medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Nesse sentido a recomendação foi considerada **não atendida**.

**8.1.18. Que a memória de cálculo do Demonstrativo das DOCC no PLDO apresente o detalhamento da conta novas DOCC que compõe o Saldo Utilizado da Margem Bruta.**

**PROVIDÊNCIAS:** A Seplad informou que o Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado é elaborado de acordo com o que orienta os Manuais de Demonstrativos Fiscais. Apesar do que iria providenciar o detalhamento da memória de cálculo da Margem de Expansão a partir da LDO/2023.

**ANÁLISE:** De acordo com as orientações contidas no MDF/STN, 10ª edição, pág. 151:

“O Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado visa ao atendimento do art. 4º, § 2º, inciso V, da LRF, e será acompanhado de análise técnica demonstrando a forma pela qual os valores apresentados foram obtidos, embasados por dados, tais como indicadores de atividade econômica, atividades desenvolvidas pela Administração Pública, que foram direcionados e geraram os resultados apresentados, e outros que contribuam para dar consistência ao referido demonstrativo”

O Demonstrativo da Margem de Expansão das DOCC na LDO/2020 não apresentou análise técnica e a forma pela qual os valores apresentados para novas Despesas Obrigatórias foram obtidos, informando apenas o que segue:



“Como aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2020, foi considerada, além da projeção do aumento real do salário mínimo, a correção real dos vencimentos dos servidores públicos estaduais, os efeitos do crescimento vegetativo da folha salarial, os acréscimos às despesas de pessoal decorrentes de nomeações, ou incrementos na estrutura de órgãos do estado, bem como o resultado do incremento nas despesas de custeio decorrentes do aumento da atividade governamental”

Dessa forma conclui-se que os argumentos utilizados pela Seplad não atendem aos objetivos da recomendação, portanto, a recomendação foi considerada **não atendida**.

## QUANTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 8.1.19. Que o registro contábil da depreciação de bens móveis e imóveis seja executado de acordo com os procedimentos previstos na Resolução CFC nº 07/2017, que aprova a NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado.

**PROVIDÊNCIAS:** Segundo a AGE, a Sefa reitera que a Instrução Contábil nº 17 aborda todos os aspectos necessários ao registro da depreciação de bens móveis e imóveis, inclusive quanto aos normativos, em especial à NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado, a qual deve ser aplicada pelas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos – casos em que estes prevalecem, e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2019, a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/2008.

Nessa esteira, a SEFA em conjunto com a SEPLAD e PRODEPA, vem implementando novas integrações entre os sistemas corporativos do Estado, para registros automáticos de toda movimentação patrimonial dos diversos órgãos, tais como incorporações e baixas. Essas ações encontram-se atualmente em fase de testes de validação, cuja entrada em produção está prevista para o primeiro semestre de 2022.

**ANÁLISE:** Os apontamentos feitos na análise das Contas do Governador de 2020 foram reincidentes no exercício de 2021, qual seja, o valor da depreciação registrado nas rubricas “Demais Bens Imóveis e Bens Dominicais” foi maior que o valor dos bens registrados, não obstante a edição da Instrução Contábil nº 17 editada pela Sefa, que fixou procedimentos para o registro de depreciação no âmbito do Estado, e ao reforço da orientação e do apoio presencial, conforme observado no capítulo das Demonstrações Contábeis, item do Imobilizado.

Dessa forma, como demonstrou não regularizar a inconsistência, considera-se a recomendação **não atendida**.

### 8.1.20. Que as receitas e despesas intraorçamentárias sejam registradas adequadamente, em atendimento à Portaria Interministerial nº 338/2006 (SOF), ao MCASP e ao princípio da fidedignidade contábil, a fim de evitar distorções orçamentárias, financeiras e patrimoniais.

**PROVIDÊNCIAS:** Segundo a AGE, a Sefa esclarece que as divergências decorrem essencialmente de registros de receitas intraorçamentárias em 2020 cujas despesas foram executadas em 2019 e inscritas em

restos a pagar naquele exercício. Por fim, destaca que a Sefa busca induzir aos órgãos e entidades do Estado à adoção de melhores práticas contábeis, quanto ao adequado registro das Receitas e Despesas Intraorçamentárias aos dispositivos da Portaria Interministerial nº 338/2006 (SOF), ao MCASP e ao princípio da Fidedignidade Contábil.

**ANÁLISE:** Apesar de a Sefa esclarecer o motivo pelo qual as distorções foram detectadas por esta Corte, as diferenças entre a arrecadação e o pagamento decorrentes dessas operações permaneceram, conforme evidenciado na Demonstração de Fluxo de Caixa, razão pela qual considera-se a recomendação **não atendida**.

#### **8.1.21. Que sejam cumpridos os prazos estabelecidos no Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), conforme dispõe a Portaria STN nº 548/2015.**

**PROVIDÊNCIAS:** Segundo a AGE, a Sefa informou que o Estado do Pará vem implementando ações visando a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a participação dos servidores do Tesouro estadual nas reuniões técnicas, grupos de trabalho, seminários, treinamentos e cursos de disseminação e aperfeiçoamento promovidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Dentre as ações está a instituição do Grupo de Trabalho de Integração Governamental (GTGOV), elaboração do cronograma de implementação das ações e sub ações, com a criação de projeto de governo denominado “Adequar a Gestão Contábil e Financeira as NBCASP”.

Consta, ainda, que foi promovida a adequação das bases de registros do Siafem ao PCASP, assim como ao MCASP e NBCASP, a partir do exercício de 2013. Em seguida, foi iniciada a integração de sistemas estruturantes Simas, Sispat WEB e SIGIRH ao Siafem, o que possibilitaria o reconhecimento, mensuração e evidenciação de bens móveis e imóveis e da depreciação, amortização ou exaustão, além das obrigações por competência e controle de estoque de materiais de consumo, como também aos demais créditos a receber e as obrigações por competência relativas à 13º salário e férias.

Também foi iniciado o projeto de implantação do Sistema de Administração Financeira (SIAF) em substituição ao Siafem, mais adequado à implementação das ações visando atender aos prazos definidos no PIPCP. Contudo, observam que não foram abordados os itens que ainda carecem de normativos específicos para regulamentação: 14, 16 e 19.

**ANÁLISE:** Embora a Sefa informe que o governo do Estado vem envidando esforços com uma série de providências desde 2008 para absorção dos novos conceitos e procedimentos de convergência das práticas contábeis no Estado do Pará, observa-se que vários procedimentos do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) tiveram seus prazos esgotados e ainda não foram concluídos, quais sejam: itens 1, 5, 6, 7, 11 e 15, portanto considera-se a recomendação **não atendida**.

#### **8.1.22. Que a participação societária do Estado, quando titular de participações permanentes em empresas sem influência significativa sobre a administração dessas, seja avaliada pelo método de custo, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.**

**PROVIDÊNCIAS:** Segundo a AGE, a Sefa esclarece que os investimentos sob a forma de ações, efetuados na PETROBRÁS e na OI S.A., não são relevantes e não possuem nenhuma relação societária direta com o Governo do Estado do Pará, são avaliadas pelo método de custos. O valor das ações na PETROBRÁS e na OI S.A, no montante de R\$14,5 milhões, só tem registro de alterações quando se observa a variação no valor nominal das ações (para mais ou para menos).

**ANÁLISE:** Tendo em vista que a SEFA demonstrou que realiza a avaliação das empresas sem influência significativa pelo método de custos e que os valores são atualizados, somente, quando ocorre variação no valor nominal das ações, considera-se a recomendação **atendida**.

## QUANTO À FISCALIZAÇÃO EM TEMA ESPECÍFICO

**Que o portal da transparência do Poder Executivo ([www.transparencia.pa.gov.br](http://www.transparencia.pa.gov.br)) seja mantido com informações atualizadas e detalhadas, bem como forneça relatórios em diversos formatos eletrônicos de modo a facilitar a análise das informações e o efetivo controle social, conforme determina a Lei nº 12.527/2011, quanto às informações de todos os órgãos e entidades públicas, e, notadamente, quanto:**

**8.1.23. Aos gastos com educação nos diferentes níveis de ensino, inclusive discriminando os gastos relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).**

**PROVIDÊNCIAS:** Consta no Relatório Anual do Sistema de Controle Interno (Anexo do BGE 2021), que em razão das limitações tecnológicas do atual portal “Transparência Pará”, foram disponibilizadas, no exercício anterior, em arquivo no formato pdf, informações referentes a gastos com educação por parte da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC”. Com relação ao exercício em análise, consta que “até o encaminhamento das Contas de Governo do exercício de 2021 ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, no final de março de 2022, serão disponibilizadas no portal ‘Transparência Pará’ informações, referentes ao exercício de 2021, sobre gastos com educação em outros níveis de ensino, sobre responsabilidade da SEDUC e de outros órgãos/entidades do Poder Executivo”.

**ANÁLISE:** Ao consultar o portal da transparência do Poder Executivo, há seção específica intitulada “Educação” no tópico “Áreas Temáticas”, com redirecionamento para página com informações em relatório em “pdf”, sobre o exercício de 2020.

Até o momento(98), não consta no referido sítio informações relativas ao exercício de 2021. Destaca-se que a recomendação indica a necessidade de serem disponibilizadas informações detalhadas e atualizadas ao usuário, e em diversos formatos eletrônicos, de forma a propiciar à sociedade instrumentos e meios para que efetivamente ocorra o controle social, nos moldes da legislação vigente.

Portanto, mediante ao que foi constatado, considera-se a recomendação **não atendida**.

**8.1.24. Aos gastos com saúde nas diferentes modalidades (saúde da família, saúde básica, serviços de**

(98) Acesso em 29/04/2022.

**alta e média complexidade), inclusive quanto às despesas de hospitais administrados por contrato de gestão e às decorrentes de sentenças judiciais.**

**PROVIDÊNCIAS:** O Poder Executivo informa por meio do Relatório Anual do Sistema de Controle Interno (BGE 2021), que em razão das “limitações tecnológicas do atual portal ‘Transparência Pará’, foram disponibilizadas, no exercício anterior, em arquivo ‘.pdf’, informações apresentadas pela Secretaria de Estado de Saúde – SESPA”. Com relação ao exercício em análise, informou que “até o encaminhamento das Contas de Governo do exercício de 2021 ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, no final de março de 2022, serão disponibilizadas no portal ‘Transparência Pará’, em formato ‘pdf’, informações sobre os gastos com saúde nas diferentes modalidades (saúde da família, saúde básica, serviços de alta e média complexidade), inclusive quanto às despesas de hospitais administrados por contrato de gestão e às decorrentes de sentenças judiciais”.

**ANÁLISE:** Ao consultar o portal da transparência do Poder Executivo, há seção específica intitulada “Saúde” no tópico “Áreas Temáticas”, com redirecionamento para página com informações em relatório em “pdf”, sobre o exercício de 2020.

Até o momento(99), não consta no referido sítio informações relativas ao exercício de 2021. Destaca-se que a recomendação indica a necessidade de serem disponibilizadas informações detalhadas e atualizadas ao usuário, e em diversos formatos eletrônicos, de forma a propiciar à sociedade instrumentos e meios para que efetivamente ocorra o controle social, nos moldes da legislação vigente.

Portanto, mediante ao que foi constatado, considera-se a recomendação **não atendida**.

#### **8.1.25. Aos procedimentos licitatórios e contratações diretas pelos órgãos e entidades da administração estadual.**

**PROVIDÊNCIAS:** A AGE informou que desde 2021 já era possível obter informações no portal “Transparência Pará” sobre os procedimentos licitatórios e contratações diretas realizadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, porém, tendo em vista as limitações tecnológicas do atual portal “Transparência Pará”, a solução encontrada foi realizar, manualmente, redirecionamentos para outros portais e para os sítios eletrônicos próprios dos órgãos/entidades.

A partir de tais redirecionamentos, por exemplo, para o portal “Compras Pará”, a AGE informa que é possível obter informações sobre licitações em andamento e já realizadas, e que no portal “Banparanet” há informações sobre contratações diretas de pequeno vulto. Salaria ainda que demais informações sobre licitações e contratações diretas realizadas no âmbito do Poder Executivo podem ser obtidas com o redirecionamento para os sítios eletrônicos dos respectivos órgãos/entidades.

**ANÁLISE:** Verifica-se que o portal “Transparência Pará” possui as seções “Editais e Licitações” e “Contratações Diretas”, sendo que a primeira possui uma subseção intitulada “Mural de Licitações” a segunda

---

(99) Acesso em 30/04/2022.

tem a subseção “Mural de Cotações Eletrônicas”, existindo ainda a subseção “Detalhamento Órgãos/Entidades” comum às duas seções principais.

Tanto a subseção “Mural de Licitações” quanto a “Mural de Cotações Eletrônicas” apresentam acesso e funcionamento regular, e com opção de seleção do órgão/entidade para obtenção de informações sobre aquisições/contratações.

No entanto, a subseção “Detalhamento Órgãos/Entidades” não apresenta funcionamento e redirecionamento adequado, sendo que em alguns casos, como por exemplo, ao acessar o *link* “Pregão Eletrônico” vinculado à própria AGE, o usuário é redirecionado para a página principal do sítio eletrônico da AGE. Outro exemplo pode ser obtido ao se acessar o *link* “Licitações” da SESP, em que o usuário é direcionado ao sítio da referida secretaria, porém, consta a mensagem “essa página não pode ser encontrada”, ou seja, não funciona efetivamente.

Mediante ao exposto, considerando que há funcionamento irregular da subseção “Detalhamento Órgãos/Entidades”, considera-se a recomendação **parcialmente atendida**.

#### 8.1.26. Aos gastos relacionados ao saneamento básico, fornecendo dados estatísticos e informações consolidadas.

**PROVIDÊNCIAS:** Por meio do Relatório Anual do Sistema de Controle Interno, o governo responde que em razão das “limitações tecnológicas do atual portal ‘Transparência Pará’, foram disponibilizadas, no exercício anterior, em arquivo ‘.pdf’, informações apresentadas pela Companhia de Saneamento do Pará-COSANPA sobre os gastos realizados, no exercício de 2020, na área de saneamento básico.

Para o exercício de 2021 a AGE informou que a COSANPA forneceu dados estatísticos para o atendimento à recomendação e que “até o encaminhamento das Contas de Governo do exercício de 2021 ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, no final de março de 2022, serão disponibilizadas no portal ‘Transparência Pará’, em formato ‘pdf’, informações atualizadas até o exercício de 2021”.

**ANÁLISE:** Até o momento(100), não consta no referido sítio informações relativas ao exercício de 2021. Destaca-se que a recomendação indica a necessidade de serem disponibilizadas informações detalhadas e atualizadas ao usuário, e em diversos formatos eletrônicos, de forma a propiciar à sociedade instrumentos e meios para que efetivamente ocorra o controle social, nos moldes da legislação vigente.

Portanto, mediante ao que foi constatado, considera-se a recomendação **não atendida**.

#### 8.1.27. Que seja realizado o censo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, conforme dispõem a Lei Federal no 10.887/2004 e a Orientação Normativa SPSS no 02/2009.

**PROVIDÊNCIAS:** O Relatório Anual do Sistema de Controle Interno destaca que o Instituto de Gestão

(100) Acesso em 30/04/2022.

Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev) apresentou à AGE relatório de monitoramento dos atendimentos realizados no decorrer do Censo Previdenciário até então realizado. Conforme informado, o censo teve início em novembro/2020, porém, em razão da pandemia de Covid-19 não foi possível finalizá-lo ainda em 2021.

Consta no referido relatório informações detalhadas sobre os polos fixos e itinerantes, as fases realizadas, com data de início e término, além das metas fixadas e o que foi possível alcançar. Há também a informação de que houve a realização de censo à distância, com envio de documentação à sede do Igeprev, e censo por visita técnica para “os casos de pessoas com impossibilidade de locomoção por motivos de saúde previstos em lei, pessoas com impossibilidade de locomoção por longo prazo decorrente de problema de saúde e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica”.

**ANÁLISE:** A partir das informações disponibilizadas ficou evidenciado que o IGEPREV empreendeu esforços para a realização do Censo Previdenciário, contudo, conforme declarado, o mesmo ainda não foi finalizado. Consta no Relatório Anual do Sistema de Controle Interno apresentado que a previsão de término do censo seria 08/03/2022.

Considerando as informações prestadas, e a ausência de comprovação da finalização do Censo Previdenciário, considera-se a recomendação **atendida parcialmente**.

#### **8.1.28. Que seja implantado o sistema SAJ-protestos, de modo que proporcione melhoria na gestão das cobranças da dívida ativa.**

**PROVIDÊNCIAS:** A AGE informou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) apresentou um cronograma de implantação do módulo protestos do sistema SAJ, com início previsto para 07/02/2022 e término em 11/03/2022.

**ANÁLISE:** Embora tenha sido apresentado cronograma de implantação do referido sistema, ainda não há informações suficientes e comprovação de que o sistema tenha sido efetivamente implantado. Desta forma, considera-se a recomendação **não atendida**.

#### **8.1.29. Que a transparência ativa da informação no Portal de Transparência do Poder Executivo ([www.transparência.pa.gov.br](http://www.transparência.pa.gov.br)) atenda ao disposto nos artigos 48 e 48-A da LRF, no art. 7º, I e II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 e do art. 68 do Decreto Estadual nº 1.359/2015, bem como a transparência ativa dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, em seus sítios eletrônicos na internet, atenda ao rol mínimo de informações estabelecido no art. 9º do Decreto Estadual nº 1.359/2015 e no art. 8º da Lei nº 13.303/2016.**

**PROVIDÊNCIAS:** Em síntese, o governo diz que inicialmente importa salientar que, embora o Decreto Federal nº 7.185/2010 tenha sido revogado em 05/11/2020, apesar disso, os incisos I e II do art. 7º, manteve sua essência preservada no novel diploma normativo, nos incisos I e II do art. 8º do Decreto Federal nº 10.540/2020.

Conforme dispõe o Relatório Anual do Sistema de Controle Interno, disponibilizado pela AGE, no que se refere aos artigos 48 e 48-A da LRF, há a alegação de que as informações sobre os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) podem ser obtidas a partir de redirecionamentos na seção

“Planejamento Estadual” constante no portal “Transparência Pará”.

Ainda com relação às determinações do art. 48 da LRF, a AGE destaca que constam as seções “Balanços Gerais do Estado” e “Contabilidade Geral do Estado”, “Contas de Governo” e “Lei de Responsabilidade Fiscal”, no portal “Transparência Pará”, em que são disponibilizadas informações sobre cada tema relacionado.

Quanto às receitas e despesas (art. 48-A da LRF), a AGE destaca que o portal “Transparência Pará” já possui informações relacionadas, assim como informações sobre os processos licitatórios e contratações diretas realizadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado.

**ANÁLISE:** Embora a AGE tenha demonstrado que houve avanços quanto ao atendimento desta recomendação, com a inclusão de *links* em que há direcionamento para informações sobre os instrumentos de planejamento, balanços gerais do Estado e demais informações, ainda há providências necessárias a serem realizadas, conforme assinalado pela própria AGE.

A respeito das informações da seção “Planejamento Estadual”, estas estão desatualizadas(101), tendo em vista não haver, a partir do direcionamento obtido, informações atualizadas sobre as revisões e alterações do PPA, além da LOA disponibilizada ser ainda referente a 2020, assim como a LDO, também do exercício de 2020.

Em relação ao preconizado pela Lei Federal nº 13.306/2016 e demais itens da recomendação, a AGE declarou que tais funcionalidades só poderão ser melhor atendidas a partir do desenvolvimento do “novo portal Transparência Pará”.

Portanto, mediante ao exposto, considera-se que a recomendação em comento foi **atendida parcialmente**.

**8.1.30. Que as atribuições e competências da Auditoria Geral do Estado e das autoridades de gerenciamento, quanto à implementação da transparência ativa no âmbito do Poder Executivo, sejam efetivamente exercidas, conforme dispõem os artigos 61 e 62 do Decreto Estadual nº 1.359/2015, assim como os relatórios emitidos por essas instâncias sejam disponibilizados nos respectivos sítios eletrônicos e no Portal de Transparência do Poder Executivo.**

**PROVIDÊNCIAS:** A AGE informou que, em novembro/2020, examinou se os sítios eletrônicos de 57 (cinquenta e sete) órgãos e entidades do Poder Executivo estariam em conformidade com o art. 9º do Decreto Estadual nº 1.359/2015 e promovendo a Transparência Ativa de informações de interesse público, e que a partir da constatação de descumprimento, ainda que parcial, foi encaminhado “Solicitação de Ação Corretiva” ao órgão/entidade para que este providenciasse a correção da inconformidade.

A AGE informou também que encaminhou, em 2021, ofício aos órgãos e entidades do Poder Executivo solicitando a elaboração de Relatório Anual de implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), e que envidaria esforços para, a partir do recebimento dos referidos relatórios, consolidar e publicar, até 30/03/2022, informações estatísticas relacionadas ao art. 43 do Decreto Estadual nº 1.359/2015.

(101) Acesso em 29/04/2022 às 10:00h.

**ANÁLISE:** Tendo em vista se tratar de recomendação reiterada, e considerando ainda o sucinto posicionamento da AGE a respeito do atendimento da recomendação em comento, para uma análise mais detida quanto ao atendimento da mesma, serão resgatas as principais constatações elencadas no relatório de análise das recomendações do exercício anterior.

a) Quanto ao **controle sobre a entrega do relatório anual que avalia e monitora a implementação do disposto no Decreto Estadual nº 1.359/2015 (art. 61, parágrafo único)**, está disponível no sítio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) o Relatório Anual do e-SIC, por exercício, a partir de 2016. Porém, conforme assinalado, ainda não foi atendido ao disposto no parágrafo único do art. 61, tendo em vista que o referido relatório anual se limita a apresentar estatísticas de atendimentos dos pedidos de acesso à informação, sem tratar de pontos relevantes, tais como se ocorre ou não a transparência ativa no sítio dos órgãos/entidades integrantes do Poder Executivo, além de informações sobre o monitoramento e implementação do Decreto nº 1.359/2015.

b) Quanto a **Promoção, em conjunto com a Secom e a CCG, de campanha de abrangência estadual de fomento à cultura da transparência na gestão do Poder Executivo estadual e conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação (art. 62, II do Decreto nº 1.359/2015)**, a AGE informou no Relatório Anual do Sistema de Controle Interno de 2020, que não havia realizado em 2019 e 2020 campanhas nesse sentido, mas, que pretendia realizá-las em 2021. Não constou do relatório da AGE quaisquer menções à realização destas campanhas durante o exercício de 2021.

c) Em relação a **Promoção, em conjunto com a CCG, de treinamentos de agentes públicos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública (art. 62, III do Decreto nº 1.359/2015)**, a AGE afirmou no Relatório Anual do Sistema de Controle Interno de 2020 que não havia realizado treinamentos em 2019 e 2020 sobre o tema, porém, que pretendia realizar em 2021, 01 ou 02 eventos, em formato online, relacionadas ao fomento e implementação da transparência pública no âmbito do Poder Executivo estadual. Não há informações no relatório quanto à realização ou não dos referidos treinamentos durante o exercício de 2021.

c) Quanto ao item **Monitoramento da aplicação, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos, e a implementação do Decreto Estadual nº 1.359/2015**, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 43, por meio do *link* <http://www.transparencia.pa.gov.br/?q=node/71>, informado pela AGE no relatório do exercício de 2020, é possível encontrar o Relatório Anual do e-SIC de cada exercício, desde 2016. Ressalta-se que só foi possível acessar o relatório pelo *link* indicado, tendo em vista que não há no sítio opções visíveis para acessá-lo, ou outras opções de navegação no sítio que permitam visualizá-lo.

Ao se analisar o relatório de 2021, são observados avanços com relação ao cumprimento do art. 43 do Decreto Estadual nº 1.359/2015, tendo em vista que houve análises descritivas a respeito das estatísticas apresentadas, e com a inclusão dos tópicos “Monitoramento da LAI” e “Dados Obrigatórios de Transparência Ativa”. No tópico “Monitoramento da LAI”, página 23, consta *link* para acesso ao modelo de relatório desenvolvido pela AGE, a ser elaborado anualmente pelos órgãos e entidades do Estado, contudo, o *link* lá indicado não funciona, pois, quando acessado é exibida a mensagem “a página não foi encontrada”. Por meio de acesso direto ao sítio da AGE e pesquisa no mecanismo de busca do sítio da AGE, foi possível local o modelo disponibilizado(102).

(102)[https://www.age.pa.gov.br/sites/default/files/age/transparencia\\_publica/autoridade\\_de\\_gerenciamento/modelo\\_relatorio/modelo\\_de\\_relatorio\\_de\\_monitoramento\\_lai\\_2021.docx](https://www.age.pa.gov.br/sites/default/files/age/transparencia_publica/autoridade_de_gerenciamento/modelo_relatorio/modelo_de_relatorio_de_monitoramento_lai_2021.docx)



A partir das informações disponibilizadas pelo órgãos e entidades do Estado à AGE por meio do Relatório Anual de Avaliação e Monitoramento da LAI, espera-se que a AGE possa atuar para que tais órgãos e entidades busquem o aperfeiçoamento no atendimento da LAI.

Em relação ao tópico “Dados Obrigatórios de Transparência Ativa” constante no Relatório Anual do e-SIC, destaca-se que há um quadro discriminativo de estrutura de informações constantes do portal “Transparência Pará”, inclusive com o *link* para acesso, porém, o endereço indicado aponta para a disponibilização de informações diferentes do tópico indicado, tais como informações sobre estrutura organizacional, com principais cargos e ocupantes, contudo, ao clicar no *link* indicado, o redirecionamento é feito para informações sobre receitas e despesas públicas, não atendendo portanto ao tipo de informação a que o tópico estava relacionado.

Portanto, mediante ao exposto, considera-se que a recomendação em comento foi **atendida parcialmente**.

**Que a Ouvidoria Geral do Estado e os órgãos integrantes da rede de ouvidoria, com base na Lei nº 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.359/2015, na Lei Estadual nº 8.096/2015 e na Lei Federal nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 113/2019:**

**8.1.31. Disponibilizem canal próprio de comunicação e acompanhamento de denúncias, reclamações, sugestões, solicitações de informações e outras demandas.**

**PROVIDÊNCIAS:** Com relação à recomendação 31, consta que a OGU informou que está em avançado estágio de desenvolvimento tanto o sistema quanto o portal que irão atender esta recomendação, visando receber, de modo geral, as manifestações dos usuários. O desenvolvimento de tais ferramentas, conforme informado, está a cargo da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - Prodepa, a partir do Contrato nº 35/2020-CCG/PA/SIGO, firmado entre a Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará e a Prodepa.

**ANÁLISE:** Conforme informado, a OGE ainda não possui canal próprio de comunicação em meio eletrônico para o acompanhamento de denúncias, reclamações, sugestões, solicitações de informações e outras demandas da Ouvidoria Geral do Estado. Em que pese a informação de que há contrato firmado, em avançado estágio de desenvolvimento, tanto do sistema quanto do portal aos fins supracitados, não foi informada a previsão de término de desenvolvimento e de implantação dos mesmos.

Desta forma, mediante às informações prestadas, considera-se a recomendação **não atendida**.

**8.1.32. Planejem anualmente suas atividades.**

**PROVIDÊNCIAS:** Quanto à Recomendação 32, no que se refere ao planejamento anual de atividades, a OGE informou que “baseia suas ações conforme os instrumentos de gestão, como PPA e LDO. Informou ainda que as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Geral do Estado, no âmbito interno, são planejadas pelo Ouvidor Geral e sua equipe de trabalho. As atividades da Rede de Ouvidorias do Estado do Pará são discutidas e planejadas conjuntamente entre Ouvidoria Geral do Estado e as Ouvidorias dos órgãos”.

**ANÁLISE:** Assim como foi apontado no relatório de análise do exercício anterior, não houve efetiva comprovação da existência do planejamento anual das atividades da OGE. Desta forma, considera-se a recomendação **não atendida**.

### 8.1.33. Instituem rotinas internas padronizadas.

**PROVIDÊNCIAS:** Quanto à instituição de rotinas internas padronizadas, a OGE informou que o “Decreto Estadual nº 113/2019 padroniza rotinas internas e fluxos”, e que as segue.

**ANÁLISE:** Considerando que o referido decreto trata da norma geral, e que não houve, além do decreto, o estabelecimento de normas, rotinas de procedimentos que padronizem o fluxo de trabalho e as rotinas internas e de funcionamento das Ouvidorias, considera-se a recomendação **não atendida**.

### 8.1.34. Avaliem o resultado de metas e indicadores de desempenho quanto ao prazo de atendimento das demandas e quanto à satisfação dos usuários.

**PROVIDÊNCIAS:** A OGE informou que o “O processo de avaliação de resultados das metas e indicadores de desempenho quanto aos prazos de atendimento às manifestações, bem como a satisfação dos usuários dos serviços, está previsto para ocorrer através do portal da Ouvidoria, em formulação pela PRODEPA, conforme o Processo Administrativo Nº 2021/1048665 (2021/1179771) e o Contrato Nº 35/2020-CCG/PA/SIGO”.

**ANÁLISE:** Considerando que, conforme declarado, a avaliação de resultados de metas e indicadores de desempenho quanto ao prazo de atendimento das demandas. e quanto à satisfação dos usuários, poderá vir a ocorrer somente após a implantação do portal da Ouvidoria, sendo que tal implantação ainda não ocorreu, considera-se a recomendação **não atendida**.

## QUANTO À ÁREA DE GOVERNO – EDUCAÇÃO

**8.1.35. Que promova a ampla divulgação dos resultados do monitoramento e das avaliações das metas do Plano Estadual de Educação (PEE) 2015-2025 nos sítios institucionais da internet das instâncias indicadas no art. 3º da Lei nº 8.186/2015, com total transparência à sociedade, segundo se extrai do parágrafo único do art. 3º c/c o art. 9º da Lei Estadual nº 8.186/2015, assim como do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 1.726/2017.**

**PROVIDÊNCIAS:** A AGE informou no Relatório Anual do Sistema de Controle Interno – 2021 (Anexo do BGE 2021) as providências descritas a seguir:

No início de 2021, com relação às Contas de Governo do exercício de 2020, foi disponibilizado no portal “Transparência Pará” relatório elaborado pela Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, abordando a avaliação das metas do Plano Estadual de Educação (PEE) 2015-2025. A avaliação realizada tratou do exercício de 2019 [...]. Com relação às Contas de Governo do exercício de 2021, a SEDUC informou que as metas e estratégias do Plano Estadual de Educação - PEE - 2015-2025 foram monitoradas e avaliadas, faltando ainda, a análise e aprovação das instâncias indicadas no art. 3º da Lei nº 8.186/2015, para realização da ampla divulgação dos resultados do monitoramento e avaliação nos sítios institucionais no prazo de 90 dias a partir de 03/01/2022.

**ANÁLISE:** Em que pese a SEDUC ter informado que a divulgação dos resultados do monitoramento e

das avaliações das metas do Plano Estadual de Educação (PEE) 2015-2025 estariam disponibilizada nos sites institucionais no prazo de 90 dias, a partir do dia 03/01/2022, isto é, por volta do dia 04/04/2022, a consulta realizada no sítio oficial da Secretaria <http://www.seduc.pa.gov.br/>, na data de 04/05/2022, não permitiu identificar seção dedicada ao Plano Estadual de Educação, tampouco ao monitoramento e à avaliação das metas nele estabelecidas.

Já em consulta ao site <http://www.transparencia.pa.gov.br/>, observou-se a existência da seção Educação, a qual direciona para outras seções. Dentre elas, consta a seção “Monitoramento do Plano Estadual de Educação em 2020”, que comporta Relatório relativo às “MEDIDAS ADOTADAS NA SEDUC APÓS AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – CONTAS DO GOVERNADOR – EXERCÍCIO 2019”.

Conforme fora mencionado no Relatório de Análise das Contas do Governador do Estado do Pará - 2020, consta no documento que seu objetivo é de relatar as ações da SEDUC acerca de algumas metas do Plano Estadual de Educação e, especialmente, atender às recomendações do TCE-PA. No entanto, o conteúdo não aborda sobre o cumprimento das metas do PEE, nem sobre os resultados advindos dela, ou seja, na essência, o relatório não avalia o Plano.

Tendo em vista de que não houve alteração nas providências adotadas pelo Estado quanto à divulgação do monitoramento e da avaliação das metas do PEE 2015-2025 nos sites oficiais, de acordo como determinam o art. 3º, parágrafo único c/c o art. 9º da Lei nº 8.186/2015, assim como o art. 2º, II, do Decreto estadual nº 1.726/2017, considera-se **não atendida** a recomendação.

#### 8.1.36. Que sejam monitoradas as metas de nº 9, 10, 12, 13, 14, 16, 17 e 20 do PEE 2015-2025.

**PROVIDÊNCIAS:** A AGE informou no Expediente nº 002215/2021 e no Relatório Anual do Sistema de Controle Interno as providências descritas a seguir:

Com relação às Contas de Governo do exercício de 2021, a SEDUC informou que as metas e estratégias do Plano Estadual de Educação - PEE - 2015-2025 foram monitoradas e avaliadas, faltando ainda, a análise e aprovação das instâncias indicadas no art. 3º da Lei nº 8.186/2015, para realização da ampla divulgação dos resultados do monitoramento e avaliação nos sítios institucionais no prazo de 90 dias a partir de 03/01/2022.

**ANÁLISE:** Conforme mencionado no Relatório de Análise das Contas do Governador do Estado do Pará-2020, esta recomendação possui relação direta com a imediatamente anterior, cuja análise concluiu pela inexistência de relatório que comprove o monitoramento das metas do Plano Estadual de Educação (PEE) 2015-2025. Destarte, considera-se a recomendação **não atendida**.



The background features a complex network of interconnected hexagonal and pentagonal shapes, resembling a molecular or crystalline structure. Overlaid on this is a semi-transparent bar chart with several vertical bars of varying heights. A large, semi-transparent white circle is centered in the middle of the image, containing a smaller, solid dark blue circle. The overall color palette is dominated by shades of blue and teal.

# RECOMENDAÇÕES



## 9. RECOMENDAÇÕES

As recomendações ora propostas se fundamentam no papel constitucional deste Tribunal de assegurar a observância aos princípios da legalidade, eficiência, legitimidade e economicidade na gestão pública, além cumprir sua função orientadora, contribuindo para a melhoria da gestão pública do Estado.

Assim, adiante, apresentam-se as recomendações formuladas em exercícios anteriores, mas não implementadas pelo governo, ainda que em sua plenitude, bem como as novas recomendações provenientes das ocorrências verificadas no exercício sob exame, todas identificadas por capítulo de análise do relatório.

Ressalta-se que algumas recomendações foram reformuladas diante do cumprimento delas em alguns aspectos e da possibilidade de compilação, e, ainda, para o aprimoramento da redação textual.

Por fim, no quadro a seguir, listam-se 35 recomendações direcionadas ao Poder Executivo, sendo 17 reiteradas e 18 novas formulações.

QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE		
1	Que seja implementado efetivamente o controle de obras públicas a cargo do Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar da licitação até a fase posterior à conclusão do objeto, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações;	Reiterada
2	Que seja implementado efetivamente o controle de transferências voluntárias efetuadas pelo Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar à concessão até a apresentação da prestação de contas, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações. Além disso, seja designado órgão gestor do sistema;	Reiterada
3	Que seja regulamentado, na forma do art. 16 da Lei nº 8.873/2019, e instituído, mediante sistema informatizado, o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados para com Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual (CadinPA);	Reiterada
4	Que seja implantado sistema de registro de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme dispõe a LRF, art. 50, § 3º, considerando os critérios de transparência e controle social.	Reiterada

QUANTO AO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO		
5	Que a Auditoria Geral do Estado avalie resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual;	Reiterada
6	Que seja criado um Programa de Integridade e <i>Compliance</i> , no âmbito do Poder Executivo do Estado, com o objetivo de implementar e monitorar políticas, procedimentos e práticas de eficiência administrativa nos órgãos e entidades da administração direta e indireta.	Nova
7	Que seja viabilizada a integração entre os sistemas Siafem e os demais sistemas em uso pelo Poder Executivo do Estado do Pará, à exemplo do Sispat imóveis, viabilizando um melhor monitoramento quanto à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil.	Nova
8	Que a Auditoria Geral do Estado faça constar nos portais da internet seus relatórios atualizados, oportunizando o acesso à sociedade e ao controle externo das informações de interesse público, em observância à Lei nº 12.527/2011 e ao Decreto Estadual nº 1.359/2015.	Nova
9	Que seja regulamentado, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Pará, com base nos critérios de proporcionalidade e razoabilidade, percentual mínimo de servidores efetivos, com formação compatível, para atuarem no exercício do controle interno nas unidades de controle, dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.	Nova

QUANTO AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
10	Que no anexo de Metas Fiscais do PLDO, faça constar:	
	<p>a) a descrição da metodologia e memória de cálculo, referente à projeção da meta relativa às despesas, no Demonstrativo das Metas Anuais, com informações detalhadas suficientes para a verificação da consistência e completude dos valores apresentados, conforme dispõe a LRF, art. 4º, §2º, II;</p> <p>b) a descrição da metodologia e memória de cálculo da estimativa da renúncia de receita, no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita, que considere especificação e análise dos critérios utilizados, objetivando maior consistência aos valores apresentados.</p>	<p>Reiterada<sup>1</sup></p> <p>Reiterada<sup>1</sup></p>
11	Que na programação do orçamento de investimento das empresas sejam incluídas apenas dotações para investimentos previstos expressamente na LDO.	Reiterada
12	Que a memória de cálculo do Demonstrativo das DOCC no PLDO apresente o detalhamento da conta novas DOCC que compõe o Saldo Utilizado da Margem Bruta.	Reiterada
13	Que as receitas e despesas sejam apresentadas de forma setorizada no Demonstrativo Regionalizado e Setorizado das Receitas e Despesas do PLOA, conforme dispõe a CF/88. art.204, §5º.	Reiterada
14	Que sejam apresentados dados que permitam a avaliação do impacto orçamentário-financeiro da renúncia de receita, proveniente de benefícios fiscais, no demonstrativo próprio do PLOA.	Reiterada
15	Que as dotações destinadas às Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC) sejam discriminadas em categorias de programação específicas, conforme dispõe a LDO, art. 11, II.	Reiterada
16	Que as medidas de compensação ao aumento das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado sejam apresentadas no PLOA, conforme determina o art. 5º, II, da LRF;	Reiterada
17	Que a incidência da renúncia de receita sobre as despesas seja apresentada no Demonstrativo Regionalizado dos Percentuais de Incidência sobre as Receitas e Despesas Decorrentes de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia do PLOA;	Reiterada
18	Que o PLDO apresente orientação no sentido de adoção de mecanismo que possibilite a identificação, na programação orçamentária, das despesas definidas como prioritárias no anexo de metas e prioridades da LDO.	Nova
19	Que os recursos sejam alocados na LOA, de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, atendendo ao disposto no art. 25, da LDO.	Nova
20	Que a mensagem que encaminhar o PLOA seja composta por Quadros Demonstrativos contendo: o estoque da dívida fundada e fluante do Estado (art.13, I, c, da LDO), a capacidade de endividamento do Estado (art.13, I, e, da LDO) e o patrimônio público a ser conservado, com indicação quantitativa do que já foi executado, tanto em porcentagem, quanto em montante financeiro, e a quantificação do que ainda falta para a conclusão das obras relacionadas. (Art.13, II, e, da LDO).	Nova
21	Que o Poder Executivo proceda avaliação das políticas públicas efetivadas por meio da concessão de benefícios fiscais de ICMS (Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado e RTD) para verificação de sua eficácia e validade, com base na sua razão instituidora.	Nova
22	Que a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração adote os mesmos intervalos de classe quando da avaliação dos indicadores e das metas físicas e financeiras do Plano Plurianual 2020-2023, ao elaborar o relatório previsto no art. 15 da Lei Estadual nº 8.966/2019.	Nova
23	Que as alterações nos critérios para contabilização de metas físicas acompanhem estudos para adequação também do quantitativo das metas ou que as alterações sejam realizadas somente em outro exercício, a fim de evitar distorções que prejudiquem a análise e a compreensão do alcance da meta física.	Nova



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
24	Que oriente suas unidades gestoras quanto ao adequado registro da depreciação de bens móveis e imóveis, adotando os procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 07, de 22 de setembro de 2017, que trata de imobilizado.	Reiterada
25	Que faça cumprir os prazos estabelecidos no Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, estabelecido pela Portaria STN nº 548/2015.	Reiterada
26	Que no Patrimônio Líquido evidencie o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, conforme determina o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público – MCASP 8ª edição.	Nova
27	Que implemente medidas, a nível de sistema e a nível de orientação às equipes de contabilidade das unidades gestoras, para promover o adequado trato contábil das operações intraorçamentárias, computando adequadamente suas receitas e despesas, a fim de evitar distorções orçamentárias, financeiras e patrimoniais nos registros contábeis, em atendimento à Portaria Interministerial nº 338, de 26 de abril de 2006 (SOF), ao MCASP e ao princípio da fidedignidade contábil, bem como os procedimentos da Instrução Contábil nº 16 – Operações Intraorçamentárias, emitida pela Sefa.	Nova
28	Que implemente procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável e ajuste para perda de ativos, dando cumprimento às NBC TSP 09 e 10, e promovendo melhorias na qualidade da informação contábil quanto ao efetivo ativo imobilizado do Estado	Nova
29	Que discipline e implemente medidas para providenciar o registro das provisões contingentes no passivo das respectivas unidades gestoras, correspondentes a demandas judiciais prováveis, e a anotação dos passivos contingentes, correspondentes a demandas judiciais possíveis, em notas explicativas, como disciplina a NBC TSP 03	Nova
30	Que aprovisione no passivo valores estimados de pagamentos futuros quanto ao Programa Renda Pará, considerando ser obrigação presente decorrente de legislação vigente, ser provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação, e haver possibilidade de se calcular estimativa confiável, conforme a NBC TSP 03	Nova
31	Que implemente controle das informações a serem divulgadas nas Notas Explicativas, bem como a análise e divulgação de informações relevantes de operações não divulgadas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 8ª ed.) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).	Nova

QUANTO AO TEMA ESPECÍFICO – INVESTIMENTOS		
32	Que seja disponibilizado no portal “Transparência Pará” um quadro informativo contendo informações dessas despesas, detalhadas por Região de Integração do Estado beneficiada e por município beneficiado, em observância ao art. 9º do Decreto Estadual nº 1.359/2015 c/c a Lei Federal nº 12.527/2011 e considerando os pressupostos normativos estabelecidos na Lei Federal nº 4.320/1964 c/c a Portaria Interministerial nº 163/2001, a fim de subsidiar o exercício do controle externo e social das despesas com investimentos.	Nova
33	Que seja realizado o efetivo planejamento de gastos com investimentos para que não ocorra grandes descompassos entre o planejamento e a execução da despesa, evidenciando assim uma subestimação ou superestimação dos valores necessários à execução dos programas de governo previstos.	Nova

QUANTO AO TEMA ESPECÍFICO – EDUCAÇÃO		
34	Que promova a ampla divulgação dos resultados do monitoramento e das avaliações das metas do Plano Estadual de Educação (PEE) 2015-2025 nos sítios institucionais da internet das instâncias indicadas no art. 3º da Lei nº 8.186/2015, com total transparência à sociedade, segundo se extrai do parágrafo único do art. 3º c/c o art. 9º da Lei Estadual nº 8.186/2015, assim como do art. 2º, II, do Decreto Estadual nº 1.726/2017;	Reiterada
35	Que sejam monitoradas as metas de nº 9, 10, 12, 13, 14, 16 e 20 do PEE 2015-2025;	Reiterada

**ADENDO** ao Relatório técnico, alterando o quadro acima, que contém as propostas de recomendações formuladas pela Comissão Técnica ao Poder Executivo.

1. Este documento altera as recomendações constantes às págs. 303/305 do relatório técnico apresentado ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior, relator do processo nº TC/006056/2022, referente a prestação de contas de governo, exercício 2021.
2. Essa alteração decorre dos ajustes feitos pelo Conselheiro Relator, após análises das propostas de recomendações formuladas pela Comissão Técnica do TCE-PA e do parecer do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.
3. O quadro, a seguir, consta do Relatório do Relator apresentado ao Tribunal Pleno do TCE-PA o qual acompanhou na íntegra, na sessão extraordinária ocorrida no dia 19/05/2022, que apreciou e emitiu Parecer Prévio à referida prestação de contas e estabelece o quadro final das recomendações exaradas ao Poder Executivo.

QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE		
1	Que seja implementado efetivamente o controle de obras públicas a cargo do Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar da licitação até a fase posterior à conclusão do objeto, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações;	Reiterada
2	Que seja implementado efetivamente o controle de transferências voluntárias efetuadas pelo Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar à concessão até a apresentação da prestação de contas, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações. Além disso, seja designado órgão gestor do sistema;	Reiterada
3	Que seja regulamentado, na forma do art. 16 da Lei nº 8.873/2019, e instituído, mediante sistema informatizado, o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados para com Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual (CadinPA);	Reiterada
4	Que seja implantado sistema de registro de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme dispõe a LRF, art. 50, § 3º, considerando os critérios de transparência e controle social.	Reiterada

QUANTO AO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO		
5	Que a Auditoria Geral do Estado avalie resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual;	Reiterada
6	Que seja criado um Programa de Integridade e <i>Compliance</i> , no âmbito do Poder Executivo do Estado, com o objetivo de implementar e monitorar políticas, procedimentos e práticas de eficiência administrativa nos órgãos e entidades da administração direta e indireta.	Nova

QUANTO AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
7	Que no anexo de Metas Fiscais do PLDO, faça constar: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) a descrição da metodologia e memória de cálculo, referente à projeção da meta relativa às despesas, no Demonstrativo das Metas Anuais, com informações detalhadas suficientes para a verificação da consistência e completude dos valores apresentados, conforme dispõe a LRF, art. 4º, §2º, II;</li> <li>b) descrição da metodologia e memória de cálculo da estimativa da renúncia de receita, no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita, que considere especificação e análise dos critérios utilizados, objetivando maior consistência aos valores apresentados;</li> </ol>	Reiterada <sup>1</sup>
8	Que na programação do orçamento de investimento das empresas sejam incluídas apenas dotações para investimentos previstos expressamente na LDO;	Reiterada

QUANTO AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
9	Que a memória de cálculo do Demonstrativo das DOCC no PLDO apresente o detalhamento da conta novas DOCC que compõe o Saldo Utilizado da Margem Bruta;	Reiterada
10	Que as receitas e despesas sejam apresentadas de forma setorizada no Demonstrativo Regionalizado e Setorizado das Receitas e Despesas do PLOA, conforme dispõe a CF/88. art.204, §5º;	Reiterada
11	Que sejam apresentados dados que permitam a avaliação do impacto orçamentário-financeiro da renúncia de receita, proveniente de benefícios fiscais, no demonstrativo próprio do PLOA;	Reiterada
12	Que as dotações destinadas às Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC) sejam discriminadas em categorias de programação específicas, conforme dispõe a LDO, art. 11, II;	Reiterada
13	Que as medidas de compensação ao aumento das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado sejam apresentadas no PLOA, conforme determina o art. 5º, II, da LRF;	Reiterada
14	Que a incidência da renúncia de receita sobre as despesas seja apresentada no Demonstrativo Regionalizado dos Percentuais de Incidência sobre as Receitas e Despesas Decorrentes de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia do PLOA;	Reiterada
15	Que o Poder Executivo proceda avaliação das políticas públicas efetivadas por meio da concessão de benefícios fiscais de ICMS (Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado e RTD) para verificação de sua eficácia e validade, com base na sua razão instituidora;	Nova
16	Que seja aperfeiçoado o Anexo de Riscos Fiscais da LDO para que passe a prever não apenas obrigações de despesa em potencial, mas, também, riscos de erosão à base tributária do Estado, sobretudo aqueles pertinentes às discussões envolvendo a Taxa Minerária e o ICMS;	Nova
17	Que o PLDO apresente orientação no sentido de adoção de mecanismo que possibilite a identificação, na programação orçamentária, das despesas definidas como prioritárias no anexo de metas e prioridades da LDO;	Nova
18	Que a mensagem que encaminhar o PLOA seja composta por Quadros Demonstrativos contendo: o estoque da dívida fundada e flutuante do Estado (art.13, I, c, da LDO), a capacidade de endividamento do Estado (art.13, I, e, da LDO) e o patrimônio público a ser conservado, com indicação quantitativa do que já foi executado, tanto em porcentagem, quanto em montante financeiro, e a quantificação do que ainda falta para a conclusão das obras relacionadas. (Art.13, II, e, da LDO);	Nova
19	Que a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração adote os mesmos intervalos de classe quando da avaliação dos indicadores e das metas físicas e financeiras do Plano Plurianual 2020-2023, ao elaborar o relatório previsto no art. 15 da Lei Estadual nº 8.966/2019.	Nova

Nota: 1) Recomendação reformulada.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
20	Que oriente suas unidades gestoras quanto ao adequado registro da depreciação de bens móveis e imóveis, adotando os procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 07, de 22 de setembro de 2017, que trata de imobilizado;	Reiterada <sup>2</sup>
21	Que faça cumprir os prazos estabelecidos no Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, estabelecido pela Portaria STN nº 548/2015;	Reiterada
22	Que implemente medidas, a nível de sistema e a nível de orientação às equipes de contabilidade das unidades gestoras, para promover o adequado trato contábil das operações intraorçamentárias, computando adequadamente suas receitas e despesas, a fim de evitar distorções orçamentárias, financeiras e patrimoniais nos registros contábeis, em atendimento à Portaria Interministerial nº 338, de 26 de abril de 2006 (SOF), ao MCASP e ao princípio da fidedignidade contábil, bem como os procedimentos da Instrução Contábil nº 16 – Operações intraorçamentárias, emitida pela Sefa;	Reiterada <sup>2</sup>
23	Que implemente procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável e ajuste para perda de ativos, dando cumprimento às NBC TSP 09 e 10, e promovendo melhorias na qualidade da informação contábil quanto ao efetivo ativo imobilizado do Estado;	Nova

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
24	Que discipline e implemente medidas para providenciar o registro das provisões contingentes no passivo das respectivas unidades gestoras, correspondentes a demandas judiciais prováveis, e a anotação dos passivos contingentes, correspondentes a demandas judiciais possíveis, em notas explicativas, como disciplina a NBC TSP 03;	Nova
25	Que aprovisione no passivo valores estimados de pagamentos futuros quanto ao Programa Renda Pará, considerando ser obrigação presente decorrente de legislação vigente, ser provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação, e haver possibilidade de se calcular estimativa confiável, conforme a NBC TSP 03;	Nova
26	Que no Patrimônio Líquido evidencie o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, conforme determina o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público – MCASP 8ª edição;	Nova
27	Que implemente controle das informações a serem divulgadas nas Notas Explicativas, bem como a análise e divulgação de informações relevantes de operações não divulgadas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 8ª ed.) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).	Nova

Nota: 2) Recomendação reformulada.

QUANTO AO TEMA ESPECÍFICO		
28	<p>Que o portal da transparência do Poder Executivo (<a href="http://www.transparencia.pa.gov.br">www.transparencia.pa.gov.br</a>) seja mantido com informações atualizadas e detalhadas, bem como forneça relatórios em diversos formatos eletrônicos de modo a facilitar a análise das informações e o efetivo controle social, conforme determina a Lei nº 12.527/2011, quanto às informações de todos os órgãos e entidades públicas, e, notadamente, quanto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• aos gastos com educação nos diferentes níveis de ensino, inclusive discriminando os gastos relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);</li> <li>• aos gastos com saúde nas diferentes modalidades (saúde da família, saúde básica, serviços de alta e média complexidade), inclusive quanto às despesas de hospitais administrados por contrato de gestão e às decorrentes de sentenças judiciais;</li> <li>• aos procedimentos licitatórios e contratações diretas pelos órgãos e entidades da administração estadual;</li> <li>• aos gastos relacionados ao saneamento básico, fornecendo dados estatísticos e informações consolidadas, bem como aos gastos estaduais com despesa de investimentos detalhados por região de integração e por município e aos dados das renúncias fiscais, sobretudo as concernentes ao Regime Tributário Diferenciado e as deferidas com base na Política de incentivos, de modo que sejam identificadas de forma individualizada às empresas beneficiadas, além de que seja elaborado Demonstrativo de Gastos Tributário nos moldes do modelo federal inclusive divulgando os cadernos metodológicos;</li> </ul>	Reiterada <sup>3</sup>
29	Que seja realizado o censo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, conforme dispõem a Lei Federal no 10.887/2004 e a Orientação Normativa SPPS no 02/2009;	Reiterada
30	Que seja implantado o sistema SAJ-protestos, de modo que proporcione melhoria na gestão das cobranças da dívida ativa;	Reiterada
31	Que a transparência ativa da informação no Portal de Transparência do Poder Executivo ( <a href="http://www.transparencia.pa.gov.br">www.transparencia.pa.gov.br</a> ) atenda ao disposto nos artigos 48 e 48-A da LRF, no art. 7º, I e II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 e do art. 68 do Decreto Estadual nº 1.359/2015, bem como a transparência ativa dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, em seus sítios eletrônicos na internet, atenda ao rol mínimo de informações estabelecido no art. 9º do Decreto Estadual nº 1.359/2015 e no art. 8º da Lei nº 13.303/2016.	Reiterada
32	Que as atribuições e competências da Auditoria Geral do Estado e das autoridades de gerenciamento, quanto à implementação da transparência ativa no âmbito do Poder Executivo, sejam efetivamente exercidas, conforme dispõem os artigos 61 e 62 do Decreto Estadual nº 1.359/2015, assim como os relatórios emitidos por essas instâncias sejam disponibilizados nos respectivos sítios eletrônicos e no Portal de Transparência do Poder Executivo.	Reiterada

QUANTO AO TEMA ESPECÍFICO		
33	<p>Que a Ouvidoria Geral do Estado e os órgãos integrantes da rede de ouvidoria, com base na Lei nº 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.359/2015, na Lei Estadual nº 8.096/2015 e na Lei Federal nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 113/2019:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• disponibilizem canal próprio de comunicação e acompanhamento de denúncias, reclamações, sugestões, solicitações de informações e outras demandas;</li> <li>• planejem anualmente suas atividades;</li> <li>• instituem rotinas internas padronizadas;</li> <li>• avaliem o resultado de metas e indicadores de desempenho quanto ao prazo de atendimento das demandas e quanto à satisfação dos usuários.</li> </ul>	Reiterada <sup>3</sup>

Nota: 3) Recomendação reformulada.

QUANTO A ÁREA DE GOVERNO – EDUCAÇÃO		
34	<p>Que promova a ampla divulgação dos resultados do monitoramento e das avaliações das metas do Plano Estadual de Educação (PEE) 2015-2025 nos sítios institucionais da internet das instâncias indicadas no art. 3º da Lei nº 8.186/2015, com total transparência à sociedade, segundo se extrai do parágrafo único do art. 3º c/c o art. 9º da Lei Estadual nº 8.186/2015, assim como do art. 2º, II, do Decreto Estadual nº 1.726/2017;</p>	Reiterada
35	<p>Que sejam monitoradas as metas de nº 9, 10, 12, 13, 14, 16 e 20 do PEE 2015-2025.</p>	Reiterada



The background features a light blue and green gradient with faint, overlapping chemical structures of various rings and chains. A large, semi-transparent number '10' is centered on the page. The word 'CONCLUSÕES' is written in white, bold, uppercase letters across the middle of the number '0'.

# 10 CONCLUSÕES





## 10. CONCLUSÕES

### 10.1. CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ

- O PIB do Pará, em 2019, chegou a R\$178,3 bilhões, fazendo deste Estado a 11ª maior economia do País e a primeira da Região Norte;
- Em 2019, o PIB per capita do Pará atingiu o maior valor dos últimos 5 anos, representando aumento de 9,4% em relação ao ano anterior. Com esse resultado, passou da 20ª colocação, em 2018, para a 16ª posição em 2019, no ranking nacional;
- A Taxa de inflação acumulada em 2021 na Região Metropolitana de Belém foi de 8,10%, ou seja, inferior à taxa nacional (10,06%), porém bem acima da taxa registrada no ano anterior (4,63%);
- No Pará, o número de pessoas admitidas no mercado de trabalho foi superior ao de pessoas desligadas (21,32%), chegando ao final de 2021 com saldo de 72.273 empregos, saldo esse maior que o registrado nos demais estados da Região Norte;
- O saldo da balança comercial foi de US\$28 bilhões, colocando o Pará na 1ª posição do ranqueamento. Esse foi o maior saldo apurado nos últimos 5 anos;
- No campo social, os indicadores constantes do Mapa da Exclusão Social evidenciaram avanços e retrocessos, no comparativo entre os anos 2019 e 2020;
  - ✓ Na área da educação, todos os indicadores apresentaram resultados favoráveis, como: Taxa de alfabetização de adultos; Taxas de aprovação, reprovação, abandono e de distorção série-idade no ensino médio; e Incremento de estudantes do ensino superior. Contudo, esse último não atingiu a meta estabelecida no PPA para o período 2020-2023, na proporção para 2020;
  - ✓ Na área da saúde, houve aumento do número de leitos e diminuição da taxa de mortalidade infantil. Por outro lado, houve diminuição na cobertura da saúde da família e na proporção de nascidos vivos de mães com 07 ou mais consultas de pré-natal; e aumento da taxa de mortalidade materna. Além disso, todos os índices não atingiram as metas estabelecidas no PPA para o período 2020-2023, na proporção para 2020;
  - ✓ No saneamento básico, a quantidade de domicílios com esgotamento sanitário aumentou, atingindo, inclusive, a meta do PPA na proporção para 2020. De modo inverso, o percentual de domicílios com água diminuiu. Já o percentual de domicílios com coleta de lixo cresceu, contudo não atingiu a meta estabelecida no PPA;
  - ✓ Na área da habitação, houve redução de moradores por dormitório e de número de domicílios sem iluminação elétrica, mas essa última não alcançou a meta do PPA. Os resultados desfavoráveis foram: aumento de domicílios (i) improvisados, (ii) sem banheiro ou sanitário exclusivo e de (iii) com paredes de material não durável;
  - ✓ Na segurança Pública, houve redução da taxa de roubos e de homicídios, tendo atingido, inclusive, a meta estabelecida no PPA para o período 2020-2023, na proporção para 2020. A taxa de reintegração social de adolescentes infratores aumentou, mas sem atingir a meta do PPA. Os resultados desfavoráveis foram: (i) aumento da taxa de homicídio no trânsito e de (ii) reincidência de egressos assistidos.
- Em 2021, o estado do Pará caiu uma posição no Ranking de Competitividade dos Estados, passando da 24ª posição, em 2020, para 25ª, ficando à frente apenas dos estados do Acre e Roraima.

- Dos dez pilares avaliados, o Pará não foi bem avaliado em sete (Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Educação, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental e Inovação), posicionados acima do 20º lugar no ranking.
- Ainda sobre o Ranking de Competitividade dos Estados de 2021, o Pará se destacou nas temáticas de Solidez Fiscal, Segurança Pública, e Eficiência da Máquina Pública.

## 10.2. CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

- É possível verificar notável avanço sob o aspecto normativo, acerca das macrofunções de controle que envolvem: correição, transparência e acesso à informação. Contudo, para fins de aperfeiçoamento, há a necessidade de criação de Programa de Integridade e Compliance, no âmbito do Poder Executivo do Estado;
- A AGE informou o acompanhamento das metas previstas no plano plurianual e os programas de governo do exercício de 2021, por meio do Relatório de Acompanhamento nº 03/2022-GEAUD/AGE, selecionando ações nos programas temáticos dos setores sociais mais sensíveis do Estado. Foram identificadas falhas que demandariam aperfeiçoamento nos órgãos e entidades do Governo;
- A AGE realizou análise dos resultados sobre a gestão patrimonial e monitoramento do registro das conformidades diárias efetuadas pelas unidades de controle interno. Entretanto, foram verificadas inconsistências ante a falta de integração dos sistemas Sifem e Sispat imóveis, acabando por deixar as informações imprecisas, comprometendo a integridade da avaliação e que, além disso, não houve avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária e financeira dos órgãos e entidades, limitando-se à conformidade dos registros;
- A AGE cientificou acerca da realização de concurso público, demonstrando que o governo do estado do Pará e o referido órgão central de controle adotaram medidas concretas visando sanar a carência de servidores naquele órgão. Não obstante e considerando às análises realizadas de exercícios anteriores, foram identificadas fragilidades da atuação das unidades de controle interno, pertencentes às estruturas organizacionais do Poder Executivo.
- A análise das contas de 2020 resultou em 08 recomendações acerca do Controle Interno, que monitoradas nas contas de 2021, verificou-se que 04 não foram atendidas e 01 atendida parcialmente, denotando que necessidade do contínuo aprimorando e o desempenho das atribuições do SCI, com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno do Poder Executivo paraense, atendendo o estabelecido na Constituição Estadual, art. 23, que determina à administração pública realizar o controle interno, finalístico e hierárquico de seus atos.

## 10.3. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 10.3.1. Plano Plurianual

- O Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, intitulado “Desenvolvimento pro Pará para todo Pará”, estabelecido pela Lei Estadual nº 8.966/2019, passou por processo de revisão no ano de 2021, entretanto com reflexo para o período 2022-2023;
- Independente do processo de revisão, o Plano, em 2021, foi alterado – ações e metas de indicadores – por intermédio da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 9.160/2021) e por meio da abertura de crédito adicional especial (Lei nº 9.236/2021), conforme autorizado no art. 12 da Lei Estadual nº 8.966/2019;

- O crédito adicional especial (Lei nº 9.236/2021) incluiu 10 ações em 9 programas temáticos, com o objetivo de enfrentar os impactos causados pela pandemia da Covid-19;
- Os programas temáticos do Poder Executivo e suas respectivas ações, no ano de 2021, foram realinhados em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030;
- A avaliação dos compromissos regionais, metas estruturantes definidas em todos os programas temáticos a serem atingidas até o final do plano, indica que 56 (17,89%) já se encontram concluídos; 104 (33,23%) estão em andamento conforme planejado; 51 (16,29%) merecem atenção; 67 (21,41%) acham-se abaixo do esperado; e 35 (11,18%) ainda não iniciaram;
- Os 48 indicadores de processo dos programas temáticos do Poder Executivo possuíam índices voltados para as 12 Regiões de Integração e para o âmbito do Estado, totalizando 540 índices programados. Desse conjunto de índices, 230 (42,59%) foram alcançados conforme previsto e 97 (17,96%) ficaram num intervalo entre 70% e 99% do programado. Ocorreu um desempenho regular quanto a 26 (4,82%) índices, insatisfatório em relação a outros 102 (18,89%) e não puderam ser aferidos 85 (15,74%);
- A análise evidencia que 47 indicadores de processo apresentavam índices para o âmbito do Estado, sendo que 28 (59,58%) registraram bom desempenho, ou seja, atingiram o índice previsto (19) ou aproximaram-se dele (9) num intervalo de alcance entre 70% e 99%. Apenas 7 indicadores não puderam ser aferidos, o equivalente a 14,89%;
- Do total de 346 ações integrantes dos programas temáticos do Poder Executivo, 10 foram incorporadas por intermédio de crédito adicional especial, estando relacionadas ao enfrentamento dos impactos causados pela pandemia da Covid-19, motivo pelo qual não possuíam metas programadas;
- Das 336 ações que possuíam metas programadas, 148 (44,05%) atingiram ou superaram o planejado, 49 (14,58%) apresentaram bom desempenho, com alcance igual ou superior a 70%; 30 (8,93%) registraram desempenho regular, com execução entre 50% a 69%; 71 (20,52%) tiveram avaliação insatisfatória, com performance abaixo de 50%; e 38 (13,87%) não foram executadas.

### Avaliação da execução financeira dos programas temáticos do Poder Executivo

- A execução orçamentária por classificação programática do gasto público evidencia que das despesas do Executivo (R\$32,9 bilhões) foram alocadas 42% nos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, 37% nos Programas Temáticos e 21% nas Ações sem Programas;
- A execução orçamentária dos programas temáticos alcançou 85,09% da dotação atualizada. Os programas Educação Básica e Saúde foram os mais representativos nessa execução, juntos somaram 51,65% do total. Os que apresentaram menor participação foram: Ciência, Tecnologia e Inovação (0,51%), Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (0,30%) e Trabalho, Emprego e Renda (0,19%);
- A relação entre a dotação disponível e a executada nos programas Educação Básica e Saúde foram, respectivamente, 88,77% e 87,36%.

### Avaliação da execução físico-financeira das principais ações e programas temáticos do Poder Executivo

- Em relação à execução orçamentária do Programa Educação Básica, verifica-se que entre as suas 24 ações, 13 delas foram classificadas como Regular, Insatisfatório, ou Sem Execução, ou seja, 54,17% das ações. Entre as 11 ações restantes, 10 foram classificadas como Bom e uma como Atingiu o Programado;

- As ações “Implementação do Ensino Fundamental” e “Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional” respondem por 84,15% do total executado no programa Educação Básica;
- No geral, as metas físicas do Programa Educação atingiriam a execução de 81,79%. Em relação às suas 24 ações, ressaltam-se que 13 delas foram classificadas como Regular, Insatisfatório e Sem Execução, totalizando 54,17%. Entre as 11 ações restantes, uma foi classificada como Bom e as outras 10 como Atingiu o Programado;
- Na comparação entre a execução física e financeira do programa Educação Básica, verifica-se, no geral, haver compatibilidade, visto que a execução física foi de 81,79%, ao passo que a orçamentária foi de 88,77%. Entretanto, destaca-se a diferença encontrada no objetivo “Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica”, visto que a execução física alcançou 84,41%, enquanto que a financeira foi de apenas 16,71%;
- Dentro do objetivo “Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica”, foram destacadas as ações “Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica” e “Qualificação da Gestão Educacional” como as responsáveis pela diferença nas execuções física e financeira do objetivo;
- Entre todas as ações do programa Educação Básica, destacou-se ação “Implementação da Educação no Campo”, que alcançou 1.260,21% de execução física, muito acima do razoável. As justificativas da Seplad apontam a causa da execução desarrazoada para a alteração do critério de cômputo da ação;
- No programa Saúde, a execução orçamentária total foi de 87,36%. Em relação às suas 30 ações, ressaltam-se que 14 delas foram classificadas em Regular, Insatisfatório ou Sem execução. Entre as 16 restantes, 14 foram classificadas em Bom e 2 em Atingiu o programado;
- Quanto à materialidade da execução orçamentária, destaca-se a ação “Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde”, que comporta 46,96% do orçamento executado;
- A execução das metas físicas do programa Saúde, no geral, foi de 125,31%. Considerando as 30 ações, destaca-se que 5 tiveram a execução física classificada como Bom e 17 como Atingiu o Programado, o que corresponde a 73,33% das ações do programa em tela;
- A execução física e a financeira do programa Saúde apresentou descompasso, visto que a primeira atingiu 125,31%, enquanto a execução orçamentária alcançou 87,36%. Em relação às suas ações, a maior discrepância ocorreu na ação “Regulação em Saúde”, cuja meta física alcançada foi de 4.142,38%. A justificativa da Seplad está relacionada à alimentação incorreta do sistema.

### 10.3.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias

- As diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, aprovadas na Lei nº 9.105/2020, foram elaboradas com a participação popular por meio da disponibilização de um canal online (link disponibilizado no site da Seplad) para o envio de sugestões, contribuições e dúvidas, disponível no período de 22 a 27 de abril de 2020;
- A LDO está de acordo com os ditames contidos na Constituição do Estado do Pará, art. 204, § 3º;
- O processo de definição das metas e prioridades da administração pública estadual para o exercício de 2021 apresenta oportunidade de melhoria, especialmente pela elevada quantidade de metas e prioridades (313 Compromissos Regionais) e pela ausência de mecanismos que propiciem o monitoramento de seu cumprimento na execução orçamentária;
- A LDO/2020 obedeceu às exigências da LRF. No entanto, não se verificou o atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 45 da LRF, quanto ao encaminhamento ao Legislativo, até a data do envio do PLDO, de

relatório com as informações sobre os projetos em andamento e as despesas necessárias à conservação do patrimônio público, ao qual deve ser dada ampla divulgação;

- A LDO estabeleceu meta superavitária para o resultado primário (R\$1,9 milhão) e deficitária para o nominal (R\$1,6 bilhão), com projeção de R\$4,2 bilhões para o estoque da dívida consolidada líquida;
- A LDO definiu resultados previdenciário e atuarial negativos de R\$3,2 bilhões e R\$11,2 bilhões, respectivamente, do Regime Próprio de Previdência Social, com tendência de saldo financeiro negativo de R\$257,3 bilhões para os próximos 75 anos;
- A LDO propõe, pela primeira vez, metas fiscais ajustáveis no PLOA à possíveis alterações de legislação e mudanças na conjuntura econômica, nos parâmetros macroeconômicos utilizados para a estimativa das receitas e despesas e no comportamento da execução do orçamento de 2021;
- No Demonstrativo das Metas Anuais na LDO, no que se refere a fixação da meta relativa às despesas, os parâmetros adotados, metodologia e memória de cálculo não apresentam informações suficientes para a verificação da pertinência e consistência dos valores considerados;
- A renúncia de receita na LDO foi prevista em R\$654,4 milhões para o exercício de 2021, com tendência de crescimento para os dois próximos exercícios;
- Do montante a ser renunciado, 85% (R\$647,5) referem-se ao ICMS; 0,99% ao IPVA (R\$6,4 milhões); e 0,06% (R\$379,8 mil) ao ITCD;
- Do total da renúncia de receita de ICMS estimada para 2021, 70,65% (R\$457,5 milhões) será efetivada por meio da modalidade Regimes Tributários Diferenciados (RTD); 28,09% (R\$181,8 milhões) por meio da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado, (Lei nº 6.489/2002); e 1,26% (R\$8,2 milhões) decorrente de isenções (Lei Semear e veículos automotores destinados às pessoas com deficiências);
- Na LDO foi previsto um crescimento de 85,18% (R\$457,5 milhões) no valor estimado para a renúncia de receita na modalidade de Regimes Tributários Diferenciados para 2021 em relação ao valor estimado na LDO/2020 para o exercício de 2020 (R\$247 milhões), sem análise de critérios que expliquem esse aumento;
- A LDO projetou uma margem de expansão para as despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCCS) em R\$7,2 milhões;
- O Demonstrativo Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC) não apresentou conformidade com o disposto no art. 17, § 3º da LRF, ao considerar como Aumento Permanente de Receita estimativa não proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- A memória de cálculo da Margem de Expansão das DOCC não apresenta o detalhamento da conta Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, que compõe o Saldo Utilizado da Margem Bruta, inviabilizando, assim, a apuração da existência, no resultado final, de possíveis despesas alocadas de maneira incorreta.

### 10.3.3. Lei Orçamentária Anual

- A Lei nº 9.160/2021, Lei Orçamentária Anual (LOA) estimou a receita e fixou a despesa do estado do Pará, para o exercício financeiro de 2021, em R\$31,5 bilhões;
- A sociedade pôde contribuir com o processo de elaboração do orçamento com o envio de sugestões por meio de um canal online (link disponibilizado no site da Seplad), durante o período de 03 a 15 de setembro de 2020 e

pela participação na audiência pública de forma online nas mídias sociais da Seplad e da TV Cultura, no dia 18 de setembro de 2020, conforme disposto no parágrafo único do art. 48 da LRF;

- O Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Governador à Alepa (Projeto de Lei nº 241/2020), foi aprovado pelo plenário da Alepa na 48ª Reunião Ordinária, no dia 15/12/2020, com as modificações propostas em 222 emendas parlamentares;
- A LOA/2021, em cumprimento às exigências do art. 204, § 10 da Constituição Estadual, contém os orçamentos fiscal e da seguridade social, assim como o orçamento de investimento das empresas, aprovados nos montantes respectivos de R\$31 bilhões e R\$434,4 milhões;
- Da receita prevista na LOA, 86% pertencem ao Orçamento Fiscal; 12,5% ao Orçamento da Seguridade Social; e 1,38 % ao Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais. Paralelamente, a despesa fixada aloca 68,5% das dotações para o Orçamento Fiscal; 30,1% para a Seguridade Social; e 1,38% para Investimento das Empresas Estatais;
- Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), sem considerar as receitas previstas de operações de crédito e alienação de bens, foram aprovados com déficit presumível de R\$947,4 milhões;
- O superávit apresentado no Orçamento Fiscal (R\$5,5 bilhões) serviu de cobertura ao déficit do Orçamento da Seguridade Social, contribuindo para o equilíbrio orçamentário em sua totalidade;
- Quanto à composição da receita do OFSS, verifica-se que – do total previsto – 91,97% referem-se às Receitas Correntes; 3,32% corresponde às receitas de Capital; e 4,70% às intraorçamentárias;
- As maiores composições da receita estimada são: impostos, taxas e contribuições de melhoria (correspondendo a 57,60%); transferências correntes (33,68%), das quais a maior parte advém das transferências da União. A receita de serviços participa com (3,71%) e as operações de crédito com (2,99%).
- No que se refere às despesas verifica-se que 87,55% da programação do orçamento foi alocado para as Despesas Correntes; e 10,28% para as Despesas de Capital, das quais, a maior parte (6,96%) foram destinadas para a realização de investimento e, o restante, 2,17% para a reserva de contingência;
- Quanto à fonte dos recursos, a receita do Orçamento Fiscal é financiada em maior parte por recursos oriundos do Tesouro Estadual (94,14%), enquanto que a maior parte dos recursos do Orçamento da Seguridade Social advém dos recursos de outras fontes (70,71%);
- A mensagem que encaminhou o PLOA não apresentou o estoque da dívida fundada e fluante do Estado (art.13, I, c, da LDO), a capacidade de endividamento do Estado (art.13, I, e, da LDO) e patrimônio público a ser conservado, com indicação quantitativa do que já foi executado, tanto em porcentagem, quanto em montante financeiro, e a quantificação do que ainda falta para a conclusão das obras relacionadas. (art.13, II, e, da LDO);
- Não foi possível identificar na LOA/2021 instrumentos e ações que viabilizem o cumprimento do disposto no art. 25 da LDO, quanto à alocação dos recursos na Lei Orçamentária, de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo;
- O Demonstrativo Regionalizado e Setorizado das Receitas e Despesas do PLOA não apresenta as informações de forma setorizada, conforme dispõe o art. 204, § 5º, da CE/89;
- O Demonstrativo Regionalizado dos Percentuais de Incidência sobre as Receitas e Despesas Decorrentes de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia da LOA não demonstra os percentuais de incidência dessa renúncia sobre as despesas, conforme exigido pelo texto constitucional (CE/89, art. 204, § 11) e pela LRF (art. 5º, II);

- A LOA/2021 prevê um volume de renúncia de receita no montante de R\$627,7 milhões em 2021, R\$668,8 milhões em 2022 e R\$713,3 milhões em 2023;
- Do total previsto a ser renunciado de receita em 2021, 98,97% (R\$621,3 milhões) se referem ao ICMS, dos quais 29,33% correspondem aos benefícios fiscais concedidos por meio da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado, 69,37% aos Regimes de Tratamento Diferenciado (RTD) e 1,30% às isenções (Lei Semear e veículos automotores destinados às pessoas com deficiência).
- Do total estimado de renúncia de receita para 2021, R\$154,8 milhões (24,67%), e R\$151,8 milhões (24,18%) concentram-se, respectivamente, nas Regiões Metropolitana e Carajás, as quais apresentam os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) médio mais elevados do Estado. Enquanto que as Regiões do Marajó e Xingu, com os piores IDH-M, serão beneficiadas com apenas 0,43% (R\$2,7 milhões) e 3,63% (R\$22,7 milhões);
- A descrição da metodologia utilizada na estimativa da renúncia de receita não apresentou informações suficientes para a verificação da consistência e completude dos valores projetados, o que, além de dificultar o exercício do controle externo, impede o controle social e contraria o princípio da publicidade disposto no caput do art. 37 da Constituição Federal (CF);
- Os dados apresentados no Demonstrativo de Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro da Renúncia de Receita da LOA são insuficientes para avaliar o impacto da renúncia proveniente dos benefícios fiscais concedidos;
- A LOA não apresentou as medidas de compensação ao aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, contrariando o art. 5º, II, da LRF;
- Não foi possível identificar na LOA a discriminação das despesas obrigatórias de caráter continuado em categoria de programação específica, conforme determina o art. 11, II, LRF;
- Não foi possível identificar no Orçamento a alocação dos recursos de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, conforme determina o art. 25 da LDO/2021;
- O Projeto de Lei Orçamentária anual (PLOA) apresenta compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), quanto à sua estrutura programática e programação financeira, atendendo ao disposto no art. 5º da LRF;
- A programação contida nos orçamentos está de acordo com a política fiscal definida pelo Estado na LDO 2021;
- A programação contida na LOA aponta para um índice de solvência fiscal (razão entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida) de 0,19 para 2021, inferior, portanto, ao limite fixado – duas vezes ao valor da RCL, conforme preconiza o art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 40/2001;
- O Poder Executivo programou aplicar, em 2021, R\$4,9 bilhões nas ações de MDE correspondendo a 25,14% da RLI (R\$19,8 bilhões), percentual esse acima do limite mínimo constitucional de 25%;
- Com relação à saúde, a LOA apresentou autorização para realização de despesas na ordem de R\$2,8 bilhões (valor líquido), o que corresponde a 14,4% da RLI (R\$19,8 bilhões), acima, portanto, do limite percentual mínimo estabelecido;
- A LOA previu receitas com operações de crédito internas e externas no montante de R\$928,4 milhões, não excedendo o montante fixado para as despesas de capital de R\$3,1 bilhões, cumprindo dessa forma a Regra de Ouro;

- Para o exercício de 2021, a LOA estimou a receita e fixou a despesa do Orçamento de Investimento das Empresas em R\$434,4 milhões, dos quais 47,22% é financiado pela participação acionária do Estado, 20,41% pelas operações de crédito e 1,05% pela receita operacional das empresas;
- A Cosanpa participa com 69,27% do orçamento de investimento; o Banpará com 28,41%; a Companhia Gás do Pará com 2,16%; e a Cazbar com 0,16%;
- Ao Banpará foram consignadas dotações em programas de trabalho (códigos 1491 e 1498), cujas ações “Concessão de Crédito” não se enquadram dentre os investimentos possíveis de programação, na forma preconizada no art. 9º, parágrafo único, da LDO/2021.

#### 10.3.4. Execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

- A previsão inicial da receita na LOA de R\$31,0 bilhões, ajustada para maior em R\$4,1 bilhões sem considerar o superávit financeiro utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais, resultou em previsão atualizada de R\$35,1 bilhões, 13,07% superior à previsão original;
- Por meio do art. 1º da Lei nº 9.236/2021, que alterou a Lei nº 9.039/2020, foi autorizada a abertura e o reforço de Crédito Especial no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Pará de 2021, nas formas do inciso II do art. 41 e do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964. Em complemento, o art. 2º da Lei nº 9.236/2021 autorizou abertura de créditos necessários com a ação (projeto/atividade) de nome “COVIDPARÁ” para executar ações de combate e prevenção ao coronavírus e mitigação de seus efeitos;
- A abertura de créditos suplementares (R\$10,5 bilhões) e especiais (R\$1,3 bilhão), bem como, os cancelamentos de dotação (R\$4,2 bilhões), resultaram em acréscimo de dotação (R\$ 7,6 bilhões) equivalente a 24,60% do orçamento inicial;
- Utilizando a fonte anulação total ou parcial de dotação, o Poder Executivo abriu créditos adicionais suplementares no montante de R\$3,3 bilhões, o que corresponde a 10,85% do orçamento inicial. Portanto, a abertura de créditos adicionais suplementares demonstra-se inferior ao limite de 50% estabelecido em lei;
- Após as as deduções do Fundeb (R\$4,2 bilhões), as Restituições (R\$924 mil) e as Perdas dos Investimentos do RPPS (R\$141,8 milhões), no valor total de R\$4,4 bilhões, a receita bruta arrecadada, que totalizou R\$39,6 bilhões, resultou na receita orçamentária de R\$35,2 bilhões;
- Ao final do exercício, houve excesso de arrecadação de R\$81,9 milhões, em relação à previsão atualizada, equivalente a 0,23%. Tal excesso se deve ao desempenho na realização das receitas correntes e intraorçamentárias, que compensaram a insuficiência de arrecadação das receitas de capital;
- As receitas correntes arrecadadas, líquidas das deduções, somaram R\$33,1 bilhões, equivalentes a 94,06% do total das receitas orçamentárias. A arrecadação das origens de receita Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, no valor de R\$18 bilhões, bem como, de Transferências Correntes, no valor R\$11,8 bilhões, equivalentes respectivamente a 51,34% e a 33,74% do total arrecadado, justifica a expressividade dessa categoria econômica na receita realizada pelo estado no período;
- A arrecadação das receitas correntes superou a previsão atualizada em 1,49%, especialmente em decorrência do excesso de arrecadação das transferências correntes em 17,65%, posto que as outras origens sofreram insuficiência na arrecadação: receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (-3,66%), de contribuições (-19,57%), patrimonial (-14,97%), agropecuária (-99,13%), industrial (-44,68%), de serviços (-17,92%) e outras receitas correntes (-2,54%);



- Do montante registrado na origem Outras Receitas Correntes de R\$482,5 milhões, 82,82% correspondem aos depósitos judiciais. As receitas provenientes desses depósitos têm previsão na Lei Estadual nº 8.312/2015. Em que pese as normas financeiras e as orientações da STN, os depósitos de terceiros, ou seja, nos quais o Estado não é parte na lide, devem ser classificados como receitas de capital;
- As receitas de capital realizadas em 2021, no valor de R\$598,8 milhões, foram frustradas em 42,20%, representando uma redução de R\$437,2 milhões do valor previsto atualizado. Com exceção das amortizações de empréstimos, que representam 6,40% do total das receitas de capital, todas as demais registraram insuficiência de arrecadação. As mais representativas receitas de capital foram as operações de crédito, correspondendo a 85,04% do total dessas receitas realizadas no período;
- A arrecadação de impostos totalizou R\$16,7 bilhões, com destaque para o ICMS, maior fonte de renda fiscal do governo, com amplo campo de incidência, representando 63,19% do total das receitas próprias do Estado. Em decorrência do período crítico de pandemia vivenciado em 2021, algumas ações dos governos federal e do estado do Pará, que vinham sendo realizadas desde 2020, continuaram a contribuir para a estabilização da arrecadação do ICMS;
- Os segmentos econômicos que mais contribuíram para a arrecadação do ICMS foram Combustíveis (27,86%), Comércio (18,99%) e Energia Elétrica (11,42%), ao passo que existem segmentos que representaram, individualmente, menos de 1% do valor de ICMS arrecadado, como: Madeira Serrada (0,37%); Alojamento e Alimentação (0,51%); Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (0,57%); Cimento (0,68%) e Cigarro (0,93%);
- As receitas de contribuições (1,1 bilhão) corresponderam a 5,05% da receita total arrecadada e apresentaram variação negativa de 19,57% em comparação à previsão atualizada. A referida origem de receita, no exercício de 2021, foi composta por contribuições ao Finanprev, acrescentadas de juros e moras (R\$830 milhões); por contribuições ao Funprev, acrescentadas de juros e moras, (R\$50,3 milhões); por demais contribuições sociais (R\$23,4 milhões) e por contribuições do sistema de proteção social dos militares (247,9 milhões);
- A receita própria arrecadada em 2021, no valor de R\$22,8 bilhões, e as demais receitas arrecadadas (transferências correntes – 11,8 bilhões, transferências de capital – 38,5 milhões e operações de crédito – 509,2 milhões), no montante de 12,4 bilhões, representaram, respectivamente, 64,7% e 35,3% da arrecadação total do Estado, equivalente a R\$35,2 bilhões. Este cenário revela autonomia financeira do Estado, uma vez que a receita própria arrecadada é majoritária em relação aos recursos recebidos de terceiros;
- Houve uma pequena variação de 0,16% na receita total do Estado de 2021, quando comparada ao ano de 2020, contudo, em valores absolutos, a arrecadação no exercício foi a maior ao longo dos últimos cinco anos;
- A receita da dívida ativa (R\$135,5 milhões) aumentou em 5,07% em comparação ao exercício anterior. A quantia recuperada, em 2021, da dívida ativa tributária (R\$132,8 milhões), constituiu-se na segunda menor arrecadação dos últimos 5 (cinco) anos, enquanto que a da dívida ativa não tributária (R\$2,7 milhões) foi acima da média registrada no mesmo período.

## DESPESA ORÇAMENTÁRIA

- As alterações orçamentárias ao longo do exercício elevaram a despesa em 26,65%, ou seja, R\$7,1 bilhões, resultando no valor autorizado de R\$34,1 bilhões, desconsiderando as despesas intraorçamentárias;
- As despesas realizadas pelo Poder Executivo totalizaram R\$30,7 bilhões, correspondentes a 90,03% do orçamento atualizado. Em relação às áreas de aplicação (funções de governo), a maior parte dos gastos ocorreram em: Encargos Especiais (R\$6,8 bilhões) – ou seja, próximo a um quarto do total –, Previdência Social

(R\$4,7 bilhões), Saúde (R\$4,3 bilhões), Educação (R\$4,3 bilhões) e Segurança Pública (R\$3,2 bilhões). Os gastos em Encargos Especiais crescem continuamente na série histórica que inicia em 2016, enquanto as outras funções apresentam variações;

- Em relação aos gastos por categoria econômica, a maior parte (87,04%) refere-se a despesas com manutenção da máquina administrativa (despesas correntes), como pessoal e encargos e outras despesas correntes. Por outro lado, a categoria de capital representou a minoria das despesas executadas (12,96%);
- Houve aumento das despesas orçamentárias, equivalente a 6,04%, na comparação entre 2020 e 2021, decorrente, principalmente, da elevação dos gastos em Outras Despesas Correntes (9,74%) e Investimentos (27,96%);
- A elevação ocorrida em Outras Despesas Correntes entre 2020 e 2021 adveio do aumento das aplicações diretas, tanto em outras despesas correntes (R\$571 milhões) como em investimentos (R\$604,1 milhões);
- As Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Poder Executivo totalizaram R\$668,3 milhões, equivalentes a 2,18% do total das despesas executadas, percentual esse maior que o anos de 2019 e 2020, revelando a necessidade de se retomar à tendência de queda que vinha sendo apresentada até então;
- O IASEP continua a ser a unidade gestora com o maior grau de comprometimento do orçamento com DEA, qual seja, 60,31%;
- As receitas realizadas com Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) têm apresentado queda desde 2017, ao passo que as despesas aumentaram até o exercício de 2020, e apresentou queda de 17,58% em 2021;
- Sedop e Setran, que estão entre as três unidades gestoras que mais executaram despesas com recursos da TFRM, não possuem competência legal para o exercício do poder de polícia atrelado ao fato gerador da taxa, conforme dispõe a lei ordinária de criação da TFRM;
- Do total das despesas executadas na fonte TFRM (R\$532 milhões) foram gastos 60,32% na operacionalização das ações de recursos humanos.

## 10.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 10.4.1. Balanço Orçamentário

- O exercício 2021 apresentou um excesso de arrecadação de R\$81 milhões, tendo em vista que o montante arrecadado (R\$35,2 bilhões) foi superior à previsão atualizada da receita (R\$35,1 bilhões);
- No que tange às despesas, os valores executados (R\$34,9 bilhões) foram menores que a dotação atualizada de despesa (R\$38,2 bilhões), gerando uma economia orçamentária de R\$3,2 bilhões
- Do comparativo entre as receitas arrecadadas (R\$35,2 bilhões) e as despesas empenhadas (R\$34,9 bilhões), constatou-se a ocorrência de um superávit orçamentário de R\$245,5 milhões no exercício de 2021;
- Quanto à capacidade de arrecadação, observou-se que 62,50% do total da receita orçamentária foi proveniente de receitas próprias do Estado e que sua dependência de recursos, por meio de transferências recebidas somadas às operações de crédito realizadas, foi de 37,50%;
- Dos restos a pagar, o Estado do Pará, inscreveu o montante de R\$498,6 milhões no ano de 2020 e R\$ 10,8 milhões em exercícios anteriores, totalizando R\$509 milhões inscritos em restos a pagar. Dos valores inscritos

foram pagos, em 2021, o montante de R\$432 milhões, sendo cancelados R\$53,6 milhões, restando R\$23,8 milhões como saldo de obrigações a pagar do Estado.

#### 10.4.2. Balanço Financeiro

- O Balanço Financeiro demonstra que a movimentação financeira de 2021, no montante de R\$122,1 bilhões, foi comparativamente maior que a movimentação ocorrida em 2020 (R\$116,9 bilhões);
- Em relação ao Resultado Financeiro do Exercício, os ingressos orçamentários recebidos pelo Estado foram superiores aos dispêndios orçamentários efetivamente pagos, no montante de R\$1 bilhão. Contudo, os recebimentos extraorçamentários foram inferiores aos pagamentos extraorçamentários, ocasionando um déficit correspondente a R\$438 milhões. Da conjugação dos resultados financeiros da execução orçamentária e extraorçamentária, originou o resultado financeiro superavitário de R\$617,4 milhões

#### 10.4.3. Balanço Patrimonial

- O total do patrimônio do Estado, em 2021, correspondeu a R\$31,6 bilhões, sendo composto, pelo ativo circulante, no valor de R\$15,6 bilhões e ativo não circulante, no valor de R\$18,6 bilhões; enquanto que as contas credoras do passivo circulante de R\$2,3 bilhões, passivo não circulante no valor de R\$5,8 bilhões e patrimônio líquido de R\$26 bilhões;
- O patrimônio líquido apresentou crescimento de 14,81%, sendo esse o grupo mais representativo das contas credoras, totalizando 76,25% na análise vertical de 2021. Esse aumento se deu pelo expressivo crescimento dos resultados acumulados, que passaram de R\$22,5 bilhões a R\$25,9 bilhões no exercício;
- O Superávit Financeiro do Balanço Patrimonial totalizou R\$9,3 bilhões, que, comparado ao exercício de 2020, revela um decréscimo de 8,17%;

##### 10.4.3.1. Imobilizado

- A maior parte do ativo imobilizado do Estado é composta de bens imóveis, representando 91,50% do grupo em 2021. Comparado com 2019, esse grupo teve acréscimo de 8,22%;
- O índice de 0,71 correspondente ao IPL evidenciou que o grau de imobilização dos recursos próprios é elevado, pois 71% dos recursos próprios do Estado encontram-se aplicados em ativos permanentes, especialmente imobilizados.
- Quanto ao IRNC, o índice de 0,58 demonstra que o Estado utilizou 58% dos seus recursos próprios somados aos recursos de terceiros de longo prazo para imobilização de seus ativos.

##### 10.4.3.2. Dívida Ativa

- O saldo da dívida aumentou 7,74% em relação ao exercício anterior. A inscrição de créditos apresentou redução de 29,02%, em comparação ao exercício de 2020, representando um volume de R\$640 milhões que deixaram de ser arrecadados e foram inscritos como recebíveis a longo prazo pela Fazenda Pública Estadual.
- Verifica-se um valor considerável inscrito proveniente de correção monetária, juros e multa, totalizado em R\$1,9 bilhão, representando 6,11% do saldo final do estoque de dívida ativa. Apesar disso, houve uma redução de 32,08%, nesta conta, quando comparado ao saldo em 2020.

- O recebimento em 2021 dos créditos inscritos totalizou R\$135,5 milhões, valor esse maior que o apurado no exercício de 2020, representando uma melhoria de 15,49%. Os cancelamentos e dispensas no período somaram R\$165,9 milhões, correspondendo a uma diminuição de 46,42% quando comparado ao valor do exercício anterior.
- Os cancelamentos e dispensas no período somaram R\$165,9 milhões, correspondendo a uma diminuição de 46,42% quando comparado ao valor do exercício anterior. Esses valores, em termos de representação do estoque de dívida ativa, representaram 0,43% e 0,53%, respectivamente, do saldo final do estoque da dívida no montante de R\$31,4 bilhões.
- A composição do estoque da dívida ativa, no montante de R\$31,4 bilhões, está segregada em tributária e não tributária, referindo-se a 90,22% de ICMS, 3,61% de IPVA, 0,14% de ITCD e etc.

#### 10.4.3.3. Investimentos

- O total de investimentos alcançou R\$2,6 bilhões, um aumento de 11,80% em comparação aos valores de 2020. Desse total, R\$2,3 bilhões corresponde a participações em sociedades controladas, R\$270,2 milhões a adiantamento para futuro aumento de capital, R\$15,5 milhões a participações em outras sociedades e R\$1 milhão na rubrica de participação em consórcios públicos;
- O Estado do Pará realizou adiantamento para aumento de capital futuro, ainda não incorporado ao patrimônio líquido das empresas, no montante de R\$270,2 milhões, sendo R\$269,8 milhões referentes a aportes na Cosanpa, e R\$382 mil à Companhia de Gás do Pará. Assim sendo, a participação societária do Estado, com esse aumento de capital, correspondeu a R\$2,4 bilhões.
- A participação societária no Banpará, é a de maior materialidade dentre as participações do Estado avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, representando 66,72% do total. Em 2021, o governo do Estado passou a ter R\$1,6 bilhão do capital desse Banco, representando aumento de 10,36% em relação ao saldo de participação no exercício de 2020.

#### 10.4.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

- A Demonstração de Variações Patrimoniais de 2021 apresentou resultado superavitário de R\$5,2 bilhões;
- No grupo das VPAs, destacou-se o aumento do grupo exploração e vendas de bens, serviços e direitos cresceu 98,76%, compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.
- Variações patrimoniais diminutivas verificou-se que o Governo teve um aumento de despesas na ordem de 13,90%. O grupo mais representativo, Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo aumentou 27,29% em relação ao exercício anterior.

#### 10.4.5. Demonstração do Fluxo de Caixa

- Em 2021 o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi positivo em R\$3,4 bilhões. Entretanto, obteve um decréscimo de 14,96% referente ao exercício anterior.

- Os ingressos operacionais tiveram aumento de 13,38%, impulsionado pelo crescimento das Receitas derivadas e originárias (18,18%). Já os desembolsos financeiros apresentaram aumento de 14,55%, em razão dos desembolsos com juros e encargos da dívida (48,92%), despesas com pessoal e outras despesas correntes por função (11,28%).
- O fluxo de caixa de investimentos em 2021, foi negativo no valor de R\$3 bilhões, ocasionado, em maior parte, pela aquisição de bens no ativo não circulante no percentual de 30,92%. O resultado do fluxo de caixa das atividades de financiamento foi superavitário em R\$116,7 milhões. Isso significa que o Estado aumentou suas disponibilidades de recursos por meio da contratação de operações de crédito;

#### 10.4.6. Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido

- A conta “Patrimônio Social/Capital Social”, que compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta, apresentou um decréscimo no valor de R\$1,3 milhão.
- A conta Resultados Acumulados, apresentou aumento em 2021 influenciado, principalmente, pelo registro de valor positivo na rubrica de Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$19,6 milhões.
- O saldo credor de R\$1,7 milhão na conta lucros ou prejuízos acumulados foi influenciado, em grande parte, pela variação credora no valor da conta de tributos a recuperar/compensar, no total de R\$3 milhões, seguida da variação credora negativa na conta de ajuste de bens imóveis no valor de R\$4 milhões.

#### 10.4.7. Balanço Patrimonial das Empresas Controladas

- O saldo total do Ativo e Passivo, no exercício de 2021, foi de R\$14,6 bilhões, registrando aumento de 5,79% em relação ao exercício anterior.

##### 10.4.7.1. Patrimônio Líquido

- O patrimônio líquido das empresas controladas totalizou R\$2,3 bilhões, equivalente a 15,79% do passivo total. Comparando a 2020, esse grupo apresentou acréscimo de 4,64%. O Banpará foi a empresa que apresentou maior representatividade no patrimônio líquido consolidado.

##### 10.4.7.2. Demonstração do resultado do exercício das Empresas Controladas

- O resultado consolidado das empresas controladas no exercício 2021 foi positivo. Contudo, importa mencionar que o resultado apresentado pelo Banpará (R\$241,2 milhões) foi o responsável pelo saldo positivo do exercício das empresas controladas, haja vista que o resultado do exercício das demais empresas foi negativo: Cosanpa (-R\$125 milhões), Gás do Pará (-R\$2,8 milhões) e Cazbar (-R\$35 mil).

##### 10.4.7.3. Fluxo de Caixa

- Os resultados negativos apurados no Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais R\$359,5 milhões e no Fluxo de Caixa de Atividades de Investimentos de R\$190 milhões, a variação no saldo das disponibilidades de caixa total foi negativa no valor de R\$320 milhões, cujo valor do caixa e equivalente caixa do fim do período totalizou R\$1,2 bilhão.

#### 10.4.8. Convergência às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

- Quanto à situação do Pará, já foram implantados sete procedimentos contábeis do plano, correspondentes aos itens 2, 3, 4, 10, 12, 13, 17 e 18;
- Dois procedimentos têm cumprimento previsto para 2022, e seus procedimentos ainda não foram iniciados (itens 8 e 9). Outros três procedimentos ainda precisam ter seus prazos definidos em ato normativo específico, vez que seus prazos foram reavaliados (itens 14, 16 e 19);
- O procedimento patrimonial “11 – reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados” que deveria ser implantado em 2017 ainda apresenta situação de parcialmente implantado. Persiste, portanto, o descumprimento do previsto na Portaria STN nº 548/2015;
- Dos 3 procedimentos que tiveram prazos vencidos em 2019, 1 não foi iniciado e 2 figuram como implantados parcialmente.
- Dos 2 procedimentos que tiveram prazos vencidos em 2020, 1 não foi iniciado e 1 figura como implantado parcialmente.
- Desse modo, percebe-se o descumprimento do cronograma em 6 itens estabelecidos pela portaria nº 548/2015, o que enseja adoção de medidas coordenadas pelas autoridades responsáveis pelo apoio institucional e técnico ao processo de convergência contábil, junto aos órgãos e entidades.

#### 10.4.9. Auditoria Financeira

- O Tribunal de Contas do Estado do Pará, de forma inédita, inseriu a metodologia de auditoria financeira no âmbito da análise das Contas do Governador 2021, visando, neste primeiro momento, oferecer uma análise preliminar sobre a qualidade das informações contidas nas demonstrações contábeis informadas pelo estado do Pará;
- Adotou-se como critérios os parâmetros de revisão limitada, estabelecidos na NBC TR 2400. A realização dos trabalhos de revisão das demonstrações contábeis históricas é um serviço de asseguarção limitada, onde o auditor expressa uma conclusão que tem como objetivo aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre a elaboração das demonstrações contábeis da entidade, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável;
- Este trabalho não teve a intenção de realizar a revisão completa do conjunto de contas, apresentando opinativo apenas sob o conjunto analisado, selecionando como escopo demonstrativos e contas pelo critério de materialidade, relevância e risco;
- O relatório de auditoria apresenta conclusão com ressalva, uma vez que, com base na revisão realizada, não se obteve conhecimento de nenhum fato que levasse a acreditar que as demonstrações contábeis do Governo do Estado do Pará não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os requerimentos da estrutura de relatório financeiro da Lei Federal n. 4.320/1964, do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 8ª Ed.) e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), com exceção dos itens ressalvados na base para a conclusão;
- Os itens que motivaram a conclusão pela ressalva da revisão contábil são: ausência de registros de depreciação, amortização, exaustão, reavaliação, redução ao valor recuperável e ajuste para perdas no subgrupo Imobilizado de algumas unidades gestoras; subavaliação do passivo; diferenças em saldos intraorçamentários; e ausência de informações necessárias nas notas explicativas;

- No que diz respeito à revisão contábil do subgrupo Imobilizado, verificaram-se distorções nos títulos Depreciação, amortização e exaustão (1238) e Reavaliação, redução ao valor recuperável e ajuste para perda de ativos (1239);
- No que diz respeito à subavaliação do passivo, foram encontrados os seguintes achados que motivam a conclusão: ausência de registro de provisão para contingências no passivo e anotação de passivo contingente nas notas explicativas; ausência de registro de passivos relativos ao repasse de recursos de programas sociais; e possibilidade do uso de despesas de exercícios anteriores como regra, em vez de exceção, em algumas unidades gestoras;
- No que diz respeito à ausência de provisão para o repasse de recursos de programas sociais, verificou-se que não foi feito o provisionamento no passivo dos pagamentos futuros que decorrem da obrigação do Estado, firmado em decorrência do Programa Renda Pará, cujas despesas somaram R\$188,7 milhões em 2021, gerando subavaliação do passivo;
- Observou-se que algumas unidades gestoras tem usado do mecanismo de Despesas de Exercícios Anteriores como regra, ao invés da exceção pretendida no art. 37 da Lei n. 4.320/1964;
- Quanto às diferenças nos saldos intraorçamentários, se verificou que, em 2021, o valor das transferências intragovernamentais concedidas supera o valor das recebidas em R\$21,4 milhões;
- Ademais, verificou, além da diferença supracitada, dois achados: o registro incorreto de despesas orçamentárias com outras esferas administrativas e particulares do setor privado, classificadas como intraorçamentárias, no montante de R\$885,3 mil; e o registro incorreto de despesas com entes parte do governo do Estado registradas como despesas orçamentárias, no montante de R\$493,2 milhões;
- Concluiu-se que o Poder Executivo necessita implementar medidas a nível de sistema para promover o adequado trato contábil das operações intraorçamentárias, computando adequadamente suas receitas e despesas, a fim de não gerar distorções orçamentárias, financeiras e patrimoniais nos registros contábeis, em atendimento à Portaria Interministerial nº 338/2006 (SOF), ao MCASP e à fidedignidade da informação contábil;
- Quanto a análise das Notas Explicativas, verificou-se que as seguintes contas se encontram com divulgações incompletas: Item 10 – Estoques (NBC TSP 04); Item 14 – Imobilizado (NBC TSP 07); Item 15 – Intangíveis (NBC TSP 08); e Item 21 – Provisões (NBC TSP 03);
- Considerando os achados no decorrer dos trabalhos da auditoria financeira, compulsados com os itens não implantados do Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), verificou-se que a não implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais causam distorções significativas nos grupos de contas, já que se verifica um impacto de pelo menos R\$1,3 bilhão no passivo consolidado do Estado do Pará caso estes ajustes forem feitos;
- Os achados também levaram a conclusões acerca de deficiências de controle interno contábil identificadas, na medida em que tais ocorrências são possíveis por fragilidades no controle das operações, seja via sistema, seja via contabilização manual.

## 10.5. GESTÃO FISCAL

- Os Relatórios Resumido de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal do estado do Pará e do Poder Executivo, incluindo suas versões consolidadas e simplificadas, foram divulgados tempestivamente e disponibilizados em meio eletrônico de acesso público pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) no portal ([www.sefa.pa.gov.br](http://www.sefa.pa.gov.br)), atendendo ao disposto nos arts. 48, 52, 54 e no § 2º do art. 55, todos da LRF;

- O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, dentro dos prazos previstos no art. 9º, § 4º, da LRF, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO) da Alepa;
- A Receita Corrente Líquida do estado do Pará utilizada na aferição dos indicadores da gestão fiscal, de acordo com o cálculo da unidade técnica do TCE-PA, correspondeu ao montante de R\$26,7 bilhões, divergindo em R\$300,3 milhões em relação à divulgada pelo Poder Executivo, que foi de R\$27 bilhões. A citada diferença refere-se aos depósitos judiciais em que o Estado não faz parte da lide, computados no cálculo do Poder Executivo;
- A despesa líquida total com pessoal do estado do Pará totalizou R\$13,2 bilhões, divergindo em R\$216 milhões do apresentado pelo Poder Executivo, que foi de R\$12,9 bilhões. A diferença em questão refere-se aos aportes realizados pelo Funprev para cobertura de déficits financeiros do Finanprev, os quais, a partir do regramento instituído pela LC nº 178/2021, não devem ser deduzidos do cálculo de pessoal.
- O índice de pessoal do Estado apurado pela unidade técnica do TCE-PA, representa 49,62% da RCLA (R\$26,6 bilhões), portanto, abaixo dos limites máximo (60%), prudencial (57%) e de alerta (54%) definidos na LRF.
- A despesa líquida total com pessoal Poder Executivo totalizou R\$11 bilhões, divergindo em R\$216 milhões do apresentado pelo Poder Executivo, que foi de R\$10,8 bilhões. A diferença em questão refere-se aos aportes realizados pelo Funprev para cobertura de déficits financeiros do Finanprev, os quais, a partir do regramento instituído pela LC nº 178/2021, não devem ser deduzidos do cálculo de pessoal.
- O índice de pessoal do Poder Executivo apurado pela unidade técnica deste Tribunal representa 41,55% da RCLA, portanto, abaixo dos limites máximo (48,60%), prudencial (46,17%) e de alerta (43,74%) definidos na LRF;
- A Dívida Consolidada Líquida, no montante de R\$448,7 milhões, correspondeu a 1,68% da RCLA, abaixo do limite legal de 200% definido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001. O expressivo decréscimo pode ser justificado, dentre outros, pela disponibilidade de caixa, as quais constituem dedução da DC, combinando com o aumento da RCL do Estado.
- As Garantias Concedidas pelo Estado totalizaram R\$101,9 milhões, representando 0,38% da RCLA, portanto, abaixo do limite máximo de 22% definido na Resolução do Senado Federal nº 43/2001;
- As operações de crédito realizadas alcançaram R\$509,2 milhões, equivalentes a 1,91% da RCLA, ficando abaixo do limite máximo de 16% fixado na Resolução Senatorial nº 43/2001. Não foram identificados registros de contratação de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária;
- A Regra de Ouro, definida na CF/88 e na LRF, foi observada tanto no planejamento, quanto na execução orçamentária. No planejamento, a previsão da receita de operações de crédito foi de R\$928,4 milhões e a dotação da despesa de capital foi de R\$5,4 bilhões; na execução, as receitas de operações de crédito realizadas, R\$509,2 milhões, permaneceram abaixo do montante das despesas de capital, R\$4 bilhões;
- As despesas com o serviço da dívida do Estado totalizaram R\$578,7 milhões, equivalentes a 2,17% da RCLA. O percentual apurado está abaixo do limite máximo de 11,5% estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 43/2001;
- A disponibilidade de caixa bruta do estado do Pará, totalizou R\$5,7 bilhões, deduzindo-se as obrigações financeiras (R\$737 milhões), resultou em disponibilidade de caixa líquida de R\$5 bilhões, suficiente para atender os restos a pagar não processados inscritos no exercício, no total de R\$146,9 milhões;



- A disponibilidade de caixa bruta do Poder Executivo totalizou R\$4,6 bilhões, deduzindo-se as obrigações financeiras (R\$593,5 milhões), resultou em disponibilidade de caixa líquida de R\$4 bilhões, suficiente para atender os restos a pagar não processados inscritos no exercício, no total de R\$126 milhões;

### 10.5.1. Receitas e despesas previdenciárias

- As receitas do RPPS estadual, em 2021, totalizaram R\$2,4 bilhões, e as despesas, R\$3,2 bilhões, evidenciando déficit de R\$847 milhões. O resultado negativo conjuga o resultado deficitário do Finanprev (R\$1 bilhão) e o superávit do Funprev (R\$196,9 milhões). Houve necessidade do aporte de recursos do Tesouro Estadual para cobertura de insuficiência financeira, resultando no grau de dependência desses recursos na proporção de 24,84%;
- O Funprev efetuou transferências financeiras ao Finanprev relacionadas aos rendimentos da capitalização do Funprev, de que trata a LC nº 115/2017 (R\$190 milhões);
- As despesas referentes à administração dos fundos (Igeprev) totalizaram R\$101 milhões, os recursos que deram suporte, na sua maior parte foram oriundos de receitas à título de taxa de administração instituída e sobre os Planos de Previdência (R\$102 milhões);
- A execução orçamentária das receitas e despesas previdenciárias dos militares, foi efetuada de forma segregada, em razão da Lei federal nº 13.594/2019, e o resultado apresentado, no exercício de 2021, foi um déficit na ordem de R\$1,1 bilhão.

### 10.5.2. Alienação de Ativos

- As receitas arrecadadas com a alienação de ativos do patrimônio público totalizaram R\$13,7 milhões. Havia saldo anterior na ordem de R\$28,1 milhões que adicionado ao auferido no período resultou em disponibilidade de recursos na monta de R\$41,8 milhões, dos quais R\$8,9 milhões foram aplicados em despesas de capital, no grupo Investimentos, e pagos restos a pagar de despesas de capital na ordem de R\$14 mil, remanescendo, ao final de 2021, a quantia de R\$32,9 milhões. O Estado atendeu, portanto, ao que determina o art. 44 da LRF;

## 10.6. LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

- As despesas executadas com a manutenção e desenvolvimento do ensino totalizaram R\$5,8 bilhões, correspondentes a 25,70% da Receita Líquida de Impostos, superior ao limite mínimo de 25%, cumprindo-se, portanto, o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal;
- A contribuição do Estado devida ao Fundeb totalizou R\$4,2 bilhões, sendo R\$2,6 bilhões provenientes da arrecadação de impostos e R\$1,6 bilhão da retenção das transferências constitucionais recebidas da União, atendendo à Constituição Federal, art. 212-A, II, bem como ao disposto no art. 3º, da Lei nº 14.113/2020;
- Do montante da contribuição devida ao Fundeb proveniente de recursos arrecadados de impostos, em 2021, R\$2,1 bilhões foram transferidos dentro do exercício e R\$2,9 bilhões em 2022;
- O estado do Pará recebeu do Fundeb R\$2,9 bilhões, provenientes de retorno e complementação da União, inclusive as receitas de aplicação financeira. Desse total, 71,12% foram aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, atendendo ao preceito contido no art. 22 da Lei Federal nº 14.113/2020, que estabelece aplicação mínima de 70%;

- Das receitas oriundas do Fundeb (R\$2,9 bilhões), o governo do Estado aplicou 96,55%, deixando de aplicar 3,45%, logo, a teor do que estabelece § 3º do art. 25 da Lei nº 11.413/2020 em relação à utilização de 10% desses recursos no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, possibilita ao estado do Pará utilizar integralmente, no sobredito período legal, o saldo remanescente de R\$100,4 milhões;
- O valor devido pelo Estado a título de transferências aos municípios, nos termos dos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, totalizou R\$4,7 bilhões. Os repasses ocorreram em 2021, restando o saldo de R\$14 milhões, que foi transferido em 2022;
- As despesas executadas com as ações e serviços públicos de saúde totalizaram R\$3,3 bilhões, correspondentes a 14,45% da Receita Líquida de Impostos, percentual esse superior ao limite mínimo de 12%, cumprindo-se, portanto, o disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000 e na Lei Complementar nº 141/2012;
- Os resultados primário (R\$498,1 milhões) e nominal (R\$652,4 milhões) apurados, com base na metodologia acima da linha, foram superavitários. Considerando que na LDO/2021 foram definidas metas de R\$1,8 milhão para superávit primário e R\$1,6 bilhões para déficit nominal, os resultados evidenciam o cumprimento das metas fixadas;
- Os resultados primário e nominal apurados com base nas metodologias “acima da linha” e “abaixo da linha” deveriam ser convergentes. Entretanto, no estado do Pará, isso não ocorreu, já que, a despeito de ambas evidenciarem superávits, na primeira metodologia citada os resultados primário e nominal foram, respectivamente, R\$498,1 milhões e R\$652,4 milhões e na segunda as quantias apuradas foram R\$81,4 milhões e R\$385,8 milhões.
- As despesas com publicidade totalizaram R\$92,2 milhões, no exercício de 2021, resultando um percentual de 0,24% da respectiva dotação autorizada, ou seja, abaixo do limite de 1% estabelecido na Constituição do Estado, art. 22, § 2º.
- No exercício de 2021, o Poder Executivo contribuiu para o Pasep o montante de R\$157,5 milhões, sendo dispendido no decorrer do ano o total de R\$138 milhões, ficando registrada em obrigações a pagar a parcela na ordem de R\$19,5 milhões por ocasião do encerramento do exercício. Em 2022, foram pagos R\$18,6 milhões do saldo remanescente, restando R\$881 mil a pagar, os quais foram pagos em abril de 2022.

## 10.7. FISCALIZAÇÃO EM TEMAS ESPECÍFICOS

- O estado do Pará executou em 2021 o maior montante de despesa em investimentos dos últimos exercícios financeiros (R\$3,2 bilhões), o que equivale a 9,28% de todo o orçamento estadual;
- Os financiamentos dos gastos com investimentos do Poder Executivo foram provenientes do exercício anterior (R\$999,5 milhões) e do próprio exercício (R\$2,1 bilhões);
- Do montante de R\$509,2 milhões de receitas de operações de crédito arrecadadas em 2021, R\$379,9 milhões foram aplicados em investimentos;
- O valor executado de despesa em investimentos foi 150% maior que a previsão de gastos orçados, ocasionando na geração de créditos adicionais de R\$2,2 bilhões;
- Grande parte dos gastos com investimentos no estado do Pará, em 2021, estão concentrados em Transporte (39,99%) e Urbanismo (19,17%). Além de Saúde (8,16%), Administração (6,43%), Saneamento (4,97%), Educação (3,99%), Segurança Pública (3,65%), Agricultura (2,72%) e Cultura (2,18%);

- Dos R\$2 bilhões aplicados em Obras e Instalações (elemento de despesa 51), R\$1,6 bilhão foram por meio da execução dos Programas 1486 - Infraestrutura e Logística e 1489 - Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Mobilidade;
- Por meio de auxílios (convênios) o Estado aplicou R\$368 milhões de recursos estaduais, que representa 11,37% do total gasto com investimentos;
- Os convênios com municípios do Estado para despesas com investimentos totalizaram R\$296,4 milhões, sendo que os municípios da região do Carajás (16,85%), Araguaia (16,77%) e Rio Caeté (14,45%) foram os que receberam maiores aportes de recursos para esse fim;
- Marabá, Ananindeua, Santarém, São Félix do Xingú, Curionópolis e Viseu, em conjunto, totalizam mais de R\$110 milhões (37,08%), dos R\$296,4 milhões em recursos estaduais de convênios destinados a investimentos.

## 10.8. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

- Das 36 recomendações formuladas ao Poder Executivo, 6 (17%) foram consideradas atendidas, 5 (14%) atendidas parcialmente e 25 (69%) não foram atendidas.
- A proporção da quantidade de recomendação atendida pelo Poder Executivo reduziu significativamente em 2019 e inexpressivamente nos anos de 2020 e 2021, quando apresentou o menor grau de atendimento, qual seja, 17%, índice esse que esteve no patamar de 68% em 2016. Por consequência, ocorreu aumento elevado do número de recomendações não atendidas no exercício das contas de 2020 (32), sendo o maior número da série histórica, reduzindo um pouco no exercício em exame ((25), demonstrando dificuldades do Poder Executivo em seguir as orientações formuladas por esta Corte de Contas.

## 10.9. RECOMENDAÇÕES

- Ao Poder Executivo foram formuladas 35 recomendações, sendo 17 reiteradas e 18 novas formulações, considerando o agrupamento de duas recomendações reiteradas.

Belém, 09 de maio de 2021.

**Reinaldo dos Santos Valino**  
Coordenador

**Antonio Carlos Sales Ferreira Junior**  
Membro

**Rafael Laredo Mendonça**  
Membro

# ANEXOS E ÍNDICES

## ANEXO A – DOCUMENTOS EMITIDOS

Referência	Destinatário	Assunto	Juntado ao Processo 006056/2022
Ofício nº 001-ACG-2021 Protocolo PAE-2021/1439081	Sedop	Visita Técnica nas obras do Estádio do Mangueirão	Peça nº 16
Ofício nº 2022/00676-ACG-2021 Protocolo PAE-2022/263567	Sefa	Solicitação dos Demonstrativos analíticos da arrecadação	Peça nº 19
Ofício nº 2022/00844-ACG-2021 Protocolo PAE-2022/302659	Banpará	Demonstrações Contábeis	Peça nº 20
Ofício nº 2022/00845-ACG-2021 Protocolo PAE-2022/303006	Cosanpa	Demonstrações Contábeis	Peça nº 21
Ofício nº 2022/00846-ACG-2021 Protocolo PAE-2022/303207	Gás do Pará	Demonstrações Contábeis	Peça nº 22
Ofício nº 2022/00847-ACG-2021 Protocolo PAE-2022/303410	Codec	Demonstrações Contábeis	Peça nº 23
Ofício nº 2022/01432-ACG-2021 Protocolo PAE-2022/506348	Sefa	Solicitação esclarecimentos	Peça nº 30
Ofício nº 2022/01514-ACG-2021 Protocolo PAE-2022/528236	Sefa	Concessão prorrogação prazo	Peça nº 32

## ANEXO B – DOCUMENTOS RECEBIDOS

Referência	Assunto	Juntado ao Processo 006056/2022
Ofício nº 079/2021-SAPOR/SEPLAD Expediente nº 012620/2021	Reporta-se ao Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará, 2021	Peça nº 17
Ofício AGE nº 009/2022 – GAB/AGE Expediente nº 001638/2022	Reporta-se ao acompanhamento das recomendações do TCE, exercício 2020	Peça nº 18
Ofício nº 128/2022-GS-Sefa Expediente nº 005328/2022	Reporta-se ao Ofício nº 2022/00676-ACG-2021	Peça nº 24
Ofício-nº 018/2022-GDP Protocolo PAE 2022/303207	Reporta-se ao Ofício nº 2022/00846-ACG-2021	Peça nº 25
Ofício nº 034/2022-GAB/PRESI - Banpará Protocolo PAE 2022/302659	Reporta-se ao Ofício nº 2022/00844-ACG-2021	Peça nº 26
Ofício-nº 006/2022-Cazbar Expediente nº 005131/2022	Reporta-se ao Ofício nº 2022/00847-ACG-2021	Peça nº 28
Ofício-128-P/2022 - Cosanpa Expediente nº 005337/2022	Reporta-se ao Ofício nº 2022/00845-ACG-2021	Peça nº 29
Ofício nº 211/2022-GS-Sefa Protocolo PAE 2022/506348	Reporta-se ao Ofício nº 2022/01432-ACG-2021 Solicita prorrogação de prazo	Peça nº 31
Ofício nº 222/2022-GS-Sefa Expediente nº 008118/2022	Reporta-se ao Ofício nº 2022/001514-ACG-2021	Peça nº 33

## ANEXO C – SIGLAS E ABREVIATURAS

Sigla/ Abreviatura	Denominação
A.H.	Análise Horizontal
A.V.	Análise Vertical
AC	Ativo Circulante
ACO	Ação Cível Originária
Ad.	Adicional
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AFAC	Aporte para Futuro Aumento de Capital
AGE	Auditoria Geral do Estado
AINF	Autos de Infração
Alepa	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Amort.	Amortização
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANC	Ativo Não Circulante
AP	Ativo Permanente
APN	Atendimento Pré-natal
Arcon	Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos
ARO	Antecipação de Receita Orçamentária
Ant.	Anterior
Art.	Artigo
Arts.	Artigos
ASPS	Ações e Serviços Públicos de Saúde
Bacen	Banco Central do Brasil
Banpará	Banco do Estado do Pará S/A
BGE	Balanço Geral do Estado
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bim.	Bimestre
BSPN	Balanço do Setor Público Nacional
c/c	Combinado com
Cadprev	Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Cazbar	Companhia Administrativa da Zona de Processamento de Exportação - Barcarena
CCDA	Célula de Controle e Cobrança da Dívida Ativa
CCG	Casa Civil da Governadoria
CCG	Controladoria de Contas de Gestão
CDA	Certidão de Dívida Ativa
CEE	Conselho Estadual de Educação
CE	Constituição do Estado do Pará
Ceasa	Centrais de Abastecimento S. A.
Celpe	Centrais Elétricas do Pará
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Coeficiente Financeiro Extraorçamentário
CFFO	Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
CFO	Coeficiente Financeiro Orçamentário
CID	Classificação Internacional de doenças
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Codec	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará
Cohab	Companhia de Habitação do Estado do Pará
Contrib.	Contribuições
Cosanpa	Companhia de Saneamento do Pará
Covid-19	Coronavírus SARS-Cov-2
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPH	Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará
CPSSS	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor

Sigla/ Abreviatura	Denominação
CRA	Central de Remessa de Arquivo
Créd.	Crédito
CRP	Certificado de Regularidade Previdenciária
CSV	Comma-Separated Values
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DC	Dívida Consolidada
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DCL	Dívida Consolidada Líquida
DEA	Despesas de Exercícios Anteriores
Desp.	Despesa
DF	Distrito Federal
Depr.	Depreciação
Detran	Departamento de Trânsito do Estado do Pará
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DIEF	Declaração de Informações Econômico-Fiscais
Disp.	Disponibilidades
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOCC	Despesa Obrigatória de Caráter Continuado
DOE	Diário Oficial do Estado
DPE	Defensoria Pública do Estado
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EC	Emenda Constitucional
Educ.	Educação
EIU	Economist Intelligence Unit
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
ESF	Estratégia Saúde da Família
Estq.	Estoque
Exaust.	Exaustão
Fapespa	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEE-Pa	Fórum Estadual da Educação
FHCGV	Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana
Financ.	Financeiro
Finanprev	Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará
Finisa	Financiamento em Infraestrutura e Saneamento
FISP	Fundo de Investimento de Segurança Pública
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FRJ	Fundo de Reaparelhamento do Judiciário
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Funprev	Fundo Previdenciário do Estado do Pará
Gás do Pará	Companhia de Gás do Pará
GEAUD	Gerência de Auditoria
GG	Gabinete do Governador
GI	Grau de Imobilização
GND	Grupo de Natureza de Despesa
GTA	Guia de Transparência Ativa
Hemopa	Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará
HJB	Hospital Jean Bitar
HOL	Hospital Ophir Loyola
IARP	Índice de Autossuficiência da Receita Própria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Igeprev	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Sigla/ Abreviatura	Denominação
Implem.	Implementação
Inep	Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Investim.	Investimentos
loeb	Índice de Oportunidades da Educação Brasileira
loepa	Imprensa Oficial do Estado do Pará
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre os Produtos Industrializados
IPL	Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRNC	Índice de Imobilização dos Recursos Não Correntes
IRP	Índice de Receita Própria
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ITCMD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação
Iterpa	Instituto de Terras do Pará
JME	Justiça Militar do Estado
Jucepa	Junta Comercial do Estado do Pará
LAI	Lei de Acesso à Informação
LC	Lei Complementar
LDB	Lei de Diretrizes Básicas
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Longo Prazo
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MDF	Manual de Demonstrativos Fiscais
MDIC	Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME	Ministério da Economia
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério Público do Estado do Pará
MPC	Ministério Público de Contas do Estado
MPCM	Ministério Público de Contas dos Municípios
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NDB	New Development Bank
NL	Nota de Lançamento
OB	Ordem Bancária
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OF	Orçamento Fiscal
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGE	Orçamento Geral do Estado
OGE	Ouvidoria Geral do Estado
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
P.	Página
p.p.	Ponto percentual
PAF	Programa de Ajuste Fiscal
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC	Passivo Circulante
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDF	Formato Portátil de Documento
PE	Pernambuco

Sigla/ Abreviatura	Denominação
PEA	População Economicamente Ativa
PEE	Plano Estadual de Educação
PERD/COMP	Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIPSP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PIS	Programa de Integração Social
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PL	Patrimônio Líquido
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA	Projeto da Lei Orçamentária Anual
PNADc	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNC	Passivo Não Circulante
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPPs	Parcerias Público Privadas
Prodepa	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará
Profis.	Profissionais
Profisco II	Programa de Apoio a Gestão e Integração dos Fiscos do Brasil
Prov.	Proveniente
PSSP	Plano de Seguridade Social dos Parlamentares
QAO	Quociente da Atividade Operacional
QCAD	Quociente da Capacidade de Amortização da Dívida
QFL	Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RCE	Ranking de Competitividade dos Estados
RCL	Receita Corrente Líquida
RCLA	Receita Corrente Líquida Ajustada
RCPGs	Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público
Rec	Receita
Rec. Prov.	Receitas Provenientes
Red. Vlr. Rec.	Redução ao Valor Recuperável
Rem.	Remuneração
Res. Exer.	Resultado do Exercício
Res. Op.	Resultado Operacional
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RI	Região de Integração
RI	Regimento Interno
RLI	Receita Líquida de Impostos
RLP	Realizável a Longo Prazo
RMB	Região Metropolitana de Belém
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RPS	Regional de Proteção Social
RPV	Requisição de Pequeno Valor
RSF	Resolução do Senado Federal
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
RTD	Regime Tributário Diferenciado
S/	Sobre
S/A	Sociedade Anônima
SCI	Sistema de Controle Interno
Sead	Secretaria de Estado de Administração
Seap	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Seaster	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Secex	Secretaria de Controle Externo
Seduc	Secretaria de Estado de Educação
Sefa	Secretaria de Estado da Fazenda
Segup	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Sejudh	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos



Sigla/ Abreviatura	Denominação
Semas	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Seplad	Secretaria de Estado de Planejamento e Administração
Seplan	Secretaria de Estado de Planejamento
Serv.	Servidor
Sespa	Secretaria de Estado de Saúde Pública
SF	Senado Federal
Siafem	Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios
Siafic	Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
Sicalc	Sistema de Cálculos de Acréscimos legais da Receita Federal
Siconfi	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SigPlan	Sistema Integrado de Planejamento
SimMS	Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
Siope	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
Sist.	Sistema
Sit.	Situação
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPPS	Secretaria de Políticas de Previdência Social
SRF	Secretaria da Receita Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
Susipe	Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará
TCEPA	Tribunal de Contas do Estado do Pará
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
TCU	Tribunal de Contas da União
TFRH	Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos
TFRM	Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários
Transpl.	Transplante
TJPA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
UCI	Unidade de Controle Interno
Uepa	Universidade do Estado do Pará
UG	Unidade Gestora
Var.	Variação
Vend.Liq	Vendas Líquidas
Vinc.	Vinculada
Vol.	Volume
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
ZPE	Zona de Processamento de Exportações

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1 – PIB do Brasil, Região Norte e estado do Pará – 2015-2019.....	17
Tabela 1.2 – PIB per capita do Pará e do Brasil – 2015-2019.....	18
Tabela 1.3 – Empregos no Brasil e no estado do Pará – 2021.....	22
Tabela 1.4 – Saldo de emprego por grande grupamento de atividade econômica no estado do Pará – 2021.....	23
Tabela 1.5 – Expectativa de vida ao nascer para o Pará e suas Regiões de Integração (RI) – 2019-2020.....	24
Tabela 1.6 – Renda média anual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por posição na Ocupação - 2019-2020.....	26
Tabela 1.7 – Comparativo da redução da Taxa de Pobreza no Brasil, Região Norte e Pará - 2015 e 2020.....	29
Tabela 1.8 – População economicamente ativa ocupada e taxa de ocupação no Brasil, Região Norte e estado do Pará – 2019-2020.....	31
Tabela 3.1 – Quantitativo de programas por tipo, poderes e órgãos.....	84
Tabela 3.2 – Ações inseridas no PPA 2020-2023 relativas à Covid-19, por Programa Temático – 2021.....	86
Tabela 3.3 – Programas temáticos do PPA 2020-2023, por Quantidade de Ação, Compromisso Regional, Objetivo Estratégico e Indicadores – Poder Executivo - 2021.....	86
Tabela 3.4 – Programas temáticos do PPA, por Compromisso Regional do Poder Executivo - 2021.....	89
Tabela 3.5 – Desempenho dos Indicadores de Processo dos Programas Temáticos por Índices do Poder Executivo – 2021.....	90
Tabela 3.6 – Desempenho físico das ações dos programas temáticos do Poder Executivo – 2021.....	91
Tabela 3.7 – Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado – Poder Executivo – 2021.....	93
Tabela 3.8 – Detalhamento dos programas temáticos do Poder Executivo – 2021.....	93
Tabela 3.9 – Execução orçamentária dos objetivos e ações do programa Educação Básica – Poder Executivo – 2021.....	94
Tabela 3.10 – Execução física dos objetivos e ações do programa Educação Básica – Poder Executivo – 2021.....	96
Tabela 3.11 – Execução orçamentária dos objetivos e das ações do programa Saúde – Poder Executivo – 2021.....	99
Tabela 3.12 – Execução física dos objetivos e ações do programa Saúde – Poder Executivo – 2021.....	101
Tabela 3.13 – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receitas LDO/2021 X LDO/2020.....	107
Tabela 3.14 – Orçamento Geral do Estado (OGE) – 2021.....	110
Tabela 3.15 – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica – 2021.....	112
Tabela 3.16 – Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por fonte de recursos – 2021.....	113
Tabela 3.17 – Superávit e déficit presumível – 2021.....	113
Tabela 3.18 – Consolidação dos investimentos por Empresa, Programa e Função – 2021.....	114
Tabela 3.19 – Financiamento do orçamento de investimentos por fonte de recursos– 2021.....	114
Tabela 3.20 – Valores financeiros programados no PPA e na LOA 2021 – Executivo.....	116
Tabela 3.21 – Metas fiscais – comparativo LDO x LOA – 2021.....	118
Tabela 3.22 – Renúncia de Receita Prevista por Tributo – LOA/2021.....	119
Tabela 3.23 – Renúncia de Receita por Região de Integração – LOA 2021.....	120
Tabela 3.24 – Cálculo da Receita Líquida Resultante de Impostos – LOA/2021.....	121
Tabela 3.25 – Cálculo do percentual estimado de gastos com Educação – LOA/2021.....	122
Tabela 3.26 – Cálculo do percentual da RLI programado para aplicação em Saúde – LOA/2021.....	122
Tabela 3.27 – Dotações, créditos adicionais, acréscimos e reduções orçamentárias por Poder e Órgão – 2021.....	125
Tabela 3.28 – Receita Bruta e deduções– 2021.....	127
Tabela 3.29 – Receita prevista e realizada por categoria econômica e origem – 2021.....	128
Tabela 3.30 – Receita de transferências correntes – 2021.....	129
Tabela 3.31 – Receitas de capital – 2021.....	130
Tabela 3.32 – Metas bimestrais de arrecadação – 2021.....	131
Tabela 3.33 – Receita própria do Estado – 2021.....	132
Tabela 3.34 – Receita de contribuições previdenciárias – 2021.....	135
Tabela 3.35 – Previsão atualizada x arrecadação da dívida ativa – 2021.....	136
Tabela 3.36 – Receita Arrecadada de 2017 a 2021.....	137
Tabela 3.37 – Representatividade das receitas por categoria econômica e origem sobre o total arrecadado – 2017-2021.....	139
Tabela 3.38 – Despesas por função de governo do Poder Executivo – 2021.....	141
Tabela 3.39 – Detalhamento da função Encargos Especiais por subfunção, projeto-atividade e subelemento de despesa do Poder Executivo – 2020-2021.....	142
Tabela 3.40 – Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza – Poder Executivo – 2021.....	144
Tabela 3.41 – Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza – Poder Executivo – 2017/2021.....	144
Tabela 3.42 – Despesas por Categoria Econômica, Grupo de Natureza e Modalidade de Aplicação – Poder Executivo – 2020-2021.....	145
Tabela 3.43 – Detalhamento de receitas e despesas por fonte de recursos – Poder Executivo – 2021.....	146
Tabela 3.44 – Disponibilidade de recursos, por fonte, acumulados até 2020.....	146
Tabela 3.45 – Disponibilidade de Recursos por fonte – 2021.....	147
Tabela 3.46 – DEA do Poder Executivo por categoria e grupo de natureza da despesa – 2021.....	147
Tabela 3.47 – DEA do Poder Executivo – 2017-2021.....	148
Tabela 3.48 – DEA por unidades gestoras do Poder Executivo – 2021.....	148
Tabela 3.49 – Receita x Despesa por fonte detalhada – TFRM – 2017 – 2021.....	149
Tabela 3.50 – Execução de Despesas com recursos da TFRM por órgão – 2021.....	149
Tabela 3.51 – Ranking das ações realizadas com recursos da TFRM – 2021.....	150
Tabela 3.52 – Execução de despesas por grupo com recursos da TFRM – 2017-2021.....	151
Tabela 3.53 – Orçamento de Investimento das Empresas Controladas – 2021.....	152
Tabela 3.54 – Transferência financeiras à Empresas Controladas – 2021.....	152
Tabela 4.1 – Receitas, despesas e resultado da execução orçamentária – 2021.....	158
Tabela 4.2 – Demonstrativo de restos a pagar – 2021.....	159
Tabela 4.3 – Balanço Financeiro consolidado – 2020-2021.....	160
Tabela 4.4 – Fluxo de Caixa real – 2021.....	160
Tabela 4.5 – Disponibilidade do exercício – 2021.....	161
Tabela 4.6 – Balanço Patrimonial sintético – 2020-2021.....	162

Tabela 4.7 – Grupos do ativo, passivo e PL – 2020-2021.....	163
Tabela 4.8 – Itens patrimoniais sob a ótica orçamentária – 2020-2021.....	163
Tabela 4.9 – Superávit financeiro – 2020-2021.....	164
Tabela 4.10 – Superávit financeiro por fonte de recursos – 2020-2021.....	164
Tabela 4.11 – Índices de Liquidez – 2021.....	165
Tabela 4.12 – Índice de Endividamento do Estado – 2021.....	165
Tabela 4.13 – Imobilizado – 2020-2021.....	166
Tabela 4.14 – Bens Imóveis – 2021.....	166
Tabela 4.15 – Apuração do IPL e IRNC – 2021.....	168
Tabela 4.16 – Dívida ativa do Estado – 2021.....	168
Tabela 4.17 – Créditos a receber de dívida ativa – 2020-2021.....	169
Tabela 4.18 – Comparativo entre a receita de dívida ativa com o valor recuperável e inscrição líquida de créditos – 2020-2021.....	170
Tabela 4.19 – Composição do estoque da dívida ativa – 2020-2021.....	170
Tabela 4.20 – Investimentos – 2020-2021.....	171
Tabela 4.21 – Participação Societária do Estado – 2021.....	172
Tabela 4.22 – Participações Societárias do Estado avaliadas pelo MEP.....	172
Tabela 4.23 – Demonstração das Variações Patrimoniais – 2020-2021.....	173
Tabela 4.24 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais – 2020-2021.....	175
Tabela 4.25 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento – 2020-2021.....	175
Tabela 4.26 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento – 2020-2021.....	176
Tabela 4.27 – Apuração do fluxo de caixa – 2020-2021.....	176
Tabela 4.28 – Variação dos quocientes da DFC – 2020-2021.....	178
Tabela 4.29 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 2021.....	178
Tabela 4.30 – Ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido – 2021.....	179
Tabela 4.31 – Balanço Patrimonial consolidado das empresas controladas – 2020-2021.....	180
Tabela 4.32 – Resultado consolidado do exercício das empresas controladas – 2020-2021.....	181
Tabela 4.33 – Gestão econômica e financeira das empresas controladas – 2020-2021.....	182
Tabela 4.34 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2021.....	184
Tabela 4.35 – Imobilizado sem registro de depreciação.....	194
Tabela 4.36 – DEA do Estado – 2017-2021.....	198
Tabela 4.37 – Transferências intragovernamentais recebidas e concedidas – 2021.....	201
Tabela 4.38 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias – 2017-2021.....	202
Tabela 4.39 – Correção da distorção contábil nas receitas/despesas intraorçamentárias.....	203
Tabela 5.1 – Receita corrente líquida do estado do Pará – 2017-2021.....	214
Tabela 5.2 – Limites de despesa com pessoal por poder e órgão – 2021.....	215
Tabela 5.3 – Despesa com pessoal do Estado e do Poder Executivo – 2021.....	217
Tabela 5.4 – Divergências entre TCE-PA e SEFA da apuração da Despesa Líquida com Pessoal do Poder Executivo e Estado – 2021.....	218
Tabela 5.5 – Demonstrativo da dívida consolidada líquida do estado do Pará 2020-2021.....	221
Tabela 5.6 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores – 2021.....	223
Tabela 5.7 – Operações de crédito estado do Pará – 2021.....	224
Tabela 5.8 – Realização das receitas de operações de crédito e execução das despesas de capital – 2021.....	225
Tabela 5.9 – Despesas da dívida pública do estado do Pará – 2021.....	226
Tabela 5.10 – Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Consolidada do estado do Pará.....	228
Tabela 5.11 – Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Poder Executivo.....	229
Tabela 5.12 – Resultado primário – 2021.....	231
Tabela 5.13 – Resultado nominal – 2021.....	231
Tabela 5.14 – Resultado do RPPS – 2021.....	233
Tabela 5.15 – Apuração de resultado do Funprev e Finanprev – 2021.....	233
Tabela 5.16 – Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares.....	235
Tabela 5.17 – Demonstrativo de alienação de ativos e aplicação dos recursos – 2021.....	237
Tabela 6.1 – Receita líquida de impostos – 2021.....	240
Tabela 6.2 – Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – 2021.....	240
Tabela 6.3 – Gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino – 2017-2021.....	241
Tabela 6.4 – Transferência dos impostos do estado do Pará para o Fundeb – 2021.....	242
Tabela 6.5 – Transferências constitucionais ao Fundeb – 2021.....	242
Tabela 6.6 – Resultado da contribuição ao Fundeb – 2021.....	243
Tabela 6.7 – Aplicação dos recursos do Fundeb x limites legais – 2021.....	243
Tabela 6.8 – Transferências constitucionais aos municípios – 2021.....	244
Tabela 6.9 – Transferência Constitucional do ICMS aos municípios – 2021.....	245
Tabela 6.10 – Apuração da receita líquida de impostos – 2021.....	248
Tabela 6.11 – Despesas com ações e serviços públicos de saúde – 2021.....	248
Tabela 6.12 – Despesas com saúde por programas e ações – 2021.....	249
Tabela 6.13 – Despesas com publicidade por Poder e Órgão – 2021.....	250
Tabela 6.14 – Contribuição para o Pasesp incidente sobre transferências constitucionais e legais – 2021.....	251
Tabela 6.15 – Contribuição para o Pasesp incidente sobre as receitas correntes e transferências de capital arrecadadas – 2021.....	251
Tabela 7.1 – Despesa processada com investimentos por grupo de fonte de recursos – 2021.....	260
Tabela 7.2 – Variação do orçamento inicial, em relação ao atualizado, das despesas com investimentos - 2021.....	264
Tabela 7.3 – Gastos com investimentos por programa de governo – 2021.....	268

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 – Índice de Gini da renda do emprego formal do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.....	27
Quadro 1.2 – Proporção de pessoas em famílias em situação de pobreza no Pará e RI – 2019-2020.....	29
Quadro 1.3 – Taxa de aprovação, reprovação e abandono do ensino fundamental no estado do Pará e RI – 2019-2020.....	34
Quadro 1.4 – Taxa de aprovação, reprovação e abandono do ensino médio no estado do Pará e RI – 2019-2020.....	35
Quadro 1.5 – Taxa de distorção série-idade dos ensinos fundamental e médio no estado do Pará e RIs – 2019-2020.....	37
Quadro 1.6 – Domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo no Pará, RMB e Fora da RMB – 2017-2020.....	45
Quadro 1.7 – Indicadores de habitação na RMB e Fora da RMB – 2017-2020.....	48
Quadro 1.8 – Participação do equipamento utilizado para o acesso à internet nos domicílios do Pará, RMB e Fora da RMB – 2019-2020.....	56
Quadro 1.9 – Nota e posição do estado do Pará e da média Brasil por pilar – 2021.....	59
Quadro 1.10 – Notas do estado do Pará e da média do Brasil, por pilar, no Ranking de Competitividade dos Estados - 2019 a 2021.....	60
Quadro 1.11 – Comparativo das metas dos indicadores do Mapa de Exclusão Social estabelecidas no PPA 2020-2023 com as metas registradas em 2020 para o Pará.....	62
Quadro 3.1 – Indicadores de Processo e de Resultado do PPA – 2020-2023.....	84
Quadro 3.2 – Indicadores com Metas Alteradas por Programa.....	85
Quadro 3.3 – Ações incluídas e excluídas por Programa Temático do Poder Executivo.....	85
Quadro 3.4 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030.....	87
Quadro 3.5 – Objetivo ODS por Programa Temático do Poder Executivo.....	88
Quadro 3.6 – Comparativo da execução físico-financeira dos objetivos e ações do programa Educação Básica – Poder Executivo – 2021.....	98
Quadro 3.7 – Comparativo da execução físico-financeira dos objetivos e ações do programa Saúde – Poder Executivo – 2021.....	102
Quadro 3.8 – Incompatibilidades da LOA com os dispositivos constitucionais e legais.....	111
Quadro 3.9 – Outras receitas correntes – Depósitos Judiciais – 2021.....	130
Quadro 3.10 – Comportamento das despesas por funções mais representativas – Poder Executivo – 2017-2021.....	142
Quadro 4.1 – Coeficientes das empresas controladas – 2017-2021.....	184
Quadro 4.2 – Procedimentos contábeis patrimoniais ainda não concluídos.....	188
Quadro 4.3 – Apuração dos saldos aproximados resultantes dos procedimentos contábeis patrimoniais ainda não concluídos.....	204
Quadro 5.1 – Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do estado do Pará – 2021.....	212
Quadro 5.2 – Publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo e Consolidado do estado do Pará – 2021.....	212
Quadro 5.3 – Audiências públicas de avaliação das metas fiscais – 2021.....	213
Quadro 6.1 – Valores de ICMS repassados aos municípios – 2021.....	246

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – Regiões de Integração do Estado do Pará.....	15
Gráfico 1.2 – PIB do Pará – 2015-2019.....	17
Gráfico 1.3 – Índices de inflação do Brasil e da Região Metropolitana de Belém – 2021.....	19
Gráfico 1.4 – Balança comercial brasileira – 2017-2021.....	20
Gráfico 1.5 – Balança comercial do estado do Pará – 2017-2021.....	20
Gráfico 1.6 – Principais produtos exportados pelo Pará – 2021.....	21
Gráfico 1.7 – Ranking dos maiores saldos da balança comercial brasileira por unidades federativas – 2021.....	21
Gráfico 1.8 – Saldos mensais de empregos no estado do Pará – 2021.....	22
Gráfico 1.9 – Maiores saldos de emprego no Pará, por município – 2021.....	23
Gráfico 1.10 – Expectativa de vida (em anos) ao nascer para o estado do Pará – 2016-2020.....	24
Gráfico 1.11 – Renda média mensal dos trabalhadores para o Brasil, Região Norte e Pará – 2019-2020.....	25
Gráfico 1.12 – Índice de Gini da renda do emprego formal do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.....	27
Gráfico 1.13 – Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza no Brasil, Região Norte e Pará – 2015-2020.....	29
Gráfico 1.14 – População ocupada por sexo no Brasil, Região Norte e Pará – 2019-2020.....	31
Gráfico 1.15 – População ocupada por faixa etária no Brasil, Região Norte e Pará – 2019-2020.....	32
Gráfico 1.16 – População Ocupada por Posição na ocupação no trabalho principal no Brasil, Região Norte e Pará – 2019-2020.....	33
Gráfico 1.17 – Taxa de aprovação, reprovação e abandono do ensino fundamental no estado do Pará – 2019-2020.....	35
Gráfico 1.18 – Taxa de aprovação, reprovação e abandono do ensino médio no estado do Pará – 2019-2020.....	36
Gráfico 1.19 – Taxa de Alfabetização de Adultos com 18 anos ou mais para Brasil, Pará, RM Belém e Fora da RMB - 2019-2020.....	38
Gráfico 1.20 – Incremento de estudantes do ensino superior para o Brasil, Região Norte e estado do Pará – 2018-2020.....	39
Gráfico 1.21 – Taxa de Cobertura Populacional Estimada por Estratégia Saúde da Família no estado do Pará e RI – 2019-2020.....	40
Gráfico 1.22 – Leitos de internação hospitalares do SUS no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.....	41
Gráfico 1.23 – Taxa de Mortalidade Infantil no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.....	42
Gráfico 1.24 – Taxa de mortalidade materna no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.....	43
Gráfico 1.25 – Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.....	44
Gráfico 1.26 – Domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo no estado do Pará – 2017-2020.....	46
Gráfico 1.27 – Indicadores da habitação no estado do Pará – 2017-2020.....	47
Gráfico 1.28 – Taxa de homicídio no Pará e nas Regiões de Integração – 2019-2020.....	50
Gráfico 1.29 – Taxa de homicídio no trânsito no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.....	51
Gráfico 1.30 – Taxa de roubos no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020.....	52
Gráfico 1.31 – Egressos assistidos, egressos assistidos reincidentes e taxa de reincidência de egressos assistidos no Pará - 2019-2020.....	53

Gráfico 1.32 – Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no estado do Pará e Regiões de Integração – 2019-2020 .....	54
Gráfico 1.33 – População carcerária, capacidade de retenção e unidades penais do Pará - 2018-2021.....	55
Gráfico 1.34 – Domicílios particulares permanentes com acesso à internet no estado do Pará, RMB e Fora da RMB – 2019-2020.....	56
Gráfico 1.35 – Participação do equipamento utilizado para o acesso à internet nos domicílios do estado do Pará 2019-2020.....	57
Gráfico 1.36 – Ranking de Competitividade dos Estados – 2021.....	58
Gráfico 1.37 – Notas do estado do Pará e da média do Brasil, por pilar, no Ranking de Competitividade dos Estados – 2021.....	59
Gráfico 2.1 – Percentual das dívidas com instituições financeiras e União somadas nos exercícios de 2020 e 2021.....	76
Gráfico 3.1 – Desempenho dos Compromissos Regionais do Poder Executivo – 2021.....	89
Gráfico 3.2 – Desempenho dos indicadores de processo dos programas temáticos por índices no âmbito estadual – Poder Executivo – 2021.....	90
Gráfico 3.3 – Desempenho Físico das Ações dos Programas Temáticos – Poder Executivo – 2021.....	92
Gráfico 3.4 – Execução orçamentária por tipo de programa do Poder Executivo – 2021.....	92
Gráfico 3.5 – Composição da despesa por programa temático – Poder Executivo – 2021.....	93
Gráfico 3.6 – Execução orçamentária das ações do programa Educação Básica – Poder Executivo – 2021.....	95
Gráfico 3.7 – Execução física das ações do programa Educação Básica – Poder Executivo – 2021.....	97
Gráfico 3.8 – Execução orçamentária das ações do programa Saúde – Poder Executivo – 2021.....	100
Gráfico 3.9 – Execução física do programa Saúde – Poder Executivo – 2021.....	102
Gráfico 3.10 – Receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria – 2021.....	133
Gráfico 3.11 – Arrecadação do ICMS do estado do Pará, por segmento econômico.....	134
Gráfico 3.12 – Participação da receita própria do Estado na arrecadação – 2021.....	136
Gráfico 3.13 – Receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria – 2017-2021.....	138
Gráfico 3.14 – Receita da dívida ativa tributária – 2017-2021.....	138
Gráfico 3.15 – Receita da dívida ativa não tributária – 2017-2021.....	139
Gráfico 3.16 – Desvio-padrão do % de Receita de Impostos (2017-2021).....	140
Gráfico 3.17 – Desvio-padrão do % de Receita de Transferência Corrente – 2017-2021.....	140
Gráfico 4.1 – Prejuízos acumulados da Cosanpa – 2017-2021.....	181
Gráfico 4.2 – Prejuízo líquido anual da Cosanpa – 2017-2021.....	182
Gráfico 5.1 – Despesa com pessoal do Estado e do Poder Executivo – 2017-2021.....	219
Gráfico 5.2 – Dívida consolidada bruta e líquida do estado do Pará – 2017-2021.....	222
Gráfico 5.3 – Operações de crédito em percentual da RCLA – 2017-2021.....	225
Gráfico 5.4 – Serviço da dívida pública em percentual da RCLA – 2017-2021.....	226
Gráfico 6.1 – Despesas com MDE em percentual da RLI – 2017-2021.....	241
Gráfico 6.2 – Gastos nas ações e serviços públicos de saúde – 2017-2021.....	250
Gráfico 7.1 – Despesa processada com investimentos como proporção da despesa total – 2017-2021.....	259
Gráfico 7.2 – Receitas de operações de crédito.....	261
Gráfico 7.3 – Aplicação das receitas de operações de crédito em gastos com investimentos – por programa de governo – 2021.....	262
Gráfico 7.4 – Orçamento inicial, atualizado e despesa empenhada com investimentos - 2017-2021.....	263
Gráfico 7.5 – Despesa processada em relação aos maiores orçamentos autorizados – 2021.....	265
Gráfico 7.6 – Despesa processada com investimentos por função de governo – 2021.....	266
Gráfico 7.7 – Despesa processada com investimentos das funções Transporte e Urbanismo – 2021.....	267
Gráfico 7.8 – Despesa processada com investimentos por elemento de despesa – 2021.....	269
Gráfico 7.9 – Despesa processada com investimentos por Região de Integração – 2021.....	271
Gráfico 7.10 – Despesa processada com investimentos por Município e Região de Integração – Principais beneficiados - 2021.....	272



Tribunal de Contas  
Do Estado do Pará

